JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires ..... 4
Prefeitura Municipal de Água Boa ..... 4
Prefeitura Municipal de Alto Garças ..... 4
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai ..... 5
Prefeitura Municipal de Alto Taquari ..... 9
Prefeitura Municipal de Apiacás ..... 10
Prefeitura Municipal de Araguaiana ..... 11
Prefeitura Municipal de Araputanga ..... 12
Prefeitura Municipal de Arenápolis ..... 13
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres ..... 13
Prefeitura Municipal de Barra do Garças ..... 13
Prefeitura Municipal de Cáceres ..... 14
Prefeitura Municipal de Campinápolis ..... 18
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ..... 25
Prefeitura Municipal de Campo Verde ..... 29
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio ..... 32
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte ..... 33
Prefeitura Municipal de Canarana ..... 34
Prefeitura Municipal de Carlinda ..... 41
Prefeitura Municipal de Castanheira ..... 45
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães ..... 45
Prefeitura Municipal de Cláudia ..... 47
Prefeitura Municipal de Cocalinho ..... 48
Prefeitura Municipal de Colniza ..... 54
Prefeitura Municipal de Comodoro ..... 54
Prefeitura Municipal de Confresa ..... 56
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu ..... 56
Prefeitura Municipal de Curvelândia ..... 65
Prefeitura Municipal de Denise ..... 66
Prefeitura Municipal de Diamantino ..... 67
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste ..... 74
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte ..... 75
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte ..... 75
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte ..... 80
Prefeitura Municipal de Itaúba ..... 82
Prefeitura Municipal de Itiquira ..... 82
Prefeitura Municipal de Jaciara ..... 83
Prefeitura Municipal de Jangada ..... 85
Prefeitura Municipal de Jauru ..... 85
Prefeitura Municipal de Juara ..... 97
Prefeitura Municipal de Juruena ..... 98
Prefeitura Municipal de Juscimeira ..... 98
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste ..... 129
Prefeitura Municipal de Marcelândia ..... 130
Prefeitura Municipal de Matupá ..... 177
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste ..... 181
Prefeitura Municipal de Nobres ..... 184
Prefeitura Municipal de Nortelândia ..... 191
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento ..... 192
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes ..... 194
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia ..... 194
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte ..... 213

Prefeitura Municipal de Nova Guarita ..... 215
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda ..... 216
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia ..... 216
Prefeitura Municipal de Nova Maringá ..... 219
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde ..... 220
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré ..... 229
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia ..... 235
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena ..... 236
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ..... 239
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte ..... 239
Prefeitura Municipal de Novo Mundo ..... 243
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio ..... 246
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim ..... 246
Prefeitura Municipal de Paranatinga ..... 248
Prefeitura Municipal de Pedra Preta ..... 251
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 251
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra ..... 251
Prefeitura Municipal de Poconé ..... 251
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia ..... 252
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda ..... 254
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião ..... 256
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos ..... 272
Prefeitura Municipal de Poxoréu ..... 274
Prefeitura Municipal de Querência ..... 274
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal ..... 278
Prefeitura Municipal de Rondolândia ..... 314
Prefeitura Municipal de Salto do Céu ..... 344
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu ..... 345
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato ..... 345
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha ..... 358
Prefeitura Municipal de Santo Afonso ..... 359
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger ..... 361
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 361
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos ..... 367
Prefeitura Municipal de Sapezal ..... 367
Prefeitura Municipal de Sinop ..... 367
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra ..... 384
Prefeitura Municipal de União do Sul ..... 388
Prefeitura Municipal de Várzea Grande ..... 393
Prefeitura Municipal de Vera ..... 398
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade ..... 399

## APRESENTAÇÃO

### DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

**Presidente de Honra:** Ondanir Bortolini

**Presidente:** Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

**Primeiro Vice-Presidente:** Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

**Segundo Vice-Presidente:** Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

**Terceiro Vice-Presidente:** Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

**Quarto Vice-Presidente:** Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

**Quinto Vice-Presidente:** José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

**Secretário Geral:** Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

**Primeiro Secretário:** Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

**Segundo Secretário:** Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

**Tesoureiro Geral:** Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

**Primeiro Tesoureiro:** Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

**Segundo Tesoureiro:** João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

### CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

### SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

### CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016- CREDENCIAMENTO 001/2016 RATIFICAÇÃO

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016- CREDENCIAMENTO 001/2016 RATIFICAÇÃO**

O Presidente do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, Sr. Otaviano Olavo Pivetta, torna público, que tendo concordado com a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica, no processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2016 - Credenciamento Nº 001/2016, Credenciamento para prestação de serviços especializados na área de saúde, **procedimentos cirúrgicos**, para atendimento da demanda dos 15 (quinze) municípios integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas rede Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, a Empresa: **SMHO SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA com CNPJ sob o** nº **07.093. 364/001-02,** pelo período de **02/05/2016 a 12/03/2017**, em conformidade com as disposições contratuais, onde formulou-se expediente de Inexigibilidade de Licitação com fulcro nas disposições do art. 25 da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação referida.

**Sorriso MT , 29 de abril de 2016**

**Otaviano Olavo Pivetta**

**Presidente**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

### PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA EXTRATO CONTRATO 028/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Objeto: Contratação de empresa especializada em seguro dos veículos da secretaria de educação do município de Água Boa MT.

Valor:140.000,00

Data: 29.04.2016

Vigência: 29.03.2017

Licitação: 008/2016 PR

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

### PLANEJAMENTO E FINANCAS AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 014/2016**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 2.921/2016; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 26/04/2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 014/2016, que teve como vencedora a empresa: REJANE DOS SANTOS BRITO MARMET 97724157120, CNPJ:22.651.440/0001-41 itens: 01,02,03 e 07, ficando a licitação fracassada para os itens 04,05,06 e 08.

Água Boa, 03 de maio de 2016.

***Marcos da Silva***

Pregoeiro

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

| | |
|---|---|
| Objeto | Contratação de Serviços para Instrutor de artes marciais com cunho educativo para a Secretaria de Ação Social. |
| Favorecido | Marcos Antonio Guerra Rezende |
| Prazo de Execução | 07 meses |
| Valor Global | R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) |
| Fundamento Legal | Artigos 23, inciso II, alínea “a”, e 24, inciso II, da Lei nº. 8. 666/93, de 21.06.93. |
| Justificativa | Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 008/2016. |

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 008/2016, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, em 03 de maio de 2016.

**Mauro Rosa da Silva**

Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA REVOGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Ata de Registro de Preço 014/2016

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Água Boa

Fornecedor Registrado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Objeto: Contratação de empresa para serviços de seguro de veículos para Secretaria de Educação.

Valor: 140.000,00

Data: 29.03.2016

Vigência: 12 (doze) meses

O Município de Água Boa - MT através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados que resolve **Revogar a Ata de Registro de Preço 014/2016,** em virtude do Edital e da Minuta não considerar o Processo como Registro de Preço.

A presente revogação está fundamentada no Art. 53 da Lei 9.784/99 e Súmula 473 do STF**.**

Água Boa 03 de Maio de 2016.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 069, DE 02 DE MAIO DE 2016.

**NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE ALTO GARÇAS - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O Prefeito Municipal** de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT para o ano de 2016, com a seguinte composição:

**MERQUES APARECIDA XAVIER – PRESIDENTE**

CPF nº: 011.177.151-08

RG nº: 4383400/2º VIA SSP/GO

**EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA - MEMBRO**

RG nº. 501 233 SSP/MT

CPF. nº 425.408.101-44

**DEUCÉLIA REGINA DA SILVA- MEMBRO**

RG: 16103421 SSP/SP

CPF: 496.096.961-04

**Art. 2º** - A Comissão Permanente de Licitação deverá observar, especialmente, os dispostos das Leis Federais 8666/93 e 10.502/2002 e Lei Municipal 874/2011.

**Art. 3º -** Os Servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições de membros da Comissão**,** concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

**Art. 4º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT**, em 02 de Maio de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

**Prefeito Municipal de Alto Garças - MT**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 070, 02 DE MAIO DE 2016.**

**NOMEIA PREGOEIRO, PREGOEIRO SUBSTITUTO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO PARA PROCEDIMENTOS REFERENTES À REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT**

**O Prefeito Municipal** de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 2º, §3° da Lei Municipal nº 873, de 24 de Outubro de 2011, e com o art. 30 anexo II, da Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

**R E S O L V E:**

**Art. 1°.** Fica nomeado para exercer a função de PREGOEIRO na realização de Pregões de todos os órgãos da Administração Pública Municipal de Alto Garças – MT,

**MERQUES APARECIDA XAVIER**

RG: 4383400/2º VIA SSP-GO

CPF: 011.177.151-08

**Art. 2°.** Ficam nomeadas para a Equipe de Apoio de Pregão, as servidoras:

**DEUCÉLIA REGINA DA SILVA – MEMBRO**

CPF nº: 496.096.961-04

RG nº: 16103421 SSP/SP

**EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA - MEMBRO**

RG nº. 501 233 SSP/MT

CPF. nº 425.408.101-44

**Art. 3º.**Os trabalhos dos servidores ora nomeados deverão ser executados conforme as disposições constantes do Decreto Municipal nº 121/2008, Lei Federal nº 10.520/2008 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, bem como demais regulamentações de licitações e pregões.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT**, em 02 de Maio de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

**Prefeito Municipal de Alto Garças - MT**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

**JURIDICO**
**LEI 461/2016**

**LEI Nº 461/2016**

**"Autoriza o Poder Executivo Municipal ceder em Comodato o Parque de Exposições Municipal para empresa privada realizar show nacional com cobrança de bilheteria e dá outras providências."**

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Adair José Alves Moreira, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o cargo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em Comodato à Fly Produções e Eventos, CNPJ : 13.338.730/0001/49, sediado na Rua das Acácias, nº 95, Bairro Novo Diamantino, Diamantino-MT, o espaço físico do Parque de Exposições Municipal, situado no Bairro Bela Vista, para empresa privada realizar show nacional com a dupla sertaneja Renan § Rai, na data de 29 de abril de 2016.

**§ 1º.** A empresa que irá realizar o evento doará à Secretaria de Promoção Social percentual a ser definido no Termo de Cooperação para ser doado à famílias carentes da cidade, conforme cadastro do Centro de Referência em Ação Social-CRAS, a título de contrapartida pelo uso espaço público.

**§ 2º. A empresa Cessionária ficará responsável por toda segurança, estrutura e organização do evento.**

**§ 3º. A Prefeitura Municipal caberá a limpeza do local e a permissão para o uso da expressão apoio da Prefeitura Municipal, bem como a disponibilidade de uma ambulância no local, durante realização do evento.**

**Art. 3º -**Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, aos 27 de abril de 2016.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

**SMPLAG/RH**
**PORTARIA 204/2016**

**PORTARIA 204/2016**

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. – Nomear oSr.ADRIANO JOSE MOREIRA BRITO, portador do RG N° 19931670 - SSP/MT e do CPF N° 031.176.191-78**, para exercer o cargo em comissão, Função Gratificada, de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS-5 – CHEFE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO**, junto à Secretaria Municipal de Receita e Controle.

**Art. 2º. –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

**Publica-se;**

**Registra-se;**

**Cumpra-se;**

Gabinete do Prefeito Mun. de Alto Paraguai – MT, 02 de Maio de 2016.

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SINFRA**
**OFÍCIO Nº 062/2016 REF. EMPRESA RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA**

**OFÍCIO nº 062/CONV/2016**

**À**

**RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA**

**CNPJ 13.924.839/0001-68**

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Departamento de Engenharia **NOTIFICA** a empresa **RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA**, vencedora do processo licitatório Concorrência Pública 001/2016 Contrato 024/2016 datado em 23/03/2016, para realizar as obras dePavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, sinalização viária e calçadas em diversas vias urbanas da Cohab Eldorado – Sede do município e distrito de Capão Verde, bem como Pavimentação asfáltica, meio-fio com sarjeta, sinalização viária e academia da terceira idade no distrito do Capão Verde, localizada no município de Alto Paraguai-MT. Comunicamos a necessidade **imediata e urgente do início da execução da referida obra em até 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de rescisão contratual do **referido** Contrato celebrado entre as partes e aplicação das penalidades e sanções cabíveis.

A presente Notificação entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraguai/MT, 03 de maio de 2016.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

ENG. WILLIAM MALLMANN

CREA 5060991062-D/SP

Fiscal de Obras

**JURIDICO**
**LEI 460/2016**

**Lei Nº 460/2016**

***"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE PROPAGANDA EM UNIFORMES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado a utilização de propaganda nas camisetas e agasalhos que compõem os uniformes oficiais da Rede Municipal de Ensino do Município de Alto Paraguai –MT.

**Parágrafo único**. Para realização do que dispõe o caput deste artigo o interessado na propaganda deverá doar os uniformes aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Alto Paraguai – MT.

**Art.2º**. É vedado veicular propaganda que faça alusão a bebidas alcoólicas, cigarros, medicamentos, jogos ou sorteios e que atente contra os direitos humanos, bem como as que possam caracterizar promoção pessoal ou de cunho político- partidário.

**Art. 3º.** Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 27 de abril de 2016.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

**JURIDICO**
**LEI 459/2016**

**Lei Nº 459/2016**

***"DISCIPLINA SERVIÇOS DE CAIXAS ELTRONICOS NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."***

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a autonomia constitucional do Município de Alto Paraguai em legislar sobre matéria de interesse local conforme artigo 30, I, da Constituição Federal; considerando que a presente Lei regula serviços e não horário bancário; considerando que os municípios vizinhos possuem o atendimento que reclama a presente Lei; FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam os estabelecimentos bancários estabelecidos do Município de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, obrigados a manterem disponíveis os serviços dos caixas eletrônicos também nos finais de semana e feriados.

Parágrafo único. O não cumprimento do que determina o caput deste artigo constituirá infração ao poder de polícia administrativo municipal, passível de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), após notificação da Prefeitura de Alto Paraguai.

**Art. 2º.** Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 27 de abril de 2016.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

**JURIDICO**
**LEI 458/2016**

**Lei Nº 458/2016**

**"DENOMINA WALDEMIR LUIZ DA SILVA, nome da UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LOCALIZADA NO DISTRITO DO TIRA SENTIDO e dá outras providencias."**

**A CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A presente Lei visa dar nome de Waldemir Luiz da Silva ao Posto de Saúde localizado no Distrito do Tira Sentido, em homenagem ao ex Vereador Waldemir, um homem muito dedicado ao próximo e por ter seu trabalho extremamente reconhecido pelos moradores onde morava e onde este posto de saúde esta localizado.

**Art. 2º**. O Executivo fica autorizado regulamentar a presente Lei no prazo de 60 dias após sua publicação.

**Art.3º.** As despesas decorrentes pela presente Lei serão atendidas por verba própria orçamentária municipal.

**Art.4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 27 de abril de 2016.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

**JURIDICO**
**I TERMO ADITIVO PRAZO CONTRATO 073/2015**

**I TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 073/2015**

Pelo presente Instrumento Particular (termo aditivo), de um lado a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de

Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.648.532/0001-28, com sede na Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista nesta cidade de Alto Paraguai/MT, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro, **ANTONIO TEIXEIRA GALVÃO,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 3019911407 SSP/MT e CPF n.º 590.157.560-15, residente e domiciliada no Distrito do Capão Verde em Alto Paraguai – MT,**de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

**FINALIDADE E JUSTIFICATIVA**

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução do OBJETO definido e especificados na clausula primeira do contrato nº 073**/2015**, com fulcro na Lei 8666/93 e processo Dispensa 005/2015, sendo perfeitamente possível realizar o aditamento do presente contrato.

**I – DO OBJETO**

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de 31/12/2016 o prazo de vigência do contrato n. **073/2015, conforme justificativa apresentada pelo Chefe de Gabinete, com aval do Sr. Prefeito Municipal e amparo legal na Lei 8666/93 e legislação municipal correlata.**

**II – DAS DEMAIS CLAÚSULAS**

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato em referência, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

**IV – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 29 de abril de 2016.

| | |
|---|---|
| **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA** | **ANTONIO TEIXEIRA GALVÃO** |
| PREFEITO MUNICIPAL | |
| CONTRATANTE | CONTRATADO |

Testemunhas:

| | |
|---|---|
| CPF: | **CPF:** |

**JURIDICO**
**DECRETO 31/2016**

**DECRETO 031/2016**

**Retificação: Decreto nº 070 de 01/12/2014, publicado em 02/12/2014 jornal AMM.**

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, o Sr. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, RETIFICA o ARTIGO 1º. Do Decreto nº 070 de 01/12/2014, publicado em 02/12/2014 jornal AMM, onde se lê:

**"Art.1º. Aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil alocados para atuação no Município de Alto Paraguai, considerando a realidade socioeconômica do município, serão assegurados alimentação, transporte, moradia e fornecimento de água potável na modalidade de recurso pecuniário, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais)."**

Leia-se:

**"Art.1º. Aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil alocados para atuação no Município de Alto Paraguai, considerando a realidade socioeconômica do município, serão assegurados alimentação, transporte, moradia e fornecimento de água potável na modalidade de recurso pecuniário, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais)."**

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 03 de maio de 2016.

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SMPLAG/RH**
**PORTARIA 200/2016**

**PORTARIA 200 /2016**

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder **10 (dez) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **ANGELITA BETHÂNIA DE LIMA MATOS OLIVEIRA–** Titular do Cargo efetivo de **ENFERMEIRA, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 06/04/2016 até o dia 15/04/2016, referente o período aquisitivo de 2014/2015.**

**Art. 2º** - Conceder **15 (quinze) dias** de Férias a Servidora

Publica Municipal a Sra. **IZILDA MARIA DE A. GOMES–** Titular do Cargo Efetivo de **ODONTOLOGA, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 18/04/2016 até o dia 03/05/2016, referente o período aquisitivo de 2013/2014.**

**Art. 3º -** Conceder **10 (dez) dias** de Férias ao Servidor Publico Municipal o Sr. **JAYDOMAR DE ARAUJO GOMES –** Titular do Cargo efetivo de **AGENTE DE FISCALIZACAO - FISCAL DE TRIBUTOS, lotado** junto a Secretaria Municipal de Receita e Controle, a partir do dia 20/04/2016 até o dia 30/04/2016, referente o período aquisitivo de 2014/2015.

**Art. 4º -** Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publico Municipal a Sra. **ALDENORA ARAUJO DA SILVA –** Titular do Cargo Efetivode**SERVIÇO DE APOIO I 40 HORAS SEMANAIS,** lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir do dia 01/04/2016 até o dia 30/04/2016, referente o período aquisitivo de 2014/2015.

**Art. 5º - Conceder 30(trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **ANGELICA PEREIRA DA SILVA**- Titular do Cargo efetivo de **TÉCNICO - TÉCNICO ADMINISTRATIVO ESCOLAR**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infra Educação, a partir do dia 11/04/2016 até o dia 10/05/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

**Art. 6º - Conceder 30(trinta) dias** de Férias ao Servidor Publica Municipal o Sr. **CASTRO ALVES DE OLIVEIRA**- Titular do Cargo efetivo de **AGENTE OPERACIONAL - MOTORISTA** lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir do dia 01/04/2016 até o dia 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

**Art. 7º - Conceder 30(trinta) dias** de Férias ao Servidor Publico Municipal o Sr. **CLAUDENOR SANTIAGO OLIVEIRA** - Titular do Cargo em comissão de **DIR. ASSIST. INTERMEDIARIO - ENCARREGADO DAI**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 10/03/2016 até o dia 08/04/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

**Art. 8º - Conceder 30(trinta) dias** de Férias ao Servidor Publico Municipal o Sr. **EDUARDO GOMES SILVA**- Titular do Cargo efetivo de **ODONTÓ-**

**LOGO**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 11/04/2016 até o dia 10/05/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

**Art. 9º - Conceder 30(trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **NILCEIA MAY DA SILVA**- Titular do Cargo efetivo de **SERVIÇO DE APOIO I - SECRETARIA RECEPCIONISTA**, lotado junto a Secretaria Municipal de Receita e Controle, a partir do dia 01/04/2016 até o dia 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

**Art. 10º - Conceder 30(trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **NILA LUZIA DE SOUZA**- Titular do Cargo efetivo de **AUX DE SERV. GERAIS - AGENTE DE SERV DA SAUDE 8 HS**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 13/04/2016 até o dia 12/05/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

**Art. 11º - Conceder 30(trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **CRISTIAN KATIUSCIA LIMA NEVES GAZANE**- Titular do Cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01/04/2016 até o dia 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

**Art. 12º. –** Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 30 de Abril de 2016.

Rublica

---

**SMPLAG/RH**
**PORTARIA 201/2016**

**PORTARIA 201/2016**

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar e estabelecer as Normas sobre o regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010, 265 de 02/08/2010 e 247 de 01/03/2010, que Dispõem sobre o Estatuto e dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Alto Paraguai – MT.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Reenquadrar,** a servidora municipal CARMINDA SIMAS DA SILVA DELGADO, Matricula 606, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **178 B-03** PARA NIVEL **178 B-04**;

**Art. 2º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal GISELIA ANTONIA DA SILVA, Matricula 583, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **167 D-03** PARA NIVEL **167 – B-04**;

**Art. 3º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal ILDES GRAVE MAY, Matricula 608, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **171 B-03** PARA NIVEL **171 – B-04**;

**Art. 4º** - **Reenquadrar,** o servidor municipal JAILTON CESAR GOMES SANTOS, Matricula 603, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **181 B-03** PARA NIVEL **181 – B-04**;

**Art. 5º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal JENIFFER LYNE MATOS VIEIRA, Matricula 1462, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **196 A-01** PARA NIVEL **196 – A-02**;

**Art. 6º** - **Reenquadrar,** o servidor municipal JUAREZ VAZ DE ALMEIDA, Matricula 611, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **258 C-03** PARA NIVEL **258 – C-04**;

**Art. 7º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal LUZINEIDE AGRIPINA DA SILVA, Matricula 588, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **167 D-03** PARA NIVEL **167 – D-04**;

**Art. 8º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal NATALIA MODESTO DE OLIVEIRA, Matricula 614, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **196 B-03** PARA NIVEL **196 – B-04**;

**Art. 9º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal NILCEIA MAY DA SILVA, Matricula 591, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **204 C-03** PARA NIVEL **204 – C-04**;

**Art. 10º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal NILVA SANTANA DE SOUZA, Matricula 592, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **205 C-03** PARA NIVEL **205 – C-04**;

**Art. 11º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal ODETH CORREA DA SILVA, Matricula 593, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **251 C-03** PARA NIVEL **251 – C-04**;

**Art. 12º** - **Reenquadrar,** o servidor municipal ODILAR HENRIQUE DE OLIVEIRA, Matricula 594, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **202 A-03** PARA NIVEL **202 – A-04**;

**Art. 13º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal TATIANA DE OLIVEIRA CARDOSO, Matricula 605, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **178 B-03** PARA NIVEL **178 – B-04**;

**Art. 14º** - **Reenquadrar,** a servidora municipal ZAILDES ARAUJO DE CARVALHO, Matricula 598, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **246 B-03** PARA NIVEL **246 – B-04**;

**Art. 15º** - **Reenquadrar,** o servidor municipal ODINEY FERREIRA, Matricula 595, que adquiriu o direito à elevação de NIVEL **221 A-03** PARA NIVEL **221 – A-04**;

**Art.16 º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 30 de Abril de 2016.

Rublica

---

**SMPLAG/RH**
**PORTARIA 202/2016**

**PORTARIA 202/2016**

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Nomear** o **Sr. LUIS SANTIAGO DOS SANTOS**, portador do **RG N° 982.821** SSP/MT, e do **CPF N° 973.726.921-72,** para exercer o cargo em comissão de **DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA - DAI – ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO URBANA, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento.**

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT, 02 de Maio de 2016.

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

### PREFEITURA MUNICIPAL
### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2016 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. MAURÍCIO JOEL DE SÁ, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, com a empresa PETERSON ZUFFO & CIA LTDA, onde ficou acertado o cachê de R$ 46.750,00 (quarenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais) para apresentação de shows nos dias 12 e 13/05/2016 por ocasião da realização do aniversário do Município de Alto Taquari, resolve RATIFICAR a justificativa apresentada, autorizar a contratação e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari - MT, 03 de maio de 2016. **MAURÍCIO JOEL DE SÁ -** Prefeito Municipal

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO N° 122/2016

**DECRETO N° 122/2016**

"Dispõe sobre nomeação de aprovado no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

**DECRETA**:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeado para exercer em caráter efetivo o cargo de **Operador de Máquinas em Geral**, constante do anexo III, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, o Senhor **Anderson do Nascimento Tavares**, CPF/MF sob o n° 001.305.021-46, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

Art. 2° - O nomeado, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Operador de Máquinas em Geral**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 03 de Maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

**Prefeito Municipal**

### PREFEITURA MUNICIPAL
### DECRETO Nº 123/2016

**"Dispõe sobre a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Contratação Emergencial, nos termos do Edital Nº 003/2016/PMAT."**

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Sr. Maurício Joel de Sá, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que foram cumpridas todas as etapas previstas nos respectivos editais do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2016/PMAT,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, em conformidade com os Editais do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2016/PMAT.

Artigo 2º - Com a presente homologação, os candidatos aprovados poderão ser convocados, para serem investidos em cargo público, sob regime de Contrato Temporário por Prazo Determinado, obedecida à rigorosa ordem de classificação final e de acordo com a necessidade da Administração.

Artigo 3º - O prazo de validade do referido Processo Seletivo Simplificado é até 31/12/2016, contados a partir da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado por igual período.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Taquari, 03 de Maio de 2016.

**Maurício Joel de Sá**

Prefeito Municipal

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO N° 121/2016

**DECRETO N° 121/2016**

"Dispõe sobre nomeação de aprovado no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

**DECRETA**:

**Art. 1°** - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeado para exercer em caráter efetivo o cargo de ***Motorista***, constante do anexo II, da Lei n° 390/2004, de 10 (dez) de dezembro de 2004, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, o Senhor **Marcelo Arthur Barbosa**, CPF/MF sob o n° 074.896.497-57, em virtude de ter sido aprovado em Concurso Público.

**Art. 2°** - O nomeado, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Motorista**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

**Art. 3°** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4°** - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 03 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

**Prefeito Municipal**

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO Nº 107/2016

**DECRETO Nº 107/2016**

"Dispõe sobre a nomeação de **Assessor de Comunicação** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

**DECRETA**:

**Artigo 1º**. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Assessor de Comunicação**, o Senhor **Eduardo Candido Borges**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 014.629.021-62, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

**Artigo 2**°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3**°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 13 de abril de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

### RECURSOS HUMANOS
### DECRETO Nº. 948/2016.

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO**

**ADALTO JOSÉ ZAGO**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

**D E C R E T A**

**Artigo 1º -** Exonerar a pedido o Sr. **Gilson Pires dos Santos**, nomeado no cargo de Chefe do Setor de Vigilância Sanitária Epidemiológica, lotado no Departamento de Água e Esgoto-DAE.

**Artigo 2º** - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 04 de Maio de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

**PREFEITO MUNICIPAL**

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 155/2016.

**SUMULA: "DISPÕE SOBRE RECISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**ADALTO JOSÉ ZAGO,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

**RESOLVE**

**Artigo 1º** - Rescindir a pedido o Contrato de Prestação de Serviço Nº 016/2016, da Servidora Pública Municipal Sra. **Catiane Conrad,** do cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Cumpra-se

Pública-se

Apiacás-MT, 04 de Maio de 2016.

**ADALTO JOSÉ ZAGO**

-PREFEITO MUNICIPAL-

### PREFEITURA MUNICIPAL
### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 022/2016**

*PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016*

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 019/2015,** no dia 16/05/2016 **às 8:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219

### RECURSOS HUMANOS
### R ETIFICAÇÃO

**Art. 1º** Retificar a Portaria 154/2016 de 03 de maio de 2016, que retornou a Servidora Carlinda Simão de Araujo, que se encontrava de licença médica

.**Onde se lê: Art. 1º -Retornar a Servidora...**

**Leia-se: Art. 1º - Prorrogar a licença médica de Carlinda Simão de Araujo no período de 02/05/2015 à 30/07/2016.**

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Apiacás-MT; 03 de Maio de 2016.

### PREFEITURA MUNICIPAL
### EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO SANDOVAL FREIRE DA COSTA (MEI),

ONTRATO N° - 041/2016

OBJETO – SERVIÇOS COM CAMINHÃO PIPA

VALOR- R$ 60.000,00 ( sessenta mil reais).

VIGENCIA – 08 MESES

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA N°. 156 /2016

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".***

**ADALTO JOSÉ ZAGO,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Conceder Auxilio Doença a Servidora Sra. **Gisele Teixeira da Silva Araujo,** ocupante do cargo Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde no período de 04/05/2016 à 18/05/2016.

**Art. 2°** - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 04 de Maio de 2016.

_____

**ADALTO JOSÉ ZAGO**

-Prefeito Municipal-

### PREFEITURA MUNICIPAL
### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

**MODALIDADE- PREGÃO PRESENCIAL 011/2016**

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou Na data de *25/04/2016*, licitação modalidade Pregão Presencial 011/2016

OBJETO: SERVIÇO TERCEIRIZADO COM CAMINHÃO PIPA

EMPRESA VENCEDORA – SANDOVAL FREIRE DA COSTA

**VALOR GLOBAL -** R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

VIGENCIA -08 MESES

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA N.º 30/2016,ARAGUAIANA/MT, 28 DE ABRIL DE 2016.**

**PORTARIA N.º 30/2016**

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição á servidora* **Sra. Euripia Martins de Freitas.***"*

O Prefeito do Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º, I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 86, I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 669, de 13 de maio de 2015, que rege a previdência municipal,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** á servidora Sra. **EURIPIA MARTINS DE FREITAS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 549 305 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 395.763.451-20, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Araguaiana - MT, com proventos integrais e com paridade, conforme processo administrativo do ARAGUAIANA - PREV, n.º 2016.04.00006P, a partir desta data até posterior deliberação.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Araguaiana/MT, 28 de Abril de 2016.

**José Marra Nery Prefeito Municipal**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº 31/2016 DE 03 DE MAIO DE 2016**

**PORTARIA Nº 31/2016**

**De 03 de maio de 2016**

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Senhora **LIDIA ARRAES DE OLIVEIRA SILVA**, portadora da CI RG nº 397.775 -SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 395.707. 701-04, no cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** enquadrando-a no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 475/09 de 07/01/2009.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

**05 – Secretaria Municipal de Educação**

**05.01 – Gabinete do Secretário**

**2009 – Manutenção e encargos com Gab. da Secretaria Mun de Educação.**

**3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas**

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 03 de maio de 2016.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA N.º 29/2016, ARAGUAIANA/MT, 27 DE ABRIL DE 2016.**

**PORTARIA N.º 29/2016**

*"Dispõe sobre a averbação de tempo de serviço da* ***Sra. Euripia Martins de Freitas"***

O Senhor José Marra Nery, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município

Resolve:

**Art. 1º** Determina averbar o tempo de serviço considerado e confirmado em 7.904 (sete mil, novecentos e quatro) dias, correspondentes a 21 (vinte e um) anos, 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001010.1.00021/16-9, emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

**Art.2º** À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguaiana/MT, 27 de Abril de 2016.

***José Marra Nery***

***Prefeito Municipal***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 49/2013 ARAGUAIANA, 12 DE SETEMBRO DE 2013**

Dispõe sobre o reconhecimento da nova composição do Conselho da Alimentação Escolar – CAE

O Exmº Sr. **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - Nomear, para exercerem a função de *Conselheiros do* ***Conselho da Alimentação Escolar – CAE:*** conforme indicação da entidade de classe que as representam, as pessoas abaixo relacionadas:

**Representante Do Poder Executivo Municipal.**

**TITULAR:** Srª. SILVANIA PEREIRA FERREIRA CPF: 775.577.861-49

**SUPLENTE:** Srª**.** JOSIANE LEBERATO VILELACPF: 020.763.211-10

**Representantes da Sociedade Civil.**

**TITULAR:** Sr.JOSÉ RODRIGUES DE CARVALHO CPF:141.075.111-20

**SUPLENTES:** Srª.ELIZABETE MARIA VASCO REIS CPF: 327.729. 551-68

**TITULAR:** Srª.NILCIMEIRE MARQUES DA SILVA CPF: 568.116.081-53

**SUPLENTES:** Srª.TEREZINHA DE JESUS RAMALHO DE SOUZA CPF: 284.238.361-34

**Representante da Secretaria Municipal de educação**

**TITULAR:** Srª. MARIA BELINHA RIBEIRO DE SOUZA CPF: 785.932. 201-34

**SUPLENTE:** Srª. LUCIANE FERREIRA DA COSTA CPF: 921.416.501-78

**Representante do Professores.**

**TITULAR**: SUZE ELI SANCHES CPF: 593.652.851-00

**SUPLENTE:** HUGO NEY PEREIRA CPF: 141.126.201-87

**Representantes de pais e alunos.**

**TITULAR:** Srª.KENIA REGINA ALVES CPF: 010.788.591-18

**SUPLENTE:** Sr. MAURO JOSÉ DOS SANTOS CPF: 946.601.581-87

**TITULAR:** Srª GIZELHA RODRIGUES DOS SANTOS CPF: 018.756. 071-45

**SUPLENTE:** Srª.DÂMARIS HOANE DE OLIVEIRA ALVES CPF:035.933. 111-43

**Art. 2º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, aos 12 dias do mês de Setembro de 2013.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA 87/2016, NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

**SIDNEY PIRES SALOMÉ**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Nomear a Senhora**, Marlene Rodrigues Moraes**, para exercer o cargo de **Gerente de Habitação,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

***SIDNEY PIRES SALOMÉ***

*Prefeito Municipal*

### DEPARTAMENTO FINANCEIROS
### PORTARIA DE Nº 009-16 CONCEDER FÉRIAS NORMAIS

**PORTARIA Nº 009/2016**

**TONY FABRICIO LARRANHAGAS MAMEDES**, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições.

**RESOLVE**:

**C**onceder férias ao Servidor SILVIO CARAVIER, 30 (trinta) dias de Férias, regulamentares correspondente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 01/07/2016.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 02 (Dois) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e Dezesseis (2016).

**Tony Fabricio Larranhagas Mamedes**

**Presidente**

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA 92/2016, REVOGAÇÃO DE "GRI" DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA 26/2016 DA SERVIDORA CHRISCIANY MORAES PEREIRA FRANÇA, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

**SIDNEY PIRES SALOMÉ**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Revogar a Portaria Nº 26/2016, datada de 23/02/2016 em que gratifica a Srª. CHRISCIANY MORAES PEREIRA FRANÇA, servidora efetiva no cargo de Assistente Social, no valor de 50% (Cinqüenta Por Cento) de seu salário base, para exercer a jornada de 30 (trinta) horas semanais**,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

***SIDNEY PIRES SALOMÉ***

*Prefeito Municipal*

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA 93/2016, LOTAÇÃO E DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

**DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

**SIDNEY PIRES SALOMÉ**, Prefeito do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Designar o servidor **DALVAN NONATO ALVES**, ocupante do cargo efetivo de Operador de Maquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural, para desempenhar suas funções laborativas junto á **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário. Em especial a portaria 62/2015.

Registra-se, publica-se, cumpra-se..

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

***SIDNEY PIRES SALOMÉ***

*Prefeito Municipal*

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
### COMUNICADO INTERNO EDUCAÇÃO 31/2016, RELATIVO AUSENCIA DE SERVIDOR

CIRCULAR INTERNA Nº 031/2016

Prezado Senhor,

Através do presente, vimos informar Vossa Senhoria, que o funcionário CICERO GUILHERME FALURENE DE SOUZA, Portaria de **Nº** 053/2016 datado em 10/03/2016, com o Cargo de Gerente de Esporte e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, não compareceu no trabalho nos dias 15 e 25 a 29 Abril de 2016 conforme documentação em anexo. Solicito a suspensão do pagamento de 06 dias, pois o documento anterior houve um equivoco.

Atenciosamente,

***LINDINALVA DE SOUZA ANDRADE***

*Secretária Municipal de Educação*

**ILM. SR. OVIDIO DE FREITAS GODOY**

**MD. Chefe do Deptº de Recursos Humano**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 86/2016, NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

**SIDNEY PIRES SALOMÉ**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Nomear a Senhora**, Rosiane Rios Reis Salomé**, para exercer o cargo de **Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

***SIDNEY PIRES SALOMÉ***

*Prefeito Municipal*

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 91/2016, REVOGAÇÃO DA PORTARIA 216/2015 DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA 216/2015 DO SERVIDOR Raimundo Francisco Araujo Mendes, DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT.

**SIDNEY PIRES SALOMÉ**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Revogar a Portaria Nº 216/2015, datada de 18/11/2015 que nomeia o Sr. **Raimundo Francisco Araujo Mendes,** matrícula nº 1125,ocupante do cargo efetivo de Operador do Smae, "B-02"para exercer a função gratificada de **Gerente de Manutenção de Bens Públicos,** da Secretaria Municipal de **Esportes e Lazer,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

***SIDNEY PIRES SALOMÉ***

*Prefeito Municipal*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**
**EXTRATO DO DECIMO TERMO ADITIVO CONT. 131.2011**

**EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 131/2011**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA MODELO ENGENHARIA LTDA**

**OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

**PERIODO DE EXECUÇÃO: 254 DIAS**

**DATA DA ASSINATURA: 20/04/2016**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO**
**CONVÊNIO FACILITAR 010/2016**

**Concedente:** Prefeitura Municipal de Barra do Bugres por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – CNPJ: 03.507.522/0001-72 **Convenente:** Conselho Deliberativo Da Comunidade Escolar do" Centro de Educação Infantil e Fundamental Primeiros Passos" inscrita no CNPJ/MF nº16.555.156/0001.

**Objeto:** Com a finalidade de custear despesas que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiário. **Valor total do Convênio: R$ -** R$ 26.520,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte reais).

**Dotação Orçamentária**: 08.002.0.0.12.361.5040.1.051 3.3.90.41.00.00

**Data Assinatura**: 04/04/2016. **Prazo de Vigência:** 31/12/2016

**CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: CARTA CONVITE Nº. 002/2016

DATA DA ABERTURA: 10/05/2016 – 08h00min

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), nomeada pela Portaria nº 002/2016, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e demais legislações aplicáveis, TORNA PÚBLICO a realização de Licitação na modalidade **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com finalidade de contratar o fornecimento de combustíveis, Óleos Lubrificantes, filtros de óleo e higienização, destinados ao abastecimento e conservação dos veículos da Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT, para o exercício de 2016. A retirada do edital poderá ser feita na sede do Poder Legislativo de Barra do Bugres, sita à Rua Belo Horizonte, 70, Centro, Barra do Bugres - MT, das 07h00min às 12h00min.

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 03 de maio de 2016.

Onerlino Batista da Silva

Presidente CPL:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

**AVISO DE LICITAÇÃO PE 015/2016**

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 015/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico (SRP) Nº 015/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO BIOMETRICO.** Data da sessão pública: **16/05/2016** 0às **08h30-min** (horário de Brasília), pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66-3402-2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 03/05/2016.

**EXTRATO DE CONTRATOS**

**CONTRATO Nº645 /2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: WENIA FERREIRA FRANCO. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 12 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº646 /2016 DISPENSA 023/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CLEULICE MARIA DE JESUS. Objeto: Locação de imóvel. Valor Global: R$ 4.500,00 mensais. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, ,12 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº647 /2016 DISPENSA 024/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: LUZINEIDE ARANTES DA SILVA. Objeto: Locação de Imóvel. Valor Global: R$3.600,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 12 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº648 /2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: ANDREA DOURADO BOECHAT. Objeto: Engenheira Civil. Valor Global: R$ 2.010,38 mensais. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças,12 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº649 /2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CRISTIANI MOURA OLIVEIRA. Objeto: assistente Administrativo. Valor Global: R$880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 14 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº650 /2016 CARTA CONVITE 004/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CENTRO AMÉRICA SERVIÇOS LTDA. Objeto: Prestação de Serviços na Praça da Matriz. Valor Global: R$ 59. 994,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças,18 de fevereiro de 2016.

**CONTRATO Nº651 /2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: MARIA SANDRA DOS SANTOS. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 19 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº652 /2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CLEUSA SILVA DE OLIVEIRA. Objeto: Professora. Valor Global: R$ 2.002,16 mensais. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 19 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº653/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: MARIA DE LOURDES F. DE JESUS BORGES - ME. Objeto: Locação caminhão para transporte de material pedagógico. Valor Global: R$ 19.000,00 mensais. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 20 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº654 /2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA. Objeto: Tratamento Esgoto hospitalar. Valor Global: R$ 18.088,60 mensais. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 25 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº655 /2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: ELISANGELA DA SILVA RAVANELLI LIMA. Objeto: Fisioterapeuta. Valor Global: R$ 2.010,38 mensais. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 25 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº656 /2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: PATRICIA HERNANDA VALLIN DE MELO SOUZA. Objeto: AAE. Valor Global: R$ 880,00 mensais. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 25 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº657 /2016 TP 009/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CONSTRUTORA NETO E SANTOS LTDA -ME. Objeto: AAE. Valor Global: R$ 159.006,46 mensais. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 27 de abril de 2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 181 DE 29 DE ABRIL DE 2016.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18392, de 28 de abril de 2016,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Revogar a Portaria nº 272 de 03 de junho de 2014 que designou o servidor **LUIZ ALVES DA SILVA** – Assistente Administrativo, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Inspeção Sanitária Epidemiológica e Controle de Zoonoses, da Secretaria de Saúde, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 02 de maio de 2015.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de abril de 2016.

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

**Secretário Municipal de Saúde**

Afixado em: 29.04.16

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 178 DE 29 DE ABRIL DE 2016.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18392, de 28 de abril de 2016,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar a servidora **ESTELA DA SILVA LOPES** – Almoxarife, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Avaliação e Controle de Convênios, da Secretaria de Saúde, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 02 de abril de 2016.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de abril de 2016.

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 29.04.16

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 182 DE 29 DE ABRIL DE 2016.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18392, de 28 de abril de 2016,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar o servidor **JOSE BENILTON LEITE POMPILIO** – Assistente Administrativo, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Inspeção Sanitária Epidemiológica e Controle de Zoonoses, da Secretaria de Saúde, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 02 de maio de 2015.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de abril de 2016.

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

**Secretário Municipal de Saúde**

Afixado em: 29.04.16

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO**
**RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 17/2016**

**RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 17/2016- PREGÃO ELETRONICO N°26/2016.**

**Onde se lê:** valor **R$465.889,21 (quatrocentos e sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e um centavos).**

**Leia se:** valor **R$465.889,20 (quatrocentos e sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).**

**Local e Data:** Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de maio 2016.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N°26/2016**

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO N°26/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO

MENOR PREÇO POR ITEM.

**Onde se lê:** Perfazendo com valor total de **R$465.889,21 (quatrocentos e sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e um centavos).**

**Leia se:** Perfazendo com valor total de **R$465.889,20 (quatrocentos e sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).**

**Local e Data:** Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de maio 2016.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 111/2016-PGM**

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

**Extrato do Contrato Administrativo n.° 111/2016-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: M.C PEREIRA RIBEIRO - ME

**Objeto:** Execução dos serviços de reforma e ampliação no guarda-corpo metálico das arquibancadas do estádio “Luiz Geraldo da Silva” (Geraldão), para atender às normas e exigências do Corpo de Bombeiro. O objeto do presente contrato está orçado em **R$ 14.899,95 (catorze mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)** e o prazo de sua **Vigência** estipulada em **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura e o prazo de **Execução** em **30 (trinta) dias**.

Cáceres – MT, 03 de Maio de 2016.

Jair Cestari

Secretaria Mun. De Esporte, Cultura e Lazer

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°38/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.**

**Interessada:** Secretarias do Municipal de Educação

**Objeto:** Registro de Preço para futura aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores de câmara de ar, extensão de válvula com a certificação compulsória do Inmetro e remendo para câmara de ar, kit espátula para desmontar e montar pneus sem câmara dos veículos, visando atender toda a frota de veículos que fazem o transporte e apoio escolar da Secretaria Municipal de Educação.

**Realização:** 19 de maio 2016 às 08:00 horários Local.

**Observação:** A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma bllcompras.org.br

**Local e Data:** Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de maio 2016.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 180 DE 29 DE ABRIL DE 2016.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo protocolado sob. Nº 18392, de 28 de abril de 2016,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designa o servidor **MAURO MARCIO DE CARVALHO** – Veterinário, para exercer a função de Chefe da Divisão de Fiscalização Sanitária da Secretaria de Saúde do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de maio de 2016.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de abril de 2016.

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 29.04.2016

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 212 DE 02 DE MAIO DE 2016**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e;

**CONSIDERANDO que a Comissão ficará instalada na SEPLAN, caso haja substituição de Secretários das pastas, estes fiquem automaticamente substituídos pelos novos Secretários no referido Decreto.**

**CONSIDERANDO** o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 18500, de 27 de abril de 2016,

**RESOLVE:**

**Art.1º** Nomear os senhores relacionados abaixo, para compor a **COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES**, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

**I – DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA:**

a) Secretaria Municipal de Planejamento

**II- DA REPRESENTATIVIDADE:**

**REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:**

a) Secretaria Municipal de Governo Titular: Wilson Massahiro Kishi Suplente: Leliane Barros da Silva b) Secretaria Municipal de Finanças Titular: Arly Monteiro Rodrigues Suplente: Adriana Deitos c) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos Titular: Valdeci Rodrigues da Costa Suplente: Demis Rogerio Rodrigues Costa d) Secretaria Municipal de Ação Social Titular: Eliane Batista Suplente: Juliani Praxedes Bastos e) Secretaria Municipal de Saúde Titular: Roger Alessandro Rodrigues Pereira Suplente: Agberto Ralfo Guimarães f) Secretaria Municipal de Educação Titular: Nelci Elieth Longhi Suplente: Luciana de Souza Gattass Crepaldi g) Secretaria Municipal de Fazenda

Titular: Junior Cesar Dias Trindade

Suplente: Luis Mário Castrillon Mendes Araújo

h) Secretaria Municipal de Ind. Comércio, Meio Amb.e Turismo Titular: Maria Aparecida Nepomuceno Suplente: Antônio Carlos de Jesus Mendes i) Secretaria de Esporte Cultura e Lazer Titular: Jair Cestari Suplente: Arinéia Graciela Ardaia j) Secretaria Municipal de Administração Titular: Marli Fatima Ferreira de Lima Suplente: Marileide Lopez Parabá

**REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:**

a) Câmara Municipal de Cáceres

Titular: Vereador Sebastião Pinheiro Duarte

Suplente: Vereador Marcio Paes da Silva de Lacerda

**REPRESENTANTES DO GOVERNO ESTADUAL:**

a)2ª Companhia Independente de Bombeiro Militar Titular: Sub. Tem. BM. Jair de Paula Felisbino Suplente: 2º SGT. BM. Wando Reis de Oliveira b)6º Batalhão de Polícia Militar Titular: TEM.CEL.PM Waldez Moura Tapajós Suplente: Mauruti de Campos Lima c) Polícia Judiciária Civil Titular: Judá Maali Pinheiro Marcondes – Delegada Suplente: Rafael dos Santos Meireles-Investigador

**REPLESENTANTE DO GOVERNO FEDERAL:**

a) Caixa Econômica Federal Agência Cáceres-MT

Titular: Leandro Diaci Baroni

Suplente: Luiz Marcio Cebalho El Chamy

b) Agência Fluvial de Cáceres – MT Titular: Capitão – Tenente (AA) Ronaldo da Costa Lima Suplente: Terceiro-Sargento (FN-IF) 86.317.68 Everaldo Santos Damasceno

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**

a)Rotary Club de Cáceres – Distrito 4440 Titular: Benice B. de Oliveira b) Loja Maçônica Liberdade Cacerense Titular: Francisco do Prado e Silva Junior Suplente: Rodrigo Miguel de Oliveira **REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES:**

a) Conselho Municipal de Cultura

Titular: Elias Rocha Barros Sobrinho

Suplente: Rosmere de Oliveira

b) Conselho de Gestão da Previ-Cáceres

Titular: Valdeníria Dutra Ferreira

Suplente: Cieily Lopes Ferreira

c) Conselho Municipal de Saúde

Titular: Cézare Pastorello Marques de Paiva

Suplente: Milton da Silva Oliveira

d) União Cacerense das Associações de Moradores – UCAM

Titular: Marilene de Oliveira Nascimento

Suplente: João Batista da Silva

**REPRESENTANTES DAS ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA:**

a) Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT

Titular: Prof. Ms Dilma Lourença da Costa

Suplente: Prof. Ms. Marcelo Goveia Sebastião

**REPRESENTANTES DAS OPERADORAS E CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS:**

a) Águas do Pantanal/SAEC Titular: Lívia Alcântara Nogueira de Resende Suplente: Paulo Donizete da Costa

**REPRESENTANTES EMPRESARIAIS:**

a) Associação Comercial e Empresarial de Cáceres-ACEC Titular: Valdinei Félix de Macedo Suplente: Sebastião Mario Giraldelli b) Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso-FIEMT Titular: José Carlos Job

**REPRESENTANTES DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS:**

a) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso-CREA-MT Titular: Adilson Domingos dos Reis Suplente: Luiz Carlos de Lara Pinto

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de maio de 2016.

**ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS** Prefeita Municipal de Cáceres em Exercício

Afixado em: 02.05.16

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 211 DE 29 DE ABRIL DE 2016.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** o que consta nos despachos e no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 17960 de 26 de abril de 2016;

**RESOLVEM**:

**Art. 1º** Alterar a nomenclatura da Coordenação de Controle Interno para Coordenação de Comunicação, da Secretaria Municipal de Governo, com efeitos desde 22 de março de 2016.

**Parágrafo Único.** As atribuições da Coordenação de Comunicação, ligada a Secretaria de Governo estão descritas no Anexo Único, sendo parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de abril de 2016.

**ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres em Exercício

Afixado em: 29.04.16

**ANEXO DO DECRETO Nº 211, DE 29 DE ABRIL DE 2016.**

**ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO**

Executar as atividades de Relações Públicas em geral, no sentido de facilitar o contrato permanente do Prefeito e Secretariado junto à Comunidade, às empresas e órgãos públicos; Redigir artigos sobre a administração municipal e encaminhá-los para divulgação nos órgãos de comunicação; Manter atualizadas as assinaturas de jornais, revistas e outras publicações e interesse da municipalidade; Acompanhar o comprimento dos eventuais contratos da Prefeitura com os órgãos de comunicação; Acompanhar o noticiário da Imprensa de interesse do Governo Municipal; Manter servidores e o público em geral informados sobre as atividades da Prefeitura; Manter atualizado o arquivo publicitário da Administração; Zelar pelo patrimônio da Comunicação; Executar quaisquer outras atividades que pelas características se enquadrem na sua competência.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 186 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 18683, de 02 de maio de 2016,

**RESOLVE**:

**Art.1º** Conceder à servidora **ROSANA CARDOSO CARRELO MONARI**, lotada na Secretaria de Municipal de Ação Social, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2004/2009, no período de 02 de maio de 2016 a 30 de julho de 2016.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de maio de 2016.

**ELIANE BATISTA**

Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 02.05.2016.

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**
**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 171/2014-PGM**

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

**Extrato do 5º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo nº 171/2014-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: V L MORETTO & CIA LTDA

**Objeto:** Aditar o **PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA** do Contrato Administrativo n° 171/2014 – PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** e a empresa **V L MORETTO & CIA LTDA** para mais **90 (noventa) dias.**

Cáceres – MT, 03 de Maio de 2016.

Valdeci Rodrigues da Costa

Secretaria Mun. De Obras e Serviços Urbanos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°037/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.**

**Interessada:** Todas as Secretarias do Município.

**Objeto: Registro de Preço para futura e eventual,** contratação de empresa para fornecer água mineral para todas as Secretarias, conforme descrição e quantitativos relacionados no Anexo I.

**Realização:** 17 de maio 2016 às 08:00 horários Local.

**Observação:** A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

**Local e Data:** Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de maio 2016.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**
**EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2014-PGM**

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

**Extrato do 6º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo nº 170/2014-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: V L MORETTO & CIA LTDA

**Objeto:** Aditar o **PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA** do Contrato Administrativo n° 170/2014 – PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** e a empresa **V L MORETTO & CIA LTDA** para mais **90 (noventa) dias.**

Cáceres – MT, 03 de Maio de 2016.

Valdeci Rodrigues da Costa

Secretaria Mun. De Obras e Serviços Urbanos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 187 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 18683, de 02 de maio de 2016,

**RESOLVE**:

**Art.1º** Conceder ao servidor **ROBERTO CARLOS FERREIRA MENDES**, lotada na Secretaria de Municipal de governo, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2011/2016, no período de 02 de maio de 2016 a 30 de julho de 2016.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de maio de 2016.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

Secretário Municipal de Governo

Afixado em: 02.05.2016.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 177 DE 29 DE ABRIL DE 2016.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18392, de 28 de abril de 2016,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Revogar a Portaria nº 274 de 03 de junho de 2014, que designou o servidor **RAUL RAMOS LEITE** – Assistente Administrativo, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Avaliação e Controle de Convênios, da Secretaria de Saúde, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de abril de 2016.

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 29.04.16

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 094 DE 14 DE MARÇO DE 2016.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 1347, de 15 de janeiro de 2013 e 35346 de 19 de dezembro 2014.

**RESOLVE:**

**Art.1º** Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 598, de 16.12.15, a fim de apurar os fatos narrados.

**Art.2º** A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

**§ 1º** Caso o prazo acima citado não seja suficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito à Secretária Municipal de Administração, que autorizará, mediante despacho, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, a contar a data do vencimento.

**§ 2º** A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

**Art.3º** Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a Procuradoria Geral do Município para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

**Art.4º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de março de 2016.

**BRUNO FRANK TEIXEIRA**

Secretário Municipal de Finanças

Afixado em: 14.03.2016

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 114/2016-PGM**

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

**Extrato do Contrato Administrativo n.° 114/2016-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: RP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP

**Objeto:** Construção/ Conclusão da obra reprogramada do Terminal Turístico do Sangradouro. O objeto do presente contrato está orçado em **R$ 1. 140.284,06 (um milhão cento e quarenta mil duzentos e oitenta e quatro reais e seis centavos)** e o prazo de sua **Vigência** estipulada em **300 (trezentos) dias**, contados a partir da data de sua assinatura e a **Execução** do Objeto fica estipulado o prazo de **240 (duzentos e quarenta) dias** contados a partir da Ordem de Serviço.

Cáceres – MT, 03 de Maio de 2016.

Valdeci Rodrigues da Costa

Secretaria Mun. de Obras e Serviços Urbanos

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**
**EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 071/2015-PGM**

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

**Extrato do 6° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 071/2015-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GM 10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP

**Objeto:** Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DA OBRA** do Contrato Administrativo n° 71/2015 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Saúde** e a empresa **GM 10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP,** para mais **30 (trinta) dias**.

Cáceres – MT, 03 de Maio de 2016.

Roger Alessandro Rodrigues Pereira

Secretaria Mun. de Saúde

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016**

**EDITAL Nº 001/ABERTURA**

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº2.620/2016, com fulcro na Lei Municipal nº 1.133/2016,

**RESOLVE:**

**1.0 T O R N A RP Ú B L I C O** o Presente Edital que estabelece instruções especiais destinadas à realização de **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -PSS**, para fins de provimento de funções em caráter temporário no Quadro de Pessoal junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura– SEMEC e Secretaria Municipal de Saúde - SMS, como segue:

**Quadro 1 – Relação de Funções, carga horária e remuneração**

| **QUANTITATIVO DE FUNÇÕES** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Quadro 1.0SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** | | | | | | | |
| **1.1.1 SEDE DO MUNICÍPIO** | | | | | | | |
| **Ord.** | **FUNÇÃO** | **Nº DAFUNÇÃO** | **PROV. IMEDIATO** | **CADASTRO DE RESERVA** | **CH/SEM.** | **REMUNEREAÇÃO (R$)** | **FORMAÇÃO EXIGIDA** |
| *01* | *Professor/Anos Iniciais do Ensino Fundamental* | *01* | ----- | *01* | *Conforme Atribuição* | *Proporcional a Jornada de Trabalho e PSPN vigente* | *Licenciatura em Pedagogia/ Anos Iniciais/ Normal Superior/ Educação Infantil* |
| *02* | Apoio Adm. Educ. /Transp. Escolar | 02 | ----- | ---------- *01* | 30h | **(880, 00) + (20 % relativo a Periculosidade)** | Ensino Fundamental Completo + Curso de Transp. Esc. + Curso de Transp. Passageiros |
| **1.2.1. SEDE DO MUNICÍPIO** | | | | | | | |
| **Ord.** | **FUNÇÃO** | **Nº DA FUNÇÃO** | **PROV. IMEDIATO** | **CADASTRO DE RESERVA** | **CH/ SEM.** | **REM. (R$)** | **FORMAÇÃO EXIGIDA** |
| 01 | Médico (a) | 03 | 01 | ------- | 40h | 9.465,03 | Nível Superior/Bacharel em Medicina |
| 02 | Técnico em Enfermagem | 04 | ------ | 01 | 30 | | Ensino Médio Profissionalizante - Técnico em Enfermagem |

**1.1.** As inscrições serão realizadas no período de **09/05/2016** até o dia **16/05/2016**, das 13:00h às 17:30h, no Paço Municipal, situado na Av. Benônico José Lourenço, 2.170 – Setor União, Campinápolis– MT (Sala Adjunta ao Gabinete). **1.2.** Somente serão admitidas inscrições por terceiros **mediante a apresentação de Procuração** com a assinatura do OUTORGANTE reconhecida em cartório;

1.2.1. Não**haverá cobrança de taxa de inscrição** para o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016;

**2.0 DOS PRÉ-REQUISITOS**

2.1. Ter idade igual ou superior a 18 anos;

2.2. **Ser brasileiro nato ou naturalizado;**

2.3. Estar em dia com as obrigações Eleitorais;

2.4. Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (se do sexo masculino);

2.5. Estar em pleno gozo de sua sanidade física e metal;

2.6. **Ter a escolaridade compatível com a função pretendida;**

2.7. Para a FUNÇÃO de Apoio Administrativo Educacional/Transporte Escolar, exigir-se-á Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D”;

2.8 Fica vedada a participação neste processo seletivo de familiares até terceiro grau de membros da Comissão, nomeada através do Decreto **2.620/ 2016.**

**3.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO**

3.1. Compete ao candidato:

a) Acompanhar todas as publicações feitas **no Jornal Eletrônico dos Municípios**(https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/)**, no sítio da Prefeitura Municipal de Campinápolis**(http://www.campinapolis.mt.gov.br/index.php?nivel=0&exibir=concursos&ID=31), conforme cronograma constante do Anexo I.

b) O candidato não poderá alegar o desconhecimento do **dia, horário e local** de realização das provascomo justificativa de sua ausência.

c)O ***não comparecimento no dia, horário e local*** referenciadas neste Edital para realização das provas, por qualquer que seja o motivo,caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua ***imediata eliminação*** do ProcessoSeletivo Simplificado.

**4.0 DAS PROVAS**

4.1. O Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, será constituído de prova objetiva e prática conforme as disposições especificadas neste Edital.

4.2. As provas do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016,serão regidas pelas disposições do quadro 2 deste Edital e do conteúdo programático constante do Anexo III.

4.2.1. O candidato deverá marcar no ***CARTÃO RESPOSTA***, a assertiva correspondente do Caderno de Provas;

4.2.2 Os Candidatos somente poderão levar o Caderno de Provas após transcorridos 60(sessenta) minutos do início das provas;

**Quadro 2–Demonstrativo das Provas Objetivas e práticas do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016**

| **Ord.** | **FUNÇÃO** | **Área** | **Nº de Questões da Prova Objetiva** | **Pontuação por questão** | **Prova Prática** |
|---|---|---|---|---|---|
| *01* | *Professor/Anos Iniciais do Ensino Fundamental* | *Língua Portuguesa* | *05* | *1,0* | *Não* |
| *Conhecimentos Gerais* | *05* | *1,0* | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| *Conhecimentos Específicos* | *20* | *2,0* | | | |
| *02* | **Apoio Administrativo Educacional /Transporte Escolar** | *Língua Portuguesa* | *05* | *1,0* | *Sim* |
| *Conhecimentos Gerais* | *05* | *1,0* | | | |
| *Conhecimentos Específicos* | *20* | *2,0* | | | |
| | **Médico** | *Língua Portuguesa* | *05* | *1,0* | **Não** |
| *Conhecimentos Gerais* | *05* | *1,0* | | | |
| *Conhecimentos Específicos* | *20* | *2,0* | | | |
| | **Técnico em Enfermagem** | *Língua Portuguesa* | *05* | *1,0* | Não |
| *Conhecimentos Gerais* | *05* | *1,0* | | | |
| *Conhecimentos Específicos* | *20* | *2,0* | | | |

4.3 As provas objetivas serão aplicadas no dia 05(cinco)de junho de 2016, domingo,às 08h(Horário Oficial Brasília), nas dependências, Escola Municipal Anastácio Feliciano Alves, situada na Avenida Flávio Ferreira Lima, nº 630, Setor “Zé Viola”.

4.4. A duração da prova objetiva será de até "03" *(três)* horas e o candidato deverá comparecer ao local mencionado no item 4.3 deste Edital, **com antecedência mínimade 30 minutos do horário determinado**, munido,obrigatoriamente, de documento de identificação com foto e caneta esferográfica azul ou preta.

4.4.1. Os portões da escola onde serão realizadas as provas objetivas **serão fechados as 07:30h (sete horas e trinta minutos**).

4.5. Os candidatos à função Apoio Administrativo Educacional /Transporte Escolar deverão comparecer no Departamento de Estradas e Rodagens – DMER, para a realização das provas práticas de direção veicular no dia05/06/2016, as 14:00h munidos de documento de identificação.

4.5.1. A ordem de chamada para a realização das provas práticas será estabelecida mediante sorteio.

4.6.Ao candidato é **terminantemente proibida** a utilização de quaisquer aparelhos eletroeletrônicos(calculadoras, celulares e/ou similares, relógios, etc. ), bem como usar boné ou óculos de sol durante a realização das provas;

4.6.1. O candidato não poderá entrar na sala de realização das provas portando bolsa, mochila e/ou similar, capacete e/ou qualquer objeto além daqueles autorizados por este Edital.;

4.6.2. O disparo sonoro de despertador, chamada de aparelho celular e/ou outro barulho intermitente e ou outro dispositivo eletrônico **implicará na imediata eliminação do candidato** portador;

4.7.**Os fiscais de provas não se responsabilizarão pela guarda de nenhum objeto dos candidatos**.

4.8. Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

4.9.A **ausência**do candidato implicará em sua **eliminação** do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade para a realização da prova.

4.10.Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridos **45 (quarenta e cinco) minutos;**

4.11.Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, e somente poderão sair quando todos tiverem concluído as provas ou esgotado o tempo para sua realização.

4.12. Os cadernos de Provas constarão de envelopes lacrados e rubricados pela Comissão Organizadora e somente será aberto para conferência junto aos candidatos da respectiva sala.

4.12.1. Os envelopes serão abertos e a quantidade de cadernos de provas e “cartão resposta” serão conferidas e atestadas por no mínimo 03(três) candidatos presentes;

4.12.2. Os candidatos que participarem do processo de conferência do número de cadernos de provas e cartão resposta assinarão termo de conferência editado para esse fim.

4.13. Todas as intercorrências verificadas durante a realização das provas serão registradas em ata circunstanciada.

**5.0 DO SISTEMA DE ELIMINAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DAS ETAPAS**

**5.1.**O presente Processo Seletivo Simplificado de caráter **ELIMINATÓRIO e CLASSIFICATÓRIO**:

5.1.1.Os candidatos aprovados serão elencados em lista por ordem de classificação e sua publicação ocorrerá em conformidade com as datas mencionadas no cronograma de atividades constantes do Anexo I.

5.1.1.1. Dos critérios de desempate:

5.1.1.2. Caso haja empate entre os candidatos será observada os seguintes critérios para desempate:

a) Candidato de Maior Idade;

b) Maior nota na Prova Objetiva/Específica;

c) Maior nota na prova objetiva/Língua Portuguesa;

**5.2 PRIMEIRA ETAPA – PARA TODOS AS FUNÇÕES**

5.2.1 Composta por prova objetiva contendo 30(trinta) questões conforme quadro 3, que totalizarão 50(cinqüenta) pontos;

5.2.2 As questões de língua portuguesa e conhecimentos gerais terão peso de 1,0(um) ponto e as de conhecimentos específicos 2,0(dois) pontos;

5.2.3. Estará eliminado o candidato que não obtiver no mínimo 40%(quarenta por cento) do total da nota da prova objetiva

**5.3 SEGUNDA ETAPA – PARA AS FUNÇÕES DE APOIO ADM. EDUCACIONAL TRANSPORTE ESCOLAR**

5.3.1 Os candidatos para a função de Apoio Administrativo Educacional/Transporte Escolar, realizarão prova de direção veicular com peso de 0(zero) a 10(dez) pontos;

**6.0DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO**

6.1 – O contratado será regido pelo **Regime** Jurídico Único dos servidores públicos.

6.2 – O contratado contribuirá para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

**7.0– DOS RECURSOS**

7.1 Os recursos deverão ser feitos por escrito de forma fundamentada e protocolados junto a Comissão sediada no Paço Municipal, não sendo consideradas reclamações verbais.

7.2 Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital.

**7.3– CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

7.3.1 - A Comissão de Processo Seletivo Simplificado disponibilizará no Jornal Eletrônico dos Municípios(https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/) eno Endereço Eletrônico da Prefeitura Municipal**(http://www.campinapolis.mt.gov.br/index.php?nivel=0&exibir=concursos&ID=31)**, a lista das inscrições deferidas e/ou indeferidas (se houver), a partir do dia 17/05/2016, para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

7.3.2 O candidato terá o prazo de 24(vinte e quatro) horas a partir da divulgação da lista de inscrições deferidas/indeferidas para a interposição de recurso administrativo.

**7.4– CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR/GABARITO**

7.4.1 - Os candidatos terão 24 horas após a realização das provas para impetrarem recursos contra o **CERTAME** junto Comissão de Processo Seletivo.

7.4.2 - A Comissão de Processo Seletivo terá um prazo de 24 horas para emitir parecer sobre recursos interpostos, conforme cronograma constante do anexo I.

**8.0. DA VALIDADE**

8.1 - O prazo de validade do presente Edital, bem como do Processo Seletivo Simplificado, será de 01 (um) ano, prorrogável por até igual período, a contar de sua homologação, se assim o interesse público exigir.

8.1.1. Os contratos junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura terão vigência conforme calendário letivo.

8.1.2 Os demais contratos se expiram no encerramento do exercício financeiro/2016.

8.1.3. Todos os contratos poderão ser prorrogados por igual período se assim o interesse público exigir.

**9.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**:

9.1 - O não comparecimento do candidato ao local e horário das provas implicará na sua desistência e desclassificação/eliminação;

9.2 – A Comissão fará divulgar sempre que necessário e sem prejuízo aos candidatos normas complementares a este Edital;

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado -PSS.

9.4. Os editais complementares (deferimentos/indeferimentos de inscrições, resultados, etc.), serão publicados no Jornal Eletrônico dos Municípios(https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/) eno endereço eletrônico da Prefeitura de Campinápolis-MT (http://www.campinapolis.mt.gov.br/index.php?nivel=0&exibir=concursos&ID=31).

**10. DO REGIME JURÍDICO**

**10.1.** Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão contratados, quando houver necessidade, em Regime de Direito Administrativo, em estrita observância ao aos Princípios Constitucionais que Regem a Administração Pública (CF/88), Lei Complementar nº 001/1993 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município Campinápolis – MT, Lei Complementar nº 015/2007, Lei Complementar nº 027/2011 e Lei Municipal nº 1.133/2016.

**11. DO PROVIMENTO DAS FUNÇÕES PÚBLICOS**

11.1.O provimento das funções escopo deste Edital, ocorrerá de acordo com a necessidade de cada secretaria.

11.2.Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

11.3.A contratação de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de caráter temporário, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes**.**

11.4.A aprovação do candidato não gera a contratação na função para o qual se habilitou, estando a mesma condicionada à necessidade de cada Secretaria.

11.5.Os candidatos ***aprovados e convocados*** terão 24h contadas da publicação do edital de convocação, ***para se manifestarem sobre a aceitação da FUNÇÃO*** e deverão apresentar junto a Chefia de Recursos Humanos a seguinte documentação:

I.CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;

II.Certidão de Nascimento ou Casamento;

III.Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

IV.Comprovante de escolaridade para a função que se habilitou;

V.Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos.

c)Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta corrente no Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP.

d)Comprovante de quitação eleitoral.

e)Declaração de bens.

f)Declaração de não acúmulo de cargo, emprego ou função pública.

g)Exame Admissional.

h) Documento comprobatório de alistamento/dispensa do serviço militar (para os candidatos do sexo masculino);

i) Comprovante de Credenciamento junto ao Conselho Regional de Educação Física (para os candidatos / Professor de Educação Física);

j) Documento comprobatório de participação/conclusão de curso de transporte de passageiros e transporte escolar (para os candidatos / Apoio Administrativo Educacional/Transporte Escolar);

l) Documento comprobatório de ter concluído com aproveitamento o curso introdutório para ACS (para os candidatos ao FUNÇÃO público de Agente Comunitário de Saúde);

11.6.A falta de qualquer documento no ato da assinatura do contrato acarretará na desclassificação do candidato.

11.7.Os casos omissos serão resolvidos pela **Comissão nomeada por meio do Decreto nº 2.620/2016.**

Campinápolis - MT, 03 de maio de 2016.

***RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS***

Presidente da Comissão/ Decreto nº 2.620/2016

**ANEXO I**

**Processo Seletivo Simplificado 003/2016**

**Edital nº 001**

| Ord. | Etapa | Data/Período |
|---|---|---|
| 01 | Publicação do Edital | 03/05/2016 |
| 02 | Período de Inscrição | 09/05/2016 a 16/05/2016 |
| 03 | Divulgação das Inscrições Deferidas | a partir do dia 17/05/2016 |
| 04 | Prazo para interposição de recursos Administrativos contra o indeferimento das inscrições | 17/05/2016 – 18/05/2016 |
| 05 | Resposta aos recursos Administrativos contra o deferimento/indeferimento das inscrições | a partir do dia 18/05/2016 |
| 06 | Homologação das Inscrições/Publicação | a partir do dia 18/05/2016 |
| 07 | Realização das Provas | 05/06/2016 |
| 08 | Divulgação do Gabarito | a partir do dia 05/05/2016 |
| 09 | Resultado Preliminar | a partir do dia 06/06/2012 |
| 10 | Prazo para interposição recursos Administrativos contra o resultado preliminar | 06/06/2016 à 07/06/2016 |
| 11 | Resultado dos Recursos Administrativos contra o resultado preliminar do PSS | a partir do dia 07/06/2016 |
| 12 | Resultado Final | a partir do dia 08/06/2016 |
| 13 | Homologação do Resultado Final | 08/06/2016 |
| 14 | Convocação para as funções de provimento imediato | a partir do dia 08/06/2016 |

**ANEXO II**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2016**

**EDITAL 001**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscrição nº. /2016 | | | | | |
| **Processo Seletivo Simplificado 003/2016<br>Edital nº 001<br>REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO** | | | | | | |
| Dados Pessoais | Nome: | | | | | |
| Data de nascimento: | | | | | | |
| Local de nascimento: | | UF | | | | |
| Sexo: | Masculino: | | Feminino: | | CPF: | |
| RG: | | SSP: | | Data de Exp.: | | |
| Endereço: | | | | | | |
| Nome da mãe: | | | | | | |
| Nome do Pai: | | | | | | |
| Nacionalidade: | | Estado Civil | | | | |
| **Nome do Cônjuge:** | | | | | | |
| Escolaridade: | | | | | | |
| Tel. contato: | | | | | | |
| Filhos menores de 14 anos | | | | | | |
| | Vaga a que pretende concorrer: | Nº DA FUNÇÃO | | | | |

Campinápolis, MT, de maio de 2016.

_____

Assinatura do Candidato

---

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

**COMPROVANTE DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

Eu, signatário do presente requerimento de Inscrição, **li e estou de acordo** com as disposições contidas no Edital 001 do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016

| | |
|---|---|
| NOME DO CANDIDATO | |
| FUNÇÃO A QUE CONCORRE | Nº DA INSCRIÇÃO |
| Nº DA FUNÇÃO | |

Campinápolis-MT, de maio de 2016.

_____

Responsável pela inscrição

**ANEXO III**

**Processo Seletivo Simplificado 003/2016**

**Edital nº 001**

***CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/PROVAS OBJETIVAS***

**LÍNGUA PORTUGUESA – para todas as funções:** Interpretação de texto; gêneros textuais; funções da linguagem; coesão e coerência. Concordância verbal e nominal; morfologia; sintaxe; pontuação; acentuação gráfica, ortografia; figuras de linguagem.

**CONHECIMENTOS GERAIS – para todas as funções:** Cultura Geral (Nacional e Internacional); História e Geografia do Brasil; Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas, conhecimentos sobre o Município de Campinápolis – MT, Lei Complementar 001/1993.

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 015/2007**(para candidatos as funções da Secretaria Municipal de Saúde);

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 027/2011**(para candidatos as funções da Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**FUNÇÃO Nº001/Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental:**Concepções de Educação; Concepções de Currículo; A Escola e a sua Função; Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva; Currículos e programas; PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola); Os Projetos de Trabalho; Competências e práticas sociais; O desenvolvimento infantil nos aspectos: Intelectuais, Sociais e Emocionais; A Escola e o desenvolvimento do pensamento; Desenvolvimento e Aprendizagem; Pensamento e Linguagem; Os estágios do desenvolvimento: Sensório Motor, pré-operacional, o nível intuitivo (5-7 anos aproximadamente); O nível operacional concreto (7-11/12 anos); O nível operatório abstrato (11/12 a 15/16 anos); Organização dos esquemas; Inteligência: uma ou múltiplas.

**FUNÇÃO Nº 002: Apoio Administrativo Educacional/Transporte Escolar:** Conhecimentos básicos inerentes ao Código de Trânsito Brasileiro; Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito; Direção defensiva; Noções gerais de circulação e conduta; Noções de mecânica de autos; Noções de primeiros socorros; Sinalização de Transito, Manutenção e Limpeza de veículos.

**FUNÇÃO Nº 003: Médico.** BRASIL, Constituição Federal de 1988 – Titulo II - Cap. I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Cap. II - Dos Direitos Sociais; Titulo VIII – Cap. II – Da seguridade Social; Seção II - Da Saúde; Cap. VII - Da família, Da criança, Do adolescente, Do Jovem e Do idoso). Lei 8080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. TÍTULO I - Das Disposições Gerais; TÍTULO II - Do Sistema Único De Saúde - Cap. I Dos Objetivos e Atribuições; Cap. II - Dos Princípios e Diretrizes; Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial, cardiopatia isquêmica, insuficiência cardíaca, miocardiopatias e valvulopatias e arritmias cardíacas. Doenças pulmonares: asma brônquica e doença pulmonar obstrutiva crônica, embolia pulmonar, pneumonias e abscessos pulmonares. Doenças gastrointestinais e hepáticas: e insuficiência úlcera péptica, doenças intestinais inflamatórias e parasitárias, diarréia, colelitíase e colecistite, pancreatite, hepatites virais e hepatopatiastóxicas hepática crônica. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, síndrome nefrótica e litíase renal. 6 Doenças endócrinas: diabetes mellitus, hipotireoidismo e hipertireoidismo, tireoidite e nódulos tireoidianos. Doenças reumáticas: artrite reumatóide, espondiloartropatias e gota. Doenças infecciosas e terapia antibiótica. Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária. Emergências clínicas. Controle de infecções hospitalares. Doenças neurológicas, AVC, polirradiculoneurites polineurites e doenças periféricas. Doenças degenerativas e infecciosas do SNC.

**FUNÇÃO Nº004: Técnico em Enfermagem** 1. Psicologia e Ética. 2. Higiene e Profilaxia. 3. Anatomia e Fisiologia. 4. Nutrição e Dietética. 5. Noções de Farmacologia. 6. Microbiologia e Parasitologia. 7. Patologia. 8. Enfermagem Médica. 9. Enfermagem Cirúrgica. 10. Enfermagem Neuropsiquiátrica. 11. Enfermagem em Saúde Pública. 12. Noções de Administração de Unidades de Enfermagem. 13. Organização do Processo de Trabalho em Saúde. 14. Organização do Processo de Trabalho em Enfermagem. 15. Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho. 16. Promoção da Biossegurança em Saúde. 17. Prestação de Primeiros Socorros. 18. Noções de Toxicologia. 19. Métodos de Desinfecção e Esterilização de Materiais e Equipamentos de

Saúde. 20. Regulamentação do Exercício Profissional de Enfermagem do Trabalho no Brasil. 21. Atribuições do Técnico de Enfermagem do Trabalho. 22. Legislação relativa à Segurança, Medicina do Trabalho. 23. Lei Orgânica da Saúde e a Saúde do Trabalhador. BRASIL, Constituição Federal de 1988 – Titulo II - Cap. I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Cap. II - Dos Direitos Sociais; Titulo VIII – Cap. II – Da seguridade Social; Seção II - Da Saúde; Cap. VII - Da família, Da criança, Do adolescente, Do Jovem e Do idoso). Lei 8080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. TÍTULO I - Das Disposições Gerais; TÍTULO II - Do Sistema Único De Saúde - Cap. I Dos Objetivos e Atribuições; Cap. II - Dos Princípios e Diretrizes

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 2.621 DE 03 DE MAIO DE 2016**

**DECRETO Nº 2.621 DE 03 DE MAIO DE 2016**

Disciplina o horário de funcionamento dos Órgãos da Administração Pública Municipal/Poder Executivo na data que menciona e da outras providências.

**JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o Aniversário de Emancipação Política e Administrativa de Campinápolis;

Considerando as festividades alusivas ao 30º Aniversário de Emancipação Política e Administrativa;

Considerando que dentre as atividades festivas haverá, no dia 06/05/2016, grandioso Desfile Cívico;

**D E C R E T A**

**Art. 1°.** No dia 06/05/2016, **EXCEPCIONALMENTE**, os Órgãos da Administração Pública Municipal funcionarão conforme disposições contidas neste Decreto:

I - Órgão sediados no Paço Municipal/Agência Municipal de Transito/ PROCON-M/Identificação - 07:00h às 12:00h;

II - Secretaria Municipal de Saúde/Unidades Básicas de Saúde - 07:00h às 12:00h;

III - Secretaria Municipal de Transportes - 07:00h às 12:00h;

IV - Secretaria Municipal de Assistência Social - 07:00h às 12:00h;

V - O Órgão Central da SEMEC e as unidades Escolares que integram a Rede Municipal de Educação desempenharão suas atividades em consonância com o Calendário Letivo/2016 e programação das festividades comemorativas ao 30º Aniversário de Emancipação Política e Administrativa de Campinápolis-MT.

**Art. 2º.** Excluem - se do presente Decreto os plantões de caráter essencial - Pronto Socorro e Limpeza Urbana.

**Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Campinápolis – MT, 03 de maio de 2016.

**JEOVAN FARIA**

**Confere** com o Original Assinado – Publicado no Jornal Eletrônico dos Municípios em 03/05/2016

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 2.619 DE 02 DE MAIO DE 2016**

**DECRETO Nº 2.619 DE 02 DE MAIO DE 2016**

**Altera o Dispositivo legal que menciona e dá outras providências.**

**JEOVAN FARIA**, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

**DECRETA**

**Art.1º.** O Art. 10 do Decreto Municipal nº 2.511 de 03 de agosto de 2015 passa a viger com a seguinte redação:

Art. 10 - Fica suspensa, no período de 01/06/2016 a 31/12/2016, a conversão em espécie de licença - prêmio dos servidores da Administração Pública Municipal.

**Art.2º.** Permanecem inalterados os demais artigos do Decreto 2.511/2015.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.4º.** Revogadas as disposições em contrário, especialmente o disposto no Art. 10 do Decreto nº 2.511/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 02 de maio de 2016.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 2.620 DE 03 DE MAIO DE 2016**

**DECRETO Nº 2.620 DE 03 DE MAIO DE 2016**

Nomeia Comissão para realização de Processo Seletivo Simplificado -PSS e dá outras providências.

**JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Vacância Temporária de alguns Cargos Públicos;

Considerando a tarefa do Poder Executivo de assegurar o provimento dos Cargos Públicos prevista na Lei Orgânica Municipal;

Considerando que as vacâncias hodiernas decorrem de afastamentos legais dos Servidores do quadro permanente e/ou aumento da demanda;

Considerando a necessidade da realização de Processo Seletivo Simplificado -PSS;

Considerando que os Processos Seletivos Simplificados devem ser conduzidos por Comissão nomeada para esse fim.

**DECRETA**

**Art. 1º** - O Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, será conduzido por Comissão composta pelos seguintes membros:

I – **RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS /** Gabinete do Prefeito/ Presidente;

II – **CHARLLEY ANDERSON DE SOUZA –** Sec. Mul. Saúde/Secretário;

III –**MARCILENE PRADO–**SEMEC/Coordenadoria de Gestão de Pessoas/ Membro.

**Art. 2º** - A Comissão nomeada no art. 1º deste Decreto conduzirá o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, em todas as suas fases.

**Art. 3º** - No desempenho de suas atribuições a Comissão poderá:

I – Recrutar pessoal para auxiliar na elaboração de editais, realização de entrevistas, aplicação de provas (objetivas e/ou práticas) e outras atividades necessárias para garantir efetividade e celeridade ao certame:

a) Fica autorizada a compensação de horário ou o pagamento de horas excedentes/extras, ao pessoal recrutado nos termos do Inciso I deste artigo.

**Art.4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º -** Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 03 de maio de 2016.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

### ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
### TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL Nº 030/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E A CONTRATADA COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE CANA DE CAMPO NOVO DO PARECIS LTDA.

**Contratante:** Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

**Contratada:**Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana de Campo Novo do Parecis Ltda**,** inscrita no CNPJ nº 15.043.391/0001-07, estabelecida na Rodovia BR-364, Km 864, Zona Rural, Município de Campo Novo do Parecis-MT, representada pelo seu Diretor Presidente, o Senhor ***Luis Carlos Loro,*** portador do CPF nº 341.194.500-15 e RG nº 101408622-5 SSP/RS.

**Objeto:** O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo incluir a dotação orçamentária consignada no orçamento vigente que passará a suportar as despesas decorrentes do Contrato de Locação de Bem Imóvel nº 030/2015, de 19 de junho de 2015, conforme as disposições do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, na forma a seguir:

Órgão: 11 Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 11.005 – Departamento de Fomento ao Trabalho e Renda

Função: 11 – Trabalho

Sub Função: 334 – Fomento ao Trabalho

Programa: 0011 – Geração de Emprego e Renda

Projeto/atividade: 2131 – Fomento ao Trabalho – Qualificação Profissional

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 10000 – Recursos Livres – Sem Destinação de Recursos

Reduzido: 906

Campo Novo do Parecis-MT, 26 de abril de 2016.

***MAURO VALTER BERFT***

***Prefeito Municipal***

***Contratante***

### ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
### TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 062/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, E, CONSTRUTORA LUGGA LTDA - ME.

**Contratante:** Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

**Contratada:** Construtora Lugga Ltda **-** ME,inscrita no CNPJ sob n° 10.674.942/0001-09, estabelecida na rua Humberto Campos n° 132, Andar 1, Bairro Núcleo Habitacional Rio Vermelho, CEP: 78.740-295, na cidade de Rondonópolis/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor Ricardo Alexandre Fernandes Moreno dos Santos, portador do RG nº 23.896.086-9 SSP/SP, CPF nº 251.496.788-05.

**Objeto:** O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para a servidora **Claudia Inês Bassani, Chefe de Divisão Administrativa**, matrícula funcional nº 2395.

Campo Novo do Parecis-MT, 26 de abril de 2016.

***MAURO VALTER BERFT***

***Prefeito Municipal***

***Contratante***

### ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
### PORTARIA Nº 243, DE 28 DE ABRIL DE 2016

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

**Considerando** o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

**Considerando** o requerimento da servidora Tânia Maria Baggio Maria,

**Considerando** a solicitação da Secretaria Municipal de Educação através do Memorando nº 306/2016, datado de 27 de abril de 2016,

**R E S O L V E**

***1.*** **CONCEDER,** Licença para Trato de Interesses Particulares, a servidora Municipal, **TÂNIA MARIA BAGGIO MARIA**, cargo Agente Educacional, especialidade Assistente Comunitário, matrícula funcional 838, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis. **2. O período de gozo da licença concedida será de 12 (doze) meses com início em 1º de maio de 2016.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de abril de 2016.

**MAURO VALTER BERFT *Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

### ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
### PORTARIA Nº 242, DE 28 DE ABRIL DE 2016

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

**Considerando** o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

**Considerando** o requerimento do servidor Rogério Ricardo,

**Considerando** a solicitação da Secretaria Municipal de Educação através do Memorando nº 284/2016, datado de 26 de abril de 2016,

**R E S O L V E**

***1.*** **CONCEDER,** Licença para Trato de Interesses Particulares, ao servidor Municipal, **ROGÉRIO RICARDO**, cargo Professor, especialidade Licenciatura Plena em Letras – Língua Inglesa, matrícula funcional 1861, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis. **2. O período de gozo da licença concedida será de 12 (doze) meses com início em 03 de maio de 2016.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de abril de 2016.

**MAURO VALTER BERFT** ***Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 252, DE 03 DE MAIO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

**Considerando** o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

**Considerando** o requerimento da servidora Cristina Geist Freire,

**Considerando** a solicitação da Secretaria Municipal de Educação através do Memorando nº 311/2016, datado de 27 de abril de 2016,

**R E S O L V E**

***1.*** **CONCEDER,** Licença para Trato de Interesses Particulares, a servidora Municipal, **CRISTINA GEIST FREIRE**, cargo Agente Administrativo, especialidade Agente Administrativo, matrícula funcional 2247, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis. **2. O período de gozo da licença concedida será de 24 (vinte e quatro) meses com início em 07 de junho de 2016.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de maio de 2016.

**MAURO VALTER BERFT** ***Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 245, DE 29 DE ABRIL DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

***Considerando*** o disposto da Lei Municipal nº. 1.458, de 30 de novembro de 2011, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal,

***Considerando*** a solicitação exarada no Memorando nº 036/2016, de 9 de março de 2016, proveniente da Secretaria Municipal de Finanças,

***Considerando*** o Parecer 21/2016, de lavra da Assessoria Jurídica Fiscal, datado de 20 de abril de 2016,

***Considerando*** as Portarias nº 372/2015, 092/2016 e 103/2016,

***Considerando*** o interesse público e a moralidade administrativa,

**R E S O L V E**

***1. INSTITUIR***, a partir desta data, a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2016,** com fins de apurar responsabilidades da empresa ***FRANÇA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME***,inscrita no *CNPJ sob o nº 12.371.682/0001-28,* estabelecida na Avenida Mato Grosso, nº 1379-NE, Bairro Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, voltadas ao Contrato de Prestação de Serviços 011/2013, que tem por objeto *"prestar de forma continuada serviços de vigilância desarmada tendo em vista garantir a segurança nas instalações das Secretarias Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, sob regime de execução indireta, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação nos termos da lei, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus anexos"*, quanto aos indícios de falsificação noticiados pela Secretária Municipal de Finanças, Memorando n°. 0036/2016, que consistem: 1) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida em 21/01/2016, com validade até 20/02/2016, com código de controle da certidão/número 04DE. 9176.5F28.C0D8, mesmo código da Certidão Negativa de Débitos emitida em 14/12/2015, em anexo, com validade até 13/01/2016 apresentada perante a Secretaria Municipal de Finanças; 2) A servidora pública responsável pelo Departamento de Cadastro e Arrecadação, Senhora Josefina Berlanda Perin, estar em pleno gozo de férias (Memorando n°. 02/2016 anexo) na data da suposta emissão de Certidão Negativa de Débitos Municipais.

***2. DESIGNAR*** uma Comissão composta pelos servidoresabaixo relacionados*,* sob a presidência de o primeiro, encarregar-se dos respectivos trabalhos, até final conclusão. São eles:

a) Presidente: **Juliana Andrade Anunciato,** matrícula funcional nº 587, CPF nº 869.711.231-15

b) Membro: Sandro Silvio Cattaneo, matrícula funcional nº 1952, CPF nº 018.335.529-62;

c) Membro: Geraldo Bastos Ribeiro, matrícula funcional nº 836, CPF nº 832.824.833-68.

***3.*** A Comissão terá o prazo de 30 (dias) dias, prorrogáveis por igual período, para apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório conclusivo do referido processo.

***4.*** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 29 dias do mês de abril de 2016.

***MAURO VALTER BERFT***

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

***CLENIR MARSCHALL BARRETO***

***Secretária Municipal Interina de Administração***

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 247, DE 02 DE MAIO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

***Considerando*** a solicitação da Secretaria Municipal de Finanças, através do Memorando nº 066,

**R E S O L V E**

***1.*** **NOMEAR,** a partir desta data,o servidor efetivo **RAYMILSON SANTANA,** portador do **RG nº 1582352-0 SSP/MT** e **CPF nº 022.591.131-09**, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Fiscalização**

**de Obras e Posturas,** pertencente à Secretaria Municipal de Finanças,do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de maio de 2016.

**MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal de Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 250, DE 03 DE MAIO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e

***Considerando*** o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

***Considerando*** o Requerimento da servidora Rosa Alice Gomes,

***Considerando*** o Memorando nº 255/2016 datado de 08 de abril de 2016, proveniente da Secretaria Municipal de Educação,

**R E S O L V E**

***1.*** **CONCEDER,** prorrogação delicença sem remuneração à Servidora Municipal **ROSA ALICE GOMES,** efetiva no cargo de Agente de Serviço, Especialidade Ajudante de Serviços Gerais, matrícula nº 184, para tratar de interesses particulares.

**2. O período de prorrogação para gozo da licença ora concedida estender-se-á no período de 24 (vinte e quatro) meses, com início em 03 de maio de 2016 e término em 02 de maio de 2018.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de maio de 2016.

**MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 251, DE 03 DE MAIO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

**Considerando** o disposto na Lei Municipal 1.170/2007, de 09.05.07, alterada pela Lei nº 1.345/2010, que dispõe sobre a reestruturação do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis,

**Considerando** a Ficha Clínica – Saúde Ocupacional da servidora abaixo elencada,

**R E S O L V E**

***1.*** **CONCEDER,** desvio de função, no período compreendido de 26 de abril de 2016 a 25 de junho de 2016, em virtude delicença para tratamento de saúde, à servidora Municipal **MARIA LADI NOGUEIRA MOMESSO,** cargo Professora, especialidade Licenciatura Plena em Matemática, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de maio de 2016.

**MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 042/2016**

**ABERTURA: 19 de maio de 2016**.

**CREDENCIAMENTO:** a partir das **08:00h.**

**INÍCIO DA SESSÃO: 19 de maio de 2016 às 08:00 horas**.

**OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de combustível Óleo Diesel S10 para atender os veículos da Frota Municipal**.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**Campo Novo do Parecis-MT**, 3 de maio de 2016**.**

**Leandro Nery Varaschin Pregoeiro**

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**EXTRATO DE ADITAMENTO**

***Aditivo nº*** 001 ao Contrato de Prestação de Serviço nº058/2015

***Partes:*** Município de Campo Novo do Parecis x Itau Seguros de Auto e Residencia S.A

***Objeto:*** alterar a Cláusula Primeira – Do Objeto, Cláusula Terceira - Do Valor e da Forma de Pagamento, Cláusula Nona - Dos Recursos Orçamentários, do Contrato.

***Valor:*** 1.710,80

***Data:*** 27/04/2016

***Procedimento Licitatório:*** Pregão Presencial n° 101/2015

***Secretarias:*** Saúde, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura, Administração, Governo Municipal, Assistência Social, Cultura e Turismo, Educação

**FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT**
**PORTARIA 067/2016/FUNSEM**

**PORTARIA Nº 067/2016**

**"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. AINA TAINA MARTINS OLIVEIRA".**

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

**Resolve:**

**Art. 1º** Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. AINA TAINA MARTINS OLIVEIRA**, efetiva no Cargo de PROFESSORA, lotada na SEC. EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais.

**Art. 2º** A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **18/04/2016** *e término em* **17/05/2016**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **03/05/2016** ***a*** **17/05/2016***, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007*, até posterior deliberação.

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **18 de abril de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

**Registre, publique e cumpra-se.**

Campo Novo do Parecis – MT, 29 de abril de 2016.

**WILSON LEAL MIRANDA**

**Diretor Executivo/Gestor Financeiro**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO**
**LEI Nº. 2.195, DE 03 DE MAIO DE 2016.**

ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**

**ANEXO I**
EMENDA NA LEI 2.155/2015 (PLANO PLURIANUAL 2014/2017)

**Órgão:** **10 - Secretaria de Saúde**
**Unid. Orçamentária:** **002 - Secretaria de Saúde**

| ITEM | FUNÇÃO | SUBFUNÇÃO | PROGRAMA | PROJETO ATIVIDADE | RESULTADO AÇÃO | OBJETIVOS | METAS 2016 (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 10 - Saúde | 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 0033 - Atendimento Ambulatorial Emergencial e Hospitalar | 1.123 - Ampliação da Estrutura Física do SAMU 192 | Ampliação da Estrutura Física do SAMU 192 | Proporcionar espaço físico adequado para lavagem e desinfecção da Unidade Móvel. | 39.000,00 |

**ANEXO II**
EMENDA NA LEI 2.154/2015 (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO 2016)

**Órgão:** **10 - Secretaria de Saúde**
**Unid. Orçamentária:** **002 - Secretaria de Saúde**

| ITEM | FUNÇÃO | SUBFUNÇÃO | PROGRAMA | PROJETOS | RESULTADO/ AÇÃO | INDICADORES FISÍCO/FINANCEIROS META FÍSICA | VALOR R$ | CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 10 - Saúde | 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 0033 - Atendimento Ambulatorial Emergencial e Hospitalar | 1.123 - Ampliação da Estrutura Física do SAMU 192 | Ampliação da Estrutura Física do SAMU 192 | Ampliação da Estrutura Física do SAMU, conforme Projeto Básico | 39.000,00 | Produto do número de unidade construida pela meta proposta |

**ANEXO III**
EMENDA NA LEI 2.150/2015 (LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO 2016)

**PROGRAMA: 0033 - Atendimento Ambulatorial Emergencial e Hospitalar**

| Fonte | Valor - 2016 (R$) |
|---|---|
| **Orçamentária** | |
| 03 - Recursos Ordinários - Administração Direta | 39.000,00 |
| **Valor Total do Programa** | **39.000,00** |

**Praça dos Três Poderes, nº 03 – Campo Verde-MT.**

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, PARA A CONSTRUÇÃO DA ÁREA PARA LAVAGEM, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DA UNIDADE MÓVEL (VIATURA) DO SAMU NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**FÁBIO SCHROETER**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**Faz saber**, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.155/2015, que trata do Plano Plurianual para o período de 2014/2017, os projetos contemplados no *Anexo I*, que passa a ser parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

**Art. 2º** Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.154/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, os projetos contemplados no *Anexo II*, que passa a ser parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

**Art. 3º** Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.150/2015, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, os projetos contemplados no *Anexo III*, cujo objetivo é a *Construção da área para lavagem, limpeza e desinfecção da Unidade Móvel (viatura) do SAMU*, que passa a ser parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

**Órgão –** 10 - **SECRETARIA DE SAÚDE**

**Und. Orçamentária -** 002- Secretaria de Saúde

**Função** 10 - Saúde

**Sub-função: 302– Assistência Hospitalar e Ambulatorial**

**Programa:** 0033 – Atendimento Ambulatorial Emergencial e Hospitalar

**Projeto/Atividade: 1.123 – Ampliação da Estrutura Física do SAMU 192**

**Natureza da Despesa:** 449051– Obras e instalações.....R$ 39.000,00

**Fonte de Recurso: 3**

**TOTAL.....R$ 39.000,00**

**Art. 4º -** Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 3°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizados em Lei, a seguir:

**Órgão –** 10 - **SECRETARIA DE SAÚDE**

**Und. Orçamentária -** 002- Secretaria de Saúde

**Função** 10 – Saúde

**Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial**

**Programa: 0033 – Atendimento Ambulatorial Emergencial e Hospitalar**

**Projeto/Atividade:** 2.115 – Manutenção do Centro da Mulher e da Criança

**Natureza da Despesa:** 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.....**R$ 39.000,00**

**Art. 5º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 2016.

**FÁBIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

**FÁBIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

**GILMAR ZITO PRATI**

**SEC. DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2016**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: AUTO ELÉTRICA CAMPO VERDE LTDA – EPP, CNPJ N° 37.517.323/0001-67

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MOTOCICLETAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS – Pregão 035/2016.

VIGÊNCIA DA ATA: 03/05/2016 a 03/05/2017

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 01

| Item | Descrição | Tabela Média de valor | Horas Serviço | Valor estimado | Desconto |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Peças em Geral para motocicletas nas marcas: Honda, Yamaha, Suzuki, Sundown, Dafra, Traxx, Ducati, Shineray, Kasinsky, Kawasaki, BMW, Harley-Davidson | Maior percentual de desconto - base de preço: Sistema Audatex. | ———— | R$100.000,00 | 10% |
| 02 | Mão de obra de serviços em motocicletas | Valor médio da hora: R$ 95,00 - Maior percentual de desconto. | 1.000 | R$ 95.000,00 | 10% |

A ata de registro de preços na íntegra estará disponível no site da prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**
**PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

**ISNEIVALDO DELMONDES DA SILVA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 08 da QUADRA 07, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.**

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**AVISO DE PREGÃO**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**

**RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 02/2016**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **ESPORTE CLUBE JUVENTUDE, CNPJ N° 00.177.766/0001-46,** modalidade DISPENSA nº 02/2016 –**LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A REALIZAÇÃO DO 3º SARAU LITERÁRIO DE CAMPO VERDE/MT,** Processo nº 578/2016, com o valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais). Demais informações: E-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 03 de Maio de 2016.

**Ana Carolina S. Braga Blume**

Presidente da CPL

**DEPARTAMENTO JURÍDICO**
**LEI Nº. 2.196, DE 03 DE MAIO DE 2016.**

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE.**

**FÁBIO SCHROETER**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**Faz saber**, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo autorizado a incluir ELEMENTO DE DESPESA na Lei Orçamentária Anual de 2016, Lei Municipal nº 2.150, de 02 de dezembro de 2015, voltado para Compensações ao RGPS.

**Parágrafo único.** Acrescente-se ao Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento, os seguintes elementos de despesas; 3.3.90.98.00.00 – Compensações ao RGPS, conforme abaixo discriminados:

**15.000.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL**

**15.001.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL**

**15.001.09.000.0000.0.000. Previdência Social**

**15.001.09.272.0000.0.000. Previdência do Regime Estatutário**

**15.001.09.272.0048.0.000. INATIVOS E PENSIONISTA DA PREVIDÊNCIA**

**15.001.09.272.0048.2.158. CUSTEIO DE BEENFICIOS A SEGURADOS**

**18-3.3.90.98.00.00 COMPENSAÇÕES AO RGPS.....R$100.000,00**

**TOTAL.....R$100.000,00**

**Art. 2º -** Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 3°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso II - os resultantes de Excesso de Arrecadação de recursos da receita 7.2.1.0.29.01.00 - Contribuição Patronal do Servidor Ativo.

**Art. 3º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 2016.

**FÁBIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

**FÁBIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

**GILMAR ZITO PRATI**

**SEC. DE ADMINISTRAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**RESULTADO DO PREGÃO 035/2016**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do **Pregão Nº 035/2016 – Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em motocicletas com fornecimento de peças**:a empresa AUTO ELÉTRICA CAMPO VERDE LTDA – EPP, CNPJ: 37.517.323/0001-67, foi a vencedora do certame com o percentual de 10% de desconto. Campo Verde, 03 de maio de 2016. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2016**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 010/2016, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT formalizou procedimento de Adesão às Atas de Registro de Preços nº 14 e 20/2015, originadas do Pregão Eletrônico nº 35/2014, realizado pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para aquisição de brinquedos pedagógicos, nos termos das referidas Atas e do respectivo Edital, sendo a detentora do preço registrado a empresa MARCENARIA SULAR LTDA, CNPJ nº 89.278.519/0001-40, com valor total de R$ 7.366,00 (sete mil e trezentos e sessenta e seis reais).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail: licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 03 de maio de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro Oficial

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº. 127, DE 01 DE MAIO DE 2016.**

**CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.**

**DIRCEU MARTINS COMIRAN,** Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

***CONSIDERANDO*** *o atendimento aos requisitos previstos no artigo 150,§2º do Estatuto do Servidor, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;*

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder licença em caráter especial (licença–prêmio) à servidora **ANA ROSA GULARTE,** admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 084, de 11 de fevereiro de 2011, relativo ao período aquisitivo de 11/02/2011 a 10/02/2016, pelo prazo de três meses, a contar do dia 02 de maio de 2016, com todos os direitos e vantagens do cargo.

**Art. 2º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2016.

**Registre-se, publique-se e cumpra-se.**

Campos de Júlio, 01 de maio de 2016.

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**

**Prefeito de Campos de Júlio**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº. 126, DE 01 DE MAIO DE 2016.**

**EXONERA OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE MENCIONA.**

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonerar o senhor **RONAIR RAMOS DA SILVA** do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento de Esporte.

**Art. 2º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº. 109, de 01 de abril de 2014.

**Registre-se e publique-se.**

Campos de Júlio, 01 de maio de 2016.

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**

**Prefeito de Campos de Júlio**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº. 120, DE 26 DE ABRIL DE 2016.**

**NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE MENCIONA.**

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM) e o artigo 11, II do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e artigo 37, V da Constituição Federal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear o senhor **VANDIR DA SILVA TEODORO** para ocupar o cargo de Gerente de Almoxarifado da Saúde, de provimento em comissão, com direito a percepção da remuneração equivalente ao Padrão CC-11, constante do anexo I da Lei Municipal nº 625, de 15 de abril de 2014.

**Art. 2º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se e publique-se.**

Campos de Júlio, 26 de abril de 2016.

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**

**Prefeito de Campos de Júlio**

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 747, DE 26 DE ABRIL DE 2016.**

**DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO QUANTITATIVO DE CARGO TEMPORÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1°.** Fica alterado o quantitativo do cargo contratado temporariamente de Professor de Pedagogia, previsto no artigo 1º da Lei Municipal nº 658 de 26 de janeiro de 2015, passando a vigorar da seguinte forma:

| CARGO | TOTAL DE VAGAS | Nº DE VAGAS AMPLIADAS | CARGA HORÁRIA |
|---|---|---|---|
| Professor de Pedagogia | 15 | 07 | 25hs. |
| Professor de Educação Física | 01 | 01 | 25h |

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução dessa lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento geral do município.

**Art. 3º.** Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 26 de abril de 2016.

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**

**Prefeito de Campos de Júlio**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº. 122, DE 01 DE MAIO DE 2016.**

**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS QUE ESPECIFICA.**

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2016, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

| NOME | PERÍODO AQUISITIVO |
|---|---|
| ANDRÉ LUIZ PETTER | 19/10/2014 a 18/10/2015 |
| CELIO CARLOS DA SILVA | 13/4/2015 a 12/4/2016 |
| LUIZ CARLOS DE MELLO JUNIOR | 01/8/2014 a 31/7/2015 |
| MAURO JOBATA PEDRO TURRA | 01/10/2014 a 30/9/2015 |
| VALDIR DA CRUZ | 7/4/2015 a 6/4/2016 |
| VALDIR GOMES GRAVA | 9/4/2015 a 8/4/2016 |

**Art. 2º** Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de maio de 2016, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

| NOME | PERÍODO AQUISITIVO |
|---|---|
| CAETANO CLAUDIO PEREIRA SOARES | 4/4/2014 a 3/4/2015 |
| EDIMAR OLIVEIRA DOS ANJOS | 02/8/2014 a 01/8/2015 |
| SONIA APARECIDA DA SILVA | 13/4/2015 a 12/4/2016 |
| SUELEN DIAS PEREIRA DOS SANTOS | 01/12/2014 a 30/11/2015 |

**Art. 3º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se e publique-se.**

Campos de Júlio, 01 de maio de 2016.

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**

**Prefeito de Campos de Júlio**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº.121, DE 26 DE ABRIL DE 2016.**

**NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.**

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

***CONSIDERANDO*** *as disposições estatuídas no artigo 11, II do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, cominado com o artigo 27 da Lei Municipal nº. 148, de 19 de abril de 2001 e artigo 37, V da Constituição Federal;*

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear a senhora **GENEANDRA DOS SANTOS SILVA** para ocupar o cargo de Chefe de Divisão de Jari, de provimento em comissão, com direito a percepção da remuneração equivalente ao Padrão CC-16 constante do anexo II da Lei nº 625, de 15 de abril de 2014.

**Art. 2º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 19 de abril de 2016.

**Registre-se e publique-se.**

Campos de Júlio,26 de abril de 2016.

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**

**Prefeito de Campos de Júlio**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº. 125, DE 01 DE MAIO DE 2016.**

**NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.**

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

***CONSIDERANDO*** *as disposições estatuídas no artigo 58, II da Lei Orgânica Municipal e o no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear a servidora **JULIANE PAES DE FARIAS** para ocupar o cargo em comissão de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

**Art. 2º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 046, de 01 de fevereiro de 2014.

**Registre-se e publique-se.**

Campos de Júlio, 01 de maio de 2016.

**DIRCEU MARTINS COMIRAN**

**Prefeito de Campos de Júlio**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA 017/2016**

**PORTARIA Nº 017/2016 DE: 29/04/2016**

**"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."**

**Valdez Viana Nunes**, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal SANDRA REGINA DOS SANTOS, matricula 752, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

| PERIODO AQUISITIVO | PERIODO DE GOZO DA LICENÇA |
|---|---|
| 02/01/2010 A 02/01/2015 | 01/05/2016 A 29/07/2016 |

**Art. 2º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Abril de 2016.

_____

**VALDEZ VIANA NUNES**

Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE -SE**

**CUMPRE-SE**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA 016/2016**

**PORTARIA Nº 016/2016 DE: 29/04/2016**

**"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."**

**Valdez Viana Nunes**, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal JOANA DARC RIBEIRO DE SOUSA, matricula 191, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

| PERIODO AQUISITIVO | PERIODO DE GOZO DA LICENÇA |
|---|---|
| 02/01/2008 A 02/01/2013 | 01/05/2016 A 29/07/2016 |

**Art. 2º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Abril de 2016.

_____

**VALDEZ VIANA NUNES**

Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE -SE**

**CUMPRE-SE**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº185/2016

**Portaria nº185/2016**

**De 25 de abril de 2016.**

Exclui o Período de férias das servidoras Marli Inês Londero e Nair Evane Bernardes e da outras providencias.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** – Exclui período de gozo de férias das servidoras Marli Inês Londero e Nair Evane Bernardes, agendado por meio da portaria n° 710/2015 de 23 de dezembro de 2015 .

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 25 de abril de 2016.

**Evaldo Osvaldo Diehl**

**Prefeito Municipal.**

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº183/2016

**PORTARIA Nº183/2016**

**De 22 de abril de 2016.**

Dispõe sobre licença interesse particular.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Conceder licença interesse por dois anos para a servidora pública POLLYANA MARTINS DA MATA no cargo de provimento efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM , constante no Anexo I -grupo ocupacional VI técnicos d nível médio, da Lei Complementar nº 123/2014, de 02 de setembro de 2014.A partir de 01/04/2016.

**2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos de 01/04/2016.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 22 de abril de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº180/2016

**Portaria nº180/2016**

**De 20 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUELY DIAS ROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares a Servidora SUELY DIAS ROSA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 20/04/2016 a 19/05/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 30/06/2014 a 29/06/2015.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 20 de abril de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº201/2016

**Portaria nº201/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOLANGE DIAS CARDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares a Servidora SOLANGE DIAS CARDOSO por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 25/05/2016 a 23/06/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 03/10/2013 a 02/10/2014.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

**Evaldo Osvaldo Diehl**

**Prefeito Municipal.**

**PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO- ABANDONO DE CARGO**

Chamamento – Art. 240, Lei 028/2002.

Ao Sr.

**ASSIS LEÃO DE OLIVEIRA**

Matrícula nº. 875.

Na condição de Secretária da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar designado pelo Prefeito Municipal Evaldo Osvaldo Diehl, por meio da Portaria nº 599/2015 de 16 de novembro de 2015, como determina o Art. 240, paragrafo único do Estatuto dos Servidores Municipais, **SOLICITO O COMPARECIMENTO DE VOSSA SENHORIA**, junto ao Setor de Recursos Humanos do Munícipio de Canarana - MT para tratar de assuntos de seu interesse, e ainda *para que sejam prestados esclarecimentos sobre os fatos indicados no Ofício de n. 034/SASG/2016, e possível aplicação de penalidades cabíveis conforme Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Ficando, Vossa Senhoria, ciente dos fatos e intimado a comparecer no Prédio da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, Setor de Recursos Humanos, cito a Rua Miraguai nº 228, Centro, no prazo de 10 dias a contar desta data e querendo poderá comparecer acompanhado de seu representante legal.

Canarana-MT, 03 de Maio de 2016.

.....

**Nilce Koester**

Chefe do Setor de Recursos Humanos

.....

***Sheila Cristina Pasqualotti***

Secretária

Data de Afixação: 03/05/2016

Data de Desafixação:13/05/2016

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº199/2016**

**Portaria nº199/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVETE TEREZINHA GROMANN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares a Servidora IVETE TEREZINHA GROMANN por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/05/2016 a 31/05/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 03/04/2015 a 02/04/2016.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº198/2016**

**Portaria nº198/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LENIR ALVES DO AMARAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares ao Servidor LENIR ALVES DO AMARAL por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 03/05/2016 a 01/06/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 28/01/2014 A 27/01/2015.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

**Evaldo Osvaldo Diehl**

**Prefeito Municipal.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 197/2016**

**Portaria nº 197/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO MELO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares ao Servidor MARCELO MELO DOS SANTOS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/05/2016 a 31/05/2016. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 22/05/2016 a 31/05/2016.

- Gozo de férias por um período de 20 dias no período de 02 de maio de 2016 á 21 de maio de 2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende A 25/02/2013 a 24/02/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº196/2016**

**Portaria nº196/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DAVID DOS SANTOS LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares ao Servidor DAVID DOS SANTOS LIMA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/05/2016 a 31/05/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 31/05/2013 a 30/05/2014.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº195/2016**

**Portaria nº195/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ILDO SCAPINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares a Servidora ILDO SCAPINI por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/05/2016 a 31/05/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 02/01/2013 a 01/01/2014.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

**Evaldo Osvaldo Diehl**

**Prefeito Municipal.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº194/2016**

**Portaria nº194/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NATALINA DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares a Servidora NATALINA DE JESUS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 09/05/2016 a 07/06/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 02/01/2015 a 01/01/2016.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº193/2016**

**Portaria nº193/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANIA MESQUITA DE MORAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares a Servidora SILVANIA MESQUITA DE MORAES por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 09/05/2016 a 07/06/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 19/10/2014 a 18/10/2015.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº189/2016**

**Portaria nº189/2016**

**De 26 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUCIANO MONTEIRO DO PRADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo

69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares ao Servidor LUCIANO MONTEIRO DO PRADO por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 25/04/2016 a 24/05/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 02/01/2014 A 01/01/2015.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 25/04/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 26 de abril de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2014**

***QUARTO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 163/2014, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT, E A EMPRESA A.M. DA COSTA SILVA - ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **EVALDO OSVALDO DIEHL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Paraná, n° 93, Centro nesta cidade de Canarana – MT, CEP 78. 640-000, portador do RG nº 211.566 SSI/SC e CPF nº 132.773.839-20**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **A M DA COSTA SILVA -ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 10.524.831/0001-16, e Inscrição Estadual sob n.º 13.364.908-3, estabelecida a Rua 12, Nº. 431, Setor Industrial em Água Boa - MT, representada neste ato por sua proprietária **Ana Maria da Costa Silva**, brasileira, casada, portador do RG n.º 2.074.077 SSP/GO e do CPF nº. 243.784.291-87, residente à Rua A4, nº. 98, em Água Boa Mato Grosso, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Dispensa de Licitação n.º 010/2014**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

***CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO***

**1.1 -** Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na execução de execução de obras de ampliação do PSF no distrito denominado CULUENE no Município de Canarana-MT,** conforme planilhas orçamentárias elaboradas pelo setor de engenharia desta municipalidade, que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Dispensa de Licitação n.º 010/2014.**

***CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES***

**2.1 -** Fica **acrescido um percentual no montante de 6,1362 %** do valor total do contrato, referente ao acréscimo nos serviços no valor total de **R$ 11.990,68 (onze mil, novecentos e noventa reais e sessenta e oito centavos)** conforme planilhas em anexo.

**2.1.1 – Com o acréscimo constante no item 2.1, a** Cláusula Terceira – do Preço e das Condições de Pagamento, do contrato originário passará a ser de **R$ 207.398,55 (duzentos e sete mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos).**

***CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL***

**3.1 –** Conforme justificativa apresentada pelo setor de engenharia da Municipalidade encontra-se em anexo a este termo aditivo juntamente com a planilha orçamentária que passa a ser parte integrante do contrato.

**3.2 –** O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

***CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA***

**4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.**

**4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 163/2014, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo**.

***CLAUSULA QUINTA - DO FORO***

**5.1 -** Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 25 de Abril de 2016.

**.....**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**

**EVALDO OSVALDO DIEHL**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**A.M. DA COSTA SILVA-ME**

.....

**ANA MARIA DA COSTA SILVA**

Empresária

**FISCAL DO CONTRATO**

.....

**Testemunhas:**

NOME:..... NOME:.....

RG:.....SSP/..... RG:.....SSP/.....

...

CPF:..... CPF:.....

...

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2014**

***QUARTO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 162/2014, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT, E A EMPRESA A.M. DA COSTA SILVA - ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **EVALDO OSVALDO DIEHL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Paraná, n° 93, Centro nesta cidade de Canarana – MT, CEP 78. 640-000, portador do RG nº 211.566 SSI/SC e CPF nº 132.773.839-20**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **A M DA COSTA SILVA -ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 10.524.831/0001-16, e Inscrição Estadual sob n.º 13.364.908-3, estabelecida a Rua

12, Nº. 431, Setor Industrial em Água Boa - MT, representada neste ato por sua proprietária **Ana Maria da Costa Silva**, brasileira, casada, portador do RG n.º 2.074.077 SSP/GO e do CPF nº. 243.784.291-87, residente à Rua A4, nº. 98, em Água Boa Mato Grosso, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Dispensa de Licitação n.º 010/2014**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

***CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO***

**1.1 -** Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na execução de execução de obras de ampliação do PSF no distrito denominado SERRA DOURADA no Município de Canarana-MT,** conforme planilhas orçamentárias elaboradas pelo setor de engenharia desta municipalidade, que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Dispensa de Licitação n.º 010/2014.**

***CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES***

**2.1 -** Fica **acrescido um percentual no montante de 10,7748 %** do valor total do contrato, referente ao acréscimo nos serviços no valor total de **R$ 17.438,81 (dezessete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos)** conforme planilhas em anexo.

**2.1.1 – Com o acréscimo constante no item 2.1, a** Cláusula Terceira – do Preço e das Condições de Pagamento, do contrato originário passará a ser de **R$ 179.285,46 (cento e setenta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).**

***CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL***

**3.1 –** Conforme justificativa apresentada pelo setor de engenharia da Municipalidade encontra-se em anexo a este termo aditivo juntamente com a planilha orçamentária que passa a ser parte integrante do contrato.

**3.2 –** O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

***CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA***

**4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.**

**4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 162/2014, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo**.

***CLAUSULA QUINTA - DO FORO***

**5.1 -** Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 25 de Abril de 2016.

**.....**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**

**EVALDO OSVALDO DIEHL**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**A.M. DA COSTA SILVA-ME**

.....

**ANA MARIA DA COSTA SILVA**

Empresária

**FISCAL DO CONTRATO**

.....

**Testemunhas:**

NOME:..... NOME:.....

RG:.....SSP/..... RG:.....SSP/.....
...

CPF:..... CPF:.....
...

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2014**

***TERCEIRO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 163/2014, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT, E A EMPRESA A.M. DA COSTA SILVA - ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **EVALDO OSVALDO DIEHL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Paraná, n° 93, Centro nesta cidade de Canarana – MT, CEP 78. 640-000, portador do RG nº 211.566 SSI/SC e CPF nº 132.773.839-20**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **A M DA COSTA SILVA -ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 10.524.831/0001-16, e Inscrição Estadual sob n.º 13.364.908-3, estabelecida a Rua 12, Nº. 431, Setor Industrial em Água Boa - MT, representada neste ato por sua proprietária **Ana Maria da Costa Silva**, brasileira, casada, portador do RG n.º 2.074.077 SSP/GO e do CPF nº. 243.784.291-87, residente à Rua A4, nº. 98, em Água Boa Mato Grosso, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Dispensa de Licitação n.º 010/2014**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 -** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **reativação e prorrogação de prazo de execução e vigência**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, referente ao processo de licitatório na modalidade **Dispensa de Licitação nº 010/2014.**

**CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

**2.1 -** Fica acrescentada à Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, **do contrato originário o total de 297 (duzentos e noventa e sete) dias à contar da data do vencimento do primeiro termo aditivo, ou seja, 09/08/2015.**

**2.2 –** O prazo de execução e vigência fica estendido até o **dia 31/05/2016**.

**CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL**

**3.1 –** O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**3.2 –** Conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, após a formalização do ultimo termo aditivo de prorrogação de prazo, quando do vencimento deste prazo a Secretaria foi comunicada pela empresa do vencimento, fato que, por falha administrativa não se concretizou o termo aditivo e nem foi emitida nova ordem de serviços. Justifica-se ainda que a reativação e prorrogação do presente contrato não trará qualquer tipo de prejuízo aos cofres públicos.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

**4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.**

**4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 163/2014, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo**.

**CLAUSULA QUINTA - DO FORO**

**5.1 -** Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 19 de Abril de 2016.

**.....**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**

**EVALDO OSVALDO DIEHL**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**A.M. DA COSTA SILVA-ME**

.....

**ANA MARIA DA COSTA SILVA**

Empresária

**FISCAL DO CONTRATO**

.....

**Testemunhas:**

NOME:..... NOME:.....

RG:.....SSP/..... RG:.....SSP/.....
...

CPF:..... CPF:.....
...

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2014**

***TERCEIRO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 162/2014, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT, E A EMPRESA A.M. DA COSTA SILVA - ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **EVALDO OSVALDO DIEHL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Paraná, n° 93, Centro nesta cidade de Canarana – MT, CEP 78. 640-000, portador do RG nº 211.566 SSI/SC e CPF nº 132.773.839-20**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **A M DA COSTA SILVA -ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 10.524.831/0001-16, e Inscrição Estadual sob n.º 13.364.908-3, estabelecida a Rua 12, Nº. 431, Setor Industrial em Água Boa - MT, representada neste ato por sua proprietária **Ana Maria da Costa Silva**, brasileira, casada, portador do RG n.º 2.074.077 SSP/GO e do CPF nº. 243.784.291-87, residente à Rua A4, nº. 98, em Água Boa Mato Grosso, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Dispensa de Licitação n.º 010/2014**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 -** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **reativação e prorrogação de prazo de execução e vigência**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, referente ao processo de licitatório na modalidade **Dispensa de Licitação nº 010/2014.**

**CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

**2.1 -** Fica acrescentada à Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, **do contrato originário o total de 297 (duzentos e noventa e sete) dias à contar da data do vencimento do primeiro termo aditivo, ou seja, 09/08/2015.**

**2.2 –** O prazo de execução e vigência fica estendido até o **dia 31/05/2016**.

**CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL**

**3.1 –** O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**3.2 –** Conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, após a formalização do ultimo termo aditivo de prorrogação de prazo, quando do vencimento deste prazo a Secretaria foi comunicada pela empresa do vencimento, fato que, por falha administrativa não se concretizou o termo aditivo e nem foi emitida nova ordem de serviços. Justifica-se ainda que a reativação e prorrogação do presente contrato não trará qualquer tipo de prejuízo aos cofres públicos.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

**4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.**

**4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 162/2014, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo**.

**CLAUSULA QUINTA - DO FORO**

**5.1 -** Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 19 de Abril de 2016.

**.....**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**

**EVALDO OSVALDO DIEHL**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**A.M. DA COSTA SILVA-ME**

.....

**ANA MARIA DA COSTA SILVA**

Empresária

**FISCAL DO CONTRATO**

.....

**Testemunhas:**

NOME:..... NOME:.....

RG:.....SSP/..... RG:.....SSP/.....
...

CPF:..... CPF:.....
...

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 161/2014**

***TERCEIRO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 161/2014, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT, E A EMPRESA A.M. DA COSTA SILVA - ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **EVALDO OSVALDO DIEHL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Paraná, n° 93, Centro nesta cidade de Canarana – MT, CEP 78. 640-000, portador do RG nº 211.566 SSI/SC e CPF nº 132.773.839-20**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **A M DA COSTA SILVA -ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 10.524.831/ 0001-16, e Inscrição Estadual sob n.º 13.364.908-3, estabelecida a Rua 12, Nº. 431, Setor Industrial em Água Boa - MT, representada neste ato por sua proprietária **Ana Maria da Costa Silva**, brasileira, casada, portador do RG n.º 2.074.077 SSP/GO e do CPF nº. 243.784.291-87, residente à Rua A4, nº. 98, em Água Boa Mato Grosso, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Dispensa de Licitação n.º 010/2014**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 -** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **reativação e prorrogação de prazo de execução e vigência**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, referente ao processo de licitatório na modalidade **Dispensa de Licitação nº 010/2014.**

**CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

**2.1 -** Fica acrescentada à Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, **do contrato originário o total de 297 (duzentos e noventa e sete) dias à contar da data do vencimento do primeiro termo aditivo, ou seja, 09/08/2015.**

**2.2 –** O prazo de execução e vigência fica estendido até o **dia 31/05/2016**.

**CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL**

**3.1 –** O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**3.2 –** Conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, após a formalização do ultimo termo aditivo de prorrogação de prazo, quando do vencimento deste prazo a Secretaria foi comunicada pela empresa do vencimento, fato que, por falha administrativa não se concretizou o termo aditivo e nem foi emitida nova ordem de serviços. Justifica-se ainda que a reativação e prorrogação do presente contrato não trará qualquer tipo de prejuízo aos cofres públicos.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

**4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.**

**4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 161/2014, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo**.

**CLAUSULA QUINTA - DO FORO**

**5.1 -** Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 19 de Abril de 2016.

**.....**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**

**EVALDO OSVALDO DIEHL**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**A.M. DA COSTA SILVA-ME**

.....

**ANA MARIA DA COSTA SILVA**

Empresária

**FISCAL DO CONTRATO**

.....

**Testemunhas:**

NOME:..... NOME:.....

RG:.....SSP/..... RG:.....SSP/.....
...

CPF:..... CPF:.....
...

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 160/2014**

***TERCEIRO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 160/2014, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT, E A EMPRESA A.M. DA COSTA SILVA - ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **EVALDO OSVALDO DIEHL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Paraná, n° 93, Centro nesta cidade de Canarana – MT, CEP 78. 640-000, portador do RG nº 211.566 SSI/SC e CPF nº 132.773.839-20**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **A M DA COSTA SILVA -ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 10.524.831/ 0001-16, e Inscrição Estadual sob n.º 13.364.908-3, estabelecida a Rua 12, Nº. 431, Setor Industrial em Água Boa - MT, representada neste ato por sua proprietária **Ana Maria da Costa Silva**, brasileira, casada, portador do RG n.º 2.074.077 SSP/GO e do CPF nº. 243.784.291-87, residente à Rua A4, nº. 98, em Água Boa Mato Grosso, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Dispensa de Licitação n.º 010/2014**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 -** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **reativação e prorrogação de prazo de execução e vigência**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, referente ao processo de licitatório na modalidade **Dispensa de Licitação nº 010/2014.**

**CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

**2.1 -** Fica acrescentada à Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, **do contrato originário o total de 297 (duzentos e noventa e sete) dias à contar da data do vencimento do primeiro termo aditivo, ou seja, 09/08/2015.**

**2.2 –** O prazo de execução e vigência fica estendido até o **dia 31/05/2016**.

**CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL**

**3.1 –** O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**3.2 –** Conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, após a formalização do ultimo termo aditivo de prorrogação de prazo, quando do vencimento deste prazo a Secretaria foi comunicada pela empresa do vencimento, fato que, por falha administrativa não se concretizou o termo aditivo e nem foi emitida nova ordem de serviços. Justifica-se ainda que a reativação e prorrogação do presente contrato não trará qualquer tipo de prejuízo aos cofres públicos.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

**4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.**

**4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 160/2014, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo**.

**CLAUSULA QUINTA - DO FORO**

**5.1 -** Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 19 de Abril de 2016.

**.....**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**

**EVALDO OSVALDO DIEHL**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**A.M. DA COSTA SILVA-ME**

.....

**ANA MARIA DA COSTA SILVA**

Empresária

**FISCAL DO CONTRATO**

.....

**Testemunhas:**

NOME:..... NOME:.....

RG:.....SSP/..... RG:.....SSP/.....
...

CPF:..... CPF:.....
...

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº202/2016**

**Portaria nº202/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GLAUCIA GAIÃO ALVES ARAUJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares a Servidora GLAUCIA GAIÃO ALVES ARAUJO por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 30/05/2016 a 28/06/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 21/01/2015 a 20/01/2016.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

**Evaldo Osvaldo Diehl**

**Prefeito Municipal.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº200/2016**

**Portaria nº200/2016**

**De 28 de abril de 2016.**

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IOMARQUES ALVES DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Conceder férias regulamentares ao Servidor IOMARQUES ALVES DE SOUZA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 10/05/2016 a 08/06/2016.

**Art. 2º** - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

**Art. 3º** - O período de aquisição de férias compreende a 19/02/2014 A 18/02/2015.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 28 de abril de 2016.

**Evaldo Osvaldo Diehl**

**Prefeito Municipal.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 949/2016.**

**SÚMULA: "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A OUTORGAR PERMISSÃO DE USO DO ESPAÇO E INSTALAÇÕES DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar permissão de uso, em caráter precário, do espaço e Instalações do Parque de Exposição Agropecuária do Município de Carlinda/MT, a Empresa **C E PROMOÇÕES E EVENTOS DO BRASIL**, para realização da 10ª EXPOLINDA – Exposição Agropecuária de Carlinda, conforme consta do termo anexo que faz parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** - Fica, o Chefe do Poder Executivo autorizado a permitir a utilização do espaço e instalações do Parque de Exposições do Município de Carlinda, pelo prazo de 60(sessenta) dias.

**Art. 3º** -Fica, ainda, o Chefe do Poder Executivo autorizado a permitir a exploração da venda dos ingressos para a 10ª EXPOLINDA – Exposição Agropecuária de Carlinda que será realizada nos dias 22, 23, 24, 25 e 26 de junho de 2016.

**Parágrafo Único** - ao término da permissão de que trata a presente Lei, o permissionário fica obrigado a entregar o espaço e instalações do Parque de Exposições do Município de Carlinda, nas condições em que as recebeu.

**Art. 4º** Para atender as despesas decorrentes da execução desta Lei, serão utilizados os recursos orçamentários pertinentes, regulamentado através de decreto.

**Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

Em, 03 de maio de 2.016.

**GERALDO RIBEIRO DE SOUZA**

**Prefeito Municipal**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016**

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARLINDA – MT.

**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/05/2016**

**HORÁRIO:** 08:00 HORAS.

**LOCAL:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

**ENDEREÇO:**AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 13:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000

**Carlinda/MT, em** 03 **de** Maio de 201**6**.

**DEISE DIONE MUTSCHALL**

**PREGOEIRA**

Publique-se

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DE EQUILIBRIO AO CONTRATO Nº002/2015**

**LOCATÁRIA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

**EMPRESA :** ITMS DO BRASIL LTDA

**CNPJ N°** 04.276.380/0001-42

**OBJETO:** Aquisição de Exames de Eletrocardiograma, com emprego da tecnologia de informação disponível na Rede Mundial de Telemedicina, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Carlinda – MT. E conforme o que dispõe o artigo 24, inciso X, da lei 8.666, atualizada pela:

VIGENCIA: 12/12/2016 à 20/11/2016.

VALOR UNITARIO: R$51,00

VALOR UNITARIO ATUAL: R$56,10

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 951/2016**

**SÚMULA: "REVOGA E LEI MUNICIPAL Nº. 197/2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**A CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA,** ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU E EU, **GERALDO RIBEIRO DE SOUZA**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Artigo 1º** - Fica **REVOGADA** a Lei Municipal nº 197/2002, de 27 de junho de 2002, que em súmula "AUTORIZA A DOACAO DE LOTE PÚBLICO, PARA O INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRARIA - INCRA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS ".

Artigo 2º - O imóvel, objeto de doação revogada, conforme previsto no Artigo 3º da Lei 197/2002, passa a integrar o patrimônio municipal.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

Em, 03 de maio de 2.016.

**GERALDO RIBEIRO DE SOUZA**

**Prefeito Municipal**

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI N.º 950/2016.**

**SUMULA: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FINANCERIO DE 2016, NO VALOR DE R$ 58.400,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O SENHOR GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:**

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento financeiro de 2016, no valor de R$ 58.400,00 (Cinquenta e Oito Mil e Quatrocentos Reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 04 –SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

| | | |
|---|---|---|
| Unidade: 001 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | | |
| Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO | | |
| Subfunção: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | | |
| Programa: 0008 – GESTÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA | | |
| Projeto/ Atividade: 2020 – MANUTENÇÃO/SECRETARIA/ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS | | |
| Natureza da Despesa: | | |
| 3390340000 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.<br>0.1.00.000000 – Recursos Ordinários. | R$ | 10.000,00 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **10.000,00** |
| **TOTAL GERAL** | **R$** | **10.000,00** |
| Órgão: 06 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| Unidade: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| Função: 08– ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| Subfunção: 244 – ASSISTENCIA COMUNITÁRIA | | |
| Programa: 0006 – TUDO PELO SOCIAL | | |
| Projeto/ Atividade: 2018 – MANUTENÇÃO SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| Natureza da Despesa: | | |
| 3390340000 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.<br>0.1.00.000000 – Recursos Ordinários. | R$ | 5.000,00 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **5.000,00** |
| **TOTAL GERAL** | **R$** | **5.000,00** |

| | | |
|---|---|---|
| Órgão: 08– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| Função: 10 - SAÚDE | | |
| Subfunção: 301 – ATENÇÃO BÁSICA | | |
| Programa: 0011- SAUDE PARA TODOS | | |
| Projeto/ Atividade: 2031 – GESTÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| Natureza da Despesa: | | |
| 3390340000 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.<br>01,02.000000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos- Saúde | R$ | 20.000,00 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **20.000,00** |

| | | |
|---|---|---|
| Órgão: 11– SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | | |
| Unidade: 001 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | | |
| Função: 18 – GESTÃO AMBIENTAL | | |
| Subfunção: 543 – RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA | | |
| Programa: 0012 – GESTÃO DO MEIO AMBIENTE | | |
| Projeto/ Atividade: 1035 – Canaliz/Córrego/Rec/Áreas/Degrada/Reflorestamento | | |
| Natureza da Despesa: | | |
| 319004.0000 – Contratação por Tempo Determinado<br>0.1.24.000000 – Transferências de convênios | R$ | 22.400,00 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **22.400,00** |

| | | |
|---|---|---|
| Órgão: 11– SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | | |
| Unidade: 001 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | | |
| Função: 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS | | |
| Subfunção: 695 –TURISMO | | |
| Programa: 0012 – GESTÃO DO MEIO AMBIENTE | | |
| Projeto/ Atividade: 2032 – MANUTENÇÃO SECRETARIA MEIO AMBIENTE E TURISMO | | |
| Natureza da Despesa: | | |
| 3390340000 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.<br>0.1.00.000000 – Recursos Ordinários. | R$ | 1.000,00 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **1.000,00** |

**Art. 2º** Para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto no Artigo 1º, serão utilizados recurso anulado da seguinte dotação Orçamentária do orçamento financeiro de 2016, em conformidade com o inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

| | | |
|---|---|---|
| Órgão:04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | | |
| Unidade:001- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | | |
| Função: 04- ADMINISTRAÇÃO | | |
| Subfunção:123- ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | | |
| Programa:0008- GESTÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA | | |
| Projeto/ Atividade:2020- MANUTENÇÃO/SECRETARIA/ ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS | | |
| Natureza da Despesa:3190.11.00.00.00 vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil | | |
| 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários | R$ | 10.000,00 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **10.000,00** |

| | | |
|---|---|---|
| Órgão:06- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| Unidade:001- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| Função: 08- ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| Subfunção: 244- ASSISTENCIA COMUNITARIA | | |
| Programa:0006-TUDO PELO SOCIAL | | |
| Projeto/ Atividade:2018- MANUTENÇÃO SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| Natureza da Despesa:3190.11.00.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil | | |
| 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários | R$ | 5.000,00 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **5.000,00** |
| **TOTAL GERAL** | **R$** | **5.000,00** |

| | | |
|---|---|---|
| Órgão:08- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| Unidade:001- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| Função: 10- SAÚDE | | |
| Subfunção:301- ATENÇÃO BÁSICA | | |
| Programa:0011-SAUDE PARA TODOS | | |
| Projeto/ Atividade:2031- GESTÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| Natureza da Despesa:3190.11.00.00.00- vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil | | |
| 0.1.02.000000 – Receitas de impostos e transferências de impostos- saúde | | |
| | R$ | 20.000,00 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **20.000,00** |

| | | |
|---|---|---|
| Órgão:11- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | | |
| Unidade:001- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | | |
| Função: 18- GESTÃO AMBIENTAL | | |
| Subfunção:543-RECUPERAÇÃO DE AREA DEGRADADAS | | |
| Programa:0012-GESTÃO DO MEIO AMBIENTE | | |
| Projeto/ Atividade:1035-CANALIZ/ CORR/REC./AREAS/DEGRAD/REFLORESTAMENTO | | |
| Natureza da Despesa:3390.36.00.00.00- outros serviços de terceiros – Pessoa Física | | |
| 0.1.24.000000 –Transferências de convênios - outros( não relacionados a educ/saúde/assistência social) | | |
| | R$ | 23.400,00 |
| **TOTAL DA AÇÃO** | **R$** | **23.400,00** |

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de maio de 2016.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE EQUILIBRIO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2015**

**LOCATÁRIA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

**LOCADOR:** PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

**CNPJ:** 81.706.251-0001.98

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS E MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e conforme o que dispõe o artigo 24, inciso X, da lei 8.666, atualizada pela

VIGENCIA: 18/11/2015 à 18/11/2016.

EQUILIBRIO: 17,50% (dezessete e meio por cento)

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 015/2016**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

**CONTRATADO: VANDA ARANTES MOTA EPP**

**CNPJ: 02.189.771/0001-02**

**OBJETO:**AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA E ACESSÓRIOS

**VALOR SUPRESSIVO:** de R$ 90.410,00**.**

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI N.º 953/2016**

**EMENTA:** "Confere nova denominação a Rua das Violetas do Município de Carlinda-MT."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu, **GERALDO RIBEIRO DE SOUZA,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Passa a Rua das Violetas, situada no Município de Carlinda-MT a denominar-se, **RUA ELIAS DE OLIVEIRA AMORESI**.

**Art. 2º** - Compete ao Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação da presente Lei, fixar em pontos de cruzamentos, placas constando a nova denominação.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT,**

**Em 03 de maio de 2016**

**GERALDO RIBEIRO DE SOUZA**

**Prefeito Municipal**

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº. 952/2016**

**SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT A CELEBRAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A EMPRESA VALLE EXPRESS CARTÕES LTDA-ME COM OBEJTIVO DE CONCESSÃO DE CARTÃO COM PRÉ LIMITE, SOB GARANTIA DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO."**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1° -** Fica autorizado ao Município de Carlinda/MT a firmar Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa VALLE EXPRESS CARTÕES LTDA-ME, com o objetivo de oferecer aos servidores públicos municipais um cartão com limite pré-determinado de até 30% do seu salário liquido mensal, que poderá ser utilizado em uma rede credenciada pré-definida e de diversos segmentos, com pagamento mediante desconto em folha.

**Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT,

Em 03 de maio de 2016

**GERALDO RIBEIRO DE SOUZA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 023/2016

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 23/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando o Registro de Preços para Futura e Eventual **AQUISIÇÃO DE LAMINAS E ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS PESADAS** para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Viação e Urbanismo do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 13/05/2016 às 13:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, ou pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com

Castanheira - MT, **04** de **maio** de **2016**.

**WILSON VIEIRA**

**Pregoeiro**

### LEGISLATIVO
### PORTARIA N.º 012/2016

**HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*O senhor **AMILCAR PEREIRA RIOS**, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Castanheira, e, nos termos do Edital de Abertura n.º 001/2016, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade, da impessoalidade, e,*

***Considerando*** o disposto no Item 6.1 do Edital do Concurso Público n.º 001/2016;

***Considerando*** todo o teor do Processo Administrativo n.º 000042/2016, referente ao Concurso Pública n.º 001/2016;

***Considerando*** o Resultado Final do Concurso Público n.º 001/2016;

***Considerando*** o Relatório de Conclusão do Concurso Público, referente às atividades desenvolvidas pela empresa ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento e Informática Ltda., quanto à organização, elaboração, coordenação e execução do Concurso Público n.º 001/2016;

**RESOLVE:**

**Art. 1.º - HOMOLOGAR** o **Concurso Público n.º 001/2016** executado pela empresa ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento e Informática Ltda., formalizado pelo Processo Administrativo n.º 000042/2016..

**Art. 2.º -** O prazo de validade do Concurso é de dois anos, a contar da data da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

**Art. 3.º -** Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 03 de maio de 2016.

***REGISTRE-SE;***

***PUBLIQUE-SE;***

***CUMPRA-SE.***

**AMILCAR PEREIRA RIOS**

*Presidente da Câmara*

**REGISTRADO** e **PUBLICADO** na data supra, em local de costume.

### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 022/2016

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 22/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS E FRETES** para atender a necessidade dos diversos setores das Secretarias do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 13/05/2016 às 08:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, ou pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com

Castanheira - MT, **04** de **maio** de **2016**.

**WILSON VIEIRA**

**Pregoeiro**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

### LICITAÇÃO
### TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 AO CONTRATO DE Nº 05/2016

Aos três dias do mês de maio do ano de 2016, a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, com sede na Rua Tiradentes, 166 - Centro – Chapada dos Guimarães (MT), inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.507.530/0001-19, a seguir denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Sr. Lisú Koberstain, Prefeito Municipal, CPF/MF nº 173.391.621-00, celebra o presente Termo de Apostilamento Nº 01 ao Contrato de Prestação de Serviço n.º 05/2016, cujo objetivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E PAISAGISMO NO HORTO MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES.

1.2 - A CONTRATAÇÃO DESTES SERVIÇOS, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, **GILMAR BOSCO DE ALMEIDA 59441224120**, observando preço, como descrito, segundo as cláusulas e condições seguintes, às quais passam a fazer parte integrante da Ata originária.

**OBJETO**: a presente apostila refere-se à alteração do texto disposto na **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS,** do contrato de nº 05/2016, tendo em vista a constatação de erromaterial no referido texto. Onde se lê:

Orgão: 07 - Secretaria Municipal De Agricultura e Assuntos Fundiários

Projeto Atividade: 2.017 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários

Reduzido: 060016

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Leia-se:

Orgão: 07 - Secretaria Municipal De Turismo, Cultura e Meio Ambiente

Projeto Atividade: 2.013 – Manutenção e Valorização do Hosto Florestal

Reduzido: 090158

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – outros Serviços de Terceiros – Pessoa Júridica

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicialmente celebrado.

Chapada dos Guimarães 03 de Maio de 2016

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARAES**

**LISU KOBERSTAIN**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 170/2015**

SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato nº 170/2015, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e **YVETE PEREIRA DE ARAUJO**, na forma e condições seguintes.

Aos seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal, e de outro, **YVETE PEREIRA DE ARAUJO,** pessoa jurídica de direito privado, com sede no Assentamento Jangada Roncador, nº 51, zona Rural município de Chapada dos Guimarães /MT, inscrita no CNPJ sob n º 20.858.842/0001-96, neste ato representada pelo Sr. **GERALDO MIGUEL ARAÚJO,** Portador da Cédula de Identidade RG nº 1163080-9/SSP/MT, CPF n º 387.005.652-53, residente no Assentamento Jangada Roncador, lote nº 51, Zona Rural , neste município, doravante denominado **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Das alterações e prorrogações:

1.1 Ficam aditados as Cláusulas Primeira do Contrato Principal,

| ITEM | DESCRIÇÃO | VALOR KM ATUAL | VALOR MENSAL | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 1 | LINHA 1 FAZENDA FARTURA/MORRO DA PRUMO/ FAZENDA MINUZA/ESCOLA AGUA BRANCA | 3,50 | 1. 653,60 | 9. 921,60 |
| 2 | LINHA 2 RONCADOR DOS MENDES/ASSENTAMENTO ÁGUA BRANCA/ESCOLA ÁGUA BRANCA | 4,50 | 1240,00 | 7. 440,00 |

1) O valor global do Aditivo do Contrato será de R$ 17.361,60(dezessete mil trezentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), os pagamentos serão efetuados relativos aos dias letivos trabalhados constantes no calendário escolar da rede Municipal. (conforme solicitação da contratada e parecer jurídico em anexo)

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Quinta do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

**CLÁUSULA QUARTA** – do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 06 de Abril 2016.

**LISU KOBERSTAIN**

**Prefeito**

**Contratante**

**YVETE PEREIRA DE ARAUJO**

**Contratado**

**GABINETE**
**PORTARIA Nº.: 252/2016, DE 03 DE MAIO DE 2016.**

**PORTARIA Nº.: 252/2016, DE 03 DE MAIO DE 2016.**

**Dispõe sobre a Nomeação de Fiscal Responsável pela Inspeção e Controle Sistemáticos da Obra de Construção de Passarela e Reforma na Escola Municipal Monteiro Lobato**.

**LISÚ KOBERSTAIN,** Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. NOMEAR o Sr. NIVALDO CAMPOS, engenheiro civil contratado por este município, inscrito no CREA sob o nº.: 29487/D para desempenhar a função de **Fiscal Responsável pela Inspeção e Controle Sistemáticos da Obra de Construção de Passarela e Reforma na Escola Municipal Monteiro Lobato.**

**Art. 2º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º**. Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de maio de 2016.

**LISÚ KOBERSTAIN**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**GABINETE**
**PORTARIA Nº.: 253/2016, DE 03 DE MAIO DE 2016.**

**PORTARIA Nº.: 253/2016, DE 03 DE MAIO DE 2016.**

**Dispõe sobre a Nomeação de Fiscal Responsável pela Inspeção e Controle Sistemáticos da Execução de Serviços de Pintura Interna/ Externa e Esquadrias no Hospital Municipal Dom Osvaldo**.

**LISÚ KOBERSTAIN,** Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. NOMEAR o Sr. NIVALDO CAMPOS, engenheiro civil contratado por este município, inscrito no CREA sob o nº.: 29487/D para desempenhar a função de **Fiscal Responsável pela Inspeção e Controle Sistemáticos da Execução de Serviços de Pintura Interna/Externa e Esquadrias no Hospital Municipal Dom Osvaldo.**

**Art. 2º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º**. Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de maio de 2016.

**LISÚ KOBERSTAIN**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LICITAÇÃO**
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 170/2015**

PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato nº 170/2015, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e **YVETE PEREIRA DE ARAUJO**, na forma e condições seguintes.

Aos trinta dias do mês de Março do ano de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com

sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal, e de outro, **YVETE PEREIRA DE ARAUJO,** pessoa jurídica de direito privado, com sede no Assentamento Jangada Roncador, nº 51, zona Rural município de Chapada dos Guimarães /MT, inscrita no CNPJ sob n º 20.858.842/0001-96, neste ato representada pelo Sr. **GERALDO MIGUEL ARAÚJO,** Portador da Cédula de Identidade RG nº 1163080-9/SSP/MT, CPF n º 387.005.652-53, residente no Assentamento Jangada Roncador, lote nº 51, Zona Rural , neste município, doravante denominado **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Das alterações e prorrogações:

1.1 Ficam aditados as Cláusulas Primeira do Contrato Principal.

| ITEM | DESCRIÇÃO | VALOR KM | QUANTIDADE TOTAL KM | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 2 | LINHA 2 RONCADOR DOS MENDES/ ASSENTAMENTO ÁGUA BRANCA/ ESCOLA ÁGUA BRANCA | R$ 4,00 | 2.400 | R$ 9. 600,00 |

1) O valor global do Aditivo do Contrato será de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), os pagamentos serão efetuados relativos aos dias letivos trabalhados constantes no calendário escolar da rede Municipal. (conforme solicitação e relatório do fiscal em anexo)

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Quinta do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

**CLÁUSULA QUARTA** – do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 30 de Março 2016.

**LISU KOBERSTAIN**

**Prefeito**

**Contratante**

**YVETE PEREIRA DE ARAUJO**

**Contratado**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

### LICITAÇÃO
### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 REGISTRO DE PREÇOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 REGISTRO DE PREÇOS**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Montagem e Desmontagem, Funilaria e Pintura nos veículos das Secretarias Municipais do Município de Cláudia – MT.** A Prefeitura Municipal de Cláudia/ MT, torna público que no dia 16 de Maio de 2016, estará recebendo propostas, para abertura ás 08h00min do Pregão Presencial, para as contratações supracitadas. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (066) 3546-3100. Cláudia/MT, 03 de Maio de 2016.

**JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

**SHIRLEY YOTZCHETZ**

Pregoeira

### LICITAÇÃO
### AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2016

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

**TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2016**

A Prefeitura Municipal de Cláudia – MT, através de sua C.P.L. torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não comparecimento de empresas licitantes interessadas, que **FICA PRORROGADA** a abertura da Tomada de Preços nº 006/2016, para a "**Contratação de Empresa para Execução de Obra referente ao Recapeamento em Vias Urbanas (Lado Direito) na Avenida Juscelino Kubitschek no Município de Cláudia – MT".** O referido procedimento realizar-se-á às **08:00 HORAS (HORÁRIO OFICIAL DE CLÁUDIA – MT), DO DIA 20 DE MAIO DE 2016**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cláudia, sito a Av. Gaspar Dutra, s/nº, Centro – Cláudia – MT. O Edital poderá ser obtido junto à C.P.L. de Cláudia, durante o horário de expediente através do telefone (066) 3546-3100.

Cláudia - MT, 03 de Maio de 2016.

**HEMILIN FERNANDA TIEDT**

Presidente da C.P.L

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### RH
### 3º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS APROVADOS E CONVOCADOS DO TESTE SELETIVO 001/2016.

Ficam convocados os Candidatos abaixo relacionados nessa Publicação de Investidura e Provimento do Cargo para apresentar-se Prefeitura Municipal de Cláudia-MT no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação do ato de provimento.

**Professor/ Classe B - Pedagogia**

| COD. | NOME | PNE |
|---|---|---|
| 239 | Rosicley Aparecida Roque | N |
| 194 | Rosangela Rocha de Oliveira | N |
| 195 | Fabiane Lucilene fritzen | N |
| 233 | Cristiana Rodrigues | N |
| 150 | Marcia Maria Wink | N |

**Técnico em Desenvolvimento Infantil**

| COD. | NOME | PNE |
|---|---|---|
| 245 | Luana da Silva | N |
| 191 | Franciele Lemos da Costa | N |
| 69 | Cirlene Lago | N |

Cláudia-MT, 03 de Maio de 2016.

**JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

**RH**
**EDITAL DE DIVULGAÇÃO 04/2016**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E PECUNIA AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT"**

**JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:

**Considerando** o disposto na Lei Complementar 12/2013: *"Art. 122 - O servidor após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com vencimento padrão do cargo efetivo.",*

**Considerando** os requerimentos de Licença Prêmio por Assiduidade protocolados no departamento de RH e devidamente analisados pela assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Cláudia-MT;

**DIVULGA:**

A relação de servidores que usufruirão deLicença-Prêmio por Assiduidade:

**EDUCAÇÃO**

**Professor:**

| MATRICULA | NOME | PERIODO |
|---|---|---|
| 35 | Dalila Marques Tributino | 02/05/2016 a 31/07/2016 |
| 1452 | Solange Brussolo Petenão | 02/05/2016 a 31/07/2016 |

**Manutenção da Infraestrutura Escolar;**

| MATRICULA | NOME | PERIODO |
|---|---|---|
| 053 | Idalina Olegário da Silva | 02/05/2016 a 31/07/2016 |
| 015 | Angelita Tereza dos Santos | |

**GERAL**

**Auxiliar de Serviços Gerais:**

| MATRICULA | NOME | PERIODO |
|---|---|---|
| 70 | Jucelino Belotti | 02/05/2016 a 31/07/2016 |

**Agente de Saúde em Extinção:**

| MATRICULA | NOME | PERIODO |
|---|---|---|
| 122 | Valdir Araújo Costa | 02/05/2016 a 31/07/2016 |

A relação de servidor que usufruirá deLicença-Prêmio em pecúnia:

**GERAL**

**Auxiliar Administrativo:**

| MATRICULA | NOME | PERIODO |
|---|---|---|
| 028 | Cleide Hoffmann | 05/2016<br>05/2017<br>05/2018 |

**Agente Administrativo**

| MATRICULA | NOME | PERIODO |
|---|---|---|
| 1427 | Rosangela Suzin | 05/2016<br>05/2017<br>05/2018 |

Claudia-MT, 29 de Abril de 2016.

**JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.295/2016, DE 17 DE MARÇO DE 2016.**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.295/2016, DE 17 DE MARÇO DE 2016.**

**"DISPÕE SOBRE DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O **Prefeito Municipal de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, e com fulcro no inciso IV do art. 24 da lei 8.666/93,

Considerando que a falta de combustível acarretaria prejuízo no serviço público oferecido à população, especialmente o transporte na área de saúde e transporte escolar, colocando em risco a saúde de nossos munícipes e ocasionando prejuízo no aprendizado do alunado pela descontinuidade do transporte, e ainda a falta dos serviços básicos de limpeza pública e de patrolamento e recuperação de estradas municipais,

Considerando que foi realizada pesquisa de preços no mercado, para que restem delineados parâmetros no objeto da contratação,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica dispensada a licitação pelo período de 30 (trinta) dias para aquisição de Combustíveis para abastecimento da frota municipal, obedecidos aos seguintes preços:

a) Gasolina: R$ 4,22; b) Álcool: R$ 3,23; c) Diesel: R$ 3,44; d) Diesel S-10: R$ 3,59.

**Parágrafo único.** Fica determinada a imediata abertura de processo licitatório para aquisição dos produtos objeto desta dispensa, devendo ser concluso em no máximo (30) trinta dias.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições ao contrario.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.**

**Luiz Henrique do Amaral**

**Prefeito Municipal**

**Rogerio Moreira**

**Secretário de Administração**

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO-PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016**

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016**

O Sr. Luiz Henrique do Amaral, Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; TORNA PÚBLICO, que estão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO,** para os cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate a Endemias (ACE):

**1 - DAS VAGAS:**

1.1 - Para o preenchimento das vagas de Agente Comunitário de Saúde faz-se necessário que o candidato resida no local de origem das mesmas, conforme Inciso I do Art. 6 da Lei Federal nº 11.350/2006. Já para as vagas de Agente de Combate a Endemias (Vigilância Ambiental) o local de exercício das atividades inerentes ao cargo, dos candidatos aprovados e contratados, será definido conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Quadro 1 – Caracterização das vagas do Processo Seletivo para ACS e ACE.

| CARGOS | VAGAS | REQUISITOS ESPECÍFICOS | JORNADA | VENCIMENTO EM R$ |
|---|---|---|---|---|

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Agente Comunitário de Saúde | 01 | Ensino Fundamental Completo | 40 h/s | 1.014,00 |
| Agente de Combate a Endemias | 02 | Ensino médio completo | 40 h/s | 1.014,00 |

**2 – DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO:**

2.1 **- Agente Comunitário de Saúde -** o Agente Comunitário de Saúde tem como atribuições: o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor. 2.2 – **Agente de Combate a Endemias** – o Agente de Combate a Endemias tem como atribuições: o controle da dengue e outras endemias; realizar pesquisa larvária em imóveis para levantamento de índice, descobrimento de focos, armadilhas (ovitrampas) e pontos estratégicos; realizar a eliminação de criadouros tendo como métodos de primeira escolha o controle mecânico (remoção, destruição, vedação, etc.); executar o tratamento focal e perifocal como medida complementar ao controle mecânico, aplicando larvicida ou adulticida conforme orientação técnica; coletar exemplares de vetores em armadilhas ou em seu habitat natural; observar a "ordem de serviços", para verificação dos produtos (categoria, prazo de validade, condições de uso) e os equipamentos necessários; realizar cada serviço como momento único e singular, evitando retornos e reclamações; abordar os moradores de forma cortês, identificando-se através do crachá, que deverá ser portado sempre em lugar visível; dar oportunidade aos moradores para perguntas e solicitações de esclarecimentos; orientar a população de forma clara e precisa; dirigir-se ao Encarregado e/ou Coordenador, quando houver dúvida técnica; deixar seu itinerário diário de trabalho no posto de abastecimento (PA); e encaminhar ao serviço de saúde os casos suspeitos de Dengue e outras endemias. **3 - DA DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS:**

3.1- Os candidatos para Agente Comunitário de Saúde deverão se inscrever para as vagas pertencentes dentro da área de abrangência de sua residência. Para tanto, deverão observar o que segue:

Quadro 2 – Distribuição das vagas do Processo Seletivo para ACS.

| Número de Vagas | Número de Cadastro de Reserva | Localidade | Micro área |
|---|---|---|---|
| 01 | 00 | Zona Rural | **12 - Itacaiú** |

**3.2 - Os candidatos para Agente de Combate a Endemias deverão se inscrever para as vagas e poderá trabalhar tanto na zona urbana como na rural do município. Para tanto, deverão observar o que segue:**

**Quadro 3 – Distribuição das vagas do Processo Seletivo para ACE.**

| Número de Vagas | Número de Cadastro de Reserva | Localidade |
|---|---|---|
| 02 | 00 | Zona Rural e Zona Urbana |

**4 – DAS INSCRIÇÕES:**

4.1 - A inscrição no Teste Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e em editais complementares ou de retificações. Antes de efetuar a inscrição, é da responsabilidade do candidato conhecer todas as determinações referentes ao processo seletivo para se certificar de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e assumir o cargo se aprovado e convocado.

4.2 - As inscrições serão realizadas entre os dias **9 de maio a 20 de maio de 2016** na Secretaria Municipal de Saúde, com sede à Rua Alceu Bezerra Vilarinho, s/nº, no setor Expansão do Novo Cocalinho, no horário normal de expediente, ou seja, das 08h00min às 11h00min edas 13h00min às 17h00min.

4.3 - Não será cobrada nenhuma taxa de inscrição para estes Processos Seletivos.

**4.4 Condições para inscrição:**

4.4.1 - Ser brasileiro nato, naturalizado ou possuir dupla cidadania;

4.4.2 - Estar em gozo dos direitos políticos;

4.4.3 - Haver votado nas últimas eleições ou ter justificado ausência;

4.4.4 - Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

4.4.5 - Possuir idade mínima de 18 anos na data de inscrição;

4.4.6 - Possuir ensino Fundamental Completo, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde e ensino Médio Completo para Agente de Combate a Endemias;

4.4.7 - Comprovante de residência. Para os cargos de ACS o comprovante deve ser do local de origem da vaga;

4.5 - As inscrições deverão ser efetuadas pessoalmente pelo candidato com apresentação de documento oficial com foto.

4.6 - No momento da inscrição será retida uma cópia do comprovante de residência que será anexada à ficha de inscrição do candidato.

**5- DAS INSCRIÇÕES POR PROCURAÇÃO:**

5.1 - A inscrição poderá ser realizada por procurador formalmente constituído com poderes especiais, não sendo aceita inscrição condicional, por via postal, *fac-símile* (fax), via correio eletrônico e/ou extemporâneas, sob qualquer pretexto. 5.2 - No caso de inscrição por procuração, será exigida a entrega do respectivo mandato, com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do documento de identidade do candidato e a apresentação do documento de identidade original do procurador. 5.3 - O candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição. 5.4 - O candidato assume todas as responsabilidades legais por quaisquer declarações falsas prestadas. A Prefeitura de Cocalinho – MT não se responsabiliza por informações e endereços incorretos ou incompletos, fornecidos pelo candidato ou seu procurador.

**6 – DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:**

6.1 - Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, desde que a necessidade especial seja compatível com as atribuições da vaga pretendida.

6.2 - Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas.

6.3 - O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de necessidades especiais, se aprovado e classificado no Processo Seletivo, figurará em lista específica e na listagem de classificação geral.

6.4 - A aptidão física do candidato e a capacidade funcional para o exercício da atividade pública serão comprovadas em perícia médica determinada pela Administração Municipal.

6.5 - O candidato, cuja necessidade especial não for configurada, ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada, será desclassificado da lista exclusiva de candidatos portadores de necessidades especiais, passando a figurar apenas na lista de classificação geral.

6.6 - Os candidatos que portarem necessidade especial e necessitarem de condições especiais para a realização da prova deverão se manifestar no ato da inscrição, declarando na ficha de inscrição a necessidade da qual é portador, a espécie, o grau ou nível da lesão, com expressa referência à condição especial para a realização da prova.

6.7 - Os candidatos portadores de necessidades especiais, inscritos como tal, terão reservadas 5% (cinco por cento) do total de vagas a serem preenchidas no Teste Seletivo.

**7 – DAS PROVAS:**

**7.1 – Prova objetiva**

7.1.1 - A prova objetiva será elaborada de acordo com o cargo público, constando de questões do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta. As questões da prova versarão sobre assuntos do conteúdo programático constante nos anexos I e II.

7.1.2 As provas objetivas serão realizadas no dia **5 de junho de 2016**, com início às 08h00min e término as 10h00min e será composta de 25 (vinte e cinco) questões com pontuação máxima de 5 (cinco) pontos, sendo assim distribuída:

Quadro 4 – Pontuação necessária da prova objetiva do Processo Seletivo para ACS e ACE.

| DISCIPLINA | Nº DE QUESTÕES | VALOR DE CADA QUESTÃO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|
| Português | 05 | 1,0 | 5,00 |
| Matemática | 05 | 1,0 | 5,00 |
| Conhecimentos de Informática | 05 | 1,0 | 5,00 |
| Conhecimentos Específicos | 10 | 3,5 | 35,0 |
| ***Total*** | 50,00 | | |

7.1.3 - Cada questão terá cinco alternativas, com apenas uma resposta correta, a qual deverá ser assinalada **sem rasura** no gabarito.

7.1.4 - No dia da realização das provas, os candidatos deverão se apresentar, com no mínimo 30 minutos antes do horário determinado para início das provas, e, não poderão entrar no local de prova os candidatos que chegarem atrasados.

7.1.5 - A nota final será obtida pela soma da pontuação, considerando classificados os candidatos que atingirem no mínimo 50% de aproveitamento da prova.

7.1.6 - O resultado da prova objetiva será divulgado no dia **10 de junho de 2016**.

**7.2 - Prova prática**

7.2.1 - Para o cargo de ACE, os candidatos aprovados na prova objetiva serão submetidos a uma prova prática na qual o candidato deverá atingir nota mínima de 60% (sessenta por cento) do total de pontos da prova objetiva, que valerá 50 (cinquenta) pontos.

7.2.2 As provas práticas serão realizadas no dia **12 de junho de 2016**, com início às 08h00min e término as 17h00min, com intervalo para almoço.

7.2.3 - Após a classificação na prova objetiva, serão convocados para realizar o teste físico os candidatos melhores classificados na mesma.

7.2.4 A avaliação física obedecerá ao contido no Anexo III deste Edital e terá caráter eliminatório.

7.2.5 A avaliação física irá considerar se o candidato é APTO ou INAPTO para exercer a função.

7.2.6 Os testes de aptidão física serão aplicados em um único dia.

7.2.7 - As normas do teste de aptidão física, bem como os índices mínimos para cada teste se encontram estabelecidos no anexo III.

7.2.8 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação dos testes por qualquer motivo.

7.2.9 - Os testes de aptidão física serão divididos nas seguintes etapas:

Quadro 5 – Etapas do teste de aptidão física para ACE.

| ETAPAS | TESTES | |
|---|---|---|
| 1 | TESTE 1 | Borrifação com bomba costal |
| 2 | TESTE 2 | UBV portátil |
| 3 | TESTE 3 | Visita domiciliar |

7.2.10 – Antes do início das provas, os candidatos receberão as instruções técnicas necessárias para a participação nos testes.

7.2.11 – O candidato aprovado nos índices mínimos, conforme estabelecido no Anexo III, em todos os testes previstos, será considerado apto.

7.2.12 – Caso não alcance o índice mínimo num dos testes previstos, não realizará os subsequentes e não poderá realizá-los em outra data.

7.2.13 – A classificação se dará da seguinte forma: Pontuação do teste de aptidão física + pontuação da prova objetiva = Pontuação Final.

7.2.14 – A classificação na prova prática se dará pela soma dos pontos em cada um dos testes previstos.

7.2.15 – O resultado da prova prática será divulgado no **dia 15 de junho de 2016**.

**7.3 - O ingresso do candidato nos locais das provas somente será permitido no horário estabelecido, com a apresentação do documento de identificação com foto.**

**7.4 - Será excluído das provas o candidato que:**

7.4.1 - Apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova.

7.4.2 - Não apresentar documento de identificação com foto.

7.4.3 - Ausentar-se do recinto da prova sem permissão ou praticar ato de incorreção ou descortesia com qualquer examinador, fiscal de prova, membros da Coordenação incumbidos da realização das provas.

7.4.4 - Comunicar-se verbal, escrita ou por meio de gestos com outro candidato.

7.4.5 - Quebrar o sigilo da prova mediante qualquer sinal que possibilite a identificação.

7.4.6 - Ao terminar a prova, não entregar ao Fiscal de Prova, obrigatoriamente, o Caderno de Prova Objetiva de múltipla escolha e a folha de respostas.

7.4.7 - Ausentar-se do local de prova sem o acompanhamento do Fiscal de Prova.

7.4.8 - Utilizar-se de meios ilícitos para a realização da prova.

7.4.9 - Utilizar telefone celular na sala de realização da prova.

7.6.10 - Portar armas.

7.4.11 - Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

7.4.12 - Permanecer na sala após a conclusão e entrega da prova.

7.5 - É proibido, durante a realização das provas, o porte de arma ou de qualquer equipamento eletrônico como telefone celular, *pager*, *beep*, calculadora, agendas eletrônicas ou similares, *walkman*, gravador, canetas eletrônicas, ou qualquer outro receptor de mensagens.

7.6 - Durante as provas é proibida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, à utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações.

7.7 - Os objetos de uso pessoal (bolsas, pochetes, bonés, pastas etc.) serão colocados em local indicado pelo Fiscal de Prova e retirados somente após a entrega final do Caderno da Prova objetiva de múltipla escolha e a folha de respostas.

7.8 - Os três (3) últimos candidatos de cada sala só poderão sair da sala juntos, já que deverão testemunhar o fechamento correto dos envelopes das folhas de respostas e dos cadernos de provas respondidos.

7.9 - Na realização da prova objetiva de múltipla escolha não será permitido esclarecimento sobre o enunciado das questões ou o modo de resolvê-las.

7.10 - O candidato deverá preencher a folha de respostas, de forma clara e sem rasuras, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de escrita grossa.

7.11 - A folha de respostas será o único documento válido para efeito de correção da prova.

7.12 - Será considerada nula a folha de respostas que estiver assinalada a lápis.

7.13 - O candidato deverá devolver, obrigatoriamente, ao Fiscal de Prova, o Caderno da prova objetiva de múltipla escolha e a folha de respostas devidamente preenchida e assinada.

7.14 - Não serão atribuídos pontos a respostas divergentes do Gabarito, que apresentarem rasuras, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco.

7.15 - A duração da prova será três (03) horas, sendo permitida a saída dos candidatos da sala somente depois de decorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

7.16 - O Gabarito para conferência do desempenho dos candidatos será publicado até o 2º (segundo) dia útil após a realização da prova no mural das Escolas, Rodoviária, mural e *site* da Prefeitura e no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.17 - Não haverá segunda chamada da prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência.

7.18 - O local para a realização da prova objetiva será na **Escola Getúlio Vargas** com sede à Rua Alceu Bezerra Vilarinho, s/nº, setor Central.

7.19 – O ponto de encontro para a realização da prova prática será a **Secretaria de Saúde**. A prática ocorrerá em campo.

**8 – DA CONVOCAÇÃO:**

8.1 - Será classificado o candidato que obtiver aprovação na prova objetiva de múltipla escolha, para Agente Comunitário de Saúde. Na prova objetiva de múltipla escolha e prática para Agente de Combate a Endemias.

8.2 - A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos na prova objetiva de múltipla escolha para Agente Comunitário de Saúde. Na prova objetiva de múltipla escolha e prática para Agente de Combate a Endemias.

8.3 - Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as disciplinas da prova objetiva, serão fatores de desempate os seguintes critérios:

a) Maior pontuação na disciplina de Conhecimentos Específicos;

b) Maior pontuação na disciplina de Língua Portuguesa;

c) Maior pontuação na disciplina de Matemática; e

d) Maior idade.

8.3.1 - Os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos terão a idade como primeiro critério de desempate, hipótese em que terá preferência o mais idoso. Caso persista o empate, deverá ser observado o critério estabelecido no item 8.3, conforme estabelecido na Lei em vigor.

8.3.2 - Em caso de empate na pontuação da prova prática, terá preferência o candidato que tiver, na seguinte ordem:

a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), desde que a natureza do cargo assim permita;

b) utilizado menor tempo para execução das tarefas na prova prática;

c) maior nota, na prova objetiva, em Conhecimentos Específicos; e

d) maior idade.

**9 - DOS RECURSOS:**

9.1 - Caberá recurso contra as inscrições indeferidas, dentro de **três** (03) dias úteis, a contar da data de publicação da homologação das mesmas.

9.2 - Caberá recurso contra qualquer questão da prova objetiva de múltipla escolha e da prova prática, desde que devidamente fundamentado e identificado, dentro de três (03) dias úteis, a contar da data de publicação do Gabarito no mural das Escolas do município, Estação Rodoviária, mural e *site* da Prefeitura e mural da Secretaria de Saúde do Município observado que cada candidato terá direito a apenas um recurso para cada questão da prova.

9.3 - O recurso deverá ser individual com a indicação precisa daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado.

9.4 - Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado, fora do prazo ou não subscrito pelo próprio candidato.

9.5 - O recurso, devidamente fundamentado, deverá conter dados que informem sobre a identidade do recorrente e o número de inscrição.

9.6 - Os recursos deverão ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Alceu Bezerra Vilarinho, s/nº, setor Expansão do Novo Cocalinho, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, onde o Caderno da Prova estará disponível para consulta.

9.7 - Os recursos serão analisados pela Comissão constituída pela Portaria nº 010/2016, de 13 de abril de 2016.

9.8 - Se, do exame do recurso, resultar anulação de questão, os pontos da questão anulada serão atribuídos a todos os candidatos, independente de terem ou não recorrido, não cabendo recurso da decisão.

9.9 - Se houver alteração no Gabarito, por força da anulação de questão, será divulgada a alteração em novo edital no mural das Escolas do Município, Estação Rodoviária, mural e *site* da Prefeitura e mural da Secretaria de Saúde do Município.

9.10 - O prazo previsto para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

**10 – DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO:**

10.1 - Os candidatos convocados deverão apresentar os seguintes documentos:

10.1.1 - Fotocópia e original da Carteira de Identidade;

10.1.2 – Fotocópia do C.P.F.;

10.1.3 - Fotocópia e original de Comprovante de Residência (Conta de água, energia elétrica, telefone, etc., que comprove local de residência. Para os moradores da zona rural, INCRA ou Declaração de dois moradores da comunidade comprovando residência);

10.1.4 - Fotocópia e original de Certificado de Conclusão de Ensino Fundamental para ACS e do Ensino Médio para ACE;

10.1.5 - Fotocópia e original de antecedentes criminais;

10.1.6 - Declaração de bens;

10.1.7 - Declaração de acúmulo de cargos;

**10.2 - Para efeito de admissão, o candidato será submetido a exame médico de caráter eliminatório, a ser realizado pela equipe médica designada pela Secretaria Municipal de Administração e Previdência.**

10.3 - Assumir as funções no prazo que lhe for determinado.

10.4 - Participar de cursos, encontros, congressos ou seminários que lhe for determinado.

10.5 - O candidato convocado que não possuir toda a documentação, do item 10.1, não se apresentar no prazo para a contratação ou não quiser assumir o cargo será considerado desistente e será convocado o candidato seguinte de acordo com a classificação.

10.6 - O local de atuação dos candidatos aprovados na área urbana será definido pela Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com o interesse da administração pública.

10.7 - Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 (setenta) anos, em obediência ao Art. 40, inciso II da C/F, de 5 de outubro de 1988.

10.8 - Não exercer cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acumulação permitida na Constituição.

10.9 - Não receber proventos de aposentadoria oriundos de emprego ou função exercidos perante a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas Autarquias, empresas ou fundações, conforme preceitua o artigo 37, parágrafo 10º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, com redação dada pela emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, ressalvadas as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os Empregos Eletivos e os empregos em comissão.

**11 – DAS CONDIÇÕES ADICIONAIS:**

11.1 - A aprovação no Processo Seletivo não cria direito à contratação, mas esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

11.2 - A habilitação no Processo Seletivo não assegurará ao candidato o direito à contratação, se revelando apenas como expectativa de ser admitido, ficando a concretização deste ato administrativo condicionada à observância das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e conveniência da Administração Pública Municipal e de acordo com as disposições orçamentárias em todos os casos.

11.3 - Em nenhuma hipótese haverá justificativa para os candidatos pelo não cumprimento dos prazos determinados, nem serão aceitos documentos após as datas estabelecidas.

11.4 - Todas as publicações referentes a este Processo Seletivo serão devidamente postadas no mural das Escolas do Município, Estação Rodoviária, mural e *site* da Prefeitura e mural da Secretaria de Saúde do Município.

11.5 - É de responsabilidade do candidato o acompanhamento de todos os atos publicados referentes a este Processo Seletivo.

11.6 - O candidato aprovado se compromete a manter seu endereço atualizado, por meio de correspondência dirigida à Secretaria Municipal de Saúde de Cocalinho – MT. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização do mesmo.

11.7 – Candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde devem estar cientes de que se mudar de residência da área/microárea de atuação implicará em dissolução do vínculo de trabalho.

11.8 - Nos termos do artigo 37, parágrafo 10, da Constituição Federal, acrescido pela emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, é vedada a percepção simultânea de salários com proventos de aposentadoria, salvo nas hipóteses de acumulação remunerada, expressamente prevista pela Constituição Federal.

11.9 - O Processo Seletivo a que se refere este Edital terá a validade a partir da data de homologação, sendo **por tempo indeterminado.**

11.10 – Todos os casos omissos ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica do Município serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo instituída pela Portaria nº 010/2016, de 13 de abril de 2016.

Cocalinho – MT, 03 de maio de 2016.

_____

Alcina Rocha dos Santos

Secretária Municipal de Saúde

Cocalinho – MT

**ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**
**PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA**
**ENSINO FUNDAMENTAL**
**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

**a) Língua Portuguesa:**

Interpretação de texto. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Substantivo e adjetivo: flexão de gênero, número e grau. Verbos: regulares, irregulares e auxiliares. Emprego de pronomes. Preposições e conjunções. Concordância verbal e nominal. Crase. Regência.

**b) Matemática:**

Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais, representação fracionaria e decimal: operações e propriedades. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples. Equação de 1° grau. Sistema métrico: sistema de tempo, comprimento, superfície e capacidade. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Raciocínio lógico. Resolução de situações problema.

**c) Conhecimentos de informática:**

Noções gerais de operação dos editores de textos Word e Open Office Writer: principais comandos aplicáveis ao texto, tabelas, Noções gerais de operação dos sistemas operacionais Windows e Windows XP: uso de arquivos, pastas e operações mais frequentes. Noções gerais de operação das planilhas: digitação e edição de dados, construção de fórmulas para cálculos de valores, formatação de dados e gráficos. Noções gerais de utilização de Internet. Utilização do correio eletrônico.

**d) Conhecimentos específicos:**

Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde; Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos; Interpretação demográfica; Conceito de territorialização, microárea de abrangência; Indicadores epidemiológicos; Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/ doenças da população; Critérios operacionais para definição de prioridades: indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos; Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade de atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade, outros; Sistema de informação em saúde; Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processo migratórios, analfabetismo, ausência ou insuficiência de infraestrutura básica, outros; Promoção de saúde: conceito e estratégias; Doenças de notificação compulsória; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas; Intersetorialidade: conceito e dinâmica político-administrativa do município; Informação, educação e comunicação: conceitos, diferenças e interdependência; Formas de aprender e ensinar em educação popular; Cultura popular e sua relação com os processos educativos; Participação e mobilização social: conceitos, fatores facilitadores e/ ou dificultadores da

ação coletiva de base popular; Pessoas portadoras de necessidades especiais; abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Calendário básico de vacinação; Estatuto da criança e do adolescente; Estatuto do idoso; Noções de ética e cidadania; Portaria nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011, Política Nacional de Atenção Básica.

**ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**
**PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA**
**ENSINO MÉDIO**
**AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**

**a) Língua Portuguesa:**

Fonologia: conceito, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépia, divisão silábica, prosódia-acentuação e ortografia; Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras; Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, crase e pontuação; Semântica: a significação das palavras no texto; Interpretação de texto.

**b) Matemática:**

Sequências Lógicas envolvendo números, letras e figuras. Geometria básica. Criptografia. Simetria. Conjuntos; as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Comparações. Calendários. Numeração. Razão e proporção. Regra de Três.

**c) Conhecimentos de informática:**

Noções gerais de operação dos editores de textos Word e Open Office Writer: principais comandos aplicáveis ao texto, tabelas, Noções gerais de operação dos sistemas operacionais Windows e Windows XP: uso de arquivos, pastas e operações mais frequentes. Noções gerais de operação das planilhas: digitação e edição de dados, construção de fórmulas para cálculos de valores, formatação de dados e gráficos. Noções gerais de utilização de Internet. Utilização do correio eletrônico.

**d) Conhecimentos Específicos:**

Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Prevenção e promoção da Saúde: Visita Domiciliar - Saúde e comunidade. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário; Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliações em saúde: conceitos, tipos instrumentos e técnicas; Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento; Medidas de prevenção e controle de vetores; Noções básicas de doenças como Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Malária, Esquistossomose, dentre outras. Animais peçonhentos e zoonoses (dengue, Chikungunya, Zika vírus, leishmaniose, leptospirose, doenças causadas por pombos, carrapatos e pulgas). Riscos ambientais relacionados a fatores químicos e físicos que influenciam na qualidade do ar, do solo e da água para consumo humano. Manejo de animais domésticos. Portaria nº 3.252 de 22 de dezembro de 2009; Instrução Normativa nº 1, de 7 de março de 2005/MS. Coleta seletiva do lixo; Riscos ambientais: contaminantes (produtos químicos). Ética profissional.

**ANEXO III – PROVA PRÁTICA**
**AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**

A prova prática, de caráter classificatório e eliminatório, serão realizadas pela Coordenação da Vigilância Ambiental e visam avaliar a capacidade do candidato de suportar, física e organicamente, as exigências da prática de atividades físicas e demais exigências do cargo de Agente de Combate a Endemias.

**1. CRITÉRIOS:**

1.1 – Será considerado apto o candidato aprovado nos índices mínimos em todos os testes previstos. Caso não alcance o índice mínimo em um dos testes previstos, o candidato não realizará o subsequente e não poderá realizá-lo em outra data.

1.2 – Os candidatos aptos serão classificados, em função da soma dos pontos obtidos em cada um dos testes, sendo a **pontuação máxima de 50 pontos**.

1.3 – A Comissão responsável pela aplicação das provas e a Secretaria de Saúde se isentam de qualquer responsabilidade sobre acidentes que possam vir a ocorrer com os candidatos durante e após a realização dos testes.

1.4 – Será vedada a presença de acompanhantes do candidato do local de realização dos testes.

**2. DOS TESTES:**

2.1 - Borrifação com bomba costal

Objetivo: medir indiretamente a força muscular.

A metodologia para a preparação e execução do teste de borrifação com bomba costal para os candidatos, obedecerá aos seguintes aspectos:

a) Ao comando “em posição”, o candidato deverá se colocar frente ao equipamento;

b) Ao comando “iniciar”, o candidato procederá com o ajuste do equipamento ao corpo. Em seguida, procederão com a sucção, compressão, pulverização e aplicação de produto conforme especificação técnica;

c) A contagem dos procedimentos corretos considerará a total execução dos comandos.

A pontuação do teste de Borrifação com bomba costal, para os candidatos será atribuída conforme a tabela a seguir:

Quadro 6 – Pontuação do teste de Borrifação com bomba costal para ACE.

| PROCEDIMENTOS | PONTOS |
|---|---|
| Ajuste | 3 |
| Sucção | 3 |
| Compressão | 3 |
| Pulverização | 3 |
| Aplicação de produto conforme especificação | 4,7 |
| ***TOTAL*** | **16,7** |

2.2 – Borrifação com Ultra Baixo Volume (UBV) portátil

Objetivo: Medir indiretamente a resistência muscular.

A metodologia para a preparação e execução do teste de Borrifação com UBV portátil para os candidatos, obedecerá aos seguintes aspectos:

a) Posicionamento adequado de aplicação nos imóveis; manuseio apropriado do produto químico; agilidade na aplicação; uso correto de EPI’s; capacidade de resistência.

A pontuação do teste de Borrifação com UBV portátil, para os candidatos será atribuída conforme a tabela a seguir:

Quadro 7 – Pontuação do teste de Borrifação com UBV portátil para ACE.

| PROCEDIMENTOS | PONTOS |
|---|---|
| Posicionamento adequado de aplicação nos imóveis | 3 |
| Manuseio apropriado do produto químico | 3 |
| Agilidade na aplicação | 3 |
| Uso correto de EPI’s | 3 |
| Capacidade de resistência | 4,6 |
| ***TOTAL*** | **16,6** |

2.3 – Visitas domiciliares

Objetivo: Medir indiretamente a capacidade e o desempenho nas atividades de andar/caminhar a maior distância possível.

A metodologia para a preparação e execução da atividade de visitas domiciliares para os candidatos, obedecerá aos seguintes aspectos:

a) Orientação à população; Pesquisa Vetorial Especial (PVE); tratamento focal com larvicida; remoção prévia dos focos larvários; busca ativa de novos casos; preenchimento de relatórios e formulários.

Quadro 8 – Pontuação do teste de visita domiciliar para ACE.

| PROCEDIMENTOS | PONTOS |
|---|---|
| Orientação à população | 4,7 |
| Pesquisa Vetorial Especial | 2 |
| Tratamento focal com larvicida | 3 |
| Remoção prévia dos focos larvários | 3 |
| Busca ativa de novos casos | 2 |
| Preenchimento de relatórios e formulários | 2 |
| ***TOTAL*** | **16,7** |

**S Teste 1 + Teste 2 + Teste 3 = 50 pontos.**

**ANEXO IV – CALENDÁRIO**

| ETAPAS | DATAS |
|---|---|
| Publicação do Edital | **04/05/2016** |
| Resultado das Inscrições | **23/05/2016** |
| Homologação das Inscrições | **25/05/2016** |
| Provas Objetivas | **05/06/2016** |
| Publicação dos Gabaritos | **06/06/2016** |
| Resultado Parcial das Provas Objetivas | **08/06/2016** |
| Resultado Final das Provas Objetivas | **10/06/2016** |
| Prova Prática | **12/06/2016** |

| | |
|---|---|
| Resultado Parcial da Prática | **13/06/2016** |
| Resultado Final da Prática | **15/06/2016** |
| Resultado Final do Processo Seletivo | **16/06/2016** |
| Homologação do Processo Seletivo | **17/06/2016** |

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1309/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1309/2016, DE 01 DE ABRIL DE 2016**

**"Dispõe sobre nomeação de servidores em cargo em Comissão, de livre nomeação e exoneração e dá outras providencias".**

**O Prefeito Municipal de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica nomeada no cargo comissionado de **Diretora de Divisão de Saúde Publica e Vigilância Sanitária,** de livre nomeação e exoneração, a Senhora **Marcia Cristina Krause**, portadora da **CIRG nº 1389172-3 SSP-MT e CPF sob o nº 929.521.861-20.**

**Art. 2º** Fica nomeado, no cargo comissionado de **Diretor de Divisão de Material**, de livre nomeação e exoneração o Senhor **Fabio José Machado Alves,** portador da **CI-RG nº 4034613 SSP/GO**, e **CPF nº 860.656.451-68.**

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.**

**Luiz Henrique do Amaral**

**Prefeito Municipal**

**Rogério Moreira**

**Secretário de Administração**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

**DECRETO Nº472/GP/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

**DECRETO Nº472/GP/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.**

**Súmula: "Dispõe sobre nomeação do Comitê de Coordenação para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências".**

**Esvandir Antonio Mendes,** Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 e no Inciso I do Art. 88 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

**DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica instituído o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – FUNASA;

2 – Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades – SECID;

3 – Antonio José da Silva (Secretário Municipal de Saúde);

4 – Esvandir Antonio Mendes (Prefeito Municipal);

5 – Rita Schneider (Secretária de Educação/Ação Social).

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

1 – Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;

2 – Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

**Art. 2°**. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Girlene Silva Lima Lopes (Bióloga);

2 – Jonasmar Rogoski (Engenheiro Ambiental);

3 – Diego Lazzari (Engenheiro Civil);

4 – Norma Maria Franck (Gestão Pública);

5 – Cezar Henrique Silveira Barbosa (Assessor Jurídico).

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e avaliando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

**Art. 3°.** A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

**Art. 4°.** Com presente Decreto, fica revogada as disposições constantes no Decreto nº 270/GP/2015, de 27 de novembro de 2015.

**Art. 5°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza -MT, em 02 de maio de 2016.

.

***Esvandir Antonio Mendes***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 003/2016**

***AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 003/2016***

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA, no exercício das atribuições que lhe confere a decreto nº 020/GP/16 de 13/04/2016 torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **08/06/2016**, às **08h00min** horas no endereço, Av. Tarumã nº. 116 Colniza - MT, a reunião para abertura da **Concorrência N° 003/2016**, tendo como objeto de licitação, o seguinte: **Contratação de Empresa para *Construção de uma Quadra Poliesportiva na Escola Municipal Bom Jesus, com recursos do FNDE PAC2***, conforme Projeto básico, plantas, memoriais descritivos e especificações da obra, em anexo no edital.

Valor do Edital R$ 100,00 (cem reais)

Colniza - MT, 03 de Maio de 2016.

LEANDRO MORAES DE MELO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**CONTRATO 06/2016**

**Contrato nº 006/2016 de 03/05/2016**

Contratante: **Câmara Municipal de Comodoro/MT**

Contratado: **M. L. RAMPANELLI -EPP, CNPJ nº 07.243.282/0001-05**

Objeto:aquisição de material de expediente, conforme Edital nº 008/2016-da Câmara Municipal de Comodoro

Valor do Contrato: R$ 14.804,85 (quatorze mil oitocentos e quatro reais e oitenta e cinco centavos),

Vigência: 31/12/2016.

***JOSÉ JOÃO FERNANDES***

Presidente

**CONTRATO 05/2016**

**Contrato nº 005/2016 de 03/05/2016**

Contratante: **Câmara Municipal de Comodoro/MT**

Contratado: **PANIFICADORA E MERCADO CHALÉ DO PÃO LTDA-EPP, CNPJ nº 07.427.308/0001-67**

Objeto:aquisição de material de consumo, conforme Edital nº 007/2016da Câmara Municipal de Comodoro

Valor do Contrato: R$ 16.202,40 (dezesseis mil duzentos e dois reais e quarenta centavos),

Vigência: 31/12/2016.

***JOSÉ JOÃO FERNANDES***

Presidente

**HOMOLOGAÇÃO**

***TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO***

O Presidente da Câmara Municipal, José João Fernandes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

**01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:**

*a) Processo de nº: 009/2016*

*b) Licitação de nº: 004/2016*

*c) Modalidade: Tomada de Preço*

*d) Data da Homologação: 03/05/2016*

*e) Objeto da Licitação:* Aquisição de material de expediente, nos termos do Edital nº 008/2016 de 08/04/2016.

*g) Fornecedor: M. L. RAMPANELLI-EPP, CNPJ nº 07.243.282/0001-05;*

**02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:**

*Dotação:* 3.3.90.39.00.00.00.0999– ***Material de Consumo***

Comodoro/MT, 03 de maio de 2016.

**José João Fernandes** Presidente da Mesa Diretora

**TERMO DE ERRATA ADITIVO 092/2016**

Foi publicado no dia 20 de Abril de 2016, na página 45, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 092/2016:

**onde se lê**:

**DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº. 092/2016 AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 116/2013 E ADITIVOS NºS 065, 153, 266/2014, 026, 090, 107, 159, 261/2015 E 061/2016**

**DATA:** *14/03/2016*

**CONTRATANTE:** *PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO*

**CONTRATADO:A. G. DA SILVA – TRANSPORTES - ME**

**OBJETO:** *a prorrogação de prazo e de valor do Contrato de Serviços de Transporte nº. 116/2013 e Aditivos n.ºs 065, 153, 266/2014, 026, 090, 107, 159, 161/2015 e 061/2016, que tem como objeto a Locação de veículo de transporte coletivo de passageiros para atender a Secretaria Municipal de Administração, vigorando de 15/03/2016 à 15/08/2016, no valor global de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo 05 (cinco) parcelas no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais).*

**DOTAÇÃO:** *08.03.2.125.3.3.90.39 (385) – 03.04.2.102.3.3.90.39 (580)*

**Leia-se:**

**NONO TERMO ADITIVO Nº 092/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2013 E ADITIVOS Nº 029/2013, 053/2013, 100/2013, 006/2014, 197/2014, 044, 175/2015 E 027/2016**

**DATA:** 11/03/2016

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**CONTRATADO: C. K. CLÍNICA SANTA RITA LTDA**

**OBJETO:** de valor do Contrato original n. º 042/2013 e Aditivos n.º 029/2013, 053/2013, 100/2013, 006/2014, 197/2014 e 044, 175/2015 e 027/2016, referente Contratação de Prestação de Serviços de profissional médico na especialidade clínico geral, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atendimento no E.S.F. Rural, vigorando de vigorando de 12/03/2016 à 12/12/2016, sendo 09 (nove) parcelas no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais) cada parcela.

**DOTAÇÃO:** 07.06.2.037.3.3.90.39 (344)

**HOMOLOGAÇÃO**

***TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO***

O Presidente da Câmara Municipal, José João Fernandes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

**01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:**

*a) Processo de nº: 008/2016*

*b) Licitação de nº: 003/2016*

*c) Modalidade: Tomada de Preço*

*d) Data da Homologação: 03/05/2016*

*e) Objeto da Licitação:* Aquisição de material de consumo, nos termos do Edital nº 007/2016 de 07/04/2016.

*g) Fornecedor: PANIFICADORA E MERCADO CHALÉ DO PÃO LTDA-EPP, CNPJ nº 07.427.308/0001-67;*

**02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:**

*Dotação:* 3.3.90.39.00.00.00.0999– ***Material de Consumo***

Comodoro/MT, 03 de maio de 2016.

**José João Fernandes Presidente da Mesa Diretora**

**ERRATA AO ADITIVO 116-2016**

***PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT***

***TERMO DE ERRATA***

Foi publicado no dia 28 de Abril de 2016, na página 63, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 116/2016:

**onde se lê**:

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 116/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 120/2015**

**DATA:** 18/04/2016

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**CONTRATADO:** CRIATIVA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA-ME

**OBJETO** A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA E CONFECÇÃO DE PLACAS, LETREIROS PA-

RA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO, PELO PERÍODO DE MAIS 06 (SEIS) MESES, VIGORANDO DE 23/04/2016 À 22/10/2016.

**Leia-se:**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 116/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 119/2015

DATA: **15/04/2016**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO**

CONTRATADO: **ALEXANDRE GATTES SILVA 03835047167**

OBJETO **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO, PELO PERÍODO DE MAIS 06 (SEIS) MESES, VIGORANDO DE 22/04/2016 À 22/10/2016.**

### ERRATA AO ADITIVO 113-2016

***PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT***

***TERMO DE ERRATA***

Foi publicado no dia 28 de Abril de 2016, na página 64, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 113/2016:

**onde se lê**:

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 113/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2015**

**DATA:** 15/04/2016

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**CONTRATADO:** REIS &LOPES DOS REIS LTDA-ME

**OBJETO** PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO, PELO PERÍODO DE MAIS 06 (SEIS) MESES, VIGORANDO DE 16/04/2016 À 16/10/2016.

**Leia-se:**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 115/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2015**

**DATA:** 15/04/2016

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**CONTRATADO:** REIS &LOPES DOS REIS LTDA-ME

**OBJETO** PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO, PELO PERÍODO DE MAIS 06 (SEIS) MESES, VIGORANDO DE 16/04/2016 À 16/10/2016

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO CONTRATO CPL 23/2016

**DO OBJETO**: Contratação de empresa prestação de serviços técnico-profissionais especializado visando a elaboração do Processo Seletivo Simplificado;

**VIGÊNCIA**: 120 dias;

**DO VALOR**: 40.000,00;

**DATA**: 14/04/2016;

**ASSINANTES**: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, Gaspar Domingos Lazari;

**Contratado**: ACPI-Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informatica LTDA;

### TOMADA DE PREÇOS CANCELADO TP 02/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, comunica a quem possa interessar que o Procedimento Licitatório nº 049/2016, Tomada de Preços 02/2016, que tem o objeto: **CONSTRUÇÃO DE BUEIROS NO MUNICÍPIO DE CONFRESA**, que encontra suspenso/paralisado por solicitação do Poder Executivo Municipal, fica declarado **CANCELADO**.

Confresa 03/05/2016.

**José Carneiro da Silva**

Pregoeiro.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

### DEPARTAMENTO PESSOAL PORTARIA Nº. 081/2016

Ementa: Exonera Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a pedido a partir de 05/04/2016, a Sra. ELAINE CASTANHA BONAVIGO, portadora do CPF: 017.757.039-32, do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 04 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

### DEPARTAMENTO PESSOAL ERRATA - CORREÇÃO NÍVEL DE ESCOLARIDADE CARGO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

**REEDIÇÃO CORRIGIDA DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

A Comissão de Concurso Público do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 048, de 25 de fevereiro de 2016, no uso de suas atribuições legais, e,

**Considerando**, o Edital Complementar nº 002 de 04 de abril de 2016, que apresentou o rol de candidatos autorizados a se inscreverem gratuitamente, por Doação de Sangue ou Baixa Renda,

**Considerando** o período razoável para as inscrições dos candidatos ao Concurso Público Edital nº 001/2016, de 28 de março de 2016 à 17 de abril de 2016,

**Considerando**, que os candidatos que requereram atendimento especial como Portador de Necessidades Especiais PNE, estão em destaques no início da listagem, parte integrante desse Edital Complementar,

**Considerando**, o recurso administrativo da candidata **Fernanda de Almeida Oliveira** inscrição 319265 que por lapso foi deferida em cargo indevido, fato que ora regulariza-se.

**Resolve**, apresentar neste Edital Complementar, a relação dos candidatos com inscrições "**DEFERIDAS**" para a participação das provas conforme determina o Edital de abertura nº 001/2016.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1.** As provas serão realizadas no dia 15 de maio de 2016: a) Candidatos **do Nível Médio e Nível Superior:** realizarão as provas objetivas na **Escola Estadual Maria da Glória Vargas Ochôa**, localizada à Rua Gumercindo Bernadi, nº 28 - Cotriguaçu MT; b) Candidatos **do Fundamental Incompleto e Completo:** realizarão as provas objetivas na **Escola Estadual Benício Tretel da Silva**, localizada à Rua das Maravilhas - centro, Cotriguaçu MT; c) Os **Portões das Escolas serão aberto às 07:30 horas** e **fechado impreterivelmente às 07:50 horas**;

d) Para a realização das provas, os candidatos deverão atender ao exigido no item 14.4;

e) Candidatos com Títulos de Pós-Graduação deverão entregar sob protocolo na sala de provas, ao Fiscal de Sala para registro em ata de ocorrências.

**1.2.** Os candidatos deverão comparecer no local das provas com antecedência mínima de 30 minutos para identificação das salas de provas.

**1.3.** As provas subjetivas (Provas Práticas) serão informadas em sala de provas sobre os locais e horários.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 2.1.** As inscrições abaixo encontram-se **DEFERIDAS** para os candidatos participarem do certame e são parte integrante deste Edital Complementar, **2.2.** As inscrições estão disponibilizadas em Ordem de Escolaridade, Cargo e Alfabética, para melhor visualização dos candidatos,

Cotriguaçu MT, 02 de maio de 2016.

**Jesuína Maria de Aquino Sulzbach**

Pres. da Comissão de Concurso Público

| Inscrição | Nome do Candidato | CPF | Cargo Concorrido | Nível |
|---|---|---|---|---|
| **332375** | **Arrisson Teodoro* (PNE)** | **710.990.262-53** | **Agente Público - Viveirista** | **Fundamental** |
| **321746** | **Jose Adriano Antunes Da Siqueira* (PNE)** | **023.956.341-74** | **Agente Público - Viveirista** | **Fundamental** |
| **329542** | **Andre Luiz Silveira* (PNE)** | **000.942.831-33** | **Técnico de Nível Superior - Psicólogo - Sec. de Assistência Social** | **NS** |
| 329340 | Anemias Garcia Da Silva | 390.343.132-04 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 319325 | Jaime Pinto Modesto | 902.237.802-00 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 336352 | Josmar Da Silva Dos Reis | 774.675.742-15 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 328141 | Leone Goncalves Da Silva Tostas | 835.546.882-15 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 325953 | Onesio Alcantara Da Gloria | 035.415.571-76 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 336454 | Adriano Araujo Barros | 721.415.142-15 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 334409 | Carlos Alberto Coelho | 488.493.409-15 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 325135 | Cezar Behling | 994.926.600-91 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 336683 | Cristiano Leonardo Meier | 072.445.019-00 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 332527 | Edimar Bravo Batista | 027.021.941-25 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 321543 | Elivelto Kovalhczuk | 020.828.429-08 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 329564 | Gesiel Moreira Ponciano | 012.133.241-14 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 337554 | Junior Aparecido Rigo | 030.652.761-86 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 326247 | Laucione Azevedo Andrade | 846.145.011-68 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 321530 | Paulo Roberto Dos Santos | 774.431.602-91 | Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 325151 | Celso Behling | 020.761.859-33 | Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Motoniveladora - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 334590 | Elizeu Grei Coelho | 871.929.852-87 | Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 333474 | Jose Wilson Andrade | 748.860.022-34 | Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 331690 | Adenilson De Lima | 002.304.111-00 | Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 328651 | Dirlei Lourenco Dos Santos | 299.911.961-53 | Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 338182 | Everson Seconelli Goncalves | 886.699.202-04 | Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 319139 | Siderley Borger | 662.957.502-49 | Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 323398 | Valdeir Manoel Rodrigues | 790.330.671-53 | Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 317842 | Ana Maria Alves | 528.382.691-00 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 321392 | Gleiciane Barbosa Teixeira | 859.147.972-68 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 319205 | Jucineia Da Silva Sobrinho | 830.755.342-34 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 317545 | Kate Maria Da Silva Gomes | 015.112.091-94 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 321524 | Lorena Gomes De Lirio | 030.746.161-05 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 338127 | Maria Rodrigues Ferreira | 828.775.726-68 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 339287 | Maria Teresinha Sulzbacher | 651.239.721-53 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 316923 | Neuza Braz Ferreira | 013.708.071-98 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 335581 | Regiane Rodrigues Da Silva | 987.643.812-34 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 329469 | Regina Santos De Matos | 027.682.431-83 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 317871 | Silmara Rosania Rodrigues Dos Santos | 041.615.451-42 | Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | **Fundamental** |
| 329824 | Adriano Botelho Da Silva | 030.907.841-57 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 317552 | Alan Nascimento Da Silva | 050.563.341-89 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 320842 | Alessandro Jandrey | 900.969.591-34 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 318313 | Aparecida Bispo Silveira | 970.941.371-68 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 320890 | Bruno Vinicius Lopes | 030.620.561-00 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 334607 | Daniel De Souza Silvestre | 047.319.321-30 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 320703 | Douglas Dias Dos Santos | 024.463.191-30 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 322147 | Ederson Rodrigues Ferreira | 014.035.871-40 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 316793 | Edilson Wanderlei Pedroso | 212.518.510-53 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 337405 | Enric Bras Fabian | 812.640.972-04 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 330481 | Ismael Nunes De Araujo | 725.477.402-06 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 330620 | Jesiel De Oliveira Goncalves | 058.630.111-90 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 319242 | Joaquim Teofilo Da Silva | 824.745.913-20 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 337539 | Jose Jorge Glaab | 964.674.281-53 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 331419 | Lucas Dias Pereira | 038.036.301-18 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 321085 | Marcia Ferreira Padilha | 012.334.231-77 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 325850 | Marcos Eneas Correia Da Rocha | 014.017.634-99 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 318968 | Nelson Luiz Dos Santos | 421.111.102-72 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 325975 | Osvaldo Alves Da Silva | 775.773.452-53 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 338068 | Rodrigo Carvalho Gomes | 942.071.001-72 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 337570 | Rosenilda Dos Santos Marcal | 926.190.371-15 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 323401 | Tiago Jose Alves De Oliveira | 049.301.741-04 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 337674 | Wesley Rodrigues De Aguiar | 063.264.841-46 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 330371 | Zaqueu De Oliveira Matos | 103.656.159-35 | Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | **Fundamental** |
| 337910 | Alcely De Gois Moreira | 756.443.041-91 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 338070 | Alzenira Alves Falcao | 036.573.926-02 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 335028 | Angela Ferreira De Jesus | 561.383.182-34 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 321756 | Cleideane Duarte Viana | 060.068.451-21 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 337292 | Dimas Curti De Almeida Junior | 138.042.697-96 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 324013 | Dirleia Pereira Dos Santos | 797.772.792-72 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 325949 | Gabrielly Renita De Souza | 060.641.531-99 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 336593 | Heloayne Mota Nascimento | 059.772.621-32 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 329438 | Iara Almeida Batista | 037.594.371-41 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 336756 | Ivan Rodrigues Da Silva | 054.740.871-44 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 327977 | Joilson Sanabria Azevedo | 015.700.901-73 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 338240 | Jonatas Pereira Matias | 048.247.541-27 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 332290 | Jonivan Sanabia Azevedo | 036.095.601-77 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 323812 | Joselito Aparecido De Carmo | 312.623.682-00 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 319566 | Karina Paulina Dos Santos | 055.033.321-56 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 329143 | Kelen Vieira Machado | 026.120.051-88 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 320234 | Leila Santos De Sa Azevedo | 036.095.621-10 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 328373 | Liliane Portilho Da Silva | 061.032.411-03 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 332020 | Maria Helena Casali Fachini | 700.940.712-68 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 336430 | Marilsa Loureco Ribeiro Jorge | 992.882.221-20 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 333451 | Marinalva Pereira Dos Santos | 877.846.702-06 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 337785 | Rayane Oliveira Ferreira_de Almeida | 041.680.362-86 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 318415 | Robson Da Silva Gomes | 041.011.391-30 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 329399 | Rosangela Servalo Sa | 826.355.442-04 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 337445 | Wermenson Baldson De Souza | 023.064.292-60 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | **Fundamental** |
| 327247 | Adelino Lopes Da Silva | 009.753.581-89 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 334224 | Andreia Cristina Cattani | 006.513.379-09 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 317769 | Angelica Geni Goncalves | 021.501.471-57 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 318563 | Angelica Maria Moro | 051.471.191-40 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 326662 | Cleide Maria Do Nascimento Cruz | 017.617.089-88 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 316767 | Helena Goncalves Da Silva Oliveira | 035.463.741-00 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 334337 | Hozana Ananias Pinheiro Guth | 857.067.361-20 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 336670 | Itamar Jose Martins | 487.980.701-00 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 319651 | Juliana Soares Goncalves | 056.715.241-30 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 324510 | Lidia Da Rocha | 032.452.799-30 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 321582 | Lucas Aparecido Pacheco Da Silva | 044.026.981-46 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 333131 | Lucilene Da Silva Evangelista | 590.941.841-68 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 337439 | Lucinalva De Carvalho Araujo | 036.416.523-59 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 323402 | Lucineia Cintra Pereira | 026.112.581-80 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 319515 | Lucineia Rodrigues Bomfim | 365.917.448-35 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 320557 | Marcia Nunes | 000.676.862-81 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 333407 | Marcos Andre Frohlich | 912.458.851-20 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 317905 | Maria Aparecida Bonfa | 013.383.291-03 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 324202 | Neidiana Goncalves De Almeida | 037.272.911-84 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 319573 | Noeli De Fatima Souza Skura | 964.721.971-72 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 319289 | Noemia Moreira De Souza Rodrigues | 511.799.201-63 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 319170 | Ronailton Pereira Dias | 000.493.301-01 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 317264 | Roseli Aparecida Nogueira | 980.791.409-44 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 316806 | Roseli Pevidor Dos Santos Marciano | 903.513.391-91 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 328567 | Rosemeire Bonfim | 165.479.648-41 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 317778 | Silvia Regina Von Borrowsky | 980.598.311-00 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 318742 | Solenis Moraes Dos Santos | 026.847.621-71 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 335561 | Vera Lucia De Souza Rocha | 015.283.611-05 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 320540 | Viviane Pereira Da Silva Nunes | 020.504.442-57 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| 337337 | Zilda Arruda Do Amaral | 004.128.291-42 | Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | **Fundamental** |
| **332375** | **Arrisson Teodoro* (PNE)** | **710.990.262-53** | **Agente Público - Viveirista** | **Fundamental** |
| **321746** | **Jose Adriano Antunes Da Siqueira* (PNE)** | **023.956.341-74** | **Agente Público - Viveirista** | **Fundamental** |
| 321249 | Jose Carlos Sudre | 453.129.741-53 | Agente Público - Viveirista | **Fundamental** |
| 318474 | Paulo Rogerio Soares | 634.266.412-91 | Agente Público - Viveirista | **Fundamental** |
| 327784 | Elias Figueiro Torres | 739.308.492-91 | Apoio Administrativo Educacional - Vigia - Sec. de Educação - Agrovila | **Fundamental** |
| 335094 | Ezedequias Machado Pereira | 057.561.411-03 | Apoio Administrativo Educacional - Vigia - Sec. de Educação - Agrovila | **Fundamental** |
| 338620 | Miriam Castro Amorim Da Costa | 799.955.192-91 | Apoio Administrativo Educacional - Vigia - Sec. de Educação - Agrovila | **Fundamental** |
| 336071 | Ronizamar Antonio Souza De Aredes | 017.011.211-07 | Apoio Administrativo Educacional - Vigia - Sec. de Educação - Agrovila | **Fundamental** |
| 328086 | Silvano Martins Carneiro | 890.985.521-53 | Apoio Administrativo Educacional - Vigia - Sec. de Educação - Agrovila | **Fundamental** |
| 332263 | Antonio De Souza Silva | 513.459.351-53 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova Esperança | **Fundamental** |
| 319182 | Ademiro Lovo | 162.069.162-00 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 332222 | Aloir Jose Fachini | 670.151.822-20 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 334875 | Cassio Poliano Dos Reis | 026.119.981-16 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 326276 | Cemair Da Silva Dos Reis | 035.332.401-93 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 330642 | Jose Carlos Poleto | 113.829.702-00 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 333150 | Jose Roberto Dos Reis | 606.795.732-91 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 331882 | Lorivaldo Fernandes de Figueiredo | 583.802.992-72 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 335076 | Ronivom Martins Dos Anjos | 716.606.582-68 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 328840 | Sinval Baudson | 018.876.721-50 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Nova União | **Fundamental** |
| 337701 | Adelir Queiroz | 900.957.821-68 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 317050 | Edines Dos Anjos | 986.610.191-68 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 329333 | Marcio Manoel Rodrigues | 742.055.792-68 | Apoio Operacional Educacional - Motorista Onibus - CNH D - Sede | **Fundamental** |
| 335274 | Adriana Halmenschlager De Lima | 019.876.881-80 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 338998 | Andrieli Machado | 060.790.711-85 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 316775 | Andriely Regina Macedo Lage | 013.729.531-67 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 338098 | Angela Helena De Souza | 031.458.541-94 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 318480 | Angelica Behling | 060.926.881-31 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 336721 | Angelica Patricia De Lima | 028.008.931-76 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 335608 | Betania De Jesus Da Rocha | 014.317.101-13 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 326350 | Cleidiane Cavalcante De Brito | 046.641.211-80 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 322088 | Cleria Aparecida Dos Santos Cavalcante | 017.814.171-21 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 329999 | Crystian Luiz Rockenbach Isele | 043.081.411-92 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 338457 | Daniel Marlon Rhendson Da Silva Alves | 062.336.681-90 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 333495 | Dijeany R. De Jesus Filha | 934.881.301-34 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 320261 | Dulce Fernandes | 027.502.721-06 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 336822 | Edelo Fabio Da Silva | 060.893.261-27 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 337118 | Edilia Soares | 036.476.961-02 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 326668 | Edna Nunes De Araujo | 015.410.541-48 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 319564 | Erica Bravo Batista | 066.577.931-38 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 319265 | Fernanda De Almeida Oliveira | 010.463.821-44 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 336676 | Franciely Luiz Almeida | 053.115.321-57 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 321269 | Genecelma Alves Uchoa | 909.055.553-68 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 334169 | Gesicleia Cerqueira Silva | 062.087.261-66 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 337400 | Guilherme Armelin Padilha | 057.302.131-74 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 336369 | Ivaneide Rodrigues Da Silva | 034.759.831-50 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 332518 | Jucilene Dantas Da Silva | 018.404.881-82 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 336379 | Jucineide Da Silva Rodrigues Souza | 054.740.961-35 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 318411 | Juliana Ferreira Medeiros Dos Santos | 059.789.001-32 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 334591 | Katiele Marques Pereira | 049.619.241-80 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 329059 | Larissa Rodrigues Souza | 060.989.721-76 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 318804 | Leandro De Souza Reis | 060.797.971-27 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 328155 | Leonardo Joao Silveira | 040.257.781-73 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 318734 | Lucas Araujo Da Silva | 061.560.591-56 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 320516 | Luciele Skura Bamberg | 061.877.521-80 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 337648 | Marcia Regiane Diniz Boreck | 056.620.591-28 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 318450 | Maria Aparecida Pacheco Dos Santos | 928.669.481-49 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 338069 | Mercedes Imaculada De Souza | 040.597-891-00 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 319075 | Midian Maria De Morais Soares | 009.524.581-28 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 334535 | Mirian Pinho Souza Doerner | 223.631.698-40 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 328979 | Priscila Rodrigues De Araujo | 043.847.721-90 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 321505 | Rayanne Monteiro De Araujo | 041.262.531-81 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 328945 | Robert Augusto De Cerqueira | 043.097.211-33 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 337737 | Rosemara De Godois Bundchen | 047.973.649-98 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 338919 | Rurick Oliveira Scaff | 054.248.591-51 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 318342 | Silvana Aparecida Prado | 016.125.741-06 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 320231 | Simone Daniela Czycza | 986.610.271-87 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 318476 | Sintia Marciano De Oliveira | 038.159.551-06 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 323526 | Solange Maria Mattye | 010.400.031-76 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 322955 | Solange Rocha | 021.287.361-02 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 326041 | Thaisa Mariane Slongo | 031.511.851-26 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 329914 | Valeria De Almeida | 004.223.311-98 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 319233 | Vanda Boreck | 981.941.601-97 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 325842 | Vaneide Braz Ferrreira | 040.969.601-36 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 318212 | Vanessa Goncalves De Oliveira | 060.424.171-26 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 325549 | Wallace Lopes De Aguiar | 061.856.931-60 | Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Fundamental** |
| 328653 | Carlos Eduardo Rodrigues Brambila | 064.163.121-90 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Agrovila | **Fundamental** |
| 326880 | Natiele Baros De Souza | 050.893.821-07 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Agrovila | **Fundamental** |
| 337985 | Tais Da Silva | 054.140.481-42 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Agrovila | **Fundamental** |
| 329757 | Andreia De Fatima Bergamaschi Fabian Kovalhczuk | 672.431.262-00 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 337198 | Andressa Priscila Gilioli Grasel | 043.849.141-64 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 326327 | Caroline Ramos Da Rosa | 060.544.891-43 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 325273 | Caroline Schmoeller | 060.953.911-64 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 329577 | Dayane Carla De Oliveira | 029.367.581-30 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 318751 | Elizangela Riedel | 021.972.361-30 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 333104 | Estela De Oliveira Amaral | 037.976.521-78 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 321553 | Fernando Rayelo Gomes Da Silva | 019.085.991-11 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 337858 | Genis Felismina Custodio | 005.589.541-70 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 319695 | Jaqueline Dias Batista | 060.792.951-05 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 337446 | Jhonny Nunes Dos Santos | 062.402.991-38 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 337503 | Karina Fonseca Da Rocha | 060.838.561-16 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 338471 | Lucivania Santos De Jesus | 055.797.761-44 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 326898 | Michele Aparecida De Branco | 067.387.981-05 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 332130 | Rafael Felipe Bettega | 043.098.141-40 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 338519 | Ronaldo Silva Rodrigues | 019.218.221-80 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 319614 | Rosane Boreck | 939.003.501-59 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 318710 | Silvana Guth | 018.754.901-08 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 319499 | Silvone Vaz Mourao | 013.939.722-17 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 337438 | Wellington Pereira | 956.583.352-72 | Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 319662 | Elian Rodrigues De Souza | 785.632.832-00 | Motorista - CNH D - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 337343 | Jeferson Sabino Martins Lopes | 043.006.261-38 | Motorista - CNH D - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 337950 | Junior Aparecido Rigo | 030.652.761-86 | Motorista - CNH D - Sec. de Saúde - Sede | **Fundamental** |
| 326811 | Adriana Garanhani Korb | 059.263.331-48 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 321846 | Cleliane Portilho Da Silva | 049.791.141-80 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 317943 | Edwandro Vargas Charneski | 815.884.961-04 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 337665 | Elenice Correa | 022.262.771-96 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 337928 | Elisabete De Souza | 930.361.830-00 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 318465 | Fernanda Ferreira De Oliveira | 040.257.831-77 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 327496 | Gislaine De Oliveira Rabelo | 059.816.771-47 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 318787 | Guilherme Oliveira De Souza | 039.816.841-50 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 337069 | Hudson Assis De Figueiredo | 036.782.031-59 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 339035 | Jean Marino Sulzbach | 040.257.881-36 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 321370 | Kamylla Andresa Fusinatto Comper | 036.409.361-75 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 337347 | Marilucia Schmoeller | 664.808.339-53 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 319482 | Miria Pimenta Jacinta Drehmer | 286.610.522-20 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 320823 | Nayara Cristine Do Carmo Gameiro Dos Santos | 077.178.409-01 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 337489 | Raquel Silva Dos Santos | 011.321.061-25 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 333988 | Sandra Aline De Lima Prange | 044.836.049-70 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 318259 | Simone Laureano De Souza | 936.892.921-15 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 335830 | Stefany Moreira Barcelos | 023.890.591-80 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 337688 | Tiago Bruno Da Silva | 020.859.581-33 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 318732 | Zenaid Ramos Da Silva | 060.388.461-07 | Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | **Médio** |
| 318222 | Marizete Krieser | 018.754.961-30 | Agente Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Médio** |
| 337967 | Regiane Dias Batista | 037.647.731-89 | Agente Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Médio** |
| 333356 | Taiane Giliolli | 040.669.491-50 | Agente Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | **Médio** |
| 331972 | Carina Alves Da Silva | 411.191.398-99 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 337013 | Ellen Aparecida Rodrigues Ramires | 758.023.411-49 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 328242 | Eudes Leal Campos | 007.143.311-20 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 332597 | Evandro Juel Anhalt Davi | 042.511.841-06 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 321183 | Jonatas De Morais Soares | 054.091.691-90 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 316758 | Jose Henrique Pego De Oliveira | 029.658.981-07 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 334498 | Laudinei Doerner | 005.518.509-65 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 317433 | Lazaro Santa Clara Do Amaral | 052.044.641-07 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 331845 | Magno Lougans Fonesi Prange | 038.493.231-29 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 337959 | Marcelo Nunes | 028.884.762-82 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 339358 | Mirian De Oliveira Santos | 022.529.751-56 | Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | **Médio** |
| 323538 | Cintia Fausta De Oliveira | 905.708.471-68 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Agrovila | **Médio** |
| 325514 | Elismar Da Silva Borbosa | 896.939.652-72 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Nova Esperança | **Médio** |
| 337420 | Lucineia Baudison De Souza | 421.114.802-82 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Nova União | **Médio** |
| 326005 | Rosa Reis Alves De Carvalho | 024.439.211-07 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Nova União | **Médio** |
| 337800 | Rosineide Rodrigues Da Silva | 018.404.691-29 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Ouro Verde | **Médio** |
| 318136 | Ana Paula Gomes Da Cruz | 787.275.612-91 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | **Médio** |
| 328140 | Andreia Marisa Pagel | 939.450.861-91 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | **Médio** |
| 318573 | Angelita Riedel Behling | 038.884.569-40 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | **Médio** |
| 318942 | Cleide Aparecida Lopes Da Silva | 023.094.761-10 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | **Médio** |
| 337727 | Elizete Skura | 019.876.841-92 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | **Médio** |
| 320776 | Maria Betania Barteli | 003.661.741-50 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | **Médio** |
| 337631 | Marli Dos Santos Oliveira | 003.489.311-31 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | **Médio** |
| 318179 | Rozane De Oliveira | 972.099.101-15 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | **Médio** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 318502 | Solange Aparecida De Lima | 805.309.581-04 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede | **Médio** |
| 333230 | Melanya Aparecida Da Silva | 407.131.928-36 | Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Radiologia | **Médio** |
| 325929 | Julia Moreira Tosta | 634.864.582-72 | Auxiliar Técnico de Saúde - Auxiliar em Enfermagem - Nova União | **Médio** |
| 328634 | Doredia Martins De Souza | 822.767.061-04 | Auxiliar Técnico de Saúde - Auxiliar em Enfermagem - Vale Verde | **Médio** |
| 331785 | Erik Augusto De Cerqueira | 043.097.381-09 | Orientador Social - CRAS - Sede | **Médio** |
| 326709 | Karolline Sthefany Silva Nascimento | 053.416.091-31 | Orientador Social - CRAS - Sede | **Médio** |
| 326502 | Rhaiane Brenda Mariluce Da Silva Luiz | 040.486.411-23 | Orientador Social - CRAS - Sede | **Médio** |
| 321855 | Valdete Alves Martins | 851.224.401-15 | Orientador Social - CRAS - Sede | **Médio** |
| 318065 | Adriana Gomes Da Silva | 026.927.811-71 | Técnico Administrativo Educacional | **Médio** |
| 326938 | Angelica Macedo | 053.027.171-07 | Técnico Administrativo Educacional | **Médio** |
| 338288 | Ilza Franco Pereira | 036.986.201-54 | Técnico Administrativo Educacional | **Médio** |
| 322282 | Joao Martins Ferreira Filho | 763.563.612-04 | Técnico Administrativo Educacional | **Médio** |
| 338063 | Juliana Cruz Amorim | 013.384.051-44 | Técnico Administrativo Educacional | **Médio** |
| 335343 | Katia Maria Do Nascimento Mallmann | 046.608.251-75 | Técnico Administrativo Educacional | **Médio** |
| 334383 | Marcia Ferreira Da Silva Pereira | 958.024.952-00 | Técnico Administrativo Educacional | **Médio** |
| 325777 | Roseni Pereira Dias | 015.701.481-98 | Técnico Administrativo Educacional | **Médio** |
| 317070 | Eliana Martins De Oliveira | 035.282.101-92 | Técnico de Nível Médio - Técnico em Agropecuária | **Médio** |
| 317838 | Cristiani Cecilia Schons | 007.638.491-89 | Técnico em Vigilância Sanitária e Ambiental - Fiscal Sanitário - Sede | **Médio** |
| 319116 | Solange Xavier Martins | 028.704.471-83 | Técnico em Vigilância Sanitária e Ambiental - Fiscal Sanitário - Sede | **Médio** |
| 334165 | Ana Carina Effting | 025.171.841-78 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Nova União | **NS** |
| 320671 | Debora Lucio Dos Santos | 018.044.072-16 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Nova União | **NS** |
| 322178 | Izabel Freitas Da Rocha | 866.335.031-72 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Nova União | **NS** |
| 326057 | Josilene Ferreira Serpa | 009.794.561-77 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Nova União | **NS** |
| 318479 | Mara Lucia Bettega | 758.027.081-15 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Nova União | **NS** |
| 335078 | Tatiane Alves Pontes | 003.684.682-16 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Nova União | **NS** |
| 328815 | Cristiane Alves Carvalho | 056.884.339-81 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 330920 | Diana Debastiani | 041.669.191-99 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 338338 | Elizangela Kimi Fujimori | 040.892.241-95 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 333215 | Erveson Pereira De Souza | 017.011.271-30 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 338317 | Esolina Nimer Buss | 409.797.412-20 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 334650 | Gleiciel Da Silva De Andrade | 046.442.771-18 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 320496 | Jose Carlos De Souza | 896.483.667-72 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 336199 | Leidiane De Oliveira Santiago | 048.200.821-08 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 322127 | Maiara Barboza Teixeira | 023.908.141-23 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 338520 | Muniz Nazare Dos Santos | 043.177.376-98 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 321146 | Sheila Cristina Silveira | 039.537.781-10 | Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | **NS** |
| 317171 | Alessandra Mara Perdoncini | 938.574.621-91 | Especialista em Saúde - Farmacêutico Bioquímico | **NS** |
| 318070 | Caroline Faria De Moraes Parise | 007.187.081-48 | Especialista em Saúde - Farmacêutico Bioquímico | **NS** |
| 327895 | Rayane Kelen Dornelas | 103.367.916-07 | Especialista em Saúde - Farmacêutico Bioquímico | **NS** |
| 334274 | Eduardo Moreira | 081.980.969-14 | Especialista em Saúde - Médico - Nova União | **NS** |
| 326517 | Adrielly Rosa De Lima | 055.369.869-96 | Especialista em Saúde - Odontólogo - Nova União | **NS** |
| 325921 | Antonio Santana Correa Marques Junior | 957.760.601-68 | Especialista em Saúde - Odontólogo - Nova União | **NS** |
| 338646 | Ezequiele Squersato | 087.412.139-63 | Especialista em Saúde - Odontólogo - Nova União | **NS** |
| 325040 | Lucas Da Silva Rocha | 001.431.441-03 | Especialista em Saúde - Odontólogo - Nova União | **NS** |
| 326492 | Luiz Carlos Moreira | 358.353.111-68 | Especialista em Saúde - Odontólogo - Nova União | **NS** |
| 333511 | Michele Oliveira Rodrigues | 002.357.772-00 | Especialista em Saúde - Odontólogo - Nova União | **NS** |
| 327923 | Anderson Ferreira Oliveira | 853.284.481-20 | Especialista em Saúde - Psicólogo - Sec. de Saúde | **NS** |
| 337849 | Diliana Rodrigues Dos Santos | 983.643.591-34 | Especialista em Saúde - Psicólogo - Sec. de Saúde | **NS** |
| 338993 | Eduardo Henrique Teixeira Martins | 965.397.201-49 | Professor - Licenciatura em Matemática - Nova União | **NS** |
| 336127 | Jose Luis Dos Santos | 000.892.270-50 | Professor - Licenciatura em Matemática - Nova União | **NS** |
| 326894 | Maria Imaculada Fernandes Gomes | 834.335.381-15 | Professor - Licenciatura em Matemática - Nova União | **NS** |
| 336987 | Ronaldo Gomes Da Silva | 318.365.318-42 | Professor - Licenciatura em Matemática - Nova União | **NS** |
| 320609 | Cleber Leal Jardim | 981.953.361-91 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 317276 | Daniel De Souza Teixeira | 028.719.161-36 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 332757 | Eduardo Rodrigo Da Silva | 027.367.501-01 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 339263 | Emerson Monteiro Tavares | 036.119.071-97 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 318808 | Ezequiel Serafim da Paixao Mazzeto | 031.325.591-13 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 335170 | Guilherme Homem Brazil Barbosa | 011.164.911-09 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 332796 | Leandro Gouveia De Assis | 904.154.851-34 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 330441 | Maike Francisco Lipsch | 009.975.801-60 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 321059 | Paulo Robson Veronezi | 025.892.911-16 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 327671 | Rosemeire Amaral De Lima Garcia | 629.903.301-00 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 334996 | Weliton De Almeida Santos | 009.606.921-00 | Técnico de Nível Superior - Advogado | **NS** |
| 339197 | Felipe Henrique Goncalves Urizze | 027.138.641-00 | Técnico de Nível Superior - Engenheiro Civil | **NS** |
| 332590 | Rafhael Vinicius Kava Pecim Dalle Luche | 044.733.241-41 | Técnico de Nível Superior - Engenheiro Civil | **NS** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 338392 | Wilker Damer Batista | 036.334. 681-37 | Técnico de Nível Superior - Engenheiro Civil | **NS** |
| 317286 | Helen Corradi Gumiero Teza | 323.736. 138-08 | Técnico de Nível Superior - Médico Veterinário | **NS** |
| 317805 | Israel Junior Teza | 972.029. 161-34 | Técnico de Nível Superior - Médico Veterinário | **NS** |
| 330802 | Talita Souza Domingos Silva | 002.475. 191-03 | Técnico de Nível Superior - Médico Veterinário | **NS** |
| 322605 | Alice Sayonara Modesto Santos | 037.019. 511-60 | Técnico de Nível Superior - Psicólogo - Sec. de Assistência Social | **NS** |
| 332496 | Amanda Da Silva Evangelista | 028.257. 441-74 | Técnico de Nível Superior - Psicólogo - Sec. de Assistência Social | **NS** |
| **329542** | **Andre Luiz Silveira* (PNE)** | **000.942. 831-33** | **Técnico de Nível Superior - Psicólogo - Sec. de Assistência Social** | **NS** |
| 317426 | Gleiciane Orben | 029.876. 931-09 | Técnico de Nível Superior - Psicólogo - Sec. de Assistência Social | **NS** |
| 334357 | Itamar Pereira | 871.885. 622-53 | Técnico de Nível Superior - Químico | **NS** |
| 334123 | Jovana Marli Cogo | 621.338. 881-87 | Técnico de Nível Superior - Químico | **NS** |

**OBS. Ressalva: os candidatos ao cargo de Auxiliar Administrativo estavam classificados erroneamente como Escolaridade Nível Médio. Enquanto o correto é Nível Fundamental Completo. Faltou destacar candidato PNE André Luiz Silveira.**

Cotriguaçu MT, 02 de maio de 2016.

**Jesuína Maria de Aquino Sulzbach**

Pres. da Comissão de Concurso Público

**PREGÃO Nº 015/2016 PROCESSO 026/2016**

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL- forma de julgamento: Menor Preço, com a finalidade de selecionar propostas para **"LOCAÇÃO DE 3.000 (TRES MIL) HORAS DE MOTONIVELADORA - (PATROL) DE NO MINIMO 120 CV, CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MINIMO 12 (DOZE) TONELADAS SENDO TODAS AS DESPESAS COM OPERADORES E FORNECIMENTO DE LAMINAS (FACAS), COM MECANICA EM GERAL, ELETRICA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E PNEUS, INCLUSIVE CONSERTOS CORRENDO POR CONTA DO LOCATÁRIO. FICANDO AS DESPESAS DE ABASTECIMENTO COM OLEO DIESEL POR CONTA DO MUNICIPIO, E AS REFERIDAS MAQUINAS DEVERÃO SER EXECUTADAS NAS ESTRADAS VICINAIS DA REGIÃO DO ASSENTAMENTO PA COTRIGUAÇU, NAS LOCALIDADES DE NOVA ESPERANÇA, OURO VERDE DO NORTE, NOVA UNIÃO, JACARÉ, LAMBARI, SÃO FRANCISCO E MURIRU",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 17 (Dezessete) de Maio de 2016, às 9:00 (Nove horas), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e ou físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30 às 11:30 horas ou via fax – (66) 3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência)

Cotriguaçu-MT, 03 de Maio de 2016.

**ROSANGELA APARECIDA NERVIS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº. 093/2016**

Ementa: Exonera Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a partir de 28/04/2016, o Sr. **SEBASTIÃO RIBAS DA SILVA,** portador do CPF: 546.926.879-91, do cargo de Chefe de Divisão, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 28 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº. 092/2016**

Ementa: Exonera Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a pedido a partir de 19/04/2016, a Sra. MARIA DAS DORES DA MATA, portadora do CPF: 013.061.821-74, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº. 091/2016**

Ementa: Concede Licença.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 019/2005 e a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Licenciar por até 02 anos a título de Licença para Trato de Interesses Particulares o servidor ACLEI CASTRO DE AMORIM, ocupante do cargo Agente de Vigilância, a partir de 03/04/2016; de acordo com a Lei Complementar 019/2005, Cap. V, Sessão I e Sub-sessão VIII.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº 090/2016**

Ementa: Concede Férias.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente.

Agostinho Castanha – de 01 até 30/05/2016;

Aparecido Antônio dos Anjos – de 04/04 até 03/05/2016;

Clesio de Oliveira Cachone – de 02 até 31/05/2016;

Elias Mallmann – de 04 até 23/04/2016;

Sandra Parmejane – de 25/04 até 09/05/2016;

Simone Borges Gwiazdecki – de 02 até 31/05/2016.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº. 089/2016**

Ementa: Nomeia Servidor

ROSANGELA APARECIDA NERVIS**,** Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a partir de 20/04/2016 o Sr. **ISRAEL JUNIOR TEZA,** portador do CPF: 972.029.161-34, para o cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Assuntos Fundiários.

.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº. 088/2016**

Ementa: Nomeia Servidor

ROSANGELA APARECIDA NERVIS**,** Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a partir de 20/04/2016 a Sra. LIGEANE ROCHA DOS SANTOS, portadora do CPF: 023.624.051-09, para o cargo de Diretora do Departamento de Contratos Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº. 087/2016**

Ementa: Exonera Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a partir de 20/04/2016, a Sra. **LIGEANE ROCHA DOS SANTOS,** portadora do CPF: 023.624.051-09, do cargo de Chefe de Divisão de Licitações, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 20 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº. 082/2016**

Ementa: Nomeia Servidor

ROSANGELA APARECIDA NERVIS**,** Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a partir de 04/04/2016 a Sra. GENECELMA ALVES UCHOA, portadora do CPF: 909.055.553-68, para o cargo de Chefe de Divisão de Licitações, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 04 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº 080/2016**

Ementa: Concede Licença Prêmio.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor Efetivo no Cargo de Especialista em Saúde – Bioquímico, Sr. Edson Prado Pinto, no período de 01/04 até 29/06/2016, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, em conformidade com legislação vigente.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 01 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº 079/2016**

Ementa: Concede Licença.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Licenciar os servidores abaixo relacionados para Tratamento de Saúde, em conformidade com legislação vigente. Os servidores terão seus vencimentos custeados pelo PREVI-COTRI.

Luci Maria Alves – de 25/04 até 23/06/2016;

Marilene Lohmann – até 29/05/2016;

Odenizia Batista dos Santos – de 12/04 até 11/05/2016;

Rosangela Maria Viganó Brambila – de 26/04 até 20/05/2016.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 01 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº. 078/2016**

Ementa: Eleva Classe/Nível

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 019/2005 e a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Elevar a partir de 01/04/2016 Classe e/ou Nível de Servidores Municipais de acordo com Escolaridade e/ou Tempo de Serviço em conformidade com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários:

| Funcionário | Matrícula | Classe Anterior | Classe Atual |
|---|---|---|---|
| Damilton Diniz Tomaz | 573 | CIV | CV |
| Derly Siqueira do Nascimento | 2307 | BII | BIII |
| Geni Glinke | 2314 | AII | BIII |
| Rosa Mateus Gonçalves | 1957 | AIII | BIII |
| Valdir Eidinger | 1661 | AIV | BIV |

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 01 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº. 077/2016**

Ementa: Nomeia Servidor

ROSANGELA APARECIDA NERVIS**,** Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a partir de 01/04/2016 o Sr. **GUILHERME ARMELIN PADILHA,** portador do CPF: 057.302.131-74, para o cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer.

.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 01 de Abril de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**ESPÉCIE**: Contrato Administrativo Nº 020/2016

**CONTRATANTE**: Município de Curvelândia

**CONTRATADA**: RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA - ME

**CNPJ Nº 10.958.496/0001-64**

**OBJETO**: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços na Reforma da Escola Municipal Jair Lebre de Miranda no Município de Curvelândia - MT

**VALOR:** R$ 68.149,14 (Sessenta e Oito Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Quatorze Centavos).

**VIGÊNCIA**: Este contrato terá vigência até 28/09/2016.

**DATA DE ASSINATURA**: 28/04/2016.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. GILSON RODRIGUES DOS SANTOS - GERENTE.

**LICITAÇÃO**
**HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016**

O Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei Federal n° 10.520/2001 e art. 43, VI, da Lei Federal n° 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o Parecer do Assessor Jurídico desta Prefeitura, Resolve, **HOMOLOGAR** o presente processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 003/2016, cujo objeto é o registro de preço para futura e eventual aquisição parcelada de materiais elétricos para serem utilizados na manutenção da rede de iluminação pública deste município, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para as futuras contratações das empresas vencedoras: Coxipó Materiais Elétricos Ltda-ME, inscrita no CNPJ: 26.579.029/0001-63, para os itens 06 R$ 9,00; 11 R$ 19,50; 12 R$ 61,00; 16 R$ 64,50; 18 R$ 4,70. 3M Comércio de Mat. Elétricos Construção e Equipamentos, inscrita no CNPJ: 04.347.124/0001-07, para os itens 03 R$ 97,00; 07 R$ 21,00; 08 R$ 7,95; 10 R$ 26,00; 14 R$ 9,50; 15 R$ 48,00. Delvalle Materiais Elétricos Ltda-ME, inscrita no CNPJ: 37.227.550/0001-58, para os itens 01 R$ 1,05; 02 R$ 44,00; 04 R$ 1,30; 05 R$ 8,60; 09 R$ 6,25; 13 R$ 3,57; 17 R$ 33,30, perfazendo o valor total do pregão em R$ 153.982,00 (cento e cinquenta e três mil e novecentos e oitenta e dois reais).

Curvelândia-MT, 02 de Maio de 2016.

Eli Sanchez Romão

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 107/2016**

**NOMEIA CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ELI SANCHEZ ROMÃO** - Prefeito Municipal de Curvelândia- MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

**RESOLVE,**

**Art. 1º** - Nomear o candidato **GUALTER BEZERRA DE SOUSA,** portador do CPF 060.865.624-07, aprovado no Concurso Público n° 001/2014, homologado no dia 17 de dezembro de 2014, para exercer as funções inerentes ao cargode **BIOQUIMICO**,conformeLei Municipal Complementar 040/2009, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Curvelândia - MT, 29 de abril de 2016.

_____

*ELI SANCHEZ ROMÃO*

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2016**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**ESPÉCIE**: Contrato Administrativo Nº 021/2016

**CONTRATANTE**: Município de Curvelândia

**CONTRATADA**: SEIXAS E AMARO LTDA - ME

**CNPJ Nº 10.958.496/0001-64**

**OBJETO**: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços com Máquina Escavadeira Hidráulica PC, para retirar cascalho para manutenção das estradas não pavimentadas e vicinais do Município de Curvelândia - MT

**VALOR:** R$ 57.600,00 (Cinquenta e Sete Mil e Seiscentos Reais).

**VIGÊNCIA**: Este contrato terá vigência até 31/12/2016.

**DATA DE ASSINATURA**: 03/05/2016.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. LUCIANO CÂNDIDO AMARO - Sócio.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

**ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL 773-16**

**LEI MUNICIPAL Nº. 773/2016.**

**EMENTA:** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ALTERAÇÕES NO ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 409/2004, DE 20 DE ABRIL DE 2004, DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Denise – MT, em Sessão Aordinária do dia 02 de MAIO DE 2016, aprovou e o Senhor Pedro Tercy Barbosa, Prefeito Municipal de Denise-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo cargo, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1.º** - Fica alterado pela presente Lei, o disposto no Anexo I da Lei Municipal nº 409/2004, de 20 de Abril de 2004, que prevê a Relação de Cargos de Provimento Efetivo do Município de Denise/MT, referente aos cargos relacionados nas Tabelas abaixo:

**CARGOS A SER AUMENTADO O NÚMERO DE VAGAS**

| ORDEM | DENOMINAÇÃO DO CARGO | TOTAL DE VAGAS | ESCOLARIDADE | REMUNERAÇÃO R$ | CARGA HORÁRIA |
|---|---|---|---|---|---|
| 001 | Auxiliar Administrativo | De 12 para 16 | Ensino Fundamental Completo | 597,74 | 40 |
| 002 | Técnico em Enfermagem | De 03 para 06 | Ensino Médio Completo | 1.196,85 | 40 |

**Art. 2.º** Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.

**Art. 3.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE DENISE-MT, EM 03 DE MAIO DE 2016..

_____

**PEDRO TERCY BARBOSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LICITAÇÃO**
**TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2016**

O **MUNICÍPIO DE DENISE/MT** torna público que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, de n.º **003/2016**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF, SENDO SUA JORNADA DE TRABALHO DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS**. Sendo a abertura e julgamento no dia **24/05/2016** às **08:00 horas**, sito a Praça Brasília, nº. 111, Centro, Denise/MT, a pasta completa contendo o Edital na integra, estará à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Denise-MT, Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT, informações pelo telefone (65) 3342-1397. **Local:** Sala de Licitação, CEP: 78.380-000.

Denise/MT, 04 de Maio de 2016.

**GESLAN CARLOS LUIZ**

***Presidente da CPL***

**ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL 774-16**

**LEI MUNICIPAL Nº. 774/2016.**

**EMENTA:** Autoriza abertura de crédito especial destinado a atender o Programa Brasil Carinhoso do FNDE, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Denise – MT, em Sessão Aordinária do dia 02 de MAIO DE 2016, aprovou e o Senhor Pedro Tercy Barbosa, Prefeito Municipal de Denise-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo cargo, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, visando o custeio do "Programa Brasil Carinhoso e Apoio a Creche" do FNDE, no valor total de **R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais)**, destinado a atender as seguintes dotações orçamentárias:

| | | | |
|---|---|---|---|
| Órgão: | 04 - | Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto | |
| Unidade: | 002 - | Departamento de Educação | |
| Função: | 12 - | Educação | |
| Sub-Função: | 365 - | Educação Infantil | |
| Programa: | 0027 - | Recursos FNDE | |
| Proj/Atividade: | 2.061 - | Brasil Carinhoso e Apoio a Creche | |
| 3390.30.00.00 - | Material de Consumo | | |
| Fonte: 115000000 - | Transferência de Rec. do FNDE | Valor R$ | 5.055,00 |
| 4490.52.00.00 - | Equipamento e Material Permanente | | |
| Fonte: 115000000 - | Transferência de Rec. do FNDE | Valor R$ | 3.645,00 |

**Art. 2º -** Para à abertura de crédito especial constante do artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|---|---|---|---|
| Órgão: | 04 - | Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto | |
| Unidade: | 002 - | Departamento de Educação | |
| Função: | 12 - | Educação | |
| Sub-Função: | 128 - | Ensino Fundamental | |
| Programa: | 0004 - | Projeto Qualificar | |
| Proj/Atividade: | 2.018 - | Capacitação Treinamento e Qualificação de Servidores | |
| 3390.36.00.00 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física | | |
| Fonte: 101000000 - | Receita de Imp. Dest. a Educação | Valor R$ | 8.700,00 |

**Art. 3º -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários nas peças de planejamento LDO e PPA, para o fiel cumprimento deste Lei, visando ainda garantir a compatibilidade dos orçamentos.

**Art. 4º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

PAÇO MUNICIPAL DE DENISE-MT, EM 03 DE MAIO DE 2016.

_____

**PEDRO TERCY BARBOSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 109/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 109/2016 – CONTRATADO(A): AROLDO CAMARGO NETO. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 019/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 019/2016 – CONTRATADO(A): JAILSON DOS SANTOS. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 091/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 091/2016 – CONTRATADA: AUTHER SANTOS VASCONCELLOS FILHO. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SETOR RH**
**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 264/2015.**

**CONTRATADA: MARIANA BOTELHO SOUZA**

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 264/2015**, tendo como objeto a contratação da servidora com o cargo de **Agente Administrativo,** lotada na **Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária**, aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 001/2015, com inicio de 17 de março e 2015 a 01 de Abril de 2016.

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Contrato Nº.: 006/2016**

Contratante..: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Contratada...:. Vânia da Cruz Fonseca Eireli - EPP

Valor.....: R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Vigência.....: Início: 01/04/2016 Término: 01/12/2016.

Objeto.....: Contratação de empresa para gravação de spots de rádio para convites e anúncios e do programa de radio a ser denominado “HORA DA TRIBUNA” para divulgação dos trabalhos legislativos da Câmara de Vereadores de Diamantino/MT.

*DIAMANTINO /MT em 06 de Maio de 2016*

**JOZENIL COSTA LUBE – PRESIDENTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Contrato Nº.: 007/2016**

Contratante..: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Contratada...: Silvio José Piran – ME.

Valor.....: R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

Vigência.....: Início: 01/04/2016 Término: 01/12/2016.

Objeto.....: Contratação de empresa de radiodifusão para a transmissão via radio de spots de convites, avisos, informativos, propaganda institucional da Câmara Municipal e do programa de radio a ser denominado “HORA DA TRIBUNA” com a divulgação dos trabalhos legislativos da Câmara de Vereadores de Diamantino/MT.

*DIAMANTINO /MT em 06 de maio de 2016*

**JOZENIL COSTA LUBE - PRESIDENTE**

**SETOR RH**
**CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 063/2016**

**CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 063/2016** - **CONTRATADO**: **SILVIO SAMUEL DA SILVA** – OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com de **Serviços Gerais**, lotado na Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. O CONTRATADO receberá o vencimento de R$ 938,20 (Novecentos e trinta e oito Reais e Vinte e oito Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, acrescidos de 20% (vinte por cento) de Adicional de Insalubridade. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria – 2.041. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, 22 de Fevereiro de 2016.

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 038/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 038/2016 – CONTRATADO(A): ELMAR SOARES. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**TOMADA DE PREÇO Nº 005/2016**

A Prefeitura Municipal de Diamantino - MT, através da CPL, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **19/05/2016 *às 08*h00min**, Licitação na modalidade: TOMADA DE PREÇO, tipo “Menor Preço Global”, cujo objetivo é: **Contratação de empresa especializada para execução de Reforma da biblioteca Municipal e Construção de cozinha, banheiros e sala de atividades na Fundação Cultural, no município de Diamantino - MT.** O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 04 de Maio de 2016.

_____

***GILDO GOBIRA DE SOUZA***

Presidente da CPL

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 082/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 082/2016 – CONTRATADO(A): CAIO FERREIRA DE SOUZA. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 108/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 108/2016 – CONTRATADO(A): EDUARDO PEREIRA DA SILVA. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 095/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 095/2016 – CONTRATADO(A): RAFAELLA PEREIRA VERDECIO. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 396/2015**

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 396/2015

Termo aditivo ao Contrato nº 396/2015, que tem por objetivo a prorrogação de prazo, que entre si fazem o Município de Diamantino/MT e a empresa STAF Sistemas LTDA - EPP.

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito JUVIANO LINCOLN, brasileiro, divorciado, Engenheiro Florestal, portador da cédula de identidade civil nº 378.465, SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 304.779-991-15, residente na Chácara Ribanceira, bairro Jardim Guaraná, nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa STAF SISTEMAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.941.056/0001-90, com sede à Av. Antônio Joaquim de Moura Andrade, nº 1042, Centro, Nova Andradina/MS, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO TELES DE SOUZA, empresário, portador da cédula de identidade n.º 25.198.266-X SSP/SP e inscrito no CPF sob n.º 786.255.721-20, denominada simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado entre si o presente aditivo mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Prazo O presente contrato fica prorrogado até o dia 10.05.2016, ou até que seja realizada contratação por procedimento específico, caso em que será rescindido automaticamente.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Diamantino-MT, 29 de abril de 2016.

_____

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

JUVIANO LINCOLN - Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

STAF SISTEMAS LTDA - EPP

Rodrigo Teles de Souza

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO

RG: 0129508-0 SJ/MT

CPF: 172.762.331-20

EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JÚNIOR

RG: 4532479 SSP/PA

CPF: 860.387.292-91

**GABINETE DO PREFEITO**
**ERRATA DA PORTARIA Nº 037/2016**

Portaria nº 037/2016, publicado no Boletim Oficial nº 2.448, de 04 de Abril de 2016.

Correções:

**ONDE SE LÊ:**

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

Diamantino, 31 de Março de 2016.

**LEIA-SE:**

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

Diamantino, 04 de Abril de 2016.

***JUVIANO LINCOLN***

*Prefeito Municipal*

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 012/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 012/2016 – CONTRATADO(A): WINIA ARATANY DE SOUZA. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 018/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 018/2016 – CONTRATADO(A): RODRIGO PEREIRA DE ALMEIDA. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 033/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 033/2016 – CONTRATADO(A): ANNA KELLY SILVA ROSA. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 013/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 013/2016 – CONTRATADO(A): JESSICA MAIARA COSTA PORTO. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**TOMADA DE PREÇO Nº 006/2016**

A Prefeitura Municipal de Diamantino - MT, através da CPL, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **19/05/2016 *às 13*h00min**, Licitação na modalidade: TOMADA DE PREÇO, tipo “Menor Preço Global”, cujo objetivo é: **Contratação de empresa especializada para Construção de muro e estacionamento com bloco intertravado na Creche Carmem Vieira Dias, no município de Diamantino - MT.** O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 04 de Maio de 2016.

_____

***GILDO GOBIRA DE SOUZA***

Presidente da CPL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2016**

**Validade: 12 (doze) meses.**

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779. 991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2016**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **AGRIMUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA,** inscrito no CNPJ sob nº 13.876.518/0001-35, com endereço na Rodovia Senador Roberto Campos, s/nº, Km 1,5, Bairro Novo Diamantino em Diamantino - MT, neste ato representada pelo Sr. Valdemar José Zimmer, brasileiro, solteiro, Técnico em Agropecuária, portador da cédula de identidade RG nº7. 064.612.075 SSP/RS e inscrito no CPF sob nº 645.548.090-15, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei n° 8.666/93** de 21/06/93 e suas alterações, **Lei 10.520** de 17 de julho de 2002, **Decreto Municipal nº 033/2015** de 24 de Fevereiro de 2015 que regulamenta o SPR e **Decreto Municipal nº 018/2012** e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Licitação tem por objeto: **Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA ATENDer AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

**VALORES REGISTRADOS**

**LOTE 01**

| SEQ | DESCRIÇÃO | MARCA | UND | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL SAE (15W40) API CG-4 BD 20 LTS (1ª LINHA) | PETRONAS | BD | 300 | R$ 219,66 | R$ 65.898,00 |
| 02 | ÓLEO LUBRIFICANTE TDH PARA TRANSMISSÃO (10W30) BD 20 LTS. | TEXACO | BD | 100 | R$ 281,47 | R$ 28.147,00 |
| 03 | ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO DE ALTO DESEMPENHO API VG 68 BD 20 LTS (1ª LINHA) | PETRONAS | BD | 150 | R$ 166,60 | R$ 24.990,00 |
| 04 | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS A GASOLINA SAE 30 FRASCO DE 500 ML (1ª LINHA) | PETRONAS | UNID | 2000 | R$ 7,39 | R$ 17.480,00 |
| 05 | ÓLEO LUBRIFICANTE 4 T 20W50 P/ MOTO DE 1 LT. | PETRONAS | UNID | 500 | R$ 12,09 | R$ 6.045,00 |
| 06 | ÓLEO LUBRIFICANTE 20W50 DE 1 LT | PETRONAS | UNID | 800 | R$ 12,35 | R$ 9.880,00 |
| 07 | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL SAE 40 GL 4 API BD 20 LTS (1ª LINHA) | PETRONAS | BD | 150 | R$ 247,07 | R$ 37.060,50 |
| 08 | ÓLEO LUBRIFICANTE PARA CAMBIO E DIFERENCIAL SAE 90 GL 5 BD 20 LTS (1ª LINHA) | PETRONAS | BD | 80 | R$ 231,76 | R$ 18.540,80 |
| 09 | ÓLEO LUBRIFICANTE 20w30 PARA TRANSMISSÃO HIDRÁULICO SAE BD 20 LTS (1ª LINHA) | PETRONAS | BD | 100 | R$ 253,26 | R$ 25.326,00 |
| 10 | ÓLEO SEMI-SINTÉTICO 5W30 | TEXACO | UNID | 500 | R$ 23,38 | R$ 11.690,00 |
| 11 | ÓLEO LUBRIFICANTE 25W60 BD 20 LTS | PETRONAS | BD | 100 | R$ 252,05 | R$ 25.205,00 |
| 12 | FLUIDO DE FREIO 500 ML DOT 4 | VARGA | UNID | 800 | R$ 17,44 | R$ 13.952,00 |
| 13 | FLUIDO TIPO A 1 LT | PETRONAS | UNID | 500 | R$ 15,58 | R$ 7.790,00 |
| 14 | FLUIDO TIPO A PARA TRANSMISSAO DIREÇÃO HIDRAULICA | PETRONAS | BD | 50 | R$ 377,52 | R$ 18.876,00 |
| 15 | GRAXA PARA CHASSI 20 LTS | TEXACO | BD | 50 | R$ 252,57 | R$ 12.628,50 |
| 16 | GRAXA LUBRIFICANTE AZUL API NGLI 2 COM ADITIVO EP A BASE DE LITIO BD 20 KILOS (1ª LINHA) | FAG | BD | 50 | R$ 343,95 | R$ 17.197,50 |
| **TOTAL:** | **R$ 338.006,30** | | | | | |

Valor total da proposta: **R$ 338.006,30** (trezentos e trinta e oito mil seis reais e trinta centavos).

**Parágrafo Único –** Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.**

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitação no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.**

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de **Pregão Presencial nº. 020/2016 - SRP**.

**CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (ls) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

Os produtos/equipamentos deverão ser entregues exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos/equipamentos.

**Parágrafo Primeiro** - Os produtos/equipamentos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho.**

**Parágrafo Segundo** - O prazo de entrega será de **03 (três) dias**, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

**CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

**Parágrafo Primeiro -** As contratações dos produtos/equipamentos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

**Parágrafo Segundo -** A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

**Parágrafo Terceiro -** Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

**Parágrafo Quarto -** Os produtos/equipamentos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

**Parágrafo Primeiro** - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**Parágrafo Segundo** – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos.

II. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

**Parágrafo único:** caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

**CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.**

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produtos/equipamentos foi entregue a contento.

**Parágrafo Primeiro** — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**Parágrafo Segundo** — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

**Parágrafo Terceiro** — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

**Parágrafo Quarto** — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Quinto** — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

**Parágrafo primeiro** — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

**Parágrafo Segundo** — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

**Parágrafo Terceiro** – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

**Parágrafo Quarto** — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

**Parágrafo Primeiro** — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

**Parágrafo Segundo** — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**Parágrafo Terceiro** — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**Parágrafo Quarto** — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos/equipamentos a serem adquiridos.

**Parágrafo Quinto** — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos/equipamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

**Parágrafo primeiro** - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

**Parágrafo Segundo** - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.

**Parágrafo Terceiro -** No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Quarto** - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**Parágrafo Quinto -** A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

**Parágrafo Sexto -** A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;

b) Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

**Parágrafo Sétimo -** As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

**Parágrafo Oitavo -** A falta dos produtos/equipamentos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.**

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 020/2016** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

**CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.**

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino - MT, 03 de maio de 2016.

| | |
|---|---|
| **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**<br>**JUVIANO LINCOLN**<br>**PREFEITO MUNICIPAL**<br>**CONTRATANTE** | **AGRIMUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**<br>**Sr. VALDEMAR JOSÉ ZIMMER**<br>**CONTRATADA** |

**TESTEMUNHAS:**

| | |
|---|---|
| **ROSELAINE EUMA DA SILVA ALMEIDA**<br>RG: 22584323 SSP/MT<br>CPF: 039.315.391.64 | **LAURO JOSNEY CORREA**<br>RG: 1099500-5 SJ/MT<br>CPF: 693.215.071-91 |

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 015/2016**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 015/2016 – CONTRATADO(A): AUGUSTO CESAR CIOTTA DA SILVA. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

**SETOR RH**
**EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 037**

**ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 037/2016 – CONTRATADO(A): EMANOELLY CRISSIA SANTANA DA GUIA. OBJETO:** O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/12/2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

**SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016**

**OBJETO**: Aquisição de Combustíveis.

Tendo em vista o que consta dos autos do Procedimento Administrativo nº024/2016, Pregão Presencial n° 007/2016, e diante do resultado apresentado pela pregoeira e equipe de apoio, declarando como vencedora as empresas **L. A. ZUCHETTI COMBUSTIVEIS EPP** no item 2 com maior desconto de 0,3%, no item 3 com maior desconto de 0,3%, e no item 4, com maior desconto de 0,4%. **AUTO POSTO ARAPUTANGA LTDA** no item 1 com maior desconto de 0,4%. **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 02 de Maio de 2016.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

**SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO PÓS NEGOCIAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016**

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste - MT torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 008/2016, menor preço por item, cujo objeto é aquisição de uma caminhonete pick-up cabine simples cor branco usado ano de fabricação no mínimo 2014, realizada em sessão pública no dia 25/04/2016 às 14h00min, tendo como vencedora a licitante:

**E. F. VILELA – ME** no valor total de R$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais)

O procedimento Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de Licitações.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 02 de Maio de 2016.

**DANDRA RENATA SOUZA LIMA**

**Pregoeira**

**SUPERVISORA DE RH**
**PORTARIA 95/2016**

**PORTARIA 95/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016**

**SÚMULA:** "Concede Licença Maternidade a Servidores Públicos Municipais, conforme menciona".

O Excelentíssimo Senhor, **LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, buscando ainda dar cumprimento ao que prescreve os princípios da legalidade, transparência, publicidade, honestidade e respeito à legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER Licença Maternidade com base na Lei Complementar n° 010/2008, 180 (cento e oitenta) dias, de Licença Maternidade a Servidora **CLAUDIA FRANCIELLI FERREIRA** , Lotada na Secretaria de saúde, no período de 02/05/2016 a 29/10/2016.

Art. 2° - Esta Portaria passa a Vigorar na Data de sua homologação revogadas as disposições em contrario.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 02 de maio 2016.

**LINO CUPERTINO TEIXEIRA**

***Prefeito Municipal***

**SUPERVISORA DE RH**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046**

**CONCURSO PÚBLICO 001/2012**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046**

**De 03 Maio 2016.**

***"Dispõe sobre a Convocação de Candidato Aprovado no Concurso Público nº 001/2012 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D´Oeste-MT"***

O prefeito do Município de Figueirópolis D´Oeste-MT, Estado de Mato Grosso, Sr**. LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Concurso Público 001/2012.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica convocado para admissão no cargo público o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2012, conforme relação abaixo:

**9. CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO**

| INSCRIÇÃO | CANDIDATA | PONTUAÇÃO | APROVADO |
|---|---|---|---|
| 00599 | Maiara Daiane de Oliveira Freitas Cassiano | 6,68 | 14º |

**Art. 2º** O candidato aprovado e ora convocado neste Edital deverá comparecer à sede da prefeitura Municipal – Supervisão de Recursos Humanos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste, para que sejam empossados nos cargos a que foram aprovados.

**Art. 3º** Para a tomada de posse no cargo público, o aprovado deverá apresentar a seguinte documentação:

**Originais e/ou fotocópias:**

a. Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo o qual foi aprovado; b. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo o comprovante de quitação de anuidade; c. Carteira nacional de Habilitação (cargo de motorista) d. Ter idade mínima exigida para o cargo; e. Certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos cincos anos f. Certidão negativa de débitos com o município (Gerência de Tributação); g. Comprovante de sanidade física e mental, medicante apresentação dos exames complementares constates **no item 7.6 do Edital** de Concurso Público 001/2012; h. Titulo de eleitor e os 02 (dois) últimos comprovante de votação ou certidão expedida pelo TER; i. Comprovante de Serviços Militar (sexo masculino) j. 01 (uma) foto 3x4 colorida e recente; k. Cédula de Identidade – RG; l. Cadastro de Pessoa Física – CPF; m. Certidão de nascimento/casamento ou declaração de união estável; n. Certidão de nascimento dos filhos e dependentes; o. Carteira de vacinal dos filhos menores de 05 (cinco) anos p. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se possuir); q. Declaração de não acúmulo de cargo público; r. Declaração de disponibilidade de tempo para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; s. Declaração de bens; t. Comprovação de residência. u. Copia do CPF do pai e mãe.

**Art. 4º** A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital nº 001/2012.

**Parágrafo único** – O candidato que não comparecer no prazo estabelecido será considerado desistente.

**Art. 5º**. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Figueirópolis D´Oeste-MT, em 03 de Maio de 2016.

**LINO CUPERTINO TEIXEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2016**

**OBJETO**: Aquisição de uma caminhonete pick-up cabine simples cor branco usado ano de fabricação no mínimo 2014.

Tendo em vista o que consta dos autos do Procedimento Administrativo nº027/2016, Pregão Presencial n° 008/2016, e diante do resultado apresentado pela pregoeira e equipe de apoio, declarando como vencedora a empresa **E. F. VILELA – ME** no valor total de R$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais). **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 02 de Maio de 2016.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

**SUPERVISORA DE RH**
**PORTARIA 099/ 2016**

**PORTARIA 099/ 2016 - DE 02 DE MAIO DE 2016.**

**SÚMULA:** "NOMEAR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EM CARGOS COMISSIONADOS DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO".

O Excelentíssimo Senhor, **Lino Cupertino Teixeira**, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, buscando ainda dar cumprimento ao que prescreve os princípios da legalidade, transparência, publicidade, honestidade e respeito à legislação vigente; Resolve:

**Artigo 1º-** NOMEAR o Sr**. DONIZETE MARTINS DA COSTA** no Cargo de Supervisão de oficina e Almoxarifado da frota, a partir de 02 de maio de 2016.

**Artigo 2º**- Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 02 de maio de 2016. ***Lino Cupertino Teixeira*** **Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Termo Aditivo:** 001/2016 ao Contrato nº 031/2015

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

**Contratado:** Adailton Venâncio Gomes-ME

**Objeto do Aditivo:** Prorrogação da vigência do contrato pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**Valor: (+) R$** 25.433,25 (vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos).

**Fundamentação Legal:** Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

**Assinatura:** 15/04/2016

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA NC Nº 028/2016 DE 14/04/2016.**

**PORTARIA NC Nº 028/2016 DE 14/04/2016.**

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1° - NOMEAR** em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **MARIA DALVA**

**DINIZ DE FREITAS DOS SANTOS,** brasileira, maior, portadora do RG Nº 1759293-3 SSP/MT e do CPF Nº 350.249.252-20, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **PROFESSORA PEDAGOGIA/EDUCAÇÃO INFANTIL,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

**ARTIGO 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 06 de abril de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 14 (quatorze) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 14/04/2016.

NP 415/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 261/2016 DE 07/04/2016.**

**PORTARIA Nº 261/2016 DE 07/04/2016.**

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SUPRIMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1° -** Nomear, a senhora **EDNA ALVARENGA RIBEIRO,** portador do RG Nº 2208078-3 SSP/MT e do CPF N° 059.078.121-92**,** residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE SUPRIMENTOS**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

**ARTIGO 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

**Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do** mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/04/2016.

NP 390/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA NC Nº 027/2016 DE 12/04/2016.**

**PORTARIA NC Nº 027/2016 DE 12/04/2016.**

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1° - NOMEAR** em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 o candidato **JOSÉ CARLOS MOREIRA,** brasileiro, maior, portador do RG Nº 1996881-7 SSP/MT e do CPF Nº 551.562.401-78, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **AGENTE DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO,** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

**ARTIGO 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de abril de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 12 (doze) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 12/04/2016.

NP 407/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA NC Nº 030/2016 DE 15/04/2016.**

**PORTARIA NC Nº 030/2016 DE 15/04/2016.**

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1° - NOMEAR** em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 o candidato **IVANILSON ALVES MACHADO,** brasileiro, maior, portador do RG Nº 1422659-6 SSP/MT e do CPF Nº 002.366.001-50, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **MOTORISTA ESCOLAR CATEGORIA "D",** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

**ARTIGO 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 13 de abril de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 15 (quinze) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/04/2016.

NP 419/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

**LICITAÇAO**
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2016**

**PARTES:** MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE E A EMPRESA **L.P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - EPP**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **FRALDAS DESCARTÁVEIS** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). **Fundamento Legal: Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 023/2016**, Processo Administrativo n° 0187/2016, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **L.P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - EPP** sagrou-se vencedora para o item 07 com valor global de R$ 704,00 (setecentos e quatro reais). **Data de Assinatura**: 03/05/2016. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso-AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0187/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016-SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte-MT**: Sandra Martins – Prefeita Municipal; **Contratada**: **L.P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - EPP** representada pelo (a) senhor(a) Patrícia Pompeu Rodrigues **- Guarantã do Norte-MT, 03 de Maio de 2016.**

**LICITAÇAO**
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 055/2016**

**PARTES:** MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE E A EMPRESA **UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA - ME**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **FRALDAS DESCARTÁVEIS** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). **Fundamento Legal: Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 023/2016**, Processo Administrativo n° 0187/2016, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA - ME** sagrou-se vencedora para os itens 02 e 04 com valor global de R$ 29.536,00 (vinte e nove mil e quinhentos e trinta e seis reais). **Data de Assinatura**: 03/05/2016. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso-AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0187/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016-SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte-MT**: Sandra Martins – Prefeita Municipal; **Contratada**: **UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA - ME** representada pelo(a) senhor(a) Karen Sinara Umann **- Guarantã do Norte-MT, 03 de Maio de 2016.**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 263/2016 DE 07/04/2016.**

**PORTARIA Nº 263/2016 DE 07/04/2016.**

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PESQUISA DE PREÇO E MERCADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1° -** Nomear, o senhor **JOILSO MEIRA NOVAIS,** portador do RG Nº 2258614-8 SSP/MT e do CPF N° 039.000.801-00**,** residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PESQUISA DE PREÇO E MERCADO**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

**ARTIGO 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 05 de abril de 2016** revogadas às disposições em contrário.

**Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do** mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/04/2016.

NP 392/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 329/2016 DE 02/05/2016.**

**PORTARIA Nº 329/2016 DE 02/05/2016.**

**"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS,** ao servidor abaixo relacionado.

| | |
|---|---|
| **SERVIDOR:** | **JULIANO PEREIRA LEITE** |
| **CARGO:** | **AUXILIAR DE ELETRICISTA** |
| **Período de:** | **09/05/2016 A 07/06/2016 (30 DIAS)** |
| **Período Aquisitivo:** | **02/04/2014 A 02/04/2015** |

**ARTIGO 2º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 09 de maio de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/05/2016.

NP 470/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 328/2016 DE 02/05/2016.**

**PORTARIA Nº 328/2016 DE 02/05/2016.**

**"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS,** ao servidor abaixo relacionado.

| | |
|---|---|
| **SERVIDOR:** | **GEORGE WALLECE PONCHIELLI** |
| **CARGO:** | **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS** |
| **Período de:** | **04/05/2016 A 23/05/2016 (20 DIAS)** |
| **Período Aquisitivo:** | **02/04/2014 A 02/04/2015** |

**ARTIGO 2º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 04 de maio de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/05/2016.

NP 469/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 327/2016 DE 02/05/2016.**

**PORTARIA Nº 327/2016 DE 02/05/2016.**

**"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS,** ao servidor abaixo relacionado.

| | |
|---|---|
| **SERVIDOR:** | **ROGERIO OSMAR WUADEN** |
| **CARGO:** | **COORDENADOR DE INFORMÁTICA** |
| **Período de:** | **29/04/2016 A 13/05/2016 (15 DIAS)** |
| **Período Aquisitivo:** | **22/02/2015 A 22/02/2016** |

**ARTIGO 2º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 29 de abril de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/05/2016.

NP 468/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 324/2016 DE 02/05/2016.**

**PORTARIA Nº 324/2016 DE 02/05/2016.**

**"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS,** as servidoras abaixo relacionadas.

| | |
|---|---|
| **SERVIDORA:** | **CIRA PEDROSA DE SOUZA MATHEUS** |
| **CARGO:** | **AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR** |
| **Período de:** | **02/05/2016 A 31/05/2016 (30 DIAS)** |
| **Período Aquisitivo:** | **03/02/2014 A 03/02/2015** |

| | |
|---|---|
| **SERVIDORA:** | **TATIANE ELLER DOS SANTOS** |
| **CARGO:** | **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL INFANTIL** |
| **Período de:** | **02/05/2016 A 21/05/2016 (20 DIAS)** |
| **Período Aquisitivo:** | **11/02/2013 A 11/02/2014** |

| | |
|---|---|
| **SERVIDORA:** | **ANDREIA DA SILVA** |
| **CARGO:** | **CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO** |
| **Período de:** | **02/05/2016 A 16/06/2016 (15 DIAS)** |
| **Período Aquisitivo:** | **15/01/2015 A 16/05/2016** |

**ARTIGO 2º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/05/2016.

NP 465/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 323/2016 DE 02/05/2016.**

**PORTARIA Nº 323/2016 DE 02/05/2016.**

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO,** a servidora abaixo relacionada.

| | |
|---|---|
| **SERVIDORA:** | **ROSANGELA RODRIGUES DE SOUZA** |
| **CARGO:** | **PROFESSORA** |
| **Período de:** | **10/05/2016 A 07/08/2016 (90 DIAS)** |
| **Período Aquisitivo:** | **01/04/2002 A 01/04/2007** |

**ARTIGO 2º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 10 de maio de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/05/2016.

NP 464/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA NC Nº 029/2016 DE 15/04/2016.**

**PORTARIA NC Nº 029/2016 DE 15/04/2016.**

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1° - NOMEAR** em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 o candidato **ALECY MENDES DE OLIVEIRA,** brasileiro, maior, portador do RG Nº 1295596-5 SSP/MT e do CPF Nº 853.841.431-34, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **MOTORISTA ESCOLAR CATEGORIA "D",** com carga horária de 40 (trinta) horas semanais.

**ARTIGO 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 13 de abril de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 15 (quinze) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 15/04/2016.

NP 418/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

---

**LICITAÇAO**
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 054/2016**

**PARTES:** MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE E A EMPRESA **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO – HOSPITALAR LTDA EPP**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **FRALDAS DESCARTÁVEIS** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 023/2016, Processo Administrativo n° 0187/2016, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO – HOSPITALAR LTDA EPP** sagrou-se vencedora para os itens 01, 03, 05, 06 com valor global de R$ 45.707,00 (quarenta e cinco mil e setecentos e sete reais). **Data de Assinatura**: 03/05/2016. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso-AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0187/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016-SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte-MT**: Sandra Martins – Prefeita Municipal; **Contratada**: **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO – HOSPITALAR LTDA EPP** representada pelo(a) senhor(a) Kerli Luzia Ludwichak **- Guarantã do Norte-MT, 03 de Maio de 2016.**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 325/2016 DE 02/05/2016.**

**PORTARIA Nº 325/2016 DE 02/05/2016.**

**"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS,** ao servidor abaixo relacionado.

| | |
|---|---|
| **SERVIDOR:** | **EDIVALDO PEREIRA** |
| **CARGO:** | **AGENTE DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO** |
| **Período de:** | **25/04/2016 A 23/05/2016 (30 DIAS)** |
| **Período Aquisitivo:** | **02/04/2014 A 02/04/2015** |

**ARTIGO 2º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 25 de abril de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/05/2016.

NP 466/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA NC Nº 031/2016 DE 26/04/2016.**

**PORTARIA NC Nº 031/2016 DE 26/04/2016.**

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1° - NOMEAR** em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **MAGDA FERREIRA DANTAS DA SILVA,** brasileira, maior, portadora do RG Nº 1948019-9 SSP/MT e do CPF Nº 024.750.121-29, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

**ARTIGO 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 20 de abril de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

**SANDRA MARTINS**

**PREFEITA MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 26/04/2016.

NP 448/2016.

**LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS**

**Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

**PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO**
**PORTARIA Nº 195 /2016, DE 03 DE MAIO DE 2016.**

**Nomeia os Membros para a Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 004/2016 e dá outras providências.**

**PEDRO FERRONATTO,** Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, resolve:

**Art. 1º -** Nomear os membros da Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº. 004/2016:

**1º. JULIANA DE SOUZA ADARI, ocupante do cargo de Enfermeira, mat. n° 900, CPF nº 018.943.471-61, Presidente.**

**2°. ADRIANA CAVÉQUIA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, mat. n° 753, CPF nº 650.232.851-20, Secretária.**

**3º. LUIS CARLOS MUNSI, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica II, mat. n° 239, CPF nº 800.605.361-87, Membro.**

**Art. 2º -** A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 03 de maio de 2016.

**PEDRO FERRONATTO**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS**
**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2015**

**"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS, ENTRE O MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE - MT E A Srº. CÁSSIO JOSÉ SICHOSKI".**

Pelo presente Termo Aditivo Contratual que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, s/n, centro, nesta cidade de Ipiranga do Norte/MT, inscrita no CNPJ sob Nº 07. 209.245/0001-72, representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Pedro Ferronatto**, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF Nº 345.727. 169-20, portador da Cédula de Identidade RG Nº 24216453-SSP/MT, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, nº 801, nesta cidade, de ora em diante simplesmente denominado de **CONTRATANTE**, e, de outro lado a Srº **Cássio José Sichoski,** brasileiro, solteiro, maior, dentista, Carteira de Identidade Civil RG. 1734598-7 SSP/RS, e CPF Nº.039.284.521-00, residente e domiciliado na Rua Ary coelho n° 00290 Ap 2, Cristo Rei, na cidade de Varzea Grande, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADO,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Dentista, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

**1.1 –** Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas em comum acordo resolvem prorrogar até a data de 02 de novembro de 2016, o prazo mencionado na clausula quinta, do Contrato n°. 024/2015, poderá ser recendido antecipadamente caso se encerre a situação ensejadora.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

**2.1** - O presente aditivo, além do dispositivo legal citado na Cláusula Primeira, encontra embasamento na Lei Complementar Nº.032/2015 e na Cláusula Segunda do Contrato nº 024/2015.

**2.1.1 –** a prorrogação do CONTRATO se deu em virtude da necessidade pública urgente, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA TERCEIRA-DO VALOR:**

**3.1 -** Fica acrescido por este aditivo, no Contrato n° 024/2015 R$ 29. 917,98 (vinte e nove mil e novecentos e dezessete reais e noventa e oito centavos) referente ao salário base mensal de R$ 4.986,33 (quatro mil novecentos e oitenta e seis reais e trinta e três centavos).

**CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO**

**4.1** – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município, alocados na seguinte dotação orçamentária:

08.002.10.301.0023.2067.31.90.04.00.00.00**- contratação por Tempo Determinado**.

**CLÁUSULA QUINTA:RATIFICAÇÃO**

**5.1 - As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas e em pleno vigor.**

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 vias de igual teor e forma.

Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, em 02 de Maio de 2016.

_____

**PEDRO FERRONATTO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**CÁSSIO JOSÉ SICHOSKI**

**CONTRATADO**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE IPIRANGA DO NORTE**
**PORTARIA Nº 012/2016**

***"SUMULA: Nomeia Servidor Ruan Alécio Correa Fontebasse como Fiscal do Contrato nº 003/2016 e dá outras providências"***

A diretora Executiva do IPIRANGA-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte, estado de Mato Grosso, Senhora Simone Machado da Silva, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 413 de 28 de maio de 2013, que rege a previdência municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor RUAN ALECIO CORREA FONTEBASSE, como responsável de *acompanhamento e fiscalização dos serviços do Contrato 003/2016*, oriundo processo de Dispensa de Licitação 001/2016, Processo n° 001/2016, com fulcro no Art. 24, II, da Lei 8.666/63, cujo objeto se destina a "Serviços de disponibilização via software de informações junto ao Portal da Transparência - LC 131/2009, por um período de 08 (Oito) meses", em atendimento ao IPIRANGA-PREVI", tendo como contratado a empresa: ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ n° 26.804. 377/0003-59, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida situada na Av. Natalino João Brescansin, 499, centro, na cidade de Sorriso – Estado de Mato Grosso. Período de vigência do contrato: 02/05/2016 a 31/12/ 2016.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipiranga do Norte-MT, Estado de Mato Grosso, em 02 de maio de 2016.

**SIMONE MACHADO DA SILVA**

**Diretora Executiva**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE IPIRANGA DO NORTE**
**EXTRATO CONTRATO 003/2016**

A Senhora **SIMONE MACHADO DA SILVA**, Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **TORNA PÚBLICO**, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o Fundo Mun. de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte/MT firmou os seguintes Contratos no mês de MAIO de 2016: **CONTRATO Nº 003/2016** – **Contratada**: ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA. **Objeto:** Contratação de empresa da área de TI (tecnologia da informação) com especialização no desenvolvimento e licenciamento de Sistemas Informatizados para a Gestão Pública Municipal, com objetivo de informatizar e modernizar as áreas de: Portal da Transparência - LC 131/2009. **Prazo de Vigência**: 02 de maio de 2016 até 31 de dezembro de 2016. **Valor Total**: O valor global do contrato é de R$ 3.800,00 (Três Mil e Oitocentos Reais), sendo pagos em uma parcela no valor de R$ 1.000,00 (Hum Mil Reais) mais 08 (oito) parcelas mensais no valor de R$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais).

Assinam: A Sra. Simone Machado da Silva e o Sr. José Carlos Urias.

Ipiranga do Norte-MT, 02 de maio de 2016.

**SIMONE MACHADO DA SILVA**

**DIRETORA EXECUTIVA**

**IPIRANGA-PREVI**

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE.

**PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2016**

**PROFESSORA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS**

**Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e a Sra. CRISTIANA SPIES NILLES, com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.**

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº.387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr.PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipirangado Norte/MT, de ora em diante simplesmentedenominado de**MUNICÍPIO,** e, de outro lado, a Sra. **CRISTIANA SPIES NILLES,** brasileira, casada, maior, Professora de Pedagogia Educação Infantil, Carteira de Identidade Civil RG. 1073036731 SESP/RS, e CPF Nº 000243730-95, residente e domiciliado na Rua dos Girassóis, s/n, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Professor de Pedagogia Educação Infantil, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, a CONTRATADA trabalhará para o MUNICÍPIO no cargo de professor de Pedagogia Educação Infantil - 30h, para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº. 007/2015 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, executando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a** Lei Complementar nº 026 de 25 de novembro de 2014, correspondente ao Cargo de Professor de Pedagogia Educação Infantil – 30 Horas, ficando subordinada a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

A **CONTRATADA** desempenhará os serviços ora contratados durante 30 (trinta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Complementar nº. 026 de 25 de novembro de 2014 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 007/2015 e demais Legislações correlatas em vigor.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, a **CONTRATADA** perceberá a quantia Global de R$ 19.225,26 (Dezenove mil duzentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos), sendo o valor mensal de R$ 3.204,21 (três mil duzentos e quatro reais e vinte e um centavos, bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

**CLÁUSULA QUARTA**

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis), meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público, conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009.

**CLÁUSULA QUINTA**

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que o **CONTRATADO** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

**CLÁUSULA SEXTA**

O Contrato será rescindido no término do prazo previsto.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

Os direitos e os deveres da **CONTRATADA**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei Complementar n° 032/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

**Sub-cláusula única** - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

**CLÁUSULA OITAVA**

O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado o **CONTRATADO** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

**CLÁUSULA NONA**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2016. 05.007.12.365.0012. 2032-319004000000.0.1.18.000000 **- contratação por Tempo Determinado.**

**CLÁUSULA DÉCIMA**

As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.

Ipiranga do Norte/MT, 03 de Maio de 2016.

**PEDRO FERRONATTO**

Prefeito Municipal

**CRISTIANA SPIES NILLES**

Contratado

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

### AVISO DE EDITAL DE DISPENSA Nº 002/2016

**MODALIDADE LICITAÇÃO:** DISPENSA

**TIPO:** Menor Preço Global

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW/BAILE PARA COMEMORAÇÃO DOS 30° ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA - MT**.

**CONTRATADO:** Empresa **IRINEU TONIETO SCALABRIN ME,** CNPJ Nº 01.897.230/0001-68

**VALOR ESTIMADO: R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais**)

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 09/05/2016 a 14/05/2016.

**JUSTIFICATIVA: nº**002/2016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24 Inciso II da Lei n.º 8.666/93 combinado com o Art. 3°, Inciso II da Lei Municipal 1062/2015.

Itaúba – MT 03 de Maio de 2016

***Aparecido Koiti Kimura***

***Presidente da C. P. L.***

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12-DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, tendo em vista homologação do **Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2015** realizado em 06 de Dezembro de 2015 CONVOCA pelo presente edital os aprovados abaixo relacionados, para comparecerem no prazo de 02(dois) dias, contados a partir da publicação deste, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, para apresentar documentos de habilitação necessários para tomar posse em seus respectivos cargos:

| CLASSIF. | NOME | CARGO |
|---|---|---|
| 16º | CRISTIANI ANDREOTTO COALHO | PROFESOR GRADUADO-PEDAGOGO |
| 17º | EDNA CRISTINA VENÂNCIO | PROFESOR GRADUADO-PEDAGOGO |

Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

a) Exame de Aptidão Mental e de Saúde Física previsto no edital do concurso;

b) Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original) e cópia;

c) Certidão negativa da justiça estadual e federal de 1º e 2º grau, distribuidor (civil e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos;

d) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar, e que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal;

e) 01 fotos 3x4 recente;

f) Título eleitoral (original) e cópia;

g) Certidão de nascimento ou casamento (original) e cópia;

h) Certidão de nascimento dos filhos (original) e cópia;

i) Certificado de reservista (original) e cópia (se masculino);

j) CPF (original) e cópia;

k) Documento de identidade (original) e cópia;

l) PIS ou PASEP (original) e cópia, no caso de já ter sido empregado;

m) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

n) Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública;

o) Comprovação que estar quite com as obrigações eleitorais;

p) Documentação do Registro no Conselho da Respectiva Categoria quando se tratar de Profissão Regulamentada, incluindo comprovante de anuidade e Certidão de Regularidade;

q) Conta Salário Banco do Brasil;

r) Comprovante de residência;

s) Declaração de freqüência dos filhos na escola e Carteira de Vacinação dos filhos (menores de 14 anos)

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Itaúba/MT, em 03 de Maio de 2016.

RAIMUNDO ZANON

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

### PROCURADORIA JURIDICA
### EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 042, DE 03 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe Sobre Convocação de Candidato Aprovado no Edital do Concurso Público Nº. 001/2012 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

**CONSIDERANDO** a Homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto Nº. 044/2013 de 19 de Agosto de 2013;

**CONSIDERANDO** a necessidade da Administração Pública Municipal em promover os cargos existentes no Plano de Cargos e Carreira e Salários;

**CONSIDERANDO** a ordem rigorosa de classificação do Edital do Concurso Público Nº. 001/2012;

**CONSIDERANDO** o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Itiquira – MT e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itiquira-MT;

**CONVOCA:**

Art. 1° - Fica convocado o candidato aprovado no Concurso Público 001/2012, para o Cargo abaixo relacionado, para se apresentar pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08hs00min às 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - O candidato convocado é o seguinte:

| ORDEM | CANDIDATO | CARGO | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 1 | BRUNO RESENDE DIB | FISIOTERAPEUTA - ITIQUIRA | 3º.Colocado – Classificado |
| 2 | BENEDITO DE MORAES JUNIOR | ENFERMEIRO - ITIQUIRA | 14.Colocado – Classificado |
| 3 | ROSA MARIA PEREIRA | ENFERMEIRO - ITIQUIRA | 15.Colocado – Classificado |

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e freqüência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21- Exames Laboratoriais:

a) Urina tipo I;

b) Hemograma completo;

c) VDRL;

d) Protoparasitológicos;

22 - Conta Corrente Banco do Brasil.

Parágrafo Único: Todas as Declarações solicitadas deverão ser reconhecidas firma em cartório.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira, 03 de maio de 2016.

**HUMBERTO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2016

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para aquisição de Cargas de Oxigênio Medicinal Gasoso e Ar Comprimido Medicinal, para atendimento ao Hospital Municipal de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **de 23 MAIO de 2016 - 13:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 03 de maio de 2016.

***ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA***

Pregoeira

### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
### EXTRATO ATA Nº. 022/2016

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: C. ROBERTO SILVA COMÉRCIO; OBJETO:** "Registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar em atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT";**PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 168.320,20 (cento e sessenta e oito mil e trezentos e vinte reais e vinte centavos);**ASSINATURA: 29/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
### EXTRATO ATA Nº. 021/2016

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: FÊNIX COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA; OBJETO: "Registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar em atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT";PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 161.415,28 (cento e sessenta e um mil e quatrocentos e quinze reais e vinte e oito centavos);**ASSINATURA: 29/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
### EXTRATO ATA Nº. 020/2016

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ADALTON FERREIRA DE MIRANDA; OBJETO: "**Registro de preços para eventual Contratação de empresa para prestação de serviço de Limpeza, Conservação e Manutenção em Jardins do Hospital Municipal, PSF's (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8), CAPS e Estádio Municipal Márcio Cassiano da Silva, da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT";**PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais);**ASSINATURA: 28/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

### SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
### EXTRATO ATA Nº. 019/2016

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: IVAN BATISTA CAMILO – MEI; OBJETO:** "Registro de preços para contratação de

empresa para eventuais locações de veículos Tipo Caminhonete com capacidade mínima de 05 passageiros, incluindo despesa de motorista, seguro de passageiro e carro reserva em atendimento a todas as Secretarias e demais setores do Município de Jaciara/MT'';**PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 168.000,00 (cento e sessenta oito mil reais);**ASSINATURA: 25/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO ADITIVO Nº. 003/2016 A ATA N.º 0136/2015**

**CONTRATANTE**: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA;** OBJETO:ACRESCIMO DE VALOR**;**Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas da ata nº. 0136/2015; **ASSINATURA**: 28/04/2016.

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

Prefeito Municipal

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO ADITIVO Nº. 003/2016 AO CONTRATO N.º 021/2015**

**CONTRATANTE**: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: RUSSI E RUSSI LTDA;** OBJETO:PRORROGAÇÃO DE PRAZO**;** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do contrato nº. 021/2015; **ASSINATURA**: 08/04/2016.

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

Prefeito Municipal

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO CONTRATO Nº. 025/2016**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GDN LTDA – ME;** OBJETO; "Contratação de empresa para execução de obras relativas à construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta e com Vestiário, na Escola Municipal Magda Ivana, localizada na Avenida Zé de Bia - Jardim Aeroporto, no Município de Jaciara/MT";**PRAZO: 9 (nove) meses; VALOR GLOBAL R$** 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais);**ASSINATURA: 02/05/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 015/2016**

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º. 015/2016** foram vencedoras as empresas, **TECNOPARTS TINTA E FERRAGENS LTDA** ao valor global de R$ 72.180,00 (setenta e dois mil e cento oitenta reais), **COXIPO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME** ao valor global de R$ 15.610,00 (quinze mil e seiscentos e dez reais) e **GILBERTO RODRIGUES DA SILVA – ME** ao valor global de R$ 56.011,00 (cinqüenta e seis mil e onze reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 03 de maio de 2016.

***ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA***

**Pregoeira**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2016**

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo para o Laboratório Municipal, Banco de Sangue e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **de 19 MAIO de 2016 - 12:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 03 de maio de 2016.

***ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA***

Pregoeira

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2016**

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto"**Registro de preços para eventual prestação de serviço de Locação de Caminhão Truck Basculante, com motorista para transporte do lixo doméstico para aterro sanitário",** nos termos da Lei 10. 520/02, a realizar-se no dia **de 17 MAIO de 2016 - 13:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 03 de maio de 2016.

***ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA***

Pregoeira

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO ATA Nº. 028/2016**

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: COMERCIAL PAMEX LTDA – ME; OBJETO:** "Registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar em atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT";**PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 558.529,30 (quinhentos e cinqüenta e oito mil e quinhentos e vinte e nove reais e trinta centavos);**ASSINATURA: 29/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 016/2016**

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º. 016/2016** foram vencedoras as empresas, **RENAN ARAUJO SANTOS** ao valor global de R$ 102. 100,00 (cento e dois mil e cem reais) e **CLAUDIO ALVES QUEIROZ - ME** ao valor global de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 03 de maio de 2016.

***ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA***

**Pregoeira**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 002/2016**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**nº 002/2016**

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de **PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS E APLICADOS NO MUNICÍPIO REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2016**, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar sugestões e opiniões, que se realizará no dia **18 de maio de 2016, às 15:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Jaciara.**

Jaciara - MT, 3 de maio de 2016

**ADEMIR GASPAR DE LIMA**

Prefeito Municipal

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO ATA Nº. 024/2016**

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ATIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME; OBJETO:** "Registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar em atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT";**PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 35.740,90 (trinta e cinco mil e setecentos e quarenta reais e noventa centavos);**ASSINATURA: 29/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO ATA Nº. 025/2016**

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: JEAN C. R. SILVA COMÉRCIO – ME; OBJETO: "Registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar em atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT";PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 25.842,40 (vinte e cinco mil e oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos);**ASSINATURA: 29/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO ATA Nº. 026/2016**

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: WANDER DA SILVA COSTA COMÉRCIO – ME; OBJETO: "Registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar em atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT";PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 115.090,00 (cento e quinze mil noventa reais);**ASSINATURA: 29/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO ATA Nº. 027/2016**

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ALIMENTOS BRASIL LTDA – ME; OBJETO:** "Registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar em atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT";**PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 246.816,00 (duzentos e quarenta e seis mil e oitocentos e dezesseis reais);**ASSINATURA: 29/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO ATA Nº. 023/2016**

**CONTRATANTE:** Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP; OBJETO:** "Registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar em atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT";**PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$** 155.752,00 (cento e cinqüenta e cinco mil e setecentos e cinqüenta e dois reais);**ASSINATURA: 29/04/2016.**

***ADEMIR GASPAR DE LIMA***

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/n.º, Bairro Centro, Jangada – MT JANGADA – MT – CEP. 78.490-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a **ABERTURA** do procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Item", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA/MT,** de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diploma legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:00 horas, do dia 16 de Maio de 2016, no endereço acima. Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail: licitacaojangada@hotmail.com.

Jangada – MT, 03 de Maio de 2016.

ADILSON PEREIRA NUNES

Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

**PORTARIA 221/2016**

**PORTARIA N.º 221, DE 25 DE ABRIL DE 2016**

*"EFETUAR O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR Nº117, DE 01 D E MARÇO DE 2016 – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."*

**ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS,** Prefeita do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº117, de 01 de março de 2016, que reestrutura o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Jauru/MT, com exceção dos servidores públicos municipais do quadro da Secretaria Municipal de Educação abrangidos por outro Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, qual seja Lei Complementar nº068/2010.

**Resolve:**

**Art. 1º Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais aposentados e pensionistas, desta municipalidade de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, conforme tabela a seguir:**

| NOME DO SERVIDOR | CARGO | ENQUADRAMENTO | |
|---|---|---|---|
| CLASSE | NÍVEL | | |
| Daniel de Paula Santiago | Motorista II | A | 5 |
| Divino Pedra Vieira | Motorista II | A | 6 |
| Ener Silva Laurencio | Auxiliar de Serviços Gerais | A | 5 |
| Geracina Figueiredo da Silva | Auxiliar de Serviços Gerais | A | 3 |
| Joaquim de Oliveira Neto | Motorista I | A | 6 |
| Joaquim Gomes de Oliveira | Pedreiro | A | 4 |
| José Domingos da Silva | Vigia | A | 5 |
| José Ernesto Carrijo | Braçal | A | 6 |
| Luzilina Maria Lemos | Auxiliar de Serviços Gerais | A | 3 |
| Maria de Jesus Quintana Pereira | Auxiliar de Serviços Gerais | A | 5 |
| Maria Paula Ferreira dos Santos | Auxiliar de Serviços Gerais | A | 2 |
| Pedro Cassimiro Sobrinho | Braçal | A | 3 |
| Waltemir Martins da Paixão | Pedreiro | B | 6 |
| Adão Ferreira da Silva/Eva Paula da Silva | Motorista II | A | 6 |
| Luiz Peres da Silva/Geralda Zeferina da Silva | Braçal | A | 1 |
| Leonice Gonzaga das Neves/José Marques das Neves | Auxiliar de Serviços Gerais | A | 4 |

**Art. 2º Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, ocorrerá a partir de março/2016, conforme estabelecido na Lei Complementar nº117, de 01 de março de 2016.**

**Art. 3º** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01/03/2016**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal “José Perez”, Prefeitura Municipal de Jauru/MT, 25 de abril de 2016.

**ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS**

PREFEITA MUNICIPAL

.

## EDITAL TESTE SELETIVO

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2.016**

O município de Jauru, através da Secretaria Municipal de Educação, faz saber que será realizado, nos termos deste Edital, da Lei Complementares nº. 045/2006, 068/2010, com base na Lei Municipal nº. 635/2015, 692/2.016 e nos termos do inciso IX, art. 37, da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, o Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidatos visando à contratação temporária de profissionais para a Secretaria Municipal de Educação conforme item 3 deste edital, para atendimento às necessidades de excepcional interesse público, em caráter excepcional e por tempo determinado, na forma da legislação pertinente, mediante o disposto neste Edital.

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

O Processo Seletivo Simplificado de que trata o presente Edital tem a finalidade de prover vagas para contratação temporária de pessoal e cadastro de reserva, através de títulos para os cargos discriminados no item 3 deste edital.

O processo seletivo simplificado nº. 001/2016 tem caráter eliminatório e classificatório, compreendendo análise curricular/títulos para os cargos de professores, Técnico em Desenvolvimento Infantil – TDI e Apoio Administrativo Educacional, além de prova prática para o cargo de motorista II.

Os candidatos aprovados dentro do número de vagas serão convocados a partir da homologação deste processo seletivo simplificado e os cadastros de reservas serão convocados a partir da necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

**DA ENTIDADE EXECUTORA DA SELEÇÃO**

O Processo Seletivo Simplificado será organizado e conduzido pela Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão Paritária composta por representantes dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Sindicato dos Trabalhadores da Educação – SINTEP, nomeados pela portaria nº. 224, de 27 de abril de 2.016.

A comissão será incumbida da realização da Inscrição/contagem de pontos dos candidatos inscritos para os respectivos cargos, sendo responsáveis pela análise documental e entrega das Fichas de Contagem de pontos para o Presidente da Comissão, bem como a aplicação de prova prática, obedecendo aos critérios e prazos constantes neste Edital.

**DOS CARGOS, REQUISITOS, ATRIBUIÇÕES, CARGA HORÁRIA, Nº. VAGAS, VENCIMENTO BASE E LOCAL DE TRABALHO**

| CARGOS | REQUISITOS | ATRIBUIÇÕES | CH | Nº. VAGAS | VENC. BASE R$ | LOCAL TRABALHO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PROFESSOR DE ARTES | NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM ARTES OU MAGISTÉRIO | Exercer funções relacionadas com as atividades de Docência ou Suporte Pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de Coordenação, Assessoramento Pedagógico e de Direção Escolar; participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos da Educação Básica; elaborar planos, projetos e programas educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico e dos Projetos Político-Pedagógicos; desenvolver a regência efetiva; controlar e avaliar o rendimento escolar; participar de reuniões de trabalho; desenvolver atividades extra classe, promovendo o enriquecimento das experiências vivenciadas em classe e envolvendo integração escola e comunidade; promover atividades destinadas à recuperação dos alunos; desenvolver de atividades relacionadas ao processo de orientação educacional; desempenhar das tarefas administrativas, diretamente ligadas à docência, mantendo atualizados os registros de notas e de resumo de matérias, que serão transcritos no Diário de Classe; desenvolver outras atividades que se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos educacionais da Rede Municipal de Ensino; participar de ciclos, grupos de estudo e/ou formação continuada, bem como de todas as ações e cursos promovidos pelas Secre- | 30 HRS | CR | NÍVEL SUPERIOR R$ 2.403,26 NÍVEL MÉDIO R$ 1.602,17 | Município de Jauru |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | tarias Estadual e Municipal de Educação, que visem à capacitação e o aperfeiçoamento do Profissional de Educação. | | | | |
| PROFESSOR DE CIÊNCIAS | NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM CIÊNCIAS OU MAGISTÉRIO | 30 HRS | CR | NÍVEL SUPERIOR R$ 2.403,26 NÍVEL MÉDIO R$ 1.602,17 | Município de Jauru | |
| PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA | NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM EDUCAÇÃO FÍSICA OU MAGISTÉRIO | 30 HRS | CR | NÍVEL SUPERIOR R$ 2.403,26 NÍVEL MÉDIO R$ 1.602,17 | Município de Jauru | |
| PROFESSOR DE GEOGRAFIA | NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM GEOGRAFIA OU MAGISTÉRIO | 30 HRS | CR | NÍVEL SUPERIOR R$ 2.403,26 NÍVEL MÉDIO R$ 1.602,17 | Município de Jauru | |
| PROFESSOR DE HISTORIA | NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM HISTÓRIA OU MAGISTÉRIO | 30 HRS | CR | NÍVEL SUPERIOR R$ 2.403,26 NÍVEL MÉDIO R$ 1.602,17 | Município de Jauru | |
| PROFESSOR DE MATEMÁTICA | NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM MATEMÁTICA OU MAGISTÉRIO | 30 HRS | CR | NÍVEL SUPERIOR R$ 2.403,26 NÍVEL MÉDIO R$ 1.602,17 | Município de Jauru | |
| PROFESSOR DE PEDAGOGIA | NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM PEDAGOGIA OU MAGISTÉRIO | 30 HRS | CR | NÍVEL SUPERIOR R$ 2.403,26 NÍVEL MÉDIO R$ 1.602,17 | Município de Jauru | |
| PROFESSOR DE PEDAGOGIA (EDUCAÇÃO INFANTIL) | NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL OU MAGISTÉRIO | 30 HRS | CR | NÍVEL SUPERIOR R$ 2.403,26 NÍVEL MÉDIO R$ 1.602,17 | Município de Jauru | |
| PROFESSOR DE PORTUGUÊS | NÍVEL SUPERIOR COMPLETO EM LETRAS OU MAGISTÉRIO | 30 HRS | CR | NÍVEL SUPERIOR R$ 2.403,26 NÍVEL MÉDIO R$ 1.602,17 | Município de Jauru | |
| TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – TDI | NÍVEL MÉDIO COMPLETO | Auxiliar e apoiar nas atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil, especificadamente da creche; promover e zelar pela higiene, alimentação, segurança e saúde das crianças. | 30 HRS | 04 + CR | 1.036,68 | Município de Jauru |
| APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL | FUNDAMENTAL INCOMPLETO | Nutrição Escolar, cujas principais atividades são: preparar os alimentos que compõem a merenda, manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha, manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições; Manutenção de Infra-estrutura, cujas principais atividades são: limpeza e higienização das unidades escolares, execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, execução da limpeza das áreas externas incluindo serviços de jardinagem; Vigilância, cujas principais atividades são: fazer a vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central, comunicar ao diretor das unidades escolar todas as situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público. | 30 HRS | 01 + CR | 1.027,27 | Município de Jauru |
| MOTORISTA II | ALFABETIZADO + CNH CATEGORIA “D” | Dirigir veículos pesados transportando pessoas, materiais e outros, conforme solicitação. Operar caminhões com equipamentos acoplados ou não. Prestar ajuda no carregamento e descarregamento de materiais, encaminhando-os ao local destinado. Preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho. Informar-se sobre o itinerário. Abastecer os veículos, controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação de veículos, máquinas e equipamentos, bem como prazos ou quilometragem para revisões. Zelar pela conservação e segurança dos veículos, máquinas e equipamentos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito. Manter sua habilitação sempre em ordem. Restituir à Prefeitura os valores referentes à multas de trânsito ocasionadas, bem como ressarcir eventuais danos causados aos veículos. Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs durante o seu turno de trabalho, | 40 HRS | CR | 1.234,66 | Município de Jauru |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes. Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das demandas e necessidades internas e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata. | | | | |
| MOTORISTA II | ALFABETIZADO + CNH CATEGORIA "D" | 40 HRS | 01 + CR | 1.234,66 | Linha Fazenda Ribeirão Claro, Aguapé à Lucialva. | |
| MOTORISTA II | ALFABETIZADO + CNH CATEGORIA "D" | 40 HRS | 01 + CR | 1.234,66 | Placa 10, Taquarussu à Lucialva. | |
| MOTORISTA II | ALFABETIZADO + CNH CATEGORIA "D" | 40 HRS | 01 + CR | 1.234,66 | Linha Comunidades Dorfim, São Bernardo a Lucialva. | |
| MOTORISTA II | ALFABETIZADO + CNH CATEGORIA "D" | 40 HRS | 01 + CR | 1.234,66 | Linha Comunidades Barreirão, Água Grande à Lucialva. | |
| MOTORISTA II | ALFABETIZADO + CNH CATEGORIA "D" | 40 HRS | 01 + CR | 1.234,66 | Linha Comunidades. São Vicente, São Miguel, Santa Rosa, Balneário à São José. | |

Os candidatos que efetuarem a inscrição para o cargo de motorista II, deverão escolher a localidade para qual irão concorrer, ficando cientes que os candidatos aprovados e convocadas para executar os serviços, como trata-se de transporte escolar, deverão residir e/ou deslocar para as referidas localidades todos os dias, não cabendo a prefeitura efetuar quaisquer tipos de indenizações para transporte e/ou alimentação a esses servidores que irão executar as atividades inerentes ao cargo de motorista II.

**DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2016.**

| ETAPAS | DATA | HORÁRIO/LOCAL |
|---|---|---|
| Prazo para impugnação do Edital | 04 e 05/05/2016 | 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min. Na Secretaria Municipal de Educação. |
| Período das inscrições | 09 a 13/05/2016 | 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min. Na Secretaria Municipal de Educação |
| Análise Curricular/Títulos – contagem de pontos | 14/05/2016 | . 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min. |
| Aplicação da prova prática para o cargo de motorista II | 15/05/2016 | 08h00min às 12h00min em frente a APAE |
| Resultado provisório do Processo Seletivo Simplificado nº. | 16/05/2016. | 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min. Na Secretaria Municipal de Educação |
| Interposição de Recursos | 17/05/2016 | 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min. Na Secretaria Municipal de Educação. |
| Resultados dos Recursos/ Resultado Final e homologação. | 19/05/2016 | Publicação no diário oficial dos municípios – AMM, e disponibilização no mural da Prefeitura Municipal de Jauru e Secretaria Municipal de Educação. |
| Convocação dos aprovados | A partir do dia 23/05/2016 | |

**DAS INSCRIÇÕES**

A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e sobre as quais os inscritos não poderão alegar desconhecimento.

No ato da inscrição o candidato deverá:

Protocolar a ficha de inscrição (anexo I) junto à comissão, devidamente preenchida e assinada, bem como currículo/títulos com os documentos comprobatórios (diploma, certificado, certidão de tempo de serviço, carteira de habilitação para o cargo de motorista II).

Apresentar documento original de identificação contendo os dados descritos no requerimento de inscrição;

Para comprovação dos documentos constantes no currículo/Títulos serão necessários apresentar os documentos originais para conferência e/ou cópias autenticadas.

São de exclusiva responsabilidade do candidato às informações dos dados cadastrais prestadas no ato de inscrição, sob as penas da lei.

Não serão cobradas taxas aos candidatos.

A inscrição deve ser feita pelo candidato ou mediante procuração com firma reconhecida em cartório.

As inscrições serão realizadas nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Francisco de Melo Palheta, nº. 761, Centro, Jauru/MT.

No ato da Inscrição o candidato deverá informar para qual cargo deseja concorrer, devendo se atentar para o preenchimento dos requisitos solicitados no item 3 deste edital.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO:**

6.1. Compete ao candidato:

6.1.1 Acompanhar todas as publicações feitas no Diário Oficial dos Municípios - AMM, no Mural da Prefeitura Municipal de JAURU/MT e Secretaria Municipal de Educação, dos assuntos referentes ao presente edital.

6.1.2 Conferir, nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, número do documento de identidade, cargo ao qual se inscreveu. Caso haja inexatidão nas informações, o candidato deverá interpor recurso para correção destas, nos termos do subitem 9.6 deste Edital.

**7. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:**

7.1. Em obediência ao disposto no § 2º do artigo 5º da Lei n. 8.112/90 e na forma da Lei Complementar Estadual 114 de 25 de Novembro de 2002, serão destinadas aos portadores de deficiência 10% (dez por cento) do total das vagas dos cargos que vagarem ou que vierem a ser criados durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, cujas atribuições, recomendações e aptidões específicas sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

7.2. Os candidatos portadores de deficiência concorrerão apenas nas vagas oferecidas dentro dos percentuais estabelecidos para o cargo ao qual optar.

7.3. Ao candidato portador de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever nessa condição, declarando a deficiência de que é portador, submetendo-se, se convocado, à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de JAURU, que dará decisão terminativa sobre a qualificação do candidato com deficiência e/ou o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

7.4. A não observância do disposto no subitem anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

7.5. Para efeito deste Processo Seletivo Simplficado, consideram-se deficiências, que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos.

7.6. O candidato portador de deficiência deverá declarar, no ato da inscrição, no campo próprio, o tipo da deficiência de que é portador, o código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID e a necessidade de condições especiais para se submeter à prova.

7.7. O candidato que não atender ao solicitado no item anterior não será considerado portador de deficiência, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

7.8. O candidato portador de deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e locais de realização da prova, bem como à pontuação mínima exigida.

7.9. As vagas reservadas a portadores de deficiência, não preenchidas por falta de candidatos, por reprovação no Processo Seletivo Simplificado ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

7.10. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem portadores de deficiência e atenderem ao disposto neste edital, se classificados na prova, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

**DA CLASSIFICAÇÃO**

A ordem de classificação dos candidatos será de acordo com a pontuação obtida na análise curricular e contagem dos pontos, em ordem decrescente da maior para a menor.

**Da análise de currículo/ títulos**

Na análise de currículo/títulos/Declarações dos candidatos serão considerados a somatória dos títulos apresentados de acordo com o quadro a seguir:

| ORDEM | TÍTULOS | PONTOS | Documentos Comprobatórios |
|---|---|---|---|
| **PARA O CARGO DE MOTORSITA II** | | | |
| 01 | Tempo de Habilitação | 0,5 | Carteira de Habilitação categoria D, sendo atribuído 0,5 ponto para cada ano de tempo de habilitação na categoria requisitada, podendo atribuir no máximo 2,5 pontos |
| 02 | Tempo de serviço prestado no cargo de motorista em transporte coletivos (ônibus/micro-ônibus) | 1,00 | Documento/Declaração comprobatório de tempo de serviço prestado como motorista, sendo atribuído 01 ponto para cada 12 meses de serviço prestado, podendo atribuir no máximo 05 pontos |
| 03 | Formação | 1,00 | Certificado de Ensino Fundamental completo em instituição credenciada pelo MEC. (cópia autenticada) |
| 04 | Qualificação Profissional | 0,5 | Certificado na área de motorista com ênfase em transportes coletivos, sendo atribuído 0,5 pontos para cada 40 horas, podendo atribuir no máximo 2,5 pontos. |
| **PARA O CARGO DE TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL** | | | |
| 01 | Tempo de serviços prestado no cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil ou cuidadora de crianças (popular babá) | 0,2 | Documento comprobatório de tempo de serviço prestado como Técnico de Desenvolvimento Infantil, sendo atribuído 0,2 ponto para cada mês de serviço prestado no cargo pleiteado, podendo atribuir no máximo 12,00. |
| 02 | Formação: considerar a maior titulação | 0,5 | Certificado de Ensino Médio completo em instituição credenciada pelo MEC. (cópia autenticada) |
| 03 | 1,00 | Certificado de Ensino Médio profissionalizante/Magistério completo. (cópia autenticada) | |
| 04 | 1,5 | Certificado de Licenciatura em Pedagogia. (cópia autenticada) | |
| 05 | 2,00 | Certificado de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação Infantil. (cópia autenticada) | |
| 06 | 2,5 | Certificado de Especialização em Educação Infantil. (cópia autenticada) | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 07 | Qualificação profissional | 0,5 | Certificado de cursos na área da educação, devidamente registrados pela instituição formadora legalmente autorizada, realizados nos últimos 05 anos, contendo carga horária e conteúdos ministrados, atribuindo-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40 horas apresentadas e comprovadas, podendo atribuir no máximo 2,5 pontos. (cópia autenticada) |
| **PARA O CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL** | | | |
| 01 | Tempo de serviço prestado no cargo de Apoio Administrativo Educacional ou Auxiliar de Serviços Gerais ou Merendeira | 0,2 | Documento comprobatório de tempo de serviço prestado como no Cargo de Apoio Administrativo Educacional ou Auxiliar de Serviços Gerais ou Merendeira, sendo atribuído 0,2 ponto para cada mês de serviço prestado no cargo pleiteado, podendo atribuir no máximo 12,00 pontos. |
| 02 | Formação | 1,00 | Certificado de Ensino Fundamental completo em instituição credenciada pelo MEC. (cópia autenticada) |
| 03 | 1,5 | Certificado de Ensino Médio completo em instituição credenciada pelo MEC. | |
| 04 | Qualificação Profissional | 0,5 | Certificado na área de limpeza, higienização, relacionamento interpessoal, preparo de alimentos, sendo atribuído 0,5 pontos para cada 40 horas, podendo atribuir no máximo 2,5 pontos. (cópia autenticada) |
| **PARA OS CARGOS DE PROFESSORES** | | | |
| 01 | Tempo de serviço na área da educação | 0,5 | Documento comprobatório de tempo de serviço na área da educação em atuação docente, referente aos 05 (cinco) últimos anos, registrado pela instituição de ensino legalmente autorizada, atribuindo-se 0,5 (cinquenta décimos) para cada ano comprovado, podendo atribuir no máximo 2,5 pontos. |
| 02 | Qualificação profissional | 0,5 | Certificado de cursos na área da educação, devidamente registrados pela instituição formadora legalmente autorizada, realizados nos últimos 05 anos, contendo carga horária e conteúdos ministrados, atribuindo-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40 horas apresentadas e comprovadas, podendo atribuir no máximo 2,5 pontos. (cópia autenticada) |
| | Formação: considerar a maior titulação | 0,5 | Certificado de Ensino Médio Profissionalizante/Magistério completo em instituição credenciada pelo MEC. (cópia autenticada). OBS: Para os cargos de professores candidatos optantes pelo cargo de nível médio. |
| 03 | 1,00 | Diploma ou certificado de conclusão de curso de licenciatura na área pretendida (cópia autenticada) | |
| 04 | 1,5 | Diploma ou Certificado de conclusão de Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização com carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação. (cópia autenticada) | |
| 05 | 2,00 | Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós - Graduação Stricto Sensu em nível de Mestrado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação. (cópia autenticada) | |
| 06 | 2,5 | Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Doutorado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação. (cópia autenticada) | |

**8.3 Dos critérios de:**

8.3.2. Classificação Final: A classificação final dos candidatos será feita pelo somatório da pontuação total obtida no conjunto das somatórias dos títulos apresentados conforme estatuído no item anterior deste edital.

8.3.2.1. A classificação final será realizada pela ordem decrescente da pontuação final atribuída a cada um dos candidatos. Ocorrendo igualdade na pontuação final, serão observados, sucessivamente, os critérios de desempate.

8.3.3 Desempate: No caso de igualdade da pontuação serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate aos candidatos:

a) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;

b) que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

c) que obtiver maior número de acertos na prova de Matemática;

d) que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

e) No caso de análise curricular, que obtiver maior pontuação no tempo de serviço na área de educação;

f) que tiver mais idade;

g) sorteio público.

**9**. **Dos Recursos:**

9.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado provisório disporá de 02 (dois) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação deste resultado, no horário das 08:00 horas do primeiro dia às 17:00 horas do último dia,

ininterruptamente, observado o horário oficial de Mato Grosso, conforme previsão estampada no item 4 deste edital.

9.2. A interposição de recursos poderá ser feita somente de forma manual/escrita,

com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, conforme disposições contidas neste edital, devendo o candidato seguir as

instruções aqui contidas.

9.3. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

.

9.4. Os recursos julgados serão publicados no diário dos municípios da AMM e disponibilizados na sede da Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal de Jauru, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

9.5. Não será aceito recurso encaminhado via postal, via fax, via e-mail, ou por outros meios diversos do que determina o subitem 9.2 deste Edital.

9.6 . O recurso deverá ser individual, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

9.7 Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo conforme previsto no item 4, a contar do dia subsequente da publicação/disponibilização, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax, e-mail, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

9.10. A decisão da Comissão Examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior.

9.11 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

9.12 O recurso cujo teor desrespeite a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado será preliminarmente indeferido.

9.13 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

**10. Do Regime Jurídico e do Regime Previdenciário:**

10.1 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão nomeados sob o Regime Jurídico de Contrato Administrativo por tempo determinado e tendo como Regime Previdenciário o Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

**11. Da Homologação do Processo Seletivo Simplificado.**

11.1 Após a divulgação do resultado final, o processo seletivo simplificado será homologado pela Prefeita Municipal, mediante publicação resumida no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

**12. Da nomeação e Posse**

12.1. O processo de nomeação e posse de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será efetivado, observando-se os dispositivos da legislação vigente.

12.1.1. A posse dar-se-á no prazo de até 30 dias contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido e a critério da administração, ser prorrogado por igual período.

12.2. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de análise de curricular/títulos serão convocados através de ato do Poder Executivo (Portaria/Decreto), publicado no Diário Oficial do Estado, para a entrega dos comprovantes dos requisitos exigidos para provimento do cargo pleiteado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

12.3. A convocação dos candidatos aprovados processar-se-á de acordo com a ordem de classificação e com as necessidades da Prefeitura Municipal de JAURU/MT, não havendo obrigatoriedade do preenchimento imediato de qualquer uma das vagas oferecidas.

12.4. A convocação dos candidatos portadores de necessidades especiais aprovados obedecerá ao seguinte critério:

12.4.1. Se o candidato estiver classificado entre os quatro primeiros colocados, sua convocação obedecerá a ordem geral de classificação;

12.4.2. Se o candidato estiver classificado após a quarta colocação, a cada cinco convocados um será portador de necessidades especiais e assim sucessivamente;

12.5. A nomeação de candidatos que se apresentarem e comprovarem os requisitos exigidos será efetivada por ato do Prefeito Municipal de JAURU/MT.

12.6. Para efeito de posse, o candidato aprovado, classificado e convocado FICARÁ SUJEITO À APROVAÇÃO EM EXAME MÉDICO PERICIAL, devendo apresentar atestado de aptidão física e mental e o resultado dos seguintes exames:

I) para todos os cargos disponibilizados neste Edital: Exames: a) Urina tipo I; b) Hemograma Completo; c) VDRL; d) Protoparasitológico.

12.6.1. Ainda para efeito de posse, o candidato aprovado deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Comprovante de residência e telefone de contato;

b) Declaração de não acumulo de Cargo Público;

c) Declaração de bens;

d) Título de eleitor e comprovante de estar quites com a justiça eleitoral;

e) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se o candidato for do sexo masculino;

f) Cópia do RG e CPF;

g) Certidão de Nascimento ou Casamento;

h) Certidão de Nascimento e Cartão de vacina dos filhos;

i) PIS/PASEP;

j) Cópia da Carteira de Trabalho;

k) 02 fotos 3x4;

l) Certidão negativa de antecedentes criminais, emitida pelo Fórum da Comarca de domicílio do candidato.

12.7. Poderá não tomar posse o candidato portador de deficiência aprovado, classificado e convocado, que for comprovado via perícia médica a incompatibilidade entre a deficiência e o exercício do cargo.

12.8. Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado pelo edital de convocação; não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo.

12.9. Não obstante todas as disposições deste edital sobre a posse do aprovado, os órgãos competentes aplicarão, no que couber, as disposições da Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais vigentes do Município de JAURU/MT.

13. A Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado ficará instalada na Secretaria Municipal de Educação, sito na Rua Francisco de Melo Palheta, 761, Centro, CEP: 78.255-000, Jauru-MT.

**14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

14.1. O período de validade do Processo Seletivo Simplificado de provas e títulos será de 1 (um) ano, a contar da data da publicação da homologação do seu resultado, prorrogável, 1 (uma) vez, por igual período, a critério da autoridade competente.

14.2. Durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado, na hipótese de abertura de novas vagas por vacância ou necessidade da Prefeitura Municipal, ficam considerados os candidatos aprovados que excederem a quantidade de vagas oferecidas neste edital como Cadastro de Reserva, obedecida rigorosamente à ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei, sendo que o candidato poderá ser convocado para nomeação na medida em que surgirem novas vagas, por cargo, observando-se o exclusivo interesse da Prefeitura Municipal de JAURU/MT.

14.3. A impugnação deste edital poderá ser feita por qualquer pessoa, no prazo de 48 horas a partir de sua publicação. A impugnação administrativa e/ou judicial a este edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos.

14.4 O candidato será responsável pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, durante a validade do Processo Seletivo Simplificado, em especial o endereço residencial.

14.5 Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação no Processo Seletivo Simplificado pela Prefeitura Municipal de JAURU/MT, valendo para esse fim, a publicação na Imprensa Oficial do Município, ou em outros órgãos da imprensa.

14.6 A aprovação no Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e do exclusivo interesse e conveniência da administração da Prefeitura Municipal.

14.7. A verificação, em qualquer época, de declaração ou de apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais.

14.8. Não será efetivada a posse do candidato aprovado quando, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado, ou demitido do serviço público desse Município, observado o prazo de prescrição.

14.9. A Prefeitura Municipal, através da Comissão Examinadora, fará divulgar, sempre que necessário, editais complementares e/ou avisos oficiais, referentes ao presente edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar tais publicações.

14.10 Não haverá Segunda Chamada para a prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

14.11. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Processo Seletivo Simplificado, que se acham estabelecidas neste Edital.

14.12. QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PODERÃO SER OBTIDAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 07:00 HORAS ATÉ AS 11:00 HORAS E DAS 13:00 HORAS ATÉ AS 17:00 HORAS (Horário oficial de Mato Grosso), POR MEIO DO TELEFONE: 0XX (65) 3244-1080.

14.13. Por meio do site www.jauru.mt.gov.br o candidato poderá obter a íntegra do edital completo e demais editais complementares, consultar os locais de realização da prova prática, entre outras informações necessárias ao conhecimento do andamento do Processo Seletivo Simplificado.

14.14. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público.

Jauru/MT, 03 de maio de 2016.

| | |
|---|---|
| Enércia Monteiro dos Santos<br>Prefeita Municipal | Cícero Guilherme da Silva<br>Presidente da Comissão |

**ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO**

Nº. da Inscrição_____ Nome do Cargo_____

**CANDIDATO (A) AO CARGO DE**: _____

Nome do Candidato: _____ Identidade: _____- _____ Órgão Expedidor:_____

C.P.F.: _____ Data de Nascimento: _____/____/_____

Nacionalidade:_____ Naturalidade: _____

Título de Eleitor: _____ Zona:_____ Seção: _____

Endereço: _____ Nº_____ Bairro: _____ Município _____ UF:____ Escolaridade: _____

Tel: ( ) _____Celular: ( )_____

E-mail: _____

Portador de Necessidades Especiais:_____CID:_____

**DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO EDITAL Nº. 001/2016.**

**DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, SER VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.**

Data da Inscrição: ____/____/____.

Assinatura do candidato: _____

**PROTOCOLO DE RECEBIMENTO**
Destinatário: **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Endereço: Rua Francisco de Melo Palheta, nº.761, Centro, Jauru-MT.
Descriminação: Recebi a Ficha de Inscrição nº_____/2016, Ánexo I do Edital nº. 01/2016 .
Assinatura do recebedor: _____
Jauru/MT, _____ de _____ de 2016.

**ANEXO II**

**AVALIAÇÃO DE CURRÍCULOS/ CONTAGEM DE PONTOS**

**REQUERIMENTO (PARA O CARGO DE MOTORISTA II)**

REQUERENTE:_____

CARGO:_____

Nº. RG_____ e CPF:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____ (_____)

Pontos, referente aos títulos constantes do item 8.2.1 do Edital nº. 001/2016, para fins de Aprovação/Classificação no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2.016 da Prefeitura Municipal de JAURU/MT, conforme listados abaixo:

**( ) Tempo de Habilitação**. Qtde de pontos pleiteados (_____);

**( ) Tempo de serviço prestado no cargo de motorista em transporte coletivos (ônibus/micro-ônibus).** Qtde de pontos pleiteados (_____);

**( ) Formação: Ensino Fundamental**. Qtde de pontos pleiteados (_____);

( ) **Qualificação profissional**: 0,5 pontos a cada 40 horas apresentadas na área pleiteada. Qtde de pontos pleiteados (_____);

(Obs: os pontos das análises de currículos são cumulativos nos termos do item 8.2 deste edital).

Nestes termos, pede deferimento.

Jauru/MT, _____, de _____ de 2016.

**PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA**

**Análise dos Títulos apresentados (cargo de motorista II)**

**Nome do Candidato_____**

**RG n._____ e CPF nº. _____**

Em cumprimento ao item 8.2 e 8.2.1 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2016 da Prefeitura Municipal de Jauru/MT, atestamos que o candidato supramencionado apresentou os títulos abaixo assinalados:

**( ) Tempo de Habilitação**. Qtde de pontos deferidos (_____);

**( ) Tempo de serviço prestado no cargo de motorista em transporte coletivos (ônibus/micro-ônibus).** Pontos deferidos (_____);

**( ) Formação:** Ensino Fundamental. Qtde de pontos deferidos (_____);

( ) **Qualificação profissional**: 0,5 pontos a cada 40 horas apresentadas na área pleiteada. Qtde de pontos deferidos (_____);

Total de Pontos obtidos pelo candidato: _____ pontos.

Jauru/MT, _____ de maio de 2016.

_____

Presidente da Comissão

_____ _____

Secretário da Comissão Membro da Comissão

**ANEXO II**

**AVALIAÇÃO DE CURRÍCULOS/ CONTAGEM DE PONTOS**

**REQUERIMENTO (PARA O CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL)**

REQUERENTE:_____

CARGO:_____

Nº. RG_____ e CPF:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____ (_____)

Pontos, referente aos títulos constantes do item 8.2.1 do Edital nº. 001/2016, para fins de Aprovação/Classificação no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2.016 da Prefeitura Municipal de JAURU/MT, conforme listados abaixo:

**( ) Tempo de serviço prestado no cargo na área pleiteada**. Qtde de pontos pleiteados (_____);

**( ) Formação (será considerada a maior titulação):** Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ). Qtde de pontos pleiteados (_____);

( ) **Qualificação profissional**: 0,5 pontos a cada 40 horas apresentadas na área pleiteada. Qtde de pontos pleiteados (_____);

(Obs: os pontos das análises de currículos são cumulativos nos termos do item 8.2 deste edital).

Nestes termos, pede deferimento.

Jauru/MT, _____, de _____ de 2016.

**PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA**

**Análise dos Títulos apresentados (cargo Apoio Administrativo Educacional)**

**Nome do Candidato_____**

**RG n._____ e CPF nº. _____**

Em cumprimento ao item 8.2 e 8.2.1 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2016 da Prefeitura Municipal de Jauru/MT, atestamos que o candidato supramencionado apresentou os títulos abaixo assinalados:

**( ) Tempo de serviço prestado no cargo na área pleiteada**. Qtde de pontos deferidos (_____);

( **) Formação (será considerada a maior titulação):** Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ). Qtde de pontos deferidos (_____);

**( ) Qualificação profissional**: 0,5 pontos a cada 40 horas apresentadas na área pleiteada. Qtde de pontos deferidos (_____);

Total de Pontos obtidos pelo candidato: _____ pontos.

Jauru/MT, _____ de maio de 2016.

_____

Presidente da Comissão

_____ _____

Secretário da Comissão Membro da Comissão

**ANEXO II**

**AVALIAÇÃO DE CURRÍCULOS/ CONTAGEM DE PONTOS**

**REQUERIMENTO (PARA O CARGO DE TÉCNICO DE DENSENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI)**

REQUERENTE:_____

CARGO:_____

Nº. RG_____ e CPF:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____ (_____)

Pontos, referente aos títulos constantes do item 8.2.1 do Edital nº. 001/2016, para fins de Aprovação/Classificação no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2.016 da Prefeitura Municipal de JAURU/MT, conforme listados abaixo:

**( ) Tempo de serviço prestado no cargo na área pleiteada**. Qtde de pontos pleiteados (_____);

**( ) Formação (será considerada a maior titulação):** Ensino Médio ( ) Ensino Profissionalizante/Magistério ( ) Licenciatura em Pedagogia ( ) Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação Infantil ( ). Qtde de pontos pleiteados (_____);

( ) **Qualificação profissional**: 0,5 pontos a cada 40 horas apresentadas na área pleiteada. Qtde de pontos pleiteados (_____);

(Obs: os pontos das análises de currículos são cumulativos nos termos do item 8.2 deste edital).

Nestes termos, pede deferimento.

Jauru/MT, _____, de _____ de 2016.

**PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA**

**Análise dos Títulos apresentados (cargo Técnico em Desenvolvimento Infantil - TDI)**

**Nome do Candidato_____**

**RG n._____ e CPF nº. _____**

Em cumprimento ao item 8.2 e 8.2.1 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2016 da Prefeitura Municipal de Jauru/MT, atestamos que o candidato supramencionado apresentou os títulos abaixo assinalados:

**( ) Tempo de serviço prestado no cargo na área pleiteada**. Qtde de pontos deferidos (_____);

**( ) Formação (será considerada a maior titulação):** Ensino Médio ( ) Ensino Profissionalizante/Magistério ( ) Licenciatura em Pedagogia ( ) Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação Infantil ( ). Qtde de pontos deferidos (_____);

**( ) Qualificação profissional:** 0,5 pontos a cada 40 horas apresentadas na área pleiteada. Qtde de pontos deferidos (_____);

Total de Pontos obtidos pelo candidato: _____ pontos.

Jauru/MT, _____ de maio de 2016.

_____

Presidente da Comissão

_____ _____

Secretário da Comissão Membro da Comissão

**ANEXO II**

**AVALIAÇÃO DE CURRÍCULOS/ CONTAGEM DE PONTOS**

**REQUERIMENTO (PARA O CARGO DE PROFESSORES)**

REQUERENTE:_____

CARGO:_____

Nº. RG_____ e CPF:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____ (_____)

Pontos, referente aos títulos constantes do item 8.2.1 do Edital nº. 001/2016, para fins de Aprovação/Classificação no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2.016 da Prefeitura Municipal de JAURU/MT, conforme listados abaixo:

**( ) Tempo de serviço prestado em docência**. Qtde de pontos pleiteados (_____);

**( ) Formação (será considerada a maior titulação):** Ensino Médio Profissionalizante/Magistério ( ) Licenciatura na área pretendida ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ). Qtde de pontos pleiteados (_____);

( ) **Qualificação profissional**: 0,5 pontos a cada 40 horas apresentadas na área pleiteada. Qtde de pontos pleiteados (_____);

(Obs: os pontos das análises de currículos são cumulativos nos termos do item 8.2 deste edital).

Nestes termos, pede deferimento.

Jauru/MT, _____, de _____ de 2016.

**PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA**

**Análise dos Títulos apresentados (PARA O CARGO DE PROFESSORES)**

**Nome do Candidato_____**

**RG n._____ e CPF nº. _____**

Em cumprimento ao item 8.2 e 8.2.1 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2016 da Prefeitura Municipal de Jauru/MT, atestamos que o candidato supramencionado apresentou os títulos abaixo assinalados:

**( ) Tempo de serviço prestado em docência**. Qtde de pontos deferidos (_____);

**( ) Formação (será considerada a maior titulação):** Ensino Médio Profissionalizante/Médio ( ) Licenciatura na área pretendida ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ). Qtde de pontos deferidos (_____);

( ) **Qualificação profissional**: 0,5 pontos a cada 40 horas apresentadas na área pleiteada. Qtde de pontos deferidos (_____);

Total de Pontos obtidos pelo candidato: _____ pontos.

Jauru/MT, _____ de maio de 2016.

_____

Presidente da Comissão

_____ _____

Secretário da Comissão Membro da Comissão

ANEXO III

REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 - PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
NOME DO CANDIDATO:_____
CARGO PRETENDIDO:_____
O candidato supracitado, vem através deste **REQUERER VAGA ESPECIAL COMO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA**, em conformidade com o **LAUDO MÉDICO** (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):
Tipo de deficiência de que é portador:

_____
Código correspondente da Classificação Internacional de Doença- CID

_____
Nome e nº. do CRM do Médico Responsável pelo Laudo:

_____
(OBS: não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).
**INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA A APLICAÇÃO DAS PROVAS:**
- SE NÃO NECESSITAR DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO:
- CASO NECESSITE DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO E DISCRIMINAR O TIPO DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO:
( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL.
( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)
( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de tratamento especial necessário)

_____
Declaro, para os devidos fins, que sou portador da deficiência acima mencionada, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de JAURU, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.
Jauru/MT, ____ de _____ de 2.016
_____
Assinatura do Candidato

ANEXO IV

PROVA PRÁTICA PARA CARGO DE MOTORISTA II

NOME DO CANDIDATO:_____

LOCAL ESCOLHIDO PARA DESEMPENHO DA ATIVIDADE:_____

_____

**TABELA DE PONTUAÇÃO DE AVALIAÇÃO**

**PRIMEIRA AVALIAÇÃO**

| **FATORES** | **PONTOS** |
|---|---|
| ASPECTOS FÍSICOS/ TRAJES | 0-2 |
| CUIDADOS ESSENCIAIS | 0-2 |
| **TOTAL DE PONTOS DA PRIMEIRA AVALIAÇÃO** | **0-4** |

**SEGUNDA AVALIAÇÃO**

| **GRAVES** | **MÉDIAS** | **LEVES** | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Qt. de Faltas** | **Qt. de Pontos** | **Qt. de Faltas** | **Qt. de Pontos** | **Qt. de Faltas** | **Qt. de Pontos** |
| 0 | 8 | 0 | 6 | 0 | 2 |
| 1 | 6 | 1 | 5 | 1 | 1,6 |
| 2 | 4 | 2 | 4 | 2 | 1,2 |
| 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 0,8 |
| 4 | 0 | 4 | 2 | 4 | 0,4 |
| XX | XX | 5 | 1 | 5 | 0 |
| XX | XX | XX | XX | XX | XX |
| **TOTAL DE PONTOS DA SEGUNDA AVALIAÇÃO (0-16)** | | | | | |

**SOMATÓRIA DOS PONTOS**

| **TOTAL DE PONTOS (1ª+2ª AVALIAÇÃO)** |
|---|

**TABELA DE CRITÉRIOS DE AVALILAÇÃO TÉCNICA**

**PRIMEIRA AVALIAÇÃO**

| **ASPECTOS FÍSICOS/ TRAJES** | **CUIDADOS ESSENCIAIS** |
|---|---|
| Não está alcoolizado (1 p) | Utilizar o cinto de segurança (1 p) |
| Calçado apropriado (1 p) | Dar partida no veículo corretamente (1 p) |

**SEGUNDA AVALIAÇÃO**

| **FALTAS GRAVES** | |
|---|---|
| | Descontrolar-se nos aclives, declives ou plano |
| | Entrar nas vias preferenciais sem o devido cuidado |
| | Usar a contramão de direção |
| | Inobservar as regras de passagens, ultrapassagens, de preferência de vias e mudança de direção |
| | Inobservar a sinalização da via, sinais de regulamentação, advertência ou indicação |
| | Exceder a velocidade prevista para a via |
| | Deixar a porta aberta ou semiaberta, durante o percurso da prova ou parte dele |

| | |
|---|---|
| | Inobservar a preferência de pedestre atravessando a via |
| | Fazer a sinalização devida incorretamente ou deixar de faze-la |
| | Subir na calçada destinada ao trânsito de pedestre ou nela estacionar |
| | Perder o controle da direção do veículo em movimento |
| **FALTAS MÉDIAS** | |
| | Executar o percurso ou parte dele, sem estar com o freio de estacionamento inteiramente livre |
| | Colocar o veículo em movimento sem observância das cautelas necessárias previstas |
| | Avançar sobre o balizamento demarcatório quando da colocação do veículo em vaga |
| | Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via |
| | Interromper o funcionamento do motor, após o início da prova, sem justa razão |
| | Fazer conversões para à esquerda ou para à direta com imperfeição |
| | Usar desnecessariamente a buzina ou usa-la em locais proibido |
| | Desengrenar o veículo nos declives |
| | Frear incorretamente |
| | Não conseguir entrar com o veículo na área balizada com o máximo de três tentativas |
| **FALTAS LEVES** | |
| | Descontrolar a direção do veículo provando movimento irregular |
| | Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor |
| | Apoiar o pé na embreagem com o veículo em movimento |
| | Regular incorretamente os retrovisores |
| | Engrenar as marchas incorretamente |
| | Interpretar incorretamente as indicações dos instrumentos do painel |

**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**:_____

**RESULTADO DA AVALIAÇÃO**

| |
|---|
| APTO > 10 pontos (PONTUAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 50 POR CENTO) |
| INAPTO < 10 pontos (PONTUAÇÃO INFERIOR A 50 POR CENTO) |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/2016**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE: PREGÃO Nº. 055/2016**

**TIPO: PRESENCIAL**

**JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 01/2016, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 055/2016, do tipo Presencial, cuja abertura ocorrerá as 15h00 - Local, do dia 16/05/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual fornecimento de Emulsão Asfáltica em atendimento da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, conforme especificações constantes em Edital e Termo de Referência. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site www.juara.mt.gov.br; www.cidadecompras.com.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400/9401.

Juara-MT, 03 de Maio de 2016.

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 041/2016 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR ITEM.**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:**

**MODALIDADE: PREGÃO Nº. 041/2016**

**TIPO: PRESENCIAL**

**JULGAMENTO: MENOR VALOR ITEM.**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 041/2016, cuja abertura ocorreu as 15h00 - Local, do dia 18/04/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: ***"Registro de preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustíveis (Etanol, Gasolina Comum, Óleo Diesel S-500 e Óleo Diesel S-10) para os Veículos, Máquinas e Equipamentos que compõe a frota do Poder Executivo Municipal"***,sagrou-se vencedora a empresa: **AUTO POSTO ARINOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o nº 05.798.923/0001-54, localizada à Avenida Rio Arinos, 968W – Centro – CEP: 78.575-000, neste município de Juara, Estado de Mato Grosso, com os seguintes valores: **Item 01** (Etanol) R$ 3,07; **Item 02** (Gasolina Comum) R$ 4,19; **Item 03** (Gasolina Comum p/ Outras Finalidades) R$ 4,19; **Item 04** (Óleo Diesel S-500 p/ Outras Finalidades) R$ 3,63; **Item 05** (Óleo Diesel S-10) R$ 3,75; **Item 06** (Óleo Diesel S-500) R$ 3,63.

Juara-MT, 03 de Maio de 2016.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA GP/Nº 194/2016.**

**PORTARIA GP/Nº 194/2016.**

**DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE OFÍCIO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSOR.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando a previsão legal na Lei Complementar nº028/2007, Art. 25 e 29 § 3 e inciso I e II.

Considerando, o Processo SAD nº 5.131 de 30 de Março de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

Considerando Ofício nº 262/SMEC/2016 de 30 de março de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar de ofício a Srª **SUSILAINE DE JESUS**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 001079652 SSP/MS e do CPF nº 945.746. 001-44, que exercia o cargo de **PROFESSOR,** junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor Ensino Fundamental-FUNDEB, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

**QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN**

**SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL**

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 056/2016**

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 056/2016**

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 60/2016, de 05/04/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 14/05/2016, às 08:00 horas, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP Nº 049/2016**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1126 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

**Objeto da Licitação:**

**O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Juruena, 03 de Maio de 2016.

NELSON COUTINHO DE MENEZES PREGOEIRO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

**EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2016**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016**

A**Prefeitura Municipal deJUSCIMEIRA**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº001/2016, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização em conformidade com as Leis Municipais nº Leis Municipais nº 965/2014, n°1029/2016, Lei Federal n° 11.350/2006 e suas alterações, visando atender o programa de "Estratégia de Agente Comunitário de Saúde - ACS" e Agente de Combate a Endemias (ACE), sendo este de natureza de excepcional interesse público, nos termos descritos na Constituição Federal/88 do em especial ao art. 37, IX, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

**1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL**

| Cargo/Contratação | PSF | Micro área | Vagas | Vagas PD | Total de Vagas | Vencimento (R$) | Carga Horária Semanal | Requisitos do Cargo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agente Comunitário de Saúde<br>Abrangência: Avenida JK (uma parte), Rua João Pessoa, Rua Goiânia, Rua Dr. Castilho (uma parte), Rua Fortaleza, Rua Porto Alegre (uma parte), Rua São Luís, Rua Vitoria e Rua Curitiba. | 02 – Beira Rio | 11 | 01 | - | 01 | 1.014,00 | 40 horas. | Ensino Fundamental Completo. |
| Agente Comunitário de Saúde<br>Abrangência: Rua Belo Horizonte (uma parte), Rua Dr. Castilho (uma parte), Rua Porto Alegre (uma parte), Rua Tamandaré, Rua Rui Barbosa, Rua Travessa Franco, Rua Getúlio Vargas e Avenida JK. | 02 – Beira Rio | 30 | 01 | - | 01 | 1.014,00 | 40 horas. | Ensino Fundamental-Completo. |
| Agente Comunitário de Saúde<br>Abrangência: Rua Florianópolis; Rua Recife; Rua São Paulo; Rua Curitiba; Rua João Pessoa; Rua Xavier; Rua Belo Horizonte; Rua Dr. Castilho; Rua Manaus; Rua W. | 01 – Bairro Centro de Saúde | 10 | 01 | - | 01 | 1.014,00 | 40 horas. | Ensino Fundamental-Completo. |
| Agente Comunitário de Saúde<br>Abrangência: Rua Nair; Rua Genir; Rua A; Rua Joana da Costa Ferreira; Rua Nilce; Avenida Osvaldo da Costa Ferreira; Rua Ieda; Rua Iracema; Rua Sonia. | 03 – Santa Elvira | 32 | 01 | - | 01 | 1.014,00 | 40 horas. | Ensino Fundamental-Completo. |
| Agente Comunitário de Saúde<br>Abrangência: Lote 67; Lote 71; Lote 73; Lote 75; Lote 78; Lote 80; Lote 81; Lote 84; Lote 86; Lote 87; Lote 89; Lote 90; Lote 91; Lote 93; Lote 94; Lote 95; Lote 96; Lote 98; Lote 99; Lote 100; Lote 101; Lote 103; Lote 104; Lote 105; Lote 106; Lote 108; Lote 109; Lote 111; Lote 112; Lote 116; Lote 119; Lote 120; Lote 153. | 03 – Assentamento Beleza | 26 | 01 | - | 01 | 1.014,00 | 40 horas. | Ensino Fundamental-Completo. |
| Agente Comunitário de Saúde<br>Abrangência: Rua Prudente de Moraes; Rua Dom Pedro; Rua Dom Bosco; Rua Epitácio Pessoa; Rua Almirante Tamandaré; Rua Almirante Barroso; Rua Ponde de Arruda. | 03 – São Lourenço de Fátima | 26 | 01 | - | 01 | 1.014,00 | 40 horas. | Ensino Fundamental-Completo. |
| Agente de Combate a Endemias | Município | - | 01 | | 01 | 1.014,00 | 40 horas | Ensino Fundamental-Completo. |
| **Total de Vagas** | **07** | **-** | **07** | | | | | |

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

1) Siglas:PD = Pessoas com Deficiência, nos termos da legislação sobre o tema; h/s = horas semanais.

2) Escolaridade Mínima Exigida: realizada em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3) Os candidatos aprovados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de classe competente, caso existente, desde que as atribuições do cargo pretendido exijam o respectivo registro.

**1.1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1.1. O Processo Seletivo Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**(site www.w2consultores.com.br), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 71.358.766/0001-90, com registro no Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso sob o nº 267 - J e compreenderá: **1ª etapa** - provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório; **2ª Etapa** - prova de títulos, de caráter apenas classificatório; **3ª Etapa** - curso específico de formação a ser realizado pela Administração Municipal (quando for o caso), de caráter apenas eliminatório, após a homologação do Processo Seletivo Público e avaliação psicológica; **4ª Etapa -** comprovação de requisitos para a contratação.

1.1.2. O Prefeito através da Portaria nº 061/2016, nomeou Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público.

1.1.3. O presente Processo Seletivo Público destina-se ao preenchimento de vagas para os cargos discriminados no item 1 deste Edital.

1.2. O Regime Jurídico, no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados, será o estatutário de natureza especial e o regime previdenciário o Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

1.3. A Primeira Etapa (provas objetivas de múltipla escolha) será realizada no município de Juscimeira/MT e, eventualmente, se a capacidade das unidades escolares deste não for suficiente para alocar todos os inscritos do Processo Seletivo Público, serão também realizadas nos municípios circunvizinhos a este, que apresentarem estrutura física funcional, atendendo, assim, às necessidades do processo de seleção.

1.4. Os candidatos aprovado no Processo Seletivo Público serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nos cargos para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e apresentação de atestado médico.

1.5. De acordo com o art. 6º da Lei 11.350/2006 é requisito para exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde **"residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público"** - esta área em que o ACS atuará refere-se à micro áreas para a qual se inscreveu.

1.6. As vagas serão distribuídas em território definido como micro áreas, as quais pertencerão à área de abrangência da Unidade de Saúde da Família conforme Portaria GM n 648/2006. O total de vagas é o disposto no Anexo I do presente Edital.

1.7.Ficam os candidatos cientes que para as vagas de cadastro reserva, serão convocados somente aqueles em que os agentes já selecionados e convocados deixarem de atuar e quando servidores estiverem em afastamento será contratado por tempo determinado, sendo convocados pela ordem de classificação obtida neste certame.

1.8. Para todos os fins deste Processo Seletivo Público será considerado o horário oficial o Estado de Mato Grosso.

**2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO**

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal/88 - §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19/1998 - art. 3º).

2.2. Ter, na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental.

2.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

2.7. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

2.8. O candidato ao Cargo de Agente Comunitário de Saúde, deverá**obrigatoriamente:**

a) Comprovar o local onde reside, de acordo com a opção da Unidade de Saúde e o respectivo Local de Trabalho do Item 1 deste Edital, devendo permanecer, durante o período em que estiver vinculado ao Município, residindo no mesmo local, sob pena de demissão.

b) No ato da contratação, o local onde reside, atestando residir na área da comunidade em que irá atuar desde a data da publicação do edital, por meio de **comprovante de residência** através de cópia autenticada ou cópia simples acompanhada da original, de uma conta de água, luz, telefone fixo, IPTU ou contrato de locação;

c) Possuir comprovante de residência especificado no item anterior em seu nome deverá apresentar uma Declaração de Residência conforme o formulário modelo constante no **ANEXO X** deste Edital, juntamente com a cópia autenticada ou simples do comprovante de residência em nome do proprietário, ou cópia simples do contrato de locação.

d) **Concluir com aproveitamento o curso introdutório de formação inicial e continuada**, a ser realizado posteriormente do Processo Seletivo.

e) Avaliação Psicológica.

**3. DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

**VIA INTERNET: De 08h00min do dia 05/05/2016 às 21h59min do dia 26/05/2016, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, com exceção do primeiro dia de inscrição, que se iniciará às 08h00min.**

3.1. Para o (a) candidato (a), isento (a) ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será homologada e válida a última inscrição efetuada no sistema de inscrições on-line da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nesta situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

**3.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO VIA INTERNET:**

3.2.1 Para inscrição via Internet o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a)estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo Público disponível na página da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** (**www.w2-consultores.com.br**) e acessar o **link** para inscrição correlato ao Processo Seletivo;

b)O candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer;

c)inscrever-se, no período entre **08h00min do dia 05/05/2016 às 21h59min do dia 26/05/2016**, observado o horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá), através do requerimento específico disponível na página citada;

d)imprimir o boleto bancário, que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica o **CANCELAMENTO** da inscrição;

e)O banco confirmará o seu pagamento junto à **W2 AUDITORES E CONSULTORES.**

f)Os valores das taxas de inscrição serão de acordo com o nível de Escolaridade mínimo exigido para cargo, da seguinte forma.

| Escolaridade Mínima | Valor da Taxa de Inscrição - R$. |
|---|---|
| Fundamental | 40,00 |

**ATENÇÃO:** a inscrição via Internet só será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário **até a data do vencimento.**

3.2.2 A inscrição via Internet cujo pagamento não for creditado até o primeiro dia útil posterior ao último dia de inscrição não será deferida.

**3.2.3 DA REIMPRESSÃO DO BOLETO**

3.2.3.1 O boleto bancário poderá ser reimpresso até a data do término para pagamento da taxa de inscrição, sendo que a cada reimpressão do boleto constará uma nova data de vencimento, podendo sua quitação ser realizada por meio de qualquer agência bancária e seus correspondentes.

3.2.3.2 Todos os candidatos inscritos no período de **08h00min do dia 05/05/2016 até 21h59min do dia 26/05/2016**que não efetivarem o pagamento do boleto neste período, poderão reimprimir seu boleto, no máximo, até o primeiro dia útil posterior ao encerramento das inscrições (**27/05/2016**) **até as 20h00min**, quando este recurso será retirado do endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, para pagamento do boleto bancário neste mesmo dia, impreterivelmente, em qualquer agência bancária e seus correspondentes ou através de pagamento do boleto **on-line**.

**3.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO:**

3.3.1 A **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabilizam por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados,desde que não tenha dado causa às falhas.

3.3.2 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição, sendo que o candidato será identificado pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.3.3 Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.3.4 Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.3.5 A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.3.6 A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.7 É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.3.8 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.3.9 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.3.10 O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Público, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

**3.3.11. Das isenções da taxa de inscrição para AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, hipossuficientes e doadores de sangue:**

3.3.11.1. Haverá isenção total do valor da taxa de inscrição, para os candidatos que se declararem como isentos e comprovarem os requisitos abaixo:

3.3.11.2. Serão isentos do pagamento de inscrição no Processo Seletivo público municipal, as pessoas com deficiência, os doadores de sangue, os desempregados e as pessoas cuja renda familiar seja inferior a 02 (dois) salários, devidamente comprovado por declaração de composição de Grupo e Renda Familiar – GRF emitido por profissional de serviço social da Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma do §11 do art. 16 da Lei Municipal n° 010/2011, Lei Estadual n° 7.713/2002 e Decreto Federal nº 6.593/2008.

3.3.11.3. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos por estarem regularmente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, desempregados e as pessoas cuja renda familiar seja inferior a 02 (dois) salários deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente preenchido e assinado, constando obrigatoriamente, sob pena de indeferimento, o Número de Identificação Social - NIS do candidato, número esse atribuído pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo candidato no Requerimento de Isenção, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) cartão de benefício de qualquer um dos programas sociais do governo federal no qual conste o número de identificação social - NIS do candidato ou declaração de composição de Grupo e Renda Familiar - GRF emitido por profissional de serviço social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.3.11.4. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos, por serem doadores regulares de sangue deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente assinado, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, em que faz a doação, constando no mínimo 3 (três) doações anteriores à publicação deste edital.

3.3.11.5. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos, por estarem na condição de Pessoas com Deficiência deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente assinado, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) atestado médico de sua condição de Pessoas com Deficiência (PD).

3.3.11.6. Os documentos apresentados serão analisados pela comissão organizadora (no ato da inscrição,) possibilitando dessa forma que o candidato que por ventura não consiga apresentar os documentos necessários para isenção, possa inscrever-se após o pagamento da taxa de inscrição.

3.3.11.7. Os candidatos com direito à isenção, conforme previsto nos subitens anteriores, deverão observar a data limite para efetuarem a inscrição.

3.3.11.7.1. Serão aceitas inscrições para os candidatos com direito à isenção no período d**o dia05/05/2016 até 12/05/2016**, por meio de requerimento padrão, disponível no **ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA E DOADOR DE SANGUE**, a ser protocolado no local estabelecido no subitem 3.3.11.7.2 deste edital, após a devida realização de sua inscrição no endereço eletrônico www.w2consultores.com.br.

3.3.11.6.2. A inscrição de candidatos com isenção deverá ser presencial em envelope lacrado, identificado com nome e CPF, protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT aos cuidados da Comissão Especial de Processo Seletivo Público Municipal – CEPSP- Avenida N, 210 - Bairro Cajus, Juscimeira/MT, CEP: 78.810-000.

3.3.11.7. O pedido de isenção da Taxa de Inscrição será julgado pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES** com auxílio da Comissão Especial de Processo Seletivo Público Municipal – CEPSP e será divulgado em até o dia **17/05/2016**.

3.3.11.8. Fica assegurado o direito de recurso aos candidatos com o pedido de isenção indeferido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição. Os recursos deverão ser protocolados no Protocolo Gera da Prefeitura Municipal de Juscimeira, aos cuidados da Comissão Especial de Processo Seletivo Público Municipal – CEPSP, no endereço localizado na Avenida N, 210 - Bairro Cajus, Juscimeira/MT, CEP: 78.810-000.

3.3.11.9. Os candidatos cujos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição tenham sido indeferidos, após a fase recursal, cujo resultado será divulgado no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br,poderão efetivar a sua inscrição no certame no prazo de inscrições estabelecido no edital, mediante o pagamento da respectiva taxa, após a apreciação de recurso porventura apresentado.

3.3.11.10. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos, após o julgamento dos recursos, poderão efetuar o pagamento da taxa até **27/05/2016**.

3.3.11.11. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa, via fax ou correio eletrônico.

3.3.11.12. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.12. Não serão deferidas inscrições via fax e/ou via e-mail.

3.3.13. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** do direito de excluir do Processo Seletivo Público aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.13.1. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo público. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.3.14. A **W2 AUDITORES E CONSULTORES** disponibilizará no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

3.3.15. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste Processo Seletivo Público.

3.3.16. A taxa de inscrição, uma vez paga, somente será devolvida ao candidato, corrigida pelo INPC na hipótese de cancelamento e suspensão do Processo Seletivo Público ou em um dos casos abaixo:

a) não realização do Processo Seletivo;

b) exclusão de algum cargo oferecido;

c) em caso de cancelamento ou suspensão do Certame;

d) demais casos que a Comissão Especial de Processo Seletivo Público Municipal – CEPSP julgar pertinente.

3.3.17. O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.18. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.3.18.1. Portadores de doenças infectocontagiosas que não tiverem comunicado à **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, por inexistir a doença na data limite referida, deverão fazê-lo via correio eletrônico: contato@w2consultores.com.br, tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

3.3.18.2. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.3.18.2.1. Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

3.3.18.3. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

**3.4. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:**

3.4.1 As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala), cargo, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, devendo o candidato efetuar a impressão deste Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI). As informações também poderão ser obtidas através da Central de Atendimento da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, através de e-mail (contato@w2consultores.com.br) ou Comissão Especial de Processo Seletivo Público Municipal – CEPSP.

3.4.2 Caso o candidato, ao consultar a Confirmação de Inscrição, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, através de e-mail (contato@w2consultores.com.br) ou Comissão Especial de Processo Seletivo Público – CEPSP, no horário de **12h00min as17h00min**, considerando-se o horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá).

3.4.2.1 No caso de a inscrição do candidato não tiver sido deferida em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, bem como comunicado diretamente aos candidatos. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.4.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES** com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, não cabendo reclamação por parte do candidato eliminado, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

3.4.3. Os contatos feitos após a data estabelecida no subitem 3.4.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto que é dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

3.4.4. Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados **apenas** no dia e na sala de realização das provas.

3.4.5. A Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. São de **responsabilidade exclusiva do candidato** a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

**4. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

4.1. Os portadores de deficiência, assim entendidos aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Público, desde que a pessoa deficiente seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorrem.

4.1.1. Do total de vagas oferecidas no processo seletivo, e as vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Público5% (cinco por cento), nos termos do §1º do art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/1999 que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, ficarão reservadas aos candidatos portadores de deficiência, desde que apresentem atestado médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Edital.

4.1.2. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá, obrigatoriamente:

a) protocolar junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal de Juscimeira envelope lacrando ou enviar via **SEDEX** ou **CARTA REGISTRADA** com Aviso de Recebimento (AR), laudo médico (cópia simples ou original) conforme determinações do subitem 4.1.1 deste Edital, até o dia **27/05/2016**, para a Comissão de Processo Seletivo Público, localizada na Avenida “N”, 210 - Bairro Cajus**- Juscimeira/MT - CEP: 78.810-000**). Obs: Não serão aceitos **SEDEX** ou **CARTA REGISTRADA**, com Aviso de Recebimento (AR), posterior a data de **27/05/2016**.

4.1.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá declarar:

I. ser portador de deficiência;

II. estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório.

4.1.3. Considerando a existência de apenas uma vaga para provimento imediato no cargo pretendido, essa vaga não será destinada ao candidato portador de deficiência, regendo-se a disputa pela igualdade de condições, atendendo, assim, ao princípio da competitividade. Caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Público, o percentual de reserva será observado, conforme especificado no subitem 4.1.1.

4.1.4. Se na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas a cada cargo resultar número fracionado superior a 0,7 (sete décimos) este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.2. O candidato portador de deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no subitem 3.4.18 deste Edital, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto nº. 3.298/99.

4.2.1. O candidato portador de deficiência que necessite de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo expressamente por ocasião da inscrição no Processo Seletivo Público, com justificativa acompanhada de parecer original ou cópia autenticada em cartório emitido por especialista da área de sua deficiência, nos termos do § 2º do art. 40 do Decreto nº. 3.298/1999. O parecer citado deverá ser enviado e recebido até o dia **27/05/2016**, via **SEDEX** ou **CARTA REGISTRADA**, com Aviso de Recebimento (AR), para a Comissão de Processo seletivo, no endereço citado no subitem 4.1.2 deste Edital. Caso o candidato não envie o parecer do especialista no prazo determinado, não realizará as provas com tempo adicional, mesmo que tenha assinalado tal opção no Requerimento de Inscrição.Obs: Não serão aceitos **SEDEX** ou **CARTA REGISTRADA**, com Aviso de Recebimento (AR), posterior a data de **27/05/2016**.

4.2.2. O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, sendo que a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

4.2.3. A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência, será divulgada no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**

4.3. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Processo Seletivo Público, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos portadores de deficiência por cargo.

4.4. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

4.5. O candidato que apresentar atestado médico, porém não for enquadrado como portador de deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Processo Seletivo Público, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

4.6. Se, quando da convocação, não existirem candidatos portadores de deficiência enquadrados como tal, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

**5 - DO PROCESSO SELETIVO**

5.1.O processo seletivo constará de provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório e prova de títulos de caráter eliminatório e classificatório.

**5.1.DAS PROVAS OBJETIVAS (PRIMEIRA ETAPA):**

5.1.1. As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do **Anexo II** deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

| Provas | Números de Questões | Pontuação de cada Questão | Total de Pontos |
|---|---|---|---|
| - Português<br>- Matemática<br>- Conhecimentos Específicos | 05<br>05<br>10 | 04<br>04<br>06 | 20<br>20<br>60 |
| Total | 20 | - | 100 |

5.1.2. A prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, constará de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, de acordo com a valoração de pontos acima evidenciada, e terá sua pontuação total variando do mínimo de 0 (zero) ponto ao máximo de 100 (cem) pontos.

5.1.3. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 30% (trinta por cento) de aproveitamento dos pontos na prova objetiva de múltipla escolha.

5.1.4. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.5. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.**

5.1.6. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.7. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.8. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

5.1.9. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

5.1.10. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

5.2. **DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA**: A data de realização das provas objetivas de múltipla escolha será realizada na cidade de Juscimeira/MT, no dia **12/06/2016 (domingo)**, com duração máxima de **02h30min(duas horas e trinta minutos)**, incluído o tempo despendido com o processo de identificação civil previsto no subitem 5.4.6 deste Edital e a distribuição dos cadernos de provas e cartões de respostas aos candidatos, além de outras orientações a serem dadas pelo fiscal de sala, conforme disposto no quadro a seguir:

5.3. LOCAL: O local e o horário de realização da prova Objetiva, para o qual deverá se dirigir o candidato, será divulgado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.bre no jornal oficial dos Municípios (disponível no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/amm-mt). É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas Objetivas e comparecimento no horário determinado.**

5.4. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referente a inscrição do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas objetivas, mediante conferência do documento original de identidade quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.4.1. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou fazer alguma reclamação ou sugestão relevante, poderá efetuá-la no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.4.2. O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao processo seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções.

5.4.2.1. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

5.4.2.2. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.4.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **60 (sessenta) minutos** do horário fixado para o seu início, **munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa**, de **Comprovante Definitivo de Inscrição** - CDI e de **documento de identidade original**, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição.

5.4.3.1. Para imprimir o **Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI** o candidato deverá acessar o endereço eletrônico da empresa organizadora - www.w2consultores.com.br e proceder da seguinte forma:

a) Acessar a área restrita, denominada "**Área do Candidato**", localizada à direita na parte superior da tela principal do site, informando "**CPF"** e "**SENHA"** cadastrados no momento da inscrição;

b) Clicar no botão "**OK"**. (Em caso de esquecimento, clicar na opção "**ESQUECEU A SENHA? Clique aqui.**");

c) Será aberta a **ÁREA DO CANDIDATO**. Logo abaixo você tem a opção "**Histórico**"; Selecionar o Processo Seletivo ou Processo

Seletivo desejado, clicando na opção "**SELECIONE UM PROCESSO SELETIVO**", localizado na parte inferior da tela;

d) Clicar na opção "**Comprovante definitivo de inscrição**" e em seguida "**imprimir**".

5.4.4. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

5.4.5. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas e o candidato portar protocolo de inscrição que ateste que deveria estar devidamente relacionado naquele local de provas.

5.4.5.1. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo seletivo e pela empresa organizadoracom o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.

5.4.5.2. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, cabendo recurso por parte do candidato eliminado no dia útil subsequente ao da decisão, mediante requerimento dirigido a Comissão de Processo Seletivo Público. Não provido o recurso, independentemente de qualquer formalidade, serão considerados nulos todos os atos decorrentes da inscrição, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

5.4.6. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

5.4.7. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.4.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, com mesmo valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

5.4.8.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.4.8.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.4.8.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.4.8.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte e carteira de identidade/RG emitida para menor de idade.

5.4.8.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 5.4.8. deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Público.

5.4.8.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.9. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.4.10. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc, o que não acarreta em qualquer responsabilidade da empresa organizadora sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo seletivo. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

5.4.11. Não será permitida, durante a realização da prova Objetiva, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

5.4.12. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.4.13. Não haverá segunda chamada para as provas objetivas de múltipla escolha. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que faltar à prova objetiva ou chegar após o horário estabelecido.

5.4.14. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido no subitem 5.2, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.4.15. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas objetivas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

5.4.16. O fiscal de sala orientará os candidatos, quando do início das provas, que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos cartões de respostas. Dessa forma, o candidato que se retirar do local de provas antes do decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término e que, conforme subitem anterior, não poderá levar consigo o caderno de provas, apenas poderá anotar suas opções de respostas marcadas em seu comprovante de inscrição. Não será admitido qualquer outro meio para anotações deste fim.

5.4.17. Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas (provas objetivas);

h) recusar-se a entregar o cartão de respostas (provas objetivas);

i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas (provas objetivas);

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.4.6.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;

m) estiver portando arma, exceto no caso de candidatos que possuam autorização legal para tanto.

5.4.18. O descumprimento de quaisquer das instruções contidas no subitem 5.4.17 implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

5.4.18.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.4.19. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas objetivas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.4.20. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

5.5. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas objetivas e o comparecimento no horário determinado.

5.5.1. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

**5.6. DA PROVA DE TÍTULOS (SEGUNDA ETAPA):**

5.6.1. Somente serão computados os pontos da Prova de Títulos aos candidatos que obtiverem a nota mínima de 30% (trinta por cento) da prova.

5.6.2. A avaliação de títulos terá a pontuação máxima de até 10,00 (dez) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

5.6.3. Para efeito de pontuação, somente serão aceitos os documentos que comprovem os títulos abaixo relacionados e os limites de pontos discriminados no quadro a seguir.

| Títulos Avaliados | Pontos | Comprovação | Pontuação Máxima |
|---|---|---|---|
| Curso | 05 (cinco) pontos. | Certificados de Curso de Formação na área de Saúde com no Mínimo 40 horas. | 10 (dez) pontos. |
| Curso | 05 (cinco) pontos. | Ter concluído o Introdutório em Saúde da Família com no mínimo 40 horas. | 10 (dez) pontos. |
| Experiência em campo como ACS ou ACE, sendo computado 01 (um) ponto por ano. Obs: O Tempo de serviço no cargo pelo qual está concorrendo, por ano comprovado, desprezando as frações. | 05 (cinco) pontos. | Mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou outro documento que comprove a condição, fornecido por Secretaria Municipal ou Estadual de Saúde. | 10 (dez) pontos. |

5.6.2.1. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas de múltipla escolha.

5.6.3. O candidato, na entrega dos títulos, deverá anexar o Formulário para Entrega de Títulos, conforme modelo no Anexo II deste Edital, já devidamente preenchido e assinado, declarando os títulos entregues, seu nome e cargo pretendido, com letra legível ou de forma. O Formulário deve ser entregue dentro do envelope que contiver os títulos.

5.6.4. Não serão recebidos originais de documentos. As cópias dos documentos entregues somente serão analisadas se **autenticadas** em Cartório de Notas e não serão devolvidos em hipótese alguma.

5.6.5. A entrega dos documentos referentes aos títulos não faz, necessariamente, que a pontuação postulada seja concedida. Os documentos serão analisados pela Empresa Organizadora e Comissão de Processo Seletivo Públicode acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.6.6. A não apresentação dos títulos importará na atribuição de nota zero ao candidato na fase de avaliação de títulos, que não possui caráter eliminatório, mas somente classificatório.

5.6.7. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.6.8. Cada título será considerado uma única vez.

5.6.12. O candidato poderá apresentar tantos títulos quanto desejar. No entanto, os pontos que excederem o valor máximo estabelecido em cada item e o estipulado no subitem 5.6.3 deste Edital serão desconsiderados, sendo somente avaliados os títulos que tenham correlação direta com o cargo pretendido pelo candidato.

5.6.13. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não-autenticadas em cartório.

5.6.14. Não serão aceitos títulos encaminhados via fax e/ou via correio eletrônico.

**5.7 DO CURSO INTRODUTÓRIO PARA OS CANDIDATOS AO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

5.7.1. O candidato ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, aprovado na Prova Objetiva de Múltipla Escolha prevista neste Edital de Processo Seletivo, deverá participar do Curso Introdutório de formação inicial e continuada conforme determina a Lei Federal nº 11.350/2006 e Emenda Constitucional nº 51/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde.

5.7.2. A duração do curso, carga horária, local de realização, será divulgada em edital complementar.

5.7.3. O candidato que não participar do curso introdutório, está impedido de assumir o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

5.7.4. O candidato que não concluir com aproveitamento de 100% (cem por cento) do curso introdutório de formação inicial e continuada, será automaticamente eliminado do processo seletivo.

**5.8 DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA OS CANDIDATOS AO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE ENDEMIAS:**

5.8.1. A Avaliação Psicológica é parte integrante do Processo Seletivo Municipal, sendo eliminado o candidato do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, considerado inapto nesta fase.

5.8.2. A Avaliação Psicológica será aplicada aos candidatos aprovados na prova objetiva,devendo o candidato estar apto na avaliação para o exercício da função.

5.8.3. O local, data e horário de realização da Avaliação Psicológica será divulgado por meio de Edital Complementar, publicado no Órgão Oficial do Município, e afixado em mural na Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT.

5.8.4. O referido exame consistirá na aplicação de baterias de testes psicológicos, de aptidão, de inteligência geral, de personalidade, visando aferir se o candidato possui perfil adequado ao exercício das atividades inerentes ao emprego público pretendido.

5.8.5. Será considerado inapto o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresente traços indicadores de desvios, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas.

5.8.6. É vedada a saída do candidato do recinto em que estiver sendo aplicada a Avaliação Psicológica.

5.8.7. Não haverá por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da Avaliação Psicológica.

5.8.8. O candidato somente poderá ausentar-se do recinto da aplicação da Avaliação Psicológica após o término da aplicação dos testes.

5.8.9. O candidato não poderá levar consigo os cadernos de testes.

5.8.10. Será considerado habilitado, nesta fase, o candidato que obtiver o resultado de APTO para o emprego público.

5.8.11. A inaptidão nesta avaliação não significa a pressuposição da existência de transtornos mentais, indicando apenas que o candidato não atende aos parâmetros exigidos para o exercício das atribuições do Agente Comunitário de Saúde.

5.8.12. Será desclassificado o candidato que se recusar a responder algum dos testes da Avaliação Psicológica.

5.8.13. Não haverá segunda chamada para a Avaliação Psicológica, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou ausência do candidato.

**5.9.9 SERÁ ELIMINADO DO PROCESSO SELETIVO NESTA FASE, O CANDIDATO QUE:**

a) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização e não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;

b) Não apresentar a documentação exigida;

c) Não obtiver o mínimo de 30% (trinta por cento) de aproveitamento, no mínimo, na prova objetiva;

d) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;

e) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;

f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

g)Concluir com aproveitamento de 100% (cem por cento) do curso introdutório de formação inicial e continuada para o Agente Comunitário de Saúde;

h) Estar apto na avaliação psicológica.

**6. DOS PROGRAMAS**

6.1.Os programas/conteúdo programático das provas objetivas para os diversos cargos compõem o **Anexo II** do presente Edital.

6.2.O **ANEXO II** integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

6.2.1. As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 6.583/2008, poderão ser utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas das questões das provas; no entanto, o conhecimento destas novas regras não será exigido para a resolução das mesmas.

6.3. A Prefeitura e a Empresa Organizadora do Processo Seletivo, não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo no que tange ao conteúdo programático.

6.4. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.5. Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

**7. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO**

7.1. Será classificado o candidato que obtiver aprovação de no mínimo 30% (trinta por cento) no total de pontos do conjunto das provas objetivas de múltipla escolha;

7.2. A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos nas provas objetivas de múltipla escolhae na prova de títulos (se houver).

7.3. Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios, na seguinte ordem:

a) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota na Prova de Matemática;

d) Maior nota na Prova de Conhecimentos Gerais;

c) Maior nota na Prova de Língua Portuguesa;

e) Maioridade;

f) Maior nota na Prova de Títulos.

**8. DOS RESULTADOS E RECURSOS**

8.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.bra partir 16h00min do dia subsequente ao da realização da prova objetiva e no mural da Prefeitura Municipal de Juscimeira.**

8.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **02 (dois)**diasúteis, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Processo Seletivo Público no site **www.w2consultores.com.br**.

8.3. A interposição de recursos deverá ser feita junto a Comissão de Processo seletivo, apenas no prazo recursal.

8.3.1. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial, divulgação da pontuação provisória nas provas e divulgação do resultado final, incluído o fator de desempate estabelecido, até **02 (dois)** dias úteis, após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

8.4. Os recursos julgados serão divulgados no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br,** não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

8.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 8.3 deste Edital.

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.7. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo **improrrogável** de **02 (dois)** dias úteis, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

8.8. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

8.10. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

8.11. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.12. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

**9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do processo seletivo.

9.2. O candidato será convocado para a realização da **4ª Etapa - Comprovação de Requisitos e Apresentação de Atestado Médico** e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

**1ª Fase -** Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF do admitido;

03. CPF do pai e mãe;

04. Certidão de Nascimento ou Casamento;

05. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante);

06. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

07. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

08. Título de eleitor;

09. Certidão de Quitação Eleitoral;

10. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

11. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

12. CTPS (Carteira de Trabalho);

13. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

14. CPF dos dependentes;

15. Comprovante de residência atual;

16. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

17. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

b) Original:

18. Certidão de Antecedentes Criminais;

19. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio;

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração para IRFF e salário família.

22. Estar apto na avaliação psicológica e ter concluído o curso introdutório para o cargo de Agente Comunitário de Saúde;

**2ª Fase -** Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase.Obs: O candidato deverá apresentar-se na unidade de saúde na data agendada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, após a apresentação da documentação exigida.

9.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital.

9.4. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado no prazo de até 30 (trinta) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital, sendo-lhe, ainda, permitido requerer a prorrogação do prazo pelo período improrrogável de mais 30 (trinta) dias.

9.4.1. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções no prazo de até 05 (cinco) dias.

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

9.6. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão chamados para a investidura no cargo, sendo-lhes assegurado o direito subjetivo de contratação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.6.1. A aprovação no processo seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e limites de vagas existentes ou que vierem a vagar ou forem criadas posteriormente, sendo que todas as vagas oferecidas serão obrigatoriamente providas dentro do prazo de validade do certame.

9.6.2. Será constituído Cadastro de Reserva, que no interesse exclusivo da administração, será aproveitado na medida em que forem surgindo novas vagas para contratação, no limite do prazo de validade do processo seletivo.

9.7. A validade deste Processo Seletivo Públicoé de 01 (um) ano, contados da data de sua homologação.

9.7.1. A homologação do processo seletivo poderá ser efetuada por um único cargo, por alguns cargos ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração Municipal.

9.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Prefeitura Municipal de Juscimeira, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Público, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

9.9. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.10. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo da W2 AUDITORES E CONSULTORES, e os pareceres referentes a recursos serão efetuados em conjunto com a Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Público.

9.11. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**.

9.12. A Prefeitura Municipal e a empresa organizadora do processo seletivose eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação da Prefeitura Municipal e/ou da W2 AUDITORES E CONSULTORES**.**

9.13. Os resultados divulgados no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, não terão caráter oficial, sendo meramente informativos. Porém, reproduzirão, com estrita observância, a hora e dia de publicação no quadro de avisos da entidade.

9.14. O candidato aprovado e classificado no processo seletivo poderá desistir, definitivamente ou temporariamente.

9.14.1. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado à Prefeita Municipal, até o dia útil anterior à data da contratação.

9.14.2. No caso de desistência temporária, o candidato renunciará a sua classificação e passará a posicionar-se em último lugar na listagem oficial dos aprovados no certame seletivo, aguardando nova convocação, que pode ou não vir a efetivar-se no período de vigência do certame seletivo em tela.

9.14.3. O contratado no cargo de Agente Comunitário de Saúde, poderá ser demitido na hipótese de confirmação de não atendimento da exigência quanto ao candidato residir na micro-área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo Público; ou em função de apresentação de declaração falsa de residência;

9.15. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do processo seletivo.

9.16. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

9.17. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado pela empresa organizadora, com aquiescência da Prefeitura Municipal de Juscimeira e Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Público.

9.18. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo e não se caracterizando óbice administrativo ou legal, é facultada a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo-se, entretanto, durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

9.19. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Público constituído por ato do Prefeito, assessorados pela W2 AUDITORES E CONSULTORES, empresa organizadora do Processo seletivo**.**

9.20. Todos os horários fixados no presente edital serão os de Cuiabá/MT.

9.21. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Público estará disponível na Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada na Avenida “N”, 210 - Bairro Cajus - Juscimeira/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**

9.22. O prazo de impugnação deste edital será de **02 (dois) dias** corridos a partir da sua data de publicação.

9.23. Faz parte deste Edital: **ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO, ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS, ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS, ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES, ANEXO V - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS, ANEXO VI - MODELO DE PROCURAÇÃO, ANEXO VII - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO, ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.**

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,**

Juscimeira (MT), 03 de Maio de 2016.

**VALDECI LUIZ COLLE -** Prefeito Municipal

**Adão Alves Arraes** - Presidente **da Comissão Examinadora**

**Maria do Carmo Martins Duarte** - Secretario

**Rosangela Lopes Ribas Cruz** - Membro

**Carlielson Firmino de Moura** - Suplente

**ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO**

| Data | Evento | Local |
|---|---|---|
| 04/05/2016 | Publicação da íntegra do Edital de Abertura | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT. |
| 05/05/2016 à 12/05/2016 | Período para requisição de isenção da taxa de inscrição | Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br. |
| 17/05/2016 | Divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT. |
| 05/05/2016 à 26/05/2016 | Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao seletivo público com Pagamento da Taxa | www.w2consultores.com.br |
| 27/05/2016 | Último Dia Pagamento da Taxa de Inscrição | Rede Bancária |
| 27/05/2016 | Último dia para Protocolo da Prova de Títulos. | Via AR ou Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT. |
| 02/06/2016 | Divulgação da relação dos candidatos inscritos | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT. |
| 07/06/2016 | Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br |
| 12/06/2016 | Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha. | Local e horário de realização: a divulgar no Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br |
| 13/06/2016 | Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e www.w2consultores.com.br |
| 17/06/2016 | Divulgação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e de Títulos. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT. |

| | | |
|---|---|---|
| 24/06/2016 | Divulgação do Resultado Final Classificatório. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT. |
| 27/06/2016 | Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT. |

**ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS**

**CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO**

**_AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.**

**_AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.**

**_PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS:** Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...); Classes de palavras (flexões, classificações e emprego); Pontuação (classificação e emprego); Frase (classificações); Período (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Pontuação; Novo acordo ortográfico.

**_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS:** Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas; frações e números decimais: Operações com números decimais. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Resolução de problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.

**_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:** Competências do ACS; Compreensão em ações comunitárias, cidadania, política e ética; PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde; ESF – Estratégia de Saúde da Família. Saúde e doença: história natural e prevenção; Reforma sanitária e modelos assistenciais; Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e regulamentação; Gerenciamento e planejamento local de saúde; Sistemas de informação em saúde.

**_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DEAgente Comunitário de Endemias**: **Saúde Pública:** Organização dos serviços de saúde no Brasil. Organização e princípios do SUS. Modelo Assistencial e Financiamento. Planejamento e programação local de saúde. Política Nacional de Humanização. Sistema Único de Saúde - Princípios, Diretrizes e Controle Social. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância ambiental e Doenças de Notificação Compulsória. A Saúde no contexto da Seguridade Social. Saúde Complementar. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Educação em saúde. Políticas Nacionais na área da saúde.

**ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS**

À Comissão Examinadora do Processo Seletivo - Edital nº 001/2016

Juscimeira - Mato Grosso.

**Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos**

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo Público, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 5.6 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, **TODOS AUTENTICADOS**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo Público.

c. Ainda, **DECLARO**, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Candidato | | Qte Documentos Entregues | | | |
| Inscrição | | Cargo | | | |
| Avaliação de Títulos | Início do Curso | Término do Curso | Carga Horária | Pontos Solicitados pelo Candidato | Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER) |
| | | | | | |

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Juscimeira, _____de _____ de2016.

_____

Assinatura do candidato

**ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES**

Atesto para os devidos de direito que o Sr. (a) _____ é portador da deficiência _____ código internacional da doença (CID - 10) _____ , sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Processo Seletivo _____ conforme Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2016.

Juscimeira, _____de _____ de 2016.

_____

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença

do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

**ANEXO V - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS**

**_Agente Comunitário de Saúde**: O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação: a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; auxiliar a realização do trabalho na unidade da Saúde em que estiver lotado, por meio da organização de dados e informações; atender aos munícipes usuários dos serviços de saúde; organizar e armazenar os processos administrativos e papéis de trabalho; realizar ações de educação em saúde e de mobilização social. Orientar o uso de medidas de proteção individual e coletiva; mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores; zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes; executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.

**_Agente Comunitário de Endemias**: Executar atividades de campo na prevenção de epidemias; descobrir, destruir e evitar a formação de focos, impedir a reprodução e desenvolver atividades de orientação à comunidade; realizar pesquisas lavrarias em imóveis para levantamento de índices, descobrimento de focos no município; eliminação de criadouros; executar o tratamento focal e perfocal como medida complementar ao controle mecânico; aplicação de larvicidas autorizados conforme orientação técnica; orientação da população com relação aos meios de evitar a proliferação de vetores; repasse de informações, manter atualizado o cadastro de imóveis e pontos estratégicos de sua zona; registro de informações e encaminhamento de serviços; controle de Aedes Aegypti (dengue), borrachudo, leptospirose, etc.; guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; primar pela qualidade dos serviços executados; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; outras funções afins e cor -relatas ao cargo que lhes forem solicita - das pelo superior hierárquico; executar outras tarefas para o desenvolvimento das atividades do setor, inerentes à sua função.

**ANEXO VI - MODELOS DE PROCURAÇÃO**

**PROCURAÇÃO**

Por este instrumento particular, eu _____, portador do CPF nº _____, cédula de identidade nº _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, e-mail _____, nomeio e constituo como meu bastante procurador, para os fins de promover a minha inscrição no cargo de

_____ do Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Edital nº 001/2016, o Sr(a).

_____, portador da cédula de identidade nº _____, e-mail _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, com os poderes específicos para, em meu nome, firmar o requerimento padrão de inscrição e declaração de que estou de acordo com as normas do contidas no referido edital.

Local e data: _____, _____/_____/_____.

Assinatura: _____

**ANEXO VII - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO**

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo Público

Prefeitura Municipal de Juscimeira - MT

Ref: Recurso Administrativo - Processo Seletivo Público Edital nº 001/2016.

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome).

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade).

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo) Inscrições (indeferimento de inscrição).

( ) Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário).

( ) Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada).

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação).

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato: _____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura do candidato)

**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Eu, (nome completo), brasileiro(a), solteiro/casado(a), portador (a)do RG nº e CPF Nº , para fins de realização de inscrição e participação no **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**nº001/2016 da Prefeitura Municipal de JUSCIMEIRA/MT, ***DECLARO*****,** sob as penas de lei, para fins de comprovação de endereço, que resido desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo Público supracitado na (nome da rua, nº, bairro, cidade, estado e CEP), em conformidade ao endereço constante no comprovante de residência, que segue anexo a esta declaração.

Juscimeira/MT...., de ..... de2016.

(nome e assinatura)

(**Anexar uma cópia simples de comprovante de residência: água, luz, telefone fixo, IPTU; ou uma cópia simples do contrato de locação).**

**EDITAL CONCURSO PUBLICO 001/2016**

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, através da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento, torna público que estarão abertas a inscrição para o Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de vagas para os cargos abaixo especificados, do seu quadro de pessoal, em conformidade com as Leis Municipais nº 199/1991, n° 860/2012 e 1031/2016, a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, bem como as instruções especiais constantes do presente Edital.

**1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL**

| QUADRO DE VAGAS | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cargo/Contratação | Local de Trabalho Secretaria | Vagas-(Ampla) | Vagas PD | Total de Vagas | Vencimento (R$). | Carga Horária Semanal | Requisitos do Cargo |
| ADI - Auxiliar de Desenvolvimento Infantil | CEI Enedina M. Barbosa | 004 | - | 004 | 880,00 | 30 horas | Ensino Médio de Magistério e ou superior em pedagogia |
| Motorista de Ambulância | Secretaria Municipal de Saúde | 002 | - | 002 | 1.300,00 | 30 horas | Ensino Fundamental + CNH na Categoria “D” ou superior. |
| Total de Vagas | 006 | - | 006 | | | | |

**Observação:**

1. As vagas acima especificadas não entram no cômputo do total de vagas para o concurso, tratando-se apenas de reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme legislação sobre o tema.

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

**1) Siglas:** PD = Pessoas Deficiência, nos termos da legislação sobre o tema;

**2) Escolaridade Mínima Exigida:** realizada em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

**1.1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1.1. O Concurso Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, com registro no Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso - CRA/MT sob o nº 267 - PJ compreenderá: **1ª etapa -** provas escritas objetivas de múltipla escolha para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório; **2ª Etapa** - prova prática somente para os cargos de: **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA; 3ª Etapa** - avaliação de títulos para todos os cargos, de caráter apenas classificatório; **4ª Etapa** - comprovação de requisitos e exames médicos, de caráter apenas eliminatório, a ser realizada após a homologação do concurso, sob responsabilidade da Administração Municipal.

1.1.2. O Prefeito Municipal nomeou Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento deste Concurso Público, através da Portaria nº 060/2016.

1.1.3. O presente Concurso Público destina-se ao preenchimento de vagas para os cargos discriminados no item 1 deste Edital e formação de Cadastro Reserva.

1.1.4. O Regime Jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário.

1.1.5. O Regime Previdenciário, no qual serão vinculados os candidatos aprovados e classificados, será o e o Regime de Geral de Previdência – RGPS/INSS.

1.1.6. Todas as etapas deste concurso serão realizadas na cidade de Juscimeira/MT.

1.1.7. Será observado o horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá) para todos os fins deste Concurso Público.

1.1.8. Os candidatos aprovados no Concurso Público serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nos cargos para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e exames médicos.

**2 - DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS**

2.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal - § 1° do Art. 12 de 05/10/88 e Emenda Constitucional n.º 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

2.2 Ter na data da posse 18 (dezoito) anos completos.

2.3 Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4 Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5 Possuir aptidão física e mental, apuradas à época da posse para o exercício do cargo.

2.6 Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo e o registro do órgão de fiscalização do exercício profissional, caso existente, desde que as atribuições do cargo pretendido exijam o respectivo registro.

2.7 Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas.

**3 - DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO**

**VIA INTERNET: De 08h00min do dia 05/05/2016 às 23h59min do dia 26/05/2016, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, com exceção do primeiro dia de inscrição, que se iniciará às 08h00min.**

3.1. Para o (a) candidato (a), isento (a) ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será homologada e válida a última inscrição efetuada no sistema de inscrições on-line da W2 AUDITORES E CONSULTORES. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nesta situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

**3.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO VIA INTERNET:**

3.2.1 Para inscrição via Internet o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

**a)** estar ciente de todas as informações sobre este Concurso Público disponíveis na página da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** (**www.w2consultores.com.br**) e acessar o **link** para inscrição correlato ao Concurso;

**b)** O candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer;

**c)** inscrever-se, no período entre **08h00min do dia 05/05/2016 às 23h59min do dia 26/05/2016**, observado o horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá), através do requerimento específico disponível na página citada;

**d)** imprimir o boleto bancário, que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica o **CANCELAMENTO** da inscrição;

**e)** O banco confirmará o seu pagamento junto à **W2 AUDITORES E CONSULTORES.**

**f)** Os valores das taxas de inscrição serão de acordo com o nível de Escolaridade mínimo exigido para cargo, da seguinte forma.

| Escolaridade Mínima | Valor da Taxa de Inscrição - R$. |
|---|---|
| Fundamental | 35,00 |
| Médio | 55,00 |

**ATENÇÃO:** a inscrição via Internet só será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário **até a data do vencimento.**

3.2.2 A inscrição via Internet cujo pagamento não for creditado até o primeiro dia útil posterior ao último dia de inscrição não será deferida.

**3.2.3 DA REIMPRESSÃO DO BOLETO**

3.2.3.1 O boleto bancário poderá ser reimpresso até a data do término para pagamento da taxa de inscrição, sendo que a cada reimpressão do boleto constará uma nova data de vencimento, podendo sua quitação ser realizada por meio de qualquer agência bancária e seus correspondentes.

3.2.3.2 Todos os candidatos inscritos no período de **08h00min do dia 05/05/2016 até 23h59min do dia 26/05/2016** que não efetivarem o pagamento do boleto neste período, poderão reimprimir seu boleto, no máximo, até o primeiro dia útil posterior ao encerramento das inscrições (**27/05/2016**) **até as 20h00min**, quando este recurso será retirado do endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, para pagamento do boleto bancário neste mesmo dia, impreterivelmente, em qualquer agência bancária e seus correspondentes ou através de pagamento do boleto **on-line**.

**3.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO:**

3.3.1 A **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados,desde que não tenha dado causa às falhas.

3.3.2 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição, sendo que o candidato será identificado pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.3.3 Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.3.4 Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.3.5 A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.3.6 A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.7 É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.3.8 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.3.9 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.3.10 O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Concurso Público, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

**3.3.11. Das isenções da taxa de inscrição para os portadores de necessidades especiais hipossuficientes e doadores de sangue:**

3.3.11.1. Haverá isenção total do valor da taxa de inscrição, para os candidatos que se declararem como isentos e comprovarem os requisitos abaixo:

3.3.11.2. Serão isentos do pagamento de inscrição no concurso público municipal, os portadores de necessidades especiais, os doadores de sangue, os desempregados e as pessoas cuja renda familiar seja inferior a 02 (dois) salários, devidamente comprovado por declaração de composição de Grupo e Renda Familiar – GRF emitido por profissional de serviço social da Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma do §11 do art. 16 da Lei Municipal n° 010/2011, Lei Estadual n° 7.713/2002 e Decreto Federal nº 6.593/2008.

3.3.11.3. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos por estarem regularmente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, desempregados e as pessoas cuja renda familiar seja inferior a 02 (dois) salários deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente preenchido e assinado, constando obrigatoriamente, sob pena de indeferimento, o Número de Identificação Social - NIS do candidato, número esse atribuído pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo candidato no Requerimento de Isenção, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) cartão de benefício de qualquer um dos programas sociais do governo federal no qual conste o número de identificação social - NIS do candidato ou declaração de composição de Grupo e Renda Familiar - GRF emitido por profissional de serviço social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.3.11.4. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos, por serem doadores regulares de sangue deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente assinado, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, em que faz a doação, constando no mínimo 3 (três) doações anteriores à publicação deste edital.

3.3.11.5. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos, por estarem na condição de Portadores de Necessidades Especiais deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente assinado, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) atestado médico de sua condição de Portador de Necessidades Especiais (PNE).

3.3.11.6. Os documentos apresentados serão analisados pela comissão organizadora (no ato da inscrição,) possibilitando dessa forma que o candidato que por ventura não consiga apresentar os documentos necessários para isenção, possa inscrever-se após o pagamento da taxa de inscrição.

3.3.11.7. Os candidatos com direito à isenção, conforme previsto nos subitens anteriores, deverão observar a data limite para efetuarem a inscrição.

3.3.11.7.1. Serão aceitas inscrições para os candidatos com direito à isenção no período d**o dia 05/05/2016 até 12/05/2016**, por meio de requerimento padrão, disponível no **ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA E DOADOR DE SANGUE**, a ser protocolado no local estabelecido no subitem 3.3.11.6.2, desde edital ou enviados pelo sistema eletrônico de inscrição em formato (PDF), após a devida realização de sua inscrição no endereço eletrônico www.w2consultores.com.br.

3.3.11.6.2. A inscrição de candidatos com isenção deverá ser presencial em envelope lacrado, identificado com nome e CPF, protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT aos cuidados da Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM- Avenida N, 210 - Centro, Juscimeira/MT, CEP: 78.810-000.

3.3.11.7. O pedido de isenção da Taxa de Inscrição será julgado pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES** com auxílio da Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM e será divulgado em até o dia **17/05/2016**.

3.3.11.8. Fica assegurado o direito de recurso aos candidatos com o pedido de isenção indeferido, no prazo de 48 horas contados da divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição. Os recursos deverão ser protocolados no Protocolo Gera da Prefeitura Municipal de Juscimeira, aos cuidados da Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM, no endereço localizado na Avenida N, 210 - Centro, Juscimeira/MT, CEP: 78.810-000.

3.3.11.9. Os candidatos cujos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição tenham sido indeferidos, após a fase recursal, cujo resultado será divulgado no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br,poderão efetivar a sua inscrição no certame no prazo de inscrições estabelecido no edital, mediante o pagamento da respectiva taxa, após a apreciação de recurso porventura apresentado.

3.3.11.10. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos, após o julgamento dos recursos, poderão efetuar o pagamento da taxa até **27/05/2016**.

3.3.11.11. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa, via fax ou correio eletrônico.

3.3.11.12. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.12. Não serão deferidas inscrições via fax e/ou via e-mail.

3.3.13. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.13.1. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao concurso público. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.3.14. A **W2 AUDITORES E CONSULTORES** disponibilizará no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

3.3.15. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste Concurso Público.

3.3.16. A taxa de inscrição, uma vez paga, somente será devolvida ao candidato, corrigida pelo INPC na hipótese de cancelamento e suspensão do Concurso Público ou em um dos casos abaixo:

a) não realização do Concurso;

b) exclusão de algum cargo oferecido;

c) em caso de cancelamento ou suspensão do Certame;

d) demais casos que a Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM julgar pertinente.

3.3.17. O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.18. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.3.18.1. Portadores de doenças infectocontagiosas que não tiverem comunicado à **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, por inexistir a doença na data limite referida, deverão fazê-lo via correio eletrônico: contato@w2consultores.com.br, tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

3.3.18.2. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.3.18.2.1. Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

3.3.18.3. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

**3.4. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:**

3.4.1 As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala), cargo, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, devendo o candidato efetuar a impressão deste Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI). As informações também poderão ser obtidas através da Central de Atendimento da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, através de e-mail (contato@w2consultores.com.br) ou Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM.

3.4.2 Caso o candidato, ao consultar a Confirmação de Inscrição, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, através de e-mail (contato@w2consultores.com.br) ou Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM, no horário de **12h00min as 17h00min**, no prazo de 2 (dois) dias úteis, considerando-se o horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá).

3.4.2.1 No caso de a inscrição do candidato não tiver sido deferida em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, bem como comunicado diretamente aos candidatos. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.4.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES** com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, não cabendo reclamação por parte do candidato eliminado, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

3.4.3. Os contatos feitos após a data estabelecida no subitem 3.4.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto que é dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

3.4.4. Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados **apenas** no dia e na sala de realização das provas.

3.4.5. A Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. São de **responsabilidade exclusiva do candidato** a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

**4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

4.1. As pessoas com deficiência, assim entendido aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.

4.1.1 Do total de vagas para cada cargo, e as vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do certame, 5% (cinco por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos doze meses que antecedem a publicação deste Edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do **ANEXO III - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES,** deste Edital.

4.1.2. O candidato que desejar concorrer as vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e enviar o laudo médico até o dia **27/05/2016**, impreterivelmente, via carta simples ou SEDEX, para a Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, endereçada para a Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM, com endereço na Avenida N, 210 - Centro, Juscimeira - MT, CEP: 78.810-000 ou ser protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT. O fato de o candidato se inscrever como pessoa com deficiência e enviar laudo médico não configura participação automática na concorrência para as vagas reservadas, devendo o laudo passar por uma análise da comissão e no caso de indeferimento, passará o candidato a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.

4.1.3 Conforme o §2º do art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/1999, se na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas reservadas a cada cargo resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitado o limite máximo de 5% (cinco por cento).

4.1.3.1 A convocação dos candidatos na condição de pessoa com deficiência deverá obedecer ao seguinte critério: a primeira nomeação ocorrerá na 5ª vaga aberta, a segunda na 21ª, a terceira na 41ª e a cada vinte novas vagas.

4.2. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no subitem 3.4.18 deste Edital, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e2º, do Decreto Federal nº 3.298/99.

4.2.1 O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência que necessite de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo expressamente por ocasião da inscrição no Concurso Público, com justificativa acompanhada de parecer original ou cópia autenticada em cartório emitido por especialista da área de sua deficiência, nos termos do §2º do art. 40 do Decreto Federal nº 3.298/1999. O parecer citado deverá ser enviado até o dia **27/05/2016**, via SEDEX aos cuidados da Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM, no endereço localizado na Avenida N, 210 - Centro, Juscimeira/MT, CEP: 78.810-000. Caso o candidato não envie o parecer do especialista no prazo determinado, não realizará as provas com tempo adicional, mesmo que tenha assinalado tal opção no Requerimento de Inscrição.

4.2.1.1 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nesta situação. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo à organizadora. O laudo médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

4.2.2 O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, sendo que a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

4.2.3 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência, bem como a relação dos candidatos que tiverem deferidos ou indeferidos os pedidos de atendimento especial para a realização das provas, será divulgada no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br.

4.3 O candidato que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovado no Concurso Público, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência por cargo.

4.3.1 O candidato que porventura declarar indevidamente, quando do preenchimento do requerimento de inscrição via Internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nesta condição, entrar em contato com a organizadora através do e-mail contato@w2consultores.com.br, ou ainda, mediante o envio de correspondência para o endereço constante do subitem 4.1.2 deste Edital, para a correção da informação, por tratar-se apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.

4.4 Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência, se convocados para a realização dos procedimentos pré-admissionais, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do artigo 43 do Decreto Federal nº 3.298/99.

4.4.1 A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação e aptidão do candidato, observada a compatibilidade da deficiência da qual é portador com as atribuições do cargo.

4.5 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, conforme especificado no Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, bem como a provável causa da deficiência.

4.6 A não observância do disposto no subitem 4.5, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.

4.6.1 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Concurso Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

4.7 O candidato aprovado nos Exames Médicos Pré-Admissionais, porém não enquadrado como pessoa com deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Concurso Público, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

4.8 O candidato na condição de pessoa com deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo de atuação será eliminado do Concurso Público.

4.9 Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoa com deficiência aprovados no Exame Médico Pré-Admissional, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

**5 - DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

**5.1.** O processo de seleção constará de provas escritas objetivas de múltipla escolha para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório; provas práticas para os cargos de: **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA;** avaliação de títulos para todos os cargos, de caráter apenas classificatório.

**5.1.1. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA PRIMEIRA ETAPA: Serão aplicadas provas escritas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:**

TABELA (Todos os cargos)

| Tipo de Prova | Número de Questões | Pontuação de Cada Questão | Total |
|---|---|---|---|
| - Português | 10 | 2,0 | 20,00 |
| - Matemática | 10 | 2,0 | 20,00 |
| - Conhecimentos Gerais | 10 | 2,0 | 20,00 |
| - Específica | 10 | 4,0 | 40,00 |
| **Total** | **40** | | **100,00** |

5.1.2. A prova escrita objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, conforme a valoração acima evidenciada, e terá pontuação total de 100 (cem) pontos.

5.1.3. Será considerado classificado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento do total de pontos da prova objetiva de múltipla escolha.

5.1.4. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.5. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.**

5.1.6. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.7. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.8. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

5.1.9. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** devidamente treinado.

5.1.10. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

**5.2. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA: As provas escritas objetivas de múltipla escolha serão realizadas na cidade de Juscimeira/MT, com data prevista para o dia 12/06/2016 (domingo), com duração máxima de 3 (três) horas para sua realização, com inicio as 08h00min.**

5.3 O local de realização da prova escrita, para o qual deverá se dirigir o candidato e será divulgado a partir do dia **07/06/2016** no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.4 Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referente à inscrição do candidato deverão ser corrigidos **SOMENTE** no dia das provas objetivas, mediante conferência do documento original de identidade quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.4.1 O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.4.2 O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao concurso, devendo o candidato ler atentamente as instruções, inclusive, quanto à continuidade do processo de seleção.

5.4.2.1 Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

5.4.2.2 No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.4.3 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **30 (trinta) minutos** do horário fixado para o seu início, **munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa e transparente**, comprovante de inscrição e de **documento de identidade original (registro na classe, RG ou carteira de habilitação).**

5.4.4 Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

5.4.5 Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas apenas quando o nome deste constar da relação oficial de inscrições deferidas divulgada na forma do subitem 3.4.2.1, deste Edital.

5.4.6 No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador do local, em estrita observância do horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá), não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de dois candidatos, testemunhas do fato.

5.4.6.1 Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação da prova requisitará a presença de dois candidatos que,juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação da prova, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de provas/cadernos de rascunhos, folhas de respostas/cadernos de textos definitivos, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

5.4.7 Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala. Poderá haver, inclusive, coleta da impressão digital do polegar direito dos candidatos.

5.4.7.1 Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência constante na Lista de Presença da respectiva sala.

5.4.7.2 Os candidatos que por algum motivo se recusarem a permitir a coleta de sua impressão digital deverão assinar três vezes uma declaração onde assumem a responsabilidade por essa decisão. A recusa ao atendimento deste procedimento acarretará na **ELIMINAÇÃO** do candidato, sendo lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos demais candidatos presentes na sala de provas, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.4.8 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas secretarias de segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, com mesmo valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n° 9.503/1997 - com foto).

5.4.8.1 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.4.8.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteira de trabalho, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.4.8.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.4.8.4 O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte.

5.4.8.5 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 5.4. 8deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.

5.4.8.6 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.9 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.4.10 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha, corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, smartphones, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, serem surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do concurso público. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

5.4.10.1 Não será permitida a utilização de telefone celular ao final das provas, enquanto o mesmo estiver dentro do pátio da unidade.

5.4.10.2 Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso Público, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, se verifique esta situação, o candidato será encaminhado à Coordenação da unidade, onde deverá entregar A Arma para guarda devidamente identificada, mediante preenchimento de termo de acautelamento de arma de fogo, onde preencherá os dados relativos ao armamento. Eventualmente, se o candidato se recusar a entregar a arma de fogo, assinará termo assumindo a responsabilidade pela situação, devendo desmuniciar a arma quando do ingresso na sala de aplicação de provas, reservando as munições na embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, juntamente com os demais equipamentos proibidos do candidato que forem recolhidos.

5.4.11 Não será permitida, durante a realização da prova escrita, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual oufotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

5.4.12 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.4.13 Não haverá segunda chamada para as provas escritas objetivas de múltipla escolha. Será excluído do Concurso Público o candidato que faltará prova escrita ou chegar após o horário estabelecido.

5.4.14 Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido no subitem 5.2, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.4.15 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

5.4.16 O fiscal de sala orientará aos candidatos quando do início das provas que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos cartões de respostas. Dessa forma, o candidato que se retirar do local de provas antes do decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término e que, conforme subitem anterior, não poderá levar consigo o caderno de provas, apenas poderá anotar suas opções de respostas marcadas em seu comprovante de inscrição. Não será admitido qualquer outro meio para anotações deste fim.

5.4.16.1 Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão obrigatoriamente entregar ao fiscal de aplicação o cartão de respostas que será utilizado para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será **ELIMINADO** do certame.

5.4.17 Terá sua prova anulada e será automaticamente **ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas;

h) recusar-se a entregar o Cartão de Respostas ao término do tempo destinado à sua realização;

i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas;

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.4.6.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;

k)perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado.

5.4.17.1 Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja verificado que não houve intenção de burlar o edital o candidato será mantido no concurso.

5.4.18 Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, no dia de realização das provas escritas, os candidatos poderão serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização da prova escrita.

5.4.18.1 Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação de provas, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.

5.4.19 A ocorrência de quaisquer das situações contidas no subitem 5.4.17 implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.4.19.1 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

5.4.20 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas escritas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.4.21 Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

5.5 São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.5.1 O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

**5.6 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA SEGUNDA ETAPA**

5.6.1 A avaliação de títulos ocorrerá para todos os cargos, de caráter apenas classificatório, valerá até 10 (dez) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

5.6.2 Os títulos, acompanhados do Formulário de Envio devidamente preenchido e assinado, conforme **(ANEXO II - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS):**

5.6.2.1. Os títulos poderão ser entregues em envelope lacrado, identificado com nome e CPF, protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT aos cuidados da Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM, no endereço localizado na Avenida N, 210 - Centro, Juscimeira/MT, CEP: 78.810-000 até o dia **27/05/2016.**

5.6.2.2. Os títulos poderão ser enviados via **SEDEX ou carta registrada** com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia **27/05/2016**, em envelope lacrado, identificado com nome e CPF para o endereço da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT aos cuidados da Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM - Avenida N, 210 - Centro, Juscimeira/MT, CEP: 78.810-000. Não serão aceitos os títulos enviados via SEDEX ou Carta Registrada, com data de recebimento posterior a **27/05/2016.** O título enviado via **SEDEX ou carta registrada** deverá ser obrigatoriamente enviados para o email contato@w2consultores.com.br, os respectivos títulos e o comprovante de envio de postagem, pata fins de rastreamento.

5.6.3. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos classificados nas provas objetivas de múltipla escolha e prática se houver.

5.6.4. Na entrega dos títulos, o candidato deverá anexar o Formulário de Envio de Títulos, conforme modelo no **(ANEXO II - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS),** deste Edital, já devidamente preenchido e assinado, declarando os títulos que pretende sejam avaliados, o número de documentos entregues, seu nome e o cargo pretendido, com letra legível ou de forma. O Formulário deve ser entregue dentro do envelope que contiver os títulos, conforme subitem 5.6.2.

5.6.5. Os candidatos deverão entregar cópias dos documentos autenticadas em Cartório de Notas.

5.6.5.1. **Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, para fins de avaliação, as cópias de documentos que não estejam autenticadas por Cartório de Notas**, **bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.**

5.6.6. A entrega dos documentos referentes à fase de títulos não induz, necessariamente, a atribuição da pontuação pleiteada. Os documentos serão analisados pela Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.6.7. A não apresentação dos títulos na forma, no prazo e no local estipulado no Edital, importará na atribuição de nota 0 (zero) ao candidato na fase de avaliação de títulos.

5.6.7.1 Não serão aceitos títulos encaminhados via fax, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não especificado no Edital.

5.6.8. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.6.9. Cada título será considerado uma única vez, valendo o de maior pontuação.

5.6.10. Os títulos considerados neste concurso, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

| **QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS** | | | |
|---|---|---|---|
| Alínea | Título | Título | Valor Máximo Pontos |
| A | Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de mestrado (título de Mestre), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR. | 10,00 | 10,00 |
| B | Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (lato sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de especialização, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR, com carga horária mínima de 360 horas. | 6,00 | 6,00 |
| C | Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação. | 3,00 | 3,00 |
| **Total Máximo de Pontos** | **10,00** | | |

5.6.11 Na impossibilidade do envio do diploma e/ou certificado, o candidato poderá apresentar declaração expedida por instituição de ensino que demonstre, de forma inequívoca, a conclusão do curso de pós-graduação (lato e/ou stricto sensu) e a obtenção do título. A certidão/declaração deverá vir acompanhada do histórico escolar do curso ao qual se refere.

5.6.12 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos deste edital, o certificado deverá informar que o curso de especialização foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação.

5.6.12.1 Caso o certificado não informe que o curso de especialização foi realizado de acordo com o solicitado no subitem anterior, deverá ser anexada declaração da instituição, atestando que o curso atende às normas do CNE.

5.6.12.2 Não receberá pontuação na alínea C do quadro de títulos o candidato que apresentar certificado que não comprove que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE sem a declaração da instituição referida no subitem anterior.

5.6.13. Os diplomas (mestrado) expedidos por instituição estrangeira deverão ser revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

5.6.14. Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado para fim de avaliação e pontuação na fase de títulos, quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.6.15. Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina - tais como, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, ata de apresentação e defesa de dissertação, ou documentos que não estejam em consonância com as disposições deste Edital não serão considerados para efeito de pontuação.

5.6.16. Não será considerado o título de pós-graduação para o cargo pretendido quando o mesmo for requisito exigido para o exercício do respectivo cargo, bem como outros títulos de formação tais como: língua inglesa, língua espanhola, informática, entre outros.

**5.7 DAS PROVAS PRÁTICAS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA TERCEIRA ETAPA:**

**5.7.1. Submeter-se-ão à prova prática os candidatos aos cargos de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (CNH – CATEGORIA "D").**

5.7.1.1. A prova prática, de caráter eliminatório e classificatório, conforme a valoração acima evidenciada, e terá pontuação total de 100 (cem) pontos.

5.7.1.2. Será considerado classificado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento do total de pontos da prova prática.

**5.7.2. As provas práticas serão realizadas na cidade de Juscimeira/MT, em local e horário que será divulgado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, no jornal oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.org/mt/amm/) e no endereço eletrônico: da empresa organizadora (www.w2-consultores.com.br)**.

5.7.3. A prova prática será realizada no dia **12/06/2016 (Domingo),** às **14h00min**, e, caso haja necessidade devido ao número de candidatos, serão designadas novas datas, em horários diversos, de acordo com cada cargo, conforme estabelecido em edital publicado em data oportuna.

5.7.4. Os resultados da prova prática para os classificados nesta fase serão afixados no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, fax ou e-mail.

5.7.5. Os candidatos deverão comparecer no local indicado para realização da prova, munidos do comprovante de inscrição e documento de identidade; caso contrário, não poderão efetuar a referida prova.

5.7.6. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas e na lista de presença.

5.7.7. **LOCAL:** O local e o horário de realização da prova Prática, para o qual deverá se dirigir o candidato será divulgado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no jornal oficial dos Municípios (disponível no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.org/mt/amm/). **São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização da prova Prática e comparecimento no horário determinado.**

5.7.8. Os candidatos convocados para a prova prática, conforme cronograma do Concurso Público terão seus nomes e respectivas pontuações divulgados no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, sendo que esta comunicação não tem caráter oficial, apenas informativo, devendo os candidatos que participarão desta fase comparecer no local de realização da mesma.

5.7.9. Os resultados da prova prática, para os classificados nesta fase, serão divulgados no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, fax ou e-mail.

5.7.10. Os candidatos deverão exibir ao examinador responsável pelo exame de direção sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) original e entregar-lhe uma fotocópia da mesma. Poderão também, apresentar o comprovante autenticado de aprovação em exame de alteração de categoria junto ao DETRAN e, quando da posse, deverão apresentar cópia autenticada do referido documento.

5.7.10.1. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, haverá segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

5.7.11. Para os candidatos ao cargo de **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (CNH – CATEGORIA "D"),** de acordo com as determinações do examinador constará de: Prática de direção veicular: Condução e operação veicular das diversas espécies compatíveis com a categoria exigida; Manobras internas e externas; Conhecimentos e uso dos instrumentos do painel de comando e outros disponíveis nos veículos da espécie; Manutenção do veículo; Carregamento e descarregamento de materiais e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

5.7.12. Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem às circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela empresa organizadora (turno matutino ou vespertino), o qual será realizado de forma aleatória.

**6 - DOS PROGRAMAS**

6.1 Os programas/conteúdo programático das provas escritas para os diversos cargos compõem o **ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS,** do presente Edital.

6.2 O Anexo I, integrante deste Edital, contempla o Conteúdo Programático, apenas a titulo de sugestão, como forma de orientação dos estudos pelos candidatos, não sendo obrigatória a sua exclusividade na elaboração das questões o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

6.3 A **Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT** e a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este concurso público no que tange ao conteúdo programático.

6.4 Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.5 Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

**7 - DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO**

7.1 Será classificado o candidato que obtiver aprovação nas provas escritas objetivas de múltipla escolha e na prova prática, se houver, de no mínimo de 50% (cinquenta) por cento em cada etapa.

7.2 A classificação final dos candidatos será feita pelos pontos obtidos nas provas escritas objetivas de múltipla escolha, na avaliação de títulos (se houver) e na prova prática, se houver.

7.3 Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos serão fatores de desempate os seguintes critérios:

a) Maior nota na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota na Prova Prática (se houver);

c) Maior nota na Prova Objetiva de Língua Portuguesa;

d) Maior nota na Prova Objetiva de Matemática;

e) Maior nota da Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais;

f) Maior idade.

7.4. O candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do concurso público e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da nomeação em Imprensa Oficial (Jornal Oficial dos Municípios - www.diariomunicipal.org/mt/amm/) ocorrida durante o prazo de validade do concurso público.

**8 - DOS RESULTADOS E RECURSOS**

8.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, às **16h00-min do dia útil subsequente ao da realização da prova escrita.**

8.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **2 (dois) dias úteis**, a contar do dia subsequente ao de sua divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br.

8.3. A interposição de recursos deverá ser feita **via internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos,** com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, à **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso Público ou de forma presencial, no Paço Municipal de Juscimeira/MT, esses através dos moldes constantes nesse Edital em seu **ANEXO V - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO**.

8.3.1. Caberá recurso à **W2 AUDITORES E CONSULTORES** contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial e divulgação da pontuação provisória nas provas, incluído o fator de desempate estabelecido, até 2 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação / publicação oficial das respectivas etapas.

8.4. Os recursos julgados serão divulgados no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

8.5. Não serão aceitos recursos via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 8.3 deste Edital.

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.7. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo **improrrogável**, de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

8.8. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

8.10. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

8.11. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.12. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.13. Será assegurado aos candidatos o direito de ampla defesa e contraditório em todos os recursos interpostos.

**9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita sempre pela ordem decrescente da nota obtida. O resultado final do Concurso Público será homologado pelo Prefeito Municipal e divulgado no endereço eletrônico www.w2consultores.com.br.

9.2. Após homologado o Concurso Público, o candidato será convocado para a realização da **4ª Etapa - Comprovação de Requisitos e Exames Médicos** e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

**1ª Fase -** Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos, no prazo a ser estipulado em edital a ser oportunamente publicado:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h)Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

p) Certidão da Justiça (civil e criminal);

q) Declaração que não responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) CPF do Pai e da Mãe ou declaração de falecimento;

u) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível, acúmulo legal de cargo e de interesse da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT;

v) Demais documentos, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato.

**2ª Fase -** Exame médico Pré-Admissional, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de

saúde indicado pela **Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:

a)Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto à **Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT,** juntamente com os seguintes exames: **Para todos os cargos,** Hemograma completo, Eletrocardiograma, Plaquetas, Velocidade de hemossedimentação (VHS), Creatinina, Glicemia de jejum, Gama glutamiltransferase (GAMA GT), Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA), EAS, Raio-X do Tórax;

b)Demais exames médicos/laboratoriais, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato.

9.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital, o candidato será convocado pela **Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT**, observada a ordem de classificação final e obedecido o limite de vagas existentes.

9.4. O candidato, após a convocação, terá o prazo de 30 (trinta) dias para se apresentar e realizar os procedimentos e exames descritos no subitem 9. 2, devendo entrar em exercício da função também no prazo de 30 (trinta) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho da mesma, nas duas fases previstas no supracitado subitem 9.2 deste Edital.

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

9.6. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão convocados para a investidura no cargo, sendo-lhes assegurado o direito subjetivo de nomeação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.7. O candidato aprovado, ao entrar em exercício, ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual sua eficiência e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, durante o período de 03 (três) anos.

9.7.1. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

9.8. A validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, por ato do Prefeito Municipal.

9.8.1. A homologação do Concurso Público poderá ser efetuada por um único cargo, por alguns cargos ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração Municipal.

9.9. O candidato que desejar relatar à **W2 AUDITORES E CONSULTORES** fatos ocorridos durante a realização do Concurso Público ou que tenha necessidade de outras informações, deverá efetuar contato junto a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** pelo e-mail: **contato@w2consultores.com.br**e Endereço eletrônico:: **www.w2consultores.com.br**, na **Prefeitura Municipal de Juscimeira/ MT,** ou pelo telefone.

9.10. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto à **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, enquanto estiver participando do Concurso Público, e junto à **Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT**, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos.

Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

9.11. O candidato que desejar comprovante de comparecimento na prova escrita deverá solicitá-lo ao Coordenador do local de provas em que o candidato efetuou a referida prova.

9.12. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.13. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**.

9.14. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para as provas, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado.

9.15. A Prefeitura Municipal e a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação da **Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT**, e/ou da organizadora **W2 AUDITORES E CONSULTORES**.

9.16. Os resultados divulgados no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, terão caráter oficial. Os prazos para interposição de recursos em qualquer fase deverão ser contados com estrita observância da hora e dia da publicação, que reproduzirá o publicado em meio oficial.

9.17. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.

9.18. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

9.19. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES**.

9.20. Todos os documentos relacionados e descritos, constantes nesse Edital, serão alocados e armazenados em local adequado para sua manutenção e preservação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da expiração do prazo de validade do Certame. Após essa data, a critério da Administração, poderão ser destruídos.

9.21. O prazo de impugnação deste edital será de 2 (dois) dias corridos a partir da sua data de publicação.

9.22. Faz parte de Edital aos anexos (**ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS; ANEXO II - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS; ANEXO III - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES; ANEXO IV - ATRIBUIÇÃO SINTÉTICA DOS CARGOS ATRIBUIÇÕES; ANEXO V - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO; ANEXO VI - CRONOGRAMA DO CONCURSO; ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA E DOADOR DE SANGUE).**

**Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,**

Juscimeira/ MT, 03 de Maio de 2016.

**VALDECI LUIZ COLLEDiego Paranhos Correia**

Prefeito Municipal Presidente Comissão Especial para Coordenação e

Acompanhamento do Concurso Público

**Maiko Wilson Cunha de Almeida**

Secretário

**Kátia Diniz Santos Spironelli**

Membro

**Carlielson Firmino de Moura**

Suplente da Comissão

**ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS**

**CARGOS - ENSINO FUNDAMENTAL**

**_MOTORISTA DE AMBULÂNCIA.**

**_LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO:** Interpretação de texto; Sinônimo e antônimo; Ortografia; Divisão silábica; Acentuação gráfica; Pontuação; fonética: letras, fonemas, sílabas, encontro vocálico (ditongo, tritongo, hiato), encontro consonantal, dígrafo; Classe de palavras: (classificação e uso) substantivo, artigo, adjetivo, preposição, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção e interjeição; **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

**_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO:** Sistema de numeração: números naturais e numerais ordinais; Operações aritméticas fundamentais: adição; subtração; multiplicação; divisão; Operações com números inteiros e números fracionários e problemas envolvendo as operações fundamentais; Unidades de medida de comprimento, área, volume, massa e tempo; regra de três simples; Frações.

**_CONHECIMENTOS GERAIS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO:** História, Geografia e Ciências do Ensino Médio. Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Ambiental, Esportiva, Artística e Social do Brasil e do Mundo. Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas. Conhecimentos da história e geografia da cidade de do Município de Juscimeira/MT.

**_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE MOTORISTA DE AMBULÂNCIA**: Conhecimentos gerais sobre direção defensiva. Noções básicas de primeiros socorros, mecânica e meio ambiente. Placas de sinalização e regulamentação de trânsito. Lubrificação e conservação. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9503/97, alterada pela Lei nº 9.602/98). Resoluções do CONTRAN.

**CARGOS DE ENSINO MÉDIO**

**_ADI - Auxiliar de Desenvolvimento Infantil.**

**_PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO:** 1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

**_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO:** Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Função do 1º grau – função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; PA e PG; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

**_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO:** História, Geografia e Ciências do Ensino Médio. Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Ambiental, Esportiva, Artística e Social do Brasil e do Mundo. Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas. Conhecimentos da história e geografia da cidade de do Município de Juscimeira/MT.

**_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ADI - Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Direitos da criança e do adolescente garantidos no ECA; Conhecimentos político-pedagógicos: funções social e política da escola; perspectiva crítica e perspectiva neoliberal; gestão democrática e organização do trabalho escolar; colegiados escolares; projetos político-pedagógicos. A Educação Básica no Brasil: acesso, permanência, inclusão e fracasso escolar; a organização da Educação Básica: LDB nº 9394/96; diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental Educação e direitos sociais. Conhecimentos da prática de ensino: Processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem. Conhecimento da escola: organização do tempo e do espaço, avaliação escolar; projetos de trabalho e interdisciplinaridade; cotidiano escolar: relações de poder na escola, currículo e cultura. Importância das relações humanas e da comunicação: seus conceitos, elementos, formas e barreiras. Princípio de qualidade no atendimento. Desinfecção, Esterilização, Assepsia e Anti-sepsia das mãos, materiais e instalações. Noções de primeiros socorros. O cuidado humano. Doenças mais comuns na infância; Considerações sobre a alimentação das crianças; Adaptações ambientais; Higiene, vestuário e cuidados com a pele; Transtornos do sono: insônia e sonolência excessiva; Alterações do comportamento: irritação, agitação e agressividade; Instabilidade e quedas.

**ANEXO II - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS**

À Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM - Edital nº 001/2016

Juscimeira - Mato Grosso.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Concurso Público, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 5.6 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, **TODOS AUTENTICADOS**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Concurso Público.

c. Ainda, **DECLARO**, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

| Candidato | Qte Documentos Entregues |
|---|---|
| Inscrição | Cargo |

| Avaliação de Títulos (Cursos) | Início do Curso | Término do Curso | Carga Horária | Pontos Solicitados pelo Candidato | Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER) |
|---|---|---|---|---|---|
| Pós-Graduação na área de Atuação (pós-graduação) | | | | | |
| Pós-Graduação na área de Atuação (mestrado) | | | | | |
| Pós-Graduação na área de Atuação (doutorado) | | | | | |

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Juscimeira, _____de _____ de 2016.

_____

Assinatura do candidato

**ANEXO III - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES**

Atesto para os devidos de direito que o Sr. (a) _____ é portador da deficiência _____ código internacional da doença (CID - 10) _____ , sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Concurso Público _____ conforme Edital do Concurso Público nº 001/2016.

Juscimeira, _____de _____ de 2016.

_____

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença

do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

**ANEXO IV - ATRIBUIÇÃO SINTÉTICA DOS CARGOS ATRIBUIÇÕES**

**_ADI - Auxiliar de Desenvolvimento Infantil:** Auxiliar os professores em sala de aula; acompanhar os alunos nas suas atividades; participar da elaboração dos projetos e propostas educacionais; utilizar recursos e metodologias disponíveis para tingir os objetivos educacionais; acompanhar e orientar na alimentação das crianças e zelar pela qualidade; executar atividades de orientação infantil; executar atividades diárias de recreação com as crianças e trabalhos educacionais de artes; orientar e auxiliar as crianças em passeios, visitas e festividades; vigiar e manter boa convivência das crianças sob sua responsabilidade; Acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades; Auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora levando-a até sua independência de para realizar tarefas de acordo com a faixa etária. Comunicar a seus pares as ocorrências do dia, qualquer incidente ou dificuldades ocorridas; Auxiliar no desenvolvimento de sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; Ensinar a criança a conviver com as outras e com o ambiente.

**_MOTORISTA DE AMBULÂNCIA:** Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas de dirigir ambulância, obedecendo o Código Nacional de Trânsito; transportar doentes e acidentados, auxiliando os mesmos a se acomodarem nas macas; vistoriar o veículo diariamente, antes e após sua utilização, verificando o estado dos pneus, nível de combustível, óleo do Carter, bateria, freios, faróis, parte elétrica para certificar-se das condições de tráfego; requisitar a manutenção dos veículos quando apresentarem qualquer irregularidade; observar a sinalização e zelar pela segurança dos passageiros, transeuntes e demais veículos; realizar reparos de emergência; manter o veículo limpo, interna e externamente e em perfeitas condições; zelar pelas ferramentas, acessórios e documentos do mesmo; observar e controlar os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar a plena condição de utilização; realizar anotações, segundo as normas estabelecidas e orientações recebidas, da quilometragem, viagens realizadas, pessoas transportadas, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e o controle da Administração; recolher o veículo após a utilização, em local previamente determinado, deixando-o corretamente estacionado e fechado; fazer uso de Equipamentos de Proteção Individual, quando necessário; ter disponibilidade para viagens fora do município de Juscimeira em situações normais e de emergência; executar outras tarefas pertinentes à sua área de atuação determinadas pelo Chefe imediato.

**ANEXO V - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO**

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM

Prefeitura Municipal de Juscimeira - MT

Ref: Recurso Administrativo - Concurso Público Edital nº 001/2016.

Recurso objetiva:

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Edital Indeferimento do pedido de isenção da Taxa de inscrição

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome)

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade)

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo) Inscrições (indeferimento de inscrição)

( ) Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário)

( ) Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)

Número da Questão: _____ Gabarito Oficial: _____ Resposta do Candidato: _____

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato: _____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura do candidato)

**ANEXO VI - CRONOGRAMA DO CONCURSO**

| Data | Evento | Local |
|---|---|---|
| 04/05/2016 | Publicação da íntegra do Edital de Abertura | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.** |
| 05/05/2016 à 12/05/2016 | Período para requisição de isenção da taxa de inscrição | Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br**. |
| 17/05/2016 | Divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.** |
| 05/05/2016 à 26/05/2016 | Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao concurso público com Pagamento da Taxa | www.w2consultores.com.br |
| 27/05/2016 | Último Dia Pagamento da Taxa de Inscrição | Rede Bancária |
| 27/05/2016 | Último dia para Protocolo da Prova de Títulos. | Via AR ou Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT. |
| 02/06/2016 | Divulgação da relação dos candidatos inscritos | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.** |
| 07/06/2016 | Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br** |
| 12/06/2016 | Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha. | Local e horário de realização: a divulgar no Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br** |

| | | |
|---|---|---|
| 13/06/2016 | Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT e **www.w2consultores.com.br** |
| 17/06/2016 | Divulgação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e de Títulos. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.** |
| 24/06/2016 | Divulgação do Resultado Final Classificatório. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.** |
| 27/06/2016 | Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial do Município de Juscimeira/MT.** |

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA E DOADOR DE SANGUE**

Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição do concurso público da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, que apresento condição de:

____Hipossuficiência Financeira e que atendo ao estabelecido no Edital nº 001/2016.

____Doador de sangue.

Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder o cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do Concurso Público, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

Assinatura do Candidato: _____

| | |
|---|---|
| **Protocolo:** | Para uso exclusivo da W2 AUDITORES E CONSULTORES: |
| | [ ] PEDIDO DEFERIDO<br>[ ] PEDIDO INDEFERIDO |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

### DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
### EXTRATO DO CONTRATO 022/2016

**PESSOA JURÍDICA CONTRATADA:** MARCOS FERNANDES

**CNPJ:** 21.891.143/0001-00

**VIGÊNCIA:** 08 meses e 25 dias, de 06/04/2016 até 31/12/2016.

**OBJETO:** ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERADOR DE ETA E ENCANAMENTOS PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.

**VALOR GLOBAL:** R$10.600,00 (dez mil e seiscentos reais).

**VALOR MENSAL:** A 1º parcela de R$1.000,00 (mil reais) e as demais parcelas mensais de R$1.200,00 (mil e duzentos reais).

**PREFEITURA:** Lambari D'Oeste – MT, 06 de Abril de 2016.

### DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 031/2015

**LICITAÇÃO:** Pregão Presencial 007/2015

**CONTRATADA:** FABIULA DE ARAUJO PORANGABA

**CNPJ:** 21.695.062/0001-35

**OBJETO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MONITOR DE CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAMBARI D'OESTE – MT.

**OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 09 (nove) meses, contados a partir de 01/04/2016 até 31/12/2016.

**VALORES:** O valor mensal é de R$1.000,00 (mil reais) e o valor global para os próximos meses será de R$9.000,00 (nove mil reais).

**RATIFICAÇÃO:** As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas, sem a aplicação de reajuste de valores.

**FUNDAMENTO:** O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Terceira do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

**PREFEITURA MUNICIPAL:** Lambari D'Oeste - MT, 01 de Abril de 2016.

### DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
### EXTRATO DO CONTRATO 020/2016

**PESSOA JURÍDICA CONTRATADA:** ADEMIR JOSE ROSA

**CNPJ:** 22.053.152/0001-95

**VIGÊNCIA:** 09 meses, de 01/04/2016 até 31/12/2016.

**OBJETO:** ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ARMAÇÕES METÁLICAS PARA CONSTRUÇÃO.

**VALOR GLOBAL:** R$10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

**VALOR MENSAL:** 09 (nove) parcelas mensais de R$1.200,00 (um mil e duzentos reais).

**PREFEITURA:** Lambari D'Oeste – MT, 01 de Abril de 2016.

### DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 029/2015

**CONTRATADA:** CENTROESTE AMBIENTAL COLETA TRANSPORTE E LIMPEZA URBANA LTDA ME

**CNPJ:** 09.255.903/0001-98

**OBJETO DO CONTRATO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, GERENCIAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

**OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogação do prazo de vigência para mais 09 (nove) meses, contados a partir de 01/04/2016 até 31/12/2016.

**VALORES ESTIMADOS:** O valor mensal é de R$665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais) = 100 kg (cem quilogramas). O valor global para os próximos meses de vigência será de R$5.985,00 (cinco mil e novecentos e oitenta e cinco reais), sendo o total de 900kg (novecentos quilogramas).

**RATIFICAÇÃO:** As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas, sem a aplicação de reajuste de valores, e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

**FUNDAMENTO:** O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Terceira do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Saúde.

**PREFEITURA MUNICIPAL:** Lambari D'Oeste - MT, 01 de Abril de 2016.

**DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS**
**EXTRATO DO CONTRATO 021/2016**

**PESSOA FÍSICA CONTRATADA**: RODRIGO DE OLIVEIRA MENDES

**CPF:** 928.792.681-68

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL PARA ANÁLISE COM APRESENTAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO VISANDO A ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE - MT, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 335/2003 DA CONAMA.

**VIGÊNCIA:** De 01/04/2016 até execução total do objeto.

**VALOR GLOBAL:** R$9.270,00 (nove mil e duzentos e setenta reais).

**FORMA DE PAGAMENTO**: A 1º parcela será paga na data da assinatura, no valor de R$4.635,00 (quatro mil e seiscentos e trinta e cinco reais); o restante será pago após execução total do objeto.

**PREFEITURA MUNICIPAL:** Lambari D'Oeste – MT, 01 de Abril de 2016.

**DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS**
**EXTRATO DO CONTRATO 023/2016**

**PESSOA JURÍDICA CONTRATADA:** MARIA HELENA DOS SANTOS

**CNPJ:** 24.509.463/0001-41

**VIGÊNCIA:** 08 meses e 24 dias, de 07/04/2016 até 31/12/2016.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CULTIVO E MANUTENÇÃO DOS JARDINS E CANTEIROS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE - MT.

**VALOR GLOBAL:** R$7.744,16 (sete mil, setecentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos).

**VALOR MENSAL:** A 1º parcela de R$704,16 (setecentos e quatro reais e dezesseis centavos) e as demais parcelas mensais de R$880,00 (oitocentos e oitenta reais).

**PREFEITURA:** Lambari D'Oeste – MT, 07 de Abril de 2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 - SRP**

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 015/2016, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para reposição nos veículos, caminhões e maquinas de diversas secretarias do município de Marcelândia/MT. Sagraram-se vencedoras as empresas:

| EMPRESAS | ITENS | VLR. TOTAL |
|---|---|---|
| ALIANÇA IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PNEUS LTDA | 24, 34, 35 e 42 | 175.414,00 |
| D.P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHA EPP | 20, 21, 22, 23, 26, 28, 31, 32, 33, 37, 38 e 39 | 620.332,00 |
| S. APARECIDO RODRIGUES ME | 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 27, 29, 36, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51 | 283.274,60 |

Marcelândia/MT, em 03 de Maio de 2016

**GRAZIELA RUBIO PERIUS**

**Pregoeira Oficial**

**Publique-se**

**ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA**
**DECRETO Nº 035/2016**

*SÚMULA: "Designa funcionários para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL"*

**ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Designa a Sra. GRAZIELA RUBIO PERIUS (presidente), a Sra. ALLINE KESTERING PAVLAK (secretária) e a Srta. JOYCE CAROLINE ALVES QUISTER (membro), sob a presidência da primeira, para constituir a Comissão Permanente de Licitação – CPL desta Prefeitura, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das Licitações.

**Art. 2º -** O Presidente da Comissão será substituído em suas ausências e impedimentos eventuais pelo segundo nomeado, ficando designados como suplentes da Comissão os seguintes servidores:

Igor Belusso Casagrande – 1º Suplente;

Danilo Steinke Aguiar – 2º Suplente.

**Art. 3.º -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto 001/2016 de 04/01/2016.

Paço Municipal, em Marcelândia-MT, em 02 de maio de 2016.

**ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 - SRP**

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 013/2016, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, carnes, hortifrutigranjeiros, materiais de limpeza, copa e utensílios, para manutenção das diversas secretarias do município de Marcelândia/MT. Sagraram-se vencedoras as empresas:

| ITENS | EMPRESA | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|
| 1, 2, 4, 6, 7, 9,11,13, 14, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 35, 38, 39, 43, 44, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 82, 83, 84, 87, 88, 99, 101, 105, 106, 107, 109, 112, 113, 126, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 187, 188, 189, 190, 191, 196, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 223, 226, 227, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 241, 243, 244, 245, 246, 255, 256, 258, 259, 260,261, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 272, 275, 276. | S T MACHADO & CIA LTDA. | 1.374.684,45 |
| 3, 10, 15, 16, 19, 27, 32, 33, 34, 36, 37, 40, 41, 42, 49, 50, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 85, 86, 94, 95, 98, 100, 102, 103, 111, 120, 124, 127, 128, 130, 131, 149, 150, 151, 158, 159, 165, 168, 169, 170, 175, 176, 183, 184, 186, 193, 194, 202, 203, 207, | RAFAEL HANAUER ME | 1.311.223,78 |

| | | |
|---|---|---|
| 214, 215, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 228, 229, 230, 233, 238, 239, 240, 242, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 257, 267, 271 | | |
| 5, 12, 22, 26, 28, 45, 47, 48, 76, 77, 78, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 108, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 129, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 180, 181, 182, 251. | GRAMADO DISTRIB. E COM. EI-RELI | 705. 496,43 |
| 8, 46, 53, 80, 81, 92, 104, 114, 125, 132, 133, 152, 185, 192, 195, 197, 198, 262, 273 e 274. | IMPÉRIO COM. E SERVIÇOS EIRELI – ME | 87. 227,93 |

Marcelândia/MT, em 03 de Maio de 2016

**GRAZIELA RUBIO PERIUS**

**Pregoeira Oficial**

**Publique-se**

**ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA**
**BALANÇO ANUAL CDA 2015**

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Balanço Anual (DCA)** |
| | **Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2015** |
| | **Período de referência: Período único (anual)** |

**DCA-Anexo I-AB | Balanço Patrimonial - Ativo e Passivo | Padrao**

| Balanço Patrimonial | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| **Ativo** | - |
| **Ativo** | - |
| 1.0.0.0.0.00.00 - Ativo | 47.617.856,59 |
| 1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante | 19.475.813,78 |
| 1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa | 19.249.871,17 |
| 1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional | 19.249.871,17 |
| 1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação | 19.249.871,17 |
| 1.1.1.1.2.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS | |
| 1.1.1.2.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira | 0,00 |
| 1.1.1.2.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira - Consolidação | |
| 1.1.2.0.0.00.00 - Créditos a Curto Prazo | 225.942,61 |
| 1.1.2.1.0.00.00 - Créditos Tributários a Receber | 0,00 |
| 1.1.2.1.1.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Consolidação | |
| 1.1.2.1.2.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS | |
| 1.1.2.1.3.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS - União | |
| 1.1.2.1.4.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS – Estado | |
| 1.1.2.1.5.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS - Município | |
| 1.1.2.2.0.00.00 - Clientes | 0,00 |
| 1.1.2.2.1.00.00 - Clientes - Consolidação | |
| 1.1.2.2.2.00.00 - Clientes - Intra OFSS | |
| 1.1.2.2.3.00.00 - Clientes - Inter OFSS - União | |
| 1.1.2.2.4.00.00 - Clientes - Inter OFSS - Estado | |
| 1.1.2.2.5.00.00 - Clientes - Inter OFSS - Município | |
| 1.1.2.3.0.00.00 - Créditos de Transferências a Receber | 225.942,61 |
| 1.1.2.3.1.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Consolidação | 225.942,61 |
| 1.1.2.3.3.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - União | |
| 1.1.2.3.4.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - Estado | |
| 1.1.2.3.5.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - Município | |
| 1.1.2.4.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 0,00 |
| 1.1.2.4.1.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação | |
| 1.1.2.4.2.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS | |
| 1.1.2.4.3.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - União | |
| 1.1.2.4.4.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado | |
| 1.1.2.4.5.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Município | |
| 1.1.2.5.0.00.00 - Dívida Ativa Tributaria | 0,00 |
| 1.1.2.5.1.00.00 - Dívida Ativa Tributaria - Consolidação | |
| 1.1.2.5.2.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Intra OFSS | |
| 1.1.2.5.3.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - União | |
| 1.1.2.5.4.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - Estado | |
| 1.1.2.5.5.00.00 - Dívida Ativa Tributaria - Inter OFSS - Município | |
| 1.1.2.6.0.00.00 - Dívida Ativa não Tributaria | 0,00 |
| 1.1.2.6.1.00.00 - Dívida Ativa não Tributaria - Consolidação | |
| 1.1.2.6.2.00.00 - Dívida Ativa Não Tributaria - Intra OFSS | |
| 1.1.2.6.3.00.00 - Dívida Ativa Não Tributaria - Inter OFSS - União | |
| 1.1.2.6.4.00.00 - Dívida Ativa Não Tributaria - Inter OFSS - Estado | |
| 1.1.2.6.5.00.00 - Dívida Ativa Não Tributaria - Inter OFSS - Município | |
| 1.1.2.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo | 0,00 |
| 1.1.2.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Consolidação | |
| 1.1.2.9.2.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Intra OFSS | |
| 1.1.2.9.3.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - União | |
| 1.1.2.9.4.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado | |
| 1.1.2.9.5.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município | |
| 1.1.3.0.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 0,00 |
| 1.1.3.1.0.00.00 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros | 0,00 |
| 1.1.3.1.1.00.00 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros - Consolidação | |
| 1.1.3.2.0.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar | 0,00 |
| 1.1.3.2.1.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação | |
| 1.1.3.3.0.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos | 0,00 |
| 1.1.3.3.1.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Consolidação | |
| 1.1.3.4.0.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio | 0,00 |
| 1.1.3.4.1.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Consolidação | |
| 1.1.3.5.0.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 0,00 |
| 1.1.3.5.1.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação | |
| 1.1.3.8.0.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo | 0,00 |
| 1.1.3.8.1.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação | |
| 1.1.3.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 0,00 |
| 1.1.3.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação | |
| 1.1.4.0.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 0,00 |
| 1.1.4.1.0.00.00 - Títulos e Valores Mobiliários | 0,00 |
| 1.1.4.1.1.00.00 - Títulos e Valores Mobiliários - Consolidação | |
| 1.1.4.2.0.00.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos | 0,00 |
| 1.1.4.2.1.00.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos - Consolidação | |
| 1.1.4.3.0.00.00 - Aplicação Em Segmento de Imóveis | 0,00 |
| 1.1.4.3.1.00.00 - Aplicação Em Segmento de Imóveis - Consolidação | |
| 1.1.4.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias | 0,00 |
| 1.1.4.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos Temporários e Aplicações Temporárias - Consolidação | |
| 1.1.5.0.0.00.00 - Estoques | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Balanço Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 1.1.5.1.0.00.00 - Mercadorias para Revenda | 0,00 |
| 1.1.5.1.1.00.00 - Mercadorias para Revenda - Consolidação | |
| 1.1.5.2.0.00.00 - Produtos e Serviços Acabados | 0,00 |
| 1.1.5.2.1.00.00 - Produtos e Serviços Acabados - Consolidação | |
| 1.1.5.3.0.00.00 - Produtos e Serviços em Elaboração | 0,00 |
| 1.1.5.3.1.00.00 - Produtos e Serviços em Elaboração - Consolidação | |
| 1.1.5.4.0.00.00 - Matérias-Primas | 0,00 |
| 1.1.5.4.1.00.00 - Matérias-Primas - Consolidação | |
| 1.1.5.5.0.00.00 - Materiais em Trânsito | 0,00 |
| 1.1.5.5.1.00.00 - Materiais em Trânsito - Consolidação | |
| 1.1.5.6.0.00.00 - Almoxarifado | 0,00 |
| 1.1.5.6.1.00.00 - Almoxarifado - Consolidação | |
| 1.1.5.7.0.00.00 - Adiantamentos a Fornecedores | 0,00 |
| 1.1.5.7.1.00.00 - Adiantamentos a Fornecedores - Consolidação | |
| 1.1.5.8.0.00.00 - Outros Estoques | 0,00 |
| 1.1.5.8.1.00.00 - Outros Estoques - Consolidação | |
| 1.1.5.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques | 0,00 |
| 1.1.5.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação | |
| 1.1.9.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente | 0,00 |
| 1.1.9.1.0.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar | 0,00 |
| 1.1.9.1.1.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação | |
| 1.1.9.2.0.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar | 0,00 |
| 1.1.9.2.1.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Consolidação | |
| 1.1.9.3.0.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar | 0,00 |
| 1.1.9.3.1.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação | |
| 1.1.9.4.0.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar | 0,00 |
| 1.1.9.4.1.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar - Consolidação | |
| 1.1.9.5.0.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar | 0,00 |
| 1.1.9.5.1.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Consolidação | |
| 1.1.9.6.0.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar | 0,00 |
| 1.1.9.6.1.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Consolidação | |
| 1.1.9.7.0.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar | 0,00 |
| 1.1.9.7.1.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Consolidação | |
| 1.1.9.8.0.00.00 - Demais VPD a Apropriar | 0,00 |
| 1.1.9.8.1.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Consolidação | |
| 1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante | 28.142.042,81 |
| 1.2.1.0.0.00.00 - Ativo Realizável a Longo Prazo | 7.249.623,42 |
| 1.2.1.1.0.00.00 - Créditos a Longo Prazo | 7.249.623,42 |
| 1.2.1.1.1.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Consolidação | 7.249.623,42 |
| 1.2.1.1.1.01.00 - Créditos Tributários a Receber | 74.130,79 |
| 1.2.1.1.1.02.00 - Clientes | 791.680,62 |
| 1.2.1.1.1.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos | |
| 1.2.1.1.1.04.00 - Dívida Ativa Tributaria | 6.279.304,98 |
| 1.2.1.1.1.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria | 104.507,03 |
| 1.2.1.1.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo | |
| 1.2.1.1.2.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS | 0,00 |
| 1.2.1.1.2.01.00 - Créditos Tributários a Receber | |
| 1.2.1.1.2.02.00 - Clientes | |
| 1.2.1.1.2.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos | |
| 1.2.1.1.2.04.00 - Dívida Ativa Tributaria | |
| 1.2.1.1.2.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria | |
| 1.2.1.1.2.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo | |
| 1.2.1.1.3.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União | 0,00 |
| 1.2.1.1.3.01.00 - Créditos Tributários a Receber | |
| 1.2.1.1.3.02.00 - Clientes | |
| 1.2.1.1.3.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos | |
| 1.2.1.1.3.04.00 - Dívida Ativa Tributaria | |
| 1.2.1.1.3.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria | |
| 1.2.1.1.3.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo | |
| 1.2.1.1.4.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado | 0,00 |
| 1.2.1.1.4.01.00 - Créditos Tributários a Receber | |
| 1.2.1.1.4.02.00 - Clientes | |
| 1.2.1.1.4.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos | |
| 1.2.1.1.4.04.00 - Dívida Ativa Tributaria | |
| 1.2.1.1.4.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria | |
| 1.2.1.1.4.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo | |
| 1.2.1.1.5.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município | 0,00 |
| 1.2.1.1.5.01.00 - Créditos Tributários a Receber | |
| 1.2.1.1.5.02.00 - Clientes | |
| 1.2.1.1.5.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos | |
| 1.2.1.1.5.04.00 - Dívida Ativa Tributaria | |
| 1.2.1.1.5.05.00 - Dívida Ativa não Tributaria | |
| 1.2.1.1.5.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo | |
| 1.2.1.2.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 0,00 |
| 1.2.1.2.1.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.1.2.1.01.00 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros | |
| 1.2.1.2.1.02.00 - Tributos a Recuperar/Compensar | |
| 1.2.1.2.1.03.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos | |
| 1.2.1.2.1.04.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos | |
| 1.2.1.2.1.05.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Balanço Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 1.2.1.2.1.06.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | |
| 1.2.1.2.1.98.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo | |
| 1.2.1.2.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | |
| 1.2.1.3.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo | 0,00 |
| 1.2.1.3.1.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.1.3.1.01.00 - Títulos e Valores Mobiliários | |
| 1.2.1.3.1.02.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos | |
| 1.2.1.3.1.03.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis | |
| 1.2.1.3.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo | |
| 1.2.1.4.0.00.00 - Estoques | 0,00 |
| 1.2.1.4.1.00.00 - Estoques - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.1.4.1.01.00 - Mercadorias para Revenda | |
| 1.2.1.4.1.02.00 - Produtos e Serviços Acabados | |
| 1.2.1.4.1.03.00 - Produtos e Serviços em Elaboração | |
| 1.2.1.4.1.04.00 - Matérias-Primas | |
| 1.2.1.4.1.05.00 - Materiais em Trânsito | |
| 1.2.1.4.1.06.00 - Almoxarifado | |
| 1.2.1.4.1.07.00 - Adiantamentos a Fornecedores | |
| 1.2.1.4.1.98.00 - Outros Estoques | |
| 1.2.1.4.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques | |
| 1.2.1.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente | 0,00 |
| 1.2.1.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.1.9.1.01.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar | |
| 1.2.1.9.1.02.00 - VPD Financeiras a Apropriar | |
| 1.2.1.9.1.03.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar | |
| 1.2.1.9.1.04.00 - Alugueis Pagos a Apropriar | |
| 1.2.1.9.1.05.00 - Tributos Pagos a Apropriar | |
| 1.2.1.9.1.06.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar | |
| 1.2.1.9.1.07.00 - Benefícios a Apropriar | |
| 1.2.1.9.1.99.00 - Demais VPD a Apropriar | |
| 1.2.2.0.0.00.00 - Investimentos | 0,00 |
| 1.2.2.1.0.00.00 - Participações Permanentes | 0,00 |
| 1.2.2.1.1.00.00 - Participações Permanentes - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.2.1.1.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial | |
| 1.2.2.1.1.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo | |
| 1.2.2.1.2.00.00 - Participações Permanentes - Intra OFSS | 0,00 |
| 1.2.2.1.2.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial | |
| 1.2.2.1.2.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo | |
| 1.2.2.1.3.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - União | 0,00 |
| 1.2.2.1.3.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial | |
| 1.2.2.1.3.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo | |
| 1.2.2.1.4.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - Estado | 0,00 |
| 1.2.2.1.4.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial | |
| 1.2.2.1.4.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo | |
| 1.2.2.1.5.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - Município | 0,00 |
| 1.2.2.1.5.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial | |
| 1.2.2.1.5.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo | |
| 1.2.2.2.0.00.00 - Propriedades para Investimento | 0,00 |
| 1.2.2.2.1.00.00 - Propriedades para Investimento - Consolidação | |
| 1.2.2.3.0.00.00 - Investimentos do RPPS de Longo Prazo | 0,00 |
| 1.2.2.3.1.00.00 - Investimentos do RPPS de Longo Prazo - Consolidação | |
| 1.2.2.7.0.00.00 - Demais Investimentos Permanentes | 0,00 |
| 1.2.2.7.1.00.00 - Demais Investimentos Permanentes - Consolidação | |
| 1.2.2.8.0.00.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos | 0,00 |
| 1.2.2.8.1.00.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.2.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos - Consolidação - Propriedades para Investimento | |
| 1.2.2.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos | 0,00 |
| 1.2.2.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.2.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes | |
| 1.2.2.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimento | |
| 1.2.2.9.1.03.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS | |
| 1.2.2.9.1.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes | |
| 1.2.2.9.2.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS | 0,00 |
| 1.2.2.9.2.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes | |
| 1.2.2.9.2.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes | |
| 1.2.2.9.3.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União | 0,00 |
| 1.2.2.9.3.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes | |
| 1.2.2.9.3.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes | |
| 1.2.2.9.4.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado | 0,00 |
| 1.2.2.9.4.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes | |
| 1.2.2.9.4.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes | |
| 1.2.2.9.5.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município | 0,00 |
| 1.2.2.9.5.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes | |
| 1.2.2.9.5.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes | |
| 1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado | 20.892.419,39 |
| 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis | 11.183.864,55 |
| 1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação | 11.183.864,55 |
| 1.2.3.2.0.00.00 - Bens Imóveis | 11.339.055,02 |
| 1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação | 11.339.055,02 |
| 1.2.3.8.0.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas | 1.630.500,18 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Balanço Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 1.2.3.8.1.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas - Consolidação | 1.630.500,18 |
| 1.2.3.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis | 1.630.500,18 |
| 1.2.3.8.1.02.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis | |
| 1.2.3.8.1.03.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Móveis | |
| 1.2.3.8.1.04.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Imóveis | |
| 1.2.3.8.1.05.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Móveis | |
| 1.2.3.8.1.06.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis | |
| 1.2.3.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado | 0,00 |
| 1.2.3.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.3.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Moveis | |
| 1.2.3.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Imóveis | |
| 1.2.4.0.0.00.00 - Intangível | 0,00 |
| 1.2.4.1.0.00.00 - Softwares | 0,00 |
| 1.2.4.1.1.00.00 - Softwares - Consolidação | |
| 1.2.4.2.0.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 0,00 |
| 1.2.4.2.1.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação | |
| 1.2.4.3.0.00.00 - Direito de Uso de Imóveis | 0,00 |
| 1.2.4.3.1.00.00 - Direito de Uso de Imóveis - Consolidação | |
| 1.2.4.8.0.00.00 - (-) Amortização Acumulada | 0,00 |
| 1.2.4.8.1.00.00 - (-) Amortização Acumulada - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.4.8.1.01.00 - (-) Amortização Acumulada - Softwares | |
| 1.2.4.8.1.02.00 - (-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes | |
| 1.2.4.8.1.03.00 - (-) Amortização Acumulada - Direito de Uso de Imóveis | |
| 1.2.4.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível | 0,00 |
| 1.2.4.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.4.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares | |
| 1.2.4.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Marcas, Direitos e Patentes | |
| 1.2.4.9.1.03.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Direito de Uso | |
| 1.2.5.0.0.00.00 - Diferido | 0,00 |
| 1.2.5.1.0.00.00 - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais | 0,00 |
| 1.2.5.1.1.00.00 - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais - Consolidação | |
| 1.2.5.2.0.00.00 - Gastos de Reorganização | 0,00 |
| 1.2.5.2.1.00.00 - Gastos de Reorganização - Consolidação | |
| 1.2.5.9.0.00.00 - (-) Amortização Acumulada | 0,00 |
| 1.2.5.9.1.00.00 - (-) Amortização Acumulada - Consolidação | 0,00 |
| 1.2.5.9.1.01.00 - (-) Amortização Acumulada - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais | |
| 1.2.5.9.1.02.00 - (-) Amortização Acumulada - Gastos de Reorganização | |
| **Passivo e Patrimônio Líquido** | - |
| **Passivo e Patrimônio Líquido** | - |
| 2.0.0.0.0.00.00 - Passivo e Patrimônio Líquido | 47.617.856,59 |
| 2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante | 481.924,07 |
| 2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.1.1.0.00.00 - Pessoal a Pagar | 0,00 |
| 2.1.1.1.1.00.00 - Pessoal a Pagar - Consolidação | |
| 2.1.1.2.0.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar | 0,00 |
| 2.1.1.2.1.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação | |
| 2.1.1.2.2.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Intra OFSS | |
| 2.1.1.2.3.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - União | |
| 2.1.1.2.4.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Estado | |
| 2.1.1.2.5.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Município | |
| 2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar | 0,00 |
| 2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação | |
| 2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar | 0,00 |
| 2.1.1.4.1.00.00 - Encargos Sociais a Pagar-Consolidação | |
| 2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS | |
| 2.1.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União | |
| 2.1.1.4.4.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Estado | |
| 2.1.1.4.5.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Município | |
| 2.1.2.0.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.2.1.0.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno | 0,00 |
| 2.1.2.1.1.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo – Interno - Consolidação | |
| 2.1.2.1.3.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo – Interno - Inter OFSS - União | |
| 2.1.2.1.4.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado | |
| 2.1.2.1.5.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município | |
| 2.1.2.2.0.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Externo | 0,00 |
| 2.1.2.2.1.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Externo Consolidação | |
| 2.1.2.3.0.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno | 0,00 |
| 2.1.2.3.1.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo- Interno - Consolidação | |
| 2.1.2.3.3.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União | |
| 2.1.2.3.4.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado | |
| 2.1.2.3.5.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município | |
| 2.1.2.4.0.00.00 - Financiamento a Curto Prazo - Externo | 0,00 |
| 2.1.2.4.1.00.00 - Financiamento a Curto Prazo - Externo - Consolidação | |
| 2.1.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno | 0,00 |
| 2.1.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Consolidação | |
| 2.1.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União | |
| 2.1.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado | |
| 2.1.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Balanço Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| Município | |
| 2.1.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Externo | 0,00 |
| 2.1.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Externo - Consolidação | |
| 2.1.2.8.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno | 0,00 |
| 2.1.2.8.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Consolidação | |
| 2.1.2.8.3.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - União | |
| 2.1.2.8.4.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Estado | |
| 2.1.2.8.5.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Município | |
| 2.1.2.9.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo | 0,00 |
| 2.1.2.9.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar- Consolidação | |
| 2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 481.924,07 |
| 2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo | 481.924,07 |
| 2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação | 481.924,07 |
| 2.1.3.2.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.3.2.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação | |
| 2.1.4.0.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.4.1.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União | 0,00 |
| 2.1.4.1.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Consolidação | |
| 2.1.4.1.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Intra OFSS | |
| 2.1.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União | |
| 2.1.4.2.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados | 0,00 |
| 2.1.4.2.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Consolidação | |
| 2.1.4.2.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Intra OFSS | |
| 2.1.4.2.4.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Inter OFSS - Estado | |
| 2.1.4.3.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios | 0,00 |
| 2.1.4.3.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Consolidação | |
| 2.1.4.3.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Intra OFSS | |
| 2.1.4.3.5.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS - Município | |
| 2.1.5.0.0.00.00 - Obrigações de Repartição a Outros Entes | 0,00 |
| 2.1.5.0.3.00.00 - Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - União | |
| 2.1.5.0.4.00.00 - Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - Estado | |
| 2.1.5.0.5.00.00 - Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - Município | |
| 2.1.7.0.0.00.00 - Provisões a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.7.1.0.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.7.1.1.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação | |
| 2.1.7.3.0.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.7.3.1.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação | |
| 2.1.7.4.0.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.7.4.1.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação | |
| 2.1.7.5.0.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.7.5.3.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - União | |
| 2.1.7.5.4.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado | |
| 2.1.7.5.5.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município | |
| 2.1.7.6.0.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.7.6.1.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo - Consolidação | |
| 2.1.7.9.0.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.7.9.1.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Consolidação | |
| 2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.8.1.0.00.00 - Adiantamentos de Clientes | 0,00 |
| 2.1.8.1.1.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Consolidação | |
| 2.1.8.2.0.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros | 0,00 |
| 2.1.8.2.1.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Consolidação | |
| 2.1.8.3.0.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar | 0,00 |
| 2.1.8.3.1.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Consolidação | |
| 2.1.8.4.0.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.8.4.1.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Consolidação | |
| 2.1.8.5.0.00.00 - Dividendos a Pagar | 0,00 |
| 2.1.8.5.1.00.00 - Dividendos a Pagar - Consolidação | |
| 2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis | 0,00 |
| 2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação | |
| 2.1.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo | 0,00 |
| 2.1.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação | |
| 2.1.8.9.2.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS | |
| 2.2.0.0.0.00.00 - Passivo não-Circulante | 15.042.883,44 |
| 2.2.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.1.1.0.00.00 - Pessoal a Pagar | 0,00 |
| 2.2.1.1.1.00.00 - Pessoal a Pagar - Consolidação | |
| 2.2.1.2.0.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar | 0,00 |
| 2.2.1.2.1.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação | |
| 2.2.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar | 0,00 |
| 2.2.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação | |
| 2.2.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar | 0,00 |
| 2.2.1.4.1.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Consolidação | |
| 2.2.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS | |
| 2.2.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União | |
| 2.2.1.4.4.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Estado | |
| 2.2.1.4.5.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Município | |
| 2.2.2.0.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | 796.315,83 |
| 2.2.2.1.0.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno | 796.315,83 |
| 2.2.2.1.1.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação | 796.315,83 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Balanço Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 2.2.2.1.3.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União | |
| 2.2.2.1.4.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado | |
| 2.2.2.1.5.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município | |
| 2.2.2.2.0.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo | 0,00 |
| 2.2.2.2.1.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo Consolidação | |
| 2.2.2.3.0.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno | 0,00 |
| 2.2.2.3.1.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação | |
| 2.2.2.3.3.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União | |
| 2.2.2.3.4.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado | |
| 2.2.2.3.5.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município | |
| 2.2.2.4.0.00.00 - Financiamento a Longo Prazo - Externo | 0,00 |
| 2.2.2.4.1.00.00 - Financiamento a Longo Prazo - Externo - Consolidação | |
| 2.2.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno | 0,00 |
| 2.2.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação | |
| 2.2.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União | |
| 2.2.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado | |
| 2.2.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município | |
| 2.2.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo | 0,00 |
| 2.2.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo - Consolidação | |
| 2.2.2.8.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno | 0,00 |
| 2.2.2.8.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Consolidação | |
| 2.2.2.8.3.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - União | |
| 2.2.2.8.4.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Estado | |
| 2.2.2.8.5.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Município | |
| 2.2.2.9.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo | 0,00 |
| 2.2.2.9.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo - Consolidação | |
| 2.2.3.0.0.00.00 - Fornecedores a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.3.1.0.00.00 - Fornecedores Nacionais a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.3.1.1.00.00 - Fornecedores Nacionais a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.3.2.0.00.00 - Fornecedores Estrangeiros a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.3.2.1.00.00 - Fornecedores Estrangeiros a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.4.0.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.4.1.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União | 0,00 |
| 2.2.4.1.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Consolidação | |
| 2.2.4.1.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Intra OFSS | |
| 2.2.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS - União | |
| 2.2.4.2.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados | 0,00 |
| 2.2.4.2.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Consolidação | |
| 2.2.4.2.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Intra OFSS | |
| 2.2.4.2.4.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Inter OFSS - Estado | |
| 2.2.4.3.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios | 0,00 |
| 2.2.4.3.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Consolidação | |
| 2.2.4.3.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Intra OFSS | |
| 2.2.4.3.5.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Inter OFSS - Município | |
| 2.2.7.0.0.00.00 - Provisões a Longo Prazo | 14.246.567,61 |
| 2.2.7.1.0.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.7.1.1.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.7.2.0.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo | 14.246.567,61 |
| 2.2.7.2.1.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação | 14.246.567,61 |
| 2.2.7.2.1.01.00 - Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos | |
| 2.2.7.2.1.02.00 - Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder | |
| 2.2.7.2.1.03.00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos | 14.246.567,61 |
| 2.2.7.2.1.04.00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder | |
| 2.2.7.2.1.05.00 - Plano Previdenciário - Plano de Amortização | |
| 2.2.7.2.1.06.00 - Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Financeiro | |
| 2.2.7.2.1.07.00 - Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário | |
| 2.2.7.3.0.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.7.3.1.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.7.4.0.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.7.4.1.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.7.5.0.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.7.5.3.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União | |
| 2.2.7.5.4.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado | |
| 2.2.7.5.5.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município | |
| 2.2.7.6.0.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.7.6.1.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo - Consolidação OFSS | |
| 2.2.7.9.0.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.7.9.1.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.8.1.0.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.8.1.1.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.8.2.0.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.8.2.1.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.8.3.0.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.8.3.1.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.8.4.0.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 0,00 |
| 2.2.8.4.1.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Consolidação | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Balanço Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 2.2.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis | 0,00 |
| 2.2.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação | |
| 2.2.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo | 0,00 |
| 2.2.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação | |
| 2.2.9.0.0.00.00 - Resultado Diferido | 0,00 |
| 2.2.9.1.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida | 0,00 |
| 2.2.9.1.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação | |
| 2.2.9.2.0.00.00 - (-) Custo Diferido | 0,00 |
| 2.2.9.2.1.00.00 - (-) Custo Diferido - Consolidação | |
| 2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido | 32.093.049,08 |
| 2.3.1.0.0.00.00 - Patrimônio Social e Capital Social | 0,00 |
| 2.3.1.1.0.00.00 - Patrimônio Social | 0,00 |
| 2.3.1.1.1.00.00 - Patrimônio Social - Consolidação | |
| 2.3.1.2.0.00.00 - Capital Social Realizado | 0,00 |
| 2.3.1.2.1.00.00 - Capital Social Realizado - Consolidação | |
| 2.3.1.2.2.00.00 - Capital Social Realizado - Intra OFSS | |
| 2.3.1.2.3.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - União | |
| 2.3.1.2.4.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.1.2.5.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.2.0.0.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 0,00 |
| 2.3.2.0.1.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Consolidação | |
| 2.3.2.0.2.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS | |
| 2.3.2.0.3.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - União | |
| 2.3.2.0.4.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.2.0.5.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.3.0.0.00.00 - Reservas de Capital | 0,00 |
| 2.3.3.1.0.00.00 - Ágio na Emissão de Ações | 0,00 |
| 2.3.3.1.1.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Consolidação | |
| 2.3.3.1.2.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Intra OFSS | |
| 2.3.3.1.3.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - União | |
| 2.3.3.1.4.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.3.1.5.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.3.2.0.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias | 0,00 |
| 2.3.3.2.1.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Consolidação | |
| 2.3.3.2.2.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Intra OFSS | |
| 2.3.3.2.3.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - União | |
| 2.3.3.2.4.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.3.2.5.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.3.3.0.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição | 0,00 |
| 2.3.3.3.1.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Consolidação | |
| 2.3.3.3.2.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Intra OFSS | |
| 2.3.3.3.3.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - União | |
| 2.3.3.3.4.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.3.3.5.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.3.4.0.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado | 0,00 |
| 2.3.3.4.1.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Consolidação | |
| 2.3.3.4.2.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Intra OFSS | |
| 2.3.3.4.3.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - União | |
| 2.3.3.4.4.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.3.4.5.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.3.9.0.00.00 - Outras Reservas de Capital | 0,00 |
| 2.3.3.9.1.00.00 - Outras Reservas de Capital - Consolidação | |
| 2.3.3.9.2.00.00 - Outras Reservas de Capital - Intra OFSS | |
| 2.3.3.9.3.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - União | |
| 2.3.3.9.4.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.3.9.5.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.4.0.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial | 0,00 |
| 2.3.4.1.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos | 0,00 |
| 2.3.4.1.1.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Consolidação | |
| 2.3.4.2.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos | 0,00 |
| 2.3.4.2.1.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Consolidação | |
| 2.3.5.0.0.00.00 - Reservas de Lucros | 0,00 |
| 2.3.5.1.0.00.00 - Reserva Legal | 0,00 |
| 2.3.5.1.1.00.00 - Reserva Legal - Consolidação | |
| 2.3.5.1.2.00.00 - Reserva Legal - Intra OFSS | |
| 2.3.5.1.3.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - União | |
| 2.3.5.1.4.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.5.1.5.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.5.2.0.00.00 - Reservas Estatutárias | 0,00 |
| 2.3.5.2.1.00.00 - Reservas Estatutárias - Consolidação | |
| 2.3.5.2.2.00.00 - Reservas Estatutárias - Intra OFSS | |
| 2.3.5.2.3.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - União | |
| 2.3.5.2.4.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.5.2.5.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.5.3.0.00.00 - Reserva para Contingencias | 0,00 |
| 2.3.5.3.1.00.00 - Reserva para Contingencias - Consolidação | |
| 2.3.5.3.2.00.00 - Reserva para Contingencias - Intra OFSS | |
| 2.3.5.3.3.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - União | |
| 2.3.5.3.4.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.5.3.5.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - Município | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Balanço Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 2.3.5.4.0.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais | 0,00 |
| 2.3.5.4.1.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Consolidação | |
| 2.3.5.4.2.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Intra OFSS | |
| 2.3.5.4.3.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - União | |
| 2.3.5.4.4.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.5.4.5.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.5.5.0.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão | 0,00 |
| 2.3.5.5.1.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Consolidação | |
| 2.3.5.5.2.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Intra OFSS | |
| 2.3.5.5.3.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS - União | |
| 2.3.5.5.4.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS –Estado | |
| 2.3.5.5.5.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.5.6.0.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar | 0,00 |
| 2.3.5.6.1.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Consolidação | |
| 2.3.5.6.2.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Intra OFSS | |
| 2.3.5.6.3.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Inter OFSS - União | |
| 2.3.5.6.4.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.5.6.5.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Inter OFSS - Município | |
| 2.3.5.7.0.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures | 0,00 |
| 2.3.5.7.1.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Consolidação | |
| 2.3.5.7.2.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Intra OFSS | |
| 2.3.5.7.3.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - União | |
| 2.3.5.7.4.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.5.7.5.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.5.8.0.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído | 0,00 |
| 2.3.5.8.1.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Consolidação | |
| 2.3.5.8.2.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Intra OFSS | |
| 2.3.5.8.3.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - União | |
| 2.3.5.8.4.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.5.8.5.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.5.9.0.00.00 - Outras Reservas de Lucro | 0,00 |
| 2.3.5.9.1.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Consolidação | |
| 2.3.5.9.2.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Intra OFSS | |
| 2.3.5.9.3.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - União | |
| 2.3.5.9.4.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.5.9.5.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.6.0.0.00.00 - Demais Reservas | 0,00 |
| 2.3.6.1.0.00.00 - Reserva de Reavaliação | 0,00 |
| 2.3.6.1.1.00.00 - Reserva de Reavaliação - Consolidação | |
| 2.3.6.1.2.00.00 - Reserva de Reavaliação - Intra OFSS | |
| 2.3.6.1.3.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - União | |
| 2.3.6.1.4.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.6.1.5.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.6.9.0.00.00 - Outras Reservas | 0,00 |
| 2.3.6.9.1.00.00 - Outras Reservas - Consolidação | |
| 2.3.6.9.2.00.00 - Outras Reservas - Intra OFSS | |
| 2.3.6.9.3.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - União | |
| 2.3.6.9.4.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.6.9.5.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados | 32.093.049,08 |
| 2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados | 32.093.049,08 |
| 2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação | 32.093.049,08 |
| 2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício | 4.131.893,88 |
| 2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores | 27.102.087,62 |
| 2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | 859.067,58 |
| 2.3.7.1.1.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS | 0,00 |
| 2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício | |
| 2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.1.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.1.2.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União | 0,00 |
| 2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício | |
| 2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.1.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.1.3.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado | 0,00 |
| 2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício | |
| 2.3.7.1.4.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.1.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.1.4.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.7.1.5.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Município | 0,00 |
| 2.3.7.1.5.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício | |
| 2.3.7.1.5.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.1.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.1.5.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.7.2.0.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados | 0,00 |
| 2.3.7.2.1.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação | 0,00 |
| 2.3.7.2.1.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício | |
| 2.3.7.2.1.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Balanço Patrimonial | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| 2.3.7.2.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.1.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício | |
| 2.3.7.2.1.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.1.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.7.2.2.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS | 0,00 |
| 2.3.7.2.2.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício | |
| 2.3.7.2.2.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.2.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício | |
| 2.3.7.2.2.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.2.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.7.2.3.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União | 0,00 |
| 2.3.7.2.3.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício | |
| 2.3.7.2.3.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.3.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício | |
| 2.3.7.2.3.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.3.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.7.2.4.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado | 0,00 |
| 2.3.7.2.4.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício | |
| 2.3.7.2.4.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.4.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício | |
| 2.3.7.2.4.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.4.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.7.2.5.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município | 0,00 |
| 2.3.7.2.5.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício | |
| 2.3.7.2.5.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.5.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício | |
| 2.3.7.2.5.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores | |
| 2.3.7.2.5.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão | |
| 2.3.9.0.0.00.00 - (-) Ações/Cotas em Tesouraria | 0,00 |
| 2.3.9.1.0.00.00 - (-) Ações em Tesouraria | 0,00 |
| 2.3.9.1.1.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Consolidação | |
| 2.3.9.1.2.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Intra OFSS | |
| 2.3.9.1.3.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - União | |
| 2.3.9.1.4.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.9.1.5.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Município | |
| 2.3.9.2.0.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria | 0,00 |
| 2.3.9.2.1.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Consolidação | |
| 2.3.9.2.2.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Intra OFSS | |
| 2.3.9.2.3.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - União | |
| 2.3.9.2.4.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Estado | |
| 2.3.9.2.5.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Município | |
| **Apuração do Saldo Patrimonial** | - |
| **Apuração do Saldo Patrimonial** | - |
| Ativo Financeiro | 19.249.871,17 |
| Ativo Permanente | 27.766.819,20 |
| Passivo Financeiro | 963.848,14 |
| Passivo Permanente | 15.839.199,27 |
| Saldo Patrimonial | 30.213.642,96 |
| **Contas de Compensação** | - |
| **Contas de Compensação** | - |
| 8.1.1.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Ativos | |
| 8.1.1.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas | |
| 8.1.1.2.0.00.00 - Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | 3.141.857,68 |
| 8.1.1.3.0.00.00 - Execução de Direitos Contratuais | |
| 8.1.1.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Ativos | 698.227,00 |
| 8.1.2.0.0.00.00 - Execução dos Atos Potenciais Passivos | |
| 8.1.2.1.0.00.00 - Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas | |
| 8.1.2.2.0.00.00 - Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | |
| 8.1.2.3.0.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais | 2.475.344,94 |
| 8.1.2.9.0.00.00 - Execução de Outros Atos Potenciais Passivos | 469.625,20 |

**DCA-Anexo I-AB | Balanço Patrimonial - Ativo e Passivo | Padrao**

| Notas Explicativas Patrimoniais | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| **Notas Explicativas Patrimoniais** | - |
| Notas Explicativas | |

**DCA-Anexo I-C | Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias | Padrao**

| Receitas Orçamentárias | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receitas Brutas Realizadas | Deduções - Transferências Constitucionais | Deduções - FUNDEB | Outras Deduções da Receita |
| **Receitas Orçamentárias** | - | - | - | - |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Receitas Orçamentárias | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receitas Brutas Realizadas | Deduções - Transferências Constitucionais | Deduções - FUNDEB | Outras Deduções da Receita |
| Total Receitas | 36.378.149,17 | 0,00 | 3.005.857,20 | 349.313,99 |
| 1.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes | 33.083.873,42 | 0,00 | 3.005.857,20 | 349.313,99 |
| 1.1.0.0.00.00.00 - Receita Tributária | 2.015.391,24 | 0,00 | 0,00 | 28.420,96 |
| 1.1.1.0.00.00.00 - Impostos | 1.683.745,99 | 0,00 | 0,00 | 19.001,28 |
| 1.1.1.1.00.00.00 - Impostos sobre o Comércio Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.1.01.00.00 - Imposto sobre a Importação - II | | | | |
| 1.1.1.1.02.00.00 - Imposto sobre a Exportação - IE | | | | |
| 1.1.1.2.00.00.00 - Impostos sobre o Patrimônio e a Renda | 1.035.127,91 | 0,00 | 0,00 | 19.001,28 |
| 1.1.1.2.01.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR | | | | |
| 1.1.1.2.02.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU | 400.226,61 | | | 18.983,45 |
| 1.1.1.2.04.00.00 - Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR | 286.737,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.2.04.10.00 - Pessoas Físicas | | | | |
| 1.1.1.2.04.11.00 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas | | | | |
| 1.1.1.2.04.20.00 - Pessoas Jurídicas | | | | |
| 1.1.1.2.04.21.00 - Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos | | | | |
| 1.1.1.2.04.22.00 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Jurídicas | | | | |
| 1.1.1.2.04.23.00 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Simples Federal e Nacional | | | | |
| 1.1.1.2.04.30.00 - Retido nas Fontes | | | | |
| 1.1.1.2.04.31.00 - Retido nas Fontes - Trabalho | 280.455,12 | | | |
| 1.1.1.2.04.32.00 - Retido nas Fontes - Capital | | | | |
| 1.1.1.2.04.33.00 - Retido nas Fontes - Remessa ao Exterior | | | | |
| 1.1.1.2.04.34.00 - Retido nas Fontes - Outros Rendimentos | 6.282,70 | | | |
| 1.1.1.2.04.35.00 - Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte | | | | |
| 1.1.1.2.05.00.00 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA | | | | |
| 1.1.1.2.07.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos – ITCD | | | | |
| 1.1.1.2.08.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imó veis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI | 348.163,48 | | | 17,83 |
| 1.1.1.3.00.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação | 648.618,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.3.01.00.00 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI | | | | |
| 1.1.1.3.02.00.00 - Imposto sobre Op. Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prest.de Serv.de Transp. Interest.e Interm. e de Comunicação – ICMS | | | | |
| 1.1.1.3.03.00.00 - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF | | | | |
| 1.1.1.3.05.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN | 648.618,08 | | | |
| 1.1.1.5.00.00.00 - Impostos Extraordinários | | | | |
| 1.1.2.0.00.00.00 - Taxas | 325.124,22 | 0,00 | 0,00 | 9.419,68 |
| 1.1.2.1.00.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | 237.434,00 | | | 9.394,39 |
| 1.1.2.2.00.00.00 - Taxas pela Prestação de Serviços | 87.690,22 | | | 25,29 |
| 1.1.3.0.00.00.00 - Contribuição de Melhoria | 6.521,03 | | | |
| 1.2.0.0.00.00.00 - Receitas de Contribuições | 1.059.240,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.1.0.00.00.00 - Contribuições Sociais | 895.561,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.1.0.01.00.00 - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social | | | | |
| 1.2.1.0.02.00.00 - Contribuição Social do Saláro-Educação | | | | |
| 1.2.1.0.04.00.00 - Cota-Parte da Contribuição Sindical | | | | |
| 1.2.1.0.05.00.00 - Contribuição para o Ensino Aeroviário | | | | |
| 1.2.1.0.06.00.00 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo | | | | |
| 1.2.1.0.07.00.00 - Contribuição para o Fundo de Saúde das Forças Armadas | | | | |
| 1.2.1.0.09.00.00 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos | | | | |
| 1.2.1.0.13.00.00 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos | | | | |
| 1.2.1.0.15.00.00 - Contribuição para Custeio das Pensões Militares | | | | |
| 1.2.1.0.17.00.00 - Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades | | | | |
| 1.2.1.0.18.00.00 - Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognó sticos | | | | |
| 1.2.1.0.29.00.00 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público | 895.561,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.1.0.29.01.00 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio | | | | |
| 1.2.1.0.29.02.00 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar | | | | |
| 1.2.1.0.29.03.00 - Contribuição Patronal – Inativo Civil | | | | |
| 1.2.1.0.29.04.00 - Contribuição Patronal – Inativo Militar | | | | |
| 1.2.1.0.29.05.00 - Contribuição Patronal – Pensionista Civil | | | | |
| 1.2.1.0.29.06.00 - Contribuição Patronal – Pensionista Militar | | | | |
| 1.2.1.0.29.07.00 - Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Pró prio | 888.486,73 | | | |
| 1.2.1.0.29.08.00 - Contribuição de Servidor Ativo Militar | | | | |
| 1.2.1.0.29.09.00 - Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio | | | | |
| 1.2.1.0.29.10.00 - Contribuições de Servidor Inativo Militar | | | | |
| 1.2.1.0.29.11.00 - Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Pró prio | 7.074,76 | | | |
| 1.2.1.0.29.12.00 - Contribuições de Pensionista Militar | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Receitas Orçamentárias | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receitas Brutas Realizadas | Deduções - Transferências Constitucionais | Deduções - FUNDEB | Outras Deduções da Receita |
| 1.2.1.0.29.13.00 - Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial | | | | |
| 1.2.1.0.29.15.00 - Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos | | | | |
| 1.2.1.0.29.16.00 - Receita de Recolhimento da Contribuição Patronal, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais | | | | |
| 1.2.1.0.29.17.00 - Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Ativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais | | | | |
| 1.2.1.0.29.18.00 - Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Inativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais | | | | |
| 1.2.1.0.29.19.00 - Receita de Recolhimento de Pensionista Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais | | | | |
| 1.2.1.0.30.00.00 - Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social | | | | |
| 1.2.1.0.31.00.00 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal | | | | |
| 1.2.1.0.32.00.00 - Contribuições Rurais | | | | |
| 1.2.1.0.33.00.00 - Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC | | | | |
| 1.2.1.0.34.00.00 - Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI | | | | |
| 1.2.1.0.35.00.00 - Contribuição e Adicional para o Serviço Social do Comércio - SESC | | | | |
| 1.2.1.0.36.00.00 - Contribuição e Adicional para o Serviço Social da Indústria - SESI | | | | |
| 1.2.1.0.37.00.00 - Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP | | | | |
| 1.2.1.0.38.00.00 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas | | | | |
| 1.2.1.0.39.00.00 - Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR | | | | |
| 1.2.1.0.41.00.00 - Contribuição para o Serviço Social do Transporte - SEST | | | | |
| 1.2.1.0.42.00.00 - Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT | | | | |
| 1.2.1.0.43.00.00 - Contribuição para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE | | | | |
| 1.2.1.0.44.00.00 - Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP | | | | |
| 1.2.1.0.45.00.00 - Contribuição sobre Jogos de Bingo | | | | |
| 1.2.1.0.47.00.00 - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa | | | | |
| 1.2.1.0.48.00.00 - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador | | | | |
| 1.2.1.0.99.00.00 - Outras Contribuições Sociais | | | | |
| 1.2.2.0.00.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | | | | |
| 1.2.3.0.00.00.00 - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 163.679,07 | | | |
| 1.3.0.0.00.00.00 - Receita Patrimonial | 2.301.328,96 | 0,00 | 0,00 | 307.971,86 |
| 1.3.1.0.00.00.00 - Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.1.1.00.00.00 - Aluguéis | | | | |
| 1.3.1.2.00.00.00 - Arrendamentos | | | | |
| 1.3.1.3.00.00.00 - Foros | | | | |
| 1.3.1.4.00.00.00 - Laudêmios | | | | |
| 1.3.1.5.00.00.00 - Taxa de Ocupação de Imóveis | | | | |
| 1.3.1.9.00.00.00 - Outras Receitas Imobiliárias | | | | |
| 1.3.2.0.00.00.00 - Receitas de Valores Mobiliários | 2.301.328,96 | 0,00 | 0,00 | 307.971,86 |
| 1.3.2.1.00.00.00 - Juros de Títulos de Renda | | | | |
| 1.3.2.2.00.00.00 - Dividendos | | | | |
| 1.3.2.5.00.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários | 304.121,42 | | | |
| 1.3.2.6.00.00.00 - Remuneração de Depósitos Especiais | | | | |
| 1.3.2.7.00.00.00 - Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados | | | | |
| 1.3.2.8.00.00.00 - Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor | 1.997.207,54 | | | 307.971,86 |
| 1.3.2.9.00.00.00 - Outras Receitas de Valores Mobiliários | | | | |
| 1.3.3.0.00.00.00 - Receitas de Concessões e Permissões | | | | |
| 1.3.4.0.00.00.00 - Compensações Financeiras | | | | |
| 1.3.5.0.00.00.00 - Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público | | | | |
| 1.3.6.0.00.00.00 - Receita da Cessão de Direitos | | | | |
| 1.3.9.0.00.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais | | | | |
| 1.4.0.0.00.00.00 - Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.1.0.00.00.00 - Receita da Produção Vegetal | | | | |
| 1.4.2.0.00.00.00 - Receita da Produção Animal e Derivados | | | | |
| 1.4.9.0.00.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias | | | | |
| 1.5.0.0.00.00.00 - Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.1.0.00.00.00 - Receita da Indústria Extrativa Mineral | | | | |
| 1.5.2.0.00.00.00 - Receita da Indústria de Transformação | | | | |
| 1.5.3.0.00.00.00 - Receita da Indústria de Construção | | | | |
| 1.5.9.0.00.00.00 - Outras Receitas Industriais | | | | |
| 1.6.0.0.00.00.00 - Receita de Serviços | 22.940,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.6.0.0.01.00.00 - Serviços Comerciais | | | | |
| 1.6.0.0.02.00.00 - Serviços Financeiros | | | | |
| 1.6.0.0.03.00.00 - Serviços de Transporte | | | | |
| 1.6.0.0.04.00.00 - Serviços de Comunicação | | | | |
| 1.6.0.0.05.00.00 - Serviços de Saúde | | | | |
| 1.6.0.0.06.00.00 - Serviços Portuários | | | | |
| 1.6.0.0.07.00.00 - Serviços de Armazenagem | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Receitas Orçamentárias | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receitas Brutas Realizadas | Deduções - Transferências Constitucionais | Deduções - FUNDEB | Outras Deduções da Receita |
| 1.6.0.0.08.00.00 - Serviços de Processamento de Dados | | | | |
| 1.6.0.0.09.00.00 - Serviço de Socorro Marítimo | | | | |
| 1.6.0.0.10.00.00 - Serviços de Informações Estatísticas | | | | |
| 1.6.0.0.11.00.00 - Serviços de Metrologia e Certificação | | | | |
| 1.6.0.0.12.00.00 - Serviços Tecnológicos | | | | |
| 1.6.0.0.13.00.00 - Serviços Administrativos | 22.940,79 | | | |
| 1.6.0.0.14.00.00 - Serviços de Inspeção e Fiscalização | | | | |
| 1.6.0.0.15.00.00 - Serviços de Meteorologia | | | | |
| 1.6.0.0.16.00.00 - Serviços Educacionais | | | | |
| 1.6.0.0.17.00.00 - Serviços Agropecuários | | | | |
| 1.6.0.0.18.00.00 - Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação | | | | |
| 1.6.0.0.19.00.00 - Serviços Recreativos e Culturais | | | | |
| 1.6.0.0.20.00.00 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos | | | | |
| 1.6.0.0.21.00.00 - Serviços de Hospedagem e Alimentação | | | | |
| 1.6.0.0.22.00.00 - Serviços de Estudos e Pesquisas | | | | |
| 1.6.0.0.23.00.00 - Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferências de Tecnologia | | | | |
| 1.6.0.0.24.00.00 - Serviços de Registro do Comércio | | | | |
| 1.6.0.0.25.00.00 - Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas | | | | |
| 1.6.0.0.26.00.00 - Serviços de Fornecimento de Água | | | | |
| 1.6.0.0.27.00.00 - Serviços de Perfuração e Instalação de Poços | | | | |
| 1.6.0.0.28.00.00 - Serviços de Geoprocessamento | | | | |
| 1.6.0.0.29.00.00 - Serviços de Cadastramento de Fornecedores | | | | |
| 1.6.0.0.30.00.00 - Tarifa de Utilização de Faróis | | | | |
| 1.6.0.0.31.00.00 - Tarifa e Adicional sobre Tarifa Aeroportuária | | | | |
| 1.6.0.0.32.00.00 - Serviços de Cadastro da Atividade Mineral | | | | |
| 1.6.0.0.33.00.00 - Tarifas e Adicional sobre Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota | | | | |
| 1.6.0.0.34.00.00 - Serviços de Regulamentação da Exploração dos Serviços de Telecomunicações - Regime Privado | | | | |
| 1.6.0.0.35.00.00 - Serviços de Compensações de Variações Salariais | | | | |
| 1.6.0.0.36.00.00 - Prestação de Serviços pelo Banco Central do Brasil | | | | |
| 1.6.0.0.37.00.00 - Garantias e Avais | | | | |
| 1.6.0.0.38.00.00 - Receita de Credenciamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Vistoria | | | | |
| 1.6.0.0.39.00.00 - Serviços Veterinários | | | | |
| 1.6.0.0.40.00.00 - Serviços de Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações | | | | |
| 1.6.0.0.41.00.00 - Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva e Distribuição de Água | | | | |
| 1.6.0.0.42.00.00 - Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos | | | | |
| 1.6.0.0.43.00.00 - Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos | | | | |
| 1.6.0.0.44.00.00 - Serviços de Abate de Animais | | | | |
| 1.6.0.0.45.00.00 - Serviços de Preparação da Terra em Propriedades Particulares | | | | |
| 1.6.0.0.46.00.00 - Serviços de Cemitério | | | | |
| 1.6.0.0.47.00.00 - Serviços de Iluminação Pública | | | | |
| 1.6.0.0.48.00.00 - Serviços de Religamento de Água | | | | |
| 1.6.0.0.50.00.00 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos | | | | |
| 1.6.0.0.51.00.00 - Receitas de Emissão de Certificado de Origem e de Emissão de Licença e Exportação | | | | |
| 1.6.0.0.56.00.00 - Certificação e Homologação da Atividade Mineral | | | | |
| 1.6.0.0.60.00.00 - Serviços Voltados à Inovação e à Pesquisa no Ambiente Produtivo - Instituição Científica e Tecnológica | | | | |
| 1.6.0.0.70.00.00 - Tarifa de Compartilhamento e Utilização em Atividades de Pesquisa e Inovação - Instituição Científica e Tecnológica | | | | |
| 1.6.0.0.99.00.00 - Outros Serviços | | | | |
| 1.7.0.0.00.00.00 - Transferências Correntes | 27.151.451,61 | 0,00 | 3.005.857,20 | 0,00 |
| 1.7.2.0.00.00.00 - Transferências Intergovernamentais | 26.682.696,10 | 0,00 | 3.005.857,20 | 0,00 |
| 1.7.2.1.00.00.00 - Transferências da União | 11.857.034,90 | 0,00 | 1.677.103,94 | 0,00 |
| 1.7.2.1.01.00.00 - Participação na Receita da União | 8.772.728,28 | 0,00 | 1.671.141,48 | 0,00 |
| 1.7.2.1.01.01.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal | | | | |
| 1.7.2.1.01.02.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM | 7.555.633,35 | | 1.497.781,79 | |
| 1.7.2.1.01.03.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota Anual | 275.842,64 | | | |
| 1.7.2.1.01.04.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho (67)(I) | 74.453,22 | | | |
| 1.7.2.1.01.05.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR | 866.799,07 | | 173.359,69 | |
| 1.7.2.1.01.12.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados | | | | |
| 1.7.2.1.01.13.00 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | | | | |
| 1.7.2.1.01.30.00 - Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação | | | | |
| 1.7.2.1.01.32.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro | | | | |
| 1.7.2.1.09.00.00 - Outras Transferências da União | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.09.01.00 - Transferência Financeira - L.C. nº 87/96 | | | | |
| 1.7.2.1.09.99.00 - Demais Transferências da União | | | | |
| 1.7.2.1.22.00.00 - Transferências da Compensação Financeira pela | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Receitas Orçamentárias | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receitas Brutas Realizadas | Deduções - Transferências Constitucionais | Deduções - FUNDEB | Outras Deduções da Receita |
| Exploração de Recursos Naturais | 83.970,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.22.11.00 - Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos | | | | |
| 1.7.2.1.22.20.00 - Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM | | | | |
| 1.7.2.1.22.30.00 - Cota-Parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 | | | | |
| 1.7.2.1.22.40.00 - Cota-Parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97 artigo 49 I e II | | | | |
| 1.7.2.1.22.50.00 - Cota-Parte Royalties pela Participação Especial - Lei nº 9.478/97 artigo 50 | | | | |
| 1.7.2.1.22.70.00 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP | 83.970,43 | | | |
| 1.7.2.1.22.90.00 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais | | | | |
| 1.7.2.1.33.00.00 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo | 1.880.755,71 | | | |
| 1.7.2.1.34.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS | 170.524,08 | | | |
| 1.7.2.1.35.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE | 592.695,66 | | | |
| 1.7.2.1.36.00.00 - Transferências Financeiras do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 | 29.812,66 | | 5.962,46 | |
| 1.7.2.1.37.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos | | | | |
| 1.7.2.1.99.00.00 - Outras Transferências da União | 326.548,08 | | | |
| 1.7.2.2.00.00.00 - Transferências dos Estados | 9.786.216,33 | 0,00 | 1.328.753,26 | 0,00 |
| 1.7.2.2.01.00.00 - Participação na Receita dos Estados | 9.490.152,84 | 0,00 | 1.328.753,26 | 0,00 |
| 1.7.2.2.01.01.00 - Cota-Parte do ICMS | 5.921.181,35 | | 1.184.236,01 | |
| 1.7.2.2.01.02.00 - Cota-Parte do IPVA | 722.589,04 | | 144.517,25 | |
| 1.7.2.2.01.04.00 - Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 47.180,91 | | | |
| 1.7.2.2.01.13.00 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | 14.776,54 | | | |
| 1.7.2.2.01.99.00 - Outras Participações na Receita dos Estados | 2.784.425,00 | | | |
| 1.7.2.2.22.00.00 - Transferências da Cota-Parte da Compensação Financeira (25%) | 4.127,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.2.22.11.00 - Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos | | | | |
| 1.7.2.2.22.20.00 - Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM | | | | |
| 1.7.2.2.22.30.00 - Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 artigo 9º | 4.127,46 | | | |
| 1.7.2.2.22.90.00 - Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras | | | | |
| 1.7.2.2.33.00.00 - Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo | 271.786,03 | | | |
| 1.7.2.2.37.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos | | | | |
| 1.7.2.2.99.00.00 - Outras Transferências dos Estados | 20.150,00 | | | |
| 1.7.2.3.00.00.00 - Transferências dos Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.3.01.00.00 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS | | | | |
| 1.7.2.3.37.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos | | | | |
| 1.7.2.3.99.00.00 - Outras Transferências dos Municípios | | | | |
| 1.7.2.4.00.00.00 - Transferências Multigovernamentais | 5.039.444,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.4.01.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB | 5.039.444,87 | | | |
| 1.7.2.4.02.00.00 - Transferências de Recursos da Complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB | | | | |
| 1.7.2.4.99.00.00 - Outras Transferências Multigovernamentais | | | | |
| 1.7.3.0.00.00.00 - Transferências de Instituições Privadas | | | | |
| 1.7.4.0.00.00.00 - Transferências do Exterior | | | | |
| 1.7.5.0.00.00.00 - Transferências de Pessoas | | | | |
| 1.7.6.0.00.00.00 - Transferências de Convênios | 468.755,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.1.00.00.00 - Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.1.01.00.00 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS | | | | |
| 1.7.6.1.02.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação | | | | |
| 1.7.6.1.03.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social | | | | |
| 1.7.6.1.04.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas aos Programas de Combate à Fome | | | | |
| 1.7.6.1.05.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico | | | | |
| 1.7.6.1.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios da União | | | | |
| 1.7.6.2.00.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades | 457.268,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.01.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS | | | | |
| 1.7.6.2.02.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação | 457.268,12 | | | |
| 1.7.6.2.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Estados | | | | |
| 1.7.6.3.00.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.3.01.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS | | | | |
| 1.7.6.3.02.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios Destinadas a Programas de Educação | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Receitas Orçamentárias | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receitas Brutas Realizadas | Deduções - Transferências Constitucionais | Deduções - FUNDEB | Outras Deduções da Receita |
| 1.7.6.3.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios | | | | |
| 1.7.6.4.00.00.00 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas | 11.487,39 | | | |
| 1.7.6.5.00.00.00 - Transferências de Convênios do Exterior | | | | |
| 1.7.7.0.00.00.00 - Transferências para o Combate à Fome | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.7.1.00.00.00 - Provenientes do Exterior | | | | |
| 1.7.7.2.00.00.00 - Provenientes de Pessoas Jurídicas | | | | |
| 1.7.7.3.00.00.00 - Provenientes de Pessoas Físicas | | | | |
| 1.7.7.4.00.00.00 - Provenientes de Depósitos não Identificados | | | | |
| 1.9.0.0.00.00.00 - Outras Receitas Correntes | 533.520,26 | 0,00 | 0,00 | 12.921,17 |
| 1.9.1.0.00.00.00 - Multas e Juros de Mora | 167.692,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.1.1.00.00.00 - Multas e Juros de Mora dos Tributos | 24.135,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.1.1.01.00.00 - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação | | | | |
| 1.9.1.1.02.00.00 - Multas e Juros de Mora – Imposto de Renda e Proventos Qualquer Natureza | | | | |
| 1.9.1.1.03.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados | | | | |
| 1.9.1.1.04.00.00 - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Operações de Crédito; Câmbio e Seguro; ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários | | | | |
| 1.9.1.1.07.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação | | | | |
| 1.9.1.1.08.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural | | | | |
| 1.9.1.1.20.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos | | | | |
| 1.9.1.1.31.00.00 - Multas e Juros de Mora das Taxas de Fiscalização das Telecomunicações | | | | |
| 1.9.1.1.32.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Produtos controlados pelo Ministério do Exército | | | | |
| 1.9.1.1.33.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Irrigação | | | | |
| 1.9.1.1.34.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro; da Capitalização e da Previdência Complementar Aberta e Fechada | | | | |
| 1.9.1.1.35.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigil ância Sanitária | | | | |
| 1.9.1.1.36.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Saúde Suplementar | | | | |
| 1.9.1.1.37.00.00 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários | | | | |
| 1.9.1.1.38.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU | 10.496,74 | | | |
| 1.9.1.1.39.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transmissã o Inter Vivos de Bens Imóveis - ITBI | | | | |
| 1.9.1.1.40.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS | | | | |
| 1.9.1.1.41.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA | | | | |
| 1.9.1.1.42.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS | | | | |
| 1.9.1.1.98.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições de Melhoria | 1.649,39 | | | |
| 1.9.1.1.99.00.00 - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos | 11.989,12 | | | |
| 1.9.1.2.00.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições | 2.933,47 | | | |
| 1.9.1.3.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos | 140.436,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.1.3.01.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação | | | | |
| 1.9.1.3.02.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza | | | | |
| 1.9.1.3.03.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados | | | | |
| 1.9.1.3.04.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito; Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários | | | | |
| 1.9.1.3.07.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação | | | | |
| 1.9.1.3.08.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural | | | | |
| 1.9.1.3.09.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações | | | | |
| 1.9.1.3.10.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército | | | | |
| 1.9.1.3.11.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU | 42.929,88 | | | |
| 1.9.1.3.12.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis - ITBI | | | | |
| 1.9.1.3.13.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS | 65.950,35 | | | |
| 1.9.1.3.14.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA | | | | |
| 1.9.1.3.15.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS | | | | |
| 1.9.1.3.16.00.00 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Custas Judiciais | | | | |
| 1.9.1.3.20.00.00 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos | | | | |
| 1.9.1.3.35.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária | | | | |
| 1.9.1.3.98.00.00 - Multas e Juros de mora da Dívida Ativa das Contribuiçõ es de Melhoria | 17.064,39 | | | |
| 1.9.1.3.99.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos | 14.491,89 | | | |
| 1.9.1.4.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Receitas Orçamentárias | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receitas Brutas Realizadas | Deduções - Transferências Constitucionais | Deduções - FUNDEB | Outras Deduções da Receita |
| 1.9.1.5.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas | | | | |
| 1.9.1.8.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas | 187,38 | | | |
| 1.9.1.9.00.00.00 - Multas de Outras Origens | | | | |
| 1.9.2.0.00.00.00 - Indenizações e Restituições | 26.463,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.2.1.00.00.00 - Indenizações | | | | |
| 1.9.2.2.00.00.00 - Restituições | 26.463,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.2.2.01.00.00 - Restituições de Convênios | | | | |
| 1.9.2.2.02.00.00 - Restituições de Benefícios não Desembolsados | | | | |
| 1.9.2.2.03.00.00 - Restituições de Constribuições Previdenciárias Complementares | | | | |
| 1.9.2.2.04.00.00 - Restituições não Reclamadas das Condenações Judiciais | | | | |
| 1.9.2.2.05.00.00 - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde | | | | |
| 1.9.2.2.06.00.00 - Ressarcimento do Custo de Disponibilização de Medicamentos | | | | |
| 1.9.2.2.07.00.00 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores | | | | |
| 1.9.2.2.08.00.00 - Ressarcimento de Pagamentos de Honorários Técnicos-Periciais | | | | |
| 1.9.2.2.09.00.00 - Ressarcimento de Despesas do Porte de Remessa e Retorno dos Autos | | | | |
| 1.9.2.2.10.00.00 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores | | | | |
| 1.9.2.2.11.00.00 - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente | | | | |
| 1.9.2.2.20.00.00 - Recuperação de Sinistros | | | | |
| 1.9.2.2.21.00.00 - Ressarcimentos de Pagamentos de Despesas pela Deportação | | | | |
| 1.9.2.2.22.00.00 - Ressarcimento Decorrente de Ações Regressivas Oriundas da Relação de Trabalho | | | | |
| 1.9.2.2.23.00.00 - Restituição de Recursos de Fomento | | | | |
| 1.9.2.2.24.00.00 - Restituição de Recursos de Subvenções ou Subsídios | | | | |
| 1.9.2.2.30.00.00 - Devoluções de Recursos Decorrentes de Restituições Indevidas do Imposto de Renda | | | | |
| 1.9.2.2.99.00.00 - Outras Restituições | 26.463,50 | | | |
| 1.9.2.3.01.00.00 - Retorno de Investimentos Mediante Participação em Empresas e Projetos | | | | |
| 1.9.3.0.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa | 338.192,40 | 0,00 | 0,00 | 12.921,17 |
| 1.9.3.1.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa Tributária | 338.192,40 | 0,00 | 0,00 | 12.921,17 |
| 1.9.3.1.01.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza | | | | |
| 1.9.3.1.02.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados | | | | |
| 1.9.3.1.03.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito; Câmbio e Seguro; ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários | | | | |
| 1.9.3.1.04.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural | | | | |
| 1.9.3.1.05.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação | | | | |
| 1.9.3.1.06.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação | | | | |
| 1.9.3.1.07.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais | | | | |
| 1.9.3.1.08.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Telecomunicações | | | | |
| 1.9.3.1.09.00.00 - Receita da Dívida Ativa decorrente da Taxa de Fiscalização – TAFIC | | | | |
| 1.9.3.1.11.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU | 87.563,14 | | | 9.736,10 |
| 1.9.3.1.12.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis - ITBI | | | | |
| 1.9.3.1.13.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS | 187.838,83 | | | 287,33 |
| 1.9.3.1.14.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA | | | | |
| 1.9.3.1.15.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS | | | | |
| 1.9.3.1.20.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos | | | | |
| 1.9.3.1.35.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária | | | | |
| 1.9.3.1.36.00.00 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Saúde Suplementar | | | | |
| 1.9.3.1.98.00.00 - Receita da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria | 21.433,25 | | | |
| 1.9.3.1.99.00.00 - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos | 41.357,18 | | | 2.897,74 |
| 1.9.3.2.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa Não Tributária | | | | |
| 1.9.4.0.00.00.00 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS | | | | |
| 1.9.5.0.00.00.00 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Compensação ao RGPS | | | | |
| 1.9.9.0.00.00.00 - Receitas Diversas | 1.171,75 | | | |
| 2.0.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital | 1.329.213,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.1.0.0.00.00.00 - Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.1.1.0.00.00.00 - Operações de Crédito Internas | | | | |
| 2.1.2.0.00.00.00 - Operações de Crédito Externas | | | | |
| 2.2.0.0.00.00.00 - Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2.1.0.00.00.00 - Alienação de Bens Móveis | | | | |
| 2.2.2.0.00.00.00 - Alienação de Bens Imóveis | | | | |
| 2.3.0.0.00.00.00 - Amortização de Empréstimos | 54.705,70 | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Receitas Orçamentárias | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receitas Brutas Realizadas | Deduções - Transferências Constitucionais | Deduções - FUNDEB | Outras Deduções da Receita |
| 2.4.0.0.00.00.00 - Transferências de Capital | 1.274.507,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.0.00.00.00 - Transferências Intergovernamentais | 48.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.1.00.00.00 - Transferências da União | 48.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.1.01.00.00 - Participação na Receita da União | 48.000,00 | | | |
| 2.4.2.1.02.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação | | | | |
| 2.4.2.1.37.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos | | | | |
| 2.4.2.1.99.00.00 - Outras Transferências da União | | | | |
| 2.4.2.2.00.00.00 - Transferências dos Estados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.2.01.00.00 - Participação na Receita dos Estados | | | | |
| 2.4.2.2.02.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação | | | | |
| 2.4.2.2.37.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos | | | | |
| 2.4.2.2.99.00.00 - Outras Transferências dos Estados | | | | |
| 2.4.2.3.00.00.00 - Transferências dos Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.3.01.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Saúde | | | | |
| 2.4.2.3.02.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação | | | | |
| 2.4.2.3.37.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos | | | | |
| 2.4.2.3.99.00.00 - Outras Transferências dos Municípios | | | | |
| 2.4.3.0.00.00.00 - Transferências de Instituições Privadas | | | | |
| 2.4.4.0.00.00.00 - Transferências do Exterior | | | | |
| 2.4.5.0.00.00.00 - Transferências de Pessoas | | | | |
| 2.4.6.0.00.00.00 - Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | |
| 2.4.7.0.00.00.00 - Transferências de Convênios | 1.226.507,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.1.00.00.00 - Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | 892.405,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.1.01.00.00 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS | 200.000,00 | | | |
| 2.4.7.1.02.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação | 197.467,83 | | | |
| 2.4.7.1.03.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico | | | | |
| 2.4.7.1.04.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Meio Ambiente | | | | |
| 2.4.7.1.05.00.00 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | | |
| 2.4.7.1.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios da União | 494.937,72 | | | |
| 2.4.7.2.00.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 334.102,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.2.01.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS | | | | |
| 2.4.7.2.02.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação | 155.226,67 | | | |
| 2.4.7.2.03.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Saneamento Básico | | | | |
| 2.4.7.2.04.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Meio Ambiente | | | | |
| 2.4.7.2.05.00.00 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | | |
| 2.4.7.2.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Estados | 178.875,56 | | | |
| 2.4.7.3.00.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.3.01.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios Destinados a Programas de Saúde | | | | |
| 2.4.7.3.02.00.00 - Transferências de Convênios dos Municípios Destinadas a Programas de Educação | | | | |
| 2.4.7.3.99.00.00 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios | | | | |
| 2.4.7.4.00.00.00 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas | | | | |
| 2.4.7.5.00.00.00 - Transferências de Convênios do Exterior | | | | |
| 2.4.8.0.00.00.00 - Transferências para o Combate à Fome | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.8.1.00.00.00 - Provenientes do Exterior | | | | |
| 2.4.8.2.00.00.00 - Provenientes de Pessoas Jurídicas | | | | |
| 2.4.8.3.00.00.00 - Provenientes de Pessoas Físicas | | | | |
| 2.4.8.4.00.00.00 - Provenientes de Depósitos não Identificados | | | | |
| 2.5.0.0.00.00.00 - Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.5.2.0.00.00.00 - Integralização do Capital Social | | | | |
| 2.5.3.0.00.00.00 - Resultado do Banco Central do Brasil | | | | |
| 2.5.4.0.00.00.00 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | | | | |
| 2.5.5.0.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de Empréstimos e Financiamentos | | | | |
| 2.5.6.0.00.00.00 - Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café | | | | |
| 2.5.7.0.00.00.00 - Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados | | | | |
| 2.5.8.0.00.00.00 - Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC | | | | |
| 2.5.9.0.00.00.00 - Outras Receitas | | | | |
| 7.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes Intraorçamentárias | 1.965.062,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7.1.0.0.00.00.00 - Receita Tributária Intraorçamentária | | | | |
| 7.2.0.0.00.00.00 - Receitas de Contribuições Intraorçamentárias | 1.850.619,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7.2.1.0.00.00.00 - Contribuições Sociais Intraorçamentárias | 1.850.619,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7.2.1.0.29.00.00 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público Intraorçamentárias | 1.850.619,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7.2.1.0.29.01.00 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio Intraorçamentária | 1.850.619,94 | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Receitas Orçamentárias | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Receitas Brutas Realizadas | Deduções - Transferências Constitucionais | Deduções - FUNDEB | Outras Deduções da Receita |
| 7.2.1.0.29.02.00 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar Intraorçamentária | | | | |
| 7.2.1.0.29.03.00 - Contribuição Patronal - Inativo Civil Intraorçamentária | | | | |
| 7.2.1.0.29.04.00 - Contribuição Patronal - Inativo Militar Intraorçamentária | | | | |
| 7.2.1.0.29.05.00 - Contribuição Patronal - Pensionista Civil Intraorçamentária | | | | |
| 7.2.1.0.29.06.00 - Contribuição Patronal - Pensionista Militar Intraorçamentária | | | | |
| 7.2.1.0.29.16.00 - Receita de Recolhimento da Contribuição Patronal, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais Intraorçamentária | | | | |
| 7.2.1.0.29.99.00 - Outras Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público Intraorçamentárias | | | | |
| 7.2.1.0.99.00.00 - Outras Contribuições Sociais Intraorçamentárias | | | | |
| 7.2.2.0.00.00.00 - Contribuições Econômicas Intraorçamentárias | | | | |
| 7.2.3.0.00.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública Intraorçamentária | | | | |
| 7.3.0.0.00.00.00 - Receita Patrimonial Intraorçamentária | | | | |
| 7.4.0.0.00.00.00 - Receita Agropecuária Intraorçamentária | | | | |
| 7.5.0.0.00.00.00 - Receita Industrial Intraorçamentária | | | | |
| 7.6.0.0.00.00.00 - Receita de Serviços Intraorçamentária | | | | |
| 7.7.0.0.00.00.00 - Transferências Correntes Intraorçamentárias | | | | |
| 7.9.0.0.00.00.00 - Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias | 114.442,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7.9.1.2.00.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições Intraorçamentárias | 106.445,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7.9.1.2.29.00.00 - Multas e Juros de Mora das Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Intraorçamentárias | 106.445,13 | | | |
| 7.9.1.2.99.00.00 - Outras Multas e Juros de Mora de Contribuições Intraorçamentárias | | | | |
| 7.9.9.9.00.00.00 - Demais Receitas Correntes Intraorçamentárias | 7.997,20 | | | |
| 8.0.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital Intraorçamentárias | | | | |

**DCA-Anexo I-C | Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias | Padrao**

| Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| **Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

**DCA-Anexo I-D | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias | Padrao**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| **Despesas Orçamentárias** | - | - | - | - | - |
| Total Geral da Despesa | 29.956.970,39 | 29.725.154,77 | 29.390.909,77 | 231.815,62 | 334.245,00 |
| 3.0.00.00.00.00 - Despesas Correntes | 26.782.192,11 | 26.782.192,11 | 26.782.192,11 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais | 15.182.557,90 | 15.182.557,90 | 15.182.557,90 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.20.00.00.00 - Transferências à União | | | | | |
| 3.1.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | | | | | |
| 3.1.40.00.00.00 - Transferências a Municípios | | | | | |
| 3.1.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | | |
| 3.1.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | | |
| 3.1.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.1.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.1.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior | | | | | |
| 3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 13.518.278,25 | 13.518.278,25 | 13.518.278,25 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.01.00.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares | 702.282,57 | 702.282,57 | 702.282,57 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.03.00.00 - Pensões do RPPS e do Militar | 299.831,20 | 299.831,20 | 299.831,20 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado | 9.995,71 | 9.995,71 | 9.995,71 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.05.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar | 322.946,25 | 322.946,25 | 322.946,25 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.07.00.00 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência | | | | | |
| 3.1.90.08.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais | | | | | |
| 3.1.90.09.00.00 - Salário-Família | | | | | |
| 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 11.722.857,87 | 11.722.857,87 | 11.722.857,87 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.12.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar | | | | | |
| 3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais | 396.721,98 | 396.721,98 | 396.721,98 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.13.01.00 - FGTS | | | | | |
| 3.1.90.13.02.00 - Contribuições Previdenciárias - INSS | 395.046,07 | 395.046,07 | 395.046,07 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.13.08.00 - Plano de Seg. Soc. do Servidor - Pessoal Ativo | | | | | |
| 3.1.90.13.99.00 - Outras Obrigações Patronais | 1.675,91 | 1.675,91 | 1.675,91 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil | | | | | |
| 3.1.90.17.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar | | | | | |
| 3.1.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios | | | | | |
| 3.1.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | | |
| 3.1.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | | |
| 3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas | | | | | |
| 3.1.90.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado | 63.642,67 | 63.642,67 | 63.642,67 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.99.00.00 - A Classificar | | | | | |
| 3.1.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 1.664.279,65 | 1.664.279,65 | 1.664.279,65 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.91.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado | | | | | |
| 3.1.91.13.00.00 - Contribuições Patronais | 1.664.279,65 | 1.664.279,65 | 1.664.279,65 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.91.13.03.00 - Contribuição Patronal para o RPPS - Intraorçamentária | 1.664.279,65 | 1.664.279,65 | 1.664.279,65 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.91.13.99.00 - Outras Obrigações Patronais - Intraorçamentária | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| 3.1.91.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | | |
| 3.1.91.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | | |
| 3.1.91.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas | | | | | |
| 3.1.91.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado | | | | | |
| 3.1.91.99.00.00 - A Classificar | | | | | |
| 3.1.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.1.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.1.99.00.00.00 - A Definir | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.99.99.00.00 - A Classificar | | | | | |
| 3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida | 106.445,13 | 106.445,13 | 106.445,13 | 0,00 | 0,00 |
| 3.2.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | | |
| 3.2.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.2.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.2.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 106.445,13 | 106.445,13 | 106.445,13 | 0,00 | 0,00 |
| 3.2.90.21.00.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato | 106.445,13 | 106.445,13 | 106.445,13 | 0,00 | 0,00 |
| 3.2.90.22.00.00 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato | | | | | |
| 3.2.90.23.00.00 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária | | | | | |
| 3.2.90.24.00.00 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária | | | | | |
| 3.2.90.25.00.00 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | | | | |
| 3.2.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | | |
| 3.2.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | | |
| 3.2.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | | | | | |
| 3.2.90.99.00.00 - A Classificar | | | | | |
| 3.2.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.2.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.2.99.00.00.00 - A Definir | | | | | |
| 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes | 11.493.189,08 | 11.493.189,08 | 11.493.189,08 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.20.00.00.00 - Transferências à União | | | | | |
| 3.3.22.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União | | | | | |
| 3.3.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.30.41.00.00 - Contribuições | | | | | |
| 3.3.30.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas | | | | | |
| 3.3.30.99.00.00 - A Classificar | | | | | |
| 3.3.31.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo | | | | | |
| 3.3.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal | | | | | |
| 3.3.35.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.36.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.40.00.00.00 - Transferências a Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.40.41.00.00 - Contribuições | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| 3.3.40.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas | | | | | |
| 3.3.40.99.00.00 - A Classificar | | | | | |
| 3.3.41.00.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo | | | | | |
| 3.3.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios | | | | | |
| 3.3.45.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os § § 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.46.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | | | | |
| 3.3.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | | | | |
| 3.3.67.00.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP | | | | | |
| 3.3.70.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais | | | | | |
| 3.3.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 305.836,39 | 305.836,39 | 305.836,39 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos | | | | | |
| 3.3.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.75.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.76.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior | | | | | |
| 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 11.187.352,69 | 11.187.352,69 | 11.187.352,69 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.01.00.00 - Aposentadorias e Reformas | | | | | |
| 3.3.90.03.00.00 - Pensões | | | | | |
| 3.3.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado | | | | | |
| 3.3.90.05.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários | | | | | |
| 3.3.90.06.00.00 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso | | | | | |
| 3.3.90.08.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar | | | | | |
| 3.3.90.10.00.00 - Seguro Desemprego e Abono Salarial | | | | | |
| 3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil | 196.840,50 | 196.840,50 | 196.840,50 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.15.00.00 - Diárias - Militar | | | | | |
| 3.3.90.18.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes | | | | | |
| 3.3.90.19.00.00 - Auxílio-Fardamento | | | | | |
| 3.3.90.20.00.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores | | | | | |
| 3.3.90.26.00.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária | | | | | |
| 3.3.90.27.00.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares | | | | | |
| 3.3.90.28.00.00 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos | | | | | |
| 3.3.90.29.00.00 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes | | | | | |
| 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo | 4.407.856,76 | 4.407.856,76 | 4.407.856,76 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras | | | | | |
| 3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita | 87.150,03 | 87.150,03 | 87.150,03 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção | 3.387,48 | 3.387,48 | 3.387,48 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.34.00.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização | | | | | |
| 3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria | 18.120,00 | 18.120,00 | 18.120,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| 3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | 130.974,92 | 130.974,92 | 130.974,92 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra | | | | | |
| 3.3.90.38.00.00 - Arrendamento Mercantil | | | | | |
| 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 4.890.919,92 | 4.890.919,92 | 4.890.919,92 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.41.00.00 - Contribuições | | | | | |
| 3.3.90.43.00.00 - Subvenções Sociais | | | | | |
| 3.3.90.45.00.00 - Subvenções Econômicas | | | | | |
| 3.3.90.46.00.00 - Auxílio-Alimentação | 26.100,00 | 26.100,00 | 26.100,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas | 298.111,38 | 298.111,38 | 298.111,38 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.48.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas | 33.150,00 | 33.150,00 | 33.150,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.49.00.00 - Auxílio-Transporte | | | | | |
| 3.3.90.53.00.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural | | | | | |
| 3.3.90.54.00.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana | | | | | |
| 3.3.90.55.00.00 - Pensões do RGPS - Área Rural | | | | | |
| 3.3.90.56.00.00 - Pensões do RGPS - Área Urbana | | | | | |
| 3.3.90.57.00.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural | | | | | |
| 3.3.90.58.00.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana | | | | | |
| 3.3.90.59.00.00 - Pensões Especiais | | | | | |
| 3.3.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios | | | | | |
| 3.3.90.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas | | | | | |
| 3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | 326.434,00 | 326.434,00 | 326.434,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | | |
| 3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | 768.307,70 | 768.307,70 | 768.307,70 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.95.00.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo | | | | | |
| 3.3.90.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado | | | | | |
| 3.3.90.98.00.00 - Compensações ao RGPS | | | | | |
| 3.3.90.99.00.00 - A Classificar | | | | | |
| 3.3.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | | |
| 3.3.93.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe | | | | | |
| 3.3.94.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe | | | | | |
| 3.3.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 3.3.99.00.00.00 - A Definir | | | | | |
| 4.0.00.00.00.00 - Despesas de Capital | 3.174.778,28 | 2.942.962,66 | 2.608.717,66 | 231.815,62 | 334.245,00 |
| 4.4.00.00.00.00 - Investimentos | 3.054.256,79 | 2.822.441,17 | 2.488.196,17 | 231.815,62 | 334.245,00 |
| 4.4.20.00.00.00 - Transferências à União | | | | | |
| 4.4.22.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União | | | | | |
| 4.4.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | | | | | |
| 4.4.31.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo | | | | | |
| 4.4.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal | | | | | |
| 4.4.35.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.36.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.40.00.00.00 - Transferências a Municípios | | | | | |
| 4.4.41.00.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo | | | | | |
| 4.4.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios | | | | | |
| 4.4.45.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os § § 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.46.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | | | | |
| 4.4.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | | | | |
| 4.4.70.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais | | | | | |
| 4.4.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | | |
| 4.4.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos | | | | | |
| 4.4.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.75.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.76.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior | | | | | |
| 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 3.054.256,79 | 2.822.441,17 | 2.488.196,17 | 231.815,62 | 334.245,00 |
| 4.4.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado | | | | | |
| 4.4.90.14.00.00 - Diárias - Civil | | | | | |
| 4.4.90.15.00.00 - Diárias - Militar | | | | | |
| 4.4.90.17.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar | | | | | |
| 4.4.90.18.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes | | | | | |
| 4.4.90.20.00.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores | | | | | |
| 4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo | | | | | |
| 4.4.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção | | | | | |
| 4.4.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria | | | | | |
| 4.4.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | | | | | |
| 4.4.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra | | | | | |
| 4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | | | | | |
| 4.4.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas | | | | | |
| 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | 1.717.215,68 | 1.485.400,06 | 1.485.400,06 | 231.815,62 | 0,00 |
| 4.4.90.51.91.00 - Obras em Andamento | 1.717.215,68 | 1.485.400,06 | 1.485.400,06 | 231.815,62 | 0,00 |
| 4.4.90.51.99.00 - Demais Obras e Instalações | | | | | |
| 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente | 1.337.041,11 | 1.337.041,11 | 1.002.796,11 | 0,00 | 334.245,00 |
| 4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis | | | | | |
| 4.4.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | | |
| 4.4.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | | |
| 4.4.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | | | | | |
| 4.4.90.99.00.00 - A Classificar | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| 4.4.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | | |
| 4.4.93.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe | | | | | |
| 4.4.94.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe | | | | | |
| 4.4.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.4.99.00.00.00 - A Definir | | | | | |
| 4.5.00.00.00.00 - Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.5.20.00.00.00 - Transferências à União | | | | | |
| 4.5.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | | | | | |
| 4.5.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal | | | | | |
| 4.5.40.00.00.00 - Transferências a Municípios | | | | | |
| 4.5.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios | | | | | |
| 4.5.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | | | | |
| 4.5.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | | | | |
| 4.5.67.00.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP | | | | | |
| 4.5.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | | |
| 4.5.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos | | | | | |
| 4.5.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.5.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.5.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior | | | | | |
| 4.5.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.5.90.27.00.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares | | | | | |
| 4.5.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis | | | | | |
| 4.5.90.62.00.00 - Aquisição de Produtos para Revenda | | | | | |
| 4.5.90.63.00.00 - Aquisição de Títulos de Crédito | | | | | |
| 4.5.90.64.00.00 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado | | | | | |
| 4.5.90.65.00.00 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas | | | | | |
| 4.5.90.66.00.00 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos | | | | | |
| 4.5.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios | | | | | |
| 4.5.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | | |
| 4.5.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | | |
| 4.5.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | | | | | |
| 4.5.90.99.00.00 - A Classificar | | | | | |
| 4.5.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | | |
| 4.5.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.5.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.5.99.00.00.00 - A Definir | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| 4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida | 120.521,49 | 120.521,49 | 120.521,49 | 0,00 | 0,00 |
| 4.6.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | | |
| 4.6.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.6.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.6.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 120.521,49 | 120.521,49 | 120.521,49 | 0,00 | 0,00 |
| 4.6.90.71.00.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado | 120.521,49 | 120.521,49 | 120.521,49 | 0,00 | 0,00 |
| 4.6.90.72.00.00 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado | | | | | |
| 4.6.90.73.00.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada | | | | | |
| 4.6.90.74.00.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada | | | | | |
| 4.6.90.75.00.00 - Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | | | | |
| 4.6.90.76.00.00 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado | | | | | |
| 4.6.90.77.00.00 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado | | | | | |
| 4.6.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | | |
| 4.6.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | | |
| 4.6.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | | | | | |
| 4.6.90.99.00.00 - A Classificar | | | | | |
| 4.6.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.6.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | | |
| 4.6.99.00.00.00 - A Definir | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Balanço Anual (DCA)** |
| | **Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ:** |
| | **Exercício: 2015** |
| | **Período de referência: Período único (anual)** |

**DCA-Anexo I-D | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias | Padrao**

| Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| **Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

**DCA-Anexo I-E | Balanço Orçamentário - Despesas por Função | Total Geral da Despesa por Função**

| Despesas por Função | Execução da Despesa por Função | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| Despesas (Exceto Intraorçamentárias) | 29.956.970,39 | 29.725.154,77 | 29.390.909,77 | 231.815,62 | 334.245,00 |
| 01 - Legislativa | 1.199.573,02 | 1.199.573,02 | 1.199.573,02 | 0,00 | 0,00 |
| 01.031 - Ação Legislativa | 1.199.573,02 | 1.199.573,02 | 1.199.573,02 | 0,00 | 0,00 |
| 01.032 - Controle Externo | | | | | |
| 01.999 - Demais Subfunções Legislativa | | | | | |
| 02 - Judiciária | 164.024,62 | 164.024,62 | 164.024,62 | 0,00 | 0,00 |
| 02.061 - Ação Judiciária | | | | | |
| 02.062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | 164.024,62 | 164.024,62 | 164.024,62 | 0,00 | 0,00 |
| 02.999 - Demais Subfunções Judiciária | | | | | |
| 03 - Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03.091 - Defesa da Ordem Jurídica | | | | | |
| 03.092 - Representação Judicial e Extrajudicial | | | | | |
| 03.999 - Demais Subfunções Essencial à Justiça | | | | | |
| 04 - Administração | 3.054.972,88 | 3.054.972,88 | 3.054.972,88 | 0,00 | 0,00 |
| 04.121 - Planejamento e Orçamento | 261.588,73 | 261.588,73 | 261.588,73 | 0,00 | 0,00 |
| 04.122 - Administração Geral | 2.625.539,21 | 2.625.539,21 | 2.625.539,21 | 0,00 | 0,00 |
| 04.123 - Administração Financeira | | | | | |
| 04.124 - Controle Interno | 53.539,79 | 53.539,79 | 53.539,79 | 0,00 | 0,00 |
| 04.125 - Normatização e Fiscalização | | | | | |
| 04.126 - Tecnologia da Informação | | | | | |
| 04.127 - Ordenamento Territorial | | | | | |
| 04.128 - Formação de Recursos Humanos | | | | | |
| 04.129 - Administração de Receitas | | | | | |
| 04.130 - Administração de Concessões | | | | | |
| 04.131 - Comunicação Social | 114.305,15 | 114.305,15 | 114.305,15 | 0,00 | 0,00 |
| 04.999 - Demais Subfunções Administração | | | | | |
| 05 - Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05.151 - Defesa Área | | | | | |
| 05.152 - Defesa Naval | | | | | |
| 05.153 - Defesa Terrestre | | | | | |
| 05.999 - Demais Subfunções Defesa Nacional | | | | | |
| 06 - Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06.181 - Policiamento | | | | | |
| 06.182 - Defesa Civil | | | | | |
| 06.183 - Informação e Inteligência | | | | | |
| 06.999 - Demais Subfunções Segurança Pública | | | | | |
| 07 - Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07.211 - Relações Diplomáticas | | | | | |
| 07.212 - Cooperação Internacional | | | | | |
| 07.999 - Demais Subfunções Relações Exteriores | | | | | |
| 08 - Assistência Social | 1.345.022,47 | 1.345.022,47 | 1.345.022,47 | 0,00 | 0,00 |
| 08.241 - Assistência ao Idoso | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas por Função | Execução da Despesa por Função | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| 08.242 - Assistência ao Portador de Deficiência | | | | | |
| 08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente | 361.194,15 | 361.194,15 | 361.194,15 | 0,00 | 0,00 |
| 08.244 - Assistência Comunitária | 983.828,32 | 983.828,32 | 983.828,32 | 0,00 | 0,00 |
| 08.999 - Demais Subfunções Assistência Social | | | | | |
| 09 - Previdência Social | 1.496.045,81 | 1.496.045,81 | 1.496.045,81 | 0,00 | 0,00 |
| 09.271 - Previdência Básica | | | | | |
| 09.272 - Previdência do Regime Estatutário | 1.496.045,81 | 1.496.045,81 | 1.496.045,81 | 0,00 | 0,00 |
| 09.273 - Previdência Complementar | | | | | |
| 09.274 - Previdência Especial | | | | | |
| 09.999 - Demais Subfunções Previdência Social | | | | | |
| 10 - Saúde | 7.081.384,92 | 7.065.225,23 | 7.065.225,23 | 16.159,69 | 0,00 |
| 10.301 - Atenção Básica | 3.179.103,02 | 3.162.943,33 | 3.162.943,33 | 16.159,69 | 0,00 |
| 10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 3.717.522,53 | 3.717.522,53 | 3.717.522,53 | 0,00 | 0,00 |
| 10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico | 87.150,03 | 87.150,03 | 87.150,03 | 0,00 | 0,00 |
| 10.304 - Vigilância Sanitária | | | | | |
| 10.305 - Vigilância Epidemiológica | 97.609,34 | 97.609,34 | 97.609,34 | 0,00 | 0,00 |
| 10.306 - Alimentação e Nutrição | | | | | |
| 10.999 - Demais Subfunções Saúde | | | | | |
| 11 - Trabalho | 321.433,45 | 321.433,45 | 321.433,45 | 0,00 | 0,00 |
| 11.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 252.583,45 | 252.583,45 | 252.583,45 | 0,00 | 0,00 |
| 11.332 - Relações de Trabalho | 4.850,00 | 4.850,00 | 4.850,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.333 - Empregabilidade | 64.000,00 | 64.000,00 | 64.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.334 - Fomento ao Trabalho | | | | | |
| 11.999 - Demais Subfunções Trabalho | | | | | |
| 12 - Educação | 8.164.410,15 | 8.118.817,70 | 8.019.847,70 | 45.592,45 | 98.970,00 |
| 12.361 - Ensino Fundamental | 6.661.786,75 | 6.616.194,30 | 6.517.224,30 | 45.592,45 | 98.970,00 |
| 12.362 - Ensino Médio | | | | | |
| 12.363 - Ensino Profissional | | | | | |
| 12.364 - Ensino Superior | | | | | |
| 12.365 - Educação Infantil | 1.234.855,88 | 1.234.855,88 | 1.234.855,88 | 0,00 | 0,00 |
| 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | | | | | |
| 12.367 - Educação Especial | | | | | |
| 12.368 - Educação Básica | | | | | |
| 12.999 - Demais Subfunções Educação | 267.767,52 | 267.767,52 | 267.767,52 | 0,00 | 0,00 |
| 13 - Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | | | | | |
| 13.392 - Difusão Cultural | | | | | |
| 13.999 - Demais Subfunções Cultura | | | | | |
| 14 - Direitos da Cidadania | 10.070,58 | 10.070,58 | 10.070,58 | 0,00 | 0,00 |
| 14.421 - Custódia e Reintegração Social | | | | | |
| 14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | | | | | |
| 14.423 - Assistência aos Povos Indígenas | 10.070,58 | 10.070,58 | 10.070,58 | 0,00 | 0,00 |
| 14.999 - Demais Subfunções Direitos da Cidadania | | | | | |
| 15 - Urbanismo | 367.200,21 | 237.200,21 | 237.200,21 | 130.000,00 | 0,00 |
| 15.451 - Infraestrutura Urbana | 346.914,46 | 216.914,46 | 216.914,46 | 130.000,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas por Função | Execução da Despesa por Função | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| 15.452 - Serviços Urbanos | 20.285,75 | 20.285,75 | 20.285,75 | 0,00 | 0,00 |
| 15.453 - Transportes Coletivos Urbanos | | | | | |
| 15.999 - Demais Subfunções Urbanismo | | | | | |
| 16 - Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16.481 - Habitação Rural | | | | | |
| 16.482 - Habitação Urbana | | | | | |
| 16.999 - Demais Subfunções Habitação | | | | | |
| 17 - Saneamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17.511 - Saneamento Básico Rural | | | | | |
| 17.512 - Saneamento Básico Urbano | | | | | |
| 17.999 - Demais Subfunções Saneamento | | | | | |
| 18 - Gestão Ambiental | 818.442,49 | 778.379,01 | 778.379,01 | 40.063,48 | 0,00 |
| 18.541 - Preservação e Conservação Ambiental | 343.770,83 | 303.707,35 | 303.707,35 | 40.063,48 | 0,00 |
| 18.542 - Controle Ambiental | 470.932,64 | 470.932,64 | 470.932,64 | 0,00 | 0,00 |
| 18.543 - Recuperação de Áreas Degradadas | 3.739,02 | 3.739,02 | 3.739,02 | 0,00 | 0,00 |
| 18.544 - Recursos Hídricos | | | | | |
| 18.545 - Meteorologia | | | | | |
| 18.999 - Demais Subfunções Gestão Ambiental | | | | | |
| 19 - Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19.571 - Desenvolvimento Científico | | | | | |
| 19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | |
| 19.573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | |
| 19.999 - Demais Subfunções Ciência e Tecnologia | | | | | |
| 20 - Agricultura | 262.649,97 | 262.649,97 | 262.649,97 | 0,00 | 0,00 |
| 20.605 - Abastecimento | 282,71 | 282,71 | 282,71 | 0,00 | 0,00 |
| 20.606 - Extensão Rural | 262.367,26 | 262.367,26 | 262.367,26 | 0,00 | 0,00 |
| 20.607 - Irrigação | | | | | |
| 20.608 - Promoção da Produção Agropecuária | | | | | |
| 20.609 - Defesa Agropecuária | | | | | |
| 20.999 - Demais Subfunções Agricultura | | | | | |
| 21 - Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21.631 - Reforma Agrária | | | | | |
| 21.632 - Colonização | | | | | |
| 21.999 - Demais Subfunções Organização Agrária | | | | | |
| 22 - Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.661 - Promoção Industrial | | | | | |
| 22.662 - Produção Industrial | | | | | |
| 22.663 - Mineração | | | | | |
| 22.664 - Propriedade Industrial | | | | | |
| 22.665 - Normalização e Qualidade | | | | | |
| 22.999 - Demais Subfunções Indústria | | | | | |
| 23 - Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.691 - Promoção Comercial | | | | | |
| 23.692 - Comercialização | | | | | |
| 23.693 - Comércio Exterior | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas por Função | Execução da Despesa por Função | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | Inscrição de RP Não Processados | Inscrição de RP Processados |
| 23.694 - Serviços Financeiros | | | | | |
| 23.695 - Turismo | | | | | |
| 23.999 - Demais Subfunções Comércio e Serviços | | | | | |
| 24 - Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24.721 - Comunicações Postais | | | | | |
| 24.722 - Telecomunicações | | | | | |
| 24.999 - Demais Subfunções Comunicações | | | | | |
| 25 - Energia | 151.746,08 | 151.746,08 | 151.746,08 | 0,00 | 0,00 |
| 25.751 - Conservação de Energia | | | | | |
| 25.752 - Energia Elétrica | 151.746,08 | 151.746,08 | 151.746,08 | 0,00 | 0,00 |
| 25.753 - Combustíveis Minerais | | | | | |
| 25.754 - Biocombustíveis | | | | | |
| 25.999 - Demais Subfunções Energia | | | | | |
| 26 - Transporte | 4.768.732,82 | 4.768.732,82 | 4.533.457,82 | 0,00 | 235.275,00 |
| 26.781 - Transporte Aéreo | | | | | |
| 26.782 - Transporte Rodoviário | 4.768.732,82 | 4.768.732,82 | 4.533.457,82 | 0,00 | 235.275,00 |
| 26.783 - Transporte Ferroviário | | | | | |
| 26.784 - Transporte Hidroviário | | | | | |
| 26.785 - Transportes Especiais | | | | | |
| 26.999 - Demais Subfunções Transporte | | | | | |
| 27 - Desporto e Lazer | 197.860,30 | 197.860,30 | 197.860,30 | 0,00 | 0,00 |
| 27.811 - Desporto de Rendimento | | | | | |
| 27.812 - Desporto Comunitário | 197.860,30 | 197.860,30 | 197.860,30 | 0,00 | 0,00 |
| 27.813 - Lazer | | | | | |
| 27.999 - Demais Subfunções Desporto e Lazer | | | | | |
| 28 - Encargos Especiais | 553.400,62 | 553.400,62 | 553.400,62 | 0,00 | 0,00 |
| 28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | |
| 28.842 - Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | |
| 28.843 - Serviço da Dívida Interna | 553.400,62 | 553.400,62 | 553.400,62 | 0,00 | 0,00 |
| 28.844 - Serviço da Dívida Externa | | | | | |
| 28.845 - Outras Transferências | | | | | |
| 28.846 - Outros Encargos Especiais | | | | | |
| 28.847 - Transferências para a Educação Básica | | | | | |
| 28.999 - Demais Subfunções Encargos Especiais | | | | | |
| Despesas (Intraorçamentárias) | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

**DCA-Anexo I-E | Balanço Orçamentário - Despesas por Função | Padrao**

| Notas Explicativas - Despesas por Função | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| **Notas Explicativas - Despesas por Função** | - |
| Notas Explicativas | |

**DCA-Anexo I-F | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar | Padrao**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Restos a Pagar Não Processados Pagos | Restos a Pagar Não Processados Cancelados | Restos a Pagar Processados Pagos | Restos a Pagar Processados Cancelados |
| **Despesas Orçamentárias** | - | - | - | - |
| Total Despesas | 600.230,76 | 0,00 | 42.418,98 | 0,00 |
| 3.0.00.00.00.00 - Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 42.418,98 | 0,00 |
| 3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.20.00.00.00 - Transferências à União | | | | |
| 3.1.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | | | | |
| 3.1.40.00.00.00 - Transferências a Municípios | | | | |
| 3.1.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | |
| 3.1.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | |
| 3.1.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.1.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.1.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior | | | | |
| 3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.01.00.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares | | | | |
| 3.1.90.03.00.00 - Pensões do RPPS e do Militar | | | | |
| 3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado | | | | |
| 3.1.90.05.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar | | | | |
| 3.1.90.07.00.00 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência | | | | |
| 3.1.90.08.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais | | | | |
| 3.1.90.09.00.00 - Salário-Família | | | | |
| 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | | | | |
| 3.1.90.12.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar | | | | |
| 3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.90.13.01.00 - FGTS | | | | |
| 3.1.90.13.02.00 - Contribuições Previdenciárias - INSS | | | | |
| 3.1.90.13.08.00 - Plano de Seg. Soc. do Servidor - Pessoal Ativo | | | | |
| 3.1.90.13.99.00 - Outras Obrigações Patronais | | | | |
| 3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil | | | | |
| 3.1.90.17.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar | | | | |
| 3.1.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios | | | | |
| 3.1.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | |
| 3.1.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | |
| 3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas | | | | |
| 3.1.90.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado | | | | |
| 3.1.90.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 3.1.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.91.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado | | | | |
| 3.1.91.13.00.00 - Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.91.13.03.00 - Contribuição Patronal para o RPPS - Intraorçamentária | | | | |
| 3.1.91.13.99.00 - Outras Obrigações Patronais - Intraorçamentária | | | | |
| 3.1.91.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | |
| 3.1.91.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | |
| 3.1.91.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas | | | | |
| 3.1.91.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado | | | | |
| 3.1.91.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 3.1.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.1.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.1.99.00.00.00 - A Definir | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1.99.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.2.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | |
| 3.2.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.2.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.2.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.2.90.21.00.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato | | | | |
| 3.2.90.22.00.00 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato | | | | |
| 3.2.90.23.00.00 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Restos a Pagar Não Processados Pagos | Restos a Pagar Não Processados Cancelados | Restos a Pagar Processados Pagos | Restos a Pagar Processados Cancelados |
| 3.2.90.24.00.00 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária | | | | |
| 3.2.90.25.00.00 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | | | |
| 3.2.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | |
| 3.2.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | |
| 3.2.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | | | | |
| 3.2.90.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 3.2.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.2.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.2.99.00.00.00 - A Definir | | | | |
| 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 42.418,98 | 0,00 |
| 3.3.20.00.00.00 - Transferências à União | | | | |
| 3.3.22.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União | | | | |
| 3.3.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.30.41.00.00 - Contribuições | | | | |
| 3.3.30.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas | | | | |
| 3.3.30.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 3.3.31.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo | | | | |
| 3.3.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal | | | | |
| 3.3.35.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.36.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.40.00.00.00 - Transferências a Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.40.41.00.00 - Contribuições | | | | |
| 3.3.40.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas | | | | |
| 3.3.40.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 3.3.41.00.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo | | | | |
| 3.3.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios | | | | |
| 3.3.45.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.46.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | | | |
| 3.3.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | | | |
| 3.3.67.00.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP | | | | |
| 3.3.70.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais | | | | |
| 3.3.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | |
| 3.3.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos | | | | |
| 3.3.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.75.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.76.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior | | | | |
| 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 0,00 | 0,00 | 42.418,98 | 0,00 |
| 3.3.90.01.00.00 - Aposentadorias e Reformas | | | | |
| 3.3.90.03.00.00 - Pensões | | | | |
| 3.3.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado | | | | |
| 3.3.90.05.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários | | | | |
| 3.3.90.06.00.00 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso | | | | |
| 3.3.90.08.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar | | | | |
| 3.3.90.10.00.00 - Seguro Desemprego e Abono Salarial | | | | |
| 3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil | | | | |
| 3.3.90.15.00.00 - Diárias - Militar | | | | |
| 3.3.90.18.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes | | | | |
| 3.3.90.19.00.00 - Auxílio-Fardamento | | | | |
| 3.3.90.20.00.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores | | | | |
| 3.3.90.26.00.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária | | | | |
| 3.3.90.27.00.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares | | | | |
| 3.3.90.28.00.00 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos | | | | |
| 3.3.90.29.00.00 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes | | | | |
| 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo | | | | |
| 3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras | | | | |
| 3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita | | | | |
| 3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção | | | | |
| 3.3.90.34.00.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Restos a Pagar Não Processados Pagos | Restos a Pagar Não Processados Cancelados | Restos a Pagar Processados Pagos | Restos a Pagar Processados Cancelados |
| 3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria | | | | |
| 3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | | | | |
| 3.3.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra | | | | |
| 3.3.90.38.00.00 - Arrendamento Mercantil | | | | |
| 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | | | 42.418,98 | |
| 3.3.90.41.00.00 - Contribuições | | | | |
| 3.3.90.43.00.00 - Subvenções Sociais | | | | |
| 3.3.90.45.00.00 - Subvenções Econômicas | | | | |
| 3.3.90.46.00.00 - Auxílio-Alimentação | | | | |
| 3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas | | | | |
| 3.3.90.48.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas | | | | |
| 3.3.90.49.00.00 - Auxílio-Transporte | | | | |
| 3.3.90.53.00.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural | | | | |
| 3.3.90.54.00.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana | | | | |
| 3.3.90.55.00.00 - Pensões do RGPS - Área Rural | | | | |
| 3.3.90.56.00.00 - Pensões do RGPS - Área Urbana | | | | |
| 3.3.90.57.00.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural | | | | |
| 3.3.90.58.00.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana | | | | |
| 3.3.90.59.00.00 - Pensões Especiais | | | | |
| 3.3.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios | | | | |
| 3.3.90.81.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas | | | | |
| 3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | |
| 3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | |
| 3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | | | | |
| 3.3.90.95.00.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo | | | | |
| 3.3.90.96.00.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado | | | | |
| 3.3.90.98.00.00 - Compensações ao RGPS | | | | |
| 3.3.90.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 3.3.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | |
| 3.3.93.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe | | | | |
| 3.3.94.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe | | | | |
| 3.3.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 3.3.99.00.00.00 - A Definir | | | | |
| 4.0.00.00.00.00 - Despesas de Capital | 600.230,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.4.00.00.00.00 - Investimentos | 600.230,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.4.20.00.00.00 - Transferências à União | | | | |
| 4.4.22.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União | | | | |
| 4.4.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | | | | |
| 4.4.31.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo | | | | |
| 4.4.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal | | | | |
| 4.4.35.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.36.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.40.00.00.00 - Transferências a Municípios | | | | |
| 4.4.41.00.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo | | | | |
| 4.4.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios | | | | |
| 4.4.45.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.46.00.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | | | |
| 4.4.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | | | |
| 4.4.70.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais | | | | |
| 4.4.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | |
| 4.4.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos | | | | |
| 4.4.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.75.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.76.00.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior | | | | |
| 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 600.230,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.4.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado | | | | |
| 4.4.90.14.00.00 - Diárias - Civil | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Restos a Pagar Não Processados Pagos | Restos a Pagar Não Processados Cancelados | Restos a Pagar Processados Pagos | Restos a Pagar Processados Cancelados |
| 4.4.90.15.00.00 - Diárias - Militar | | | | |
| 4.4.90.17.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar | | | | |
| 4.4.90.18.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes | | | | |
| 4.4.90.20.00.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores | | | | |
| 4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo | | | | |
| 4.4.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção | | | | |
| 4.4.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria | | | | |
| 4.4.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | | | | |
| 4.4.90.37.00.00 - Locação de Mão-de-Obra | | | | |
| 4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | | | | |
| 4.4.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas | | | | |
| 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | 600.230,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.4.90.51.91.00 - Obras em Andamento | 600.230,76 | | | |
| 4.4.90.51.99.00 - Demais Obras e Instalações | | | | |
| 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente | | | | |
| 4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis | | | | |
| 4.4.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | |
| 4.4.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | |
| 4.4.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | | | | |
| 4.4.90.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 4.4.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | |
| 4.4.93.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe | | | | |
| 4.4.94.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe | | | | |
| 4.4.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.4.99.00.00.00 - A Definir | | | | |
| 4.5.00.00.00.00 - Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.5.20.00.00.00 - Transferências à União | | | | |
| 4.5.30.00.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal | | | | |
| 4.5.32.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal | | | | |
| 4.5.40.00.00.00 - Transferências a Municípios | | | | |
| 4.5.42.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios | | | | |
| 4.5.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | | | |
| 4.5.60.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | | | |
| 4.5.67.00.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP | | | | |
| 4.5.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | |
| 4.5.72.00.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos | | | | |
| 4.5.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.5.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.5.80.00.00.00 - Transferências ao Exterior | | | | |
| 4.5.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.5.90.27.00.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares | | | | |
| 4.5.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis | | | | |
| 4.5.90.62.00.00 - Aquisição de Produtos para Revenda | | | | |
| 4.5.90.63.00.00 - Aquisição de Títulos de Crédito | | | | |
| 4.5.90.64.00.00 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado | | | | |
| 4.5.90.65.00.00 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas | | | | |
| 4.5.90.66.00.00 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos | | | | |
| 4.5.90.67.00.00 - Depósitos Compulsórios | | | | |
| 4.5.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | |
| 4.5.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | |
| 4.5.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | | | | |
| 4.5.90.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 4.5.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | | | | |
| 4.5.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.5.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.5.99.00.00.00 - A Definir | | | | |
| 4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.6.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | |
| 4.6.73.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.6.74.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas Orçamentárias | Execução da Despesa | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Restos a Pagar Não Processados Pagos | Restos a Pagar Não Processados Cancelados | Restos a Pagar Processados Pagos | Restos a Pagar Processados Cancelados |
| 4.6.90.00.00.00 - Aplicações Diretas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.6.90.71.00.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado | | | | |
| 4.6.90.72.00.00 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado | | | | |
| 4.6.90.73.00.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada | | | | |
| 4.6.90.74.00.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada | | | | |
| 4.6.90.75.00.00 - Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | | | |
| 4.6.90.76.00.00 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado | | | | |
| 4.6.90.77.00.00 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado | | | | |
| 4.6.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais | | | | |
| 4.6.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | | | | |
| 4.6.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições | | | | |
| 4.6.90.99.00.00 - A Classificar | | | | |
| 4.6.95.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.6.96.00.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 | | | | |
| 4.6.99.00.00.00 - A Definir | | | | |

**DCA-Anexo I-F | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar | Padrao**

| Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução de Restos a Pagar | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| **Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar** | - |
| Notas Explicativas | |

**DCA-Anexo I-G | Balanço Orçamentário - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar | Total Geral da Despesa por Função**

| Despesas por Função | Execução da Despesa por Função | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Restos a Pagar Não Processados Pagos | Restos a Pagar Não Processados Cancelados | Restos a Pagar Processados Pagos | Restos a Pagar Processados Cancelados |
| Despesas (Exceto Intraorçamentárias) | 600.230,76 | 0,00 | 42.418,98 | 0,00 |
| 01 - Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 01.031 - Ação Legislativa | | | | |
| 01.032 - Controle Externo | | | | |
| 01.999 - Demais Subfunções Legislativa | | | | |
| 02 - Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02.061 - Ação Judiciária | | | | |
| 02.062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | |
| 02.999 - Demais Subfunções Judiciária | | | | |
| 03 - Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03.091 - Defesa da Ordem Jurídica | | | | |
| 03.092 - Representação Judicial e Extrajudicial | | | | |
| 03.999 - Demais Subfunções Essencial à Justiça | | | | |
| 04 - Administração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04.121 - Planejamento e Orçamento | | | | |
| 04.122 - Administração Geral | | | | |
| 04.123 - Administração Financeira | | | | |
| 04.124 - Controle Interno | | | | |
| 04.125 - Normatização e Fiscalização | | | | |
| 04.126 - Tecnologia da Informação | | | | |
| 04.127 - Ordenamento Territorial | | | | |
| 04.128 - Formação de Recursos Humanos | | | | |
| 04.129 - Administração de Receitas | | | | |
| 04.130 - Administração de Concessões | | | | |
| 04.131 - Comunicação Social | | | | |
| 04.999 - Demais Subfunções Administração | | | | |
| 05 - Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 42.418,98 | 0,00 |
| 05.151 - Defesa Área | | | | |
| 05.152 - Defesa Naval | | | | |
| 05.153 - Defesa Terrestre | | | | |
| 05.999 - Demais Subfunções Defesa Nacional | | | 42.418,98 | |
| 06 - Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06.181 - Policiamento | | | | |
| 06.182 - Defesa Civil | | | | |
| 06.183 - Informação e Inteligência | | | | |
| 06.999 - Demais Subfunções Segurança Pública | | | | |
| 07 - Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07.211 - Relações Diplomáticas | | | | |
| 07.212 - Cooperação Internacional | | | | |
| 07.999 - Demais Subfunções Relações Exteriores | | | | |
| 08 - Assistência Social | 221.373,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08.241 - Assistência ao Idoso | | | | |
| 08.242 - Assistência ao Portador de Deficiência | | | | |
| 08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas por Função | Execução da Despesa por Função | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Restos a Pagar Não Processados Pagos | Restos a Pagar Não Processados Cancelados | Restos a Pagar Processados Pagos | Restos a Pagar Processados Cancelados |
| 08.244 - Assistência Comunitária | 221.373,90 | | | |
| 08.999 - Demais Subfunções Assistência Social | | | | |
| 09 - Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09.271 - Previdência Básica | | | | |
| 09.272 - Previdência do Regime Estatutário | | | | |
| 09.273 - Previdência Complementar | | | | |
| 09.274 - Previdência Especial | | | | |
| 09.999 - Demais Subfunções Previdência Social | | | | |
| 10 - Saúde | 270.937,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.301 - Atenção Básica | 270.937,28 | | | |
| 10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | | | |
| 10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico | | | | |
| 10.304 - Vigilância Sanitária | | | | |
| 10.305 - Vigilância Epidemiológica | | | | |
| 10.306 - Alimentação e Nutrição | | | | |
| 10.999 - Demais Subfunções Saúde | | | | |
| 11 - Trabalho | 107.919,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | |
| 11.332 - Relações de Trabalho | | | | |
| 11.333 - Empregabilidade | | | | |
| 11.334 - Fomento ao Trabalho | 107.919,58 | | | |
| 11.999 - Demais Subfunções Trabalho | | | | |
| 12 - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12.361 - Ensino Fundamental | | | | |
| 12.362 - Ensino Médio | | | | |
| 12.363 - Ensino Profissional | | | | |
| 12.364 - Ensino Superior | | | | |
| 12.365 - Educação Infantil | | | | |
| 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | | | | |
| 12.367 - Educação Especial | | | | |
| 12.368 - Educação Básica | | | | |
| 12.999 - Demais Subfunções Educação | | | | |
| 13 - Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | | | | |
| 13.392 - Difusão Cultural | | | | |
| 13.999 - Demais Subfunções Cultura | | | | |
| 14 - Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14.421 - Custódia e Reintegração Social | | | | |
| 14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | | | | |
| 14.423 - Assistência aos Povos Indígenas | | | | |
| 14.999 - Demais Subfunções Direitos da Cidadania | | | | |
| 15 - Urbanismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15.451 - Infraestrutura Urbana | | | | |
| 15.452 - Serviços Urbanos | | | | |
| 15.453 - Transportes Coletivos Urbanos | | | | |
| 15.999 - Demais Subfunções Urbanismo | | | | |
| 16 - Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 16.481 - Habitação Rural | | | | |
| 16.482 - Habitação Urbana | | | | |
| 16.999 - Demais Subfunções Habitação | | | | |
| 17 - Saneamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 17.511 - Saneamento Básico Rural | | | | |
| 17.512 - Saneamento Básico Urbano | | | | |
| 17.999 - Demais Subfunções Saneamento | | | | |
| 18 - Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 18.541 - Preservação e Conservação Ambiental | | | | |
| 18.542 - Controle Ambiental | | | | |
| 18.543 - Recuperação de Áreas Degradadas | | | | |
| 18.544 - Recursos Hídricos | | | | |
| 18.545 - Meteorologia | | | | |
| 18.999 - Demais Subfunções Gestão Ambiental | | | | |
| 19 - Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 19.571 - Desenvolvimento Científico | | | | |
| 19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | |
| 19.573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | |
| 19.999 - Demais Subfunções Ciência e Tecnologia | | | | |
| 20 - Agricultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 20.605 - Abastecimento | | | | |
| 20.606 - Extensão Rural | | | | |
| 20.607 - Irrigação | | | | |
| 20.608 - Promoção da Produção Agropecuária | | | | |
| 20.609 - Defesa Agropecuária | | | | |
| 20.999 - Demais Subfunções Agricultura | | | | |
| 21 - Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 21.631 - Reforma Agrária | | | | |
| 21.632 - Colonização | | | | |
| 21.999 - Demais Subfunções Organização Agrária | | | | |
| 22 - Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.661 - Promoção Industrial | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Despesas por Função | Execução da Despesa por Função | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Restos a Pagar Não Processados Pagos | Restos a Pagar Não Processados Cancelados | Restos a Pagar Processados Pagos | Restos a Pagar Processados Cancelados |
| 22.662 - Produção Industrial | | | | |
| 22.663 - Mineração | | | | |
| 22.664 - Propriedade Industrial | | | | |
| 22.665 - Normalização e Qualidade | | | | |
| 22.999 - Demais Subfunções Indústria | | | | |
| 23 - Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.691 - Promoção Comercial | | | | |
| 23.692 - Comercialização | | | | |
| 23.693 - Comércio Exterior | | | | |
| 23.694 - Serviços Financeiros | | | | |
| 23.695 - Turismo | | | | |
| 23.999 - Demais Subfunções Comércio e Serviços | | | | |
| 24 - Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24.721 - Comunicações Postais | | | | |
| 24.722 - Telecomunicações | | | | |
| 24.999 - Demais Subfunções Comunicações | | | | |
| 25 - Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25.751 - Conservação de Energia | | | | |
| 25.752 - Energia Elétrica | | | | |
| 25.753 - Combustíveis Minerais | | | | |
| 25.754 - Biocombustíveis | | | | |
| 25.999 - Demais Subfunções Energia | | | | |
| 26 - Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26.781 - Transporte Aéreo | | | | |
| 26.782 - Transporte Rodoviário | | | | |
| 26.783 - Transporte Ferroviário | | | | |
| 26.784 - Transporte Hidroviário | | | | |
| 26.785 - Transportes Especiais | | | | |
| 26.999 - Demais Subfunções Transporte | | | | |
| 27 - Desporto e Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27.811 - Desporto de Rendimento | | | | |
| 27.812 - Desporto Comunitário | | | | |
| 27.813 - Lazer | | | | |
| 27.999 - Demais Subfunções Desporto e Lazer | | | | |
| 28 - Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna | | | | |
| 28.842 - Refinanciamento da Dívida Externa | | | | |
| 28.843 - Serviço da Dívida Interna | | | | |
| 28.844 - Serviço da Dívida Externa | | | | |
| 28.845 - Outras Transferências | | | | |
| 28.846 - Outros Encargos Especiais | | | | |
| 28.847 - Transferências para a Educação Básica | | | | |
| 28.999 - Demais Subfunções Encargos Especiais | | | | |
| Despesas (Intraorçamentárias) | | | | |

**DCA-Anexo I-G | Balanço Orçamentário - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar | Padrao**

| Notas Explicativas - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução de Restos a Pagar | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| **Notas Explicativas - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar** | - |
| Notas Explicativas | |

**DCA-Anexo I-HI | Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial do Período | Padrao**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| **Variação Patrimonial Diminutiva** | - |
| **Variação Patrimonial Diminutiva** | - |
| 3.0.0.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva | 34.497.081,01 |
| 3.1.0.0.0.00.00 - Pessoal e Encargos | 13.883.597,88 |
| 3.1.1.0.0.00.00 - Remuneração a Pessoal | 11.796.496,25 |
| 3.1.1.1.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS | 11.796.496,25 |
| 3.1.1.1.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS - Consolidação | 11.796.496,25 |
| 3.1.1.2.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS | 0,00 |
| 3.1.1.2.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação | |
| 3.1.1.3.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS | 0,00 |
| 3.1.1.3.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação | |
| 3.1.2.0.0.00.00 - Encargos Patronais | 2.061.001,63 |
| 3.1.2.1.0.00.00 - Encargos Patronais - RPPS | 1.664.279,65 |
| 3.1.2.1.2.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS | 1.664.279,65 |
| 3.1.2.2.0.00.00 - Encargos Patronais - RGPS | 396.721,98 |
| 3.1.2.2.1.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Consolidação | 396.721,98 |
| 3.1.2.2.2.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Intra OFSS | |
| 3.1.2.2.3.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União | |
| 3.1.2.2.4.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - Estado | |
| 3.1.2.2.5.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - Município | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 3.1.2.3.0.00.00 - Encargos Patronais - FGTS | 0,00 |
| 3.1.2.3.1.00.00 - Encargos Patronais - FGTS - Consolidação | |
| 3.1.2.4.0.00.00 - Contribuições Sociais Gerais | 0,00 |
| 3.1.2.4.1.00.00 - Contribuições Sociais Gerais - Consolidação | |
| 3.1.2.5.0.00.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência | 0,00 |
| 3.1.2.5.1.00.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação | |
| 3.1.2.9.0.00.00 - Outros Encargos Patronais | 0,00 |
| 3.1.2.9.1.00.00 - Outros Encargos Patronais - Consolidação | |
| 3.1.2.9.2.00.00 - Outros Encargos Patronais - Intra OFSS | |
| 3.1.2.9.3.00.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União | |
| 3.1.2.9.4.00.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Estado | |
| 3.1.2.9.5.00.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município | |
| 3.1.3.0.0.00.00 - Benefícios a Pessoal | 26.100,00 |
| 3.1.3.1.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - RPPS | 26.100,00 |
| 3.1.3.1.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação | 26.100,00 |
| 3.1.3.2.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS | 0,00 |
| 3.1.3.2.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação | |
| 3.1.3.3.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - Militar | 0,00 |
| 3.1.3.3.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação | |
| 3.1.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 0,00 |
| 3.1.9.1.0.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas | 0,00 |
| 3.1.9.1.1.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação | |
| 3.1.9.2.0.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos | 0,00 |
| 3.1.9.2.1.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação | |
| 3.1.9.9.0.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos | 0,00 |
| 3.1.9.9.1.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Consolidação | |
| 3.2.0.0.0.00.00 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 1.325.060,02 |
| 3.2.1.0.0.00.00 - Aposentadorias e Reformas | 702.282,57 |
| 3.2.1.1.0.00.00 - Aposentadorias - RPPS | 702.282,57 |
| 3.2.1.1.1.00.00 - Aposentadorias - RPPS - Consolidação | 702.282,57 |
| 3.2.1.2.0.00.00 - Aposentadorias - RGPS | 0,00 |
| 3.2.1.2.1.00.00 - Aposentadorias - RGPS - Consolidação | |
| 3.2.1.3.0.00.00 - Reserva Remunerada e Reformas - Militar | 0,00 |
| 3.2.1.3.1.00.00 - Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação | |
| 3.2.1.9.0.00.00 - Outras Aposentadorias | 0,00 |
| 3.2.1.9.1.00.00 - Outras Aposentadorias - Consolidação | |
| 3.2.2.0.0.00.00 - Pensões | 299.831,20 |
| 3.2.2.1.0.00.00 - Pensões - RPPS | 299.831,20 |
| 3.2.2.1.1.00.00 - Pensões - RPPS - Consolidação | 299.831,20 |
| 3.2.2.2.0.00.00 - Pensões - RGPS | 0,00 |
| 3.2.2.2.1.00.00 - Pensões - RGPS - Consolidação | |
| 3.2.2.3.0.00.00 - Pensões - Militar | 0,00 |
| 3.2.2.3.1.00.00 - Pensões - Militar - Consolidação | |
| 3.2.2.9.0.00.00 - Outras Pensões | 0,00 |
| 3.2.2.9.1.00.00 - Outras Pensões - Consolidação | |
| 3.2.3.0.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada | 0,00 |
| 3.2.3.1.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso | 0,00 |
| 3.2.3.1.1.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso - Consolidação | |
| 3.2.3.2.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Portador de Deficiência | 0,00 |
| 3.2.3.2.1.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Portador de Deficiência - Consolidação | |
| 3.2.3.9.0.00.00 - Outros Benefícios de Prestação Continuada | 0,00 |
| 3.2.3.9.1.00.00 - Outros Benefícios de Prestação Continuada - Consolidação | |
| 3.2.4.0.0.00.00 - Benefícios Eventuais | 0,00 |
| 3.2.4.1.0.00.00 - Auxílio por Natalidade | 0,00 |
| 3.2.4.1.1.00.00 - Auxílio por Natalidade - Consolidação | |
| 3.2.4.2.0.00.00 - Auxílio por Morte | 0,00 |
| 3.2.4.2.1.00.00 - Auxílio por Morte - Consolidação | |
| 3.2.4.3.0.00.00 - Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária | 0,00 |
| 3.2.4.3.1.00.00 - Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária - Consolidação | |
| 3.2.4.4.0.00.00 - Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública | 0,00 |
| 3.2.4.4.1.00.00 - Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública - Consolidação | |
| 3.2.4.9.0.00.00 - Outros Benefícios Eventuais | 0,00 |
| 3.2.4.9.1.00.00 - Outros Benefícios Eventuais - Consolidação | |
| 3.2.5.0.0.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda | 0,00 |
| 3.2.5.0.1.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda - Consolidação | |
| 3.2.9.0.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 322.946,25 |
| 3.2.9.1.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - RPPS | 0,00 |
| 3.2.9.1.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação | |
| 3.2.9.2.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - RGPS | 322.946,25 |
| 3.2.9.2.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação | 322.946,25 |
| 3.2.9.3.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - Militar | 0,00 |
| 3.2.9.3.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação | |
| 3.2.9.9.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 0,00 |
| 3.2.9.9.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação | |
| 3.3.0.0.0.00.00 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 10.920.601,98 |
| 3.3.1.0.0.00.00 - Uso de Material de Consumo | 4.496.530,59 |
| 3.3.1.1.0.00.00 - Consumo de Material | 4.409.380,56 |
| 3.3.1.1.1.00.00 - Consumo de Material - Consolidação | 4.409.380,56 |
| 3.3.1.2.0.00.00 - Distribuição de Material Gratuito | 87.150,03 |
| 3.3.1.2.1.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Consolidação | 87.150,03 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| 3.3.2.0.0.00.00 - Serviços | 6.334.984,52 |
| 3.3.2.1.0.00.00 - Diárias | 196.840,50 |
| 3.3.2.1.1.00.00 - Diárias - Consolidação | 196.840,50 |
| 3.3.2.2.0.00.00 - Serviços Terceiros - PF | 130.974,92 |
| 3.3.2.2.1.00.00 - Serviços Terceiros - PF - Consolidação | 130.974,92 |
| 3.3.2.3.0.00.00 - Serviços Terceiros - PJ | 6.007.169,10 |
| 3.3.2.3.1.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Consolidação | 6.007.169,10 |
| 3.3.2.4.0.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra – Art. 18 § 1, LC 101/00 | 0,00 |
| 3.3.2.4.1.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Consolidação | |
| 3.3.3.0.0.00.00 - Depreciação, Amortização e Exaustão | 89.086,87 |
| 3.3.3.1.0.00.00 - Depreciação | 89.086,87 |
| 3.3.3.1.1.00.00 - Depreciação - Consolidação | 89.086,87 |
| 3.3.3.2.0.00.00 - Amortização | 0,00 |
| 3.3.3.2.1.00.00 - Amortização - Consolidação | |
| 3.3.3.3.0.00.00 - Exaustão | 0,00 |
| 3.3.3.3.1.00.00 - Exaustão - Consolidação | |
| 3.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 217.641,34 |
| 3.4.1.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | 106.445,13 |
| 3.4.1.1.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna | 106.445,13 |
| 3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação | 106.445,13 |
| 3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União | |
| 3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Estado | |
| 3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Município | |
| 3.4.1.2.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa | 0,00 |
| 3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação | |
| 3.4.1.3.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária | 0,00 |
| 3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação | |
| 3.4.1.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária | 0,00 |
| 3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação | |
| 3.4.1.8.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos | 0,00 |
| 3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação | |
| 3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - União | |
| 3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - Estado | |
| 3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - Município | |
| 3.4.1.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos | 0,00 |
| 3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação | |
| 3.4.2.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora | 0,00 |
| 3.4.2.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos | 0,00 |
| 3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação | |
| 3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - União | |
| 3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - Estado | |
| 3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - Municí pio | |
| 3.4.2.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos | 0,00 |
| 3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação | |
| 3.4.2.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços | 0,00 |
| 3.4.2.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação | |
| 3.4.2.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias | 0,00 |
| 3.4.2.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação | |
| 3.4.2.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora | 0,00 |
| 3.4.2.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação | |
| 3.4.3.0.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais | 0,00 |
| 3.4.3.1.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna | 0,00 |
| 3.4.3.1.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação | |
| 3.4.3.1.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União | |
| 3.4.3.1.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Estado | |
| 3.4.3.1.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Município | |
| 3.4.3.2.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa | 0,00 |
| 3.4.3.2.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação | |
| 3.4.3.3.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna | 0,00 |
| 3.4.3.3.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Consolidação | |
| 3.4.3.4.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Externa | 0,00 |
| 3.4.3.4.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Externa - Consolidação | |
| 3.4.3.9.0.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais | 0,00 |
| 3.4.3.9.1.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação | |
| 3.4.3.9.3.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União | |
| 3.4.3.9.4.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Estado | |
| 3.4.3.9.5.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município | |
| 3.4.4.0.0.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos | 0,00 |
| 3.4.4.0.1.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação | |
| 3.4.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras | 111.196,21 |
| 3.4.9.1.0.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais | 0,00 |
| 3.4.9.1.1.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Consolidação | |
| 3.4.9.2.0.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições | 0,00 |
| 3.4.9.2.1.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Consolidação | |
| 3.4.9.9.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 111.196,21 |
| 3.4.9.9.1.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Consolidação | 111.196,21 |
| 3.5.0.0.0.00.00 - Transferências e Delegações Concedidas | 4.512.120,57 |
| 3.5.1.0.0.00.00 - Transferências Intragovernamentais | 1.200.426,98 |
| 3.5.1.1.0.00.00 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária | 1.200.426,98 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| 3.5.1.1.2.00.00 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS | 1.200.426,98 |
| 3.5.1.2.0.00.00 - Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária | 0,00 |
| 3.5.1.2.2.00.00 - Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS | |
| 3.5.1.3.0.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS | 0,00 |
| 3.5.1.3.2.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS – Intra OFSS | |
| 3.5.1.4.0.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS | 0,00 |
| 3.5.1.4.2.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS – Intra OFSS | |
| 3.5.2.0.0.00.00 - Transferências Inter Governamentais | 3.005.857,20 |
| 3.5.2.1.0.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas | 3.005.857,20 |
| 3.5.2.1.1.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Consolidação | 3.005.857,20 |
| 3.5.2.1.3.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - União | |
| 3.5.2.1.4.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - Estado | |
| 3.5.2.1.5.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - Município | |
| 3.5.2.2.0.00.00 - Transferências ao FUNDEB | 0,00 |
| 3.5.2.2.4.00.00 - Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado | |
| 3.5.2.3.0.00.00 - Transferências Voluntárias | 0,00 |
| 3.5.2.3.1.00.00 - Transferências Voluntárias - Consolidação | |
| 3.5.2.3.3.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União | |
| 3.5.2.3.4.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Estado | |
| 3.5.2.3.5.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município | |
| 3.5.2.4.0.00.00 - Outras Transferências | 0,00 |
| 3.5.2.4.1.00.00 - Outras Transferências - Consolidação | |
| 3.5.2.4.3.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - União | |
| 3.5.2.4.4.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Estado | |
| 3.5.2.4.5.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Município | |
| 3.5.3.0.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas | 0,00 |
| 3.5.3.1.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 0,00 |
| 3.5.3.1.1.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação | |
| 3.5.3.2.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | 0,00 |
| 3.5.3.2.1.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação | |
| 3.5.4.0.0.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais | 0,00 |
| 3.5.4.0.1.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais - Consolidação | |
| 3.5.5.0.0.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos | 305.836,39 |
| 3.5.5.0.1.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Consolidação | 305.836,39 |
| 3.5.6.0.0.00.00 - Transferências ao Exterior | 0,00 |
| 3.5.6.0.1.00.00 - Transferências ao Exterior - Consolidação | |
| 3.5.7.0.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada | 0,00 |
| 3.5.7.1.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes | 0,00 |
| 3.5.7.1.3.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes – Inter OFSS - União | |
| 3.5.7.1.4.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes – Inter OFSS - Estado | |
| 3.5.7.1.5.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes – Inter OFSS - Município | |
| 3.5.7.2.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios | 0,00 |
| 3.5.7.2.1.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios - Consolidação | |
| 3.5.9.0.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Concedidas | 0,00 |
| 3.5.9.0.1.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Consolidação | |
| 3.6.0.0.0.00.00 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 4.986,03 |
| 3.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas | 0,00 |
| 3.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado | 0,00 |
| 3.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação | |
| 3.6.1.2.0.00.00 - Reavaliação de Intangíveis | 0,00 |
| 3.6.1.2.1.00.00 - Reavaliação de Intangíveis - Consolidação | |
| 3.6.1.3.0.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos | 0,00 |
| 3.6.1.3.1.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação | |
| 3.6.1.4.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos | 0,00 |
| 3.6.1.4.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação | |
| 3.6.1.4.2.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS | |
| 3.6.1.4.3.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União | |
| 3.6.1.4.4.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado | |
| 3.6.1.4.5.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município | |
| 3.6.1.5.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Imobilizado | 0,00 |
| 3.6.1.5.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação | |
| 3.6.1.6.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Intangíveis | 0,00 |
| 3.6.1.6.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação | |
| 3.6.1.7.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários | 0,00 |
| 3.6.1.7.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Consolidação | |
| 3.6.1.7.2.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários- Intra OFSS | |
| 3.6.1.7.3.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários- Inter OFSS - União | |
| 3.6.1.7.4.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários- Inter OFSS - Estado | |
| 3.6.1.7.5.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários- Inter OFSS - Município | |
| 3.6.1.8.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Estoques | 0,00 |
| 3.6.1.8.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação | |
| 3.6.2.0.0.00.00 - Perdas com Alienação | 0,00 |
| 3.6.2.1.0.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos | 0,00 |
| 3.6.2.1.1.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Consolidação | |
| 3.6.2.2.0.00.00 - Perdas com Alienação de Imobilizado | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 3.6.2.2.1.00.00 - Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação | |
| 3.6.2.3.0.00.00 - Perdas com Alienação de Intangíveis | 0,00 |
| 3.6.2.3.1.00.00 - Perdas com Alienação de Intangíveis - Consolidação | |
| 3.6.2.9.0.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos | 0,00 |
| 3.6.2.9.1.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Consolidação | |
| 3.6.3.0.0.00.00 - Perdas Involuntárias | 4.986,03 |
| 3.6.3.1.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Imobilizado | 4.986,03 |
| 3.6.3.1.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação | 4.986,03 |
| 3.6.3.2.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Intangíveis | 0,00 |
| 3.6.3.2.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Intangíveis - Consolidação | |
| 3.6.3.3.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Estoques | 0,00 |
| 3.6.3.3.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Estoques - Consolidação | |
| 3.6.3.9.0.00.00 - Outras Perdas Involuntárias | 0,00 |
| 3.6.3.9.1.00.00 - Outras Perdas Involuntárias - Consolidação | |
| 3.6.4.0.0.00.00 - Incorporação de Passivos | 0,00 |
| 3.6.4.0.1.00.00 - Incorporação de Passivos - Consolidação | |
| 3.6.5.0.0.00.00 - Desincorporação de Ativos | 0,00 |
| 3.6.5.0.1.00.00 - Desincorporação de Ativos - Consolidação | |
| 3.7.0.0.0.00.00 - Tributárias | 298.111,38 |
| 3.7.1.0.0.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 0,00 |
| 3.7.1.1.0.00.00 - Impostos | 0,00 |
| 3.7.1.1.1.00.00 - Impostos- Consolidação | |
| 3.7.1.2.0.00.00 - Taxas | 0,00 |
| 3.7.1.2.1.00.00 - Taxas - Consolidação | |
| 3.7.1.3.0.00.00 - Contribuições de Melhoria | 0,00 |
| 3.7.1.3.1.00.00 - Contribuições de Melhoria - Consolidação | |
| 3.7.2.0.0.00.00 - Contribuições | 298.111,38 |
| 3.7.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais | 298.111,38 |
| 3.7.2.1.1.00.00 - Contribuições Sociais - Consolidação | 298.111,38 |
| 3.7.2.1.2.00.00 - Contribuições Sociais - Intra OFSS | |
| 3.7.2.1.3.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - União | |
| 3.7.2.1.4.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - Estado | |
| 3.7.2.1.5.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - Município | |
| 3.7.2.2.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | 0,00 |
| 3.7.2.2.1.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Consolidação | |
| 3.7.2.3.0.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip | 0,00 |
| 3.7.2.3.1.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Consolidação | |
| 3.7.2.9.0.00.00 - Outras Contribuições | 0,00 |
| 3.7.2.9.1.00.00 - Outras Contribuições - Consolidação | |
| 3.8.0.0.0.00.00 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | 0,00 |
| 3.8.1.0.0.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas | 0,00 |
| 3.8.1.0.1.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Consolidação | |
| 3.8.1.0.2.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Intra OFSS | |
| 3.8.1.0.3.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Inter OFSS - União | |
| 3.8.1.0.4.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Inter OFSS - Estado | |
| 3.8.1.0.5.00.00 - Custo de Mercadorias Vendidas - Inter OFSS - Município | |
| 3.8.2.0.0.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos | 0,00 |
| 3.8.2.0.1.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Consolidação | |
| 3.8.2.0.2.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Intra OFSS | |
| 3.8.2.0.3.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Inter OFSS - União | |
| 3.8.2.0.4.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Inter OFSS - Estado | |
| 3.8.2.0.5.00.00 - Custos dos Produtos Vendidos - Município | |
| 3.8.3.0.0.00.00 - Custo dos Serviços Prestados | 0,00 |
| 3.8.3.0.1.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Consolidação | |
| 3.8.3.0.2.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Intra OFSS | |
| 3.8.3.0.3.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Inter OFSS - União | |
| 3.8.3.0.4.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Inter OFSS - Estado | |
| 3.8.3.0.5.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - Inter OFSS - Município | |
| 3.9.0.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 3.334.961,81 |
| 3.9.1.0.0.00.00 - Premiações | 0,00 |
| 3.9.1.1.0.00.00 - Premiações Culturais | 0,00 |
| 3.9.1.1.1.00.00 - Premiações Culturais - Consolidação | |
| 3.9.1.2.0.00.00 - Premiações Artísticas | 0,00 |
| 3.9.1.2.1.00.00 - Premiações Artísticas - Consolidação | |
| 3.9.1.3.0.00.00 - Premiações Cientificas | 0,00 |
| 3.9.1.3.1.00.00 - Premiações Cientificas - Consolidação | |
| 3.9.1.4.0.00.00 - Premiações Desportivas | 0,00 |
| 3.9.1.4.1.00.00 - Premiações Desportivas - Consolidação | |
| 3.9.1.5.0.00.00 - Ordens Honoríficas | 0,00 |
| 3.9.1.5.1.00.00 - Ordens Honoríficas - Consolidação | |
| 3.9.1.9.0.00.00 - Outras Premiações | 0,00 |
| 3.9.1.9.1.00.00 - Outras Premiações - Consolidação | |
| 3.9.2.0.0.00.00 - Resultado Negativo de Participações | 0,00 |
| 3.9.2.1.0.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial | 0,00 |
| 3.9.2.1.1.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação | |
| 3.9.2.1.2.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS | |
| 3.9.2.1.3.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - União | |
| 3.9.2.1.4.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Estado | |
| 3.9.2.1.5.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Município | |
| 3.9.4.0.0.00.00 - Incentivos | 33.150,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 3.9.4.1.0.00.00 - Incentivos a Educação | 0,00 |
| 3.9.4.1.1.00.00 - Incentivos a Educação - Consolidação | |
| 3.9.4.2.0.00.00 - Incentivos a Ciência | 0,00 |
| 3.9.4.2.1.00.00 - Incentivos a Ciência - Consolidação | |
| 3.9.4.3.0.00.00 - Incentivos a Cultura | 0,00 |
| 3.9.4.3.1.00.00 - Incentivos a Cultura - Consolidação | |
| 3.9.4.4.0.00.00 - Incentivos ao Esporte | 0,00 |
| 3.9.4.4.1.00.00 - Incentivos ao Esporte - Consolidação | |
| 3.9.4.9.0.00.00 - Outros Incentivos | 33.150,00 |
| 3.9.4.9.1.00.00 - Outros Incentivos - Consolidação | 33.150,00 |
| 3.9.5.0.0.00.00 - Subvenções Econômicas | 0,00 |
| 3.9.5.0.1.00.00 - Subvenções Econômicas - Consolidação | |
| 3.9.6.0.0.00.00 - Participações e Contribuições | 0,00 |
| 3.9.6.1.0.00.00 - Participações de Debêntures | 0,00 |
| 3.9.6.1.1.00.00 - Participações de Debêntures - Consolidação | |
| 3.9.6.2.0.00.00 - Participações de Empregados | 0,00 |
| 3.9.6.2.1.00.00 - Participações de Empregados - Consolidação | |
| 3.9.6.3.0.00.00 - Participações de Administradores | 0,00 |
| 3.9.6.3.1.00.00 - Participações de Administradores - Consolidação | |
| 3.9.6.4.0.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias | 0,00 |
| 3.9.6.4.1.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias - Consolidação | |
| 3.9.6.5.0.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados | 0,00 |
| 3.9.6.5.1.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Consolidação | |
| 3.9.7.0.0.00.00 - VPD de Constituição de Provisões | 3.301.811,81 |
| 3.9.7.1.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas | 0,00 |
| 3.9.7.1.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação | |
| 3.9.7.2.0.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo | 3.301.811,81 |
| 3.9.7.2.1.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação | 3.301.811,81 |
| 3.9.7.3.0.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais | 0,00 |
| 3.9.7.3.1.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais – Consolidação | |
| 3.9.7.4.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis | 0,00 |
| 3.9.7.4.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis – Consolidação | |
| 3.9.7.5.0.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos | 0,00 |
| 3.9.7.5.3.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS União | |
| 3.9.7.5.4.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS Estados | |
| 3.9.7.5.5.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - Município | |
| 3.9.7.6.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP | 0,00 |
| 3.9.7.6.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP - Consolidação | |
| 3.9.7.9.0.00.00 - VPD de Outras Provisões | 0,00 |
| 3.9.7.9.1.00.00 - VPD de Outras Provisões - Consolidação | |
| 3.9.9.0.0.00.00 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 0,00 |
| 3.9.9.1.0.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS | 0,00 |
| 3.9.9.1.2.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Intra OFSS | |
| 3.9.9.1.3.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União | |
| 3.9.9.1.4.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Estado | |
| 3.9.9.1.5.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Município | |
| 3.9.9.2.0.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios | 0,00 |
| 3.9.9.2.3.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - União | |
| 3.9.9.2.4.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Estado | |
| 3.9.9.2.5.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Município | |
| 3.9.9.3.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações | 0,00 |
| 3.9.9.3.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Consolidação | |
| 3.9.9.4.0.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos | 0,00 |
| 3.9.9.4.1.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Consolidação | |
| 3.9.9.4.2.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Intra OFSS | |
| 3.9.9.4.3.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - União | |
| 3.9.9.4.4.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - Estado | |
| 3.9.9.4.5.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - Município | |
| 3.9.9.6.0.00.00 - Indenizações e Restituições | 0,00 |
| 3.9.9.6.1.00.00 - Indenizações e Restituições - Consolidação | |
| 3.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos | 0,00 |
| 3.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação | |
| **Variação Patrimonial Aumentativa** | - |
| **Variação Patrimonial Aumentativa** | - |
| 4.0.0.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa | 38.628.974,89 |
| 4.1.0.0.0.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 2.581.631,77 |
| 4.1.1.0.0.00.00 - Impostos | 2.169.438,92 |
| 4.1.1.1.0.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior | 0,00 |
| 4.1.1.1.1.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Consolidação | |
| 4.1.1.2.0.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda | 2.169.438,92 |
| 4.1.1.2.1.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação | 2.169.438,92 |
| 4.1.1.3.0.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação | 0,00 |
| 4.1.1.3.1.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Consolidação | |
| 4.1.1.4.0.00.00 - Impostos Extraordinários | 0,00 |
| 4.1.1.4.1.00.00 - Impostos Extraordinários - Consolidação | |
| 4.1.1.9.0.00.00 - Outros Impostos | 0,00 |
| 4.1.1.9.1.00.00 - Outros Impostos - Consolidação | |
| 4.1.2.0.0.00.00 - Taxas | 405.671,82 |
| 4.1.2.1.0.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Policia | 325.124,22 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| 4.1.2.1.1.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação | 325.124,22 |
| 4.1.2.2.0.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços | 80.547,60 |
| 4.1.2.2.1.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Consolidação | 80.547,60 |
| 4.1.3.0.0.00.00 - Contribuições de Melhoria | 6.521,03 |
| 4.1.3.1.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário | 0,00 |
| 4.1.3.1.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Consolidação | |
| 4.1.3.2.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade | 0,00 |
| 4.1.3.2.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Consolidação | |
| 4.1.3.3.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural | 0,00 |
| 4.1.3.3.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Consolidação | |
| 4.1.3.4.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares | 6.521,03 |
| 4.1.3.4.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Consolidação | 6.521,03 |
| 4.1.3.9.0.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria | 0,00 |
| 4.1.3.9.1.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Consolidação | |
| 4.2.0.0.0.00.00 - Contribuições | 2.900.535,22 |
| 4.2.1.0.0.00.00 - Contribuições Sociais | 2.736.856,15 |
| 4.2.1.1.0.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS | 2.736.856,15 |
| 4.2.1.1.1.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação | 895.561,49 |
| 4.2.1.1.1.01.00 - Contribuições Patronais ao RPPS | |
| 4.2.1.1.1.02.00 - Contribuição do Segurado ao RPPS | 895.561,49 |
| 4.2.1.1.1.03.00 - Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial | |
| 4.2.1.1.1.04.00 - Contribuições para Custeio das Pensões Militares | |
| 4.2.1.1.1.97.00 - (-) Deduções | |
| 4.2.1.1.1.99.00 - Outras Contribuições Sociais - RPPS | |
| 4.2.1.1.2.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS | 1.841.294,66 |
| 4.2.1.1.3.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS – União | |
| 4.2.1.1.4.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS - Estado | |
| 4.2.1.1.5.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS - Município | |
| 4.2.1.2.0.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS | 0,00 |
| 4.2.1.2.1.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Consolidação | |
| 4.2.1.2.2.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Intra OFSS | |
| 4.2.1.2.3.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - União | |
| 4.2.1.2.4.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - Estado | |
| 4.2.1.2.5.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - Município | |
| 4.2.1.3.0.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento | 0,00 |
| 4.2.1.3.1.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Consolidação | |
| 4.2.1.4.0.00.00 - Contribuição sobre o Lucro | 0,00 |
| 4.2.1.4.1.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Consolidação | |
| 4.2.1.5.0.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico | 0,00 |
| 4.2.1.5.1.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico - Consolidação | |
| 4.2.1.6.0.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior | 0,00 |
| 4.2.1.6.1.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Consolidação | |
| 4.2.1.9.0.00.00 - Outras Contribuições Sociais | 0,00 |
| 4.2.1.9.1.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Consolidação | |
| 4.2.2.0.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | 0,00 |
| 4.2.2.0.1.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Consolidação | |
| 4.2.3.0.0.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública | 163.679,07 |
| 4.2.3.0.1.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - Consolidação | 163.679,07 |
| 4.2.4.0.0.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais | 0,00 |
| 4.2.4.0.1.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais - Consolidação | |
| 4.3.0.0.0.00.00 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | -258.567,57 |
| 4.3.1.0.0.00.00 - Venda de Mercadorias | 0,00 |
| 4.3.1.1.0.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias | 0,00 |
| 4.3.1.1.1.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação | |
| 4.3.1.9.0.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias | 0,00 |
| 4.3.1.9.1.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação | |
| 4.3.2.0.0.00.00 - Venda de Produtos | 0,00 |
| 4.3.2.1.0.00.00 - Venda Bruta de Produtos | 0,00 |
| 4.3.2.1.1.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Consolidação | |
| 4.3.2.9.0.00.00 - (-) Deduções de Venda Bruta de Produtos | 0,00 |
| 4.3.2.9.1.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Consolidação | |
| 4.3.3.0.0.00.00 - Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços | -258.567,57 |
| 4.3.3.1.0.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços | -258.567,57 |
| 4.3.3.1.1.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação | -258.567,57 |
| 4.3.3.9.0.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | 0,00 |
| 4.3.3.9.1.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação | |
| 4.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 2.523.622,61 |
| 4.4.1.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.1.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - União | |
| 4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos- Inter OFSS - Estado | |
| 4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município | |
| 4.4.1.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.1.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União | |
| 4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município | |
| 4.4.1.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.2.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora | 222.293,65 |
| 4.4.2.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União | |
| 4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado | |
| 4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município | |
| 4.4.2.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.2.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços | 0,00 |
| 4.4.2.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação | |
| 4.4.2.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários | 0,00 |
| 4.4.2.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Consolidação | |
| 4.4.2.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora | 222.293,65 |
| 4.4.2.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação | 222.293,65 |
| 4.4.3.0.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais | 0,00 |
| 4.4.3.1.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.3.1.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.3.1.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - União | |
| 4.4.3.1.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado | |
| 4.4.3.1.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município | |
| 4.4.3.2.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Externos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.3.2.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.3.3.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.3.3.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.3.3.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União | |
| 4.4.3.3.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado | |
| 4.4.3.3.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município | |
| 4.4.3.4.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Externos Concedidos | 0,00 |
| 4.4.3.4.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação | |
| 4.4.3.9.0.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais | 0,00 |
| 4.4.3.9.1.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação | |
| 4.4.3.9.3.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União | |
| 4.4.3.9.4.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Estado | |
| 4.4.3.9.5.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município | |
| 4.4.4.0.0.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos | 0,00 |
| 4.4.4.0.1.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Consolidação | |
| 4.4.5.0.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 2.301.328,96 |
| 4.4.5.1.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários | 2.301.328,96 |
| 4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação | 2.301.328,96 |
| 4.4.5.2.0.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras | 0,00 |
| 4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação | |
| 4.4.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras | 0,00 |
| 4.4.9.0.1.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Consolidação | |
| 4.5.0.0.0.00.00 - Transferências e Delegações Recebidas | 29.852.808,98 |
| 4.5.1.0.0.00.00 - Transferências Intragovernamentais | 1.200.426,98 |
| 4.5.1.1.0.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária | 1.200.426,98 |
| 4.5.1.1.2.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS | 1.200.426,98 |
| 4.5.1.2.0.00.00 - Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária | 0,00 |
| 4.5.1.2.2.00.00 - Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS | |
| 4.5.1.3.0.00.00 - Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS | 0,00 |
| 4.5.1.3.2.00.00 - Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS – Intra OFSS | |
| 4.5.1.4.0.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS | 0,00 |
| 4.5.1.4.2.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS – Intra OFSS | |
| 4.5.2.0.0.00.00 - Transferências Inter Governamentais | 28.651.902,00 |
| 4.5.2.1.0.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas | 23.612.457,13 |
| 4.5.2.1.1.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas- Consolidação | 23.612.457,13 |
| 4.5.2.1.3.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS – União | |
| 4.5.2.1.4.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - Estado | |
| 4.5.2.2.0.00.00 - Transferências do FUNDEB | 5.039.444,87 |
| 4.5.2.2.3.00.00 - Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - União | 5.039.444,87 |
| 4.5.2.2.4.00.00 - Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado | |
| 4.5.2.3.0.00.00 - Transferências Voluntárias | 0,00 |
| 4.5.2.3.1.00.00 - Transferências Voluntárias - Consolidação | |
| 4.5.2.3.3.00.00 - Transferências Voluntárias – Inter OFSS - União | |
| 4.5.2.3.4.00.00 - Transferências Voluntárias – Inter OFSS - Estado | |
| 4.5.2.3.5.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município | |
| 4.5.2.4.0.00.00 - Outras Transferências | 0,00 |
| 4.5.2.4.1.00.00 - Outras Transferências - Consolidação | |
| 4.5.2.4.3.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - União | |
| 4.5.2.4.4.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Estado | |
| 4.5.2.4.5.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Município | |
| 4.5.3.0.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas | 0,00 |
| 4.5.3.1.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores 31/12/2015 |
|---|---|
| 4.5.3.1.1.00.00 - Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação | |
| 4.5.3.2.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos | 0,00 |
| 4.5.3.2.1.00.00 - Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação | |
| 4.5.4.0.0.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais | 0,00 |
| 4.5.4.0.1.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais - Consolidação | |
| 4.5.5.0.0.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos | 0,00 |
| 4.5.5.0.1.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos - Consolidação | |
| 4.5.6.0.0.00.00 - Transferências do Exterior | 0,00 |
| 4.5.6.0.1.00.00 - Transferências do Exterior - Consolidação | |
| 4.5.7.0.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada | 0,00 |
| 4.5.7.1.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes | 0,00 |
| 4.5.7.1.3.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes – Inter OFSS - União | |
| 4.5.7.1.4.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes – Inter OFSS - Estado | |
| 4.5.7.1.5.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes – Inter OFSS - Município | |
| 4.5.7.2.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Consórcios | 0,00 |
| 4.5.7.2.1.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Consórcios - Consolidação | |
| 4.5.8.0.0.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas | 480,00 |
| 4.5.8.0.1.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação | 480,00 |
| 4.5.9.0.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas | 0,00 |
| 4.5.9.0.1.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação | |
| 4.6.0.0.0.00.00 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | 209.617,54 |
| 4.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação de Ativos | 1.006,66 |
| 4.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado | 1.006,66 |
| 4.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação | 1.006,66 |
| 4.6.1.2.0.00.00 - Reavaliação de Intangíveis | 0,00 |
| 4.6.1.2.1.00.00 - Reavaliação de Intangíveis - Consolidação | |
| 4.6.1.9.0.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos | 0,00 |
| 4.6.1.9.1.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação | |
| 4.6.2.0.0.00.00 - Ganhos com Alienação | 54.705,70 |
| 4.6.2.1.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos | 0,00 |
| 4.6.2.1.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos - Consolidação | |
| 4.6.2.2.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Imobilizado | 54.705,70 |
| 4.6.2.2.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação | 54.705,70 |
| 4.6.2.3.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Intangíveis | 0,00 |
| 4.6.2.3.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Intangíveis - Consolidação | |
| 4.6.2.9.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Demais Ativos | 0,00 |
| 4.6.2.9.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Demais Ativos - Consolidação | |
| 4.6.3.0.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos | 153.905,18 |
| 4.6.3.1.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas | 0,00 |
| 4.6.3.1.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas - Consolidação | |
| 4.6.3.2.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos | 0,00 |
| 4.6.3.2.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação | |
| 4.6.3.3.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Valores Apreendidos | 0,00 |
| 4.6.3.3.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos - Consolidação | |
| 4.6.3.9.0.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos | 153.905,18 |
| 4.6.3.9.1.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação | 153.905,18 |
| 4.6.4.0.0.00.00 - Desincorporação de Passivos | 0,00 |
| 4.6.4.0.1.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Consolidação | |
| 4.6.5.0.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável | 0,00 |
| 4.6.5.1.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos | 0,00 |
| 4.6.5.1.1.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação | |
| 4.6.5.1.2.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS | |
| 4.6.5.1.3.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União | |
| 4.6.5.1.4.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado | |
| 4.6.5.1.5.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município | |
| 4.6.5.2.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado | 0,00 |
| 4.6.5.2.1.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação | |
| 4.6.5.3.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Intangíveis | 0,00 |
| 4.6.5.3.1.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação | |
| 4.9.0.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 819.326,34 |
| 4.9.1.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar | 0,00 |
| 4.9.1.0.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Consolidação | |
| 4.9.2.0.0.00.00 - Resultado Positivo de Participações | 0,00 |
| 4.9.2.1.0.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial | 0,00 |
| 4.9.2.1.1.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação | |
| 4.9.2.1.2.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS | |
| 4.9.2.1.3.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - União | |
| 4.9.2.1.4.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Estado | |
| 4.9.2.1.5.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Município | |
| 4.9.2.2.0.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos | 0,00 |
| 4.9.2.2.1.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação | |
| 4.9.7.0.0.00.00 - Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas | 819.326,34 |
| 4.9.7.1.0.00.00 - Reversão de Provisões | 819.326,34 |
| 4.9.7.1.1.00.00 - Reversão de Provisões – Consolidação | 819.326,34 |
| 4.9.7.1.3.00.00 - Reversão de Provisões – Inter OFSS - União | |
| 4.9.7.1.4.00.00 - Reversão de Provisões – Inter OFSS - Estados | |
| 4.9.7.1.5.00.00 - Reversão de Provisões – Inter OFSS - Municípios | |
| 4.9.7.2.0.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas | 0,00 |
| 4.9.7.2.1.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas – Consolidação | |
| 4.9.7.2.2.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas - Intra OFSS | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Balanço Anual (DCA)**
**Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2015**
**Período de referência: Período único (anual)**

| Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| 4.9.7.2.3.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas –Inter OFSS – União | |
| 4.9.7.2.4.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas –Inter OFSS – Estado | |
| 4.9.7.2.5.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas –Inter OFSS - Município | |
| 4.9.9.0.0.00.00 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 0,00 |
| 4.9.9.1.0.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS | 0,00 |
| 4.9.9.1.2.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Intra OFSS | |
| 4.9.9.1.3.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União | |
| 4.9.9.1.4.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Estado | |
| 4.9.9.1.5.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Município | |
| 4.9.9.2.0.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios | 0,00 |
| 4.9.9.2.3.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - União | |
| 4.9.9.2.4.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Estado | |
| 4.9.9.2.5.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Município | |
| 4.9.9.3.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações | 0,00 |
| 4.9.9.3.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Consolidação | |
| 4.9.9.4.0.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos | 0,00 |
| 4.9.9.4.1.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Consolidação | |
| 4.9.9.4.2.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Intra OFSS | |
| 4.9.9.4.3.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - União | |
| 4.9.9.4.4.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - Estado | |
| 4.9.9.4.5.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - Município | |
| 4.9.9.5.0.00.00 - Multas Administrativas | 0,00 |
| 4.9.9.5.1.00.00 - Multas Administrativas - Consolidação | |
| 4.9.9.6.0.00.00 - Indenizações | 0,00 |
| 4.9.9.6.1.00.00 - Indenizações - Consolidação | |
| 4.9.9.7.0.00.00 - VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos | 0,00 |
| 4.9.9.7.1.00.00 - VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos - Consolidação | |
| 4.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos | 0,00 |
| 4.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação | |
| **Resultado Patrimonial do Período** | - |
| **Resultado Patrimonial do Período** | - |
| Resultado Patrimonial do Período | 4.131.893,88 |

**DCA-Anexo I-HI | Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial do Período | Padrao**

| Notas Explicativas Variações Patrimoniais | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2015 |
| **Notas Explicativas Variações Patrimoniais** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

**ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA**
**DECRETO Nº 037/2016**

*SÚMULA: "Designa funcionários para compor a equipe do Município de MARCELÂNDIA/MT responsável por licitação na modalidade Pregão"*

**ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Designa os seguintes servidores, para compor a equipe do Município de Marcelândia-MT responsável por licitação, na modalidade pregão, nos seguintes termos:

I – Autoridade Competente:

**ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE,** Prefeito Municipal

II – Pregoeira Oficial:

**GRAZIELA RUBIO PERIUS**

III – Equipe de Apoio:

**ALLINE KESTERING PAVLAK**

**JOYCE CAROLINE ALVES QUISTER**

**Parágrafo Único** – O pregoeiro oficial será substituído, em suas ausências ou impedimentos eventuais, pela Sra. ALLINE KESTERING PAVLAK

**Art. 2.º -** Fica designado como suplente da Equipe de Apoio a servidora GEISI GLÁUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE.

**Art. 3.º -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto 002/2016 de 04/01/2016.

Paço Municipal, em Marcelândia-MT, 02 de maio de 2016.

**ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**

**DIVULGA INSCRIÇÃO ISENTA DEFERIDA**

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2016, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

**Resolve:**

I – Divulgar a listagem das solicitações de isenção da taxa de inscrição deferidas, conforme o item

2.8 do Edital de Abertura Nº 001/2016.

Peixoto de Azevedo – MT, 02 de Maio de 2016.

Ilton Luis Ferreira Sanches

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2016

**Travessa Bartolomeu Dias nº 269, Bairro: Alvorada CEP: 78.530-000 Fone: (66) 3575-2489**

**Peixoto de Azevedo – Estado de Mato Grosso**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CONS. INTERM.DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 - CISVP**

**Incrição**

**Nome do Candidato**

**Candidatos Isentos - Deferidos**

**Cargo**

**Motivo**

105

25

138

140

110

30

109

151

6

115

108

49

29

144

82

126

28

ADRIANA LEITÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ALINE DA COSTA REIS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ANA PAU LA FERREIRA DOS SANTOS TÉCNICO DE ENFERMAGEM

ANA PAU LA FERREIRA SANTANA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ANDRIELLE DA COSTA REIS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ÁTILA CHELIDA ALVES DA SILVA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CLEIVANY COSTA ARAUJO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO CLEONICE DE SOUSA PAIVA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO CYNTHIA PASSOS C ARVALHO XIMENES ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DEBORA DOS SANTOS SILVA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO EDIONARA KAROLAY COSTA ARAUJO TÉCNICO DE ENFERMAGEM EDISSON RODRIGUES DE ARAUJO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ELAUDENIR SANTANA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ELSIRA LANGUE TÉCNICO DE ENFERMAGEM EMERSON RODRIGUES DE ARAUJO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO EVANJA FAUSTINO SILVA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FABIANE EING LEWIEN SANTANA TÉCNICO DE ENFERMAGEM

DOADOR DE SANGUE DESEMPREGADO DOADOR DE SANGUE MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ DESEMPREGADO DESEMPREGADO DESEMPREGADO DESEMPREGADO MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ DOADOR DE SANGUE DESEMPREGADO DESEMPREGADO DOADOR DE SANGUE DOADOR DE SANGUE DESEMPREGADO MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ DOADOR DE SANGUE

104

FABIO DAMIÃO DE OLIVEIRA TÉCNICO EM MOBILIZAÇÃO ORTOPÉDIC MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ

60

87

148

90

19

80

141

133

128

127

134

116

152

136

142

47

52

50

42

103

98

101

7

130

131

FERNANDA PEREIRA DA SILVA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FRANCILENE TOSCANO DA CONCEIÇÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FRANCISCO VIEIRA DA CRUZ TÉCNICO DE ENFERMAGEM GABRIEL DE OLIVEIRA LOPES AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS GABRIELLY DO ESPIRITO SANTO MODESTOASSISTENTE ADMINISTRATIVO GILENE FELIPE DE SOUZA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS GLAUCIA DIAS ANTON IO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO HAMILTON CARLOS DIAS JUNIOR ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IRACI DOS SANTOS DE FREITAS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ISADORA DA SILVA FERREIRA TÉCNICO DE ENFERMAGEM JESSICA OLA DOS SANTOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS JOSENILTON SAOUSA DA SILVA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JOSIELE VIEIRA NUNES ASSISTENTE ADMINISTRATIVO LUSIANE BARBOSA SANTOS TÉCNICO DE ENFERMAGEM

MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MARIA DA SILVA RODRIGUES AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MARIA JOSILENE SOUSA DA SILVA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO MARIA ONEIDE DA SILVA SOUSA TÉCNICO DE ENFERMAGEM MIGUELINA MIRANDA SILVA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MONALISA JULIANE MENDES GUIMARÃES ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

NILCE HOLSCHUCH AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RAIANE NEMIR BORNHOLDT DOS SANTOS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SILVIA N UN ES D E AGUIAR TÉCNICO DE ENFERMAGEM YASMIM CAROLINE NUNES FEITOSA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO YRMA NUNES DE SOUSA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

DESEMPREGADO DESEMPREGADO DOADOR DE SANGUE DESEMPREGADO MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ DOADOR DE SANGUE DOADOR

DE SANGUE DOADOR DE SANGUE MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ DOADOR DE SANGUE DESEMPREGADO DESEMPREGADO DESEMPREGADO DESEMPREGADO MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ DOADOR DE SANGUE MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ DESEMPREGADO DESEMPREGADO DOADOR DE SANGUE MENOS DE 1 E 1/2 SALÁ DESEMPREGADO DESEMPREGADO

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**

**DIVULGA RETIFICAÇÃO NO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2016**

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2016, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a necessidade de adequação de alguns itens do Edital nº 001/2016, para melhor atender às finalidades da Administração,

**Resolve:**

**I - Retificar o Anexo II – Conteúdo Programático – Ensino Médio Completo:**

**Onde se lê na página 15 do Edital nº 001/2016,**

**Técnico de Enfermagem**

Compreende os cargos que se destinam a orientar o pessoal auxiliar quanto às tarefas simples de enfermagem e atendimento ao público, executar as de maior complexidade e auxiliar Médicos e Enfermeiros em suas atividades específicas; Prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes; controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão; efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica; orientar os usuários em assuntos de sua competência; preparar e esterilizar materiais, instrumentalizar, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas; auxiliar o Médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas; orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos; participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios em grupos específicos da comunidade (crianças, gestantes e outros); controlar o consumo de medicamentos e demais materiais de enfermagem, verificando nível de estoque para, quando for o caso, solicitar ressuprimento; supervisionar e orientar a limpeza e desinfecção dos recintos, bem como zelar pela conservação dos equipamentos que utiliza; executar outras atribuições afins. Cumprir escala de sobre aviso e plantão conforme escala da Coordenação de Enfermagem do Hospital Regional. ***(Prova Prática).***

**Leia-se:**

**Técnico de Enfermagem**

**1. Ética Profissional; 2. Conceito de saúde e doença; 3. Assistência de Enfermagem; conceito e objetivo; 4. Equipe de Enfermagem; 5. Tipos de unidade de saúde; Unidade do paciente; 6. Prevenção e controle de infecção hospitalar; Medidas de assepsia; higienização; desinfecção; anti-sepsia e esterilização; preparo de material para esterilização; 7. Segurança do paciente acamado; movimentação, tipos e objetivos; transporte, precauções e conforto; 8. Pesagem e mensuração; 10. Verificação de temperatura, pulso, respiração e tensão arterial; 11. Finalidades e cuidados na aplicação quente e fria no cateterismo; 12. Instilação e irrigação vesical na lavagem vaginal e nos puretivos; 13. Conduta e assistência imediata em casos de asfixia, hemorragia, vômito, fratura, lipotimia, convulsão, insolação, corpo estranho, picada de insetos e envenenamentos; 14. Administração de medicamentos por via oral e parenteral; 15. Preparo de drogas e soluções.**

Peixoto de Azevedo – MT, 03 de Maio de 2016.

ILTON LUIS FERREIRA SANCHES

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2016

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**DECRETO Nº. 2236 DE 02 DE MAIO DE 2016**

***"Dispõe sobre o Cancelamento de despesas inscritas em Restos a Pagar não processados, empenhados no exercício de 2015, porém, não consumado na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização na forma específica e dá outras providências".***

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**D E C R E T A**

Art. 1º - Fica, por força deste decreto, cancelado o crédito empenhado no exercício de 2015, inscrito em Restos a Pagar - não Processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE MATUPÁ, a saber:

| Data | Empenho | Valor | Credor |
|---|---|---|---|
| 10/11/2014 | 08168 | R$ 37.950,00 | Cutaneous Dermatologia Ltda - Epp |

Parágrafo Único – O crédito cancelado citado neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, é anulado devido ao não fornecimento do serviço/produto por impossibilidade de sua realização, não podendo ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, ser formalizada a sua baixa legal no passivo do balanço do exercício de 2015, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte do credor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**DECRETO Nº 2238 DE 03 DE MAIO DE 2016**

**"DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA ORDENADORES DE DESPESA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

**VALTER MIOTTO FERREIRA**, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**Considerando**, o art. 66º, da Lei Municipal nº 615/2008, que estabelece que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será administrado pela Secretaria de Finanças do Município de Matupá e por 01 (um) membro do CMDCA.

**Considerando,** o Secretário Municipal de Finanças desempenhar função de receber, pagar, guardar e movimentar o dinheiro e outros valores da Prefeitura nos termos da Lei Municipal nº 644/2008;

**D E C R E T A**

**Artigo 1º** - Fica delegada a competência de Ordenador de Despesa a Sra. **ANA LUCIA DE SOUZA**, Presidente do CMDCA CPF: 469.283.401-34 em conjunto com o Sr. **JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA**, CPF: 219.915. 882-91 - Secretário Municipal de Finanças, a competência para abrir contas de depósitos; emitir cheques; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar transferências por meio eletrônico; baixar cheques; efetuar pagamentos por meio eletrônico; consultar contas, aplicações programas repasse de recursos; solicitar saldos e extratos de investimentos; emitir comprovantes; efetuar transferências para mesma titularidade; encerra contas de deposito; efetuar resgates, aplicações financeiras, do seguinte fundo:

- FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- CNPJ nº 23.571.568/0001-68.

**Artigo 4º** - Os Ordenadores de Despesas exercerão sem prejuízo as demais atividades e atribuições de seus cargos ou funções.

**Artigo 5º** - Este Decreto entra em vigor a partir de 03/052016, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

**VALTER MIOTTO FERREIRA**

Prefeito Municipal de Matupá

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**DECRETO Nº. 2237 DE 03 DE MAIO DE 2016**

***"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".***

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2015, pelo Decreto nº 2178 de 26/01/2016, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 27/01/2016;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

**DECRETA**

**Art. 1º.** Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

**Art. 2º.** Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

**Art. 3º.** Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

**VALTER MIOTTO FERREIRA**

**- Prefeito Municipal –**

**ANEXO I**

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

5. Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão do PIS/PASEP;

7. Carteira de Trabalho;

8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais;

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e mental expedido por um Médico de Saúde do Trabalhador, que será determinado pelo município;

13. 02 (dois) fotos 3x4, coloridas e recentes;

14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15. Certidão de Reservista (sexo masculino);

16. Comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17. Declaração contendo endereço residencial;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Declaração de bens;

20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

**ANEXO II**

**CARGO/RECEPCIONISTA**

| NOME | Nº DO RG | NOTA | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|---|
| LETICIA LIMA DO NASCIMENTO | 2445815-5 | 24 | 4º |

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

**VALTER MIOTTO FERREIRA**

**- Prefeito Municipal –**

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 042/2016 –**

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 19 de MAIO de 2016 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS/MANUTENÇÕES EM GERAIS COM BASE NA TABELA SINAPI EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ". Maiores informações através do Edital nº. 053/2016, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 03 de Maio de 2016.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial –

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

**SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**
**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 - SAEMI**

Ás 09:30 do dia 29 de abril do ano de 2016, nas dependências do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste – SAEMI, situada na Rua: Ricardo Druzian Galo ,161 , Bairro : Mirassol II , reuniram-se a Equipe de Pregão designada pela portaria nº 005/2015- SAEMI de 27/04/2015 por renovação da portaria para a Portaria 006/20116, estavam presentes o pregoeira: **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO** e membros da comissão: **VANESSA GONÇALVES RIBEIRO , JAIRO FRANCISCO CARMO**, visando a sequencia da sessão pública do Pregão Presencial nº 01/2016, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10520/2002, Decreto nº 5450/2005, para a aquisição de **REGISTRO DE PREÇO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTO QUÍMICO PARA TRATAMENTO DA ÁGUA.** Objetivando atender as necessidades do (a) SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE – SAEMI**.**

**CREDENCIAMENTO:**

As empresas:

INDUSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na AV.: GOV JULIO JOSE DE CAMPOS Nº 6969, VARZEA GRANDE – MT, fone (65) 3684 8004, inscrita no CNPJ sob nº 10.717.170/0001-45, legalmente representada por seu procurador Sr. HELIO ANTONIO DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob o n° 314.630.531-34 e portador do RG n° 0350971-0 SSP/MT.

QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRAT. DE AGUA LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na AV.: SENADOR METELO Nº 1180, CUIABA – MT, fone (65) 36372799, inscrita no CNPJ sob nº 11.387.627/0001-63, legalmente representada por seu procurador Sr. RONALDO CAÍQUE OURIQUE BUENO, CPF sob o n° 009.366.961-50 e portador do RG n° 13096621 SEJUSP/MT. Mediante DECLERAÇÃO DE MICRO-EMPRESA seu procurador solicitou a mesma participar com microempresa.

BAUMINAS QUÍMICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na RUA: JOÃO DIAS NETO Nº 18, VILA REIS- CATAGUASES– MG, inscrita no CNPJ sob nº 19.525.278/0001-00 legalmente representada por seu procurador Sra. FABIOLA DANIELA SABINO, inscrito no CPF sob o n° 301.962.668-40 e portador do RG n° 35160167 SSP/SP.

SABARA QUIMICOS SA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na VIA: PRINCIPAL Nº S/N, DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANAPÓLIS-ANAPÓLIS– GO, inscrita no CNPJ sob nº 12.884.672/0004/39.

**LANÇAMENTO DE PROPOSTAS**

**Os lançamentos das propostas das empresas foram lançados, ficando a fase de lance na sequência.**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | QUANTIDADE EM KG | EMPRESAS | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SULFATO DE ALUMÍNIO (ISENTO DE FERRO) Fórmula Química: Al2(SO4)3 Peso Molecular: 666,42 g/Mol Ácides livre: 0,50% max. Basicidade: 0,40% max. Resíduo Solúvel em água: 6,00% max. | 100000 | QUIMAR | R$ 4,00 | R$ 400.000,00 |
| CMT | R$ 4,50 | R$ 450.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,43 | R$ 243.000,00 | | | |
| MENOR PROPOSTA | BAUMINAS | R$ 2,43 | R$ 243.000,00 | | |

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | QUANTIDADE EM KG | EMPRESAS | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | CLORO GASOSO Fórmula Química: Cl Peso Molecular: 70,94g Ponto de Fusão: -100,98° C Ponto de Ebulição: 34°C a 760 mm hg Ponto de Fluidez: Não Disponível PH: solução de 0,7% tem PH 5,5 Ponto de Fugor: Produto não é combustível. | 3500 | SABARA | R$ 12,60 | R$ 44.100,00 |
| MENOR PROPOSTA | SABARA | R$ 12,60 | R$ 44.100,00 | | |

**Fase de lance**

| LOTE | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | QUANTIDADE EM KG | EMPRESAS | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SULFATO DE,ALUMÍNIOTO DE FERRO) Fórmula Química: Al2(SO4)3 Peso Molecular: 666,42 g/Mol Ácides livre: 0,50% max. Basicidade: 0,40% max. Resíduo Solúvel em água: 6,00% max. | 100.000 | CMT | R$ 2,42 | DESISTIU |
| QUIMAR | R$ 2,42 | R$ 242.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,41 | R$ 241.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,40 | R$ 240.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,38 | R$ 238.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,37 | R$ 237.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,35 | R$ 235.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,34 | R$ 234.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,30 | R$ 230.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,29 | R$ 229.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,25 | R$ 225.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,24 | R$ 224.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,22 | R$ 222.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,21 | R$ 221.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,20 | R$ 220.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,19 | R$ 219.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,10 | R$ 210.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,09 | R$ 209.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,08 | R$ 208.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,07 | R$ 207.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,05 | R$ 205.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,04 | R$ 204.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,02 | R$ 202.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 2,01 | R$ 201.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 2,00 | R$ 200.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 1,99 | R$ 199.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 1,98 | R$ 198.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 1,97 | R$ 197.000,00 | | | |
| BAUMINAS | R$ 1,96 | R$ 196.000,00 | | | |
| QUIMAR | R$ 1,95 | R$ 195.000,00 | | | |
| BAUMINAS | DESISTIU | DESISTIU | | | |

**HABILITAÇÃO**

Os fornecedores:

SABARA QUIMICOS SA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na VIA: PRINCIPAL Nº S/N, DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANAPÓLIS- ANAPÓLIS– GO, foi habilitado.

QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E TRAT. DE AGUA LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na AV.: SENADOR METELO Nº 1180, CUIABA – MT, foi habilitado.

**RECURSO :** Não houve manifestação recursal para o pregão.

**O registros de preços dos licitantes que aceitarem a cotar os produtos com preços iguais aos do licitante vencedor na sequencia da classificação do certame, de acordo com Art.11 do decreto nº 8250/2014.**

**BAUMINAS QUÍMICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na RUA: JOÃO DIAS NETO Nº 18, VILA REIS- CATAGUASES– MG, inscrita no CNPJ sob nº 19.525.278/0001-00.**

**ADJUDICAÇÃO :** A pregoeira adjudicou o lote 01 e 02 de acordo com tabela acima.

Nada mais havendo a ser tratado a Pregoeira deu por encerrada a presente sessão as **11** hrs **20** min, Eu **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO,** secretariei a presente sessão e lavrei a presente ata que é lida e achada nos conformes vai assinada por membros de comissão e pelos representantes das empresas acima identificado.

**PREGOEIRO (a): GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**PORTARIA**

**PORTARIA N.º 184 DE 27 DE ABRIL DE 2016**

**NOMEIA EQUIPE PARA ELABORAÇÃO DO PAR-PROGRAMA DE AÇÃO ARTICULADA 2016-2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; R E S O L V E**

**Art. 1**.º - Nomear equipe local para elaboração do PAR-Programa de Ação Articulada do Município para o período de 2016-2019, composta pelos seguintes membros:

**1 – REPRESENTANTE DA SMEC**

**Wilson José de Matos**

RG: 668.172 SSP/MT CPF: 415.661.061-68

Endereço: Rua Geraldo Ribeiro da Silva, 595 – Jd Planalto – Mirassol D'Oeste-MT

Telefone: (65) 9986-8989 E-mail: wilson45mm@yahoo.com.br

**2 – REPRESENTANTE TÉCNICO DA SMEC**

**Elizabet Moreira Valensuela Lima**

RG: 387.879 SSP/MT CPF: 393.939.841-15

Endereço: Rua São Benedito, 3686 – Cidade Tamandaré – Mirassol D'Oeste-MT

Telefone: (65) 9628-1572

E-mail: betinha_valensuela@hotmail.com ou betvalensuela@mirassoldoeste.mt.gov.br

**3 – REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA REDE MUNICIPAL**

**Jeane de Souza Cintra Guedes**

RG: 1025993-7 CPF: 698.423.291-00

Endereço: Rua Ivan Soares dos Reis, 2389 – Loteamento Raia – Mirassol D'Oeste-MT

Telefone: (65) 9946-7489 E-mail: jeanecintra31@hotmail.com

**4 – REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS**

**Elizabete Lucena da Silva**

RG: 788828 SSP/MT CPF: 650.955.021-00

Endereço: Rua Madalena Marques, s/nº - Parque Morumbi – Mirassol D'Oeste-MT

Telefone: (65) 9915-3044 E-mail: elizabetelucena2@gmail.com

**5 – REPRESENTANTE DOS COORDENADORES E SUPERVISORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

**Aristídes Nunes da Conceição**

RG: 399589 SSP/MT CPF: 326.156.041-04

Endereço: Rua José Frageli, 152 - Alto da Boa Vista – Mirassol D'Oeste-MT

Telefone: (65) 9998-0574 E-mail: Aristides.nunes3@gmail.com

**6 – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

**José Cardoso Lompias**

RG: 09843671 SSP/MT CPF: 905.340.691-34

Endereço: Rua Adevanir Mazali, 231 - Parque Bandeirantes II – Mirassol D'Oeste-MT

Telefone: (65) 9908-8074 E-mail: lompias.j@hotmail.com

**7 – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA ZONA URBANA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

**Izabel Cristina Teodoro do Prado Melo**

RG: 600811 SSP/MT CPF: 429.477.071-68

Endereço: Travessa Antonio Fernandes, 84 – Jardim Planalto – Mirassol D'Oeste-MT

Telefone: (65) 9903-6888 E-mail: precomecinho@hotmail.com

**8 – REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO DAS ESCOLAS**

**Jane Aparecida de Campos**

RG: 990122 SSP/MT CPF: 627.573.261-04

Endereço: Rua Miguel Botelho de Carvalho, 3101 – Centro – Mirassol D'Oese-MT

Telefone: 965) 3241-4953 E-mail: janecamposjc@hotmail.com

**Art. 2º -** Serão de responsabilidade do **Representante Técnico da SMEC** a inserção dos dados no SIMEC e o monitoramento do PAR.

**Art. 2º** - A equipe ora nomeada terá o prazo de 60 (sessenta) dias para elaboração do PAR, a contar da data de publicação desta Portaria.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE***

*Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de abril de 2016.*

**ELIAS MENDES LEAL FILHO**

**Prefeito**

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**PORTARIA Nº 182/2016**

**PORTARIA Nº 182 DE 27 DE ABRIL DE 2016.**

NOMEIA FISCAL DE OBRAS PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2016, E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS.

**ELIAS MENDES LEAL FILHO**, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

**R E S O L V E**

**Artigo 1º -** Nomear conforme abaixo, **FISCAL DE OBRA** para responder pela fiscalização da execução ampliação e instalação de rede de iluminação pública, de acordo com a Tomada de Preços nº 06/2016/PMMO, a saber:

**KLEYTON ANTONIO BESSA** - Engenheiro Civil CREA 17315/AP-GO

RG: 4234741 DGPC-GO CPF: 001.335.171-01

End: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

**Artigo 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de abril de 2016.

**ELIAS MENDES LEAL FILHO**

**Prefeito**

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**PORTARIA Nº 179/2016**

**PORTARIA Nº 179 DE 27 DE ABRIL DE 2016.**

NOMEIA FISCAL DE OBRAS PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2016, E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS.

**ELIAS MENDES LEAL FILHO**, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

**R E S O L V E**

**Artigo 1º -** Nomear conforme abaixo, **FISCAL DE OBRA** para responder pela fiscalização da execução implementação de sinalização viária no perímetro urbano do municipio, de acordo com a Tomada de Preços nº 03/2016/PMMO, a saber:

**KLEYTON ANTONIO BESSA** - Engenheiro Civil CREA 17315/AP-GO

RG: 4234741 DGPC-GO CPF: 001.335.171-01

End: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

**Artigo 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 27 de abril de 2016.

**ELIAS MENDES LEAL FILHO**

**Prefeito**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

**ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL DE ABERTURA E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PUBLICO N.º 001/2016**

**EDITAL DE ABERTURA E PUBLICAÇÃO DO**

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2016.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o Edital de **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2016.**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** O Processo Seletivo Público será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá a Secretaria Municipal de Saúde, através da comissão especialmente designada pelo decreto Nº 023/2016.

**1.2** O Processo Seletivo Público destina-se ao provimento de vagas na função de Agente Comunitário de Saúde para atuação na zona urbana e zona rural, abrangidas pela competência da Secretaria Municipal de Saúde através da comissão especialmente designada pelo decreto Nº 023/2016.

**1.2.1** Em relação as vagas em aberto para fins de Inscrição e contratação no Presente Processo Seletivo fica assim definido:

| Unidade de saúde | Área de abrangência | Numero de vagas |
|---|---|---|
| Centro Preventivo de saúde | Bairros: Centro, Ponte de Ferro, jardim Paraná, Jardim Carolina, Bairro Cocalzinho. | 01 |
| UBS do Distrito da Coqueiral. | Toda região compreendida como Distrito da Coqueiral. | 02 |
| UBS do Distrito da Bom Jardim. | Toda região compreendida como Distrito da Bom Jardim | 01 |

O agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da Comunidade em qual efetuou sua inscrição, que deverá ser comprovada quando da convocação, considerando suas áreas de abrangência, zona rural e zona urbana, assim definida de acordo com o quadro acima, em consonância com o Art. 6º, inciso I e § 2º da Lei 11.350/2006;

**1.3** O Processo Seletivo Público é regulamentado pela Lei Municipal n°. 1148 de 29/12/2009 e pelo decreto Nº 023/2016.

**1.4** O Edital n.º 001/2016, encontra-se afixado na integra, nos murais da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal de Vereadores no site www.nobres.mt.gov.br, e também o Extrato do Edital encontra-se publicado no Diário do Tribunal de Contas e AMM.

**2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

**2.1** As principais características do cargo público a que se refere este Edital são:

**a)** Denominação: Agente Comunitário de Saúde – ACS

**b)** Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

**c)** Remuneração: R$ 1.349,48.

**d)** Número de vagas: 04 vagas distribuídas nas Unidades Básicas de Saúde, conforme tabela constante no Anexo I deste Edital;

**2.2** As atribuições do Agente Comunitário de Saúde englobam:

**2.2.1** Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;

**2.2.2** Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados no sistema de informação indicado pelo gestor municipal.

**2.2.3** Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

**2.2.4** Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;

**2.2.5** Participação na realização do diagnóstico demográfico e na definição do perfil socioeconômico da comunidade, na descrição do perfil do meio ambiente da área de abrangência, na realização do levantamento das condições de saneamento básico e realização do mapeamento da sua área de abrangência;

**2.2.6** A promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva na comunidade;

**2.2.7** O registro em ficha própria, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

**2.2.8** O estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

**2.2.9** A realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco;

**2.2.10** Executar a vigilância de crianças consideradas em situações de risco;

**2.2.11** Monitorar as famílias com crianças menores de 02 (dois) anos, que estejam em situação de risco;

**2.2.12** Acompanhar, por intermédio da carteirinha de vacina o crescimento e desenvolvimento das crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, orientando à procura pela Unidade de Saúde, se necessário;

**2.2.13** Controle (ficha própria) da imunização de rotina das crianças e gestantes na comunidade, orientando à procura pela Unidade de Saúde, se necessário;

**2.2.14** Promover o aleitamento materno exclusivo por intermédio de orientações educativas na comunidade;

**2.2.15** Informar a Unidade de Saúde os casos de doença na comunidade;

**2.2.16** Identificar as gestantes na comunidade e orientar o acompanhamento do pré natal na Unidade de Saúde de referência;

**2.2.17** Apoiar a realização de inquéritos epidemiológicos, investigação de surtos ou ocorrência de doenças de notificação compulsória conforme solicitação da coordenação;

**2.2.18** Orientar a população sobre o agente transmissor, as doenças transmitidas e as formas de evitar e eliminar locais que possam oferecer risco para a formação de criadouros do Aedes aegypti;

**2.2.19** Mobilizar a comunidade para desenvolver ações de prevenção e controle no combate Aedes aegypti;

**2.2.20** Visitar os domicílios para informar a seus moradores sobre o agente transmissor e as doenças transmitidas, vistoriar os cômodos da casa, acompanhado pelo morador, para identificar locais de existência de larvas ou mosquitos, orientar e acompanhar o morador na remoção, destruição ou vedação de objetos que possam se transformar em criadouros de mosquito, realizar a remoção mecânica dos ovos e larvas do mosquito, ou outras ações de manejo integrado de vetores definidas pelo gestor municipal;

**2.2.21** Articular com a equipe de Atenção Básica e acionar o Agente de Combate de Endemias (ACE) e/ou equipe de vigilância quando houver a necessidade de outras ações no controle vetorial;

**2.2.22** Notificar os casos suspeitos de dengue, chikungunya e zika vírus, em ficha específica do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e/ou outros sistemas similares, e informar a equipe de Atenção Básica;

**2.2.23** Planejar as ações de controle vetorial em conjunto com a equipe de vigilância, em espaços que favoreçam a integração entre ACS e ACE;

**2.2.24** Incentivar as atividades de educação em saúde bucal na família, com ênfase no grupo infantil e de gestantes;

**2.2.25** Incentivar as atividades de prevenção e promoção de saúde do idoso;

**2.2.26** Informar a Unidade de Saúde os portadores de deficiência psicofísica para apoio necessário no próprio domicílio;

**2.2.27** Incentivar a comunidade para aceitação e inserção social dos portadores de deficiência psicofísica;

**2.2.28** Orientar verbal e visualmente as famílias e a comunidade para a prevenção e o controle de doenças endêmicas;

**2.2.29** Informar a equipe da Unidade de Saúde sobre a dinâmica social da comunidade, dentro da micro área na qual está inserida, suas necessidades, potencialidades e limites, através dos relatórios de atividades;

**2.2.30** Ser cordial no trato com a comunidade, de modo a não gerar conflitos ou rejeição junto à mesma;

**2.2.31** Realizar outras ações e atividades na comunidade dentro de sua área de abrangência, que sejam definidas no planejamento local e/ou das equipes;

**2.2.32** Participar de reuniões e cursos de educação continuada, relacionada às atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

**2.2.33** Ter disponibilidade para trabalho eventual no período noturno e final de semana, havendo compensação de horas;

**2.2.34** Entregar no prazo solicitado todas as fichas de acompanhamento para a chefia imediata, realizar o fechamento do relatório;

**2.2.35** Realizar todas as atividades solicitadas pela coordenação e supervisão desde que não fira os princípios éticos inerentes a sua função;

**2.2.36** O horário de entrada e saída na Unidade de Saúde e a sua permanência dentro da mesma, deverão ser acordados previamente com o coordenador;

**2.2.37** Realizar todas as demais atividades inerentes a sua função.

**2.3** Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender os requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

**2.3.1** Deverá residir na área da Comunidade em qual efetuou sua inscrição, que deverá ser comprovada quando da convocação, considerando suas áreas de abrangência assim descrita no item 1.2.1.

**2.3.2** Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

**2.3.3** Estar em dia com as obrigações resultantes da Justiça Eleitoral;

**2.3.4** Quando do sexo masculino, estar em dia com as obrigações resultantes do Serviço Militar;

**2.3.5** Ter idade igual ou superior a de 18 (dezoito) anos de idade, até a data da posse, se aprovado;

**2.3.6** Não ter sofrido, na função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;

**2.3.7** Apresentar no ato da posse as certidões negativas de antecedentes criminais**;**

**2.3.8** Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo (Ensino Fundamental completo) no ato da posse;

**2.3.9** Possuir noções básicas de informática;

**2.3.10** Gozar de boa saúde física e mental, comprovada mediante exame médico admissional;

**2.3.11** Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, no decorrer do certame ou quando da posse e tiver atendido outras condições prescritas em lei;

**2.3.12** Ter disponibilidade de tempo integral para exercer suas atividades;

**2.3.13** Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

**2.4** Para fins de comprovação do pré-requisito, residir na área de abrangência, citado no item 2.3.1 deste capítulo será exigido do candidato, no momento da admissão, os seguintes documentos:

**a)** 02 (dois) comprovantes de residência, sendo:

- um com data referente ao mês da inscrição, atestando que continua residindo na mesma área de abrangência da Unidade de Saúde no qual foi habilitado.

- o outro com data do mês da convocação, atestando sua residência na área de abrangência da Unidade de Saúde no qual foi habilitado;

**2.5** O candidato que não apresentar os comprovantes citados na alínea “a” do item 2.4 deste edital, não será admitido e estará excluído do certame.

**3. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

**3.1** Inscrições: De 09 de Maio de 2016 a 13 de Maio de 2016, no horário das 07:00hrs às 11:00 hrs e das 13:00 Hrs às 17:00 Hrs na Secretaria Municipal de Saúde, na Praça Josino Serra, S/N, Bairro: Centro – Nobres – MT.

**3.2** Publicação das Inscrições deferidas, nulas ou indeferidas: 16 de Maio de 2016.

**3.3** Prazo final para recursos das Inscrições Indeferidas: 17 de Maio de 2016.

**3.4** Publicação das Inscrições deferidas: 18 de Maio de 2016.

**3.5** Realização das Provas Teóricas: 29 de Maio de 2016.

**3.6** Publicação do Gabarito da Prova Teórica: 30 de Maio de 2016, no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e no site da Prefeitura Municipal de Nobres: www.nobres.mt.gov.br.

**3.7** Prazo final para recursos sobre o gabarito da prova teórica (objetiva): 02 de Junho de 2016.

**3.8** Divulgação do julgamento de recursos referentes a gabaritos e retificação pós-recurso, se houver alteração: 06 de Junho de 2016.

3.9 Publicação do Resultado Classificatório da Prova Objetiva, dia 07de Junho de 2016.

**3.10** Análise de Currículo: 08 de Junho 2016.

**3.11** Divulgação da lista com a pontuação da análise curricular: 10 de Junho 2016

**3.12** Publicação da Classificação e Resultado Final: 13 de Junho de 2016.

**3.13** Homologação do Resultado Final: 14 de junho 2016.

**4. DAS INSCRIÇÕES**

**4.1** A inscrição implica em conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

**4.2** Para as inscrições, os candidatos deverão:

**4.2.1**Comparecer no local determinado, nos dias e horas marcados, munidos de:

- cópia de documento de identificação que contenha foto;

- cópia do CPF;

- cópia do comprovante de endereço atual;

- ficha de inscrição preenchida conforme Anexo V;

- comprovante de Escolaridade;

- currículo.

**4.3** Da Taxa de Inscrição

**4.3.1** Para inscrição no Processo Seletivo Público nº 001/2016 não será cobrada taxa de inscrição.

**5. DO CARGO:**

**5.1 O cargo oferecido está especificado de forme detalhada no Anexo I deste Edital;**

**5.2 O Processo Seletivo Público consistirá das seguintes etapas:**

**5.2.1 A primeira etapa é composta por entrega dos documentos conforme item 4.2.1;**

**5.2.2 A segunda etapa é composta por prova escrita- objetiva;**

**5.2.3 A terceira etapa é composta por análise curricular;**

**5.3 Serão considerados classificados os candidatos que atingirem 40% da prova escrita, desde que não tenham zerado em nenhum tipo de disciplina;**

**5.3.1 A classificação será realizada em ordem decrescente da pontuação atribuída a cada um dos candidatos, e o critério de desempate será a maior nota, sucessivamente, nas seguintes provas:**

**a) Específicas;**

**b) Língua Portuguesa;**

**c) Matemática;**

**d) Conhecimentos Gerais;**

Persistindo o empate, o desempenho beneficiará o candidato com maior idade.

**5.4 Da Realização das Provas:**

**5.4.1 O local de realização das provas escritas será divulgado, posteriormente, conforme número de inscritos.**

**6. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO**

**6.1 Documentos Originais:**

01 foto 3x4;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (domicílio nos últimos5 anos);

Declaração de Bens e Valores com reconhecimento de assinatura;

Exames Admissionais atestando não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das funções que o candidato está em perfeita condição de saúde, física e mental, e apto a assumir a função pública. (agendado pelo RH);

Comprovante de endereço atual;

**6.2 Fotocópias Legíveis:**

Cadastro de Pessoa Física – CPF;

Cédula de Identidade – RG;

Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cônjuge;

Certidão de casamento ou nascimento;

Certidão de nascimento dos filhos dependentes;

Carteira de Vacina dos Filhos menores de 06 (seis) anos;

Comprovante de matriculas de filhos em idade escolar;

Carteira de PIS/PASEP;

Título de eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;

Comprovante de regularidade com o serviço Militar (sexo masculino);

Comprovante de escolaridade exigida para a função pública;

Não ter sido demitido “a bem do serviço público” nas esferas: federal, estadual ou municipal da Administração direta ou indireta;

Não possuir vínculo laboral na esfera municipal, estadual ou federal, salvo as hipóteses de acumulações lícitas constitucionalmente;

**6.3** A comprovação da documentação hábil de que os candidatos possuem os requisitos exigidos no item 6 deste Edital será solicitada por ocasião da contratação temporária, e a não apresentação de qualquer documento implicará a impossibilidade de contratação do candidato

**7. DA ENTIDADE EXECUTORA:**

A Coordenação, organização e execução do Processo Seletivo Público n° 001/2016, para contratação de servidores, será realizada pela Comissão instituída pelo decreto Nº 023/2016 do Poder Executivo Municipal, conforme critérios definidos neste Edital.

**8. NECESSIDADES ESPECIAIS**

8.1 A candidata que tiver que amamentar no dia de aplicação das provas objetivas deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizer necessário não sendo dado nenhum tipo de compensação em relação ao tempo da prova despendido com a amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

**8.2** O acompanhante de que trata o item anterior deverá também observar o que determina neste Edital.

**8.3** O candidato que por motivo de saúde, necessitar de condições especiais para realização da prova devera elencar a necessidade no momento da inscrição, através de requerimento

**8.4** O documento referido no subitem anterior, além de ser assinado pelo candidato terá de conter: nome do candidato, para correspondência e tipo de atendimento especial necessário.

**8.5** A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e razoabilidade. Tais condições não incluem atendimento domiciliar.

**9. DAS MODALIDADES DE PROVAS**

O Processo Seletivo Público, objeto deste edital será constituído de:

- PROVA OBJETIVA;

- ANÁLISE CURRICULAR;

**10. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO**

**10.1** Competem ao candidato:

**10.1.1** Acompanhar todas as publicações feitas no Mural da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal de Vereadores de Nobres – MT e no site: www.nobres.mt.gov.br

**10.2** O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo.

**10.3** O candidato deverá comparecer com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência nos locais das provas, com um documento que contenha foto, munido de caneta azul ou preta.

**11. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

**11.1 DA PROVA TEÓRICA:** dia 29 de Maio de 2016, ás 8h00 horas

**11.2.1** Do tempo de duração:

**11.2.2** Prova teórica: 03 (três) horas ininterruptas.

**11.2.3** Ao chegar ao local de provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

**11.2.4** Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

**11.2.5** Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

**11.2.6** A ausência do candidato implicará em sua eliminação do Processo, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

**11.2.7** Será sumariamente eliminado do Processo Seletivo, o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas, e/ou permanecer durante a prova com bolsas, sacolas, celular, calculadoras e qualquer outro meio eletrônico;

**11.2.8** A Prova Objetiva será composta de 40 (QUARENTA) questões do tipo escolha, distribuídas por tipo de conhecimento e com base no conteúdo programático constante no Anexo II deste Edital, sendo:

**11.2.9** 10 (dez) questões de Conhecimento Específicos;

**11.2.10** 10 (dez) questões de Conhecimento Gerais;

**11.2.11** 10 (dez) questões de Língua Portuguesa;

**11.2.12** 10 (dez) questões de Matemática;

**11.3** A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 80 (OITENTA) pontos;

**11.3.1** Cada questão valerá 02(dois) pontos;

**11.3.2** Cada questão conterá 05 (cinco) alternativas, sendo somente 01 (uma) correta;

**11.3.3** A Prova Objetiva está prevista para o dia 24/04/2016;

**11.3.4** O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para o fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica transparente (acrílica) preta ou azul, de documento oficial e original de identidade, contendo fotografia e assinatura. Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas;

**11.3.5** Serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e Corpos de Bombeiros Militares, carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc..) passaporte, Certificado de Reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade, Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação;

**11.3.6** Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, protocolos, Certidão de Nascimento, Título de Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei 9.503/97, carteira de estudante, crachás, identidade funcional de natureza privada;

**11.3.7** Não serão aceitos protocolos, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital;

**11.3.8** Os documentos não poderão ter rasuras e deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura;

**12 ANÁLISE CURRICULAR**

**12.1** A análise curricular tem caráter classificatório e somatório com valor de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos;

**12.2** Os candidatos deverão entregar os títulos no momento da inscrição em um envelope lacrado e escrito no envelope os seguintes dados:

**12.2.1** Nome completo, endereço, PSF ao qual deseja a vaga;

**12.3** Serão considerados e pontuados os seguintes documentos para a análise curricular:

**12.3.1** Possuir experiência de no mínimo 3 (três) meses de trabalho na função de Agente Comunitário de Saúde – 8 (oito) pontos;

**12.3.2** Possuir experiência de no mínimo 3 (três) meses trabalho na área de saúde – 6 (seis) pontos;

**12.3.3** Possuir comprovante de participação assídua de no mínimo 3 (três) meses em grupos comunitários (pastorais, grupos de auto-ajuda, trabalhos comunitários) – 3 (três) pontos;

**12.3.4** Possuir certificados de participação em eventos/ e ou cursos relacionados a área da saúde –3 (três) pontos;

**13. DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO**

**13.1** Os candidatos aprovado no Processo Seletivo Público, objeto deste edital serão contratados sob o Regime de Contrato Temporário, sob titulo, Contrato Administrativo para a função pública, não criando vínculo empregatício permanente com o Município, e o contratado não será considerado servidor público efetivo, não gerando direito à estabilidade de Trabalho, tendo o referido Contrato a duração de 02 (dois) anos e terão os recolhimentos previdenciários efetuados junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

**14. CONTRATAÇÃO**

**14.1** Conforme Edital de Convocação os candidatos aprovados deverão apresentar-se em tempo hábil ao órgão responsável pela contratação.

**14.2** É imprescindível, no ato da contratação, a apresentação de todos os documentos exigidos no edital de convocação.

**14.3** A contratação será feita conforme as necessidades da Secretaria de Saúde, seguindo a ordem de classificação dos candidatos.

**15. VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO**

**15.1** Não serão contratados os candidatos que:

**15.1.1** Acumular cargos, emprego ou função pública, não prevista em Lei;

**15.1.2** Omitir informações ou apresentar informações incompletas ou inverídicas;

**16. RECURSOS**

**16.1** Serão assegurados aos candidatos o direito a recurso quanto à classificação do Processo Seletivo Público.

**16.2** O recurso devera ser interposto no prazo máximo de dois dias úteis, contado a partir da data de publicação dos Editais de divulgação dos resultados.

**17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1** O período de validade do Processo Seletivo Público, objeto deste edital, é de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do seu resultado final.

**17.1.1** Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora nomeada através de portaria, baseados na Lei Municipal nº 1148 de 29/12/2009, no que tange a realização deste Processo Seletivo Público.

**17.1.2** Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

ANEXO IV

ANEXO V

**17.1.3** - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nobres - MT, 03 de Maio de 2016.

**REGISTRE, PUBLIQUE-SE E AFIXE**.

***Sebastião Gilmar Luiz da Silva***

*Prefeito Municipal*

**ANEXO I**

**RELAÇÃO DAS VAGAS**

| CARGO | Nº VAGAS | CARGA HORÁRIA | LOCAL DE ATUAÇÃO |
|---|---|---|---|
| Agente Comunitário de Saúde | 02 | 40 horas | UBS Roda D' Água |
| Agente Comunitário de Saúde | 01 | 40 horas | UBS Bom Jardim |
| Agente Comunitário de Saúde | 01 | 40 horas | Centro Preventivo de Saúde |

**ANEXO II**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**LÍNGUA PORTUGUESA:** Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conotação; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica.

**MATEMÁTICA**: Operações aritméticas e problemas envolvendo: adição, subtração, multiplicação e divisão; Conjuntos; Unidade, dezena, centena, dobro, triplo; medida de tempo e comprimento; medida de quantidade; litro. Conjunto dos Números Naturais (N); Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão e Potenciação com n.º Naturais; Expressões Numéricas nos Conjuntos Naturais, Inteiros e Racionais; Sistema de Numeração Decimal; Medidas de Comprimento, Volume, Superfície e Massa; Regra de Três; Porcentagem e juros simples; Equações do 1o grau; Funções do 1º grau;

**CONHECIMENTOS GERAIS:** Atualidades: Conhecimentos sobre os fatos atuais do País, do Estado de Mato Grosso e do Município; As regiões Brasileiras e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos; História do Brasil; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais;

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: CARGOS:** Competências do ACS; Compreensão em ações comunitárias, cidadania, política e ética; PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde; ESF – Estratégia de Saúde da Família. Saúde e doença: história natural e prevenção; Reforma sanitária e modelos assistenciais; Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e regulamentação; Gerenciamento e planejamento local de saúde; Sistemas de informação em saúde;

**ANEXO III**

**REQUERIMENTO PARA CANDIDATO COM NECESSIDADE ESPECIAL – 001/2016**

Nome do Candidato: _____

Cargo: _____

O Candidato supracitado, vem por através deste **REQUERER ATENDIMENTO ESPECIAL QUANDO DA REALIZAÇÃO DA PROVA,** em razão da necessidade elencada abaixo:

**( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL(discriminar abaixo qual o tipo de tratamento especial necessário)**

_____

_____

_____

Declaro, para os devidos fins, que necessito de atendimento especial, e concordo em me submeter, quando convocado, a pericia medica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha necessidade, para o exercício do cargo.

_____, ___ de _____ de_____

_____

**Assinatura Candidato**

**ANEXO IV**

**MODELO DE REQUERIMENTO PARA RECURSO**

**CARGO**:_____

**NOME COMPLETO**:_____

REQUERIMENTO À Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Nº 001/2016

Como candidato (a) do Processo Seletivo Público do município de Nobres – MT, solicito a revisão do (a)

_____

_____

_____

_____

Nobres, _____/_____/_____

_____

Assinatura do Candidato

Atenção:

1 – Indicar o componente da prova, o número da questão, a alternativa, objeto do recurso, o gabarito preliminar divulgado e a resposta do candidato e a argumentação.

Componente da Prova:_____

Número da questão:_____

Gabarito divulgado:_____

Resposta do Candidato:_____

Argumentação do candidato:_____

_____

_____

**NEXO V**

**FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016**

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Nome:_____

Data Nascimento:_____/_____/_____

Endereço:_____

Cidade:_____Email:_____

Telefone celular: ( )_____ Telefone Residencial: ( )_____

RG:_____Org. Emissor:_____CPF:_____

( ) UBS CENTRO PREVENTIVO

( ) UBS RODA D'AGUA

( ) UBS BOM JARDIM

| Fotocópia dos documentos entregues no ato da inscrição |
|---|
| ( ) Cópia de documento de identificação que contenha foto |
| ( ) CPF |
| ( ) Comprovante de Residência (atual) |
| ( ) Comprovante de Escolaridade |
| ( ) Envelope para Análise Curricular |
| ( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL |

Nobres, _____/_____/_____

_____

Assinatura do Candidato

**Protocolo de Inscrição:**

**Nome:**_____

**RG:**_____ **CPF:**_____

**Data Nascimento:**_____/_____/_____

**UBS:**_____

_____

**Assinatura**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 079/2016**

PORTARIA Nº. 079/2016

*"Declara Vacância do Cargo de Farmacêutica Bioquímica, ocupado pela servidora efetiva* ***DENISE SQUAREZI****"*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 63, inciso II, alínea "*a*" da Lei Orgânica Municipal, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Declarar a **vacância** do cargo de Farmacêutica Bioquímica, ocupado pela servidora efetiva **DENISE SQUAREZI** matrícula 10328, inscrita no RG SSP/MT e devidamente cadastrada no CPF nº 780.406.471-34, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 43, inciso III da Lei Municipal nº. 992/2006.

**Art. 2º.** A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido da servidora, a partir do dia 2 de Maio de 2016, data da posse no novo cargo, devendo a mesma apresentar o termo de posse do novo concurso, no prazo de 30(trinta) dias, após a sua publicação, a esta Prefeitura.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 maio de 2016.

***Sebastião Gilmar Luiz da Silva*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL**
**SRP Nº 013/2016**

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2016

O Pregoeiro Oficial e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, comunicar aos interessados, que no Pregão Presencial - SRP com objeto: Aquisição de Materiais de Consumo (Gêneros Alimentícios) destinados a Merenda Escolar das Escolas da Rede Municipal, Programa CRAS e demais Secretarias Municipais. Tipo: menor preço por lote. Data de Julgamento: 03 de maio de 2016. Horário: 09:00 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT, CEP: 78430-000. Sagram-se vencedoras as seguintes empresas, nos respectivos valores: **MALAGA COMERCIO DE SERVIÇOS LDTA ME, inscrito no CNPJ 03.942.611/0001-47 no valor total de R$ 83.982,00** (oitenta e três mil, novecentos e oitenta e dois reais) e para a empresa LUCELIA DE LOURDES OLIVEIRA ALVES – ME inscrita no CNPJ 36977876/0001-68 no valor de R$ 505.500,00 (quinhentos e cinco mil e quinhentos reais).

Nortelândia-MT,03 de maio de 2016.

Thiago José dos Santos

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

### PORTARIA N° 116/2016

**PORTARIA N° 116/2016**

**Carlos Roberto da Costa**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelos incisos XIII e XXVIII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, designa **Eunalha Pereira Constâncio,** lotadana Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - Setor de Contabilidade, no período de 20 de abril a 31 de maio de 2016.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 03 de Maio de 2016.

**Carlos Roberto da Costa**

**Prefeito Municipal**

### CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 041/2016 E 042/2016

**CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 041/2016**

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

**CONTRATADO**: **Francisca Josefa dos Santos**

**OBJETO**: Atividades inerentes a função de Apoio (serviços gerais)

**Cargo:** Apoio Adm. Educacional

**VIGENCIA**: 01/04/2016 a 23/12/2016

**DOTAÇÃO**: **05.006.12.361.0016.2011.3.1.90.04 - 050117**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 03 de maio 2016

**CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 042/2016**

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

**CONTRATADO**: **Celina Gonçalina de Almeida**

**OBJETO**: Atividades inerentes a função de Professor

**Cargo:** Professora

**VIGENCIA**: 03/05/2016 a 23/12/2016

**DOTAÇÃO**: **05.006.12.361.0006.2008.3.1.90.04 – 050065**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 03 de maio 2016

### EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 043/2016

**EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 043/2016**

**CONTRATO EMERGENCIAL DE FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS E PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA GASOLINI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 691/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2016.**

**DO OBJETO**

**1.1.** É objeto do presente contrato a aquisição de bens de consumo **de Generos Alimentícios(Merenda Escolar)**, para atendimento emergencial as escolas municipais baseada na Lei Municipal Nº 782/2015.

**1.2.** A presente aquisição foi realizada por meio do **Processo Administrativo Nº 691/2016 Dispensa de Licitação Nº 042/2016**, respectivo Termo de Referência e seus anexos.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**2.1** O presente contrato terá validade de 01 (um) mês, contados a partir de sua assinatura.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos consignados no orçamento geral do Município na seguinte dotação orçamentária de 2016:

| Dotação | Projeto Atividade | Natureza/Despesa | Fonte | Valor Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 050036 | 2017 – Manutenção Programa Merenda Escolar | 33.90.30 – Material de consumo | 100 | 18. 791,75 |
| Valor Total: 18.791,75 | | | | |

Nossa Senhora do Livramento – MT 03 de Maio de 2016.

**CONTRATANTE:**

**Carlos Roberto da Costa**

Prefeito Municipal

**CONTRATADO:**

**GASOLINI COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP**

CNPJ/MF: 03.401.442/0001-38

Representado pelo Srº. Clair Ugolini

RG: 10492364 SSPMT

CPF: 352.645.941-04

### ERRATA CONTRATO Nº 041/2016

**ERRATA CONTRATO Nº 041/2016**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO COMO: LÂMINAS, UNHAS, CANTOS, DENTES, PARAFUSOS E PORCAS PARA SEREM UTILIZADAS NA MÁQUINAS PESADAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA , J. MARANGONI COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº228/2015, MODALIDADE DE PREGÃO ELETRONICO Nº 16/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 648/2016. AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

**DO OBJETO DO OBJETO**

1.1. É objeto da presente do presente contrato aquisição de bens de consumo como: Lâminas, Unhas, Cantos, Dentes, Parafusos e Porcas para serem utilizadas nas Máquinas Pesadas da Administração Pública Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 648/2016**.

**VIGENCIA DO CONTRAT0**

6.1. O prazo de validade deste contrato será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura do presente contrato.

**ONDE SE LÊ PUBLICADO NO DIA 02/05/2016 NO JORNAL AMM**

**DO VALOR E ESPECIFICACAO DOS ITENS**

**8.1** O preço, a quantidade e a especificação dos materiais registrados neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| LOTE | Especificações | QUANT | UND | MARCA | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1. CANTO DE LÂMINA 05 FUROS PARA MAQUINA NEW HOLLAND RG 140 | 300 | UND | TREVAÇO | R$ 167,94 | R$ 50. 382,00 |
| 3 | 3. DENTE PARA RETROESCAVADEIRA, RANDON FURO3/4 | 300 | UND | ECOPLAN | R$ 55,00 | R$ 18. 600,00 |
| 6 | 6. LÂMINA DA CONCHA PARA DENTE 08 FUROS 7/8 MICHIGAN | 12 | UND | TREVAÇO | R$ 1. 600,00 | R$ 19. 200,00 |
| 8 | 8. PARAFUSO ¾ X2 .1/4 FABRICADO EM AÇO | 1000 | UND | REX | R$ 2,04 | R$ 2. 040,00 |
| 9 | 9. PARAFUSO EM AÇO PARA LÂMINA 5/8 X3 .1/2 | 1000 | UND | REX | R$ 2,38 | R$ 2. 380,00 |
| 10 | 10. PARAFUSO EM AÇO PARA LÂMINA 5/8 X3 | 200 | UND | REX | R$ 2,14 | R$ 428.00 |
| 11 | 11. PARAFUSO EM AÇO PARA LÂMINA 7/8 X3 . ½ | 300 | UND | REX | R$ 7,69 | R$ 2. 183,96 |
| 13 | 13. DENTE MICHIGAN FURO 7/8 COM LOGOMARCA E NOME DO FABRICANTE GRAVADO EM BAIXO RELEVO E CÓDIGO DO PRODUTO EM CADA PEÇA. | 130 | UND | TREVAÇO | R$ 180,00 | R$ 23. 400,00 |
| 14 | 14. UNHA ESCARIGFICADOR PARA PATROL 120 K | 56 | UND | TX | R$ 27,54 | R$ 1. 542,24 |
| **ONDE SE LÊ PUBLICADO NO DIA 02/05/2016 NO JORNAL AMM** | | | | | | |
| 15 | 15. PORCA COM ARRUELA ¾ EM AÇO PARA LÂMINA | 1000 | UND | REX | R$ 1,00 | R$ 1. 590,00 |
| | TOTAL: R$ 121.746,20 | | | | | |

**LEIA-SE**

**DO VALOR E ESPECIFICACAO DOS ITENS**

**8.1** O preço, a quantidade e a especificação dos materiais registrados neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| LOTE | Especificações | QUANT | UND | MARCA | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1. CANTO DE LÂMINA 05 FUROS PARA MAQUINA NEW HOLLAND RG 140 | 300 | UND | TREVAÇO | R$ 167,94 | R$ 50. 382,00 |
| 3 | 3. DENTE PARA RETROESCAVADEIRA, RANDON FURO3/4 | 300 | UND | ECOPLAN | R$ 55,00 | R$ 18. 600,00 |
| 6 | 6. LÂMINA DA CONCHA PARA DENTE 08 FUROS 7/8 MICHIGAN | 12 | UND | TREVAÇO | R$ 1. 600,00 | R$ 19. 200,00 |
| 8 | 8. PARAFUSO ¾ X2 .1/4 FABRICADO EM AÇO | 1000 | UND | REX | R$ 2,04 | R$ 2. 040,00 |
| 9 | 9. PARAFUSO EM AÇO PARA LÂMINA 5/8 X3 .1/2 | 1000 | UND | REX | R$ 2,38 | R$ 2. 380,00 |
| 10 | 10. PARAFUSO EM AÇO PARA LÂMINA 5/8 X3 | 200 | UND | REX | R$ 2,14 | R$ 428. 00 |
| 11 | 11. PARAFUSO EM AÇO PARA LÂMINA 7/8 X3 . ½ | 300 | UND | REX | R$ 7,69 | R$ 2. 183,96 |
| 13 | 13. DENTE MICHIGAN FURO 7/8 COM LOGOMARCA E NOME DO FABRICANTE GRAVADO EM BAIXO RELEVO E CÓDIGO DO PRODUTO EM CADA PEÇA. | 130 | UND | TREVAÇO | R$ 180,00 | R$ 23. 400,00 |
| 14 | 14. UNHA ESCARIGFICADOR PARA PATROL 120 K | 56 | UND | TX | R$ 27,54 | R$ 1. 542,24 |
| **LEIA-SE** | | | | | | |
| 15 | 15. PORCA COM ARRUELA ¾ EM AÇO PARA LÂMINA | 1000 | UND | REX | R$ 1,59 | R$ 1. 590,00 |
| | TOTAL: R$ 121.746,20 | | | | | |

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**15.1**. As despesas decorrentes das contratações oriundas contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias vigentes 2016:

| Programa | Projeto/Atividade | Natureza da Despesa | Fonte | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 2278 | MAN. da FROTA DE MAQ. E VEICULOS | 339030 | 130 | R$ 121.746,20 |

Nossa Senhora do Livramento-MT, 18 de Abril de 2016.

**CONTRATANTE**

**CARLOS ROBERTO DA COSTA**

Prefeito Municipal

**CONTRATADA**

Empresa: **J. MARANGONI COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP**

CNPJ nº 20.649.395/0001-65, Inscrição Estadual 529.013.596.110, ,

representante legal Senhora Daine Gentile Marangoni

RG: 34.549.748-X

CPF: 324.212.248-88

**PORTARIA N° 117/2016**

**PORTARIA N° 117/2016**

**Carlos Roberto da Costa**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a pedido o Senhor **Sanmartin Curado,** do cargo de Coordenador de Patrimônio e Almoxarifado – DAS - 3, a partir de 02/05/2016, conforme processo nº 719/2016.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 03 de Maio de 2016.

**Carlos Roberto da Costa**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2016

**O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **016/2016, cujo OBJETO é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, CONFORME PLANILHA EM ANEXO**".

SAGROU – SE vencedoraa empresa **IMOBILIARIA ALTA FLORESTA LTDA – ME** CNPJ Nº 11.821.879/0001-59, com o valor total de R$: 8. 000,00 (oito mil reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

**ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA**

**PREGOEIRA**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2016**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2016**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** através da Prefeita Municipal **Srª SOLANGE SOUSA KREIDLORO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º **016/2016, cujoo abjeto é a"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, CONFORME PLANILHA EM ANEXO**".

SAGROU – SE vencedoraa empresa **IMOBILIARIA ALTA FLORESTA LTDA – ME** CNPJ Nº 11.821.879/0001-59, com o valor total de R$: 8. 000,00 (oito mil reais).

| Sociedade/Empresária | CNPJ: | VALOR GLOBAL |
|---|---|---|
| IMOBILIARIA ALTA FLORESTA LTDA – ME | 11.821.879/ 0001-59 | R$: 8.000,00 |

**Nova Bandeirantes/MT 03 de Maio de 2016.**

_____

**SOLANGE SOUSA KREIDLORO**

**PREFEITA MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016**

**EDITAL 003/2016**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - ANÁLISE DE CURRÍCULO**

**Edital de Processo Seletivo Simplificado para contratação por prazo determinado.**

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia/MT, através de suas atribuições legais torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado – Análise de Currículo, para provimento de cargos em Caráter Temporário para o quadro único do Magistério Público Municipal, conforme dispõe o art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 577/2015, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital, e Anexos I e II.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão

composta por três servidores designados através de Portaria.

**1.2.** Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

**1.3** O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado e os editais complementares, será publicado integralmente no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial.

**1.5** Os prazos constantes neste Edital serão contados em dias corridos, desconsiderando-se o do início e incluindo-se o do final.

**1.6** O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos dos candidatos pela Comissão, conforme critérios definidos neste Edital.

**1.7** As contratações serão pelo prazo determinado, com término no máximo em 20 de dezembro de 2016, não podendo ser renovado.

**2. DAS VAGAS:**

**2.1** O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas, referentes aos cargos dispostos no quadro abaixo sempre que houver necessidade de contratação temporária de Professor, atendendo a Lei Municipal nº 577/2015, com as seguintes atribuições: Ministrar aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os alunos; Elaborar programa e planos de trabalho no que for de sua competência; Seguir a proposta Político – Pedagógica da Rede Municipal de Ensino, respeitada as peculiaridades da Unidade Educativa, integrando-se à ação pedagógica, como co-partícipe na elaboração e execução do mesmo; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos alunos, atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento, quando solicitado; Promover aulas e trabalhos de recuperação paralela com os alunos que apresentem necessidade de atenção específica; Participar ativamente das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, cursos de

capacitação; Realizar os planejamentos, registros e relatórios solicitados; Participar ativamente do processo de integração da escola – família – comunidade; Observar e registrar o processo de desenvolvimento das crianças, tanto individualmente como em grupo com o objetivo de acompanhar o processo de aprendizagem; Realizar outras atividades correlatas com a função.

| **Vagas para a Escola Municipal Nova Finlândia Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Cargo/Vaga | Vagas | Carga Horária | Requisitos do Cargo | Vencimento (R$) | Local de Lotação |
| Professor (Língua Portuguesa) | 01 | 25 horas | Licenciatura Plena em Letras | 2.002,00 | EM Nova Finlandia |
| Professor (Pedagogia/Normal Superior) | 02 | 25 horas | Licenciatura Plena em **Pedagogia/Normal Superior** | 2.002,00 | EM Nova Finlandia |
| Professor (Pedagogia/Normal Superior) | CR | 25 horas | Licenciatura Plena em **Pedagogia/Normal Superior** | 2.002,00 | - |

**3. INSCRIÇÕES**

**3.1** As inscrições estarão abertas no período de **04/05/2016 a 13/05/2016**, na Secretaria Municipal de Educação, junto à sede do Município, sito na Rua Vereador Genival Nunes de Araújo, 267, no Centro – Nova Brasilândia/MT, no horário das 8h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min.

**3.2** Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

**3.3** A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.

**3.4** As inscrições serão gratuitas.

**4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO**

**4.1** A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Secretaria Municipal de Educação.

**4.2** Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer pessoalmente ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 4.1, ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato, devidamente registrado em Cartório, (com poderes especiais para realizar a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado), apresentando, em ambos os casos, os seguintes documentos:

**4.2.1** Ficha de inscrição disponibilizada, devidamente preenchida e assinada e anexo os documentos comprobatórios.

**4.2.2** Cópia do documento de identidade oficial com foto (acompanhada do original).

**4.2.3** Cópia do documento com número de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);

**4.2.4** Cópia do diploma do curso superior.

**4.2.5** Certificados de Curso de aperfeiçoamento na área afim.

**4.2.6** Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

**5.** Todos os documentos, constante no item 4 deverão ser entregues no ato da inscrição, vedado a inclusão posterior.

**6. CLASSIFICAÇÃO**

**6.1** A classificação ocorrera por ordem decrescente de pontos, obedecida a seguinte

ordem dos títulos e critérios, conforme Anexo II, deste Edital de Processo Seletivo.

**6.1.1 TÍTULOS**

**6.1.1.1** (Anexo II).

**6.2 CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

6.4.1. Maior Escolaridade.

6.4.2. Melhor Idade.

**7. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR**

**7.1** No prazo de um dia, a Comissão deverá proceder à análise dos currículos.

**7.2** Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT: www.novabrasilandia.mt.gov.br abrindo se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

**7.3** Os candidatos que não tiveram na lista preliminar dos classificados poderão interpor recursos escritos perante a Comissão, por meio de requerimento protocolado junto à Prefeitura Municipal, na Secretaria de Educação, no prazo de um dia, mediante a apresentação das razões que ampararem a sua irresignação.

**7.4** No prazo de dois dias, a Comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de classificação preliminar.

**7.5** Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será indeferido, com a devida exposição de motivos.

**8. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

**8.1** Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, bem como, sem necessidade de desempate, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.

**8.2** Homologado o resultado final, será lançado edital no mural da Prefeitura Municipal, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT: www.novabrasilândia.mt.gov.br com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

**9. CONVOCAÇÕES**

**9.1** As convocações para assumir as vagas ocorrera mediante as necessidades da

Secretaria Municipal de Educação durante o ano letivo de 2016.

**9.2** As convocações obedecerão a ordem de classificação.

**9.3** Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços.

**9.4** A convocação dos candidatos classificados serão realizadas por meio de telefone, email, ou/e através de Ofício, a ser entregue pessoalmente ou pelo Correio, com Aviso de Recebimento.

**9.5** O candidato classificado que for convocado e não comparecer em 24 (vinte e quatro) horas perderá o direito a vaga, assim como os candidatos que deixarem números de telefone e não retornarem ao chamado, ou endereço desatualizado.

**9.6** O candidato que não assumir o cargo no ato da contratação não poderá ir para o final da lista de classificação, perdendo sua vaga.

**10. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1** Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

**10.2** Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público,

poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

**10.3** O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de até 30 de dezembro de 2016.

**10.4** Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão

designada com apoio da assessoria jurídica da Prefeitura Municipal.

Nova Brasilândia/MT, 04 de Maio de 2016.

**JAMAR DA SILVA LIMA**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

**ANÁLISE DE CURRICULO – EDITAL Nº 003/2016**

| Descrição | Datas |
|---|---|
| Período de inscrição | 04/05/2016 a 13/05/2016 |
| Análise dos currículos | 16/05/2016 |
| Publicação do resultado preliminar | 17/05/2016 |
| Recurso | 18/05/2016 |
| Manifestação da Comissão na reconsideração | 19/05/2016 |
| Publicação da relação final | 20/05/2016 |

**ANEXO II**

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – ANALISE DE CURRICULO**

**(EDITAL Nº 003/2016)**

| 1. Dados Pessoais: |
|---|
| Nome do Servidor (a): _____Dt Nasc:____/_____/____<br>End._____nº_____Compl_____<br>Bairro:_____ Cidade: _____CEP:_____<br>Telef: Res:_____ Cel.:_____ Outro telef. p/contato:_____<br>e-mail:_____RG:_____Exp:____UF:___DT:____/_____/___CPF: _____ |

| | |
|---|---|
| Escola: _____ | |
| **2. POSSUI VINCULO EMPREGATÍCIO?** a. ( ) NÃO b.( ) SIM | |
| **2.1. Preenchimento de caráter obrigatório em caso de possuir outro vinculo:** | |
| TIPO:<br>( ) PUBLICO<br>( ) PRIVADO | JORNADA DE TRABALHO CORRESPONDENTE AO OUTRO VINCULO:_____ Horas / semanais |
| DESEJA CONCORRER AS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA (COMPROVAÇÃO COM LAUDO MÉDICO NA ATRIBUIÇÃO/CONTRATAÇÃO): ( ) SIM ( ) NÃO | |
| 3. FORMAÇÃO ESCOLAR/HABILITAÇÃO | |
| a. HABILITAÇÃO:_____ | |
| 4. OPÇÃO DE ANÁLISE DE CURRICULO: | |
| POR HABILITAÇÃO/DISCIPLINA: ( )<br>Curso: (_____) | |

5. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFESSOR:

| **CRITÉRIOS** | **INDICADORES** | **COMPUTO** | **PONTOS** |
|---|---|---|---|
| **I. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)** | | | |
| a. | Pós Graduação | Doutorado | 8,0 pontos |
| Mestrado | 6,0 pontos | | |
| Especialização | 4,0 pontos | | |
| Licenciatura | Licenciatura Plena | 3,0 pontos | |
| II. DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR: | | | |
| a. | Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas os últimos 3 anos; | 0,5 (meio) ponto p/cada 40 horas. | |
| b. | Publicações Científicas - apresentar cópia da página do registro ou *carta de aceite*, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos | | |
| Artigo completo publicado em periódicos | 0,5 (meio) ponto p/ cada | | |
| Resumo de participação com apresentação oral em Congressos, seminários, encontros, conferências proferidas na área da educação básica realizado em instituições de nível superior, secretarias municipais, estaduais ou Sintep/MT. | 0,25 (vinte e cinco centésimo) p/cada certificado | | |
| c. | Comprovação anual de participação mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências na área da educação, com limite máximo de 2,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos; | 0,25 (vinte e cinco centésimo) p/cada certificado | |
| d. | Projetos educativos desenvolvidos na escola em coerência com o Projeto Político Pedagógico e com realização devidamente aprovada pelo CDCE, que acontecem fora da jornada de trabalho semanal (30 horas) acompanhado pelo coordenador pedagógico, com duração mínima de um semestre letivo. | 2,0 pontos. | |
| e. | Certificado/declaração de participação PNAIC/Alfabeletrar no ano letivo vigente exclusivo para quem for atuar nos anos iniciais. | 2,0 pontos. | |
| **6. PONTUAÇÃO:** | | | |
| **6.1. TOTAL GERAL:** | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 7 - EM CASO DE EMPATE: | | | |
| a. | Escolaridade | | |
| b. | Idade | | |
| **8-TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:**<br>**Obs.:** Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais. Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública. | | | |
| Assinatura do (a) Candidato (a) | Comissão | Data ____/____/____ | |

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇAO CONVITE Nº 002/2016**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: **CONVITE Nº. 002/2016**

TIPO: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que o Convite N°. 002/2016, Objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇAO DE MATERIAL DIDÁTICO ESCOLARES: (JOGOS, BRINQUEDOS E DIVERSOS) PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO PRINCIPE DESTE MUNICIPIO,** cuja abertura ocorreu no dia 02 de Maio de 2016, as 14:00 horas, sagrou – se vencedora a empresa; **F.L AGUIAR - ME** com uma proposta no valor de **R$: 36.205,20** (Trinta e Seis Mil Duzentos e Cinco Reais e Vinte Centavos) global.

Nova Brasilândia – MT, 02 de Maio de 2016.

_____

**MARCELO LEMES DE OLIVEIRA**

**Presidente da Comissão(CPL)**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, através da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento, torna público que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de vagas para os cargos abaixo especificados, do seu quadro de pessoal, em conformidade com a Legislação Municipal pertinente e a Constituição Federal, bem como as instruções especiais constantes do presente Edital.

**1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL**

| Cargos | Vagas | PNE | Total de Vagas | Requisitos Específicos | Jornada de Trabalho (Semanal) | Vencimento R$. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Odontólogo | 001 | - | 001 | Ensino superior completo Específico, com registro no CRO/MT = Conselho Regional de Odontologia. | 40 horas. | 2.697,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total de Vagas** | **001** | **-** | **001** |

**Observação:**

1. As vagas acima especificadas não entram no cômputo do total de vagas para o concurso, tratando-se apenas de reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme legislação sobre o tema.

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

2. **Siglas:** PNE = Pessoas com Necessidades especiais, nos termos da legislação sobre o tema.

3. **Escolaridade Mínima Exigida:** realizada em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;

4.Os candidatos aprovados e classificados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de fiscalização do exercício profissional, caso existente, desde que as atribuições do cargo pretendido exijam o respectivo registro.

**1.1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMIARES**

1.1.1. O Concurso Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**, endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, com registro no Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso - CRA/MT sob o nº 267 - PJ compreenderá: **1ª etapa** - provas escritas objetivas de múltipla escolha para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório; **2ª Etapa** - avaliação de títulos, de caráter apenas classificatório; e **3ª Etapa** - comprovação de requisitos e exames médicos, de caráter apenas eliminatório, a ser realizada após a homologação do concurso, sob responsabilidade da Administração Prefeitura Municipal.

1.1.2. O Prefeito Municipal nomeou Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento deste Concurso Público, através da Portaria nº 107/2016.

1.1.3. O presente Concurso Público destina-se ao preenchimento de vagas para os cargos discriminados no item 1 deste Edital e formação de Cadastro Reserva.

1.1.4. O Regime Jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário.

1.1.5. O Regime Previdenciário, no qual serão vinculados os candidatos aprovados e classificados, será o e o Regime de Previdência Próprio – RPPS (Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Brasilândia/MT).

1.1.6. Todas as etapas deste concurso serão realizadas na cidade de Nova Brasilândia/MT.

1.1.7. Será observado o horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá) para todos os fins deste Concurso Público.

1.1.8. Os candidatos aprovados no Concurso Público serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nos cargos para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e exames médicos.

**2 - DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS**

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal - §1° do Art. 12 de 05/10/88 e Emenda Constitucional n.º 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

2.2. Ter na data da posse 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental, apuradas à época da posse para o exercício do cargo.

2.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo e o registro do órgão de fiscalização do exercício profissional, caso existente, desde que as atribuições do cargo pretendido exijam o respectivo registro.

2.7. Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas.

**3 - DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO**

**VIA INTERNET: De 08h00min do dia 03/05/2016 às 21h59min do dia 17/05/2016, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, com exceção do primeiro dia de inscrição, que se iniciará às 08h00min.**

3.1. Para o (a) candidato (a), isento (a) ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será homologada e válida a última inscrição efetuada no sistema de inscrições on-line da **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nesta situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

**3.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO VIA INTERNET:**

3.2.1 Para inscrição via Internet o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a)estar ciente de todas as informações sobre este Concurso Público disponíveis na página da **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** (**www.w2consultores.com.br**) e acessar o **link** para inscrição correlato ao Concurso;

b)O candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer;

c)inscrever-se, no período entre **08h00min do dia 03/05/2016 às 21h59min do dia 17/05/2016**, observado o horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá), através do requerimento específico disponível na página citada;

d)imprimir o boleto bancário, que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica o **CANCELAMENTO** da inscrição;

e)O banco confirmará o seu pagamento junto à **W2 - AUDITORES E CONSULTORES.**

f**)** Os valores das taxas de inscrição serão de acordo com o nível de escolaridade, com os seguintes valores:

| Escolaridade exigida | Valor da Taxa de inscrição - R$. |
|---|---|
| Ensino Superior | 110,00 |

**ATENÇÃO:** a inscrição via Internet só será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário **até a data do vencimento.**

3.2.2. A inscrição via Internet cujo pagamento não for creditado até o primeiro dia útil posterior ao último dia de inscrição não será deferida.

**3.2.3. DA REIMPRESSÃO DO BOLETO**

3.2.3.1. O boleto bancário poderá ser reimpresso até a data do término para pagamento da taxa de inscrição, sendo que a cada reimpressão do boleto constará uma nova data de vencimento, podendo sua quitação ser realizada por meio de qualquer agência bancária e seus correspondentes.

3.2.3.2. Todos os candidatos inscritos no período de **08h00min do dia 03/05/2016 até 21h59min do dia 17/05/2016** que não efetivarem o pagamento do boleto neste período, poderão reimprimir seu boleto, no máximo, até o primeiro dia útil posterior ao encerramento das inscrições (**18/05/2016**) **até às 20h00min**, quando este recurso será retirado do endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, para pagamento do boleto bancário neste mesmo dia, impreterivelmente, em qualquer agência bancária e seus correspondentes ou através de pagamento do boleto **on-line**.

**3.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO**

3.3.1. A **W2 - AUDITORES E CONSULTORES e a Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT,** não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, desde que não tenha dado causa às falhas.

3.3.2. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição, sendo que o candidato será identificado pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.3.3. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.3.4. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.3.5. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.3.6. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.7. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.3.8. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.3.9. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.3.10. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Concurso Público, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

**3.3.11. Das isenções da taxa de inscrição para hipossuficientes e doadores de sangue:**

3.3.11.1. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, salvo para os candidatos que se declararem como **hipossuficientes OU doadores de sangue,** desde que comprovarem os requisitos abaixo:

3.3.11.2. Ficarão isentos da taxa de inscrição os candidatos hipossuficientes e doadores regulares de sangue, na forma das Lei Estadual n° 7.713/2002 e Decreto Federal n.º 6.593/2008.

3.3.11.3. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos por estarem regularmente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente preenchido e assinado, constando obrigatoriamente, sob pena de indeferimento, o Número de Identificação Social - NIS do candidato, número esse atribuído pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo candidato no Requerimento de Isenção, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) cartão de benefício de qualquer um dos programas sociais do governo federal no qual conste o número de identificação social - NIS do candidato.

3.3.11.4. Os candidatos que pretenderem se inscrever na condição de isentos, por serem doadores regulares de sangue deverão entregar o REQUERIMENTO DE ISENÇÃO devidamente assinado, juntamente com a cópia dos seguintes documentos comprobatórios:

a) documento de identidade do requerente;

b) cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

c) documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, em que faz a doação, constando no mínimo 3 (três) doações anteriores à publicação deste edital.

3.3.11.5. Os documentos apresentados serão analisados pela comissão organizadora (no ato da inscrição,) possibilitando dessa forma que o candidato que por ventura não consiga apresentar os documentos necessários para isenção, possa inscrever-se após o pagamento da taxa de inscrição.

3.3.11.6. Os candidatos com direito à isenção, conforme previsto nos subitens anteriores, deverão observar a data limite para efetuarem a inscrição.

3.3.11.6.1. Serão aceitas inscrições para os candidatos com direito à isenção no período d**o dia 03/05/2016 até 10/05/2016**, por meio de requerimento padrão, disponível no **ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA E DOADOR DE SANGUE**, a ser protocolado no local estabelecido no subitem 3.3.11.6.2 deste edital, após a devida realização de sua inscrição no endereço eletrônico www.w2consultores.com.br.

3.3.11.6.2. A inscrição de candidatos com isenção deverá ser presencial em envelope lacrado, identificado com nome e CPF, protocolado no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT aos cuidados da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público - Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, 267 - Centro, Nova Brasilândia/MT, CEP: 78.860-000.

3.3.11.7. O pedido de isenção da Taxa de Inscrição será julgado pela **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** com auxílio da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e será divulgado em até o dia **12/05/2016**.

3.3.11.8. Fica assegurado o direito de recurso aos candidatos com o pedido de isenção indeferido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição na forma do item 8.3 deste Edital.

3.3.11.9. Os candidatos cujos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição tenham sido indeferidos, após a fase recursal, cujo resultado será divulgado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**,poderão efetivar a sua inscrição no certame no prazo de inscrições estabelecido no edital, mediante o pagamento da respectiva taxa, após a apreciação de recurso porventura apresentado.

3.3.11.10. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos, após o julgamento dos recursos, poderão efetuar o pagamento da taxa até **18/05/2016**.

3.3.11.11. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa, via fax ou correio eletrônico.

3.3.11.12. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.12. Não serão deferidas inscrições via fax e/ou via e-mail.

3.3.13. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.13.1. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao concurso público. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.3.14. A **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** disponibilizará no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

3.3.15. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste Concurso Público.

3.3.16. A taxa de inscrição, uma vez paga, somente será devolvida ao candidato, corrigida pelo INPC na hipótese de cancelamento e suspensão do Concurso Público ou em um dos casos abaixo:

a) não realização do Concurso;

b) exclusão de algum cargo oferecido;

c) em caso de cancelamento ou suspensão do Certame;

d) demais casos que a Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público julgar pertinente.

3.3.17. O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.3.18. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.3.18.1. Portadores de doenças infectocontagiosas que não tiverem comunicado à **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**, por inexistir a doença na data limite referida, deverão fazê-lo via correio eletrônico contato@w2consultores.com.br tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

3.3.18.2. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.3.18.2.1. Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

3.3.18.3. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

**3.4. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:**

3.4.1. As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala), cargo, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis **a partir do dia 25/05/2016,** no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, devendo o candidato efetuar a impressão deste Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI). As informações também poderão ser obtidas através da Central de Atendimento da **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**, através de e-mail (contato@w2consultores.com.br) ou Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público.

3.4.2. Caso o candidato, ao consultar a Confirmação de Inscrição, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**, através de e-mail (contato@w2consultores.com.br) ou Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público, no horário de **7h00min às 13h00min**, considerando-se o horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá), impreterivelmente nos 2 (dois) dias úteis após a divulgação da relação de inscritos.

3.4.2.1. No caso de a inscrição do candidato não tiver sido deferida em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, bem como comunicado diretamente aos candidatos. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.4.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, não cabendo reclamação por parte do candidato eliminado, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

3.4.3. Os contatos feitos após a data estabelecida no subitem 3.4.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto que é dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

3.4.4. Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados **apenas** no dia e na sala de realização das provas.

3.4.5. O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. São de **responsabilidade exclusiva do candidato** a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

**4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

4.1. As pessoas com deficiência, assim entendido aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.

4.1.1. Do total de vagas para cada cargo, e as vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do certame, 20% (vinte por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos doze meses que antecedem a publicação deste Edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do **ANEXO V - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES,** deste Edital.

4.1.2. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e enviar o laudo médico até o dia **26/05/2016**, impreterivelmente, via carta simples ou SEDEX, para a Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, endereçada para a Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público, com endereço na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, 267 - Centro, Nova Brasilândia - MT, CEP: 78.860-000 ou ser protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT. O fato de o candidato se inscrever como pessoa com deficiência e enviar laudo médico não configura participação automática na concorrência para as vagas reservadas, devendo o laudo passar por uma análise da comissão e no caso de indeferimento, passará o candidato a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.

4.1.3. Conforme o §2º do art. 37 do Decreto Federal nº. 3.298/1999, se na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas reservadas a cada cargo resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitado o limite máximo de 5% (cinco por cento).

4.1.3.1. A convocação dos candidatos na condição de pessoa com deficiência deverá obedecer ao seguinte critério: a primeira nomeação ocorrerá na 5ª vaga aberta, a segunda na 10ª, a terceira na 15ª e a cada (cinco) novas vagas.

4.2. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no subitem 3.4.18 deste Edital, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº. 3.298/99.

4.2.1. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência que necessite de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo expressamente por ocasião da inscrição no Concurso Público, com justificativa acompanhada de parecer original ou cópia autenticada em cartório emitido por especialista da área de sua deficiência, nos termos do §2º do art. 40 do Decreto Federal nº. 3.298/1999. O parecer citado deverá ser enviado até o dia **26/05/2016**, via SEDEX aos cuidados da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público, no endereço localizado na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, 267 - Centro, Nova Brasilândia/MT, CEP: 78.860-000. Caso o candidato não envie o parecer do especialista no prazo determinado, não realizará as provas com tempo adicional, mesmo que tenha assinalado tal opção no Requerimento de Inscrição.

4.2.1.1. A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nesta situação. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo à organizadora. O laudo médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

4.2.2. O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, sendo que a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

4.2.3. A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência, bem como a relação dos candidatos que tiverem deferidos ou indeferidos os pedidos de atendimento especial para a realização das provas, será divulgada no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, **a partir do dia 20/05/2016**.

4.3. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovado no Concurso Público, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência por cargo.

4.3.1. O candidato que porventura declarar indevidamente, quando do preenchimento do requerimento de inscrição via Internet, ser pessoa com deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nesta condição, entrar em contato com a organizadora através do e-mail: contato@w2consultores.com.br, ou ainda, mediante o envio de correspondência para o endereço constante do subitem 4.1.2 deste Edital, para a correção da informação, por tratar-se apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.

4.4. Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência, se convocados para a realização dos procedimentos pré-admissionais, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do artigo 43 do Decreto Federal nº 3.298/99.

4.4.1. A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação e aptidão do candidato, observada a compatibilidade da deficiência da qual é portador com as atribuições do cargo.

4.5. Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, conforme especificado no Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, bem como a provável causa da deficiência.

4.6. A não observância do disposto no subitem 4.5, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.

4.6.1. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Concurso Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

4.7. O candidato aprovado nos Exames Médicos Pré-Admissionais, porém não enquadrado como pessoa com deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Concurso Público, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

4.8. O candidato na condição de pessoa com deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo de atuação será eliminado do Concurso Público.

4.9 Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoa com deficiência aprovados no Exame Médico Pré-Admissional, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

**5 - DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

5.1. O processo de seleção constará de provas escritas objetivas de múltipla escolha para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório; avaliação de títulos e de caráter apenas classificatório.

**5.1.1. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA PRIMEIRA ETAPA: Serão aplicadas provas escritas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:**

TABELA I - (Todos os cargos)

| Tipo de Prova | Número de Questões | Pontuação de Cada Questão | Total |
|---|---|---|---|
| - Português | 10 | 2,0 | 20,00 |
| - Matemática | 10 | 2,0 | 20,00 |
| - Conhecimentos Gerais | 10 | 2,0 | 20,00 |
| - Específica | 10 | 3,0 | 30,00 |
| **Total** | **40** | | **100,00** |

5.1.2. A prova escrita objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, conforme a valoração acima evidenciada, e terá pontuação total de 100 (cem) pontos.

5.1.3. Será considerado classificado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento do total de pontos da prova objetiva de múltipla escolha.

5.1.4. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.5. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.**

5.1.6. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.7. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.8. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

5.1.9. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal da **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** devidamente treinado.

5.1.10. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

**5.2. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA: As provas escritas objetivas de múltipla escolha serão realizadas na cidade de Nova Brasilândia/MT, com data prevista para o dia 29/05/2016 (domingo), com duração máxima de 3 (três) horas para sua realização, podendo ser realizando em 2 (dois) períodos, de acordo com o cargo, sendo matutino, com inicio as 08h00min.**

5.3. O local de realização da prova escrita, para o qual deverá se dirigir o candidato e será divulgado a partir do dia **25/05/2016** no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.4. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referente à inscrição do candidato deverão ser corrigidos **SOMENTE** no dia das provas objetivas, mediante conferência do documento original de identidade quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.4.1. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.4.2. O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao concurso, devendo o candidato ler atentamente as instruções, inclusive, quanto à continuidade do processo de seleção.

5.4.2.1. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

5.4.2.2. No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.4.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **30 (trinta) minutos** do horário fixado para o seu início, **munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa e transparente**, comprovante de inscrição e de **documento de identidade original (registro na classe, RG ou carteira de habilitação).**

5.4.4. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

5.4.5. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas apenas quando o nome deste constar da relação oficial de inscrições deferidas divulgada na forma do subitem 3.4.2.1 deste Edital.

5.4.6. No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador do local, em estrita observância do horário local do Estado de Mato Grosso (Horário Oficial de Cuiabá), não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de dois candidatos, testemunhas do fato.

5.4.6.1. Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação da prova requisitará a presença de dois candidatos que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação da prova, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de provas/cadernos de rascunhos, folhas de respostas/cadernos de textos definitivos, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

5.4.7. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala. Poderá haver, inclusive, coleta da impressão digital do polegar direito dos candidatos.

5.4.7.1. Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência constante na Lista de Presença da respectiva sala.

5.4.7.2. Os candidatos que por algum motivo se recusarem a permitir a coleta de sua impressão digital deverão assinar três vezes uma declaração onde assumem a responsabilidade por essa decisão. A recusa ao atendimento deste procedimento acarretará na **ELIMINAÇÃO** do candidato, sendo lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos demais candidatos presentes na sala de provas, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.4.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas secretarias de segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, com mesmo valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n° 9.503/1997 - com foto).

5.4.8.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.4.8.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteira de trabalho, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.4.8.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.4.8.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte.

5.4.8.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 5.4.8 deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.

5.4.8.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.9. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.4.10. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha, corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, smartphones, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, serem surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do concurso público. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

5.4.10.1. Não será permitida a utilização de telefone celular ao final das provas, enquanto o mesmo estiver dentro do pátio da unidade.

5.4.10.2. Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso Público, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Caso, contudo, se verifique esta situação, o candidato será encaminhado à Coordenação da unidade, onde deverá entregar A Arma para guarda devidamente identificada, mediante preenchimento de termo de acautelamento de arma de fogo, onde preencherá os dados relativos ao armamento. Eventualmente, se o candidato se recusar a entregar a arma de fogo, assinará termo assumindo a responsabilidade pela situação, devendo desmuniciar a arma quando do ingresso na sala de aplicação de provas, reservando as munições na embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, juntamente com os demais equipamentos proibidos do candidato que forem recolhidos.

5.4.11. Não será permitida, durante a realização da prova escrita, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual oufotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

5.4.12. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.4.13. Não haverá segunda chamada para as provas escritas objetivas de múltipla escolha. Será excluído do Concurso Público o candidato que faltará prova escrita ou chegar após o horário estabelecido.

5.4.14. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido no subitem 5.2, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.4.15. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

5.4.16. O fiscal de sala orientará aos candidatos quando do início das provas que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos cartões de respostas. Dessa forma, o candidato que se retirar do local de provas antes do decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término e que, conforme subitem anterior, não poderá levar consigo o caderno de provas, apenas poderá anotar suas opções de respostas marcadas em seu comprovante de inscrição. Não será admitido qualquer outro meio para anotações deste fim.

5.4.16.1. Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão obrigatoriamente entregar ao fiscal de aplicação o cartão de respostas que será utilizado para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será **ELIMINADO** do certame.

5.4.17. Terá sua prova anulada e será automaticamente **ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas;

h) recusar-se a entregar o Cartão de Respostas ao término do tempo destinado à sua realização;

i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas;

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.4.8.6, caso se recuse a coletar sua impressão digital;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado.

5.4.17.1. Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja verificado que não houve intenção de burlar o edital o candidato será mantido no concurso.

5.4.18. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, no dia de realização das provas escritas, os candidatos poderão serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização da prova escrita.

5.4.18.1. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação de provas, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.

5.4.19. A ocorrência de quaisquer das situações contidas no subitem 5.4.17 implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.4.19.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

5.4.20. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas escritas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.4.21. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

5.5. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.5.1. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

**5.6. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA SEGUNDA ETAPA**

5.6.1. A avaliação de títulos, de caráter apenas classificatório, valerá até **10 (dez)** pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

5.6.2. Os títulos, acompanhados do Formulário de Envio devidamente preenchido e assinado, conforme **(ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS):**

5.6.2.1. Os títulos poderão ser entregues em envelope lacrado, identificado com nome e CPF, protocolado da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT aos cuidados da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público, no endereço localizado na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, 267 - Centro, Nova Brasilândia/MT, CEP: 78.860-000, até o dia **20/05/2016.**

5.6.2.2. Os títulos também poderão ser enviados via **SEDEX ou carta registrada** com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia **20/05/2016**, em envelope lacrado, identificado com nome e CPF para o endereço da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT aos cuidados da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público - Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, 267 - Centro, Nova Brasilândia/MT, CEP: 78.860-000, até o dia **20/05/2016.** Não serão aceitos os títulos enviados via SEDEX ou Carta Registrada, com data de recebimento posterior a **20/05/2016.** O título enviado via **SEDEX ou carta registrada** deverá ser obrigatoriamente enviados para o email: contato@w2consultores.com.br, os respectivos títulos e o comprovante de envio de postagem, pata fins de rastreamento.

5.6.3. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos classificados nas provas objetivas de múltipla escolha.

5.6.4. Na entrega dos títulos, o candidato deverá anexar o Formulário de Envio de Títulos, conforme modelo no **(ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS),** deste Edital, já devidamente preenchido e assinado, declarando os títulos que pretende sejam avaliados, o número de documentos entregues, seu nome e o cargo pretendido, com letra legível ou de forma. O Formulário deve ser entregue dentro do envelope que contiver os títulos.

5.6.5. Os candidatos deverão entregar cópias dos documentos autenticadas em Cartório de Notas.

5.6.5.1. **Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, para fins de avaliação, as cópias de documentos que não estejam autenticadas por Cartório de Notas**, **bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.**

5.6.6. A entrega dos documentos referentes à fase de títulos não induz, necessariamente, a atribuição da pontuação pleiteada. Os documentos serão analisados pela Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.6.7. A não apresentação dos títulos na forma, no prazo e no local estipulado no Edital, importará na atribuição de nota 0 (zero) ao candidato na fase de avaliação de títulos.

5.6.7.1 Não serão aceitos títulos encaminhados via fax, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não especificado no Edital.

5.6.8. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.6.9. Cada título será considerado uma única vez, se for apresentado mais de um título de nível de escolaridade igual ou superior será computado apenas o de maior pontuação.

5.6.10. Os títulos considerados neste concurso, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

| **Quadro de Atribuições de Pontos para a Avaliação de Títulos** | | | |
|---|---|---|---|
| Alínea | Título | Título de cada título | Valor máximo pontos |
| A | Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de doutorado (título de Doutor), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR. | 10,00 | 10,00 |
| B | Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de mestrado (título de Mestre), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR. | 6,00 | 6,00 |
| C | Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (lato sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de especialização, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR, com carga horária mínima de 360 horas. | 3,00 | 3,00 |
| **Total Máximo de Pontos** | **10,00** | | |

5.6.11. Na impossibilidade do envio do diploma e/ou certificado, o candidato poderá apresentar declaração expedida por instituição de ensino que demonstre, de forma inequívoca, a conclusão do curso de pós-graduação (lato e/ou stricto sensu) e a obtenção do título. A certidão/declaração deverá vir acompanhada do histórico escolar do curso ao qual se refere.

5.6.12. Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos deste edital, o certificado deverá informar que o curso de especialização foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação.

5.6.12.1. Caso o certificado não informe que o curso de especialização foi realizado de acordo com o solicitado no subitem anterior, deverá ser anexada declaração da instituição, atestando que o curso atende às normas do CNE.

5.6.12.2. Não receberá pontuação na alínea C do quadro de títulos o candidato que apresentar certificado que não comprove que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE sem a declaração da instituição referida no subitem anterior.

5.6.13. Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que conste a carga horária.

5.6.14. Os diplomas (mestrado e doutorado) expedidos por instituição estrangeira deverão ser revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

5.6.15. Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado para fim de avaliação e pontuação na fase de títulos, quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.6.16. Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina - tais como, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, ata de apresentação e defesa de dissertação, ou documentos que não estejam em consonância com as disposições deste Edital não serão considerados para efeito de pontuação.

5.6.17. Não será considerado o título de pós-graduação para o cargo pretendido quando o mesmo for requisito exigido para o exercício do respectivo cargo, bem como outros títulos de formação tais como: língua inglesa, língua espanhola, informática, entre outros.

5.6.18. Somente será computada a pontuação da prova de títulos para os candidatos que alcançarem a média mínima de 50% (**cinquenta por cento**) na prova objetiva.

5.6.19. Somente será considerado o título obtido na área correspondente ao cargo pretendido, desde que na área específica de atuação, ou seja, de Administração Pública ligada à atividade do cargo.

**5.7. SERÁ ELIMINADO DO CONCURSO PÚBLICO, O CANDIDATO QUE:**

a) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização e não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;

b) Não apresentar a documentação exigida;

c) Não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento, nas provas objetivas, quando houver;

d) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;

e) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;

f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.8.1. No caso de empate na listagem de aprovados na prova escrita, será realizado preliminarmente o desempate conforme previsto no subitem 7.3 deste Edital.

5.8.2. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

**6 - DOS PROGRAMAS**

6.1. Os programas/conteúdo programático das provas escritas para os diversos cargos compõem o **ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS,** do presente Edital.

6.2. O **Anexo II**, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

6.3. A **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT** e a **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este concurso público no que tange ao conteúdo programático.

6.4. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.5. Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

**7 - DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO**

7.1. Será classificado o candidato que obtiver aprovação nas provas escritas objetivas de múltipla escolha de no mínimo de 50% (cinquenta) por cento em cada etapa.

7.2. A classificação final dos candidatos será feita pelos pontos obtidos nas provas escritas objetivas de múltipla escolha, na avaliação de títulos.

7.3. Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos serão fatores de desempate os seguintes critérios:

a) Maior nota na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota na Prova Objetiva de Língua Portuguesa;

c) Maior nota na Prova Objetiva de Matemática;

d) Maior nota da Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais;

e) Maior idade;

f) Sorteio.

7.4. O candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do concurso público e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da nomeação em Imprensa Oficial (Jornal Oficial dos Municípios - www.diariomunicipal.com.br) ocorrida durante o prazo de validade do concurso público.

**8 - DOS RESULTADOS E RECURSOS**

8.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, às **16h00-min do dia útil subsequente ao da realização da prova escrita.**

8.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **2 (dois) dias úteis**, a contar do dia subsequente ao de sua divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br.

8.3. A interposição de recursos poderá ser feita **via internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos,** com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, à **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso Público, de forma presencial, no Paço Municipal de Nova Brasilândia/MT, através dos moldes constantes nesse Edital, em seu **ANEXO VI - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO**.

8.3.1. Caberá recurso à **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial e divulgação da pontuação provisória nas provas, incluído o fator de desempate estabelecido, até 2 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação / publicação oficial das respectivas etapas.

8.4. Os recursos julgados serão divulgados no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

8.5. Não serão aceitos recursos via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 8.3 deste Edital.

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.7. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo **improrrogável**, de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

8.8. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

8.10. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

8.11. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.12. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.13. Será assegurado aos candidatos o direito de ampla defesa e contraditório em todos os recursos interpostos.

**9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita sempre pela ordem decrescente da nota obtida. O resultado final do Concurso Público será homologado pelo Prefeito Municipal e divulgado no endereço eletrônico **www.w2consultores.com.br**.

9.2. Após homologado o Concurso Público, o candidato será convocado para a realização da **4ª Etapa - Comprovação de Requisitos e Exames Médicos** e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

**1ª Fase -** Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos, no prazo a ser estipulado em edital a ser oportunamente publicado:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

p) Certidão da Justiça (civil e criminal);

q) Declaração que não responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) CPF do Pai e da Mãe ou declaração de falecimento;

u) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível, acúmulo legal de cargo e de interesse da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT;

v) Demais documentos, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato.

**2ª Fase -** Exame médico Pré-Admissional, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:

a)Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto à **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT,** juntamente com os seguintes exames: **Para todos os cargos,** Hemograma completo, Eletrocardiograma, Plaquetas, Velocidade de hemossedimentação (VHS), Creatinina, Glicemia de jejum, Gama glutamiltransferase (GAMA GT), Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA), EAS, Raio-X do Tórax;

b)Demais exames médicos/laboratoriais, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato.

9.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital, o candidato será convocado pela **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT**, observada a ordem de classificação final e obedecido o limite de vagas existentes.

9.4. O candidato, após a convocação, terá o prazo de 30 (trinta) dias para se apresentar e realizar os procedimentos e exames descritos no subitem 9. 2, devendo entrar em exercício da função também no prazo de 30 (trinta) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho da mesma, nas duas fases previstas no supracitado subitem 9.2 deste Edital.

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

9.6. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão convocados para a investidura no cargo, sendo-lhes assegurado o direito subjetivo de nomeação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.7. O candidato aprovado, ao entrar em exercício, ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual sua eficiência e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, durante o período de 03 (três) anos.

9.7.1. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

9.8. A validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, por ato do Prefeito Municipal.

9.8.1. A homologação do Concurso Público poderá ser efetuada por um único cargo, por alguns cargos ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração Municipal.

9.9. O candidato que desejar relatar à **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** fatos ocorridos durante a realização do Concurso Público ou que tenha necessidade de outras informações, deverá efetuar contato junto a **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** pelo e-mail: **contato@w2consultores.com.br**e Endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, na **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/ MT,** ou pelo telefone.

9.10. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto à **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**, enquanto estiver participando do Concurso Público, e junto à **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT**, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos.

Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

9.11. O candidato que desejar comprovante de comparecimento na prova escrita deverá solicitá-lo ao Coordenador do local de provas em que o candidato efetuou a referida prova.

9.12. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.13. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo da **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**.

9.14. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para as provas, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado.

9.15. A Prefeitura Municipal e a **W2 - AUDITORES E CONSULTORES** se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação da **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT**, e/ou da organizadora **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**.

9.16. Os resultados divulgados no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, terão caráter oficial. Os prazos para interposição de recursos em qualquer fase deverão ser contados com estrita observância da hora e dia da publicação, que reproduzirá o publicado em meio oficial.

9.17. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.

9.18. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

9.19. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela **W2 - AUDITORES E CONSULTORES**.

9.20. Todos os documentos relacionados e descritos, constantes nesse Edital, serão alocados e armazenados em local adequado para sua manutenção e preservação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da expiração do prazo de validade do Certame. Após essa data, a critério da Administração, poderão ser destruídos.

9.21. O prazo de impugnação deste edital será de 2 (dois) dias corridos a partir da sua data de publicação.

9.22. Faz parte de Edital aos anexos (**ANEXO I - CRONOGRAMA DO CONCURSO; ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS; ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS; ANEXO IV - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS ATRIBUIÇÕES; ANEXO V - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES; ANEXO VI - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO; ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA E DOADOR DE SANGUE).**

**Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,**

Nova Brasilândia/ MT, 02 de Maio de 2016.

**JAMAR DA SILVA LIMA** - Prefeito Municipal

**NIMERCIA FERREIRA DA SILVA** - Presidente da Comissão Especial de Concurso Público Municipal – CECPM

**VANDEILSON BATISTA DA SILVA** - Secretário

**ERIÉDINA PINHEIRO DOS SANTOS** - Membro

**ELISANGELA FLORENTINO BORGES** - Suplente.

**ANEXO I - CRONOGRAMA DO CONCURSO**

| Data | Evento | Local |
|---|---|---|
| 03/05/2016 | Publicação da íntegra do Edital de Abertura | Quadro de avisos Prefeitura Municipal e www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT. |
| 03/05/2016 à **10/05/2016** | Período para requisição de isenção da taxa de inscrição | Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT e www.w2consultores.com.br. |
| 12/05/2016 | Divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida. | Quadro de avisos Prefeitura e www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT. |
| 03/05/2016 à 17/05/2016 | Período de inscrições VIA INTERNET dos candidatos com pagamento da taxa | www.w2consultores.com.br |
| 18/05/2016 | Último dia pagamento da taxa de inscrição | Rede Bancária |
| 20/05/2016 | Divulgação da relação dos candidatos inscritos | Quadro de avisos Prefeitura Municipal e www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT. |
| 20/05/2016 | Último dia para protocolo de títulos. | Via AR ou Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT ou no local de realização da prova. |
| 25/05/2016 | Divulgação da planilha indicando o local e horário de realização das provas objetivas de múltipla escolha | Quadro de avisos Prefeitura Municipal, Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT e www.w2consultores.com.br |
| 29/05/2016 | Realização da prova objetiva de múltipla escolha. | Nos locais e horários divulgados no Quadro de avisos Prefeitura Municipal, Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT e www.w2consultores.com.br |
| 30/05/2016 | Divulgação dos gabaritos da prova objetiva de múltipla escolha. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal, Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT e www.w2consultores.com.br |
| 06/06/2016 | Divulgação do resultado da prova objetiva de múltipla escolha e de títulos. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal, www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT. |

| | | |
|---|---|---|
| 13/ 06/ 2016 | Divulgação do resultado Classificatório. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal, www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT. |
| 17/ 06/ 2016 | Divulgação do resultado final definitivo apto à homologação pelo Prefeito. | Quadro de avisos Prefeitura Municipal, www.w2consultores.com.br e Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT. |

**ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS**

**CARGOS DE ENSINO SUPERIOR.**

**_PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR:** Leitura e interpretação de texto. Noções gerais de gramática. Fonologia - ortografia - acentuação gráfica - estrutura e formação de palavras - verbos: tempo, modo, emprego - substantivos: classificação e emprego - flexão de gênero, número e grau, formação e análise - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau - Pronomes: conceito, classificação - estudo dos numerais - preposição - conjunções - interjeições - Sintaxe: frase, oração, período - pontuação - tipos de frases - complementos verbais e nominais - vozes verbais - orações subordinadas - orações coordenadas - concordância verbal e nominal - regência verbal e nominal - Problemas gerais da língua culta: grafia de palavras e expressões - crase - Derivação prefixal e sufixal - Recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos.

**_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR:** Conjuntos; Conjuntos numéricos; Funções; Relações; Função polinominal do 1º e 2º grau; Função modular; Função exponencial; Função logarítima; Progressões aritméticas e geométricas; Matrizes; Determinantes; Sistemas Lineares; Análise combinatória; Binômio de Newton; Conjuntos de números complexos; Polinômios; Trigonometria - Aplicação no triangulo retângulo, Funções circulares, Relações e identidades trigonométricas, Transformações trigonométricas; Equações trigonométricas; Inequação trigonométricas; Relações de triângulos quaisquer; Geometria - Semelhança de figuras geométricas planas, Relações métricas no triângulo retângulo, Polígonos regulares inscritos na circunferência, relações métricas, Área das figuras geométricas planas, Poliedros, Prismas, Pirâmide, Cilindro, Cone, Esfera; Geometria analítica - Introdução à geometria analítica plana, Estudo da reta no plano, cartesiano, Estudo da circunferência no plano cartesiano.

**_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR:** Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como: política e economia nacionais, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, cultura e sociedade nacional (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro e televisão). História do Brasil, Estado de Mato Grosso e Nova Brasilândia/MT. Elementos geográficos brasileiros. Descobertas e inovações científicas e tecnológicas e seus impactos na sociedade contemporânea. O desenvolvimento urbano brasileiro. Meio ambiente. **Sugestão Bibliográfica:** Livros de História e Geografia Geral. Internet. Revistas, Jornais e Telejornais. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

**_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE ODONTÓLOGO:** Cariologia. Doenças da polpa e dos tecidos periapicais. Distúrbios do desenvolvimento das estruturas bucais e parabucais. Tumores benignos e malignos da cavidade bucal. Tumores das glândulas salivares. Cistos e tumores de origem odontogênica. Alterações regressivas dos dentes. Infecções bacterianas, virais e micóticas. Disseminação das infecções bucais. Lesões físicas e químicas da cavidade bucal. Manifestações bucais das doenças metabólicas. Doenças do periodonto. Doenças dos nervos e músculos. Anestesiologia local e controle da dor. Técnicas de anestesia regional e local. Anatomia das regiões da cabeça e pescoço. Soluções anestésicas. Emergências no consultório. Flúor. Adesão aos tecidos dentários. Radiologia. Oclusão. Periodontia aplicada à dentística. Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas. Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas. Lesões nãocariosas. Restaurações adesivas diretas. Facetas diretas com resinas compostas. Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay. Facetas de porcelana. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Restaurações em dentes fraturados. Materiais odontológicos. Biocompatibilidade dos materiais dentários. Materiais de moldagem. Gesso. Resinas para restauração. Amálgama dental. Cimentos odontológicos. Cerâmicas odontológicas. Materiais de acabamento e polimento. Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. Dor em Odontopediatria. Tratamento nas lesões cariosas em dentes decíduos. Terapia endodôntica em dentes decíduos. Desenvolvimento da oclusão. Cirurgia bucal pediátrica. Traumatismo em dentes anteriores. Selantes de fóssulas e fissuras. Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia. Avaliação do paciente e proteção pessoal. Princípios de esterilização e desinfecção. AIDS e a prática odontológica. Controle da infecção cruzada na prática odontológica. Odontologia preventiva e social, odontopediatria. Saúde Pública: Organização dos serviços de saúde no Brasil. Organização e princípios do SUS. Modelo Assistencial e Financiamento. Planejamento e programação local de saúde. Política Nacional de Humanização. Sistema Único de Saúde - Princípios, Diretrizes e Controle Social. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. A Saúde no contexto da Seguridade Social. Saúde Complementar. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Educação em saúde. Políticas Nacionais na área da saúde.

**ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS**

À Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público - Edital nº 002/2016

Nova Brasilândia - Mato Grosso.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Concurso Público, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 5.6 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, **TODOS AUTENTICADOS**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Concurso Público.

c. Ainda, **DECLARO**, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

| Candidato | Qte Documentos Entregues |
|---|---|
| Inscrição | Cargo |

| Avaliação de Títulos (Cursos) | Início do Curso | Término do Curso | Carga Horária | Pontos Solicitados pelo Candidato | Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER) |
|---|---|---|---|---|---|
| Pós-Graduação na área de Atuação (pós-graduação) | | | | | |
| Pós-Graduação na área de Atuação (mestrado) | | | | | |
| Pós-Graduação na área de Atuação (doutorado) | | | | | |

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Nova Brasilândia, _____de _____ de 2016.

_____

Assinatura do candidato

**ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES**

Atesto para os devidos de direito que o Sr. (a) _____ é portador da deficiência _____ código internacional da doença (CID - 10) _____ , sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Concurso Público _____ conforme Edital do Concurso Público nº 002/2016.

Nova Brasilândia, _____de _____ de 2016.

_____

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença

do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

**ANEXO IV - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS**

**_ODONTÓLOGO**: Atribuições: Atendem, orientam e executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas.

**ANEXO VI - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO**

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT

Ref: Recurso Administrativo - Concurso Público Edital nº 002/2016.

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Edital Indeferimento do pedido de isenção da Taxa de inscrição

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome)

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade)

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo) Inscrições (indeferimento de inscrição)

( ) Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário)

( ) Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)

Número da Questão: _____ Gabarito Oficial: _____ Resposta do Candidato: _____

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato: _____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura do candidato)

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA E DOADOR DE SANGUE**

Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição do concurso público da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e que atendo ao estabelecido no Edital nº 002/2016, que apresento condição de:

( ) Hipossuficiência Financeira.

( ) Doador de sangue.

Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder o cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do Concurso Público, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

Assinatura do Candidato: _____

| **Protocolo:** | Para uso exclusivo da W2 - AUDITORES E CONSULTORES: |
|---|---|
| | [ ] PEDIDO DEFERIDO<br>[ ] PEDIDO INDEFERIDO |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

**GABINETE**
**PORTARIA N.º 053/2016**

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º: CONCEDER**, nos termos da legislação vigente a servidora **ROSELI CRISTINA AMARAL**, portadora do RG de nº 34.412.750-3 SSP/SP e CPF de nº 221.311.738.14, conforme Lei nº 904/2012 de 03 de janeiro de 2012, a Função Gratificada "**FG – 3**", conforme disposto no Anexo IV da referida lei.

**ARTIGO 2º:** Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 01 DE ABRIL DE 2016.**

**VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**IZARU BELARMINO LEITE**

**SECRETÁRIO DE GABINETE**

**GABINETE**
**PORTARIA N.º 052/2016**

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º: NOMEAR**, nos termos da legislação vigente a servidora **MARIA ROSANGELA VIEIRA DA SILVA**, portadora do RG nº 363504795 SSP/SP e CPF nº 694.867.865.34, para exercer o Cargo em Comissão de **CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

**ARTIGO 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 01 DE ABRIL DE 2016.**

**VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**IZARU BELARMINO LEITE**

**SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO**

**GABINETE**
**PORTARIA N.º 054/2016**

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º: CONCEDER**, nos termos da legislação vigente, a Sra. **GERMINA GONCALVES DE OLIVEIRA MORETTI**, portadora do RG de nº 0. 930.491-6 SSP/MT e CPF de nº 593.060.411.87, o **Afastamento não remunerado** de Licença para tratar de interesse particular, correspondente a 02 (dois) anos, no período de 05/04/2016 a 04/04/2018, devendo seu retorno ocorrer no dia 05/04/2018, conforme Artigo 78 e 80 da Lei nº 776/2010, que "*Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nova Canaã Do Norte-MT*".

**ARTIGO 2º:** Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 05 DE ABRIL DE 2016.**

**VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**IZARU BELARMINO LEITE**

**SECRETÁRIO DE GABINETE**

**GABINETE**
**PORTARIA N.º 056/2016**

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º: CONCEDER**, nos termos da legislação vigente, a servidora **LARYSSA CUNHA ROMAN**, portadora do RG de nº 21613850 SSP/MT e CPF nº 034.205.761.88, **Afastamento não remunerado** de **LICENÇA PARA ESTUDO**, correspondente a 04 (quatro) anos, no período de 25/04/

2016 a 23/04/2020, devendo seu retorno ocorrer no dia 24/04/2020, conforme o disposto no Artigo 117, *caput* e Parágrafo Único, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Nova Canaã do Norte-MT.

**ARTIGO 2º:** Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 25 DE ABRIL DE 2016.**

**VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**IZARU BELARMINO LEITE**

**SECRETÁRIO DE GABINETE**

---

**GABINETE**
**PORTARIA N.º 051/2016**

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º: NOMEAR**, nos termos da legislação vigente a servidora **MARIA LOSANGELES DOS SANTOS**, portadora do RG nº 10964495 SSP/MT e CPF nº 878.331.231.53, para exercer o Cargo em Comissão de **CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

**ARTIGO 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 01 DE ABRIL DE 2016.**

**VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**IZARU BELARMINO LEITE**

**SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**GABINETE**
**PORTARIA N.º 058/2016**

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º: CONCEDER**, nos termos da legislação vigente, ao servidor **RICARDO RONCOLATTO MENDES**, portador do RG de nº 85969650 SSP/PR e CPF de nº 054.717.729.11, o **Afastamento não remunerado** de Licença para tratar de interesse particular, correspondente a 01 (um) ano, no período de 02/05/2016 a 01/05/2017, devendo seu retorno ocorrer no dia 02/05/2017, conforme Artigo 100 da Lei nº 061/1991, que "*Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e das Funções Municipais*".

**ARTIGO 2º:** Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 02 DE MAIO DE 2016.**

**VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**IZARU BELARMINO LEITE**

**SECRETÁRIO DE GABINETE**

---

**GABINETE**
**PORTARIA N.º 050/2016**

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º: NOMEAR**, nos termos da legislação vigente a servidora **ARINE KOTHE**, portadora do RG nº 2078744-8 SSP/MT e CPF nº 036.842.731.55, para exercer o Cargo em Comissão de **CHEFE DE GABINETE**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

**ARTIGO 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 01 DE ABRIL DE 2016.**

**VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**IZARU BELARMINO LEITE**

**SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**GABINETE**
**PORTARIA N.º 057/2016**

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º: EXONERAR**, a pedido nos termos da legislação vigente o servidor **ELISANDRO DE SOUZA NASCIMENTO**, portador do RG de nº 962347 SSP/MT e CPF de nº 822.788.301.04, do cargo de **SECRETARIO DE SAUDE** para o qual foi nomeado pela Portaria nº 132/2014 de 02 de outubro de 2014da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

**ARTIGO 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 30 DE ABRIL DE 2016.**

**VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**IZARU BELARMINO LEITE**

**SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**GABINETE**
**PORTARIA N.º 055/2016**

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º: EXONERAR**, a pedido nos termos da legislação vigente o servidor **LEANDRO VIANA DA SILVA**, portador do RG de nº 9.069.338-7 SSP/PR e CPF de nº 010.543.401.96, do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** para o qual foi admitido por concurso público, conforme convocação por meio da Portaria nº 006/2004 de 27 de janeiro de 2004, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

**ARTIGO 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 18 DE ABRIL DE 2016.**

**VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

**IZARU BELARMINO LEITE**

**SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

### ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº 226/2016/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. FRANCISCO ENDLER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Concurso nº 001/2013.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar a candidata abaixo relacionada, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, e em conformidade com o artigo 14, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 108/2004 de 22 de abril de 2004.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento da candidata no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Concurso Público 001/2013 e demais documentos conforme relação em anexo.

ART. 2º - Os (A) convocados (a) deveram solicitar dentro do prazo previsto no artigo anterior a prorrogação por mais 15 dias sob pena de decair o direito a posse.

NOME INSC. Nº CARGO

Rodrigo Fernandes Ribeiro 463 Professor IV - Lic. em Educação Física

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 226/2016/GP/PMNG

1ª fase :

Apresentação de documentos

1. Cópia autenticada em cartório da carteira de identidade (RG)

2. Cópia autenticada em cartório do CPF

3. Cópia autenticada em cartório do titulo de eleitor e do comprovante da última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos.

4. Cópia autenticada em cartório do Certificado de reservista ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino)

5. Cópia autenticada em cartório da Certidão de Nascimento ou Casamento

6. Cópia da Carteira de Trabalho (frente e verso do cadastro)

7. Cópia do Cartão do PIS ou PASEP, caso não possua fazer declaração informando.

8. Uma fotografia 3X4 colorida e recente.

9. Cópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional, especialidade e o respectivo registro no conselho de classe.

10. Exibição do original de Diploma ou certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante no edital.

11. Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário de disponível e de interesse do órgão público.

12. Declaração de antecedentes Civil e Criminal, acessar o site: www.tjmt.jus.br e emitir a certidão no campo certidões.

13. Declaração de não-acumulação de cargos, funções públicos, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos estados, dos territórios e dos municípios ou de acumulação lícita, nos termos do Inciso XVII, art. 37 da CRFB/88 (original)

14. Cópia da Certidão de nascimento dos filhos, enteados sob sua guarda menores de 21 anos.

15. Cópia da carteira nacional de habilitação para os cargos de Motorista I (veículo grande) CNH D Motorista II (veículo pequeno) CNH B, Motorista de Ambulância CNH D, Operador de máquinas e Operador de Trator de Pneus CNH C.

16. Declaração de Bens e valores que constituem seu patrimônio (Devendo conter todas as informações referente aos bens, descrição, localização e valores) (original)

17. Cópia do comprovante de Abertura de conta salário no Sicredi com titularidade do servidor.

18. Cópia do comprovante de endereço

19. Cópia do comprovante de pagamento de anuidade para os cargos que exige registro nos conselhos.

20. Cópia do CPF do Cônjuge (se for casado)

21. Cópia de CPF do Pai e Mãe ou Declaração informando o nº do CPF.

2ª Fase:

Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da rede pública de saúde do município, de capacidade física e mental, somente para o candidato convocado que apresentar todos os documentos solicitados na 1ª fase.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2016- SERVIÇOS RETÍFICOS

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT,** através dasua Pregoeira Oficial,torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º **12/2016**, cujo objeto é a **Seleção de melhor proposta objetivando o** registro de preço para **Fornecimento de peças e serviços a serem utilizados na recuperação / retifica de motores e maquinas de uso da Secretaria Municipal**

**de Obras, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Nova Guarita- MT**, tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativas descritas em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **16/05/2016, às 08:30** horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br. Recibos de retirada do edital devem ser enviados para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404.

Nova Guarita – MT, em 03 de Maio de 2016.

**Simone Santos da Silva**

Pregoeira Oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

### PREGÃO PRESENCIAL 17/2016

**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 17/2016**

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 17/2016.

**ABERTURA**: 13 de maio de 2016 ás 08:30 horas;

**CREDENCIAMENTO**: das 08:00 ás 08:30 horas;

OBJETO: **Registro de preço para futura e eventual aquisição de arame de aço liso ovalado pantanal 17x15bwg 3mmx2,4mm 700kgf 1000 metros, visando atender às necessidades da secretaria de obras da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 03 de maio de 2016.

**JOSÉ CARLOS MONTEIRO JÚNIOR**

Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA MUNICIPAL Nº 130/2016

**EMENTA:**NOMEIA FISCAL DA **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2016** CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT.

**O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

**RESOLVE**:

**Art. 1º** - Nomear a Srª. **WALDIRENE FERREIRA DA SILVA**, inscrito (a) no CPF de Nº 004.890.451-11, servidor (a) público (a) municipal ocupante do cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para fiscalizar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2016,** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016** CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT, tendo como credor as Empresas: **MERCANTIL –** CNPJ Nº 14.301.827/0001-40; **T.S. MIRANDA** – CNPJ Nº 14.888.194/0001-18; **C.C. DA CUNHA** – CNPJ Nº 11.205.505/0001-09; **VALDECI DE ALMEIDA E SOUZA ME** – CNPJ Nº23.511.029/0001-33 .

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 03 dias do mês de Maio do ano de 2016.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA MUNICIPAL Nº 128/2016

**EMENTA:**NOMEIA FISCAL DA **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2016** CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES.

**O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

**RESOLVE**:

**Art. 1º** - Nomear a Srª **JAQUELINE RODRIGUES DOS SANTOS**, inscrito (a) no CPF de Nº 850.764.811-87, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo FARMACEUTICA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para fiscalizar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2016,** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016** - CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES tendo como credores as Empresas: **CENTERMEDI –** CNPJ Nº 03.652.030/0001-70; **BRASIL** - CNPJ Nº 07.640.617/0001-10; **ADILVAN** - CNPJ Nº 02.192.932/0001-09.

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 03 dias do mês de Maio do ano de 2016.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

### LICITAÇÕES E CONTRATOS
### RESULTADO DE JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇOS 003/2016

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE ROTATÓRIAS E PÓRTICO DE ACESSO NA CIDADE DE NOVA MARILÂNDIA – MT, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 107/2015 DA SECID.**

O Município de NOVA MARILÂNDIA – Estado de Mato Grosso – pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Tiradentes , 211 N, Bairro Centro, CEP: 78.415-000, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para a todos os interessados, que o julgamento da Tomada de Preços 003/2016, resultou por vencedora a empresa LAERCIO BONETTI F.I, que apresentou proposta no valor global de R$ 394.295,76 (trezentos e noventa e quatro mil duzentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos). Ficando desde já os autos dos processos franqueados para consulta dos interessados.

NOVA MARILANDIA MT, 03 DE MAIO DE 2016.

**SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 124/2016**

**EMENTA:** AUTORIZA RETORNO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL Srª **JACQUELINE WAIANDT DA SILVA**.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA – MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica autorizado que a Srª **JACQUELINE WAIANDT DA SILVA**, servidora efetiva no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº 1438983-5 – SSP/MT, inscrita no CPF Nº 000.842.661-98, retorne de seu afastamento de **Licença para tratamento de interesse particular**, a partir do dia 24 de Fevereiro de 2016.

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS – 26/04/2016.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2016**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADOS DO EDITAL Nº 013/2015 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.**

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, EM ESPECIAL AS CONSTANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OBSERVANDO O QUE DISPÕE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS,

**TORNA PÚBLICO E CONVOCA:**

**Art. 1º** - Ficam convocados os candidatos classificados em **EDITAL Nº 013/2015 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO**, realizado pelo Poder Executivo do Município de Nova Marilândia-MT, constantes da relação abaixo discriminada, para comparecerem perante a Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, situada à Av. Tiradentes, nº 211 N, Centro, nesta mesma cidade, **no prazo de 30 (TRINTA)** dias, contados do dia 02 de Maio de 2016, das 8:00 às 11:00 horas, de segunda a sexta feira, para o fim de apresentarem os documentos necessários e exigidos para a posse, observando-se o disposto neste ato instrumental convocatório, sob as penas da lei.

**§ 1º** - A seguir a **RELAÇÃO DE DOCUMENTOS** (original e cópia), a serem apresentados, necessários ao cadastramento de pessoal e obrigatório para a posse, de acordo com o art. 25 do**EDITAL Nº 009/2015 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO** a saber:

***25.4 -*** *Os aprovados deverão apresentar para a contratação os seguintes documentos:*

***25.4.1*** *– RG e CPF,*

***25.4.2 -*** *Certidão de Nascimento ou Casamento,*

***25.4.3*** *- Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais,*

***25.4.4*** *- Carteira de reservista, se do sexo masculino,*

***25.4.5*** *- Comprovante de endereço atual,*

***25.4.6*** *- Carteira de habilitação na categoria preterida, no caso de motorista,*

***25.4.7*** *- Comprovante do grau de escolaridade referente ao cargo pleiteado,*

***25.4.8*** *- Carteira de trabalho, cartão ou documento oficial expedido pela instituição competente constando o cadastro de PIS/PASEP,*

***25.4.9*** *– Certidão de nascimento de filhos menores;*

***25.4.10*** *- Declaração de bens e valores,*

***25.4.11****-Declaração de que não exerce outro cargo público,*

***25.4.12*** *– Atestados de Sanidade Física e Mental,*

***25.4.13****- Certidão Negativa de Tributo Municipal.*

***25.4.14 –*** *Comprovante de experiência de no mínimo 02 (dois) anos, no caso de Mecânico.*

**§ 2º** - A não apresentação dos documentos enumerados no parágrafo anterior, no prazo acima estipulado, acarretará a perda do direito e a consequente convocação do candidato subsequente, ficando os convocados desde já notificados.

**§ 3º** - **ANEXO ÚNICO – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS**:

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

| ORD | NOME DO INSCRITO | C.P.F | Nota Prova Objetiva | Nota Prova subjetiva | Situação Final |
|---|---|---|---|---|---|
| 10 | Marcelina Ferreira da Silva | 773.353.171-34 | 3,00 | 3,00 | Classificado |

**Art. 2º** - A nomeação para o cargo obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos habilitados, de acordo com as necessidades da administração pública municipal.

**Art. 3º** - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e obediência as normas legais e regulamentares, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

**§ 1º** - A posse, mesmo excepcionalmente, não poderá dar-se mediante procuração.

**§ 2º** - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

**§ 3º** - A posse ocorrerá mediante apresentação de todos os documentos acima citado.

**Art. 4º** - A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em Lei ou Regulamentos específicos, para a investidura no cargo.

**Art. 5º** - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo para o qual o servidor for nomeado.

**Parágrafo único** - Apresentada a documentação necessária e preenchidos os requisitos para a investidura no cargo, os convocados tomarão posse no prazo estabelecido neste Edital.

**Art. 6º** - Ao chefe da repartição ou serviço onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

**Art. 7º** - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento ou ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma, para conhecimento de todos.

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3352-1137, ou pessoalmente junto à Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, AOS 02 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2016.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra, na forma da lei.

## LICITAÇÕES E CONTRATOS
## EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

**RETIFICAÇÃO TERMO DE APOSTILAMENTO**

O Município de Nova Marilândia – MT, vem por meio deste retificar publicação feita no Jornal Eletrônico dos Municípios no dia 03 de Maio de 2016 com o Título RETIFICAÇÃO TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO 023/2015. Onde de se lê 023/2015 deve lê-se 023/2013.

NOVA MARILANDIA – MT EM 03 DE MAIO DE 2016

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***

Prefeito Municipal

## LICITAÇÕES E CONTRATOS
## EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016** – ASS – 18/04/2016- Vcto- 18/04/2017- Vlr- 880.053,00- Contratada**:** MERCATIL COM DE ALIMENTOS MARILÂNDIA LTDA-ME – R$ **402.796,50**, T.S MIRANDA MERCADO EIRELI – ME -R$ **392.999,50,** VALDECI DE ALMEIDA SOUZA – ME R$ **33.507,00,** C.C DA CUNHA PANIFICADORA R$ **50.750,00** OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE FORMA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 03 MAIO DE 2016.

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***

Prefeito Municipal

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
## PORTARIA MUNICIPAL Nº 129/2016

**EMENTA:**NOMEIA FISCAL DA **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2016** CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MOVEIS PLANEJADOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT.

**O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

**RESOLVE**:

**Art. 1º** - Nomear o Sr. **MANOEL VINICIOS FERNANDES DA SILVA**, inscrito (a) no CPF de Nº 040.192.501-38, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo em Comissão como Chefe de Departamento de Acompanhamento ao Paciente Fora do Município, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para fiscalizar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2016,** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016** - CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MOVEIS PLANEJADOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT, tendo como credor a Empresa **COMERCIO DE MOVEIS MOTA –** CNPJ Nº 22.773.397/0001-97.

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 03 dias do mês de Maio do ano de 2016.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº. 0120/2016 "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA ENTRE SECRETARIAS O SR. JOSÉ CARDOSO"

**JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR, o Sr. **JOSE CARDOSO DE OLIVEIRA**, portadora do RG nº. 31856892 SSP/PR, inscrita no CPF sob o n.º 413.248.979.53, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 20 de Abril de 2016.

**JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal**

### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº. 0121/2016 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE DA SRA. MARIA DE FATIMA PEIXE COSTA

**JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA SAÚDE, a Sra. **MARIA DE FATIMA PEIXE COSTA**, portadora do RG nº. 802242 SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 328.772.931.49, licença concedida para tratar de saúde, a partir do dia 01 de Abril de 2016, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de Abril de 2016, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 22 de Abril de 2016.

**JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal**

### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº. 0118/2016 "DISPÕE SOBRE O RETORNO DE FÉRIAS DO SERVIDOR SR. CLEVERSON EDUARDO ALLIEVI".

**JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNAR DAS FÉRIAS, o Sr. **CLEVERSON EDUARDO ALLIEVI**, portador do RG nº. 9050918193 SSP/RS, inscrita no CPF sob o n.º 781.706.050.91, a partir desta data 20 de Abril de 2016, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo IV, Art. 73, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 20 de Abril de 2016.

**JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal**

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
### RELATÓRIO DAS OBRAS EM ANDAMENTO

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2017**

| Nº do Contrato | Empresa Contratada | Objeto | Valor Total do Contrato | Valor Executado | Valor a Executar | Início | Previsão de Conclusão |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 028/2015 | Silva & Brizola Ltda - ME | Execução de Obra de Construção de uma Praça no Entorno do Mini Estádio em Nova Maringá. | 371.887,09 | 146.118,50 | 255.768,59 | 05/01/2016 | 20/08/2016 |

Nova Maringá – MT 25 de abril de 2016.

JOÃO BRAGA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº. 0119/2016 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE DA SRA. VANESSA CRISTINE CAETANO DA ROSA"

**JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA SAÚDE, a Sra. **VANESSA CRISTINE CAETANO DA ROSA**, portadora do RG nº. 14106426 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 005.334.601.74, licença concedida para tratar de saúde, a partir do dia 30 de Março de 2016, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 30 de Março de 2016, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 20 de Abril de 2016.

**JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 126/2016-CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO

PORTARIA Nº 126/2016

De 02 de Maio de 2016

SÚMULA: “CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO”.

.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 289/2005, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 11 de Abril de 2016,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidor público efetivo, Ângela Maria Bellaver Polachini, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 02 de Maio de 2016, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 02 de Maio de 2016.

ARION SILVEIRA

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 081/2016-ALTERA A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO VALOR DA TERRA NUA NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 081/2016

Data: 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: ALTERA A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO VALOR DA TERRA NUA NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

DECRETA :

ARTIGO 1º - Fica alterada a nomeação de Comissão para Avaliação do Valor da Terra Nua no Município de Nova Monte Verde

ARTIGO 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro do presente decreto será composta pelos seguintes membros:

Joel Oliveira dos Santos;

Antônio Alves dos Reis;

Lívia Nunes de Almeida Fidelis;

Francisco Antonio Sevallo

Nério Humberto Nunes de Assis;

Reinoldo Frederico Noetzold;

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 02 de Maio de 2016.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 80/2016-FICA NOMEADA A SRA. ROSILDA APARECIDA RIBEIRO GONÇALVES, PARA O CARGO DE ASSESSORA ADMINISTRATIVA DE GABINETE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 80/2016

De 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: FICA NOMEADA A SRA. ROSILDA APARECIDA RIBEIRO GONÇALVES, PARA O CARGO DE ASSESSORA ADMINISTRATIVA DE GABINETE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica nomeada a SRA. ROSILDA APARECIDA RIBEIRO GONÇALVES, para o Cargo de Assessora Administrativa de Gabinete, lotada no Gabinete do Prefeito do Município de Nova Monte Verde-MT.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde – MT, 02 de Maio de 2016.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 79/2016-FICA EXONERADA A SRTA. MELAINE DUTRA MASCARELLO, DO CARGO DE ASSESSORA ADMINISTRATIVA DE GABINETE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 79/2016

De 02 de Maio de 2016.

SÚMULA: FICA EXONERADA A SRTA. MELAINE DUTRA MASCARELLO, DO CARGO DE ASSESSORA ADMINISTRATIVA DE GABINETE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica exonerada a SRTA. MELAINE DUTRA MASCARELLO, do Cargo de Assessora Administrativa de Gabinete, lotada no Gabinete do Prefeito do Município de Nova Monte Verde-MT.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde – MT, 02 de Maio de 2016.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

### GABINETE DO PREFEITO
### LEI N.º 832/2016-DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA PRESTADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI N.º 832/2016

De 26 de Abril de 2016

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA PRESTADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

TÍTULO I - DO GERENCIAMENTO DA ÁGUA TRATADA

CAPÍTULO I - DOS FUNDAMENTOS

Art. 1 O Uso da água tem por base os seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público, limitado e de valor econômico;

II - o poder público e a sociedade, em todos os seus segmentos, são responsáveis pela preservação e conservação da água tratada;

III - a gestão da água tratada deve contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades;

IV - prioritariamente, a água tratada será utilizada para o abastecimento humano, de forma racional e econômica;

V - a gestão municipal considerará a bacia hidrográfica de captação da água tratada como unidade de planejamento dos recursos hídricos;

VI - a gestão da água tratada deverá integrar-se com o planejamento urbano e rural do município.

Art. 2 Para os efeitos desta lei são adotados os seguintes conceitos:

I - Recuperação: é o ato de intervir num ecossistema degradado, visando ao resgate das suas condições originais;

II - Preservação é a ação de proteger um ecossistema contra qualquer forma de dano ou degradação, adotando-se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas;

III - Conservação é a utilização racional de um recurso natural, de modo a garantir a sua renovação ou a sua autosustentação;

IV - Gestão é a ação integrada do poder público e da sociedade, visando a otimização do uso dos recursos naturais de forma sustentável e tomando por base a sua recuperação, conservação e preservação;

V - Educação Ambiental - são os processos, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.

VI - Aferição de Hidrômetro - Processo de conferência do sistema de medição de hidrômetro para verificação de erro de indicação em relação aos limites estabelecidos pelos órgãos competentes;

VII - Cadastro de Usuários - Conjunto de registros atualizados da Prefeitura Municipal, necessários ao faturamento, cobrança de serviços prestados e apoio ao planejamento e controle operacional;

VIII - Categoria de Usuário - Classificação do usuário por economia, para o fim de enquadramento na estrutura tarifária da Prefeitura Municipal;

IX - Categoria Comercial - Economia ocupada para o exercício de atividade de compra, venda ou prestação de serviço, ou para o exercício de atividade não classificada nas categorias residencial, industrial ou pública;

X - Categoria Industrial - Economia ocupada para o exercício de atividade classificada como industrial pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

XI - Categoria Pública - Economia ocupada para o exercício de atividade de órgãos da Administração Direta do Poder Público, Autarquias e Fundações. São ainda incluídos nesta categoria hospitais públicos, asilos, orfanatos, albergues e demais instituições de caridade, instituições religiosas, organizações cívicas e políticas, e entidades de classe e sindicais;

XII - Categoria Residencial - Economia ocupada exclusivamente para o fim de moradia;

XIII - Ciclo de Faturamento - Período compreendido entre a data da leitura faturada e a data de vencimento da respectiva conta;

XIV - Consumo de Água - Volume de água utilizado em um imóvel, fornecida pela Prefeitura Municipal ou produzida por fonte própria;

XV - Água Bruta - É aquela sem o devido tratamento e imprópria para o consumo humano;

XVI - Consumo Mínimo - O menor volume de água atribuído a uma economia e considerado como base mínima para faturamento;

XVII - Consumo Estimado - Volume de água atribuído a uma economia, quando a ligação é desprovida de hidrômetro;

XVIII - Consumo Faturado - Volume correspondente ao valor faturado;

XIX - Consumo Medido - Volume de água registrado através de hidrômetro;

XX - Consumo Médio - Média de consumos medidos relativamente a ciclos de prestação de serviços consecutivos para um imóvel;

XXI - Conta – Documento hábil para pagamento e cobrança de débito contraído pelo usuário e que corresponde à fatura de prestação de serviços;

XXII - Controlador de Vazão - Dispositivo destinado a controlar o volume de água fornecido por uma ligação;

XXIII - Derivação Clandestina - Ramificação do ramal predial executada sem autorização ou conhecimento da Prefeitura Municipal;

XXIV - Economia - Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comportável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto;

Economia residencial: economia ocupada exclusivamente para o fim de moradia pode ser uni ou multifamiliar em função do nº de economias conectadas ao mesmo ramal predial.

Economia comercial/industrial/pública: idem à definição de economia residencial.

XXV - Extravasor ou Ladrão - Tubulação destinada a escoar eventuais excessos de água ou de esgoto;

XXVI - Hidrante - Aparelho instalado na rede distribuidora de água, apropriado à tomada de água para combate a incêndio;

XXVII - Hidrômetro - Aparelho destinado a medir e indicar, continuamente, o volume de água que o atravessa;

XXVIII - Instalação Predial de Água - Conjunto de tubulações, conexões, aparelhos e equipamentos localizados a jusante do hidrômetro ou do tubete;

XXIX - Instalação Predial de Esgoto - Conjunto de tubulações, conexões, aparelhos, equipamentos e peças especiais localizados a montante do poço luminar;

XXX - Ligação Clandestina - Conexão de instalação predial à rede de distribuição de água ou coletora de esgoto, executada sem autorização ou conhecimento da Prefeitura Municipal;

XXXI - Ligação de Água - Conexão do ramal predial de água à rede pública de distribuição de água;

XXXII - Ligação em caráter temporário - Ligação de água ou esgoto para utilização para festas, circos e eventos em geral de curta duração;

XXXIII - Ligação em caráter precário - Ligação de água e esgoto a usuários que não comprovem a documentação do imóvel;

XXXIV - Padrão de Ligação de Água - Forma de apresentação do conjunto constituído por registro e dispositivo de controle ou medição do consumo;

XXXV - Ramal Predial de Água - Conjunto de tubulações e peças especiais, situadas entre a rede de distribuição de água e o tubete ou hidrômetro, compreendidos estes;

XXXVI - Rede Distribuidora e Coletora - Conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de distribuição de água e de coleta de esgoto;

XXXVII - Sistema Público de Abastecimento de Água - Conjunto de obras, instalações e equipamentos que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água;

XXXVIII - Tarifa de Água - Valor unitário, por unidade de volume e faixa de consumo, cobrado do usuário pelos serviços de abastecimento de água prestados pela Prefeitura Municipal;

XXXIX - Titular do Imóvel - Proprietário do imóvel. Quando o imóvel estiver constituído em condomínio, este é o titular;

XL - Tubete - Segmento de tubulação instalado no local destinado ao hidrômetro em substituição deste;

XLI - Usuário - Pessoa física ou jurídica titular de imóvel provido de ligação de água ou esgoto.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 3 São objetivos do Regulamento da água tratada:

I - preservar e melhorar o regime da bacia hidrográfica de captação da água tratada, em termos de quantidade e qualidade;

II - preservar a qualidade e racionalizar o uso da água tratada;

III - otimizar os usos múltiplos da água tratada;

TÍTULO II - DA RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA TRATADA

Art. 4 A gestão da água tratada tomará por base as seguintes questões:

I - Zoneamento;

II - Infraestrutura sanitária;

III - Controle do escoamento superficial das águas pluviais;

IV - Uso racional da água tratada.

CAPÍTULO I - DO ZONEAMENTO

Art. 5 Para os efeitos desta lei adotam-se os zoneamentos urbano e ambiental estabelecidos na legislação municipal vigente.

CAPÍTULO II - DA INFRAESTRUTURA SANITÁRIA

Art. 6 As indústrias ou os empreendimentos que produzirem esgoto diferente do doméstico são obrigados a ter sistema de tratamento prévio antes de lançá-lo na rede pública de coletores ou em corpos d'água.

Art. 7 É terminantemente proibido o lançamento de resíduos sólidos ou líquidos, em qualquer logradouro público ou terreno particular desocupado, em todo o território do município.

Parágrafo único. O Município definirá locais ambientalmente seguros para disposição de resíduos sólidos, como lixo, entulho, resíduos industriais, terra proveniente de desmonte e aparas vegetais.

CAPÍTULO III - DO CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL DAS ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 8 O empreendedor de loteamentos e desmembramentos fica obrigado a projetar, aprovar e executar sistemas estruturais de retardamento do fluxo das águas pluviais.

Art. 9 Os passeios ainda não executados, ou que venham a ser implantados em parcelamentos futuros, deverão prever pavimentação parcial até a largura limite de 1,50 metros, devendo o restante possuir cobertura vegetal.

Parágrafo primeiro. A vegetação utilizada para o passeio não poderá impedir ou dificultar o trânsito de pedestres.

Parágrafo segundo. Caberá ao proprietário e/ou possuidor a qualquer título do imóvel a execução e manutenção do passeio de que trata este artigo.

Art. 10 É obrigatória à preservação da cobertura vegetal arbórea e arbustiva existente nos lotes e terrenos urbanos.

CAPÍTULO IV - DO TRATAMENTO E USO RACIONAL DA ÁGUA TRATADA

Art. 11 Compete à Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, a administração dos serviços públicos de água, compreendendo o planejamento, projetos e a execução das obras e instalações, operação e manutenção de sistemas, a medição do consumo de água, faturamento, tarifação e cobrança dos serviços prestados, aplicação de penalidades, e quaisquer outras medidas com eles relacionadas.

Parágrafo único. O assentamento de rede distribuidora de água e coleta de esgoto, a instalação de equipamento e a execução de ligações serão efetuados pela Prefeitura ou por terceiros devidamente autorizados, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais e a legislação aplicável.

Art. 12 A utilização da água tratada distribuída pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE - MT, bem como aquela proveniente de poços artesianos, semi-artesianos e fontes análogas, deverá ocorrer de forma racional e estará sujeita à fiscalização municipal com vistas a constatar a ocorrência de desperdício, orientar a população para evitar o uso exagerado e inadequado da água e restringir o seu uso, aplicando, conforme o caso, as penalidades legais cabíveis.

Art. 13 Constitui desperdício de água:

I - lavagem com água corrente, sob pressão ou não, de áreas internas e externas, dentre as quais as calçadas de edificações públicas ou privadas, sejam elas industriais, comerciais ou residenciais;

II - a utilização da água corrente para molhar os logradouros públicos ou vias internas de condomínios residenciais, industriais ou comerciais;

III - deixar de prevenir e corrigir vazamentos em tubulações, tubos, canos, conexões, torneiras, válvulas, caixas d'água, reservatórios, mangueiras, dentre outros equipamentos integrantes do sistema de distribuição de água;

IV - lavar veículos automotores com uso contínuo de água, excetuando as empresas que explorem a atividade comercial de lavagem e limpeza de veículos, que deverão possuir ou instalar sistema que reduza o consumo de água ou que permita a reutilização;

V - substituição total ou reposição parcial de água de piscina de prédios públicos ou privados;

VI - outras situações não listadas acima, que caracterizem a falta de cuidado com a preservação ou desperdício da água.

Parágrafo único. O Departamento Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, deverá rever todas as licenças ambientais concedidas às empresas que explorem a atividade comercial mencionada no inciso IV e incluir, como condicionante das licenças ambientais, medidas que visem a evitar o desperdício e possibilitem o reuso da água.

Art. 14 Constatada alguma das situações previstas no artigo 13 desta Lei, a Fiscalização Ambiental Municipal deverá advertir, com caráter educativo, o usuário para, imediatamente, cessar as ações ou corrigir as anomalias ou defeitos que estejam causando desperdício ou uso exagerado e inadequado da água, orientando o usuário a não praticar as condutas novamente, sob pena de sujeitar-se às penalidades legais cabíveis.

Parágrafo primeiro. Todos os órgãos integrantes da administração pública municipal que possuírem agentes de fiscalização deverão atuar, de forma supletiva, nas ações de fiscalização exercidas pela Fiscalização Ambiental Municipal, a quem precipuamente caberá à fiscalização prevista nesta Lei.

Parágrafo segundo. Os agentes de fiscalização ficam expressamente autorizados a ingressar em quaisquer imóveis, públicos ou privados, em que haja fundado receio de ocorrência de quaisquer situações previstas no art. 13 desta Lei, podendo, em caso de resistência, requisitar força policial e proceder ao arrombamento, lavrando-se de tudo auto de fiscalização circunstanciado.

Art. 15 Se apurada a reincidência, específica ou genérica, do desperdício ou uso inadequado da água, a Fiscalização Ambiental Municipal deverá lavrar o Auto de Infração Ambiental, iniciando-se o Processo Administrativo de Infração Ambiental, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório ao infrator, nos termos da legislação em vigor.

Art. 16 Os órgãos integrantes da administração pública direta e indireta, por determinação dos ordenadores de despesas, deverão designar um servidor, ou tantos quantos forem necessários, para realizar o levantamento e acompanhamento do consumo de água nos imóveis públicos ou privados utilizados por cada setor e, se constatada alguma das situações previstas no artigo 13 desta Lei, comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Administração para que adote as providências cabíveis para a solução dos problemas e apuração da responsabilidade.

Art. 17 A Fiscalização Ambiental Municipal deverá disponibilizar um número de telefone para que possam ser feitas denúncias de uso inadequado e desperdício da água, visando à agilidade das ações de combate ao desperdício e uso inadequado da água.

TÍTULO III

DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 18 Entende-se por Educação Ambiental os processos, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a proteção ambiental e o uso sustentável da água tratada, assim como o dos recursos naturais.

Art. 19 Fica instituída a obrigatoriedade de programas de Educação Ambiental em nível curricular, nas escolas da Rede Escolar Municipal.

Parágrafo primeiro. A Educação Ambiental será incluída no currículo das diversas disciplinas das unidades escolares da rede municipal de ensino, integrando-se ao projeto pedagógico de cada escola.

Parágrafo segundo. Caberá a cada unidade escolar definir o trabalho de Educação Ambiental a ser desenvolvido, guardadas as especificidades de cada local, respeitada a autonomia da escola.

Art. 20 O Executivo Municipal deverá criar mecanismos de assessoramento contínuo aos Programas de Educação Ambiental através de convênios com universidades, entidades ambientalistas e outros, que permitam o bom desenvolvimento dos programas de Educação ambiental, tanto a nível informal quanto formal, no cumprimento desta lei.

Art. 21 Fica estabelecido o prazo de um ano, contado a partir da data de publicação desta lei, para que as secretarias municipais envolvidas preparem os professores através de cursos, seminários e materiais didáticos, possibilitando, de fato, que todos os alunos da rede pública, findo este prazo, passem a receber Educação Ambiental.

Art. 22 O Departamento de Meio Ambiente e Saneamento, deverá desenvolver campanhas educativas e publicitárias, com a finalidade de divulgar e conscientizar a população acerca da necessidade de adoção de ações destinadas ao uso racional de água tratada no município de Nova Monte Verde.

TÍTULO IV - DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO

CAPÍTULO I – DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO

Art. 23 As redes distribuidoras de água e coletoras de esgoto, e seus acessórios, serão assentados preferencialmente em logradouro público, após aprovação dos respectivos projetos pela Prefeitura, que executará ou fiscalizará as obras e a quem compete, no curso da prestação de serviços, sua operação e manutenção.

Art. 24 As Empresas ou órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Federais, Estaduais e Municipais custearão as despesas referentes à remoção, recolocação ou modificação de redes distribuidoras de água e coletoras de esgoto e instalações do Sistema Público de Abastecimento de Água, decorrentes de obras que executarem ou que forem executadas por terceiros com sua autorização.

Parágrafo único. No caso de obras solicitadas por particular, as despesas indicadas neste artigo serão custeadas pelos interessados.

Art. 25 Os danos causados às redes distribuidoras e coletoras ou às instalações dos serviços de água serão reparados pela Prefeitura às expensas do responsável por eles, o qual ficará sujeito ainda às penalidades previstas neste Regulamento.

Art. 26 Os custos com as obras de ampliação ou extensão das redes distribuidoras de água ou coletoras de esgoto não constantes de projeto, cronograma de crescimento vegetativo ou de programa da Prefeitura, serão realizados por conta dos usuários que as solicitarem ou forem interessados em sua execução.

Parágrafo primeiro. A critério da Prefeitura, os custos das obras de que trata este artigo poderão correr parcial ou totalmente às suas expensas, desde que exista viabilidade econômico financeira e interesse público.

Parágrafo segundo. A infraestrutura e os prolongamentos de rede, custeados ou não pela Prefeitura, farão parte de seu patrimônio e estarão afetados pela prestação de serviço público. (Suprimido pela Emenda Supressiva ao Projeto de Lei n° 733/2016).

Art. 27 Nos prolongamentos de rede solicitados por terceiros, a Prefeitura não se responsabilizará pela liberação de áreas de servidão para implantação da rede.

Art. 28 A critério da Prefeitura somente será implantada rede de água e coletora de esgoto em logradouro onde a municipalidade tenha definido o greide e que possua ponto de disposição final adequado ao lançamento dos despejos.

CAPÍTULO II – DOS LOTEAMENTOS, AGRUPAMENTOS DE EDIFICAÇÕES CONJUNTOS HABITACIONAIS E VILAS.

Art. 29 Em todo projeto de loteamento, a Prefeitura deverá ser consultada sobre a possibilidade de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotos sanitários.

Parágrafo único. As Diretrizes para elaboração dos projetos serão obtidas da Prefeitura.

Art. 30 Nenhum loteamento poderá ser aprovado pela Prefeitura Municipal se não contiver projeto completo de abastecimento de água.

Parágrafo primeiro. O projeto deverá incluir todas as especificações técnicas, desenhos, memória de cálculos, memória justificativa e instruções e normas da ABNT, não podendo ser alterado no curso de sua implantação sem prévia aprovação da Prefeitura.

Parágrafo segundo. A execução das obras será fiscalizada pela Prefeitura que exigirá o cumprimento de todas as condições técnicas para a implantação dos projetos.

Art. 31 Os Sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários de loteamento novo, deverão ser construídos e custeados integralmente pelo incorporador.

Art. 32 O empreendedor de loteamentos deverá atender a todos os procedimentos para aceitação da infraestrutura, desde a fase da emissão das diretrizes para elaboração de projetos, se obrigando a solicitar em tempo hábil a fiscalização de todas as obras pela prefeitura.

Art. 33 Concluídas as obras, o incorporador as entregará à Prefeitura, apresentando o cadastro dos serviços executados, conforme normas específicas.

Art. 34 Caso seja necessária à interligação das redes do loteamento às redes distribuidoras de água e coletoras de esgoto, será ela executada exclusivamente pela Prefeitura, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras.

Art. 35 As áreas, instalações e equipamentos destinados aos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotos sanitários a que se refere este capítulo, serão cedidos e incorporados, sem ônus, mediante instrumento competente, ao patrimônio da Prefeitura.

Art. 36 A Prefeitura só assumirá a manutenção de sistema de abastecimento de água e de coleta de esgoto em loteamento novo quando tiver disponibilidade técnica, econômica e financeira para prestar os serviços, não estando obrigada, pela simples aprovação do projeto, a assumir imediatamente a prestação dos serviços aos novos usuários.

Art. 37 Sempre que forem ampliados o loteamento, conjunto habitacional ou agrupamento de edificações, correrão por conta do proprietário ou incorporador as despesas decorrentes de reforço ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotos sanitários.

Art. 38 A operação e manutenção das instalações internas de água dos prédios de agrupamento de edificações ficarão a cargo do condomínio.

Art. 39 A Prefeitura não aprovará projeto de abastecimento de água para loteamento projetado em desacordo com a legislação Federal, Estadual e Municipal reguladora da matéria.

CAPÍTULO III – DOS HIDRANTES

Art. 40 Os hidrantes deverão constar dos projetos e serão distribuídos ao longo da rede pública, obedecendo a critérios adotados pela Prefeitura, de comum acordo com o Corpo de Bombeiros e conforme as normas da ABNT.

Parágrafo único. A Prefeitura poderá, nas redes existentes, instalar hidrantes, por solicitação do Corpo de Bombeiros, contra pagamento do valor correspondente.

Art. 41 A operação dos registros e dos hidrantes na rede distribuidora será efetuada exclusivamente pela Prefeitura ou pelo Corpo de Bombeiros.

Parágrafo primeiro. O Corpo de Bombeiros só poderá utilizar os hidrantes em caso de sinistros ou devidamente autorizado pela Prefeitura.

Parágrafo segundo. O Corpo de Bombeiros deverá comunicar à Prefeitura, no prazo de vinte e quatro horas, as operações efetuadas.

Art. 42 Os danos causados aos registros e aos hidrantes serão reparados pela Prefeitura, às expensas de quem lhes der causa, sem prejuízo das disposições previstas neste Regulamento e das penas criminais aplicáveis.

Art. 43 Será vedado o estacionamento de veículos ou quaisquer instalações junto aos hidrantes que possam dificultar sua operação. Esta faixa será de 05 metros de cada lado do hidrante.

CAPÍTULO IV – DAS LIGAÇÕES PERMANENTES E DOS RAMAIS PREDIAIS DE ÁGUA

Art. 44 As ligações de água serão concedidas, a pedido dos interessados, quando satisfeitas as exigências estabelecidas em normas e instruções regulamentares da Prefeitura.

Art. 45 A manutenção dos ramais prediais será executada pela Prefeitura ou por terceiros devidamente autorizados.

Parágrafo primeiro. O reparo de dano causado por terceiros em ramal predial será feito às expensas do poder público que deverá cobrar o valor correspondente de quem deu causa ao dano.

Parágrafo segundo. A substituição ou modificação de ramal predial, quando solicitadas pelo usuário, serão executadas às suas expensas.

Art. 46 É vedada ao usuário qualquer intervenção no ramal predial.

Art. 47 Os diâmetros dos ramais prediais serão determinados pela Prefeitura, em função das demandas estimadas e das condições técnicas.

Art. 48 A execução do padrão de ligação de água será feita pelo interessado, às suas expensas, conforme as normas e padrões da Prefeitura.

Art. 49 A cada edificação será concedida uma única ligação de água, conforme norma em vigor.

Parágrafo primeiro. Poderão ser concedidas ligações individualizadas para dependências isoladas ou não, desde que não abastecidas pelo reservatório central da edificação. Quando houver conveniência de ordem técnica a critério da Prefeitura.

Parágrafo segundo. O abastecimento de água ou coleta de esgoto poderá ser feitos por mais de um ramal predial de água quando houver conveniência de ordem técnica, a critério da Prefeitura.

Art. 50 Para os conglomerados de habitações de favela, quando a aplicação de critérios técnicos da prestação de serviços se tornarem impossível, poderão ser adotados critérios e soluções especiais.

Art. 51 As ligações de água de chafariz, lavanderia pública, praça e jardins públicos serão concedidas pela Prefeitura, a requerimento do órgão público interessado, desde que ele se responsabilize pelo pagamento dos serviços prestados e pelo fornecimento de água.

Art. 52 As ligações prediais poderão ser suprimidas, imediata e sem intimação, nos seguintes casos:

I - interdição judicial ou administrativa;

II - desapropriação de imóvel para abertura de via pública;

III - incêndio ou demolição;

IV - fusão de ligações;

V - como penalidade por infração a dispositivo previsto neste Regulamento ou em normas específicas, no caso de ligações de água;

VI - por solicitação do usuário;

VII - fornecimento for interrompido por mais de 90 dias.

Art. 53 Quando o usuário requerer religação ou nova ligação em imóvel com ligação suprimida e com débito, só será concedida após quitação do referido débito.

CAPÍTULO V – DAS LIGAÇÕES DE CARÁTER TEMPORÁRIO

Art. 54 Poderão ser concedidas ligações provisórias por período limitado para circo, parque de diversões e similares, ou para obras que não sejam de edificação.

Parágrafo único. Para efeito deste Regulamento, considera-se edificação a construção que, após o seu término, demande, em caráter duradouro, serviços de água.

Art. 55 As ligações provisórias serão custeadas antecipadamente pelo interessado, que será também responsável por todos os custos dos serviços correspondentes ao período concedido, assim como pelo custo de sua supressão.

Art. 56 A Prefeitura poderá exigir que as ligações provisórias de água sejam hidrometradas, responsabilizando-se o usuário pelo pagamento dos excessos comprovados por medições realizadas.

Art. 57 Os serviços prestados pela Prefeitura referentes à ligação provisória poderão ser objeto de contrato.

CAPÍTULO VI – DOS MEDIDORES E CONTROLADORES DE VAZÃO

Art. 58 A Prefeitura se responsabilizará pela instalação, substituição, aferição e manutenção dos hidrômetros e dos controladores de vazão.

Art. 59 Os medidores e controladores de vazão poderão ser instalados, substituídos ou retirados pela Prefeitura, a qualquer tempo.

Art. 60 A Prefeitura e a seus prepostos é garantido livre acesso ao hidrômetro ou controlador de vazão, não podendo o usuário dos serviços criar obstáculo para tanto ou alegar impedimento.

Parágrafo único. É vedada a execução de qualquer tipo de instalação ou construção posterior à ligação, que venha dificultar o acesso aos medidores ou dispositivos controladores de vazão.

Art. 61 Os medidores e controladores de vazão instalados nos ramais prediais são de propriedade da Prefeitura.

Parágrafo primeiro. O hidrômetro ou controlador de vazão deve ser instalado conforme normas estabelecidas pela Prefeitura.

Parágrafo segundo. Os usuários responderão pela guarda e proteção dos medidores e dos controladores de vazão, responsabilizando-se pelos danos a ele causados.

Art. 62 O usuário poderá solicitar a aferição do medidor instalado no seu imóvel, devendo pagar pelas respectivas despesas quando não se constatar nenhuma irregularidade.

Parágrafo único. Constatada irregularidade prejudicial ao usuário, a Prefeitura providenciará a retificação das contas até o limite de três meses.

CAPÍTULO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS E DA QUANTIFICAÇÃO DAS ECONOMIAS

Art. 63 Para efeito de remuneração dos serviços, os usuários serão classificados nas categorias residencial, pública, industrial e comercial.

Parágrafo único. As categorias indicadas neste artigo poderão ser subdivididas em grupos, de acordo com suas características de demanda ou consumo, sendo vedada dentro de um mesmo grupo, a discriminação de usuários que tenham as mesmas características de utilização de serviços.

Art. 64 A classificação dos usuários e classificação das economias obedecerão aos conceitos definidos para “categoria de usuário" e "economia”, respectivamente.

Parágrafo único. No caso de obras de construção de edificações, a classificação dos usuários e a quantificação das economias serão definidas conforme normas específicas da Prefeitura.

Art. 65 Os casos de alteração de categoria do usuário ou do número de economias, bem como de demolição de imóvel, deverão ser imediatamente comunicados à Prefeitura, para efeito de atualização do cadastro dos usuários.

Parágrafo único. A Prefeitura não se responsabilizará por eventual lançamento de volume e tarifação maior na conta em função de alteração de categoria do usuário ou do número de economias a ela não comunicados, referente a conta vencida.

CAPÍTULO VIII – DA DETERMINAÇÃO DO CONSUMO

Art. 66 O volume que determinará o consumo mínimo por economia e por categoria de usuário será o fixado pela estrutura tarifária da Prefeitura.

Parágrafo único. O consumo mínimo por economia das diversas categorias de uso poderá ser diferenciado entre si.

Art. 67 O volume faturado será calculado pela diferença entre as leituras faturadas atual e anterior, observado o consumo mínimo.

Parágrafo primeiro. O período de consumo poderá variar, a cada mês, em função da ocorrência de feriado e fim de semana e sua implicação no calendário de faturamento da Prefeitura.

Parágrafo segundo. A duração dos períodos de consumo é fixada de maneira que seja mantido o número de doze contas por ano.

Parágrafo terceiro. A Prefeitura poderá fazer projeção da leitura real para fixação da leitura faturada em função de ajustes ou otimização do ciclo de faturamento.

Art. 68 Não sendo possível a apuração do volume consumido em determinado período, o faturamento será feito pelo consumo médio, com base no histórico do consumo medido ou pelo consumo mínimo da categoria de usuário no caso de o consumo médio ser inferior àquele.

Parágrafo primeiro. O consumo médio será calculado com base nos últimos seis períodos de consumo medidos.

Parágrafo segundo. Ocorrendo troca de hidrômetro inicia-se novo histórico para efeito de cálculo de consumo médio.

Art. 69 A elevação de volume medido, decorrente da existência de vazamento na instalação predial é de inteira responsabilidade do usuário.

Art. 70 Na ausência de medidor, o consumo poderá ser estimado em função do consumo médio presumido, com base em atributo físico do imóvel ou outro critério que venha a ser estabelecido pela Prefeitura.

CAPÍTULO IX – DAS TARIFAS

Art. 71 Os serviços de abastecimento de água serão remunerados sob a forma de tarifa, de acordo com os custos dos serviços administrativos e industriais apurados, levando-se em conta entre outros fatores, as depreciações sobre os bens imóveis, móveis e de natureza industrial desses serviços e despesas para expansão dos serviços industriais, assim como as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos obtidos.

Art. 72 As tarifas poderão ser diferenciadas segundo as categorias de usuário e faixas de consumo, assegurando-se o subsídio dos grandes para os pequenos usuários.

Art. 73 As tarifas das diversas categorias poderão ser diferenciadas para as diversas faixas de consumo, devendo em função destas, serem progressivas em relação ao volume faturável.

CAPÍTULO X – DA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DOS SERVIÇOS E DA EMISSÃO DAS CONTAS

Art. 74 No cálculo do valor da conta, o consumo a ser faturado por economia não poderá ser inferior ao consumo mínimo estabelecido para a respectiva categoria de usuário.

Parágrafo único. Para efeito de faturamento, será considerado o número total de economias existentes, independentemente de sua ocupação.

Art. 75 A cada ligação corresponderá uma única conta independentemente do número de economias por ela atendidas.

Parágrafo único. Na composição do valor total da conta de água de um imóvel com mais de uma categoria de economia, o volume que ultrapassar o somatório dos consumos mínimos será distribuído proporcionalmente por todas as economias.

Art. 76 As contas serão emitidas periodicamente, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pela Prefeitura, obedecendo aos critérios fixados em normas específicas e afetas à prestação de serviços.

Art. 77 As contas serão entregues com antecedência, em relação à data de vencimento, fixada em norma específica da Prefeitura.

Parágrafo único. A falta de recebimento da conta não desobriga o usuário de seu pagamento.

CAPÍTULO XI - A COBRANÇA DOS SERVIÇOS

Art. 78 A cobrança pelo uso da água tratada objetiva:

I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar a racionalização do uso da água;

III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções.

Art. 79 Os serviços de abastecimento de água tratada do município de Nova Monte Verde serão cobrados em conformidade com as tabelas descritas a seguir:

| Faixa de cons./m³ | Residencial | Entidade | Comercial | Industrial | Poder Público |
|---|---|---|---|---|---|
| Valor R$/m³ | Valor R$/m³ | Valor R$/m³ | Valor R$/m³ | Valor R$/m³ | |
| Até: 10m³ | Taxa: R$ 21,50 | Taxa: R$ 21,50 | Taxa: R$ 29,60 | Taxa: R$ 33,00 | Taxa: R$ 21,50 |
| 11-20 | R$ 2,73 | R$ 2,73 | R$ 3,55 | R$ 4,40 | R$ 3,04 |
| 21-30 | R$ 3,54 | R$ 3,54 | R$ 4,50 | R$ 5,35 | R$ 3,81 |
| 31-40 | R$ 4,42 | R$ 4,42 | R$ 5,45 | R$ 6,30 | R$ 4,75 |
| 41-50 | R$ 5,30 | R$ 5,30 | R$ 6,40 | R$ 7,25 | R$ 5,47 |
| 50 acima | R$ 6,20 | R$ 6,20 | R$ 7,35 | R$ 8,20 | R$ 6,30 |

| SERVIÇO | TARIFA |
|---|---|
| Conservação de hidrômetro | R$ 5,00 |
| Ligação de água | R$ 85,00 |
| Desligamento/religação | R$ 22,00 |
| Expediente – 2ª via | R$ 5,00 |
| Transferência de nome | R$ 17,00 |
| Deslocamento de cavalete | R$ 27,00 |
| Violação de Lacre | R$ 110,00 |
| Violação de hidrômetro | R$ 430,00 |
| Violação de rede | R$ 536,00 |
| Conserto do ramal | R$ 20,00 |
| Conserto do Cavalete | R$ 20,00 |

Art. 80 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado em proceder ao realinhamento/reajuste das tarifas de água a partir de janeiro de 2017, através de Decreto Executivo Municipal, observando-se os mesmos índices de reajuste da UPF-M (Unidade Padrão Fiscal Municipal).

Parágrafo primeiro – O realinhamento/reajuste das tarifas de água na forma do que estabelece o “caput” será feito anualmente.

Parágrafo segundo – Em caso de déficit financeiro, quando necessário reajuste das tarifas acima dos índices de reajuste da UPF-M, este deverá ser previamente autorizado por Lei Municipal.

Parágrafo terceiro – Em caso de superávit financeiro, os recursos deverão ser aplicados na manutenção e ampliação do Sistema de Abastecimento de água, podendo também serem aplicados em obras de saneamento, bem como em Limpeza urbana.

Art. 81 A cobrança será realizada a partir do início de distribuição da água tratada às residências, estabelecimentos comerciais e industriais.

TÍTULO V - DO SISTEMA MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA ÁGUA TRATADA

Art. 82 O Sistema Municipal de Gerenciamento de água tratada é estruturado com base nos seguintes órgãos:

I - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

II - Secretaria de Obras;

III - Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMEA;

IV - Departamento de Meio Ambiente e Saneamento;

V - Departamento de Água Tratada.

Art. 83 Compete ao Departamento de Água Tratada, coordenar, monitorar e manter atualizado um Sistema Municipal de Informações Hidrológicas, garantindo sustentação às decisões que envolvam a preservação e conservação da Água Tratada no âmbito do município.

Art. 84 Integram o Sistema Municipal de Informações Hidrológicas: informadores, usuários, órgãos públicos, prestadoras de serviços públicos e entidades de classe.

Art. 85 Os agentes públicos e privados, incluindo Cartórios de Registro de Imóveis, ficam obrigados a fornecer ao Departamento de Água Tratada, os dados e informações necessárias ao Sistema Municipal de Informações Hidrológicas.

Art. 86 O Departamento de Água Tratada, publicará periodicamente as informações analisadas, colocando-as à disposição dos informadores e usuários.

TÍTULO VI - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 87 Constitui infração administrativa, para efeito desta lei, qualquer ação ou omissão que importe na inobservância dos seus preceitos, bem como das demais normas dela decorrentes, sujeitando os infratores, pessoa física ou jurídica, às sanções administrativas, penais e a obrigações de reparar os danos causados.

Art. 88 Constitui, ainda, infração a presente lei, iniciar a implantação ou implantar empreendimento, bem como exercer atividade que implique no desrespeito às normas de recuperação, preservação e conservação da água tratada.

Art. 89 Sem prejuízo das demais sanções definidas pelas legislações federal, estadual ou municipal, as pessoas físicas ou jurídicas que transgredirem as normas da presente lei ficam sujeitas às seguintes sanções, isoladas ou cumulativamente:

I - advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;

II - multa, simples ou diária, no valor de 0,5 UPF's, caso a advertência não tenha sido atendida no prazo estabelecido;

III - embargo por prazo indeterminado, para execução de serviços e obras necessárias ao cumprimento das exigências da Prefeitura.

Parágrafo único. No caso de ficar constatado risco iminente na atividade autuada, a fiscalização, fundamentadamente, deverá, ao aplicar qualquer das penas previstas nos incisos I e II deste artigo, cumular o embargo imediato das atividades por prazo indeterminado (inciso III), para a execução dos serviços e obras necessárias ao cumprimento das exigências da Prefeitura Municipal.

Art. 90 No caso específico em que a infração resultar em prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, bem como reincidência, as multas a serem aplicadas terão o triplo do valor estabelecido no art. 89, ficando o infrator sujeito ainda, às penas da justiça comum.

Art. 91 As penalidades serão aplicadas através de auto de infração lavrada por agentes de fiscalização do município.

Parágrafo único. Incidindo em prevaricação, o agente fiscal estará sujeito a sanções administrativas, penais e civis.

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 91 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Monte Verde-MT, 26 de Abril de 2016

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI N.º 831/2016-"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE VIAGENS AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI N.º 831/2016

De 26 de Abril de 2016

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, e dá outras providências.".

A Câmara Municipal aprovou e ARION SILVEIRA Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. As viagens dos Servidores e Vereadores do Poder Legislativo de Nova Monte Verde somente serão realizadas no estrito interesse do serviço público.

Parágrafo Primeiro. Os servidores do Poder Legislativo, efetivos ou comissionados, que se deslocarem da sede do município, a serviço da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, para participarem de eventos relevantes à Câmara de Vereadores ou ao labor diário, tais como: Cursos de capacitação profissional, ou representar a Câmara Municipal fora da sede, farão jus a diária de viagens, para cobertura das despesas com alimentação, estadia, locomoção urbana e demais despesas correlatas ao objetivo da viagem.

Parágrafo Segundo – Os Vereadores que se deslocarem à Capital Federal com finalidade de atender interesses do município, farão jus a diária de viagens, para cobertura das despesas com alimentação, estadia, locomoção urbana e demais despesas correlatas ao objetivo da viagem.

Art. 2º. A diária será devida por dia de afastamento da sede do município, tomando-se como termo inicial e final a contagem dos dias respectivamente, a hora de partida e de retorno na sede do município, num ciclo de 24 horas cada diária completa.

Parágrafo Único – Poderá o servidor perceber valor diferenciado de diária quando não completar o ciclo de 24 horas no destino, e nesse caso especifico, essa Lei denominará diária sem pernoite, cujo valor diferenciado está disposto no Anexo I.

Art. 3º. As diárias serão solicitadas através de requerimento dirigido a Presidência da Câmara Municipal, pelo servidor público solicitante, salientando as razões do deslocamento, assim como a existência de nexo entre as atribuições regulamentares e as atividades realizadas na viagem.

§ 1º. As diárias serão solicitadas até 5 (cinco) dias antes do deslocamento.

§ 2º. É vedada a concessão de diárias a título de complementação de salário.

§ 3º. É vedado o recebimento de diárias para transferências a terceiros.

Art. 4º. As despesas com a locomoção através de transporte ferroviário, rodoviário coletivo e aéreo, seguros e similares, até o destino final da diária serão custeadas pela Câmara de Vereadores, não estando às mesmas inclusas no valor especificado da diária de viagem.

Art. 5º. O número de diárias será igual ao número de dias em que o servidor e/ou vereador, ficará fora do município, a serviço deste, sendo que o limite máximo de diárias de viagens é de 04 (quatro) dias e, serão pagas antecipadamente.

§ 1º. Quando a viagem ultrapassar 04 (quatro) dias, as diárias serão autorizadas à vista da natureza da atividade e das condições em que ela deve ser efetuada, mediante justificativa fundamentada, pelo solicitante com a autorização e despacho expresso da Presidência do Poder Legislativo Municipal.

§ 2º. Nos casos de emergência, as diárias de viagens poderão ser pagas após o início da viagem, mediante justificativa fundamentada do solicitante, admitida à delegação de competência e expressamente autorizada pela Presidência da Casa.

§ 3º. O pagamento das diárias de viagem, quando ocorrer aos sábados, domingos ou feriados, será autorizado, mediante justificativa fundamentada, do servidor solicitante com a autorização expressa da Presidência da Câmara Municipal.

Art. 6º. O prazo para a prestação de contas das diárias recebidas é de até 05 (cinco) dias úteis após o efetivo retorno.

§ 1º. Serão restituídas pelo solicitante as diárias recebidas em excesso, ou cujas despesas não forem comprovadas.

§ 2º. Quando por qualquer circunstância não for realizada a viagem, o solicitante restituirá integralmente no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da concessão, o montante das diárias recebida.

Art. 7º. O Servidor ou Vereador que indevidamente receber diárias será obrigado a restituir aos cofres Públicos de Nova Monte Verde, a importância recebida.

§ 1º. O superior imediato que autorizar ou omitir informações sobre recebimento indevido de que trata este artigo, responderá civil e penalmente além de se tornar solidário pela devolução imediata da importância recebida indevidamente.

§ 2º. O valor correspondente à devolução deverá ser imediatamente seguido da prestação de contas.

Art. 8º. A prestação de contas da diária de viagem, deverá conter, além do relatório discriminado dos objetivos alcançados, documentos comprobatórios de participação em eventos ou outro motivo que justificou a viagem:

Bilhete de passagem, notas fiscais de despesas diversas, com datas coincidindo com os dias da viagem;

Comprovante de participação em cursos, treinamentos, capacitação e outros;

Requerimento solicitação de diária devidamente fundamentado;

Autorização expedida pelo ordenador de despesas;

Notas de Empenhos e liquidações;

Comprovante do recebimento pelo servidor, bem como da sua devolução, quando for o caso.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 001 de 19 de março de 2012.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e afixação.

Nova Monte Verde/MT, 26 de Abril de 2016.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

I – MUNICÍPIOS VIZINHOS COM DISTÂNCIA DE ATÉ 200 KM

| | |
|---|---|
| Diárias sem pernoites | R$ 50,00 |
| Diárias com pernoites | R$ 200,00 |

II – MUNICÍPIOS COM DISTÂNCIA ACIMA DE 200 KM E ATÉ 600 KM

| | |
|---|---|
| Diárias sem pernoites | R$ 100,00 |
| Diárias com pernoites | R$ 250,00 |

III – CAPITAL DO ESTADO

| | |
|---|---|
| Diárias com pernoites | R$ 300,00 |

IV – CAPITAL FEDERAL

| | |
|---|---|
| Diárias com pernoites | R$ 500,00 |

Nova Monte Verde/MT, 26 de Abril de 2016.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

**CONTABILIDADE**
**EDITAL Nº 007/2016 DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

EDITAL Nº 007/2016 DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

DIVULGA RESULTADO PRELIMINAR

**Art. 1º -** A Prefeita Municipal de Nova Nazaré – MT e a Presidente da Comissão Examinadora nomeada nos termos da Portaria Municipal nº 1080/2016, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGAM** o resultado preliminar da prova (escrita objetiva + títulos), conforme Anexo I, referente ao Concurso Público, aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2016.

**Art. 2º -** Informamos aos candidatos classificados para os cargos de **Operador de Máquinas**, que a **prova prática** será realizada no dia **15 de maio de 2015**, com início às **14h00min**, na **Garagem Municipal**, sito à Av. Santos Dumont, S/N, Zona Urbana – (aeroporto) – Nova Nazaré-MT.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.

Nova Nazaré - MT, 03 de maio de 2016.

**Prefeita Municipal**

***Railda de Fátima Alves CARVALHO***

**Presidente da Comissão Examinadora**

**JULIANA FERREIRA DE REZENDE ALVES**

**ANEXO I**

**ANALISTA DE LICITAÇÃO**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | NOTA PROVA DE TÍTULOS | NOTA FINAL | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 219252 | ELLEN MENDES LOPES ROCHA | 29/06/1985 | 77,5 | -o- | 77,5 | 1. |
| 219398 | REGINALDO MARTINS DEL COLLE | 13/07/1975 | 70,0 | 5,0 | 75,0 | 2. |
| 219401 | DANIEL SCHILO | 02/07/1980 | 72,5 | -o- | 72,5 | 3. |
| 219794 | MARCOS DA SILVA | 18/05/1977 | 70,0 | -o- | 70,0 | 4. |
| 218328 | CAMILLA STEFANIE DA COSTA SIMOES FREITAS | 08/09/1990 | 70,0 | -o- | 70,0 | 5. |
| 216753 | DIEGO PARANHOS CORREIA | 07/11/1992 | 67,5 | -o- | 67,5 | 6. |
| 219657 | JAIRO LIMA DE SOUZA | 30/12/1983 | 65,0 | -o- | 65,0 | 7. |
| 216523 | KARULLINY NEVES DA SILVA | 03/02/1992 | 65,0 | -o- | 65,0 | 8. |
| 219361 | LÍVEA CRISTINA CARRIJO | 20/01/1988 | 62,5 | -o- | 62,5 | 9. |
| 218601 | FABRICIO OLIVEIRA LIMA | 23/03/1995 | 57,5 | -o- | 57,5 | 10. |
| 219327 | LINDOMAR RIBEIRO DE SIQUEIRA | 31/05/1975 | 55,0 | -o- | 55,0 | 11. |
| 219419 | NUBIA MATILDES DE CARVALHO | 18/11/1982 | 52,5 | -o- | 52,5 | 12. |
| 217735 | ANA CAROLINA DE JESUS PORTO SILVA SCOTTON | 06/08/1992 | 52,5 | -o- | 52,5 | 13. |
| 218380 | JUCIANNE KATHRINE RODRIGUES LOURENÇO | 04/06/1982 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 217701 | ADRIANE GENOVAI | 17/01/1979 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 219171 | ALINE DE SOUZA SANTOS | 13/04/1991 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 219119 | GENILDO TAVARES DE FREITAS | 31/10/1975 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 218129 | CLEIDIANA ROCHA DE MORAES | 24/12/1985 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 219410 | GABRIELI GIACOMOLLI GUIMARAES | 02/11/1989 | 35,0 | -o- | 35,0 | Não aprovado |
| 219791 | ELSON CAMPOS | 31/05/1965 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |
| 220058 | LEONARDO JUNIOR GUIMARÃES IANELO | 18/04/1986 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |
| 216561 | MARCELO KIST ENGELMANN | 23/10/1989 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |
| 219737 | ALAN MARTINS SOUTO | 22/05/1990 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |
| 219294 | ANYSABELLE DE ALMEIDA OLIVEIRA | 19/07/1993 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |

**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MONITOR DE SALA**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 219296 | HELENA CRISTINA PERNE DUTRA | 05/03/1983 | 85,0 | 1. |
| 218272 | LUARA LOPES PEREIRA | 18/04/1985 | 72,5 | 2. |
| 216522 | FRANCIELLY ANTUNES GIACOMINI BARBOSA | 05/07/1996 | 67,5 | 3. |
| 219306 | MARIA ISABEL TEIXEIRA DOS SANTOS | 04/11/1984 | 65,0 | 4. |
| 219597 | SHEILLA FRANCIELLY DOS SANTOS AZEVEDO | 21/05/1993 | 65,0 | 5. |
| 218369 | KÉTELLY ALVES MARTINIANO | 05/01/1998 | 65,0 | 6. |
| 219736 | SANDRA DA SILVA CAMPOS FERREIRA | 19/04/1982 | 62,5 | 7. |
| 218205 | JAQUELINE PEREIRA DE SOUZA | 22/12/1987 | 62,5 | 8. |
| 219941 | MARYANNE BATISTA PADILHA | 21/05/1993 | 62,5 | 9. |
| 220049 | BEATRIZ TAVARES DOS SANTOS | 07/10/1993 | 62,5 | 10. |
| 218861 | MAURIANE CRISPIM PAES LEMES | 22/10/1985 | 60,0 | 11. |
| 216592 | ESTER HADASSA SCHERER | 06/04/1995 | 60,0 | 12. |
| 218204 | CINARA OLIVEIRA ALLEN | 19/07/1974 | 57,5 | 13. |
| 219108 | DI JANE DE SOUZA PEREIRA | 08/09/1981 | 57,5 | 14. |
| 219067 | ELIENE ALVES CARNEIRO MOSER | 19/01/1983 | 57,5 | 15. |
| 218793 | MARIA GLÓRIA DA SILVA | 24/05/1986 | 57,5 | 16. |
| 219509 | NATALIA JULIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA | 06/12/1986 | 57,5 | 17. |
| 217130 | WILK FRANÇA COSTA | 24/03/1995 | 57,5 | 18. |
| 220113 | JOÃO PEREIRA DA SILVA | 27/06/1963 | 55,0 | 19. |
| 216533 | PAULA CRISTINA LOPES DA SILVA CARVALHO | 07/11/1989 | 55,0 | 20. |
| 218691 | MIRIAM DE PAULA SILVA | 11/09/1992 | 55,0 | 21. |
| 220209 | JESSYCA LORRAINE RIBEIRO CANDIDA DE SOUZA | 23/12/1997 | 55,0 | 22. |
| 219947 | RONALDO SOUSA FRANÇA | 06/04/1981 | 52,5 | 23. |
| 220183 | ANDRESSA DE CASTRO SALVANIR | 22/07/1992 | 52,5 | 24. |
| 218415 | ADAIR RICARDO MAGALHÃES SCHONHOLZER | 08/06/1998 | 52,5 | 25. |
| 219809 | CELESTE PEREIRA DE ALMEIDA | 19/11/1978 | 50,0 | 26. |
| 218117 | DARCI RUDZA NE PEMRÂ XAVANTE | 09/07/1983 | 50,0 | 27. |
| 219298 | JULIA CRISTINA CRUZ ROLA | 13/11/1996 | 50,0 | 28. |
| 218488 | ABIMAEL FELIX DOS SANTOS | 14/04/1997 | 50,0 | 29. |
| 219052 | JUCELIA DAS GRAÇAS PEREIRA | 23/12/1976 | 47,5 | Não aprovado |
| 218406 | CORACI CHAGAS FERREIRA | 15/06/1978 | 47,5 | Não aprovado |
| 219397 | CLEIDE APARECIDA TATTO | 25/08/1981 | 47,5 | Não aprovado |
| 218405 | ONDINA SILVA DA CRUZ | 10/01/1990 | 47,5 | Não aprovado |
| 217817 | CINTHIA ADRIENNE LOPES DA SILVA | 30/01/1981 | 45,0 | Não aprovado |
| 217643 | THAINARA ANTUNES DOS SANTOS | 19/05/1997 | 45,0 | Não aprovado |
| 219089 | LECI MARIA DO NASCIMENTO SANTANA | 16/08/1980 | 42,5 | Não aprovado |
| 218097 | LILIA APARECIDA ANTUNES | 20/05/1983 | 42,5 | Não aprovado |
| 218903 | VANESA RODRIGUE S DA SILVA | 28/10/1983 | 42,5 | Não aprovado |
| 219402 | LUCIMAR FLORENTINO DE ANERIS | 21/04/1985 | 42,5 | Não aprovado |
| 219042 | VITOR FERNANDES DOS SANTOS | 09/11/1990 | 42,5 | Não aprovado |
| 216575 | ROSANE FERNANDES SANTANA | 12/08/1995 | 42,5 | Não aprovado |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 217778 | AGATHA CRISTY BARBOSA GOMES | 07/03/1996 | 42,5 | Não aprovado |
| 219035 | ALISETE APARECIDA DE OLIVEIRA | 12/08/1965 | 40,0 | Não aprovado |
| 218657 | MARIA APARECIDA RIBEIRO | 11/09/1979 | 40,0 | Não aprovado |
| 219800 | ELIANE AFONSO DE SOUSA | 21/11/1980 | 40,0 | Não aprovado |
| 218698 | LORRANY FERNANDES DOS SANTOS | 15/12/1992 | 40,0 | Não aprovado |
| 219276 | ATAIDE TSERE REME TERUTE | 08/02/1997 | 40,0 | Não aprovado |
| 218159 | MARLENE LOURENÇO DE BASTOS | 20/07/1982 | 37,5 | Não aprovado |
| 218977 | MÁRIA FERREIRA COELHO | 30/10/1984 | 37,5 | Não aprovado |
| 220101 | KARYNA NAYARA MARTINS MIRANDA | 08/07/1990 | 37,5 | Não aprovado |
| 218221 | ADALGISA GOMES RIBEIRO | 16/07/1978 | 32,5 | Não aprovado |
| 218803 | VERA LUCIA ARAUJO DINIZ | 28/08/1985 | 32,5 | Não aprovado |
| 218223 | LUZAINE ALVES GOMES | 27/02/1987 | 32,5 | Não aprovado |
| 219587 | PROFIRO TERUTE BABATI | 25/10/1972 | 30,0 | Não aprovado |
| 217819 | ROSIMEIRE PEREIRA DOS SANTOS | 27/05/1981 | 27,5 | Não aprovado |
| 219280 | BOAVENTURA PRABAWAIRO TSERENHIWA | 27/10/1988 | 27,5 | Não aprovado |
| 219167 | DEIGIMAR BUENO PEREIRA | 01/01/1972 | 22,5 | Não aprovado |
| 219348 | PATRICIA COSTA GONÇALVES RECKZIEGEL | 29/10/1976 | N/C | Desclassificado |
| 219884 | ALESSANDRA CANDIDO | 01/09/1981 | N/C | Desclassificado |
| 216548 | SIMONE DIAS SOARES | 12/09/1985 | N/C | Desclassificado |
| 217273 | MARINA TEODORO DOS SANTOS | 04/01/1995 | N/C | Desclassificado |

**ASSISTENTE DA PROCURADORIA**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 219560 | RYAN RICHELLE ALMEIDA SILVA | 30/04/1992 | 77,5 | 1. |
| 216527 | JAIR NERI DOS SANTOS FILHO | 10/04/1985 | 70,0 | 2. |
| 218243 | HEBER LINO DOS SANTOS ARRUDA | 13/03/1985 | 67,5 | 3. |
| 216601 | JEFFERSON BATISTA SANTOS | 19/10/1991 | 67,5 | 4. |
| 220245 | HEVRLI DA SILVA CARNEIRO PILATTI | 09/08/1991 | 62,5 | 5. |
| 216598 | AMIZAILTON FERREIRA DOS SANTOS | 10/10/1986 | 57,5 | 6. |
| 217455 | HENRIQUE BARCELOS MORAES | 02/09/1987 | 57,5 | 7. |
| 216844 | MARIJAN RODRIGUES CARVALHO | 21/07/1984 | 55,0 | 8. |
| 219059 | ROMULO MOREIRA SILVA | 29/05/1990 | 55,0 | 9. |
| 217736 | FELIPE SCOTTON MACHADO | 05/02/1989 | 50,0 | 10. |
| 219646 | EDMAR ALVES DOS SANTOS JUNIOR | 25/01/1995 | 50,0 | 11. |
| 217703 | WANDERSON RIBEIRO DE SOUZA | 03/06/1997 | 50,0 | 12. |
| 219376 | LEIDIAMAR CARLA RODRIGUES | 03/01/1984 | 45,0 | Não aprovado |
| 218632 | CLEIA BATISTA DOS SANTOS | 15/05/1985 | 45,0 | Não aprovado |
| 217729 | NAIR MANOELA LUCAS | 29/10/1971 | 42,5 | Não aprovado |
| 218863 | WILTER ANTONIO DE AMARAL | 30/03/1975 | 42,5 | Não aprovado |
| 219264 | WALDENIR JUNIOR RIBEIRO DA CRUZ | 25/11/1989 | 42,5 | Não aprovado |
| 216704 | EDSON JUNIO | 17/09/1990 | 42,5 | Não aprovado |
| 217083 | GILMARCK FERNANDES SIQUEIRA | 07/07/1992 | 42,5 | Não aprovado |
| 219816 | CHARLES CÂNDIDO CARDOSO | 17/06/1979 | 40,0 | Não aprovado |
| 216710 | JOSE CARLOS TENÓRIO RESENDE | 06/05/1981 | 40,0 | Não aprovado |
| 218806 | ADÃO FERREIRA DOS REIS | 20/04/1984 | 37,5 | Não aprovado |
| 217096 | WALLISON PEREIRA DA CUNHA | 30/05/1995 | 37,5 | Não aprovado |
| 217728 | MATEUS BORGES DOS SANTOS | 30/09/1998 | 37,5 | Não aprovado |
| 219496 | GENERILDA GOMES DOS SANTOS | 03/06/1979 | 35,0 | Não aprovado |
| 217148 | JOÃO LUIZ BENTO SANMARTINO | 19/05/1991 | 35,0 | Não aprovado |
| 219186 | LUCIANA GOMES CORDEIRO | 15/07/1994 | 35,0 | Não aprovado |
| 218769 | JESSICA TEIXEIRA FIGUEIRA | 27/09/1995 | 35,0 | Não aprovado |
| 219224 | EVANDR JAIRO ALVES | 29/07/1976 | 32,5 | Não aprovado |
| 217700 | GILVAN CHAVES DOS SANTOS | 29/12/1982 | 32,5 | Não aprovado |
| 218773 | BISMARCK FERNANDES SIQUEIRA | 01/07/1990 | 32,5 | Não aprovado |
| 217632 | DIEGO CANDIDO CARDOSO | 05/05/1991 | 32,5 | Não aprovado |
| 219463 | RYSCHER GUSTAVO SILVA VIEIRA | 17/01/1995 | 32,5 | Não aprovado |
| 219427 | LUCAS GIACOMOLLI | 23/02/1996 | 32,5 | Não aprovado |
| 219066 | CHRISTYAN DOUGLAS RECKZIEGEL | 07/07/1997 | 32,5 | Não aprovado |
| 219204 | MICHELLE DE PAULA SILVA BERALDO | 03/07/1984 | 30,0 | Não aprovado |
| 217692 | MAURICIO RODRIGUES BATISTA DE OLIVEIRA | 12/03/1994 | 30,0 | Não aprovado |
| 219229 | CLAUDEMIRO DREGER | 23/06/1980 | 25,0 | Não aprovado |
| 217065 | HELIDIANA SALES DE SOUSA | 01/10/1995 | 25,0 | Não aprovado |
| 219815 | LEIA BATISTA MOURA | 26/09/1985 | 22,5 | Não aprovado |
| 218964 | SHEILA MARIA DE OLIVEIRA | 21/07/1980 | N/C | Desclassificado |
| 217697 | LAILA XAVIER FARIA | 27/09/1981 | N/C | Desclassificado |
| 220122 | LUCIANA BATISTA DOS SANTOS BARBOSA | 16/10/1982 | N/C | Desclassificado |
| 216765 | PATRICIA DE FATIMA CHAGAS MACHADO | 26/09/1985 | N/C | Desclassificado |
| 219054 | MARIANNE NASCIMENTO | 15/01/1989 | N/C | Desclassificado |
| 217777 | JONATAS CINTRA DA SILVA | 25/03/1993 | N/C | Desclassificado |
| 218946 | FLAVIO VIEIRA ALVES | 20/05/1993 | N/C | Desclassificado |
| 219827 | VINICIUS COSTA LOPES | 10/11/1995 | N/C | Desclassificado |
| 219750 | YURI MATHEUS DE SOUZA CALDEIRA | 17/06/1997 | N/C | Desclassificado |

**ASSISTENTE SOCIAL (SAÚDE)**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | NOTA PROVA DE TÍTULOS | NOTA FINAL | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 217276 | MARISA BIASIBETTI BEHNEN | 03/11/1961 | 65,0 | 10,0 | 75,0 | 1. |
| 219157 | PATRICIA COSTA GONÇALVES RECKZIEGEL | 29/10/1976 | 55,0 | -o- | 55,0 | 2. |
| 219247 | GALDIA NUBIA RIBEIRO | 11/11/1969 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 218651 | TANIA MARCIA PEREIRA FERREIRA MIRANDA | 25/02/1971 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 218622 | MARCIA CRISTINA CARVALHO DE MATOS | 07/03/1984 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 218812 | DISCÉLIA DIAS SILVA | 26/08/1973 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |

**ATENDENTE GERAL EM SAÚDE**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 216951 | VIVIANE APARECIDA COSTA | 24/11/1991 | 100,0 | 1. |
| 219375 | LUCELIA DIAS DA SILVA | 12/02/1993 | 67,0 | 2. |
| 219121 | ROSIENE ALVES DE LIMA | 16/10/1991 | 66,0 | 3. |
| 218225 | HENOALLA SILVA DE MORAIS | 30/01/1998 | 66,0 | 4. |
| 219479 | VANESSA BATISTA COSTA BATISTA | 22/10/1995 | 65,0 | 5. |
| 216908 | FRANCIELY BEATRIZ SANTOS CAMPOS GUIMARÃES | 24/08/1997 | 63,0 | 6. |
| 219680 | KENIA DE FREITAS BORGES | 25/02/1986 | 60,0 | 7. |
| 218212 | ELOENE ANTUNES VIEIRA | 21/10/1985 | 53,0 | 8. |
| 218728 | SANDRA APARECIDA DE MAGALHÃES | 08/08/1974 | 47,0 | Não aprovado |
| 217200 | LUZIA TEIXEIRA DOS SANTOS | 24/05/1971 | 46,0 | Não aprovado |
| 219487 | TALITA TRISTÃO TEODORO | 19/03/1993 | 42,0 | Não aprovado |
| 218511 | MIRIAN DALUZSANTOS | 20/02/1989 | 39,0 | Não aprovado |
| 219134 | CLOVIS IDO BUTSE | 21/08/1992 | 32,0 | Não aprovado |
| 218663 | TIAGO CRISPIM DE MORAIS | 23/03/1994 | 31,0 | Não aprovado |
| 219493 | TAYNARA TRISTÃO TEODORO | 14/11/1997 | 27,0 | Não aprovado |
| 220028 | VITOR RAYONE MARTINS | 02/05/1993 | N/C | Desclassificado |
| 219395 | MARCOS JUNIOR RECKZIEGEL GONÇALVES | 21/01/1997 | N/C | Desclassificado |

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 217845 | SILMA PEREIRA MACHADO | 12/12/1979 | 63,0 | 1. |
| 218836 | JOAO PEREIRA DA COSTA | 11/05/1960 | 54,0 | 2. |
| 219003 | SAYONARA CAVALCANTE DANTAS | 22/09/1985 | 53,0 | 3. |
| 219705 | FERNANDO BATISTA DOS SANTOS | 22/03/1989 | 49,0 | Não aprovado |
| 220013 | LUCIENE RODRIGUES DE SOUZA | 24/02/1994 | 47,0 | Não aprovado |
| 218896 | CACILDA PEREIRA DA SILVA | 01/03/1979 | 46,0 | Não aprovado |
| 218832 | ILDA NEVES GUEDES | 29/07/1976 | 44,0 | Não aprovado |
| 217554 | MARCOS ANTONIO TEIXEIRA DOS SANTOS | 10/11/1975 | 32,0 | Não aprovado |
| 217192 | RAFAEL TEIXEIRA CHAGAS | 14/09/1991 | 28,0 | Não aprovado |
| 219396 | ELENITA BATISTA DA COSTA | 07/04/1973 | 18,0 | Não aprovado |
| 218249 | GILDA APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA | 23/07/1961 | N/C | Desclassificado |
| 219246 | WILTON SOUZA RODRIGUES | 13/07/1972 | N/C | Desclassificado |
| 219442 | RIBEIRO TSA'AMRI XAVANTE | 29/05/1987 | N/C | Desclassificado |

**ENFERMEIRO PLANTONISTA**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | NOTA PROVA DE TÍTULOS | NOTA FINAL | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 219173 | DIEGO OLIVEIRA DA SILVA | 03/07/1991 | 72,5 | | 72,5 | 1. |
| 217866 | GESLAINE PIRES JUNQUEIRA RAMOS | 20/06/1981 | 65,0 | 5,0 | 70,0 | 2. |
| 217637 | NUYARA JESSICA RODRIGUES NARDES | 27/10/1984 | 52,5 | 10,0 | 62,5 | 3. |
| 219524 | JORGE DE LIMA ALVES | 26/05/1989 | 60,0 | -o- | 60,0 | 4. |
| 217933 | CLEITON MIGUEL SCHNEIDER | 29/09/1984 | 57,5 | -o- | 57,5 | 5. |
| 219888 | JONHATHA OLIVEIRA DA SILVA | 24/04/1988 | 55,0 | -o- | 55,0 | 6. |
| 219142 | CLEYTON SOUSA CASTRO | 20/02/1981 | 52,5 | -o- | 52,5 | 7. |
| 217025 | TARLIANNE SILVA TORRES | 21/07/1983 | 50,0 | -o- | 50,0 | 8. |
| 219304 | LIRA RAQUEL ZIMMERMANN | 12/05/1983 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 220227 | ADEBALDO SOUSA RODRIGUES | 22/08/1988 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 219317 | ERICA RODRIGUES DE AMORIM | 10/06/1988 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 219335 | TAIZE VIVIANE RAMOS DE SOUZA | 12/07/1988 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 219497 | ERIKA DE LIMA CORTE | 31/08/1988 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 220050 | HELEN SANDRA DE JESUS | 07/11/1974 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 218958 | NELOIZA OLIVEIRA CUNHA FARIAS CORREA | 17/10/1986 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 219217 | KARINNE FERREIRA DA SILVA | 10/04/1989 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 218860 | ÉLIDA JOSÉ DA SILVA MENEZES SANTOS | 14/08/1984 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 218791 | WILSON LEONARDO DA SILVA | 15/10/1970 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 219747 | NATHANE FERREIRA CHAVES | 06/09/1991 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 219420 | MARIA DAS GRAÇA SANTOS SILVA | 22/09/1984 | 32,5 | -o- | 32,5 | Não aprovado |
| 218347 | LUANA JOYCE AMORIM PETERS | 03/07/1992 | 32,5 | -o- | 32,5 | Não aprovado |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 218862 | ALEXANDRA CEREZA DUCCINI | 20/06/1979 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |
| 219352 | RITA DE CASSIA VILARINHO BARBOSA | 18/03/1988 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |
| 218823 | KARINE FERREIRA DA SILVA | 26/09/1989 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |

**GERENTE DE ATENÇÃO BÁSICA**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | NOTA PROVA DE TÍTULOS | NOTA FINAL | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 219220 | EDNALDO FRAGAS DA SILVA | 11/01/1983 | 80,0 | 5,0 | 85,0 | 1. |
| 219230 | JAQUELINE AMANDA PIRES REZENDE | 08/05/1977 | 60,0 | 10,0 | 70,0 | 2. |
| 217818 | ROSSEANNE COSTA MAGALHÃES | 27/10/1991 | 70,0 | 0,0 | 70,0 | 3. |
| 219033 | RODRIGO CADORE | 15/12/1991 | 70,0 | -o- | 70,0 | 4. |
| 219789 | DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA | 02/11/1975 | 60,0 | -o- | 60,0 | 5. |
| 219083 | MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA | 27/12/1986 | 60,0 | -o- | 60,0 | 6. |
| 219222 | FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS | 03/07/1992 | 57,5 | -o- | 57,5 | 7. |
| 218965 | PAULINA SCAVAZINI DA SILVA DE OLIVEIRA | 30/05/1985 | 50,0 | 5,0 | 55,0 | 8. |
| 219678 | MARIA APARECIDA NASCIMENTO | 25/06/1964 | 52,5 | -o- | 52,5 | 9. |
| 218969 | GUSTAVO BARBOSA DOS SANTOS | 01/06/1984 | 52,5 | -o- | 52,5 | 10. |
| 220124 | GLEKSANE LIELL | 30/06/1990 | 50,0 | -o- | 50,0 | 11. |
| 219364 | ELIZABETE ALVES GAMA | 02/04/1972 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 219269 | LUSIMAR DIAS COELHO | 19/06/1974 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 219103 | VALDIVINA SOUSA LIMA RIBEIRO | 04/03/1977 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 219297 | TAGIANE JACOMINI | 16/11/1980 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 220231 | ELTON FERREIRA DA SILVA | 24/10/1981 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 219564 | MARIA LUCIANA OLIVEIRA | 25/02/1980 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 217960 | LORRANE CRISTINE ALEIXO DA SILVA | 05/04/1992 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 220193 | ALINE MAISA DA SILVA LEITE | 13/08/1992 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 219365 | LUANA FATIMA PEREIRA DE SOUZA | 09/04/1994 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 218572 | LUMA GIUSE DE ALMEIDA | 27/02/1991 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 219027 | ADRIANO DA CRUZ MENDONÇA | 23/09/1980 | 35,0 | -o- | 35,0 | Não aprovado |
| 218461 | CARLOS ALBERTO ALVES GARCIA | 24/07/1989 | 35,0 | -o- | 35,0 | Não aprovado |
| 220240 | APARECIDA MARÇAL DA SILVA | 22/06/1986 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |

**GERENTE DE SERVIÇOS SOCIAIS**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | NOTA PROVA DE TÍTULOS | NOTA FINAL | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 220262 | ODÉLIO CARDOSO DA SILVA | 21/03/1976 | 72,5 | -o- | 72,5 | 1. |
| 219053 | MARIANNE NASCIMENTO | 15/01/1989 | 67,5 | -o- | 67,5 | 2. |
| 220255 | ALEX SANDRO PILATTI | 16/11/1984 | 62,5 | -o- | 62,5 | 3. |
| 217552 | FERNANDO ELIAS DA SILVA | 15/05/1991 | 62,5 | -o- | 62,5 | 4. |
| 219523 | LETÍCIA AZEVEDO ALVES | 11/11/1992 | 60,0 | -o- | 60,0 | 5. |
| 219991 | CÉLIA CARVALHO MOREIRA | 12/05/1971 | 55,0 | -o- | 55,0 | 6. |
| 219382 | APARECIDA SANTANA DE FARIA | 06/06/1979 | 50,0 | 5,0 | 55,0 | 7. |
| 217093 | LUDIMILLA CRISPIM DE SOUSA | 07/05/1989 | 52,5 | -o- | 52,5 | 8. |
| 218668 | ODAIR JOSÉ ALVES CARNEIRO | 18/05/1975 | 50,0 | -o- | 50,0 | 9. |
| 219240 | LUCIENE LEITE DA SILVA | 19/12/1981 | 50,0 | -o- | 50,0 | 10. |
| 219917 | TATIANE VELOSO SILVA | 09/04/1989 | 50,0 | -o- | 50,0 | 11. |
| 219045 | DANIELLA SALES BELLO DE OLIVEIRA | 19/11/1985 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 219466 | MARLLEY EVERTTONN BORGES GUIMARAES | 11/10/1986 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 220032 | JEAN GIBSON MALACARNE | 09/06/1990 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 218881 | BRUNA BARROS DA SILVA | 16/12/1990 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 219571 | CÉLIA FÁTIMA COSTA LOPES | 10/11/1968 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 216992 | WÉLBER LOPES PEREIRA | 18/11/1990 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 219110 | IVONE PEREIRA SOUTO | 24/10/1971 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 219874 | EVA FERREIRA DOS REIS | 15/09/1980 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 216578 | ELOI CALIXTO MEGIANI | 17/12/1980 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 219324 | WELVIS DA SILVA MIRANDA | 30/12/1980 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 219495 | ANA PAULA KLEIN FALCÃO | 19/07/1986 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 218126 | LUIZWAGNER VILARINHO BONFIM | 26/02/1990 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 219076 | ALCINA ROCHA DOS SANTOS | 12/04/1964 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 219576 | NIVELSON BORBA MACIEL | 05/01/1976 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 217429 | JOCSON MARTINS | 01/05/1991 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 217716 | MARCOS ANTONIO VEBER | 16/07/1991 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 219457 | MARIA AUXILIADORA FERREIRA COELHO | 29/03/1980 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 217299 | DIOGO BEZERRA ALVES | 24/04/1989 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 217454 | ANA CLAUDIA REBELATTO | 24/10/1990 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 219302 | FERNANDA SANTOS SILVA | 06/10/1991 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 220229 | RAYCA ALVES DE CARVALHO | 20/02/1995 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 219378 | ALESSANDRA CRISTINA FERRERIA GONDIM | 26/06/1978 | 35,0 | -o- | 35,0 | Não aprovado |
| 219632 | CLEIDE PATRÍCIA CARVALHO | 01/02/1981 | 35,0 | -o- | 35,0 | Não aprovado |
| 219374 | BRUCE BENO FERREIRA SOUSA | 23/04/1985 | 32,5 | -o- | 32,5 | Não aprovado |
| 219106 | LEANDRA TELES FARIA | 20/12/1984 | 30,0 | -o- | 30,0 | Não aprovado |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 218699 | MARCOS VINÍCIUS XAVIER DE CARVALHO | 14/06/1991 | 27,5 | -o- | 27,5 | Não aprovado |
| 219738 | JIRLAINE APARECIDA CALDEIRA DE ALMEIDA | 09/08/1983 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |
| 218513 | SIMONE DIAS SOARES | 12/09/1985 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |
| 219406 | LUANA LAIAME DE OLIVEIRA | 05/10/1987 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |
| 216902 | VIVIANE APARECIDA COSTA | 24/11/1991 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |

**OPERADOR DE MÁQUINAS**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 218968 | JOVANE BARBOSA ALVES | 09/10/1973 | 74,0 | Classificado |
| 219384 | RONILDO ALEIXO DA SILVA | 14/09/1981 | 68,0 | Classificado |
| 218085 | JOAO JUNIOR SOZA BUENO | 15/06/1981 | 66,0 | Classificado |
| 217767 | APARECIDO JOSÉ RIBEIRO DE SIQUEIRA | 18/06/1970 | 65,0 | Classificado |
| 220230 | JORGE ROCHA MEDRADO FERREIRA | 27/12/1986 | 64,0 | Classificado |
| 220196 | ANDRÉ LUIZ NASCIMENTO JÚNIOR | 12/02/1990 | 64,0 | Classificado |
| 219367 | JOÃO CARLOS FLORES DE SOUZA | 25/06/1975 | 62,0 | Classificado |
| 218802 | EVERTON JOSÉ ALVES | 08/03/1982 | 62,0 | Classificado |
| 218961 | RICARDO PEREIRA RODRIGUES | 28/07/1991 | 62,0 | Classificado |
| 219299 | VADENIR FIRMINO DE SOUSA | 14/05/1975 | 59,0 | Classificado |
| 219115 | ALESSANDRO RODRIGUES DE CARVALHO | 09/06/1983 | 59,0 | Classificado |
| 219105 | FERNANDO THIAGO RIBEIRO DE MORAIS | 15/11/1989 | 58,0 | 12. |
| 219392 | JOSE PEREIRA DE MACEDO | 17/10/1966 | 56,0 | 13. |
| 219267 | GILVAN MARQUES BARBOSA | 18/08/1978 | 53,0 | 14. |
| 219817 | WARLITON ALVES DA SERRA | 02/09/1980 | 53,0 | 15. |
| 219795 | JOAQUIM ALVES DA SILVA | 22/07/1978 | 51,0 | 16. |
| 219415 | LUCIANO IUEN | 01/08/1975 | 50,0 | 17. |
| 219623 | JOAO BATISTA PEREIRA | 24/06/1972 | 49,0 | Não aprovado |
| 219336 | MANOEL FERREIRA COELHO | 03/09/1972 | 47,0 | Não aprovado |
| 220212 | VALMIR XAVIER DE BASTOS | 30/12/1984 | 47,0 | Não aprovado |
| 218222 | CLEONE LOPES DE SOUZA | 12/03/1988 | 46,0 | Não aprovado |

**PREGOEIRO OFICIAL**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | NOTA PROVA DE TÍTULOS | NOTA FINAL | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 219100 | ENOQUE DE SOUSA LIMA | 09/09/1981 | 67,5 | 5,0 | 72,5 | 1. |
| 217601 | JOSE AUGUSTO REIS DE BARROS | 26/10/1981 | 67,5 | -o- | 67,5 | 2. |
| 219810 | MAXUEL PEREIRA LUZ | 10/10/1980 | 62,5 | -o- | 62,5 | 3. |
| 218444 | MAGNA RIBEIRO DE FREITAS | 15/10/1957 | 60,0 | -o- | 60,0 | 4. |
| 216519 | GUILHERME BARBOSA DOS SANTOS | 21/10/1985 | 60,0 | -o- | 60,0 | 5. |
| 219662 | JOÃO ELIAS FREITAS NETO | 17/01/1991 | 55,0 | -o- | 55,0 | 6. |
| 220156 | ADALBERTO RODRIGUES DA SILVA | 03/05/1969 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 219266 | CARINA MIGNOSO | 18/12/1979 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 218578 | RENATO CAMILO DE FARIA | 26/06/1989 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 218763 | SARA FERNANDA CESAR DOS SANTOS | 21/05/1991 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 218775 | ANA CARLA SETUBA DA SILVA | 13/06/1992 | 0,0 | | 0,0 | |

**PROFESSOR**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | NOTA PROVA DE TÍTULOS | NOTA FINAL | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 216897 | LUCIANA APARECIDA DA COSTA SANCHES | 20/04/1990 | 70,0 | 5,0 | 75,0 | 1. |
| 218333 | SIMONI QUEIROZ MEIRA MARQUES | 04/01/1973 | 65,0 | 5,0 | 70,0 | 2. |
| 218639 | MARIA ELZA FERNANDES GOMES RIBEIRO DE SIQUEIRA | 25/02/1972 | 62,5 | 5,0 | 67,5 | 3. |
| 217219 | UEUDISON ALVES GUIMARÃES | 16/09/1989 | 62,5 | 5,0 | 67,5 | 4. |
| 218963 | SHEILA MARIA DE OLIVEIRA | 21/07/1980 | 60,0 | 5,0 | 65,0 | 5. |
| 219107 | EUDEANE COSTA SILVA | 13/12/1978 | 57,5 | 5,0 | 62,5 | 6. |
| 220259 | ELIANE COSTA CARDOSO DA SILVA | 17/01/1984 | 57,5 | 5,0 | 62,5 | 7. |
| 218457 | DEUZIMARA ALVES DE OLIVEIRA | 26/07/1979 | 55,0 | 5,0 | 60,0 | 8. |
| 216604 | ROSANGELA SILVA LUZ | 07/08/1973 | 52,5 | 5,0 | 57,5 | 9. |
| 219206 | LEIDIANE APARECIDA DOS SANTOS BUENO | 23/11/1981 | 50,0 | 5,0 | 55,0 | 10. |
| 219595 | PEDRO SIMON DUTRA BARBOSA | 30/10/1983 | 50,0 | -o- | 50,0 | 11. |
| 219462 | IRACEMA LOPES DOS SANTOS | 23/03/1984 | 47,5 | -o- | 47,5 | Não aprovado |
| 218677 | LUCILENE ÁVILA OLIVEIRA ALMEIDA | 02/06/1974 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 219265 | LUCIANA BATISTA DOS SANTOS BARBOSA | 16/10/1982 | 45,0 | -o- | 45,0 | Não aprovado |
| 219503 | ANDREIA MANAIA DE MATOS | 29/03/1982 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 218795 | NUBIA LUIZA DA COSTA | 31/08/1989 | 42,5 | -o- | 42,5 | Não aprovado |
| 219814 | SOLANGE PEREIRA DE ALMEIDA | 09/04/1981 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 219992 | DAIANE LAUREANO MARTINS | 18/12/1982 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 219174 | SIRLANDIA GOMES DE MELO | 29/09/1987 | 40,0 | -o- | 40,0 | Não aprovado |
| 216896 | ONEIDE SANTOS DE PAULA | 14/06/1976 | 37,5 | -o- | 37,5 | Não aprovado |
| 219491 | ROSA NETE REINALDO DA SILVA | 06/02/1973 | 35,0 | -o- | 35,0 | Não aprovado |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 219712 | IVONE OLIVEIRA DOS SANTOS | 26/10/1990 | 35,0 | -o- | 35,0 | Não aprovado |
| 219763 | VÂNIA LUCIA BORGES | 02/09/1983 | 32,5 | -o- | 32,5 | Não aprovado |
| 216783 | MÁRCIA RODRIGUES CIRÍACO | 02/11/1967 | N/C | N/C | N/C | Desclassificado |

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 217685 | GISLENE GASPERINI | 30/12/1967 | 62,5 | 1. |
| 219195 | ALINE CRISTINA GONÇALVES GOMES BARBOSA | 14/07/1989 | 52,5 | 2. |
| 216906 | CLAUDETE DOS SANTOS DE PAULA MORAIS | 21/04/1978 | 50,0 | 3. |
| 218750 | GLAUCIA CRISTINA PIRES CARVALHO | 03/07/1981 | 50,0 | 4. |
| 219223 | HEBER BORGES CORREA FARIAS | 20/05/1981 | 47,5 | Não aprovado |
| 219030 | MARA RUBIA CRISPIM PAES LEMES | 11/02/1987 | 47,5 | Não aprovado |
| 217037 | ANA PAULA RIBEIRO DA CRUZ | 02/04/1991 | 47,5 | Não aprovado |
| 219383 | CLAUDINEIA DA SILVA AMORIM | 20/12/1983 | 42,5 | Não aprovado |
| 219325 | DAIANE TOME | 09/06/1984 | 42,5 | Não aprovado |
| 218837 | FERMINA DE SOUSA RODRIGUES | 15/01/1987 | 37,5 | Não aprovado |
| 219957 | ADRIANA RIBEIRA FELIX DOS SANTOS | 16/01/1979 | 27,5 | Não aprovado |
| 219385 | ELAINE ANTUNES VIEIRA | 25/09/1983 | 20,0 | Não aprovado |
| 219192 | RITA MARIA DOS REIS | 05/07/1978 | N/C | Desclassificado |

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM – PLANTONISTA**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA OBJETIVA | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 218670 | SIMONE INÊS MALLMANN CARNEIRO | 26/01/1987 | 57,5 | 1. |
| 218210 | EVA PACHECO PEREIRA SILVA | 23/04/1964 | 52,5 | 2. |
| 219221 | DOUGLAS VINICIUS DA COSTA | 28/09/1992 | 52,5 | 3. |
| 218650 | MARCIAL LAZARO MIRANDA | 14/08/1969 | 47,5 | Não aprovado |
| 219332 | MARIA RAIMUNDA DE SOUZA CRUZ TORRES | 14/09/1977 | 45,0 | Não aprovado |
| 220094 | TATIARA NORONHA DE FARIA SILVA | 05/01/1993 | 42,5 | Não aprovado |
| 219371 | MARTA FRANCISCO DE SALES | 01/10/1968 | 37,5 | Não aprovado |
| 219044 | VERÔNICA OLIVEIRA SANTOS OLIVEIRA SANTOS | 11/01/1982 | 32,5 | Não aprovado |
| 219589 | THAIS ADRIELLY PEREIRA MATIAS ALVES | 11/05/1990 | 32,5 | Não aprovado |
| 220119 | NEUZA MAIA | 22/06/1963 | N/C | Desclassificado |
| 220129 | FABIANA MAIA | 23/10/1984 | N/C | Desclassificado |
| 218951 | LEIDIANE DA COSTA SILVA | 09/06/1986 | N/C | Desclassificado |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 3154/2016**
**ROSANGELA LINDINALVA DA SILVA**

**Contrato de Prestação de Serviço nº 3154/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Nova Olímpia- MT

**Contratada: ROSANGELA LINDINALVA DA SILVA**

**Cargo/Função:** Professora Contratada

**Valor:** 1.612,99 ( Um mil seiscentos e doze reais e noventa e nove centavos)

**Data da Vigencia: 01/03/2016 a 16/12/2016**

**LEI MUNICIPAL Nº 1056 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

**AUTORIZA O EXECUTIVO A ALIENAR LOTES URBANOS A EMPRESA, NO LOTEAMENTO JARDIM COMERCIAL.**

**CRISTÓVÃO MASSON,** Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso,faz saber que a Câmara Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os **Lotes nº 03, 04, 05, 06, e 07** da **Quadra nº 01**, **Matrículas nºs 24494, 24495, 24496, 24497 e 24498,** Situados à Rua Rosa Priotto Masson, esquina com a Avenida Governador Blairo Maggi, do Loteamento Jardim Comercial, desta cidade de Nova Olímpia-MT. à Empresa: **P. C. LINS NETO – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.827.360/0001-88, atualmente estabelecida à Avenida Carlos Gomes Bezerra, nº 68-E, bairro Jardim Ouro Verde, desta cidade de Nova Olímpia-MT., nos termos da Lei Complementar Municipal nº 028 de 12 de maio de 2011 e do Processo de Concorrência pública nº 001/2016.

**Art. 2º.** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia, aos 28 dias do mês de abril do ano de 2.016.

**CRISTOVÃO MASSON**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO**
**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2016/PMNO**

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT, DESIGNADA PELA PORTARIA N.º 138/2014, DIVULGA QUE NÃO HOUVE LICITANTE PRESENTE NA SESSÃO PÚBLICA, DO DIA 03 DE MAIO DE 2016, QUE TEM COMO OBJETIVO A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA – MT, CLASSIFICADOS PELOS GRUPOS (A, B e E),.",** PORTANTO O CERTAME ACIMA FOI CONSIDERADO **DESERTO**.

NOVA OLIMPIA-MT, 03 de maio de 2016

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO**
**RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2016/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Pregoeira oficial torna publico a retificação do edital do pregão presencial SRP, do tipo menor preço por item, com finalidade de selecionar propostas CONTRATACAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUIMICOS DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO-DAE-DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT. A abertura do certame será realizada no **dia 17 de maio as 08h00min** As duvidas sobre o certame serão dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

**ONDE SE LE:**

| ITEM | DOTAÇÃO | QTD | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNT |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 22873390300000000100000000 | 680 | SACO | SULFATO DE ALUMINIO ISENTO DE FERRO GRANULADO SACO C/25 KG | 3,71 R$(92,75 SACO) |
| 2 | 22873390300000000100000000 | 240 | BALDE | HIPOCLORITO CALCIO 65% GRANULADO BALDE C/ 50 KG | 17,66 R$(868,30 BALDE) |
| 3 | 22873390300000000100000000 | 05 | LITRO | REAGENTE ORTOLODINA 1 LITRO | 162,00 |
| 4 | 22873390300000000100000000 | 350 | SACO | CAL HIDRATADA SACO C/ 20 KG | 3,15 R$(63,00 SACO) |
| 5 | 22873390300000000100000000 | 03 | LITRO | REAGENTE SOLUÇAO AZUL DE BROMOTIMOL 1 LITRO | 178,66 |
| 6 | 22873390300000000100000000 | 20 | SACO | POLIMERO NÃOANIONICO EM PO SACO C/ 20 KG ( | 32,33 R$(646,60 SACO) |

**LEIA-SE:**

| ITEM | DOTAÇÃO | QTD | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNT |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 22873390300000000100000000 | 680 | SACO | SULFATO DE ALUMINIO ISENTO DE FERRO GRANULADO SACO C/25 KG | 3,71 R$(92,75 SACO) |
| 2 | 22873390300000000100000000 | 240 | BALDE | HIPOCLORITO CALCIO 65% GRANULADO BALDE C/ 50 KG | 17,66 R$(883,00 BALDE) |
| 3 | 22873390300000000100000000 | 05 | LITRO | REAGENTE ORTOLODINA 1 LITRO | 162,00 |
| 4 | 22873390300000000100000000 | 350 | SACO | CAL HIDRATADA SACO C/ 20 KG | 3,15 R$(63,00 SACO) |
| 5 | 22873390300000000100000000 | 03 | LITRO | REAGENTE SOLUÇAO AZUL DE BROMOTIMOL 1 LITRO | 178,66 |
| 6 | 22873390300000000100000000 | 20 | SACO | POLIMERO NÃO IONICO EM PO SACO C/ 25 KG ( | 32,33 R$(808,25 SACO) |

Nova Olímpia/MT, 03 de maio de 2016

*Eiete Silva*

*Pregoeira Oficial*

**DECRETO MUNICIPAL Nº 023 DE 27 DE ABRIL DE 2016.**

**QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE AREA URBANA SITUADOS NA PLANTA GERAL DO PERIMETRO URBANO PROLONGAMENTO DA CIDADE DE NOVA OLÍMPIA – MT, OBJETO REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES, SOB MATRICULA 19.128 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**.

**CRISTOVÃO MASSON**, PREFEITO DE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ARTIGO 72 INCISO IV DA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT.

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica aprovado o desmembramento de uma área de terras situada no perímetro urbano, prolongamento da cidade de Nova Olímpia – MT, sob matricula nº. 19.128 Cartório do 1º Ofício de Barra do Bugres – MT, de propriedade do Senhor **Damião Dias dos Santos**, **portador do CPF. nº. 205.833.701-87.**

Art. 2° - A área urbana resultante do desmembramento ora aprovada ficaráde acordo com projeto de desmembramento elaborado pela **Arquiteta: Janaina Elite Behrenz, CAU: A61331-2 e RRT sob nº. 2912096**, documentos estes considerados como anexos do presente Decreto.

Art. 3° - O desmembramento ora aprovado visa o atendimento de interesse particular de seu proprietário senhor **Damião Dias dos Santos CPF nº. 205.833.701-87.**

Art. 4° - A área urbana ora desmembrada ficará com as seguintes áreas; Área 01 com 2,42 hectares (24.200 m²) e Área 02 com 4,84 hectares (48. 400m²), em nome de **Damião dias dos Santos**, portador do CPF sob nº. 205.833.701-87.

Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando em especial o decreto de N° 018 de 11 de Março de 2015.

**Prefeitura Municipal de Nova Olímpia, MT, 27 de Abril de 2016.**

**CRISTOVÃO MASSON**

**Prefeito Municipal**

**Registrado e publicado nesta Secretaria na data Supra**

**ADILSON ALVES PESSOA**

**Secretário Municipal de Finanças**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO RESULTADO TOMADA DE PREÇO 002/2016**

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2016

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço GLOBAL

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

AUTORA: Comissão Permanente de Licitação - CPL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PAVIMENTAÇÃO COM TRATAMENTO SIMPLES EM TRECHO DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA BRASIL NESTE MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EDITAL E SEUS ANEXOS. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT torna público aos interessados que a empresa vencedora da TOMADA DE PREÇO nº. 002/2016, cujo está o objeto acima identificado, foi: BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 11.379.894/0001-99 no valor de R$ 27.678,77 (Vinte e sete mil seiscentos e setenta e oito reais e setenta e sete centa-

vos). Nova Santa Helena - MT, 03 de maio de 2016, FRANCIANE PAULATTI – Presidente da CPL.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**RESOLUÇÃO Nº. 002/2016 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

**RESOLUÇÃO Nº. 002/2016**

**Súmula**: "Aprova o Relatório de Gestão – Recurso Fundo Estadual de Assistência Social FEAS/2015 do Município de Nova Santa Helena – MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na NOB SUAS/05, na reunião ordinária realizada no dia 19 de abril de 2016

**CONSIDERANDO**, o Decreto nº 99, de 21 de maio de 2015, que dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros aos Fundos Municipais de Assistência Social e da outras providencias;

**CONSIDERANDO,** a Resolução nº 02/2015 da CIB/MT, de 22 de maio de 2015.

**CONSIDERANDO,** o Plano de Ação Financiamento e as notas fiscais e empenhos apresentadas, e os serviços executados.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** "Aprovar o Relatório de Gestão – Recurso Fundo Estadual de Assistência Social FEAS/2015 do Município de Nova Santa Helena – MT".

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra –se, Cumpra –se e Publica-se.

**Nova Santa Helena _ MT 19 de abril de 2016**

**Suelen Andreia Doleys Paulatti**

**Presidente do Conselho**

**Municipal de Assistência Social.**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**RESOLUÇÃO Nº. 001/2016 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

**RESOLUÇÃO Nº. 001/2016**

**Súmula**: "Aprova a reprogramação dos saldos de Recursos Financeiros das contas do Fundo Municipal de Assistência Social para serem executados em 2016".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na NOB SUAS/05, na reunião ordinária realizada no dia 15 de janeiro de 2016.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** "Aprovar a reprogramação dos saldos de Recursos Financeiros das contas do Fundo Municipal de Assistência Social, tendo em vista que os serviços foram prestados com qualidade, quantidade e continuidade no ano 2015".

**Art. 2º** - Os recursos reprogramados, saldos do ano de 2015 serão executados no ano de 2016 conforme a aprovação deste conselho nas seguintes atividades e valores:

**Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF** - conta corrente 30994-x agência 1779-5 Banco do Brasil - saldo R$ 10.342,94 (dez mil, trezentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) – reprogramado para pagamento do restante do convenio com SENAC, compra de material para a execução do curso a que se refere o referido convenio, aquisição de material de expediente, gasolina, pagamento de recurso humano, lanches, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza para a manutenção do Centro de Referencia de Assistência Social e atividades Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF.

**Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SCFV** -conta corrente 33031-0 agência 1779-5 Banco do Brasil – saldo R$ 16.594,49 (dezesseis mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos) reprogramado para pagamento de recurso humano, aquisição de lanche, gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, aquisição de material de expediente, esportivo e outros necessários para o desenvolvimento de atividades com os grupos de crianças e adolescentes e idosos.

**Índice de Gestão Descentralizado – IGD/SUAS** – conta 30.987-7 agência 1779-5 Banco do Brasil – saldo R$ 4.575,01 (quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais e um centavos) – reprogramado para diárias, adiantamento de viagens e passagens para capacitação da equipe e ações de gestão. Aquisição de moveis e equipamentos para o Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS, para melhor desempenho da Gestão, reuniões dos conselhos, atendimentos as famílias e aos grupos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SCFV e Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF.

**Índice de Gestão Descentralizado – IGD/PBF** - conta corrente 30.986-9 agência 1779-5 Banco do Brasil – saldo R$ 14.461,21 (catorze mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e um centavos) – reprogramado para despesas de diárias e passagens para participação em capacitações, aquisição de moveis e equipamentos para o Centro de Referencia de Assistência Social para melhor atender o publico do Cadastro Único e melhor Gestão do Bolsa Família e espaço para as reuniões inclusive as desse conselho que é responsável pelo controle social do PBF, lanche para as reuniões e material de expediente para o setor de Cadastro Único.

**FUPIS –** Conta 23.128-2 Agencia 1779-5 Banco do Brasil – saldo R$ 5. 782,20 (cinco mil setecentos e oitenta e dois reais) reprogramado para aquisição de moveis e equipamentos e pequenas reformas ou reparos no prédio do Centro de Referencia de Assistência Social.

**Cofinanciamento Estadual -** Conta 34.991-7 agência 1779-5 – Banco do Brasil – saldo R$ 16.112,96 (dezesseis mil, cento e doze reais e noventa e seis reais) reprogramação R$ 6.000,00 (seis mil reais) conforme Plano de Ação estão destinados a Gestão do SUAS com a aquisição de moveis e equipamentos permanentes para o Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS para melhor desempenho dos trabalhos com os grupos dos serviços desenvolvidos e o restante do recurso para execução dos Serviços de Proteção Social Básica – distribuídos em Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SCFV e Benefícios Eventuais.

**Art.3º** - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra-se, Cumpra-se e Publica-se.

**Nova Santa Helena – MT, 15 de janeiro de 2016.**

**Suelen Andreia Doleys Paulatti**

**Presidente do Conselho**

**Municipal de Assistência Social.**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008/2016**

PREGÃO PRESENCIAL: N° 012/2016 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2016

VALIDADE: 12(doze) meses oficiais

VIGÊNCIA: 03 de maio de 2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA AS DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS A SEREM UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL.

| EMPRESA VENCEDORA: **MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ 12.471.436/0001-48** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS | UND. | QTDE | PR. UNIT. | PR. TOTAL |
| 1 | 22235 | APITO FOX 40 OU SIMILAR | UNIDADE | 2,00 | R$ 28,46 | R$ 56,92 |
| 2 | 22241 | BOLA DE TENIS FEITO DE MESA CONFECCIONADA COM RESINA CELULOSICA, DIAMETRO 40MM PESO APROXIMADO 2,74G | UNIDADE | 30,00 | R$ 7,30 | R$ 219,00 |
| 3 | 22233 | BOLA FUTEBOL DE CAMPO 68 - 70 CM, 410-450G, CAMARA AIRBILITY, COSTURADA, MATRIZADA, PU, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL LUBRIFICADO | UNIDADE | 15,00 | R$119,26 | R$ 1.788,90 |
| 4 | 22227 | BOLA FUTSAL 50 - 55 CM, 300-350G, CAMARA AIRBILITY, COSTURADA, PU MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL LUBRIFICADO | UNIDADE | 30,00 | R$ 169,96 | R$ 5.098,80 |
| 5 | 22226 | BOLA FUTSAL 55 - 59 CM, 350-380G, CAMARA AIRBILITY, COSTURADA, PU MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL LUBRIFICADO | UNIDADE | 30,00 | R$ 182,60 | R$ 5.478,00 |
| 6 | 22230 | BOLA VOLEI 60 - 63 CM, 240-270G, CAMARA AIRBILITY, MATRIZADA, PU, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL LUBRIFICADO | UNIDADE | 10,00 | R$ 105,60 | R$ 1.056,00 |
| 7 | 22229 | BOLA VOLEI 65 - 67 CM, 260-280G, CAMARA AIRBILITY, MATRIZADA, MICROFIBRA MIOLO ALIP SYSTEM REMOVIVEL LUBRIFICADO | UNIDADE | 10,00 | R$ 198,46 | R$ 1.984,60 |
| 8 | 22254 | CALCAO TAMANHO G TECIDO LISO SEM FORRO INTERNO COMPOSICAO 100% POLIESTER | UNIDADE | 12,00 | R$ 26,36 | R$ 316,32 |
| 9 | 22255 | CALCAO TAMANHO M TECIDO LISO SEM FORRO INTERNO COMPOSICAO 100% POLIESTER | UNIDADE | 12,00 | R$ 22,30 | R$ 267,60 |
| 10 | 22257 | CAMISA DE FUTEBOL TAM G C/ NUMERACAO NA PARTE DE TRAS COMPOSICAO 100% POLIESTER | UNIDADE | 12,00 | R$ 41,16 | R$ 493,92 |
| 11 | 22258 | CAMISA DE FUTEBOL TAM M C/ NUMERACAO NA PARTE DE TRAS COMPOSICAO 100% POLIESTER | UNIDADE | 12,00 | R$ 41,16 | R$ 493,92 |
| 12 | 22279 | COLCHONETE D 20 COM 1,00 X 0,50 X 0,30M | UNIDADE | 10,00 | R$ 60,23 | R$ 602,30 |
| 13 | 22260 | COLETE DE FUTEBOL TAM G COMPOSICAO 100% POLIESTER | UNIDADE | 20,00 | R$ 19,33 | R$ 386,60 |
| 14 | 22280 | CONE PVC 23CM - CORES VARIADAS | UNIDADE | 10,00 | R$ 16,36 | R$163,60 |
| 15 | 22269 | MEDALHA DE BRONZE | UNIDADE | 130,00 | R$ 3,30 | R$ 429,00 |
| 16 | 22271 | MEDALHA DE OURO | UNIDADE | 130,00 | R$ 3,30 | R$ 429,00 |
| 17 | 22270 | MEDALHA DE PRATA | UNIDADE | 130,00 | R$ 3,30 | R$ 429,00 |
| 18 | 22251 | MEIAO ADULTO TAM 43/44 COMPOSICAO 54% POLIAMIDA E 44% ALGODAO 2% ELASTANO | PAR | 12,00 | R$ 16,02 | R$ 192,24 |
| 19 | 22253 | MEIAO JUVENIL TAM 39/40 COMPOSICAO 54% POLIAMIDA E 44% ALGODAO 2% ELASTANO | PAR | 12,00 | R$ 14,96 | R$ 179,52 |
| 20 | 22244 | MESA DE TENIS COMPOSTA DE MADEIRA | UNIDADE | 1,00 | R$ 899,66 | R$ 899,66 |
| 21 | 22236 | PARE DE CARTAO | PAR | 2,00 | R$19,36 | R$ 38,72 |
| 22 | 22246 | PARES DE REDE DE FUTSAL EM SEDA 6MM, COMPOSICAO EM POLIPROPILENO COM PROTECAO UV, DIMENSOES APROXIMADA (L X A XP ) 3,20 X 2,10 X1 M | PAR | 3,00 | R$ 230,00 | R$690,00 |
| 23 | 22247 | PARES DE REDE DEFUTEBOL SOCIETY, TAMANHO DE 6MM. COMPOSICAO EM POLIPROPILENO COM PROTECAO UV DIMENSOES APROXIMADA (LXAXP) 5,2X2, 2,3 X 1,8M | PAR | 5,00 | R$360,22 | R$1.801,10 |
| 24 | 22242 | RAQUETE DE TENIS DE MESA COM CABO CONFECCIONADO EM MADEIRA, COM ESPUMA NA PARTE DA CABECA DA RAQUETE. DIMENSOES DA RAQUETE: 26X16X1(ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE CM) PESO APROXIMADO 160G | UNIDADE | 4,00 | R$49,10 | R$196,40 |
| 25 | 22248 | REDE DE VOLEI COM DUAS LONAS DE ALGODAO REFORCADA. ILHOS METALICO E REVESTIMENTO INTERNO EM COURO SINTETICO NAS DUAS PONTAS PARA AMARRACAO. LONA SUPERIOR COM 10CM DE ALTURA E LONA INFERIOR COM 5CM DE LARGURA. MALHA TRANCADA DE 10X10CM | UNIDADE | 1,00 | R$346,66 | R$346,66 |
| 26 | 22243 | REDE PARA TENIS DE MESA COMPOSTA POR POLIAMIDA, DIMENSOES APROXIMADA(LXA) 177 X 15CM, COM SUPORTES EM METAL | UNIDADE | 5,00 | R$66,13 | R$330,65 |
| 27 | 22245 | TABULEIRO DE XADREZ, PECAS COM 10 CENTIMETRO, MATERIAL PASTICHO | UNIDADE | 5,00 | R$98,56 | R$492,80 |
| 28 | 22268 | TROFEU ALTURA 0,40CM | UNIDADE | 10,00 | R$37,10 | R$371,00 |
| 29 | 22267 | TROFEU ALTURA 0,50CM | UNIDADE | 10,00 | R$60,66 | R$606,60 |
| 30 | 22266 | TROFEU ALTURA 0,60CM | UNIDADE | 10,00 | R$108,70 | R$1.087,00 |
| 31 | 22265 | TROFEU ALTURA 0,80CM | UNIDADE | 4,00 | R$209,80 | R$839,20 |
| 32 | 22264 | TROFEU ALTURA 1,00CM | UNIDADE | 4,00 | R$ 253,13 | R$1.012,52 |
| 33 | 22263 | TROFEU ALTURA 1,40CM | UNIDADE | 4,00 | R$420,00 | R$1.680,00 |

Valor Total R$ 30.457,55 (Trinta mil quatrocentos e cinqüenta e sete reais e cinqüenta e cinco centavos)

Nova Santa Helena - MT, 03 de maio de 2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

### 1º EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 03/2016

O Prefeito Municipal João Batista Vaz da Silva - Cebola, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a necessidade de adequação do presente instrumento editálicio, TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO ao **Processo Seletivo Público nº. 03/2016,** de 29 de abril de 2016, para contratação temporária de excepcional interesse público para área da Saúde, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (Jornal Oficial da AMM/MT: www.amm.org.br), site da Prefeitura Municipal www.novaxavantinamt.com.br e Mural da Prefeitura Municipal, **da seguinte forma:**

**1 - DOS CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, JORNADA DE TRABALHO E HABILITAÇÃO.**

**Onde se lê:**

**QUADRO I: QUADRO DE VAGAS**

| MICROÁREA | VAGAS AMPLA CONC. | VAGAS PNE | TOTAL DE VAGAS | VENCIMENTO INICIAL | CARGA HORÁRIA SEMANAL | EXIGÊNCIAS PARA O CARGO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **UBSF I: 05; 08** | 01 | - | 01 | R$ 1.014,00 | 40h | Ensino Fundamental Completo |
| **UBSF III: 08** | 01 | - | 01 | R$ 1.014,00 | 40h | Ensino Fundamental Completo |
| **UBSF IV: 09** | 01 | - | 01 | R$ 1.014,00 | 40h | Ensino Fundamental Completo |

**Leia-se:**

**QUADRO I: QUADRO DE VAGAS**

| MICROÁREA | VAGAS AMPLA CONC. | VAGAS PNE | TOTAL DE VAGAS | VENCIMENTO INICIAL | CARGA HORÁRIA SEMANAL | EXIGÊNCIAS PARA O CARGO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **UBSF I: 05** | 01 | - | 01 | R$ 1.014,00 | 40h | Ensino Fundamental Completo |
| **UBSF I: 08** | 01 | - | 01 | R$ 1.014,00 | 40h | Ensino Fundamental Completo |
| **UBSF III: 08** | 01 | - | 01 | R$ 1.014,00 | 40h | Ensino Fundamental Completo |
| **UBSF IV: 09** | 01 | - | 01 | R$ 1.014,00 | 40h | Ensino Fundamental Completo |

**Os demais itens permanecem INALTERADOS**.

Nova Xavantina - MT, 04 de maio de 2016.

**JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### EXTRATO DO CONTRATO Nº: 003/2016

**Espécie:** TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

**Contratado:** JOSÉ ALVES MACEDO.

**Modalidade:** Chamada Pública 001/2016.

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar.

**Natureza da Despesa:** 33.90.39.00

**Valor Global:** R$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)

**Data assinatura:** 03/05/2016.

**Vigência:** 22/12/2016.

**Signatários:** João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. José Alves Macedo**.**

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### EXTRATO DO CONTRATO Nº: 004/2016

**Espécie:** TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

**Contratado:** JOSA FERREIRA DA SILVA

**Modalidade:** Chamada Pública 001/2016.

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar.

**Natureza da Despesa:** 33.90.39.00

**Valor Global:** R$ 7.385,00 (sete mil trezentos e oitenta e cinco reais)

**Data assinatura:** 03/05/2016.

**Vigência:** 22/12/2016.

**Signatários:** João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Josa Ferreira da Silva**.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 001/2016**

**EMENTA: TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT E O MUNICÍPIO DE JUARA/MT.**

**O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT,**pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Augusto de Souza n.º 171 centro, Novo Horizonte do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.888/0001- 93, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador do RG: nº 755911 SSP/MT e CPF: n.º 580.988.101-78residente na Rua JOAQUIM PAULINO FILHO, n° 683, Centro Novo Horizonte do Norte – MT, doravante denominado**ACORDANTE,**eo **MUNICIPIO DEJUARA – MT,** pessoa jurídica de direito publico, inscrito no CNPJ sob nº 15.072.663/0001-99, com sede á Rua Niterói, 81-N, centro, CEP 78.575-000, Juara/MT, neste ato representado pelo **Excelentíssimo Prefeito Senhor EDSON MIGUEL PIOVESAN,** brasileiro, casado, portador do RG nº 949.618-1 SSP/PR e do CPF. nº 139.332.219-00, residente e domiciliado na Rua Manaus, 677-N, Bairro Aeroporto, neste município de Juara-MT**, ACORDADO, RESOLVEM** celebrar este termo de Acordo de Cooperação, mediante as clausulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO**

O presente termo tem como objetivo a colaboração mútua entre os participes, com o fim de proporcionar meios de garantir abrigo aos menores que se encontram em situação de abandono, vulnerabilidade e risco, na **Casa de Passagem Francisca Isaura Moreira** em Juara-MT, com a contrapartida de assistência material por parte do Município de Novo Horizonte do Norte àquela Instituição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

São obrigações dos participes na execução deste acordo:

**I- DO MUNICÍPIO DE JUARA-MT** a) Disponibilizar até 03 (três) vagas para receber os menores provenientes do município de Novo Horizonte do Norte, desde que respeitado o limite de lotação da Casa de Passagem. b) Fornecer todo o suporte material (alimentação, acomodações etc) de forma igualitária ao expendido aos menores do Município de Juara. **II- DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE:** a) Pagar contrapartida no valor de R$ 100,00 (cem reais) a diária, por criança, por todo o tempo em que o acompanhamento ocorrer, mediante deposito bancário a ser efetuado na seguinte conta: Banco do Brasil, Agencia: 2836-3, conta corrente: 23547-4 Titular: Fundo Municipal de Assistência Social. CNPJ: 13.840.696/0001-06. Os depósitos serão efetuados mensalmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente, de acordo com as diárias utilizadas no período. b) Fornecer equipe Técnica de acompanhamento (psicólogo e Assistente Social). c) Arcar com todas as despesas extraordinárias que possam ocorrer (medicação, assistência medica, cursos, projetos e vestuário). **CLAUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS** A execução das atividades previstas neste termo de acordo de cooperação será financiada por recursos próprios do Acordante, sem qualquer repasse financeiro por parte do Acordado. **CLAUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL** Haverá cessão de servidores integrantes do quadro de pessoal do **ACORDANTE** para o desempenho de atividades meramente administrativas e de apoio, sem qualquer ônus para o município de Juara-MT, sendo vedada a utilização dos mencionados servidores para o exercício de atribuições diversas das quais foram incumbidos. **PARÁGRAFO ÚNICO** A utilização de servidores municipais ou de servidores de empresa que mantenha contrato administrativo com o **ACORDANTE** não configurará vinculo de qualquer natureza com os participes, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do termo de acordo de Cooperação será contado a partir da data de sua assinatura até 31/12/2016, conforme consta na Lei municipal nº 1138/2016 de 30 de março de 2016, em caso de renovação será objeto de uma nova lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Este acordo somente poderá ser alterado mediante proposta do **ACORDANTE,** devidamente justificada, a ser apresentado antes do término de sua vigência, em prazo mínimo fixado pelo ordenador de despesas do município de Juara-MT, que possibilite a análise e decisão, e desde que não haja mudanças do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA–DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

Este termo de acordo de Cooperação poderá ser rescindido, de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexequível e, particularmente, quando constatadas a utilização dos recursos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O termo de acordo de Cooperação poderá, ainda ser denunciado por quaisquer dos participes, observando o aviso de trinta dias anteriores ao término da execução, findos os quais será dada publicidade ao ato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique rescisão deste termo de acordo de Cooperação, fica o **ACORDANTE** responsável pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS**

Todas as comunicações relativas a este termo de Acordo de Cooperação serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada e telegrama nos endereços dos Partícipes.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

As alterações de endereços e de números de telefone de qualquer partícipes deverão ser imediatamente comunicadas por escrito.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste termo de Acordo de Cooperação no Diário Oficial do Estado, será providenciada pelo Município **ACORDANTE** até o quinto dia útil do mês subsequente ao ato da assinatura, para ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Fica eleito o fórum da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, lavrou-se opresente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, que vão assinadas pelas convenentes e por 02 (duas) testemunhas.

Novo Horizonte do Norte – MT, 02 de maio de 2016

_____

**João Antônio de Oliveira**

**Prefeito de Novo Horizonte do Norte**

_____

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

**Prefeito de Juara**

**TESTEMUNHAS:**

1ª:_____

RG:_____

2ª:_____
RG:_____

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº: 005/2016**

**Espécie:** TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

**Contratado:** JOÃO JULIÃO DA SILVA

**Modalidade:** Chamada Pública 001/2016.

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar.

**Natureza da Despesa:** 33.90.39.00

**Valor Global:** R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais)

**Data assinatura:** 03/05/2016.

**Vigência:** 22/12/2016.

**Signatários:** João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. João Julião da Silva**.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº: 007/2016**

**Espécie:** TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

**Contratado:** ERONIDES PEDRO DE ARAÚJO

**Modalidade:** Chamada Pública 001/2016.

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar.

**Natureza da Despesa:** 33.90.39.00

**Valor Global:** R$ 3.420,00 (tres mil quatrocentos e vinte reais)

**Data assinatura:** 03/05/2016.

**Vigência:** 22/12/2016.

**Signatários:** João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Eronides Pedro de Araújo**.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº: 002/2016**

**Espécie:** TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

**Contratado:** ADAUTO DOS SANTOS SOUZA.

**Modalidade:** Chamada Pública 001/2016.

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar.

**Natureza da Despesa:** 33.90.39.00

**Valor Global:** R$ 3.050,00 (tres mil e cinquenta reais)

**Data assinatura:** 03/05/2016.

**Vigência:** 22/12/2016.

**Signatários:** João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Adauto dos Santos Souza**.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº: 007/2016**

**Espécie:** TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

**Contratado:** ERONIDES PEDRO DE ARAÚJO

**Modalidade:** Chamada Pública 001/2016.

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar.

**Natureza da Despesa:** 33.90.39.00

**Valor Global:** R$ 3.420,00 (tres mil quatrocentos e vinte reais)

**Data assinatura:** 03/05/2016.

**Vigência:** 22/12/2016.

**Signatários:** João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Eronides Pedro de Araújo**.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº: 001/2016**

**Espécie:** TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

**Contratado:** ROSANI JASOQUY.

**Modalidade:** Chamada Pública 001/2016.

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar.

**Natureza da Despesa:** 33.90.39.00

**Valor Global:** R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

**Data assinatura:** 03/05/2016.

**Vigência:** 22/12/2016.

**Signatários:** João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e a Sra. Rosani Jasoquy**.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº: 006/2016**

**Espécie:** TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

**Contratado:** EXPEDITO JOSÉ DA SILVA

**Modalidade:** Chamada Pública 001/2016.

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar para a alimentação escolar.

**Natureza da Despesa:** 33.90.39.00

**Valor Global:** R$ 3.105,00 (tres mil cento e cinco reais)

**Data assinatura:** 03/05/2016.

**Vigência:** 22/12/2016.

**Signatários:** João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Expedito José da Silva**.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 001/2016**

**EMENTA: TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT E O MUNICÍPIO DE JUARA/MT.**

**O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT,**pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Augusto de Souza n.º 171 centro, Novo Horizonte do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.888/0001- 93, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador do RG: nº 755911 SSP/MT e CPF: n.º 580.988.101-78 residente na Rua JOAQUIM PAULINO FILHO, n° 683, Centro Novo Horizonte do Norte – MT, doravante denominado **ACORDANTE,** e o **MUNICIPIO DE JUARA – MT,** pessoa jurídica de direito publico, inscrito no CNPJ sob nº 15.072.663/0001-99, com sede á Rua Niterói, 81-N, centro, CEP 78.575-000, Juara/MT, neste ato representado pelo **Excelentíssimo Prefeito Senhor EDSON MIGUEL PIOVESAN,** brasileiro, casado, portador do RG nº 949.618-1 SSP/PR e do CPF. nº 139.332.219-00, residente e domiciliado na Rua Manaus, 677-N, Bairro Aeroporto, neste município de Juara-MT**, ACORDADO, RESOLVEM** celebrar este termo de Acordo de Cooperação, mediante as clausulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO**

O presente termo tem como objetivo a colaboração mútua entre os participes, com o fim de proporcionar meios de garantir abrigo aos menores que se encontram em situação de abandono, vulnerabilidade e risco, na **Casa de Passagem Francisca Isaura Moreira** em Juara-MT, com a contrapartida de assistência material por parte do Município de Novo Horizonte do Norte àquela Instituição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

São obrigações dos participes na execução deste acordo:

**I- DO MUNICÍPIO DE JUARA-MT**

a) Disponibilizar até 03 (três) vagas para receber os menores provenientes do município de Novo Horizonte do Norte, desde que respeitado o limite de lotação da Casa de Passagem.

b) Fornecer todo o suporte material (alimentação, acomodações etc) de forma igualitária ao expendido aos menores do Município de Juara.

**II- DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE:**

a) Pagar contrapartida no valor de R$ 100,00 (cem reais) a diária, por criança, por todo o tempo em que o acompanhamento ocorrer, mediante deposito bancário a ser efetuado na seguinte conta: Banco do Brasil, Agencia: 2836-3, conta corrente: 23547-4 Titular: Fundo Municipal de Assistência Social. CNPJ: 13.840.696/0001-06. Os depósitos serão efetuados mensalmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente, de acordo com as diárias utilizadas no período.

b) Fornecer equipe Técnica de acompanhamento (psicólogo e Assistente Social).

c) Arcar com todas as despesas extraordinárias que possam ocorrer (medicação, assistência medica, cursos, projetos e vestuário).

**CLAUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A execução das atividades previstas neste termo de acordo de cooperação será financiada por recursos próprios do Acordante, sem qualquer repasse financeiro por parte do Acordado.

**CLAUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL**

Haverá cessão de servidores integrantes do quadro de pessoal do **ACORDANTE** para o desempenho de atividades meramente administrativas e de apoio, sem qualquer ônus para o município de Juara-MT, sendo vedada a utilização dos mencionados servidores para o exercício de atribuições diversas das quais foram incumbidos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** A utilização de servidores municipais ou de servidores de empresa que mantenha contrato administrativo com o **ACORDANTE** não configurará vinculo de qualquer natureza com os participes, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do termo de acordo de Cooperação será contado a partir da data de sua assinatura até 31/12/2016, conforme consta na Lei municipal nº 1138/2016 de 30 de março de 2016, em caso de renovação será objeto de uma nova lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Este acordo somente poderá ser alterado mediante proposta do **ACORDANTE,** devidamente justificada, a ser apresentado antes do término de sua vigência, em prazo mínimo fixado pelo ordenador de despesas do município de Juara-MT, que possibilite a análise e decisão, e desde que não haja mudanças do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA–DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

Este termo de acordo de Cooperação poderá ser rescindido, de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexequível e, particularmente, quando constatadas a utilização dos recursos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O termo de acordo de Cooperação poderá, ainda ser denunciado por quaisquer dos participes, observando o aviso de trinta dias anteriores ao término da execução, findos os quais será dada publicidade ao ato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique rescisão deste termo de acordo de Cooperação, fica o **ACORDANTE** responsável pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇOES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS**

Todas as comunicações relativas a este termo de Acordo de Cooperação serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada e telegrama nos endereços dos Partícipes.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

As alterações de endereços e de números de telefone de qualquer partícipes deverão ser imediatamente comunicadas por escrito.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste termo de Acordo de Cooperação no Diário Oficial do Estado, será providenciada pelo Município **ACORDANTE** até o quinto dia útil do mês subsequente ao ato da assinatura, para ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Fica eleito o fórum da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, que vão assinadas pelas convenentes e por 02 (duas) testemunhas.

Novo Horizonte do Norte – MT, 02 de maio de 2016

_____

**João Antônio de Oliveira**

**Prefeito de Novo Horizonte do Norte**

_____

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

**Prefeito de Juara**

**TESTEMUNHAS:**

1ª:_____

RG:_____

2ª:_____

RG:_____

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

### DECRETO Nº 020/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016.

***"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidores efetivos, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

**D E C R E T A:**

**Artigo 1º.** Fica concedido Promoção de Classe ao Servidor Efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo-MT – Lei Complementar n.º 023/2011:

| Nome | Cargo | Classe Nível Atual | Classe Nível Novo | Motivo |
|---|---|---|---|---|
| CICERO VICENTE DE FREITAS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | A/01 | A/02 | Art. 23 alínea "b" |

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 18 de abril de 2016.

***REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE***

***CUMPRA-SE***

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

### LEI COMPLEMENTAR N.º 054/2016 - ALTERAÇÃO PCCS EDUCAÇÃO

**LEI COMPLEMENTAR N.º 054/2016.**

**De 02 de Maio de 2016.**

***"Altera a Lei Complementar n.º 022/2011 que dispõe sobre a carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Novo Mundo/MT,e dá outras Providências."***

**O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1°. A presente Lei trata de alterações na Lei Complementar n.º 022/2011, de acordo com os artigos a seguir.

Art. 2º. O Artigo 5º da Lei Complementar n.º 022/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 5º. Ao Profissional da Educação nomeado para exercer cargo em comissão será concedida gratificação por função calculada sobre o piso vigente, no Anexo III dessa Lei, conforme regulamentação por Portaria da Secretaria Municipal de Educação:***

***§ 1º Aos servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, será devido o vencimento do cargo acrescido de uma gratificação por função de:***

***- 30% (trinta por cento) para: Diretor de Escola e Diretor das Escolas Rurais; e***

***- 25% (vinte e cinco por cento) para: Coordenador Pedagógico.***

***§2º Aos servidores com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, será devido o vencimento do cargo acrescido de uma gratificação por função de:***

***- 53% (cinquenta e três por cento) para: Diretor de Escola e Diretor das Escolas Rurais;***

***- 45% (quarenta e cinco por cento) para: Coordenador Pedagógico; e***

***- 38% (trinta e oito por cento) para: Secretário Escolar.***

Art. 2º. O Artigo 46º da Lei Complementar n.º 022/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 46. Remoção é o deslocamento do Profissional da Educação Básica Municipal, de uma unidade de ensino para outra, no Município, de um Município para outro, ou do Município para o Estado de Mato Grosso, observada a existência de vagas.***

*§ 1º A remoção processar-se-á:*

*I - A pedido;*

*II - Por permuta;*

*III - Por motivo de saúde;*

*IV - Por transferência de um dos cônjuges, quanto este for servidor público.*

*§ 2º. A remoção dar-se-á exclusivamente em época de férias escolares.*

*§ 3º. A remoção por motivo de saúde dependerá de inspeção médica oficial, comprovando as razõesapresentadas pelo requerente.*

***§ 4º. A remoção por permuta poderá ser concedida quando os requerentes exercerem atividades da mesma natureza, do mesmo nível e grau de habilitação, mediante autorização prévia das respectivas chefias.***

*§ 5º. O removido terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrar em exercício na nova sede.*

Art. 3. Fica incluído o §3º no artigo 48 da Lei Complementar n.º 022/2011, o qual vigorará com a seguinte redação:

***Art. 48 (...)***

***§ 3º. Para os profissionais que desempenham a função de motorista, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, e que por interesse do serviço, efetuarem carga horária adicional de até 10 (dez) horas semanais, será concedida uma Função Gratificada de 1% (um por cento) do valor do piso vigente no anexo VIII desta Lei, por hora adicional, e conforme regulamentação por Portaria emitida pela Secretaria Municipal de Educação.***

Art. 7º. Esta Lei entrará na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e determinando-se a republicação da Lei Complementar n.º 022/2011 com as alterações.

**Gabinete do Prefeito de Novo Mundo**/MT**, em 02 de Maio de 2016.**

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 016/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

***"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível***

***de servidores Efetivos, e dá outras***

***Providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

**D E C R E T A:**

**Artigo 1º.** Fica concedido Promoção de Nível/Classe ao Servidor Efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo MT – Lei Complementar n.º 022/2011:

| Nome | Cargo | Classe Nível Atual | Classe Nível Novo | Motivo |
|---|---|---|---|---|
| CLEBER ALLAN VICENTE | Apoio Educacional Prof. Motorista | B/04 | B/05 | Art.45 |

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

***REGISTRE-SE***

***PUBLIQUE-SE***

***CUMPRA-SE***

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2016.

_____

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA N.º 115/2016 - PERMUTA**

**PORTARIA N.º 115/2016.**

**De 02 de Maio de 2016.**

***"Dispõe sobre concessão de permuta entre servidor da Prefeitura Municipal de Novo Mundo e da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte-MT, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

**R E S O L V E :**

**Art. 1º CONCEDER PERMUTA nos termos do artigo 46, inciso II do § 1º e § 4º da Lei Complementar n.º 022/2011, até 31 de Dezembro de 2016, a servidora ELISÂNGELA MACHADO, portadora do RG n.º 0809920-0 SSP/MT e do CPF n.º 531.785.991-34, ocupante do cargo de Professora de Pedagogia e lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Novo Mundo/MT, com a servidora MARIA ROSA LEITE, portadora do RG n.º 865636 SSP/MT e do CPF n.º 537.919. 831-72, ocupante do cargo de Professora de Pedagogia e lotada na Secretaria Municipal de Educação de Guarantã do Norte/MT.**

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

***REGISTRE-SE***

***PUBLIQUE-SE***

***CUMPRA-SE***

Gabinete do Prefeito, em 02 de Maio de 2016.

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 017/2016 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

***"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidores efetivos, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

**D E C R E T A:**

**Artigo 1º.** Fica concedido Promoção de Classe ao Servidor Efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo-MT – Lei Complementar n.º 023/2011:

| Nome | Cargo | Classe Nível Atual | Classe Nível Novo | Motivo |
|---|---|---|---|---|
| RUDINEI JOSE GROSS | MOTORISTA CNH "C" | A/01 | B/02 | Art. 23 alínea "b" |

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 01 de abril de 2016.

***REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE***

***CUMPRA-SE***

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº 018/2016. DE 18 DE ABRIL DE 2016.**

***"Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Novo Mundo/MT".***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

**Considerando**, que no dia 21 (vinte e um) de Abril do corrente ano, Quinta-Feira, é Feriado em todo o país pelo Dia de Tiradentes, e decretado ponto facultativo no dia 22 (vinte e dois) de Abril de 2016 pelo Governo Estadual,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º**. Fica estabelecido **PONTO FACULTATIVO**, nas Repartições Públicas no âmbito do Município de Novo Mundo/MT, no dia 22 (vinte e dois) de Abril de 2016 (sexta-feira).

**Parágrafo Único** - Fica sob a responsabilidade dos respectivos Secretários Municipais e/ou Chefes, nas repartições onde haja as prestações dos serviços considerados essenciais, a determinação de funcionamento especial do órgão no mesmo dia mencionado no *caput*.

**Art. 2º.** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Abril de 2016.

***REGISTRE-SE***

***PUBLIQUE-SE***

***CUMPRA-SE***

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº 023/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016.**

***"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidores efetivos, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

**D E C R E T A:**

**Artigo 1º.** Fica concedido Promoção de Classe ao Servidor Efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo-MT – Lei Complementar n.º 023/2011:

| Nome | Cargo | Classe Nível Atual | Classe Nível Novo | Motivo |
|---|---|---|---|---|

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| TEREZINHA DAUFENBACH | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | B/03 | C/03 | Art. 23 alínea “b” |

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.Com efeitos 01/04/2016

Gabinete do Prefeito, aos 18 de abril de 2016.

***REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE***

***CUMPRA-SE***

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº 019/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016.**

***“Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidores efetivos, e dá outras providências.”***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,

**D E C R E T A:**

**Artigo 1º.** Fica concedido Promoção de Classe ao Servidor Efetivo, abaixo relacionado, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo-MT – Lei Complementar n.º 023/2011:

| Nome | Cargo | Classe Nível Atual | Classe Nível Novo | Motivo |
|---|---|---|---|---|
| LUCAS FERNANDES BENTO | VIGIA | B/03 | C/3 | Art. 23 alínea “b” |

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.com efeitos a partir de 01/04/2016.

Gabinete do Prefeito, aos 18 de abril de 2016.

***REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE***

***CUMPRA-SE***

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº 022/2016. DE 25 DE ABRIL DE 2016.**

***“Dispõe sobre delegação de competências e autorização para os atos dos ordenadores de despesas do Município de Novo Mundo/MT, e dá outras providências.”***

**O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o cargo, e,

Considerando os princípios que regem a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos públicos;

Considerando que o ordenador de despesa é responsável pelos atos praticados com os recursos públicos e, portanto, tem o dever de prestar contas;

Considerando a distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e as atribuições dos gestores públicos,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT ao Secretário Municipal de Finanças**,** ficando autorizado, em a assinar empenhos e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

*Parágrafo único*. Fica autorizado ao ordenador de despesa, Secretário Municipal de Finanças realizar as seguintes movimentações financeiras da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT: Emitir, assinar, endossar, cancelar, baixar, sustar/contra-ordenar e requisitar cheques; abrir contas de depósitos; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes da conta corrente, das aplicações, investimentos e operações de crédito; autorizar débito em conta; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos, transferências, consulta de saldos e extratos por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira, pagamentos e transferências no RPG; consultar contas e aplicações de programas repasse recursos federais RPG; liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro, emitir comprovante; efetuar transferência para mesma titularidade, inclusive em meio eletrônico, fechar operações de derivativos; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado, receber ordens de pagamento, juntamente com o Prefeito Municipal, quando for o caso.

**Art. 2º.** Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde ao Secretário Municipal de Saúde**,** ficando autorizado a assinar empenhos e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

*Parágrafo único*. Fica autorizado ao ordenador de despesa, Secretário Municipal de Saúde realizar as seguintes movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde: Emitir, assinar, endossar, cancelar, baixar, sustar/contra-ordenar e requisitar cheques; abrir contas de depósitos; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes da conta corrente, das aplicações, investimentos e operações de crédito; autorizar débito em conta; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos, transferências, consulta de saldos e extratos por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira, pagamentos e transferências no RPG; consultar contas e aplicações de programas repasse recursos federais RPG; liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro, emitir comprovante; efetuar transferência para mesma titularidade, inclusive em meio eletrônico, fechar operações de derivativos; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado, receber ordens de pagamento, juntamente com o Prefeito Municipal, quando for o caso.

**Art. 3º.** Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Assistência Social, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social ao Secretário Municipal de Assistência Social**,** ficando autorizado a assinar empenhos e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações; assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

*Parágrafo único*. Fica autorizado ao ordenador de despesa, Secretário Municipal de Assistência Social realizar as seguintes movimentações financeiras do Fundo Municipal de Assistência Social, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social: Emitir, assinar, endossar, cancelar, baixar, sustar/contra-ordenar e requisitar cheques; abrir contas de depósitos; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes da conta corrente, das aplicações, investimentos e operações de crédito; autorizar débito em conta; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos, transferências, consulta de saldos e extratos por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira, pagamentos e transferências no RPG; consultar contas e aplicações de programas repasse recursos federais RPG; liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro, emitir comprovante;

efetuar transferência para mesma titularidade, inclusive em meio eletrônico, fechar operações de derivativos; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado, receber ordens de pagamento, juntamente com o Prefeito Municipal, quando for o caso.

**Art. 4º.** Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas dos demais fundos municipais e órgãos não mencionados nos artigos anteriores ao Secretário Municipal de Finanças, ficando autorizado a assinar empenhos e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

*Parágrafo único*. Fica autorizado ao ordenador de despesa, Secretário Municipal de Finanças a realizar as seguintes movimentações financeiras dos demais fundos municipais e órgãos não mencionados nos artigos anteriores: Emitir, assinar, endossar, cancelar, baixar, sustar/contra-ordenar e requisitar cheques; abrir contas de depósitos; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes da conta corrente, das aplicações, investimentos e operações de crédito; autorizar débito em conta; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos, transferências, consulta de saldos e extratos por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira, pagamentos e transferências no RPG; consultar contas e aplicações de programas repasse recursos federais RPG; liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro, emitir comprovante; efetuar transferência para mesma titularidade, inclusive em meio eletrônico, fechar operações de derivativos; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado, receber ordens de pagamento, juntamente com o Prefeito Municipal, quando for o caso.

**Art. 5°.** Os Ordenadores de Despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

**Art. 6º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, aos 25 de Abril de 2016.

***REGISTRE-SE***

***PUBLIQUE-SE***

***CUMPRA-SE***

**JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

### AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016**

**PROCESSO Nº 018/2016**

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob o nº. 010/2016, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **Menor Preço por Item**, Constitui objeto da presente licitação a Seleção da proposta mais vantajosa objetivando a **AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS AUTOMOTORES, TIPO PASSEIO, ZERO KM, MOTOR BICOMBUSTÍVEL (FLEX.), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO BLOCO INCENTIVOS FINANCEIROS DA VIGILÂNCIA E CONTROLE DO AEDES AEGYPTI, CONFORME DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICA NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.** especificado (s) no(s) Anexo(s) que acompanha(m) o presente editalde acordo com os ditames da Lei Federal nº. 10.520/02 Lei Federal n° 8.666/93 e demais leis pertinentes, instrumentos estes que são partes integrantes do presente instrumento convocatório/ edital para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição. O Credenciamento será realizado das 13h: 00mim até às 13h: 50 min do dia 18 de Maio de 2016 (quarta - feira). Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 14h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do e-mail: **licitansa@outlook.com** ou retirar na própria sede da prefeitura das 13: h00min as 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: **(66) 3548-1140 com a servidora Eva Rodrigues Brito**.

Novo Santo Antonio – MT, 03 de Maio de 2016.

**Visto:EDUARDO PENNO**

**Prefeito Municipal**

**Eva Rodrigues Brito**

**Pregoeira Oficial**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

### LICITAÇÕES E CONTRATOS
### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 16/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016 PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BASICAS PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.**

**Processo Nº 30/2016 - Pregão Presencial nº 21/2016**

**Validade: 08(Oito) meses.**

Às 15:00 horas do dia 02 de Maio de 2016, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala SETOR DE LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78.625-000, Fone: (66) 34479-1158, Fax: (66) 34479-1158, inscrito no CNPJ sob o nº 03.238.581/0001-92 , representado pelo Pregoeiro, Sr. **GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO**, brasileiro, casado, portador da CI nº 06254446/SSP-MT, e do CPF/MF nº 697.807.141-20, e os membros da Equipe de Apoio **ANDEBURGO FRANKLIN DA SILVA E ELIÉZIO DIAS DA SILVA**, designados pela Portaria nº 081/2016 e 03/2016, de 04/01/2.016 e 19/02/2016, com base na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na regulamentação feita pela Portaria n.º 16/2009 , que conduziram o **Pregão nº 21/2016**, e a empresa **: VILMAR A DE OLIVEIRA - ME**, cadastrada no CNPJ nº 15.872.501/0001-35 e Inscrição estadual nº 13.458.400-7, situada na Rua Castelo Branco nº 141, Bairro Jardim Boa Esperança, CEP: 78625-000, cidade de Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso – neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr.(a) Vilmar Alves de Oliveira, Brasileiro, Empresário, portador(a) do RG nº 1104519-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 920.131.391-87 e a empresa **A.G SILVA- MERCADO-ME** cadastrada no CNPJ nº 37.447.349/0001-86 e Inscrição estadual nº 13138708-1, situada na Av. Oscar Zaidem de Menezes nº 756, Centro, CEP: 78625-000, cidade de Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso – neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr.(a) Ariovaldo Gonçalves da Silva, Brasileiro, Empresário, portador(a) do RG nº 656813-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.775.931-68, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas

e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada às fls 165 e HOMOLOGADA às fls 167, ambas referente ao Pregão Presencial nº 21/2016, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS**

**1.1.** Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

**1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| **NOME: VILMAR A DE OLIVEIRA - ME** | |
| **CNPJ: 15.872.501/0001-35** | **INSCRIÇÃO: 13.458.400-7** |
| **ENDEREÇO: Rua Castelo Branco nº 141, Bairro Jardim Boa Esperança** | |
| **CEP: 78625-000** | **CIDADE/UF: Novo São Joaquim – Mato Grosso** |
| **TELEFONES: 66-3479-1551** | **E-MAIL:** |
| **REPRESENTANTE LEGAL: Vilmar Alves de Oliveira** | |
| **RG: 1104519-1 SSP/MT** | **CPF: 920.131.391-87** |
| **DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS** | |

| Item | Quant | Unid. | Descrição dos Produtos | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 03 | 480 | PCT | **BOLACHA ROSQUINHA DE COCO 800 GR**: tipo rosquinha de coco, preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem de 800g contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido validade. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. | PAVESINO | 7,77 | 3.729,60 |
| 04 | 480 | PCT | **CAFÉ MOIDO PCT 250G**: torrado e moído, embalagem à vácuo de 250g, de primeira qualidade, com selo de pureza da associação brasileira da indústria do café - ABIC. O produto deverá ter registro em órgão competente e a embalagem deverá conter a especificação do produto, peso líquido, data de fabricação e prazo de validade. | PONTO CERTO | 3,89 | 1.867,20 |
| 08 | 960 | KG | **FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1:** carioquinha, in natura, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, claro, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem plástica de 1,0Kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. | BROTO DE OURO | 6,65 | 6.384,00 |
| 09 | 480 | UND | **LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL:** leite integral uht, embalagem de 01 litro, contendo informações nutricionais e fabricante. | VENCEDOR | 3,50 | 1.680,00 |
| 10 | 960 | PCT | **MACARRÃO ESPAGUETE 500G:** tipo espaguete, massa de sêmola com ovos. Embalagem plástica de 500 grs contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. | ARAGUAIA | 2,95 | 2.832,00 |
| 11 | 480 | UND | **ÓLEO DE SOJA COMESTIVEL REFINADO 900ML:** de soja, tipo i, classe refinado, embalagem plástica de 900 ml cada, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. | SOYA | 3,90 | 1.872,00 |
| 12 | 480 | PCT | **PAPEL HIGIÊNICO PCT 4X1 30 MTS:** Papel higiênico sem perfume (neutro), folhas simples, texturizadas e picotadas na cor branca, com rolos de 30 metros. pacote com 04 rolos cada. Fibras 100% celulósicas | LISSE | 2,60 | 1.248,00 |
| **TOTAL GERAL** | **R$ 19.612,80** | | | | | |

| | |
|---|---|
| **NOME: A.G SILVA- MERCADO-ME** | |
| **CNPJ: 37.447.349/0001-86** | **INSCRIÇÃO: 13138708-1** |
| **ENDEREÇO: Av. Oscar Zaidem de Meneze nº 756, Centro** | |
| **CEP: 78625-000** | **CIDADE/UF: Novo São Joaquim – Mato Grosso** |
| **TELEFONES: 66-3479-1112** | **E-MAIL:** |
| **REPRESENTANTE LEGAL: Ariovaldo Gonçalves da Silva** | |
| **RG: 656813-0 SSP/MT** | **CPF: 441.775.931-68** |
| **DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS** | |

| Item | Quant | Unid. | Descrição dos Produtos | Marca | Pr. Unit. | Pr. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 480 | PCT | **AÇUCAR CRISTAL PCT 2KG:** cristal, especial, cor clara, embalagem plástica de 2,0 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. | TUIUIU | 4,54 | 2.179,20 |
| 02 | 960 | PCT | **ARROZ AGULHINHA TIPO 1 PCT 5KG:** grupo beneficiado, classe longo fino, tipo I, isento de mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, coloração uniforme e característica do arroz tipo I, embalado em saco plástico de 5,0 Kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. | GRÃO LESTE | 12,80 | 12.288,00 |
| 05 | 480 | UND | **CREME DENTAL 90 GR:** Creme Dental Adulto que ofereça proteção contra a cárie. Fórmula com flúor aprovada, que fortaleça o esmalte dos dentes deixando-os fortes e saudáveis. Embalagem do produto de 90 gm, contendo todas as informações necessárias para o uso do produto. | SORRISO | 2,10 | 1.008,00 |
| 06 | 480 | UND | **EXTRATO DE TOMATE 340GR:** produto industrializado preparado com tomate, açúcar e sal, latas de 340g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. | BONARÉ | 3,10 | 1.488,00 |
| 07 | 480 | UND | **FARINHA DE TRIGO:** especial, enriquecida com ferro e ácido fólico. Produto obtido pela moagem exclusiva do grão de trigo, isento de terra, sem umidade, (tolerado máximo 15% de umidade), embalagem de 1,0 Kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. O produto deverá ter aspecto de pó fino branco, com cheiro e sabor próprios. | MOGIANO | 3,60 | 1.728,00 |
| 13 | 480 | UND | **SABONETE 90 GRAMAS:** Sabonete 90g, fragrâncias diversas, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. | FRANCIS | 0,78 | 374,40 |
| 14 | 480 | UND | **SACO PLÁSTICO PARA CESTA 50x80** | SO PLASTIK | 0,69 | 331,20 |
| 15 | 480 | KG | **SAL REFINADO IODADO 1KG**: com granulação uniforme e com cristais brancos. A quantidade de iodo deve seguir a legislação específica, embalagem de polietileno de 1,0 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. | 5 ESTRELAS | 0,94 | 451,20 |
| **TOTAL GERAL** | **R$ 19.848,00** | | | | | |

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. A integra desta Ata encontra-se a disposição no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim. Novo São Joaquim - MT, 02 de Maio de 2016.

**GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO**

**Pregoeiro**

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇO Nº. 4/2015**

**(PROCESSO Nº 52/2015)**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, no Exercício das Atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 001/2015 de 02 de Janeiro de 2.015, e em consonância pela Lei nº. 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, Torna-se Público a nulidade do Ato de Cancelamento do Processo de Licitação nº 52/2015 referente ao **Edital de Tomada de Preços nº. 4/2015.** Informamos que a retomada do Processo em epigrafe atende a Liminar proferida pelo Juiz de Direito Substituto Dr. THIAGO CORDEIRO PIVOTTO da Comarca de Novo São Joaquim, através dos autos do Processo nº 653-70.2015.811.0012, dando continuidade ao processo em favor da empresa licitante G. D. BARBOSA & CIA LTDA – ME.

Novo São Joaquim – MT, 03 de Maio de 2.016.

**VALBER KENEDY BARBOZA SANDES**

**Presidente Comissão de Licitação**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

**ASSESSORIA JURÍDICA**
**LEI DE N 1.330/2016**

LEI Nº 1.330/2016.

"INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2014-2017, LEI Nº 1011/2013, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir nos anexos do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei de nº 1.011/2013, para realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.:

Fonte.: 0.1.29.00000 – Transf. de Rec. do FNAS.

Órgão.: 08 - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade.: 003 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Função.: 08 - Assistência Social.

Sub Função.: 244 – Assistência Comunitária.

Programa.: 0015 – Assistência.

Projeto/Atividade.: 2121 – Manutenção do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO.

Elemento de Despesa.:

3190.04.00.00...Contratação p/ Tempo Determinado.....R$ 31.916,00

3190.13.00.00...Obrigações Patronais – INSS.....R$ 6.366,36

3390.30.00.00...Material de Consumo.....R$ 8.793,00

3390.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$ 16.924,64

---

Total.....R$ 64.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arre-

cadação na fonte de Convenio com o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

Credito Adicional Especial.:

Fonte.: 0.1.29.00000 – Transf. de Rec. do FNAS.

**TOTAL DO EXCESSO.....R$ 64.000,00**

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

**ASSESSORIA JURÍDICA**
**LEI N 1.331/2016**

LEI Nº 1.331/2016.

"INCLUI NA LEI Nº 1264/2015 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.016, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incluir na Lei de nº 1264/2015 e em seus respectivos anexos - LDO - 2016, para realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4. 320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.:

Fonte.: 0.1.29.00000 – Transf. de Rec. do FNAS.

Órgão.: 08 - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade.: 003 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Função.: 08 - Assistência Social.

Sub Função.: 244 – Assistência Comunitária.

Programa.: 0015 – Assistência.

Projeto/Atividade.: 2121 – Manutenção do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO.

Elemento de Despesa.:

3190.04.00.00...Contratação p/ Tempo Determinado.....R$ 31. 916,00

3190.13.00.00...Obrigações Patronais – INSS.....R$ 6. 366,36

3390.30.00.00...Material de Consumo.....R$ 8. 793,00

3390.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$ 16. 924,64

---

Total.....R$ 64. 000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na fonte de Convenio com o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de:

Credito Adicional Especial.:

Fonte.: 0.1.29.00000 – Transf. de Rec. do FNAS.

**TOTAL DO EXCESSO.....R$ 64.000,00**

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

**ASSESSORIA JURÍDICA**
**LEI Nº 1.332/2016**

LEI Nº 1.332 /2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INCLUIR NA LEI Nº 1289/2015 - LOA- LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016, DO MUNICIPIO DE PARANATINGA-MT, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado incluir na Lei Orçamentária Anual - Lei de nº 1289/2015 - LOA 2016, para realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I.:

Credito Adicional Especial.:

Fonte.: 0.1.29.00000 – Transf. de Rec. do FNAS.

Órgão.: 08 - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade.: 003 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Função.: 08 - Assistência Social.

Sub Função.: 244 – Assistência Comunitária.

Programa.: 0015 – Assistência.

Projeto/Atividade.: 2121 – Manutenção do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO.

Elemento de Despesa.:

3190.04.00.00...Contratação p/ Tempo Determinado.....R$ 31. 916,00

3190.13.00.00...Obrigações Patronais – INSS.....R$ 6. 366,36

3390.30.00.00...Material de Consumo.....R$ 8. 793,00

3390.39.00.00...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica...R$ 16. 924,64

---

Total.....R$ 64. 000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arre-

cadação na fonte de Convenio com o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, Conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964.

Parágrafo I – Excesso de :

Credito Adicional Especial.:

Fonte.: 0.1.29.00000 – Transf. de Rec. do FNAS.

**TOTAL DO EXCESSO.....R$ 64.000,00**

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

**ASSESSORIA JURÍDICA**
**LEI DE Nº 1329/2016**

**LEI Nº 1.329/2016.**

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, ao Orçamento Municipal de 2016, aprovado pela Lei n° 1.289 de 16 de dezembro de 2015, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), por anulação Parcial de dotação orçamentária."

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR** VILSON PIRES**, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento Municipal de 2016, aprovado pela Lei n° 1.289 de 16 de dezembro de 2015, um Crédito Adicional Especial no valor de ***R$*** 3.500,00 *(Três mil e quinhentos reais)*, para a criação das seguintes dotações orçamentárias:

012 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

001 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

019 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

**2.075 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PPREV**

3.1.91.13.00.00–CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS(RPPS).....R$ 3.500,00

**TOTAL..... .....R$ 3.500,00**

**Art. 2º** - **A cobertura das despesas de que trata o artigo 1º desta Lei, se dará por anulação Parcial das seguintes dotações orçamentárias:**

012 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

001 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

271 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

019 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

**1.254 – SUPERÁVIT ORÇAMENTARIO**

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 3.500,00

**TOTAL.....R$ 3.500,00**

**Art. 3º -** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei nº 1.264/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2016 e nos Anexos da Lei nº 1.011/2013, Lei do Plano Plurianual - PPA, para o exercício de 2014 a 2017, Órgão 012 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL SERV.PARANATINGA - PPREV - **UNIDADE 001 - FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV**.

**Art. 4º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, em Paranatinga - MT, 03 de Maio de 2.016.**

**VILSON PIRES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 40/2016**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de preços para futura e eventual **Aquisição de peças e acessórios genuínas/originais de primeira linha, independentemente de marca e categoria, para atendimento da frota de caminhões e maquinas pesada**, com recursos do **FETHAB**, atendendo a Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga. Conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do Respectivo Edital. Data de abertura **17/05/2016**, Terça - feira ás 08:00 horas. O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h, em 03 de Maio de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 41/2016**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Emulsão Asfáltica para confecção de Lama Asfáltica,** sendo com recursos do **FETHAB e Convênio 047/2016 SECID,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Paranatinga – MT. Conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do Respectivo Edital. Data de abertura **16/05/2016**, Segunda - feira ás 14:00 horas. O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h, em 03 de Maio de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

**LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 32/2016**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: A Contratação de Empresa Especializada para **Locação de 01 (um) Rolo Compactador (Pé-de-Carneiro) com operador incluso e 1 (um) Caminhão Caçamba com motorista, ambos em bom estado de conservação ano 2008 acima, sendo com Recursos do FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga - MT. Empresa vencedora **MARILENE ALVES DA SILVA -**

**ME – R$ 312.000,00.** Em 03 de Maio de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT REFERENTE À DISPENSA Nº 002/2016**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO**, o interesse da Secretaria Geral de Coordenação Administrativa na Contratação de Empresa Especializada na intermediação de contratação de estagiários conforme Lei Municipal 866/2015.

**Resolve:**

1-**CONTRATAR,** com fulcro no Art. 26 inciso XIII da Lei Federal nº8.666/93, a dispensa instaurada sob nº 002/2016, a Empresa Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, inscrita no CNPJ n° 61.600.839/0001-55.

**PEDRA PRETA, 02 de Maio de 2016**

**PRESIDENTE DA CPL**

**RENATO DE OLIVEIRA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

**EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 009/2016.**

Concedente: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Proponente: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**

**O presente Termo de Convênio se refere a FINALIDADE DE REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO PARA REALIZAÇÃO DE CUSTEIO, MANUTENÇAO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 926, DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato de **R$ 214.218,64 (Duzentos e quatorze mil duzentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).**

**O prazo de vigência do presente Contrato será** de **25 de abril de 2016 a 21 de julho de 2016.**

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de abril de 2016.

**EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2016.**

Concedente: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Proponente: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**

**O presente Termo de Convênio se refere a FINALIDADE DE REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO PARA REALIZAÇÃO DE CUSTEIO, MANUTENÇAO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO AO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 926, DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato de **R$ 798.421,85 (Setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos).**

**O prazo de vigência do presente Contrato será** de **20 de abril de 2016 a 21 de julho de 2016.**

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de abril de 2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 065/2014. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2014.**

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo em função de atraso na execução da obra, e na liberação de recursos pelo FNDE. Altera-se a Cláusulas Quinta e Sexta - O Prazo de execução do contrato original vigente até 30/05/2016 e Prazo de vigência do contrato original vigente até 31/07/2016, será prorrogado para mais 270 (duzentos e setenta ) dias o prazo de execução e para mais 208 (duzentos e oito) dias o prazo de vigência, passando a estabelecer o fim da execução e vigência do contrato em 24/02/2017. Assinatura: 25/04/2016 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT CONTRATADO: V.A.G DE MATOS E CIA LTDA.

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 064/2014. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2014.**

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo em função de atraso na execução da obra, e na liberação de recursos pelo FNDE. Altera-se a Cláusulas Quinta e Sexta - O Prazo de execução do contrato original vigente até 30/05/2016 e Prazo de vigência do contrato original vigente até 31/07/2016, será prorrogado para mais 270 (duzentos e setenta ) dias o prazo de execução e para mais 208 (duzentos e oito) dias o prazo de vigência, passando a estabelecer o fim da execução e vigência do contrato em 24/02/2017. Assinatura: 25/04/2016 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT CONTRATADO: V.A.G DE MATOS E CIA LTDA.

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, situada ao lado da Praça São Carlos, nº 755 – CEP 78.855-000, representado neste ato pelo Srª. ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal. Objetivando rescindir unilateralmente o **CONTRATO de nº 076/2015**, observando as clausulas contratuais, ampara-se **no Artigo 77 a 80 da Lei 8.666/93,** firmado com a empresa FERNANDO PEREIRA DA ROCHA EPP, C.N.P.J: 08.314.292/0001-49, assinado em 13/11/2015, que tem como objeto ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUIR A OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL DE AGUAS PLUVIAIS NA AV. SANTO ANGELO, RUA RIO MANSO E RUA PROJETADA, LOC. NO BAIRRO CENTRO E NOSSA SENHORA APARECIDA, NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 723321/2009/MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA***, conforme o edital de Dispensa de Licitação nº 009/2015, emite o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO nº 076/2015**, ratificando-se que o referido contrato estará rescindido de pleno direito, a partir de sua publicação na imprensa oficial e demais meios legais. **PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT,CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, Planalto da Serra, MT, 03/05/2016.Angelina Benedita Pereira Prefeita Municipal.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

**PROCURADORIA JURIDICA**
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 007/2016**

Ata de Registro de preço n° 007/2016.

Pregão: 006/2016

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **ANA PAULA FARIA ALVES**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BUFFET (MAR-

MITEX E SELF SERVICE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT

Dotação: 050019 – 05.001.08.122.0008.000.02011.0000.33.9039 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Emprego – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

080010 – 08.001.20.122.0029.000.02055.0000.33.90.39 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

120060 – 12.001.26.453.0054.000.01129.0000.33.90.39 – Secretaria Municipal de Infraestrutura – Manutenção Transporte – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

120021 – 12.001.15.122.0025.000.02050.0000.33.90.39 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Infraestrutura – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

060023 – 06.001.12.122.0043.000.02014.0000.33.90.39 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Educação – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

110016 – 11.001.18.122.0047.000.02078.0000.33.90.39 - Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

070115 – 07.002.10.301.0049.000.02122.0000.33.90.39 –Manutenção dos PSF´S – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

070179 – 10.302.0050.000.02130.0000.33.90.39 - Manutenção do Pronto Atendimento – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Valor Registrado: R$ 129.060,00 (cento e vinte e nove mil e sessenta reais)

Período: 12 meses

Poconé, 03 de maio de 2016.

***NILCE MARY LEITE***

Prefeita Municipal de Poconé

**PROCURADORIA JURIDICA**
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 006/2016**

Ata de Registro de preço n° 006/2016.

Pregão: 006/2016

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **JUCYLMA APARECIDA LOURENÇO**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BUFFET (MARMITEX E SELF SERVICE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT

Dotação: 050019 – 05.001.08.122.0008.000.02011.0000.33.9039 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Emprego – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

080010 – 08.001.20.122.0029.000.02055.0000.33.90.39 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

120060 – 12.001.26.453.0054.000.01129.0000.33.90.39 – Secretaria Municipal de Infraestrutura – Manutenção Transporte – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

120021 – 12.001.15.122.0025.000.02050.0000.33.90.39 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Infraestrutura – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

060023 – 06.001.12.122.0043.000.02014.0000.33.90.39 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Educação – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

110016 – 11.001.18.122.0047.000.02078.0000.33.90.39 - Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

070115 – 07.002.10.301.0049.000.02122.0000.33.90.39 –Manutenção dos PSF´S – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

070179 – 10.302.0050.000.02130.0000.33.90.39 - Manutenção do Pronto Atendimento – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Valor Registrado: R$ 24.822,00 (vinte e quatro mil e oitocentos e vinte e dois reais)

Período: 12 meses

Poconé, 03 de maio de 2016.

***NILCE MARY LEITE***

Prefeita Municipal de Poconé

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**DECRETO N.° 1611/2016**

**DECRETO N.º 1611/2016 De, 02 de Maio de 2016.**

***"Dispõe sobre Comissão de organização para temporada de praia de 2016 da Praia da Arara e dá outras providências."***

**DIVINA MARIA DA SILVA ODA**, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**D E C R E T A :**

**Art. 1.º** - A Composição da Comissão de organização para a Temporada de Praia da Arara, em Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, fica assim constituída: **Wilsa Sousa Itacarambi Lacerda, Carlos Silva Sousa** e **Kely Cristina Miotti dos Santos**, que sob a presidência do primeiro, ficam responsáveis pelos assuntos afins da Temporada **2016**.

**Art. 2.º** - No impedimento de um dos membros, **Willian Gomes Vergilio** e **Nuyacuy Alves Nascimento,** suplentes, assumiram automaticamente, a vaga destes, para que não haja descontinuidade dos serviços.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário, ficando o mesmo extinto ao final da temporada de praia de 2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.

Pontal do Araguaia - MT, 02 de Maio de 2016.

***DIVINA MARIA DA SILVA ODA***

Prefeita Municipal

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**PORTARIA N.º 071/2016**

PORTARIA Nº 071/GP/2016 Em 02 de maio de 2016.

***"Dispõe sobre nomeação de servidor comissionado e dá outras providências".***

**DIVINA MARIA DA SILVA ODA**, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E :**

**Art. 1.º** Nomear, a Sr.ª **Wilsa Sousa Itacarambi Lacerda,** portadora do RG n.º 1009866-6 SSP/MT, e CPF n.º 627.542.971-20, para exercer o cargo comissionado de **Secretária Municipal de Comércio, Indústria e Turismo - CC-1,** desta Prefeitura Municipal.

**Art. 2.º-** A Secretária nomeada no artigo primeiro desta Portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício

de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

**Art. 3.º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de maio de 2016.

***DIVINA MARIA DA SILVA ODA***

Prefeita Municipal

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**RESOLUÇÃO COMAS N° 01, DE 18 DE ABRIL DE 2016.**

Resolução COMAS N° 01, de 18 de abril de 2016.

*"Dispõe sobre a aprovação da retificação do demonstrativo para co-financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social Ano 2012 e dá outras providências".*

O Conselho Municipal da Assistência Social - COMAS, através de sua digna presidente, faz saber que o pleno deste conselho, no uso de suas atribuições legais, reunido em assembléia Ordinária realizada no dia 08 de abril de 2016.

CONSIDERANDO

A retificação do Demonstrativo para Co-financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social ano 2012;

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar retificação do Demonstrativo para Co-financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social ano 2012;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

***MAGALY SOUZA NEGREIRO***

Presidente do COMAS

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**ERRATA DA PORTARIA N° 068/GP/2016**

**ERRATA DA PORTARIA N° 068/GP/2016.**

A Prefeita Municipal, Sr. DIVINA MARIA DA SILVA ODA, pela presente, RETIFICA o erro material existente na Portaria n° 068/GP/2016, de 26 de abril de 2016, publicado na íntegra no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso em 28/04/2016, Edição n° 2465 - páginas 169 e 170, para que,

**onde se lê** : "**Art. 2º -** A Comissão de que trata o artigo anterior será composta dos seguintes membros:

Representante da Secretaria Municipal de Educação: Elaiy Parreira de Oliveira.

Representante da Secretaria Municipal de Administração: Filinto Pereira Machado.

Representante do Setor Financeiro: Daiany Cassimiro Batista.

Representante da Assessoria Jurídica: Luciana Neves e Silva.

Representante de Profissionais: Maria Aparecida Dias Fernandes Duarte.

Outros Representantes: Palmira Roberta Félix."

**leia-se:** "**Art. 2º -** A Comissão de que trata o artigo anterior será composta dos seguintes membros:

Representante da Secretaria Municipal de Educação: Elaiy Parreira de Oliveira.

Representante da Secretaria Municipal de Administração: Filinto Pereira Machado.

Representante do Setor Financeiro: Daiany Cassimiro Batista.

Representante da Assessoria Jurídica: Luciana Neves e Silva.

Representante de Profissionais: Maria Aparecida Dias Fernandes Duarte.

Representante do Sintep: Arnaldo Rodrigues de Souza

Outros Representantes: Palmira Roberta Félix."

Pontal do Araguaia, 03 de maio de 2016. Divina Maria da Silva Oda. Prefeita Municipal.

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**PORTARIA N.º 077/GP/2016**

PORTARIA N.º 077/GP/2016 Em, 03 de Maio de 2016.

**"Dispõe sobre Homologação das Resoluções CMS-PA Nº. 011, 012, 013 e 014/2016 e dá outras providências".**

**DIVINA MARIA DA SILVA ODA**, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde do Município de Pontal do Araguaia, abaixo relacionadas:

**Resolução CMS-PA Nº 011 de 02/05/2016***,* dispõe sobre a aprovação do desligamento dos conselheiros Sr. Ronier Mendes Ferreira representante dos moto-taxistas e do Sr. Eder Maquex representante da Escola de 1° e 2° grau "São Miguel".

**Resolução CMS-PA Nº 012 de 02/05/2016,** que dispõe sobre a aprovação da indicação do Sr. Antônio Carlos Campos Linhares como titular e a Sr.ª Cacilda Maria louro como suplente, representando a Escola Municipal São Jorge.

**Resolução CMS-PA Nº 013 de 02/05/2016,** que dispõe sobre a aprovação da indicação do Sr. Cleyton Sousa Castro como titular e a Sr.ª Célia Dias Trindade como suplente, representando o COREN.

**Resolução CMS-PA Nº 014 de 02/05/2016,** que dispõe sobre SOLICITAÇÃO JUNTO AO Executivo Municipal, de soluções imediatas, quanto ao término da obra no PSF Geraldo Pimenta de Almeida.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal e nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 03 de Maio de 2016.

***DIVINA MARIA DA SILVA ODA***

Prefeita Municipal

**SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO**
**AVISO DE ADESÃO - PP-SRP Nº 12/2016**

A Prefeitura de Pontal do Araguaia-MT torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu **Ata de Registro de Preços Nº 12/2016**, do Processo Administrativo Nº **695/2016**, oriundo ao **Pregão Presencial-SRP Nº 12/2016**, do município de **Aragarças, Estado de Goiás**, com amparo no Art. 22 do Decreto Federal 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, informando que essa adesão visa atender ao Município de Pontal do Araguaia, cujo objeto é **a Aquisição de Material Gráfico**. Cujo vencedor: **GRÁFICA MULTICOR LTDA-EPP,** no valor de **R$ 159.063,50** (cento e cinquenta e nove mil e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

Pontal do Araguaia-MT, 28 de Abril de 2016.

**CLAYTON CHAVES DE OLIVEIRA**

**Presidente CPL**

**GESTÃO DE COTRATOS**
**EXTRATO DE CONTRATO N°036/16**

**EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇOS Nº 036/2016**

**Processo Administrativo Licitatório nº 015/2016, modalidade PP nº 005/2016**

OBJETO: Adesão ao PP-SRP nº 12/2016 da Prefeitura Municipal de Aragarças/GO, Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material Gráfico.

**VIGÊNCIA: 29 de Abril de 2016 a 31 de Dezembro 2016**

**VALOR: R$ 159.063,50**

CONTRATANTE: Município de Pontal do Araguaia/MT

CNPJ: 33.000.670/0001-67.

CONTRATADA: **GRÁFICA MULTICOR LTDA-EPP**

CNPJ n.º 14.931.018/0001-11

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**PORTARIA N.º 076/2016**

PORTARIA N.º 076/GP/2016 Em, 02 de Maio de 2016.

**"Dispõe sobre Homologação da Resolução COMAS-PA Nº 001/2016 e dá outras providências".**

**DIVINA MARIA DA SILVA ODA**, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

**Resolução COMAS-PA Nº 001 de 18/04/2016,** que dispõe sobre a aprovação da retificação do demonstrativo para co-financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social Ano 2012 e dá outras providências;

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 02 de Maio de 2016.

***DIVINA MARIA DA SILVA ODA***

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

**GABINETE**
**EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2016**

***Decreto nº 095/2016***

**Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016**

***Data: 29/04/2016***

**GABINETE**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO/ABRIL/2016**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 055/2016**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**

**CONTRATADA: EMPRESA RELICÁRIO BOLSAS E PASTAS-EIRELLI-EPP**

**OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA, ESTIPULADO NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 055/2016, POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE MAIO DE 2016**

**DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 038/2016**

**DATA: 29/04/2016**

**PRAZO: 30/05/2016**

**AVISO PREGÃO N.043/2016 – PMPL**

PROCESSO N.133/2016-PMPL)

PREGÃO Nº. 043/2016 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 137/2014. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME, EPP E EI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORIENTADOR SOCIAL DOS PROJETOS E AGENTES DE PESQUISA PARA O PROJETO DA BOLSA FAMILIA.**

CREDENCIAMENTO: das 07h30 às 08h do dia 17 de maio 2016.

INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 17 de maio de 2016 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão ) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 03 de maio de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

**GABINETE**
**EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2016**

***Decreto nº 088/2016***

**Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016**

***Data: 25/04/2016***

**GABINETE**
**EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2016**

***Decreto nº 087/2016***

**Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016**

***Data: 25/04/2016***

**GABINETE**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO/ABRIL/2016**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 062/2016**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**

**CONTRATADA: EMPRESA STAMP DISTRIBUIDORA DE MALHAS LTDA**

**OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA, ESTIPULADO NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 062/2016, POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE MAIO DE 2016.**

**DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 046/2016,**

**DATA: 29/04/2016**

**PRAZO: 30/05/2016**

**PREVI LACERDA**
**PORTARIA N.º 66/2016**

O **Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda**, **Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais**;**

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** a Portaria nº 04/2016, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 11 de fevereiro de 2016, que versa sobre a concessão do beneficio de aposentadoria por tempo de contribuição, da servidora **Sra. Maria Urba dos Santos**, portadora do RG n.º 632.351 SSP/AL e do CPF n.º 348.571.334-15, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2016.04.00003P**:

**Onde se lê: "**...portadora do RG n.º 632.351 SSP/MT..."

**Leia-se: "**...portadora do RG n.º 632.351 SSP/AL..."

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Pontes e Lacerda/MT, 02 de maio de 2016.

**DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**GABINETE**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO/ABRIL/2016**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 041/2015**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**

**CONTRATADA: EMPRESA SOCIEDADE LACERDENSE DE BENEFICIÊNCIA – SOLBEN.**

**OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA, ESTIPULADO NAS CLÁUSULAS DÉCIMA E DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 041/2015, POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE MAIO DE 2016**

**DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 034/2015,**

**DATA: 25/04/2016**

**PRAZO: 30/05/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO/ABRIL/2016**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 050/2016**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**

**CONTRATADA: EMPRESA ANTONIO CARLOS DOS SANTOS 16477871149.**

**OBJETO:PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA, ESTIPULADO NA CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 050/2016, POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 31 DE MAIO DE 2016**

**DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 036/2016**

**DATA: 28/04/2016**

**PRAZO: 31/05/2016**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - ABRIL/2016**

**Termo de Encerramento de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado**

**Contratada**: **Sidiney Severiano Coelho**

**Objeto**: **Encerramento de Contrato n° 050/2016. Professora**

**Disp. Legais**: Lei 1639/2015

**Valor**: **R$ 1.307,78**

**Data**: 01/04/2016

**GABINETE**
**EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO/2016**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 102/2015**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**

**CONTRATADA: EMPRESA INDIVIDUAL MARIELE MENESSE MOURA 05598464101**

**OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 102/2015 E ADITIVOS POSTERIORES, FACE A EMPRESA INDIVIDUAL MARIELE MENESSE MOURA 05598464101, DECORRENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 086/2015, ITEM 03, QUE TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO SERVIÇOS PROFISSIONAIS COMO CONTADORA DE HISTÓRIAS INFANTIS, COORDENADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.**

**DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 086/2015**

**DATA: 28/04/2016**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - ABRIL/2016**

**Termo de Encerramento de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado**

**Contratada**: **Sinomar de Lima Reis**

**Objeto**: **Encerramento de Contrato n° 037/2016. Professor**

**Disp. Legais**: Lei 1639/2015

**Valor**: **R$ 938,19**

**Data**: 01/04/2016

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - ABRIL/2016**

**Termo de Encerramento de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado**

**Contratada**: **Helida Heloize DE Almeida Santos**

**Objeto**: **Encerramento de Contrato n° 137/2015. Psicólogo**

**Disp. Legais**: Lei 1564/2015

**Valor**: **R$ 2.601,39**

**Data**: 07/04/2016

**GABINETE**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO/ABRIL/2016**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 014/2016**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**

**CONTRATADA: EMPRESA SOCIEDADE LACERDENSE DE BENEFICIÊNCIA – SOLBEN.**

**OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA, ESTIPULADO NAS CLÁUSULAS DÉCIMA E DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 014/**

**2016, POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 30 DE MAIO DE 2016**

**DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 015/2016**

**DATA: 20/04/2016**

**PRAZO: 30/05/2016**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - ABRIL/2016**

**Termo de Encerramento de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado**

**Contratada**: **Debora Cristina de Arruda**

**Objeto**: **Encerramento de Contrato n° 136/2015. Psicólogo**

**Disp. Legais**: Lei 1564/2015

**Valor**: **R$ 2.601,39**

**Data**: 07/04/2016

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - ABRIL/2016**

**Termo de Encerramento de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado**

**Contratada**: **Maykonn Makry Sauder**

**Objeto**: **Encerramento de Contrato n° 118/2015. Psicólogo**

**Disp. Legais**: Lei 1564/2015

**Valor**: **R$ 2.601,39**

**Data**: 07/04/2016

**GABINETE**
**EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO/2016**

**TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE PARCERIA Nº. 002/2015**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**

**CONTRATADA: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA - REDECOOP**

**OBJETO: FICA RESCINDIDO O TERMO DE PARCERIA Nº. 002/2015, FACE A COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA – REDECOOP, DECORRENTE DAS LEIS NÚMEROS 1.568/2015 E 1.585/2015, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATO DE SUBVENÇÃO É VIABILIZAR A PARCERIA ATRAVÉS DE REPASSE DE SUBVENÇÃO, DA PREFEITURA À REDECOOP, VISANDO À ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DA REDECOOP, INCLUSIVE COM A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM).**

**DISPOSIÇÕES GERAIS: TERMO DE PARCERIA Nº. 002/2015**

**DATA: 28/04/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2016**

***Decreto nº 077/2016***

**Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016**

***Data: 01/04/2016***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - ABRIL/2016**

**Termo de Encerramento de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado**

**Contratada**: **Karin Elisabete Fischer**

**Objeto**: **Encerramento de Contrato n° 113/2015. Psicólogo**

**Disp. Legais**: Lei 1564/2015

**Valor**: **R$ 2.601,39**

**Data**: 07/04/2016

**GABINETE**
**EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2016**

***Decreto nº 090/2016***

**Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016**

***Data: 25/04/2016***

**GABINETE**
**EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DA PREFEITURA 2016**

**TERMO DE CESSÃO DE USO**

**CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA**

**CONTRATADA: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

**OBJETO: O CEDENTE TRANSFERE A CESSIONÁRIA, POR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO 01 (UMA) SALA LOCALIZADA NO PRÉDIO SITO A RUA GOIÁS, Nº. 1152 (LOTE 06, CHÁCARA Nº. 53 MATRÍCULA 29.227, A FIM DE DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO.**

**DISPOSIÇÕES GERAIS: NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 110/2016, EMBASANDO NA LEI N° 1.679/2016**

**DATA: 26/04/2016**

**PRAZO: 5 ANOS**

**AVISO DE INEXIGIBILIDADE N. º005/2016-PMPL**

PROCESSO N.º134/2016

O Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a Inexigibilidade de Licitação para AQUISIÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS PARA SUBSIDIAR OS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NAS SALAS DE AULAS COM AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICIPIO, com valor total de R$51.000,00 (cinquenta e um mil reais), visto a Empresa R.P. & OLIVEIRA EDITORA LTDA , CNPJ: 10.342.431/0001-90, preencher as condições previstas no caput do artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 03 de maio de 2016.

JOSE BERION

Presidente da Comissão

**GABINETE**
**EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA ABRIL/2016**

***Decreto nº 089/2016***

**Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016**

***Data: 25/04/2016***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

**CONTRATOS E CONVENIOS**
**EXTRATO DA ERRATA DO CONTRATO 57/2016**

**CONTRATO Nº57/2016**

**Ø Contrato que celebram a Prefeitura Municipal de PORTO ESPERIDIÃO a empresa ALAÚDE DA SILVA MACHADO**

Ø Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO de PORTO ESPERIDIÃO do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, **CONTRATANTE**, representado pelo Prefeito Sr. **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cinco, Vila Cardoso, Centro, Porto Esperidião - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1143459-0 SSP/MT e do CPF N°820.629.351-53, doravante denominado **CONTRATADO**: **ALAÚDE DA SILVA MACHADO,** Portadora do RG: 20019211 SSP/SP E CPF: 062.342.308-14, endereço comunidade Papiro, Cep: 78240.000, Porto Esperidião-MT. resolvem celebrar o presente Contrato de Chamada Pública 01/2016, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto CHAMADA PÚBLICA, é o CREDENCIAMENTO**,** do tipo menor preço, visando a contratação dos **Agricultores Familiares e/ou Empreendedores Familiares Rurais , sendo pessoas físicas ou Cooperativas,** inscritas no Programa Nacional de Agricultura Familiar, interessados em fornecer produtos hortifrutigranjeiros constantes no objeto deste edital nos termos da Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009 e resolução/CD/FNE Nº 38, de Julho de 2009, conforme especificações e quantitativos constantes deste Edital e seus anexos, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos. **.**

**2.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 O preço global do presente contrato é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

| Item | Descrição do Produto | Unidade de Fornecimento | Quantidade ofertada | Vr. Unitário |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Abobora Madura | KG | 1200 | 2,55 |
| 02 | Abobrinha verde | KG | 1200 | 3,15 |
| 03 | Melancia | KG | 4000 | 1,31 |
| 04 | Milho verde | KG | 1000 | 2,26 |

2.2 Os valores mencionados incluem as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

2.3 A contratada devera entregar o objeto do Contrato de acordo com a necessidades do Contratante, e semente após autorização do Municipal /Secretaria solicitante , onde será expedida a ordem de fornecimento para fornecer o objeto de acordo com a necessidade de cada órgão demandante (Anexo I, termo de Referente – Edital da Licitação.

2.4 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO , será de até R$ 20.000,00(vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente `a sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Declaração de limite de Venda por DAP, anexada ao Processo de Licitação

**3. Cláusula Terceira - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO**

3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no **Anexo I** do Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº. 01/2016, no endereço indicado.

3.2 As entregas serão realizadas conforme cronograma de entrega estipulado pela nutricionista.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no **Anexo I** mediante solicitação do gestor do contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio de apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais correspondentes, mediante verificação do atendimento às especificações contidas no **Anexo I**.

III – Os gêneros alimentícios deverão ser transportados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

IV – O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Órgão Solicitante.

V – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade dos produtos licitados, ou em caso de vicíos, e alteração na qualidade do produto, o Contratado disporá de um prazo de um ano após a assinatura do contrato para proceder às substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**4. Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO**

4.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, e conferência da regularidade dos mesmos, efetuará o seu pagamento no prazo máximo de 15 dias corridos.

4.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

03. Secretaria de Educação .

01-Departamento de Educação.

Proj. Atividade : 2009 – Manutenção da Merenda Escolar

434- 33.90.30.00.00- Material de Consumo

**6. Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Anexo I** da Chamada Pública e no presente Contrato;

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na Chamada Pública e na Proposta de Venda, para fins de recebimento;

§ 2º - DA CONTRATADA

I - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, e em sua Proposta de Venda, visando a boa e perfeita execução do objeto;

II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **Anexo I** da Chamada Pública e neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades, estipuladas no art. 38 do Decreto nº 45.902/2012:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) vinte por cento sobre o valor do fornecimento não realizado ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2 A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATADO ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais aquelas dispostas no art. 46 do Decreto nº 46.902/2012.

7.4 Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no **Anexo I** do Edital, na Proposta de Venda da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º - No caso de qualquer irregularidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para que sejam tomadas as providencias necessárias para correção das falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, incluindo-se falhas de natureza técnica e defeitos ocultos.

§ 3º - Ressalva-se o direito do CONTRATANTE de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso esse se afaste das especificações do Edital e de sua Proposta de Venda.

**9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 Este contrato tem vigência por 12 meses, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

10.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 A rescisão do Contrato poderá se dará conforme regulamenta o art. 79 da Lei nº 8.666/93:

§ 1 º - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, ficam os contratantes autorizados a reter a garantia do CONTRATO e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2 º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no diário oficial da AMM e DIARIO OFICIAL DE CONTAS DO TCE/MT. para que surta seus efeitos legais

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PORTO ESPERIDIÃO–MT, 26 de abril de 2016

_____

**GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**ALAÚDE DA SILVA MACHADO**

**Contratada**

_____

Procurador Jurídico

_____

Nome: Cledinei Rocha do Nascimento

Fiscal do Contrato

**CONTRATOS E CONVENIOS**
**EXTRATO DA ERRATA DO CONTRATO 61/2016**

**CONTRATO Nº61/2016**

**Ø Contrato que celebram a Prefeitura Municipal de PORTO ESPERIDIÃO a empresa DAVID JOEL PAGLIUCA**

Ø Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO de PORTO ESPERIDIÃO do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, **CONTRATANTE**, representado pelo Prefeito Sr. **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cinco, Vila Cardoso, Centro, Porto Esperidião - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1143459-0 SSP/MT e do CPF N°820.629.351-53, doravante denominado **CONTRATADO**: **DAVID JOEL PAGLIUCA**, Portador do **RG: 0260348-9 SSP/MT. E CPF: 557.862.008-68,** Sitio Vista Alegre, Comunidade Sete Galhos Cep: 78240.000, Porto Esperidião-MT resolvem celebrar o presente Contrato de Chamada Pública 01/2016, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto CHAMADA PÚBLICA, é o CREDENCIAMENTO**,** do tipo menor preço, visando a contratação dos **Agricultores Familiares e/ou Empreendedores Familiares Rurais , sendo pessoas físicas ou Cooperativas,** inscritas no Programa Nacional de Agricultura Familiar, interessados em fornecer produtos hortifrutigranjeiros constantes no objeto deste edital nos termos da Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009 e resolução/CD/FNE Nº 38, de Julho de 2009, conforme especificações e quantitativos constantes deste Edital e seus anexos, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos. **.**

**2.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 O preço global do presente contrato é de R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS )no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

| Item | Descrição do Produto | Unidade de Fornecimento | Quantidade ofertada | Vr. Unitário |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Couve Manteiga (200gr) | MÇ | 2200 | 3,08 |
| 03 | Cebolinha (150gr) | MÇ | 2000 | 3,02 |
| 04 | Salsinha (100gr) | KG | 2000 | 2,05 |
| 05 | Abobora Madura | KG | 1200 | 2,55 |
| 06 | Abobrinha Verde | KG | 1200 | 3,15 |

2.2 Os valores mencionados incluem as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

2.3 A contratada devera entregar o objeto do Contrato de acordo com a necessidades do Contratante, e semente após autorização do Municipal /Secretaria solicitante , onde será expedida a ordem de fornecimento para fornecer o objeto de acordo com a necessidade de cada órgão demandante (Anexo I, termo de Referente – Edital da Licitação.

2.4 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO , será de até R$ 20.000,00(vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente `a sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Declaração de limite de Venda por DAP, anexada ao Processo de Licitação

**3. Cláusula Terceira - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO**

3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no **Anexo I** do Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº. 01/2016, no endereço indicado.

3.2 As entregas serão realizadas conforme cronograma de entrega estipulado pela nutricionista.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no **Anexo I** mediante solicitação do gestor do contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio de apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais correspondentes, mediante verificação do atendimento às especificações contidas no **Anexo I**.

III – Os gêneros alimentícios deverão ser transportados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

IV – O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Órgão Solicitante.

V – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade dos produtos licitados, ou em caso de vicíos, e alteração na qualidade do produto, o Contratado disporá de um prazo de um ano após a assinatura do contrato para proceder às substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**4. Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO**

4.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, e conferência da regularidade dos mesmos, efetuará o seu pagamento no prazo máximo de 15 dias corridos.

4.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

03. Secretaria de Educação .

01-Departamento de Educação.

Proj. Atividade : 2009 – Manutenção da Merenda Escolar

434- 33.90.30.00.00- Material de Consumo

**6. Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Anexo I** da Chamada Pública e no presente Contrato;

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na Chamada Pública e na Proposta de Venda, para fins de recebimento;

§ 2º - DA CONTRATADA

I - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, e em sua Proposta de Venda, visando a boa e perfeita execução do objeto;

II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **Anexo I** da Chamada Pública e neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades, estipuladas no art. 38 do Decreto nº 45.902/2012:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) vinte por cento sobre o valor do fornecimento não realizado ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2 A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATADO ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais aquelas dispostas no art. 46 do Decreto nº 46.902/2012.

7.4 Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no **Anexo I** do Edital, na Proposta de Venda da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º - No caso de qualquer irregularidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para que sejam tomadas as providencias necessárias para correção das falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, incluindo-se falhas de natureza técnica e defeitos ocultos.

§ 3º - Ressalva-se o direito do CONTRATANTE de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso esse se afaste das especificações do Edital e de sua Proposta de Venda.

**9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 Este contrato tem vigência por 12 meses, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

10.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 A rescisão do Contrato poderá se dará conforme regulamenta o art. 79 da Lei nº 8.666/93:

§ 1 º - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, ficam os contratantes autorizados a reter a garantia do CONTRATO e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2 º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no diário oficial da AMM e DIARIO OFICIAL DE CONTAS DO TCE/MT. para que surta seus efeitos legais

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PORTO ESPERIDIÃO–MT, 26 de abril de 2016

**GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DAVID JOEL PAGLIUCA**

**Contratada**

Procurador Jurídico

Nome: Cledinei Rocha do Nascimento

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Nome:

RG/CPF:

**CONTRATOS E CONVENIOS**
**EXTRATO DA ERRATA DO CONTRATO 62/2016**

**CONTRATO Nº62/2016**

Ø **Contrato que celebram a Prefeitura Municipal de PORTO ESPERIDIÃO a empresa ASSOCIAÇÃO PORTENSE DE APICULTORES**

Ø Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO de PORTO ESPERIDIÃO do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, **CONTRATANTE**, representado pelo Prefeito Sr. **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cinco, Vila Cardoso, Centro, Porto Esperidião - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1143459-0 SSP/MT e do CPF N°820.629.351-53, doravante denominado **CONTRATADO**: **ASSOCIAÇÃO PORTENSE DE APICULTORES, CNPJ: 06.351.178/0001-63**, Endereço rua **Edmar Aparecido Teixeira de Paula**, bairro Maria Conceição, Cep: 78240.000, Porto Esperidião-MT. resolvem celebrar o presente Contrato de Chamada Pública 01/2016, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto CHAMADA PÚBLICA, é o CREDENCIAMENTO**,** do tipo menor preço, visando a contratação dos **Agricultores Familiares e/ou Empreendedores Familiares Rurais , sendo pessoas físicas ou Cooperativas,** inscritas no Programa Nacional de Agricultura Familiar, interessados em fornecer produtos hortifrutigranjeiros constantes no objeto deste edital nos termos da Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009 e resolução/CD/FNE Nº 38, de Julho de 2009, conforme especificações e quantitativos constantes deste Edital e seus anexos, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos. **.**

**2.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 O preço global do presente contrato é de R$ 20.000,00 (VINTE MIL REIAS )no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

| Item | NOME | Descrição do Produto | Unidade de Fornecimento | Quantidade ofertada | Vr. Unitário |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Durval Valerio | Mel Sache(10gr) | UND | 20000 | 0,25 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 02 | Juscelino Ananias Pinheiro | Mel Sache (10gr) | und | 20000 | 0,25 |
| 03 | Evaristo Martins Deusdará | Mel Sache (10gr) | und | 20000 | 0,25 |
| 04 | Valdelice | Mel Sache (10gr) | und | 20000 | 0,25 |

2.2 Os valores mencionados incluem as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

2.3 A contratada devera entregar o objeto do Contrato de acordo com a necessidades do Contratante, e semente após autorização do Municipal /Secretaria solicitante , onde será expedida a ordem de fornecimento para fornecer o objeto de acordo com a necessidade de cada órgão demandante (Anexo I, termo de Referente – Edital da Licitação.

2.4 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO , será de até R$ 20.000,00(vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente `a sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Declaração de limite de Venda por DAP, anexada ao Processo de Licitação

**3. Cláusula Terceira - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO**

3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no **Anexo I** do Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº. 01/2016, no endereço indicado.

3.2 As entregas serão realizadas conforme cronograma de entrega estipulado pela nutricionista.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no **Anexo I** mediante solicitação do gestor do contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio de apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais correspondentes, mediante verificação do atendimento às especificações contidas no **Anexo I**.

III – Os gêneros alimentícios deverão ser transportados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

IV – O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Órgão Solicitante.

V – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade dos produtos licitados, ou em caso de vicíos, e alteração na qualidade do produto, o Contratado disporá de um prazo de um ano após a assinatura do contrato para proceder às substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**4. Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO**

4.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, e conferência da regularidade dos mesmos, efetuará o seu pagamento no prazo máximo de 15 dias corridos.

4.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

03. Secretaria de Educação .

01-Departamento de Educação.

Proj. Atividade : 2009 – Manutenção da Merenda Escolar

434- 33.90.30.00.00- Material de Consumo

**6. Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Anexo I** da Chamada Pública e no presente Contrato;

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na Chamada Pública e na Proposta de Venda, para fins de recebimento;

§ 2º - DA CONTRATADA

I - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, e em sua Proposta de Venda, visando a boa e perfeita execução do objeto;

II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **Anexo I** da Chamada Pública e neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades, estipuladas no art. 38 do Decreto nº 45.902/2012:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) vinte por cento sobre o valor do fornecimento não realizado ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2 A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATADO ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais aquelas dispostas no art. 46 do Decreto nº 46.902/2012.

7.4 Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no **Anexo I** do Edital, na Proposta de Venda da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º - No caso de qualquer irregularidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para que sejam tomadas as providencias necessárias para correção das falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, incluindo-se falhas de natureza técnica e defeitos ocultos.

§ 3º - Ressalva-se o direito do CONTRATANTE de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso esse se afaste das especificações do Edital e de sua Proposta de Venda.

**9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 Este contrato tem vigência por 12 meses, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

10.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 A rescisão do Contrato poderá se dará conforme regulamenta o art. 79 da Lei nº 8.666/93:

§ 1 º - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, ficam os contratantes autorizados a reter a garantia do CONTRATO e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2 º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no diário oficial da AMM e DIARIO OFICIAL DE CONTAS DO TCE/MT. para que surta seus efeitos legais

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PORTO ESPERIDIÃO–MT, 26 de abril de 2016

_____

**GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**ASSOCIAÇÃO PORTENSE DE APICULTORES**

**Contratada**

_____

Procurador Jurídico

_____

Nome: Cledinei Rocha do Nascimento

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

_____

Nome:

RG/CPF:

_____

Nome:

RG/CPF:

**LICITAÇÃO**
**PUB DE EDITAL COMPLEMENTAR 001 PREGÃO 10/2016**

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL COMPLEMENTAR 001/2016**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 75/2015**

**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 10/2016**

**EDITAL COMPLEMENTAR 01/2016**

**1. PREÂMBULO**

**1.1** – A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, através do Pregoeiro **Sr. RONEY BATISTA CARDOSO** e de sua equipe de apoio, nomeada pelo Decreto nº **23/2016** de 02 de maio de 2016.com a devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, e em conformidade com a Lei nº 10.520, subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e, demais alterações e legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação, no dia **09 de Maio de 2016, às 9h00min**, **Sala de Licitação, localizada na sede da Prefeitura, sito Rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444 Porto Esperidião** MT, na modalidade **PREGÃO,** na forma **PRESENCIAL,** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, para o período de 12 (doze) meses, nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

**2.0 DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

**Fica marcada nova data de abertura no seguinte local data e horário:**

**LOCAL**: Sala de Licitações da Prefeitura de Porto Esperidião-MT, endereço rua Arnaldo Jorge da Cunha-444-centro.

**DATA: 09/05/2016**

**HORÁRIO: 09 HORAS – horário de MT.**

**1. DO OBJETO E FINALIDADE 1.1.** Registro de preços para **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, EM MODELOS DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO** . A finalidade da presente aquisição é o fornecimento de materiais de expediente, sendo recargas, toner e cartuchos necessários para atender a demanda de serviços administrativos das diversas Secretarias do Município de Porto Esperidião, a fim de garantir o bom andamento dos serviços. **2. DA JUSTIFICATIVA 2.1.** Considerando que os serviços administrativos de toda Prefeitura não param

em momento algum, necessário se faz que seja feita a aquisição dos materiais e equipamentos de informática atendendo diversas Secretarias. Uma vez que sem os materiais e equipamentos ora solicitados, importantes para o bom andamento do expediente da Prefeitura, torna-se impossível que os serviços sejam realizados dentro dos prazos, dificultando todo trabalho deste órgão. Portanto, que seja o procedimento legal para aquisição realizado com máxima urgência, considerando os diversos atendimentos que são realizados e dependem da reposição dos citados materiais permanentes e de informática. **3. DO FORNECIMENTO 3.1.** O Município não se responsabilizará por equipamentos fornecidos que não esteja requisitado e autorizada na forma deste edital. **3.2.** Os materiais serão realizados nos prazos e condições já estabelecidos neste edital. **3.3.** Os materiais e equipamentos objetos deste edital é considerado essencial e ininterrupto, e sua entrega é de inteira responsabilidade da Contratada por todo período que durar o contrato. **3.4.** Nos preços ofertados deverão estar inclusos todas as despesas pertinentes tais como: materiais, equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciários e de segurança do trabalho, ferramentas, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, enfim todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. **3.5.** Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais serem fornecidos sem ônus adicionais. **4. ESPECIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS 4.1.** A empresa detentora do registro de preços deverá realizar o fornecimento do equipamento e material licitado indicados neste termo, conforme especificado abaixo, de forma fracionada, obedecendo as especificações e características descritas no anexo .

**4.2.** As quantidades constantes acimasão estimativas, **não obriga a Administração à aquisição total. 4.3.** O objeto deste termo de referência deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial para Registro de Preço. **5. CONSIDERAÇÕES GERAIS 5.1.** Todas as dúvidas dos Proponentes quanto à execução dos produtos deverão ser esclarecidas pela Secretaria Municipal de Administração, antes da apresentação da proposta, não sendo considerada qualquer reclamação posteriormente a abertura das propostas, sem prejuízo entretanto, do direito de recurso, e demais medidas contestatórias, previstas na Lei Federal nº 8666/93

**12.0 DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

**Ficam ajustados as descrições e especificações dos itens a serem adquiridos Conforme segue abaixo descriminados, não se altera os valores de referencia nem as exigências dos documentos de habilitação e propostas conforme condições mencionadas no edital publicado anteriormente.**

**13. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Serão desclassificadas as propostas que deixarem de cumprir as descrições especificações dos itens supramencionas.

13.1 As propostas que estiverem com valor acima do preço médio do valor de referencia.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UN. | QUANT. | V. UNITARIO |
|---|---|---|---|---|
| 374274 | **AR CONDICIONADO 60.000 BTUS.**<br>DESCRIÇÃO:<br>- Piso Teto Frio 60.000 BTU/h<br>DESCRIÇÃO:<br>- Controle com display digital: Facilita a visualização da temperatura escolhida.<br>- Timer / sleep: Programação para ligar e desligar o ar-condicionado. A função sleep programada antes de dormir, proporciona um sono tranquilo, através do ajuste de temperatura necessário ao metabolismo do corpo humano durante as horas de sono. - Possui alta vazão de ar que proporciona maior alcance de ventilação podendo refrigerar ou aquecer mais rapidamente o ambiente - Baixo consumo de energia elétrica - Air swing movimento automático das aletas. - Auto Reset. - Fabricação nacional. - Baixo consumo de energia-- Filtro de ar lavável e removível - Timer 24h - Auto-Start - Controle remoto com display<br>CARACTERISTICAS TECNICAS DO PRODUTO<br>- Capacidade Nominal de refrigeração – kW (BTU/h): (60.000) - Ciclo: Frio - Capacidade: 60.000 BTU/H - Tensão/ Fase/ Frequência: Unidade Interna (220V/ 3F/ 60Hz). Unidade externa (220V/ 3F C/Neutro / 60Hz) - Modelo: Atualle - Classificação Energética: C - Tecnologia: Convencional - Corrente de operação A: 21,1 Amperes - Disjuntor: 32A<br>- Potencia elétrica (W): 6464W - Eficiência (W/W): 2,72 - Corrente de partida: 23 A<br>- Vazão de Ar M3/H: 2010 M3/H na velocidade baixa e 3150 M3/H na velocidade alta - Nível de Ruído (dB): 59 DB - Sistema de expansão: Piston/ condensador - Gás refrigeração: R-22 - Carga de Gás (g): 500 Gr é necessário completar o sistema de acordo com o tamanho da linha. - Compressor (Tipo): Rotativo/ Scroll baixo nível de ruído - Área de aplicação (M2): de 80 a 100 m, dependendo das condições do ambiente - Comp. Max. Da Tubulação M: 30 metros - Desnível Max. Entre as Unidades M: 15 - Diâmetro do dreno (mm): 9,53 (3/8) DIMENSÕES: - Unidade Interna (L x A x P)mm: (1672 × 673 × 243) - Unidade Externa (L x A x P)mm: (869 × 1162 × 325)<br>MASSA BRUTA (PESO BRUTO):<br>- Unidade Interna: 46 KG<br>- Unidade Externa: 98 KG<br>DIÂMETRO DAS TUBULAÇÕES:<br>Diâmetro das Conexões<br>- Sucção – mm (in): 19,05 (3/4) 3/4" até 10 metros, 7/8" até 15 metros, 1" até 20 metros e 1-1/8" até 30 metros<br>- Expansão – mm (in): 9,52 (3/8")<br>CONTEUDO DA EMBALAGEM<br>- 1 Unidade Externa - 1 Unidade Interna<br>- 1 Controle Remoto - Manual do usuário. | UN | 03 | 8.442,75 |
| 374034 | **AR CONDICIONADO 12.000 BTUS.**<br>AR CONDICIONADO SPLIT 12.000<br>KIT DE AR CONDICIONADO SPLIT PLUS12.000 BTU – CLASSE A<br>- LINHA CLASSE A<br>A linha Classe A da Elgin possui design diferenciado com display digital e degelo inteligente – a unidade pode definir se é ou não necessário ligar a função de acordo com a temperatura da unidade interna.<br>- AUTO LIMPEZA DA EVAPORADORA<br>Está funcão acaba com o acúmulo de poeira e da umidade na superfície do evaporador, evitando exalar odores indesejáveis.<br>- CLASSIFICAÇÃO A NO INMETRO<br>- QUENTE – FRIO<br>- FUNCÃO TURBO<br>Proporciona um rápido resfriamento do ambiente<br>-FUNÇÃO DUPLO SWING<br>Movimento automático das aletas na direção vertical e na horizontal proporcionando uma melhor distribuição do ar.<br>ESPECIFICAÇÕES<br>- Timer 24h - Sleep – Swing – Autodiagnostico - Controle com display LCD - Display digital no painel - Capacidade de Refrigeração / Aquecimento (W) -12000-2(Unidade interna)/SSQEA-12000-2(unidade xterna): 3516 - Consumo W/h -12000-2(Unidade interna)/SSQEA-12000-2(unidade externa): 1040 - Vazão de Ar (m3/h) -12000-2(Unidade interna)/SSQEA-12000-2(unidade externa): 465 m³/h - Dimensões (AxLxP) Unidade interna e externa (mm) -12000-2(Unidade interna): 250×795×225 -12000-2(unidade externa): 540×795×255 - Peso Aproximado (Kg) -12000-2(Unidade interna): 9 -12000-2(unidade externa): 28 - Classificação do INMETRO -12000-2(unidade externa): A L-12000-2(Unidade interna): A | UN | 24 | 2.369,75 |
| 375011 | **AR CONDICIONADO 9.000 BTUS**<br>AR CONDICIONADO (SPLIT)( 9.000 )<br>LINHA CLASSE A<br>CLASSE A<br>- Possuir a função de auto limpeza da evaporadora, na qual o ventilador permanece funcionando após desligar a unidade, assim mantém o evaporador seco e limpo, | UN | 07 | 1.860,50 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | evitando exalar odores indesejáveis no ambiente.<br>- Função “I feel”, na qual o sensor de temperatura fica no controle remoto. Assim, quando você fica próximo ao controle, a unidade manterá a temperatura escolhida onde você estiver.<br>- A unidade interna possui um display invisível indicando a temperatura do ambiente, que só acende ao ligar a unidade, e se você preferir, aperte a tecla “screen” para desligar o display para maior conforto durante a noite.<br>- Auto reset.<br>- Certificado pelo Inmetro.<br>- Fabricado no brasil.<br>- Frio<br>CARACTERISTICA TÉCNICA DO PRODUTO<br>- Modelo: Classe A - Capacidade Nominal de refrigeração – kW (BTU/h): 3,23 (9000)<br>- Ciclo: Frio<br>- Capacidade: 9.000 BTU/H<br>- Tensão/ Fase/ Frequência: Unidade Interna (220V/ 1F/ 60Hz). Unidade externa (220V/ 1F/ 60Hz)<br>- Classificação Energética: A<br>- Tecnologia: Convencional<br>- Vazão (m3/h): 560<br>- Corrente de operação A: 3,90<br>- Potencia elétrica (W): 814 W<br>- Vazão de Ar M3/H: (560)<br>- Função I Feel: Sim<br>- Auto limpeza no evaporizador: Sim<br>- Air Swing (direcionador de ar automático): Sim<br>- Fluido refrigerante: R-22<br>- Compressor (Tipo): Rotativo<br>DIMENSÕES:<br>- Unidade Evaporadora Interna (L x A x P)mm: (802 × 190 × 265)<br>- Unidade Condensadora Externa (L x A x P)mm: (760 × 540 × 260)<br>MASSA BRUTA (PESO BRUTO):<br>- Unidade Interna: 8,5 KG<br>- Unidade Externa: 27,0 KG<br>CONTEUDO DA EMBALAGEM<br>- 1 Unidade Externa<br>- 1 Unidade Interna<br>- 1 Controle Remoto<br>- Manual de instrução do usuário | | | |

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 03 DE MAIO DE 2016

**RONEY BATISTA CARDOSO-PREGOEIRO**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO**

Concurso Público n. 01/2016– Complementar n. 08/2016

**ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO - CONCURSO PÚBLICO N. 01/2016- EDITAL COMPLEMENTAR N. 08/2016 - O Prefeito Municipal de Porto Esperidião – MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2016, tornam público o Edital Complementar n. 08/2016 que dispõe sobre a divulgação da retificação dos Editais Complementares n. 06 e 07/2016, incluindo nomes de candidatos devidamente inscritos e aptos a realizarem as provas objetivas do presente Concurso. O Edital Complementar n. 08/2016 se encontra na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião – MT e no endereço eletrônico: www.portoesperidiao.mt.gov.br, a partir desta data.**

---

**CONTRATOS E CONVENIOS**
**ERRATA DO CONTRATO 56/2016**

**CONTRATO Nº56/2016**

Ø **Contrato que celebram a Prefeitura Municipal de PORTO ESPERIDIÃO a empresa LUCINEIA APAPRECIDA COSTA**

Ø Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO de PORTO ESPERIDIÃO do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, **CONTRATANTE**, representado pelo Prefeito Sr. **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cinco, Vila Cardoso, Centro, Porto Esperidião - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1143459-0 SSP/MT e do CPF N°820.629.351-53, doravante denominado **CONTRATADO**: **LUCINEIA APARECIDA COSTA, Portadora do RG: 0908437-1 SSP/MT e CPF: 010.219.981-76, Endereço Sitio Bela Vista, Comunidade Sete Galhos,** Cep: 78240.000, Porto Esperidião-MT. Sitio Vista Alegre, Comunidade Sete Galhos, resolvem celebrar o presente Contrato de Chamada Pública 01/2016, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto CHAMADA PÚBLICA, é o CREDENCIAMENTO**,** do tipo menor preço, visando a contratação dos **Agricultores Familiares e/ou Empreendedores Familiares Rurais , sendo pessoas físicas ou Cooperativas,** inscritas no Programa Nacional de Agricultura Familiar, interessados em fornecer produtos hortifrutigranjeiros constantes no objeto deste edital nos termos da Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009 e resolução/CD/FNE Nº 38, de Julho de 2009, conforme especificações e quantitativos constantes deste Edital e seus anexos, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos. **.**

**2.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 O preço global do presente contrato é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

| Item | Descrição do Produto | Unidade de Fornecimento | Quantidade ofertada | Vr. Unitário |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Alface (250g) | PE | 3000 | 3,05 |

2.2 Os valores mencionados incluem as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

2.3 A contratada devera entregar o objeto do Contrato de acordo com a necessidades do Contratante, e semente após autorização do Municipal /Secretaria solicitante , onde será expedida a ordem de fornecimento para fornecer o objeto de acordo com a necessidade de cada órgão demandante (Anexo I, termo de Referente – Edital da Licitação.

2.4 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO , será de até R$ 20.000,00(vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente `a sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Declaração de limite de Venda por DAP, anexada ao Processo de Licitação

**3. Cláusula Terceira - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO**

3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no **Anexo I** do Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº. 01/2016, no endereço indicado.

3.2 As entregas serão realizadas conforme cronograma de entrega estipulado pela nutricionista.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no **Anexo I** mediante solicitação do gestor do contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio de apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais correspondentes, mediante verificação do atendimento às especificações contidas no **Anexo I**.

III – Os gêneros alimentícios deverão ser transportados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

IV – O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Órgão Solicitante.

V – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade dos produtos licitados, ou em caso de vicíos, e alteração na qualidade do produto, o Contratado disporá de um prazo de um ano após a assinatura do contrato para proceder às substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**4. Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO**

4.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, e conferência da regularidade dos mesmos, efetuará o seu pagamento no prazo máximo de 15 dias corridos.

4.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

03. Secretaria de Educação .

01-Departamento de Educação.

Proj. Atividade : 2009 – Manutenção da Merenda Escolar

434- 33.90.30.00.00- Material de Consumo

**6. Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Anexo I** da Chamada Pública e no presente Contrato;

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na Chamada Pública e na Proposta de Venda, para fins de recebimento;

§ 2º - DA CONTRATADA

I - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, e em sua Proposta de Venda, visando a boa e perfeita execução do objeto;

II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **Anexo I** da Chamada Pública e neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades, estipuladas no art. 38 do Decreto nº 45.902/2012:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) vinte por cento sobre o valor do fornecimento não realizado ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2 A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATADO ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais aquelas dispostas no art. 46 do Decreto nº 46.902/2012.

7.4 Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no **Anexo I** do Edital, na Proposta de Venda da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º - No caso de qualquer irregularidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para que sejam tomadas as providencias necessárias para correção das falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, incluindo-se falhas de natureza técnica e defeitos ocultos.

§ 3º - Ressalva-se o direito do CONTRATANTE de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso esse se afaste das especificações do Edital e de sua Proposta de Venda.

**9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 Este contrato tem vigência por 12 meses, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

10.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 A rescisão do Contrato poderá se dará conforme regulamenta o art. 79 da Lei nº 8.666/93:

§ 1 º - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, ficam os contratantes autorizados a reter a garantia do CONTRATO e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2 º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no diário oficial da AMM e DIARIO OFICIAL DE CONTAS DO TCE/MT. para que surta seus efeitos legais

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PORTO ESPERIDIÃO–MT, 26 de abril de 2016

_____

**GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**LUCINEIA APARECIDA COSTA**

**Contratada**

_____

Procurador Jurídico

_____

Nome: Cledinei Rocha do Nascimento

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

_____

Nome:

RG/CPF:

_____

Nome:

RG/CPF:

**LICITAÇÃO**
**PUB DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 03/2016**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2016**

**DISPENSA 03/2016**

A Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e em consonância com o resultado apresentado pela CPL, e parecer emitido pela Assessoria Jurídica, RESOLVE **HOMOLOGAR** a **DISPENSA Nº 03/2016,** cujo Objeto é **a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, ESPECIAZADOS NA CONSTRUÇÃO E REPARO DE PONTES DE MADEIRA TIPO I, deste Município DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.**

Determino que sejam tomada todas as medidas cabíveis para contratação do referido objeto, em atendimento a solicitação da secretaria requerente.

**Cumpra-se.**

**Publique-se.**

**Porto Esperidião MT, 29 de Março de 2016**

**GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA-**Prefeito Municipal

**CONTRATOS E CONVENIOS**
**EXTRATO DA ERRATA DO CONTRATO 58/2016**

**CONTRATO Nº58/2016**

Ø **Contrato que celebram a Prefeitura Municipal de PORTO ESPERIDIÃO a empresa APARECIDA XAVIER DE SOUZA** Ø Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO de PORTO ESPERIDIÃO do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, **CONTRATANTE**, representado pelo Prefeito Sr. **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cinco, Vila Cardoso, Centro, Porto Esperidião - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1143459-0 SSP/MT e do CPF N°820.629.351-53, doravante denominado **CONTRATADO**: **APARECIDA XAVIER DE SOUZA,** Portadora do RG: 2989729 SSP/GO E CPF: 806.747.041-34, endereço Sitio Bela Vista, Cep: 78240.000, Porto Esperidião-MT resolvem celebrar o presente Contrato de Chamada Pública 01/2016, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto CHAMADA PÚBLICA, é o CREDENCIAMENTO**,** do tipo menor preço, visando a contratação dos **Agricultores Familiares e/ou Empreendedores Familiares Rurais , sendo pessoas físicas ou Cooperativas,** inscritas no Programa Nacional de Agricultura Familiar, interessados em fornecer produtos hortifrutigranjeiros constantes no objeto deste edital nos termos da Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009 e resolução/CD/FNE Nº 38, de Julho de 2009, conforme especificações e quantitativos constantes deste Edital e seus anexos, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos. **.**

**2.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 O preço global do presente contrato é de R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

| Item | Descrição do Produto | Unidade de Fornecimento | Quantidade ofertada | Vr. Unitário |
|---|---|---|---|---|
| 03 | Alface | PE | 3000 | 3,05 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 02 | Cebolinha (150g) | MÇ | 2000 | 3,02 |
| 03 | Mandioca descascada | KG | 1000 | 3,50 |
| 04 | Salsinha | MÇ | 2000 | 2,05 |
| 05 | Couve Manteiga | MÇ | 2200 | 3,08 |

2.2 Os valores mencionados incluem as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

2.3 A contratada devera entregar o objeto do Contrato de acordo com a necessidades do Contratante, e semente após autorização do Municipal /Secretaria solicitante , onde será expedida a ordem de fornecimento para fornecer o objeto de acordo com a necessidade de cada órgão demandante (Anexo I, termo de Referente – Edital da Licitação.

2.4 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO , será de até R$ 20.000,00(vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente `a sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Declaração de limite de Venda por DAP, anexada ao Processo de Licitação

**3. Cláusula Terceira - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO**

3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no **Anexo I** do Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº. 01/2016, no endereço indicado.

3.2 As entregas serão realizadas conforme cronograma de entrega estipulado pela nutricionista.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no **Anexo I** mediante solicitação do gestor do contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio de apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais correspondentes, mediante verificação do atendimento às especificações contidas no **Anexo I**.

III – Os gêneros alimentícios deverão ser transportados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

IV – O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Órgão Solicitante.

V – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade dos produtos licitados, ou em caso de vicíos, e alteração na qualidade do produto, o Contratado disporá de um prazo de um ano após a assinatura do contrato para proceder às substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**4. Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO**

4.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, e conferência da regularidade dos mesmos, efetuará o seu pagamento no prazo máximo de 15 dias corridos.

4.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

03. Secretaria de Educação .

01-Departamento de Educação.

Proj. Atividade : 2009 – Manutenção da Merenda Escolar

434- 33.90.30.00.00- Material de Consumo

**6. Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Anexo I** da Chamada Pública e no presente Contrato;

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na Chamada Pública e na Proposta de Venda, para fins de recebimento;

§ 2º - DA CONTRATADA

I - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, e em sua Proposta de Venda, visando a boa e perfeita execução do objeto;

II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **Anexo I** da Chamada Pública e neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades, estipuladas no art. 38 do Decreto nº 45.902/2012:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) vinte por cento sobre o valor do fornecimento não realizado ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2 A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATADO ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais aquelas dispostas no art. 46 do Decreto nº 46.902/2012.

7.4 Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no **Anexo I** do Edital, na Proposta de Venda da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º - No caso de qualquer irregularidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para que sejam tomadas as providencias necessárias para correção das falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, incluindo-se falhas de natureza técnica e defeitos ocultos.

§ 3º - Ressalva-se o direito do CONTRATANTE de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso esse se afaste das especificações do Edital e de sua Proposta de Venda.

**9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 Este contrato tem vigência por 12 meses, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

10.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 A rescisão do Contrato poderá se dará conforme regulamenta o art. 79 da Lei nº 8.666/93:

§ 1 º - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, ficam os contratantes autorizados a reter a garantia do CONTRATO e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2 º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no diário oficial da AMM e DIARIO OFICIAL DE CONTAS DO TCE/MT. para que surta seus efeitos legais

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO**

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PORTO ESPERIDIÃO–MT, 26 de abril de 2016

_____

**GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**APARECIDA XAVIER DE SOUZA**

**Contratada**

_____

Procurador Jurídico

_____

Nome: Cledinei Rocha do Nascimento

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

_____

Nome:

RG/CPF:

_____

**CONTRATOS E CONVENIOS**
**EXTRATO DA ERRATA DO CONTRATO 59/2016**

**CONTRATO Nº59/2016**

Ø **Contrato que celebram a Prefeitura Municipal de PORTO ESPERIDIÃO a empresa JOAQUIM BRAS DE MIRANDA**

Ø Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO de PORTO ESPERIDIÃO do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, **CONTRATANTE**, representado pelo Prefeito Sr. **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cinco, Vila Cardoso, Centro, Porto Esperidião - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1143459-0 SSP/MT e do CPF N°820.629.351-53, doravante denominado **CONTRATADO**: **JOAQUIM BRAS DE MIRANDA**, portador do RG: 12109010 SJ/MT E CPF: 799.463.051-00, endereço Sitio Santa Catarina comunidade Papiro, Cep: 78240.000, Porto Esperidião-MT. resolvem celebrar o presente Contrato de Chamada Pública 01/2016, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto CHAMADA PÚBLICA, é o CREDENCIAMENTO**,** do tipo menor preço, visando a contratação dos **Agricultores Familiares e/ou Empreendedores Familiares Rurais , sendo pessoas físicas ou Cooperativas,** inscritas no Programa Nacional de Agricultura Familiar, interessados em fornecer produtos hortifrutigranjeiros constantes no objeto deste edital nos termos da Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009 e resolução/CD/FNE Nº 38, de Julho de 2009, conforme especificações e quantitativos constantes deste Edital e seus anexos, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos. **.**

**2.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 O preço global do presente contrato é de R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS )no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

| Item | Descrição do Produto | Unidade de Fornecimento | Quantidade ofertada | Vr. Unitário |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Banana da terra | KG | 1500 | 4,10 |
| 02 | Banana Maça | KG | 1500 | 3,12 |
| 03 | Mandioca descascada | KG | 1000 | 3,50 |
| 04 | Laranja | KG | 5000 | 3,50 |

2.2 Os valores mencionados incluem as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

2.3 A contratada devera entregar o objeto do Contrato de acordo com a necessidades do Contratante, e semente após autorização do Municipal /Secretaria solicitante , onde será expedida a ordem de fornecimento para fornecer o objeto de acordo com a necessidade de cada órgão demandante (Anexo I, termo de Referente – Edital da Licitação.

2.4 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO , será de até R$ 20.000,00(vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente `a sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Declaração de limite de Venda por DAP, anexada ao Processo de Licitação

**3. Cláusula Terceira - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO**

3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no **Anexo I** do Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº. 01/2016, no endereço indicado.

3.2 As entregas serão realizadas conforme cronograma de entrega estipulado pela nutricionista.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no **Anexo I** mediante solicitação do gestor do contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio de apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais correspondentes, mediante verificação do atendimento às especificações contidas no **Anexo I**.

III – Os gêneros alimentícios deverão ser transportados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

IV – O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Órgão Solicitante.

V – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade dos produtos licitados, ou em caso de vicíos, e alteração na qualidade do produto, o Contratado disporá de um prazo de um ano após a assinatura do contrato para proceder às substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**4. Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO**

4.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, e conferência da regularidade dos mesmos, efetuará o seu pagamento no prazo máximo de 15 dias corridos.

4.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

03. Secretaria de Educação .

01-Departamento de Educação.

Proj. Atividade : 2009 – Manutenção da Merenda Escolar

434- 33.90.30.00.00- Material de Consumo

**6. Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Anexo I** da Chamada Pública e no presente Contrato;

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na Chamada Pública e na Proposta de Venda, para fins de recebimento;

§ 2º - DA CONTRATADA

I - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, e em sua Proposta de Venda, visando a boa e perfeita execução do objeto;

II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **Anexo I** da Chamada Pública e neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades, estipuladas no art. 38 do Decreto nº 45.902/2012:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) vinte por cento sobre o valor do fornecimento não realizado ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2 A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATADO ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais aquelas dispostas no art. 46 do Decreto nº 46.902/2012.

7.4 Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no **Anexo I** do Edital, na Proposta de Venda da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º - No caso de qualquer irregularidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para que sejam tomadas as providencias necessárias para correção das falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, incluindo-se falhas de natureza técnica e defeitos ocultos.

§ 3º - Ressalva-se o direito do CONTRATANTE de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso esse se afaste das especificações do Edital e de sua Proposta de Venda.

**9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 Este contrato tem vigência por 12 meses, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

10.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 A rescisão do Contrato poderá se dará conforme regulamenta o art. 79 da Lei nº 8.666/93:

§ 1 º - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, ficam os contratantes autorizados a reter a garantia do CONTRATO e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2 º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no diário oficial da AMM e DIARIO OFICIAL DE CONTAS DO TCE/MT. para que surta seus efeitos legais

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRO- DO FORO**

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PORTO ESPERIDIÃO–MT, 26 de abril de 2016

_____

**GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**JOAQUIM BRAS DE MIRANDA**

**Contratada**

_____

Procurador Jurídico

_____

Nome: Cledinei Rocha do Nascimento

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

_____

Nome:

RG/CPF:

_____

Nome:

RG/CPF:

## CONTRATOS E CONVENIOS
## ERRATA AO CONTRATO 60/2016

**CONTRATO Nº60/2016**

Ø **Contrato que celebram a Prefeitura Municipal de PORTO ESPERIDIÃO a empresa MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA CASSIANO**

Ø Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO de PORTO ESPERIDIÃO do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, **CONTRATANTE**, representado pelo Prefeito Sr. **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cinco, Vila Cardoso, Centro, Porto Esperidião - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1143459-0 SSP/MT e do CPF N°820.629.351-53, doravante denominado **CONTRATADO**: **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA CASSIANO, Portadora do RG:063.2020-1 E CPF: 650.934.452-15** endereço sitio Santa Maria, comunidade São Jorge, Cep: 78240.000, Porto Esperidião-MT resolvem celebrar o presente Contrato de Chamada Pública 01/2016, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto CHAMADA PÚBLICA, é o CREDENCIAMENTO**,** do tipo menor preço, visando a contratação dos **Agricultores Familiares e/ou Empreendedores Familiares Rurais , sendo pessoas físicas ou Cooperativas,** inscritas no Programa Nacional de Agricultura Familiar, interessados em fornecer produtos hortifrutigranjeiros constantes no objeto deste edital nos termos da Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009 e resolução/CD/FNE Nº 38, de Julho de 2009, conforme especificações e quantitativos constantes deste Edital e seus anexos, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos. **.**

**2.CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 O preço global do presente contrato é de R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS )no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

| Item | Descrição do Produto | Unidade de Fornecimento | Quantidade ofertada | Vr. Unitário |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Alface (250gr) | PE | 3000 | 3,05 |
| 02 | Cebolinha | MÇ | 2000 | 3,02 |
| 03 | Mandioca descascada | KG | 1000 | 3,50 |
| 04 | Salsinha (100gr) | KG | 2000 | 2,05 |
| 05 | Abobora Madura | KG | 1200 | 2,55 |
| 06 | Abobrinha Verde | KG | 1200 | 3,15 |

2.2 Os valores mencionados incluem as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

2.3 A contratada devera entregar o objeto do Contrato de acordo com a necessidades do Contratante, e semente após autorização do Municipal /Secretaria solicitante , onde será expedida a ordem de fornecimento para fornecer o objeto de acordo com a necessidade de cada órgão demandante (Anexo I, termo de Referente – Edital da Licitação.

2.4 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO , será de até R$ 20.000,00(vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente `a sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Declaração de limite de Venda por DAP, anexada ao Processo de Licitação

**3. Cláusula Terceira - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO**

3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no **Anexo I** do Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº. 01/2016, no endereço indicado.

3.2 As entregas serão realizadas conforme cronograma de entrega estipulado pela nutricionista.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no **Anexo I** mediante solicitação do gestor do contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio de apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais correspondentes, mediante verificação do atendimento às especificações contidas no **Anexo I**.

III – Os gêneros alimentícios deverão ser transportados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

IV – O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Órgão Solicitante.

V – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade dos produtos licitados, ou em caso de vícios, e alteração na qualidade do produto, o Contratado disporá de um prazo de um ano após a

assinatura do contrato para proceder às substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**4. Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO**

4.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, e conferência da regularidade dos mesmos, efetuará o seu pagamento no prazo máximo de 15 dias corridos.

4.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

03. Secretaria de Educação .

01-Departamento de Educação.

Proj. Atividade : 2009 – Manutenção da Merenda Escolar

434- 33.90.30.00.00- Material de Consumo

**6. Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Anexo I** da Chamada Pública e no presente Contrato;

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na Chamada Pública e na Proposta de Venda, para fins de recebimento;

§ 2º - DA CONTRATADA

I - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, e em sua Proposta de Venda, visando a boa e perfeita execução do objeto;

II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **Anexo I** da Chamada Pública e neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades, estipuladas no art. 38 do Decreto nº 45.902/2012:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) vinte por cento sobre o valor do fornecimento não realizado ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2 A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATADO ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais aquelas dispostas no art. 46 do Decreto nº 46.902/2012.

7.4 Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no **Anexo I** do Edital, na Proposta de Venda da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º - No caso de qualquer irregularidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para que sejam tomadas as providencias necessárias para correção das falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, incluindo-se falhas de natureza técnica e defeitos ocultos.

§ 3º - Ressalva-se o direito do CONTRATANTE de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso esse se afaste das especificações do Edital e de sua Proposta de Venda.

**9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 Este contrato tem vigência por 12 meses, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

10.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 A rescisão do Contrato poderá se dará conforme regulamenta o art. 79 da Lei nº 8.666/93:

§ 1 º - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, ficam os contratantes autorizados a reter a garantia do CONTRATO e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2 º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no diário oficial da AMM e DIARIO OFICIAL DE CONTAS DO TCE/MT. para que surta seus efeitos legais

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA- DO FORO**

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PORTO ESPERIDIÃO–MT, 26 de abril de 2016

_____

**GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA CASSIANO**

**Contratada**

_____

Procurador Jurídico

_____

Nome: Cledinei Rocha do Nascimento

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

_____

Nome:

RG/CPF:

_____

Nome:

RG/CPF:

**SECRETARIA DE FINANCIA E FAZENDA**
**EDITAL**

EDITAL

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, Excelentíssimo Senhor **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA**, portador do RG 1149459-0 SSP/MT e do CPF:820.629.351-53.

**FAZ SABER**

A todos os Munícipes de Porto Esperidião/MT que a beneficiária contemplada com unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida 2, abaixo listado, estando em lugar incerto e não sabido, deverá se apresentar, na sede da Secretaria de Assistência Social, a Av. 13 de Maio, nº 691, centro, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação deste, para comprovar que ainda reside na cidade, sob pena de, em não o fazendo, serem considerada **DESISTENTE,** podendo ser imediatamente excluída e substituída por outro candidato selecionado e aprovados. Para conhecimento de todos é publicado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada na sede da Secretaria.

| NOME | CPF | OBS: |
|---|---|---|
| EDINALVA RAIMUNDA SILVA DOS REIS | 015.125.691-86 | |

Porto Esperidião/MT, 25 de janeiro de 2016.

**GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2016**

**Objeto**: **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço por item, COM PARTICIPAÇÃO *EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE***, com base no artigo 38 da Lei Municipal n.º 260/2009, objetivando a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE INSTRUÇÃO E/OU MONITORAMENTO DE CURSOS EDUCACIONAIS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAUCHOS- MT.

**Repartições interessadas:**..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL;

**Modalidade de licitação**:..... PREGÃO PRESENCIAL

**Tipo de licitação:**---------- MENOR PREÇO POR ITEM

**Conformidade:**---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, E LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DECRETO MUNICIPAL Nº. 04/2012 DE 09/01/2012 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Porto dos Gaúchos – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

Empresa vencedora:

**JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA - MEI**

**CNPJ 21.113.265/0001-76**

**VALOR GLOBAL: R$ 16.800,00 (Dezesseis mil e Oitocentos reais)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Maio de 2016.

**Moacir Pinheiro Piovesan**

Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**CONTRATO Nº. 32/2016 EXTRATO RESUMIDO**

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

**CONTRATADO:**

SALETE BORGES DE OLIVEIRA - MEI.

**OBJETO DO CONTRATO:**

PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, COM BASE NO ARTIGO 38 DA LEI MUNICIPAL N.º 260/2009, OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE INSTRUÇÃO E/OU MONITORAMENTO DE CURSOS EDUCACIONAIS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAUCHOS-MT.

**DATA DO CONTRATO:**---------- 02 de Maio de 2016.

**PRAZO DO CONTRATO:**---------- Até 31 de Dezembro de 2016.

**VALOR DO CONTRATO:**---------- R$ 13.600,00

---------- (Treze Mil e Seiscentos Reais)

**PROCESSO LICITATÓRIO:** Pregão Presencial nº. 20/2016

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02 de Maio de 2016.

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**

Prefeito municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2016**

**Onde se lê;**

**Objeto**: **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço por item, COM PARTICIPAÇÃO *EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE***, com base no artigo 38 da Lei Municipal n.º 260/2009, objetivando a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE INSTRUÇÃO E/OU MONITORAMENTO DE CURSOS EDUCACIONAIS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAUCHOS- MT.

**Repartições interessadas:**..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL;

**Modalidade de licitação**:..... PREGÃO PRESENCIAL

**Tipo de licitação:**---------- MENOR PREÇO POR ITEM

**Conformidade:**---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, E LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DECRETO MUNICIPAL Nº. 04/2012 DE 09/01/2012 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Porto dos Gaúchos – MT, através de seu Prefeito Municipal,

senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

Empresa vencedora:

**JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA - MEI**

**CNPJ 21.113.265/0001-76**

**VALOR GLOBAL: R$ 16.800,00 (Dezesseis mil e Oitocentos reais)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Maio de 2016.

**Moacir Pinheiro Piovesan**

Prefeito Municipal

**leia-se;**

**Objeto**: **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço por item, COM PARTICIPAÇÃO *EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE***, com base no artigo 38 da Lei Municipal n.º 260/2009, objetivando a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE INSTRUÇÃO E/OU MONITORAMENTO DE CURSOS EDUCACIONAIS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAUCHOS- MT.

**Repartições interessadas:**..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL;

**Modalidade de licitação**:..... PREGÃO PRESENCIAL

**Tipo de licitação:**---------- MENOR PREÇO POR ITEM

**Conformidade:**---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, E LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DECRETO MUNICIPAL Nº. 04/2012 DE 09/01/2012 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Porto dos Gaúchos – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

Empresa vencedora:

**JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA - MEI**

**CNPJ 21.113.265/0001-76**

**VALOR GLOBAL: R$ 16.800,00 (Dezesseis mil e Oitocentos reais)**

Empresa vencedora:

**SALETE BORGES DE MACEDO - MEI**

**CNPJ 21.113.265/0001-76**

**VALOR GLOBAL: R$ 13.600,00 (Treze mil e Seiscentos reais)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Maio de 2016.

**Moacir Pinheiro Piovesan**

Prefeito Municipal

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2016**

**Objeto**: **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço por item, COM PARTICIPAÇÃO *EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE***, com base no artigo 38 da Lei Municipal n.º 260/2009, objetivando a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE INSTRUÇÃO E/OU MONITORAMENTO DE CURSOS EDUCACIONAIS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAUCHOS- MT.

**Repartições interessadas:**..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL;

**Modalidade de licitação**:..... PREGÃO PRESENCIAL

**Tipo de licitação:**---------- MENOR PREÇO POR ITEM

**Conformidade:**---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, E LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DECRETO MUNICIPAL Nº. 04/2012 DE 09/01/2012 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Porto dos Gaúchos – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **HOMOLOGA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

Empresa vencedora:

**JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA - MEI**

**CNPJ 21.113.265/0001-76**

**VALOR GLOBAL: R$ 16.800,00 (Dezesseis mil e Oitocentos reais)**

Empresa vencedora:

**SALETE BORGES DE MACEDO - MEI**

**CNPJ 21.113.265/0001-76**

**VALOR GLOBAL: R$ 13.600,00 (Treze mil e Seiscentos reais)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Maio de 2016.

**Moacir Pinheiro Piovesan**

Prefeito Municipal

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**CONTRATO Nº. 31/2016 EXTRATO RESUMIDO**

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

**CONTRATADO:**

JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA - MEI.

**OBJETO DO CONTRATO:**

PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, COM BASE NO ARTIGO 38 DA LEI MUNICIPAL N.º 260/2009, OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE INSTRUÇÃO E/OU MONITORAMENTO DE CURSOS EDUCACIONAIS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAUCHOS-MT.

**DATA DO CONTRATO:**---------- 02 de Maio de 2016.

**PRAZO DO CONTRATO:**---------- Até 31 de Dezembro de 2016.

**VALOR DO CONTRATO:**---------- R$ 16.800,00

---------- (Dezesseis Mil e Oitocentos Reais)

**PROCESSO LICITATÓRIO:** Pregão Presencial nº. 20/2016

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02 de Maio de 2016.

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**

Prefeito municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**AO CONTRATO Nº 045/2015**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU – MT.

CONTRATADO: PENTA SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA

OBJETO DO ADITIVO:RECOMPOSIÇÃO (EQUILÍBRIO FINANCEIRO) CORRESPONDE AO ACRÉSCIMO DE 10,54 % BASEANDO-SE NO IGPM 2015, CONFORME REQUERIMENTO FORMULADO PELA EMPRESA E CONFORME CONTRATO NA CLAUSULA 13, ITEM 13.7, COM FUNDAMENTO ART. 65, I, ALÍNEA B, C/C §1º, DA LEI Nº. 8.666/93.

VALOR ADITADO: R$ 98.342,22 (NOVENTA E OITO MIL TREZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)

DATA: 19/04/2016

MARCELO MARQUES BARBOSA DE SOUZA

PRESIDENETE DA CPL

**CÂMERA MUNICIPAL**
**PORTARIA Nº 16/2016**

Portaria nº 15/2016 Poxoréu – (MT) em, 02 de maio de 2016.

**ADMITIR ANAILTON ALVES DOS SANTOS, PARA EXERCER O CARGO DE GUARDA NOTURNO, LOTADO NA CÂMRA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT, EM SUBSTITUIÇÃO A IGUIMAR SILVA SOARES, QUE SOLICITOU LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR PELO PERÍODO DE 02 (DOIS) ANOS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, Vereador **CARLOS ANTÔNIO DO CARMO,** usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 19 inciso II e VI e inciso IX do artigo. 105 da Lei Orgânica Municipal, consubstanciado com art. 21 inciso XIV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Poxoréu e A Lei Municipal nº 1.494 de 13 de janeiro de 2012;

**Resolve:**

Art. 1º - Admitir, **Anailton Alves dos Santos**, RG nº 541805 SSP/MT e CPF nº 482.006.891-15 e PIS/PASEP nº 127.3049240.4, para exercer o Cargo de Guarda Noturno, a partir de **01 de maio** de 2016, na Câmara Municipal de Poxoréu-MT, em substituição á Iguimar Silva Soares, que solicitou licença para interesse particular pelo Período de 02 (dois) anos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, revogadas as disposições em contrários.

Art. 3º - Registra –se, Pública - se e cumpra-se.

Gabinete do Poder Legislativo Municipal, aos dois dias do mês de maio de 2016.

**Ver. Carlos Antônio do Carmo**

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

A presente Portaria foi publicada por afixação no hall da Câmara Municipal de Poxoréu – MT em, 02 de maio de 2016 e no diário eletrônico dos municípios de Mato Grosso.

Simone Santos Gouveia

Coordenadora Administrativa

**CÂMERA MUNICIPAL**
**PORTARIA Nº 15/2016**

Portaria nº 15/2016 Poxoréu – (MT) em, 02 de maio de 2016

**ADMITIR ANAILTON ALVES DOS SANTOS, PARA EXERCER O CARGO DE GUARDA NOTURNO, LOTADO NA CÂMRA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT, EM SUBSTITUIÇÃO A IGUIMAR SILVA SOARES, QUE SOLICITOU LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR PELO PERÍODO DE 02 (DOIS) ANOS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, Vereador **CARLOS ANTÔNIO DO CARMO,** usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 19 inciso II e VI e inciso IX do artigo. 105 da Lei Orgânica Municipal, consubstanciado com art. 21 inciso XIV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Poxoréu e A Lei Municipal nº 1.494 de 13 de janeiro de 2012;

**Resolve:**

Art. 1º - Admitir, **Anailton Alves dos Santos**, RG nº 541805 SSP/MT e CPF nº 482.006.891-15 e PIS/PASEP nº 127.3049240.4, para exercer o Cargo de Guarda Noturno, a partir de **01 de maio** de 2016, na Câmara Municipal de Poxoréu-MT, em substituição á Iguimar Silva Soares, que solicitou licença para interesse particular pelo Período de 02 (dois) anos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, revogadas as disposições em contrários.

Art. 3º - Registra –se, Pública - se e cumpra-se.

Gabinete do Poder Legislativo Municipal, aos dois dias do mês de maio de 2016.

**Ver. Carlos Antônio do Carmo**

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

A presente Portaria foi publicada por afixação no hall da Câmara Municipal de Poxoréu – MT em, 02 de maio de 2016 e no diário eletrônico dos municípios de Mato Grosso.

Simone Santos Gouveia

Coordenadora Administrativa

## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

**LICITAÇÕES**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 057/2016**

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 057/2016, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

**PROCESSO**: 057/2016

**MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL n. 046/2016

**OBJETO:** Registro de preços para contratação de empresa especializada para realização de exames de endoscopia digestiva para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do município de Querência – MT.

**Vencedoras:**

MEDIQUER – MEDICINA QUERENCIA LTDA -EPP, CNPJ: 05.888.470/0001-57, foi a vencedora do item com o seguinte código: 50444, com um valor total de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

Querência - MT, 03 de maio de 2016.

**Adriana Matias Rodrigues Malvessi**

Pregoeira Oficial

**ADMINISTRATIVO**
**LEI MUNICIPAL N. 995/2016**

LEI MUNICIPAL N. 995/2016

DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Institui a Semana do Bebê e dá outras providências.

Gilmar Reinoldo Wentz, Prefeito Municipal de Querência/MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica Instituída a Semana do Bebê, a qual passa a integrar o calendário Oficial dos eventos do município de Querência-MT, a ser realizada anualmente na primeira semana de maio.

**Art. 2º.** A Semana do Bebê terá por objetivo:

I – contribuir para a diminuição do índice de mortalidade infantil, melhoria da qualidade de vida das crianças de 0 a 6 anos e destacar a importância dos vínculos afetivos no desenvolvimento de crianças e adolescentes saudáveis estimulando a capacidade de mobilização e trabalho comunitário;

II – diminuir as situações de exclusão social decorrente da gravidez precoce;

III – informar, sensibilizar e envolver a sociedade nas questões relacionadas a primeira infância, haja vista que é no início da existência do ser humano que todos os sistemas vitais organizam os alicerces de seu funcionamento posterior; e

IV – conferir visibilidade social às ações pertinentes no âmbito intersecretarial e interinstitucional.

**Art. 3º** A Semana do Bebê compreenderá a realização de seminários, ciclos de palestras e ações educativas nos estabelecimentos da rede pública de ensino, postos de saúde, bem como, a divulgação de programas e serviços oferecidos às gestantes e crianças de 0 à 6 anos de idade, atendimento médico e psicológico.

Parágrafo único. Para a realização das atividades previstas no caput deste artigo, o Poder Executivo fica autorizado a estabelecer convênios e parcerias com instituições públicas e privadas que atuem ou tenham comprometimento com a questão da adolescência.

**Art. 4º.** Caberá às Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, coordenar a realização dos eventos na Semana do Bebê, promovendo a sua divulgação, bem como propondo ao Governo Municipal, o estabelecimento de convênios e parcerias a que alude o artigo anterior.

**Art. 5º.** Os órgãos municipais que tenham comprometimento com a questão da primeira infância deverão desenvolver ações sistemáticas e continuadas ao longo do ano, com vistas à orientação, prevenção e acompanhamento da gravidez, contribuindo, ainda, com a Secretaria Municipal de Saúde, Educação e Assistência Social para a realização da Semana de que trata esta Lei.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – MT, 19 de Abril de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES**
**VISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - MT**

A Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna público que por meio do processo nº. 070/2016 fará Adesão à Ata de Registro de Preços n° 005/2016 oriunda do Pregão Presencial n° 006/2016, da Prefeitura Municipal de Jaciara, cujo objeto é o ***Registro de Preços para C*ontratação de empresa para prestação de serviços de diversos tipos de publicação no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e Jornal Regional de Grande Circulação**, parcialmente, nos moldes do Decreto 7892/2013/PR/CC e lei 8666/93, com intuito de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Querência/MT.

**Fornecedor:** K3 COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA - EPP – CNPJ 10.676.614/0001-41, nos itens 01, 02 e 03 com valor total de R$ 53.970,00 (cinquenta e três mil novecentos e setenta reais).

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

**Prefeito Municipal**

_____

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

**Pregoeira Oficial**

**ADMINISTRATIVO**
**DECRETO Nº. 1.583/2016**

**DECRETO Nº. 1.583/2016 DE 11 DE ABRIL DE 2016**

Dispõe sobre a Substituição de membro do Comitê Setorial de Planejamento do Programa de Desenvolvimento Institucional e Integrado (PDI) do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), e dá outras providências.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência - MT, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

**Artigo 1°** - Fica substituído o(a) Coordenador(a) Geral do Comitê Setorial de Planejamento do Programa de Desenvolvimento Institucional e Integrado (PDI) do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), da seguinte forma:

**I – Coordenador (a) Geral**

Tatiane Rosa Machado

**Artigo 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – MT, 11 de Abril de 2016.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRATIVO**
**DECRETO Nº 1.582/2016**

**DECRETO Nº 1.582/2016**

**DE 11 DE ABRIL DE 2016.**

"Altera o Calendário Fiscal aplicável ao exercício de 2016 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Complementar n° 013 de 28 de dezembro de 1998 e suas alterações e,

Considerando a necessidade de regulamentar novos prazos e vencimentos dos tributos municipais;

Considerando os descontos e alíquotas previstos nas Leis Complementares nº. 039/2015, 063/2013 e 078/2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º, itens 1.1 e 1.2, do Decreto 1.546/2016, de 07 de Janeiro de 2016, que passa a vigorar com o seguinte texto:

1.1 – Imposto Predial e Territorial Urbano (Imóveis Edificados):

09/06/2016 – vencimento da parcela única (Com desconto de 20%)

09/06/2016 – vencimento da 1ª parcela (Sem desconto)

08/07/2016 – vencimento da 2ª parcela (Sem desconto)

09/08/2016 – vencimento da 3ª parcela (Sem desconto)

09/09/2016 – vencimento da 4ª parcela (Sem desconto)

07/10/2016 – vencimento da 5ª parcela (Sem desconto)

1.2 – Imposto Predial e Territorial Urbano (Imóveis não edificados):

09/06/2016 – vencimento da parcela única (Com desconto de 10%)

09/06/2016 – vencimento da 1ª parcela (Sem desconto)

08/07/2016 – vencimento da 2ª parcela (Sem desconto)

09/08/2016 – vencimento da 3ª parcela (Sem desconto)

09/09/2016 – vencimento da 4ª parcela (Sem desconto)

07/10/2016 – vencimento da 5ª parcela (Sem desconto)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o art. 1º, itens 1.1 e 1.2, do Decreto nº1.546/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 11 de Abril de 2016.

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRATIVO**
**LEI MUNICIPAL N. 994/2016**

LEI MUNICIPAL N. 994/2016

DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal do Trabalho e dá outras providências.

Gilmar Reinoldo Wentz, Prefeito Municipal de Querência/MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

***TITULO I***

***DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO***

**CAPÍTULO I**

**Art. 1º.** Fica criado o Conselho Municipal do Trabalho – CMT, órgão deliberativo de caráter permanente e âmbito municipal.

**Art. 2º.** O Conselho Municipal do Trabalho tem por finalidade fiscalizar, assessorar, estudar, propor e aprovar diretrizes para o desenvolvimento das Relações de Trabalho, privilegiando a participação da Sociedade Civil organizada no estabelecimento de diretrizes e prioridades para a implementação das políticas públicas de emprego em âmbito municipal.

**CAPÍTULO II**

**DA COMPETÊNCIA**

**Art. 3º.** Compete ao Conselho Municipal do Trabalho:

**I-** Estabelecer, acompanhar e avaliar ações na área de emprego e relação de trabalho, no âmbito do município, propondo medidas que julgar necessárias ao desenvolvimento produtivo que gerem ocupação e renda. **II-** Identificar e selecionar áreas prioritárias de atuação do Programa de geração de Emprego e Renda e do Programa de Qualificação Profissional. **III-** Acompanhar a Execução do Plano de Trabalho do Sistema Nacional de Emprego, do PROGER e do Programa de Qualificação Profissional em seus níveis de competência. **IV-** Propor aos órgãos do Sistema Nacional de Emprego do Estado, com base em relatórios técnicos, medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho Local. **V-** Promover o intercambio de informações com o Conselho Estadual, microrregionais e municipais de emprego, objetivando não apenas a integração do Sistema, mas também a obtenção de dados orientadores de suas ações. **VI-** Propor a alocação de recursos, por área de atuação, quando da elaboração do Plano de Trabalho pelo Sistema Nacional de Emprego no âmbito correspondente. **VII-** Garantir a participação da sociedade civil organizada na formulação e gestão das políticas públicas de geração de emprego e renda e de qualificação profissional; **VIII-** Acompanhar o desempenho do mercado de trabalho local, considerando o perfil e as possibilidades de alocação da força de trabalho disponível, bem como examinando o impacto sobre o mesmo das políticas governamentais; **IX-** Opinar sobre a celebração de convênios ou de contratos, que permitam a órgãos públicos ou a entidades privadas realizarem qualificação ou requalificação de trabalhadores desempregados e empregados; **X-** Articular-se com entidades de formação profissional em geral, inclusive com escolas técnicas, na busca de parceria na qualificação e assistência aos beneficiários do FAT e propor subsídios à formulação da Política Municipal e Estadual de Formação Profissional; **XI-** Deliberar, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; **XII-** Apreciar e aprovar proposições a serem encaminhadas para análise do CET e do CODEFAT, as quais serão examinadas tendo em vista a compatibilização do Plano Anual de Trabalho do Sistema Nacional de Emprego; **XIII-** Subsidiar, quando solicitado, as deliberações do Conselho Estadual de Trabalho – CET; **XIV-** Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno; **XV-** Elaborar o seu plano de trabalho anual, encaminhando-o ao Conselho Estadual do Trabalho – CET, ou ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT; **XVI-** Formar grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos; e conceder vista de matérias a serem votadas aos membros do Conselho, quando solicitado.

**Parágrafo Único.** As decisões do Conselho Municipal do Trabalho deverão ser tecnicamente fundamentadas.

**CAPÍTULO III**

**DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 5º.** O Conselho Municipal do Trabalho de Querência (CMT) será constituído de forma Tripartite e paritária por 16 (dezesseis) membros, sendo 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, de acordo com os seguintes critérios:

**I-** 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) Membros Titulares e 02 (dois) membros Suplentes, indicados pelo Poder Público Municipal, sendo um suplente indicado pelo Estado; **II-** 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) Membros Titulares e 02 (dois) membros Suplentes, indicados pelo Órgão Representativo da Classe dos Empregadores; **III-** 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) Membros Titulares e 02 (dois) membros Suplentes, indicados pelo Órgão Representativo da Classe dos Trabalhadores.

**Parágrafo Único.** Os Órgãos e entidades de que trata este artigo indicarão os respectivos membros titulares e suplentes que farão parte do Conselho, podendo propor, a qualquer tempo, a substituição dos respectivos representantes.

**Art. 6º.** O Presidente e o Secretário Executivo do Conselho terão Mandato de 12 (doze) meses, exercidos de forma rotativa, sucessivamente, por um dos representantes de cada uma das três partes, iniciando-se pelo Poder Público. O mandato de cada representante é de até 03 (três) anos, permitida uma recondução.

I - Na ausência do Presidente assume suas funções o seu suplente e, na ausência deste, o Membro mais idoso do Conselho.

II - O Coordenador do Programa de Geração de Emprego e Renda será indicado pelo Prefeito Municipal, que exercerá as funções de Secretario executivo do Conselho.

III - O conselho Municipal do Trabalho elaborará o seu Regime Interno, que será aprovado por maioria dos seus membros e homologado pelo Prefeito e será publicado num jornal de grande circulação.

**Art. 7º.** A Secretaria de Administração prestará o necessário apoio técnico e administrativo às atividades do Conselho Municipal do Trabalho.

**CAPÍTULO IV**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 11.** Os representantes indicados e eleitos exercerão suas atividades no Conselho de forma gratuita sem nada auferir dos cofres públicos, quer direta ou indiretamente, sendo seus serviços considerados relevantes para o município.

**Art. 12.** O Regimento Interno do Conselho disporá sobre as condições do exercício da representação no mesmo, inclusive sobre a destituição e a substituição de representantes.

**Parágrafo único.** O Regimento Interno do Conselho Municipal do Trabalho será deliberado e aprovado em sua primeira reunião ordinária com votos favoráveis da maioria absoluta dos membros efetivos.

**Art. 13.** O Conselho manterá registro próprio e sistemático de seu funcionamento e atos.

**Art. 14.** O poder público, através do diário eletrônico do município, assegurará a publicidade de todos os atos do Conselho Municipal do Trabalho.

**Art. 15.** O Executivo Municipal assegurará a organização e funcionamento do Conselho Municipal do Trabalho fornecendo os meios necessários para a sua instalação e funcionamento com dotações orçamentárias necessárias ao seu funcionamento.

**Art. 16.** O Poder Executivo Municipal, em sessão própria, instalará o Conselho Municipal do Trabalho, dando na mesma ocasião, posse aos representantes, eleitos e indicados.

Art. 17º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – MT, 19 de Abril de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N. 994/2016

DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal do Trabalho e dá outras providências.

Gilmar Reinoldo Wentz, Prefeito Municipal de Querência/MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

***TITULO I***

***DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO***

**CAPÍTULO I**

**Art. 1º.** Fica criado o Conselho Municipal do Trabalho – CMT, órgão deliberativo de caráter permanente e âmbito municipal.

**Art. 2º.** O Conselho Municipal do Trabalho tem por finalidade fiscalizar, assessorar, estudar, propor e aprovar diretrizes para o desenvolvimento das Relações de Trabalho, privilegiando a participação da Sociedade Civil organizada no estabelecimento de diretrizes e prioridades para a implementação das políticas públicas de emprego em âmbito municipal.

**CAPÍTULO II**

**DA COMPETÊNCIA**

**Art. 3º.** Compete ao Conselho Municipal do Trabalho:

**I-** Estabelecer, acompanhar e avaliar ações na área de emprego e relação de trabalho, no âmbito do município, propondo medidas que julgar necessárias ao desenvolvimento produtivo que gerem ocupação e renda. **II-** Identificar e selecionar áreas prioritárias de atuação do Programa de geração de Emprego e Renda e do Programa de Qualificação Profissional. **III-** Acompanhar a Execução do Plano de Trabalho do Sistema Nacional de Emprego, do PROGER e do Programa de Qualificação Profissional em seus níveis de competência. **IV-** Propor aos órgãos do Sistema Nacional de Emprego do Estado, com base em relatórios técnicos, medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho Local. **V-** Promover o intercambio de informações com o Conselho Estadual, microrregionais e municipais de emprego, objetivando não apenas a integração do Sistema, mas também a obtenção de dados orientadores de suas ações. **VI-** Propor a alocação de recursos, por área de atuação, quando da elaboração do Plano de Trabalho pelo Sistema Nacional de Emprego no âmbito correspondente. **VII-** Garantir a participação da sociedade civil organizada na formulação e gestão das políticas públicas de geração de emprego e renda e de qualificação profissional; **VIII-** Acompanhar o desempenho do mercado de trabalho local, considerando o perfil e as possibilidades de alocação da força de trabalho disponível, bem como examinando o impacto sobre o mesmo das políticas governamentais; **IX-** Opinar sobre a celebração de convênios ou de contratos, que permitam a órgãos públicos ou a entidades privadas realizarem qualificação ou requalificação de trabalhadores desempregados e empregados; **X-** Articular-se com entidades de formação profissional em geral, inclusive com escolas técnicas, na busca de parceria na qualificação e assistência aos beneficiários do FAT e propor subsídios à formulação da Política Municipal e Estadual de Formação Profissional; **XI-** Deliberar, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; **XII-** Apreciar e aprovar proposições a serem encaminhadas para análise do CET e do CODEFAT, as quais serão examinadas tendo em vista a compatibilização do Plano Anual de Trabalho do Sistema Nacional de Emprego; **XIII-** Subsidiar, quando solicitado, as deliberações do Conselho Estadual de Trabalho – CET; **XIV-** Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno; **XV-** Elaborar o seu plano de trabalho anual, encaminhando-o ao Conselho Estadual do Trabalho – CET, ou ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT; **XVI-** Formar grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos; e conceder vista de matérias a serem votadas aos membros do Conselho, quando solicitado.

**Parágrafo Único.** As decisões do Conselho Municipal do Trabalho deverão ser tecnicamente fundamentadas.

**CAPÍTULO III**

**DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 5º.** O Conselho Municipal do Trabalho de Querência (CMT) será constituído de forma Tripartite e paritária por 16 (dezesseis) membros, sendo 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, de acordo com os seguintes critérios:

**I-** 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) Membros Titulares e 02 (dois) membros Suplentes, indicados pelo Poder Público Municipal, sendo um

suplente indicado pelo Estado; **II-** 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) Membros Titulares e 02 (dois) membros Suplentes, indicados pelo Órgão Representativo da Classe dos Empregadores; **III-** 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) Membros Titulares e 02 (dois) membros Suplentes, indicados pelo Órgão Representativo da Classe dos Trabalhadores.

**Parágrafo Único.** Os Órgãos e entidades de que trata este artigo indicarão os respectivos membros titulares e suplentes que farão parte do Conselho, podendo propor, a qualquer tempo, a substituição dos respectivos representantes.

**Art. 6º.** O Presidente e o Secretário Executivo do Conselho terão Mandato de 12 (doze) meses, exercidos de forma rotativa, sucessivamente, por um dos representantes de cada uma das três partes, iniciando-se pelo Poder Público. O mandato de cada representante é de até 03 (três) anos, permitida uma recondução.

I - Na ausência do Presidente assume suas funções o seu suplente e, na ausência deste, o Membro mais idoso do Conselho.

II - O Coordenador do Programa de Geração de Emprego e Renda será indicado pelo Prefeito Municipal, que exercerá as funções de Secretario executivo do Conselho.

III - O conselho Municipal do Trabalho elaborará o seu Regime Interno, que será aprovado por maioria dos seus membros e homologado pelo Prefeito e será publicado num jornal de grande circulação.

**Art. 7º.** A Secretaria de Administração prestará o necessário apoio técnico e administrativo às atividades do Conselho Municipal do Trabalho.

**CAPÍTULO IV**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 11.** Os representantes indicados e eleitos exercerão suas atividades no Conselho de forma gratuita sem nada auferir dos cofres públicos, quer direta ou indiretamente, sendo seus serviços considerados relevantes para o município.

**Art. 12.** O Regimento Interno do Conselho disporá sobre as condições do exercício da representação no mesmo, inclusive sobre a destituição e a substituição de representantes.

**Parágrafo único.** O Regimento Interno do Conselho Municipal do Trabalho será deliberado e aprovado em sua primeira reunião ordinária com votos favoráveis da maioria absoluta dos membros efetivos.

**Art. 13.** O Conselho manterá registro próprio e sistemático de seu funcionamento e atos.

**Art. 14.** O poder público, através do diário eletrônico do município, assegurará a publicidade de todos os atos do Conselho Municipal do Trabalho.

**Art. 15.** O Executivo Municipal assegurará a organização e funcionamento do Conselho Municipal do Trabalho fornecendo os meios necessários para a sua instalação e funcionamento com dotações orçamentárias necessárias ao seu funcionamento.

**Art. 16.** O Poder Executivo Municipal, em sessão própria, instalará o Conselho Municipal do Trabalho, dando na mesma ocasião, posse aos representantes, eleitos e indicados.

Art. 17º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – MT, 19 de Abril de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2016/PMRC**

**PREGÃO:** Nº 05/2016/PMRC – **REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO:** Nº 05-PMRC

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES** contados a partir da data de sua assinatura.

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal, através da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO situado na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CNPJ: 01.367.788/0001-31 neste ato representado pelo Prefeito Excelentíssimo Senhor **TARCISIO FERRARI**, Resolve registrar os preços da empresa: **CABAÇAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA - ME, CNPJ 07.352.944/0001-77, localizada na Avenida José Júlio de Lima, 111, centro, CEP: 78265-000, representada por CÉLIO MARTINS SEVERIANO, portador do RG 871.456 SSP/MT e no CPF; 536.336.951-68** nas quantidades estimadas **na Seção 4.1 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 05/2010 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

**1.1**. **Registro de preços para Aquisições futuras e fracionadas de materiais de construção, materiais para pintura, materiais elétricos, hidráulicos, ferramentas e ferragens em geral, para serem utilizados em todas as Secretarias Municipais durante o ano de 2016.**

.

**2. DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **(12) MESES,** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a PMRC, através do Setor de Compras. no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações Municipal/PMRC, nas questões legais.

**4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO**

**4.1**. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **LOTE 03** | | | | |
| **LOTE 03** | **MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E CONSUMO** | | | | |

| ITEM | **DESCRIÇÃO** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | CIMENTO | SC | 8.000 | R$ 31,75 | R$ 254.000,00 |
| 2 | AREIA LAVADA FINA | M3 | 400 | R$ 60,00 | R$ 24.000,00 |
| 3 | AREIA LAVADA GROSSA | M3 | 400 | R$ 50,00 | R$ 20.000,00 |
| 4 | CAL VIRGEM SACO DE 05 KG | SC | 800 | R$ 17,20 | R$ 13.760,00 |
| 5 | FECHADURA EXTERNA 600X600 | UNID | 100 | R$ 45,00 | R$ 4.500,00 |
| 6 | TIJOLINHO MACIÇO | UNID | 10.000 | R$ 0,29 | R$ 2.900,00 |
| 7 | TIJOLO 8 FUROS | UNID | 12.000 | R$ 0,60 | R$ 7.200,00 |
| 8 | PREGOS 17 X 21 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 9 | PREGOS 17 X 24 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 10 | PREGOS 17 X 27 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 11 | PREGOS 17 X 30 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 12 | PREGOS 18 X 24 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 13 | PREGOS 18 X 30 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 14 | PREGOS 18 X 36 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 15 | PREGOS 19 X 27 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 16 | PREGOS 19 X 33 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 17 | PREGOS 19 X 39 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 18 | PREGOS 10 X 10 | KG | 100 | R$ 16,50 | R$ 1.650,00 |
| 19 | PREGOS 12 X 12 | KG | 100 | R$ 12,50 | R$ 1.250,00 |
| 20 | PREGOS 22 X 48 | KG | 100 | R$ 8,90 | R$ 890,00 |
| 21 | PREGOS 24 X 60 | KG | 100 | R$ 11,50 | R$ 1.150,00 |
| 22 | PREGOS 24 X 72 | KG | 100 | R$ 11,90 | R$ 1.190,00 |
| 23 | VERGALHÃO 6.3MM | BR | 200 | R$ 6,50 | R$ 1.300,00 |
| 24 | VERGALHÃO 8.0MM | BR | 200 | R$ 24,50 | R$ 4.900,00 |
| 25 | VERGALHÃO 10.0MM | BR | 200 | R$ 38,40 | R$ 7.680,00 |
| 26 | VERGALHÃO 12.5MM | BR | 200 | R$ 53,95 | R$ 10.790,00 |
| 27 | VERGALHÃO 16.0MM | BR | 200 | R$ 80,60 | R$ 16.120,00 |
| 28 | VERGALÃO 5/16 | BR | 300 | R$ 24,50 | R$ 7.350,00 |
| 29 | DOBRADIÇAS SIMPLES COM RODIZIO | UNID | 100 | R$ 4,20 | R$ 420,00 |
| 30 | DOBRADIÇAS SIMPLES SEM RODIZIO | UNID | 100 | R$ 2,95 | R$ 295,00 |
| 31 | PEDRISCO | M3 | 60 | R$ 135,00 | R$ 8.100,00 |
| 32 | BRITA | M3 | 60 | R$ 128,50 | R$ 7.710,00 |
| 33 | TELHA PORTUGUESA | UNID | 8.000 | R$ 1,49 | R$ 11.920,00 |
| 34 | TELHA ROMANA | UNID | 8.000 | R$ 1,49 | R$ 11.920,00 |
| 35 | TELHA ONDULADA 213 X 110 CM 6MM ETERNIT | UNID | 1.000 | R$ 59,00 | R$ 59.000,00 |
| 36 | PORTA ALMOFADADA 80 X 210 | UNID | 30 | R$ 199,00 | R$ 5.970,00 |
| 37 | PORTA EM AÇO COM 2.17M X 85 CM X 6CM | UNID | 20 | R$ 260,00 | R$ 5.200,00 |
| 38 | JANELA EM AÇO 100X120X12 06 FOLHAS | UNID | 30 | R$ 250,00 | R$ 7.500,00 |
| 39 | JANELA DE CORRER EM AÇO 4 FOLHAS 1.00M X 2.00M X 6.5 CM | UNID | 30 | R$ 250,00 | R$ 7.500,00 |
| 40 | FECHADURA EXTERNA 600X600 INOX | UNID | 50 | R$ 47,90 | R$ 2.395,00 |
| 41 | FECHADURA INTERNA 600X600 INOX | UNID | 50 | R$ 38,90 | R$ 1.945,00 |
| 42 | FORRO PVC LISO 8MMX20CMX3M BRANCO | M2 | 200 | R$ 17,90 | R$ 3.580,00 |
| 43 | PORTAL DE MADEIRA 80 X 210 | UNID | 20 | R$ 99,00 | R$ 1.980,00 |
| 44 | PISO CERAMICO BORDA ARREDONDADO 50X 50CM | M2 | 200 | R$ 16,50 | R$ 3.300,00 |
| 45 | PISO CERAMICO BORDA ARREDONDADO 45X45CM | M2 | 200 | R$ 15,90 | R$ 3.180,00 |
| 46 | BACIA SANITARIA CONVENCIONAL BRANCA | UNID | 30 | R$ 106,90 | R$ 3.207,00 |
| 47 | VASOURÃO PIAÇAVA 60CM COM BASE EM MADEIRA CABO DE MADEIRA 120CM | UNID | 50 | R$ 34,90 | R$ 1.745,00 |
| 48 | LAMINADA DE SERRA PARA CEGUETA | UNID | 100 | R$ 5,95 | R$ 595,00 |
| 49 | RODO DE MADEIRA COM DUAS BORRACHAS 40 CM | UNID | 40 | R$ 9,50 | R$ 380,00 |
| 50 | LIMA KF | DZ | 20 | R$ 154,80 | R$ 3.096,00 |
| 51 | LIMATÃO MOTO SERRA | DZ | 10 | R$ 114,00 | R$ 1.140,00 |
| 52 | CORRENTE PARA MOTO SERRA 42 DENTES | PC | 20 | R$ 77,70 | R$ 1.554,00 |
| 53 | TELHA ETERNIT DE 3.05 POR 3.50 METROS | UNID | 200 | R$ 69,90 | R$ 13.980,00 |
| 54 | TRENA LONGA FITA DE FIBRA DE VIDRO 50 METROS | UNID | 5 | R$ 58,00 | R$ 290,00 |
| 55 | TRENA LONGA FITA DE FIBRA DE VIDRO 20 METROS | UNID | 5 | R$ 21,90 | R$ 109,50 |
| 56 | ESPATULA DE 45 CM PARA DESMONTAR PNEUS | UNID | 10 | R$ 32,25 | R$ 322,50 |
| 57 | ESPATULA DE 60 CM PARA DESMONTAR PNEUS | UNID | 10 | R$ 44,30 | R$ 433,00 |
| 58 | ROLO DE REMENDO QUENTE 120 X 3600 X 1.5MM | UNID | 10 | R$ 55,00 | R$ 550,00 |
| 59 | COLA CIMENTO PARA REMENDO QUENTE 685G | UNID | 10 | R$ 45,00 | R$ 450,00 |
| 60 | DISCO DE CORTE FINO | UNID | 100 | R$ 5,90 | R$ 590,00 |
| 61 | DISCO DE FERRO 200 | UNID | 100 | R$ 18,00 | R$ 1.800,00 |
| 62 | DISCO DE FERRO 400 | UNID | 100 | R$ 19,80 | R$ 1.980,00 |
| 63 | ELETRODO AÇO CARBONO E6013 2.5MM | KG | 100 | R$ 13,90 | R$ 1.390,00 |
| 64 | ELETRODO AÇO CARBONO E7018 4,00MM | KG | 100 | R$ 12,95 | R$ 1.295,00 |
| 65 | ELETRODO AÇO CARBONO E6013 4.00MM | KG | 100 | R$ 12,90 | R$ 1.290,00 |
| 66 | ELETRODO DE CORTE 4.00MM | KG | 100 | R$ 15,50 | R$ 1.550,00 |
| 67 | TINTA ACRILICA PARA PAREDES EXTERIOR/INTERIOR LATA DE 18 L | LATA | 60 | R$ 182,00 | R$ 10.920,00 |
| 68 | TINTA ACRILICA PARA PAREDES EXTERIOR/INTERIOR LATA DE 5L | LATA | 30 | R$ 99,00 | R$ 2.970,00 |
| 69 | MASSA ACRILICA PARA PAREDES EXTERIOR/INTERIOR 18L | LATA | 60 | R$ 65,90 | R$ 3.954,00 |
| 70 | MASSA ACRILICA PARA PAREDES EXTERIOR/INTERIOR 5L | LATA | 30 | R$ 28,50 | R$ 855,00 |
| 71 | TINTA BASE D'AGUA ACEITONADA LATA DE 3.6L | LATA | 40 | R$ 69,00 | R$ 2.760,00 |
| 72 | TINTA BASE D'AGUA ACEITONADA LATA DE 18L | LATA | 40 | R$ 200,00 | R$ 8.000,00 |
| 73 | VERNIZ SECA RAPIDO LATA DE 3.6L | LATA | 10 | R$ 55,90 | R$ 559,00 |
| 74 | SELADOR ACRILICO LATA DE 3.6L | LATA | 40 | R$ 19,50 | R$ 780,00 |
| | | | | TOTAL | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | **600.000,00** |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **LOTE 05** | | | | | |
| **LOTE 09** | **MATERIAL PERMANENTE** | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | | | | |
| 1 | PADRÃO TRIFASICO | UNID | 20 | R$ 850,00 | R$ 17.000,00 |
| 2 | ARAME LISO | BOLA | 200 | R$ 359,00 | R$ 71.800,00 |
| 3 | LAVA JATO ALTA PRESSÃO MONOFASICO LJ 3000 COM VAZÃO MAXIMA 20 LITROS POR MINUTO | UNID | 1 | R$ 2.600,00 | R$ 2.600,00 |
| 4 | ROÇADEIRA MANUAL A GASOLINA | UNID | 6 | R$ 950,00 | R$ 5.700,00 |
| 5 | MOTOBOMBA A GASOLINA 3.6L 2POL 6.5HP | UNID | 2 | R$ 1.500,00 | R$ 3.000,00 |
| 6 | RETIFICA COM ACESSORIOS | UNID | 5 | R$ 250,00 | R$ 1.250,00 |
| 7 | MOTOSSERRA 236E | UNID | 4 | R$ 1.070,00 | R$ 4.280,00 |
| 8 | BETONEIRA 400LITROS COM MOTOR TRIFASICO 2CV 4 POLOS 110V | UNID | 5 | R$ 3.300,00 | R$ 16.500,00 |
| 9 | FURADEIRA 6BM 10 RE COM PONTENCIA DE 550W | UNID | 10 | R$ 241,00 | R$ 2.410,00 |
| 10 | SERRA CIRCULAR POTENCIA 1050W COM ROTAÇÃO POR MINUTO DE 4.900 | UNID | 5 | R$ 450,00 | R$ 2.250,00 |
| 11 | COMPRESSOR DE AR CSL 10BR/100 110/220V MONOFASICO | UNID | 1 | R$ 2.900,00 | R$ 2.900,00 |
| 12 | CARREGADOR DE BATERIA PROF RAPIDO 127/220V CBV5200 | UNID | 1 | R$ 1.550,00 | R$ 1.550,00 |
| 13 | CHAVE DE PARTIDA PARA MOTORES 01 A 5CV 220/380V AP 16-F AUT. | UNID | 1 | R$ 850,00 | R$ 260,00 |
| | | | | TOTAL | R$ **131.500,00** |

Valor total dos Lotes: R$ 731.500.00 (setecentos e trinta e um mil e quinhentos reais).

**4.2.** Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

**a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

**b)** Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

**4.3.** A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

**4.4.** Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

**5. EMPENHO**

**5.1.** O contrato, no caso de presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

**5.2.** Como condição para a emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS).

**5.3.** O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais , nas quantidades e condições contratada com o Órgão ou Entidade adesão ao registro de preços, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis,** depois de avisado oficialmente através de comunicado expresso, podendo ser por meio eletrônico, ou seja, e-mail e/ou via fax, sob pena de multa diária conforme item 21.3do edital.

**6.2.** Entregar os materiais em local indicado pelo Órgão/Entidade solicitante.

**6.3.** Entregar os materiais imediatamente ao solicitado pelas secretarias municipais**,** contados a partir da notificação para a retirada da Nota de Empenho;

**6.4.** Garantir os materiais pelo prazo estipulado no anexo I, após a entrega definitiva dos mesmos;

**6.5.** Possuir, no prazo estabelecido para a entrega dos materiais, Assistência Técnica autorizada em Reserva do Cabaçal ou região.

**6.6.** Responsabilizar-se pelo transporte dos equipamentos até a autorizada mais próxima, comprometendo-se à prestação de assistência técnica especializada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, caso este apresente qualquer defeito.

**6.9.** Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecido na ata, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

**6.10.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PMRC, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

**6.11.** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até **25% (vinte e cinco por cento)** da quantidade inicial do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.11.1. Os acréscimos ou supressões até 30% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**6.12.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;

**6.13.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Órgão/Entidade;

**6.14.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.15.** Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a PMRC toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso constatado divergências nas especificações;

**6.16.** Comunicar imediatamente à PMRC qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.17. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002.

**7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1** Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

**7.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

**7.3.** Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;

**7.4.** Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas nesta ata e no edital;

**7.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, sempre que venham a ser solicitados pela Contratada;

**7.6.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis a boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão/Entidade, desde que observadas as normas de segurança;

**7.7.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

**7.8.** Rejeitar os materiais em desacordo com esta ata e o edital e que serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:

**a)** Apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

**b)** Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com a Ata;

**c)** Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

**7.8.1.** O recebimento provisório dar-se-á por responsável indicado pelo Órgão, após a verificação da prestação do serviço em conformidade com o necessário podendo ser requisitado que se refaça o serviço em caso de irregularidade ou inadequação.

**7.8.2.** O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação da conformidade dos serviços, logo após a entrega provisória.

**7.9.** Notificar a CONTRATADA e ao setor de compras qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos Equipamentos;

**7.10.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Edital e ATA de Registro de Preços.

**7.10.1.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**8.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**8.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**8.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

**8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

**8.6.** Caso não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o

FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

**9.1.1. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:**

**a)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

**b)** A partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

**9.1.2 Quanto ao atraso para assinatura do contrato:**

**a)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2 % (dois por cento);

**b)** A partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.

**9.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

**9.3.** Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

**9.3.1.** Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

**9.3.2.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 02 (dois) anos, e,

**9.3.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**9.4.** A licitante, adjudicatária ou contratada quedeixar de entregarou apresentar documentação falsa exigida para o certame,ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa,ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até dois anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

**9.5. A multa**, eventualmente imposta à contratada, **será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês**. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o ÓRGÃO proceder à cobrança judicial da multa.

**9.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

**10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestado pelo Fiscal ou Gestor da contratante.

**10.2.** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**10.2.2.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**10.3.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

**10.4.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I** todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

**II** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 05/2016 -PMRC** e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III** é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PMRC

**12. DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Araputanga-MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Reserva do Cabaçal - MT, 13 de abril 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL**

**TARCISIO FERRARI**

Prefeito Municipal

**CABAÇAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME**

**CÉLIO MARTINS SEVERIANO**

**Sócio Proprietário**

**DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA**

Assessor Jurídico

**OAB/MT N° 15351**

**WANDERSON HENRIQUE DE SOUZA**

**Fiscal de contrato**

**TESTEMUNHAS**

**NOME: NOME:**

**RG: RG:**

**CPF: CPF:**

**Assinatura: Assinatura:**

---

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PREGÃO PRESENCIAL TIPO REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016**

**VALIDADE: Da data de sua Assinatura é de 12 meses a contar a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.**

**12 (Doze) meses consecutivos.**

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149 SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pelo Pregoeiro Manoel Evangelista dos Santos, portador do RG nº 562170-4 SSP/MT e do CPF 441.734.071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 04/2016 de 04 de janeiro de 2016, que conduziram o Pregão Presencial nº 06/2016, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE, MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT,** dos itens conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial com Registro de Preços nº 06/2016, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada no certame acima numerado. Foi identificada a empresa- CIRURGICA GONÇALVES LTDA CADASTRADA NO CNPJ: Nº 15.371.628/0001-70, neste ato representado pelo Sr. Willians Carriel Viana Novelli Filho, cadastrado no RG nº 820.098 SSP/TO, **localizada na rua GENERAL MELLO – pico do amor – CEP: 78065 – 290 Cuiabá MT ,** nas quantidades estimadas **na Seção 4.1 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

11 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE, MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT**

**CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade 12 (Doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| | **LOTE 01** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ÍTEM** | **MATERIAL PERMANENTE** | **UND** | **QTD** | **V UNIT** | **V TOTAL** |
| 1 | APARELHO DE PRESSAO COLUNA | UND | 3 | R$ 715,00 | R$ 2.145,00 |
| 2 | BIOMBO DUPLO | UND | 4 | R$ 800,00 | R$ 3.200,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | BISTURI ELETRONICO TERMOCAUTICO | UNID | 2 | R$ 7.120,00 | R$ 14.240,00 |
| 4 | ESCADINHA COM DOIS DEGRAUS | UND | 10 | R$ 165,00 | R$ 1.650,00 |
| 5 | CARRO DE EMERGIA | UND | 1 | R$ 3.460,00 | R$ 3.460,00 |
| 6 | CADEIRA DE RODAS ADULTO 1009 | CX | 5 | R$ 1.650,00 | R$ 8.250,00 |
| 7 | CAMA GINECOLOGICA COM ASSENTO FIXO | CX | 1 | R$ 2.960,00 | R$ 2.960,00 |
| 8 | CARRINHO PARA AUTOCLAVE 05 GAVETAS | CX | 2 | R$ 1.266,00 | R$ 2.532,00 |
| 9 | CLORIMETRO MDC - digital portatil de cloro | CX | 1 | R$ 3.360,00 | R$ 3.360,00 |
| 10 | LARINGOSCOPIO ADULTO 04 LAMINAS CURVA | UND | 10 | R$ 1.140,00 | R$ 11.400,00 |
| 11 | LARINGOSCOPIO INFANTIL 03 LAMINAS CURVA 0, 1, 2 | UNID | 10 | R$ 1.380,00 | R$ 13.800,00 |
| 12 | MESA MAYO CURATIVO | UND | 1 | R$ 810,00 | R$ 810,00 |
| 13 | MESA PARA MICROSCOPIO BANCADA ALTA | UND | 1 | R$ 1.036,00 | R$ 1.036,00 |
| 14 | MINI INCUBADORA | UND | 1 | R$ 560,00 | R$ 560,00 |
| 15 | OFTALMOSCOPIO | UND | 2 | R$ 1.880,00 | R$ 3.760,00 |
| 16 | OXIMETRO DIGITAL DE DEDO | UND | 4 | R$ 750,00 | R$ 3.000,00 |
| 17 | PRANCHA MADEIRA COM 3 CINTOS P/ 150KG | UND | 10 | R$ 710,00 | R$ 7.100,00 |
| 18 | PH METRO DE BANCADA 110/220W | UND | 2 | R$ 3.490,00 | R$ 6.980,00 |
| 19 | PH METRO DE BANCADA 110/220V | UND | 5 | R$ 3.490,00 | R$ 17.450,00 |
| 20 | SUPORTE SORO COM RODIZIOS | UND | 15 | R$ 260,00 | R$ 3.900,00 |
| 21 | TURBIDIMETRO DIGITAL PORTATIL 0 A 1000 NTU SAIDA RS-DM-ELM | UND | 1 | R$ 6.060,00 | R$ 6.060,00 |
| 22 | AUTOCLAVE HORIZONTAL ANALOGICA 96 LITROS | UND | 2 | R$ 111.000,00 | R$ 222.000,00 |
| 23 | APARELHO DESFIBRILIDOR COM CARDIOVERSOR | UND | 2 | R$ 37.400,00 | R$ 74,800,00 |
| 24 | ADIPOMETRO CLINICO DIGITAL | UND | 4 | R$ 1.080,00 | R$ 4.320,00 |
| 25 | ANDADOR ALUMINIO DOBRAVEL | UND | 10 | R$ 330,00 | R$ 3.300,00 |
| 26 | APARELHO SONAR PORTATIL | UND | 10 | R$ 675,00 | R$ 6.750,00 |
| 27 | FOCO AUXILIAR COM ESPELHO | UND | 4 | R$ 705,00 | R$ 2.820,00 |
| 28 | BALANÇA DIGITAL ADULTO | UND | 2 | R$ 1.930,00 | R$ 3.860,00 |
| 29 | BALANÇA PEDIATRICA DIGITAL | UND | 2 | R$ 1.540,00 | R$ 3.080,00 |
| 30 | BALANÇA PEDIATRICA MECANICA | UND | 2 | R$ 925,00 | R$ 1.850,00 |
| 31 | ULTRASSOM REMOVEDOR DE TARTARO + JATO DE BICARBONATO | UND | 2 | R$ 2.495,00 | R$ 4.990,00 |
| 32 | CADEIRA ODONTOLOGICA COR CINZA SIMPLES | UND | 1 | R$ 12.150,00 | R$ 12.150,00 |
| 33 | CAMARA PARA REVELAÇÃO | UND | 2 | R$ 430,00 | R$ 860,00 |
| 34 | APARELHO DE ULTRASSOM COM CABO DE BICARBONATO | UNID | 2 | R$ 4.650,00 | R$ 9.300,00 |
| 35 | CADEIRA ODONTOLOGICO DE COR CINZA AUTOMATICA | UND | 2 | R$ 27.633,50 | R$ 55.267,00 |
| | TOTAL DO LOTE | | | | **R$ 523.000,00** |

**Valor total dos lotes: R$ 523.000,00 (Quinhentos e vinte e tres mil reais).**

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 6/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

**CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES**

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal Eletrônica for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009.2055 - Manut. e enc. c/ o Fundo Municipal de Saúde

33.90.30 – (0353) Material de Consumo

33.90.32 – (0354) Material de Distribuição Gratuita

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009.2058 – Manutenção do PACIS

33.90.30 –(373) Material de Consumo

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009.2059 - Manut. e enc. c/ o Pab Fixo

33.90.30 – (0375) Material de Consumo

44.90.52 – (0377) Equipamentos e Material Permanente

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009-2061 – Manutenção do Programa Saúde Bucal

33.90.30 (0387) – Material de Consumo.

44.90.52 (0390) – Equipamento e Material permanente

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009-2062 – Manutenção do SAI/SUS

33.90.30 (0391) – Material de Consumo

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.303.0009-2063 - Manutenção do Programa Farmácia Básica

33.90.32 (0394) – Material de Distribuição Gratuita

**CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. **O prazo de entrega será imediato** a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificados pelas secretarias solicitantes.

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)**

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 06/2016 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

6.5. Aceitar nas mesmas condições previstas na presente ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente estimado, servindo como base de cálculo para as alterações, os preços unitários constantes na proposta vencedora;

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

**CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES**

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

**CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

**CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

**CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita

por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 06/2016 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 19 de abril de 2016.

**TARCISIO FERRARI**

Prefeito Municipal

_____

**EMPRESA**

CIRURGICA GONÇALVES LTDA

CNPJ: Nº 15.371.628/0001-70,

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA DE N.º 077/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.**

**"NOMEIA SERVIDORA JOSIANE PEREIRA DE SOUZA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE RESERVA DO CABAÇAL- MT."**

**TARCISIO FERRARI**, Prefeito Municipal em exercício de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1° - Nomear o Servidora **JOSIANE PEREIRA DE SOUZA**, responsável pela fiscalização do contrato do Senhora MARIA DE FATIMA BATISTA DA MOTA , do município de Reserva do Cabaçal-MT, no exercício 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 18 de Abril de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

**TARCISIO FERRARI**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA DE N.º 076/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.**

**"NOMEIA SERVIDORA MARIA MARGARETH TONIOLO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RESERVA DO CABAÇAL- MT."**

**TARCISIO FERRARI**, Prefeito Municipal em exercício de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1° - Nomear o Servidora **MARIA MARGARETH TONIOLO**, responsável pela fiscalização do contrato do Senhora MEIRE NEGRES , do município de Reserva do Cabaçal-MT, no exercício 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 18 de Abril de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

**TARCISIO FERRARI**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PREGÃO PRESENCIAL TIPO REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016**

**VALIDADE: Da data de sua Assinatura é de 12 meses a contar a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.**

**12 (Doze) meses consecutivos.**

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149 SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pelo Pregoeiro Manoel Evangelista dos Santos, portador do RG nº 562170-4 SSP/MT e do CPF 441.734.071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 04/2016 de 04 de janeiro de 2016, que conduziram o Pregão Presencial nº 06/2016, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE, MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT,** dos itens conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial com Registro de Preços nº 06/2016, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada no certame acima numerado. Foi identificada a empresa – L. P. COM. REP. ASSESSORIA E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA CADASTRADA NO CNPJ: 10.832.896/0001-29, neste ato representado pelo Sr. Aguinaldo Canuto Serio, cadastrado no RG nº 1498.7899 SSP/MT, **localizada na rua FENELON MULLER Nº 173 – CEP: 78015 – 090 Bairro Dom Aquino, Cuiabá MT ,** nas quantidades estimadas **na Seção 4.1 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

11 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE, MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT**

**CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade 12 (Doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| ITENS | MATERIAL DE CONSUMO | UND | QTD | V UNIT | V TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | MULETA AXILAR ALUMINIO REGULAVEL | UND | 10 | R$ 150,00 | R$ 1.500,00 |
| 2 | REGUA ANTOPOMETRICA | UND | 3 | R$ 70,00 | R$ 210,00 |
| 3 | COMADRE EM AÇO INOX | UND | 10 | R$ 120,00 | R$ 1.200,00 |
| 4 | COMPADRE EM AÇO INOX PAPAGAIO | UND | 10 | R$ 84,60 | R$ 846,00 |
| 5 | BOLSA FLEXIVEL PARA GELO TAMANHO MEDIO | UND | 10 | R$ 102,19 | R$ 1.021,90 |
| 6 | INDICADOR BIOLOGICO COM DEZ | CXA | 100 | R$ 145,00 | R$ 14.500,00 |
| 7 | ESTETOSCOPIO ADULTO | UND | 20 | R$ 29,53 | R$ 590,60 |
| 8 | ESTETOSCOPIO INFANTIL | UND | 10 | R$ 27,22 | R$ 272,20 |
| 9 | BOLSA TERMICA QUENTE (BORRACHA) | UND | 10 | R$ 51,34 | R$ 513,40 |
| 10 | CAMPO OPERATORIO 45X50 COM 50 | PCT | 1000 | R$ 90,00 | R$ 90.000,00 |
| 11 | CANDULA DE GUEDEL 0 | UND | 100 | R$ 3,05 | R$ 305,00 |
| 12 | CANDULA DE GUEDEL 1 | UND | 100 | R$ 3,04 | R$ 304,00 |
| 13 | CANDULA DE GUEDEL 2 | UND | 100 | R$ 3,04 | R$ 304,00 |
| 14 | CANDULA DE GUEDEL 3 | UND | 100 | R$ 3,04 | R$ 304,00 |
| 15 | CANDULA DE GUEDEL 4 | UND | 100 | R$ 3,04 | R$ 304,00 |
| 16 | CANDULA DE GUEDEL 5 | UND | 200 | R$ 3,04 | R$ 608,00 |
| 17 | CATETER INTRAVENOSO N 14 | UND | 200 | R$ 1,34 | R$ 268,00 |
| 18 | CATETER INTRAVENOSO N 16 | UND | 200 | R$ 1,20 | R$ 240,00 |
| 19 | CATETER INTRAVENOSO N 18 | UND | 200 | R$ 1,20 | R$ 240,00 |
| 20 | CATETER INTRAVENOSO N 20 | UND | 200 | R$ 1,20 | R$ 240,00 |
| 21 | CATETER INTRAVENOSO N 22 | UND | 200 | R$ 1,20 | R$ 240,00 |
| 22 | CATETER INTRAVENOSO N 24 | UND | 200 | R$ 1,34 | R$ 268,00 |
| 23 | CATETER INTRACATH 16GAXX12IN | UND | 200 | R$ 150,00 | R$ 30.000,00 |
| 24 | CLAMP UMBILICAL | UND | 20 | R$ 0,57 | R$ 11,40 |
| 25 | BIO TORAX N. 10 2000ML KIT | KIT | 100 | R$ 45,00 | R$ 4.500,00 |
| 26 | COLETOR DE URINAS SISTEMA FECHADO 02 LITROS | UND | 60 | R$ 3,90 | R$ 234,00 |
| 27 | COLAR CERVICAL G | UND | 30 | R$ 22,40 | R$ 672,00 |
| 28 | COLAR CERVICAL GG | UND | 30 | R$ 22,40 | R$ 672,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 29 | COLAR CERVICAL M | UND | 30 | R$ 22,40 | R$ 672,00 |
| 30 | COLAR CERVICAL P | UND | 30 | R$ 22,40 | R$ 672,00 |
| 31 | COLAR CERVICAL PP | UND | 30 | R$ 22,40 | R$ 672,00 |
| 32 | IMOBILIZADOR DE CABEÇA ADULTO ESPUMA | UND | 20 | R$ 250,00 | R$ 5.000,00 |
| 33 | LANCETA PICADORA COM 100 | CXA | 5000 | R$ 14,17 | R$ 70.850,00 |
| 34 | PAPEL CREPADO 20X20 | PCT | 80 | R$ 88,20 | R$ 7.056,00 |
| 35 | PAPEL CREPADO 30X30 | PCT | 80 | R$ 88,20 | R$ 7.056,00 |
| 36 | TALA FACIL EVA GG | UND | 60 | R$ 32,20 | R$ 1.932,00 |
| 37 | TALA FACIL EVA M | UND | 60 | R$ 21,00 | R$ 1.260,00 |
| 38 | TALA FACIL EVA P | UND | 60 | R$ 16,80 | R$ 1.008,00 |
| 39 | TINTURA DE IODO 2% 01LITRO | UND | 10 | R$ 35,60 | R$ 356,00 |
| 40 | VASELINA LIQUIDA 1LITRO | UND | 30 | R$ 29,00 | R$ 870,00 |
| 41 | BANDEJA RETANGULAR INOX 30X20X04CM | UND | 5 | R$ 124,00 | R$ 620,00 |
| 42 | BENGALA ALUMINIO REGULAVEL | UND | 5 | R$ 40,00 | R$ 200,00 |
| 43 | BALDE AÇO INOX 5LITROS | UND | 5 | R$ 256,00 | R$ 1.280,00 |
| 44 | BALANÇA PORTATIL | UND | 11 | R$ 129,00 | R$ 1.419,00 |
| 45 | BOMBA SUGADORA 1,3 LTITROS BRANCA 5005 | UND | 5 | R$ 573,00 | R$ 2.865,00 |
| 46 | CADEIRA DE RODAS PARA BANHO | UND | 5 | R$ 254,00 | R$ 1.270,00 |
| 47 | CANULAS TRAQUEAL 7.5 | UND | 50 | R$ 37,90 | R$ 1.895,00 |
| 48 | CANULAS TRAQUEAL 7.0 | UND | 50 | R$ 37,90 | R$ 1.895,00 |
| 49 | CANULAS TRAQUEAL 8.0 | UND | 50 | R$ 37,90 | R$ 1.895,00 |
| 50 | CANULAS TRAQUEAL 6.5 | UND | 50 | R$ 37,90 | R$ 1.895,00 |
| 51 | SUPORTE PARA COPO DESCARTAVEL 180ML | UND | 4 | R$ 102,00 | R$ 408,00 |
| 52 | SUPORTE PARA COPO DESCARTAVEL 50ML | UND | 4 | R$ 33,00 | R$ 132,00 |
| 53 | REANIMADOR ADULTO | UND | 2 | R$ 290,00 | R$ 580,00 |
| 54 | REANIMADOR PEDIATRICO | UND | 2 | R$ 290,00 | R$ 580,00 |
| 55 | LIXEIRA INOX 20 LITROS COM PEDAL | UND | 20 | R$ 378,00 | R$ 7.560,00 |
| 56 | LIXEIRA HOSPITALAR PLASTICO 100 LITROS COM PEDAL | UND | 30 | R$ 195,45 | R$ 5.863,50 |
| 57 | LIXEIRA HOSPITALAR PLASTICO 50 LITROS COM PEDAL | UND | 30 | R$ 154,00 | R$ 4.620,00 |
| 58 | GELOX 500ML | UND | 50 | R$ 33,00 | R$ 1.650,00 |
| 59 | ABAIXADOR DE LINGUA COM 100 | PCT | 200 | R$ 5,68 | R$ 1.136,00 |
| 60 | ATADURA CREPE 10CM COM 13 FIOS | PCT | 1500 | R$ 7,90 | R$ 11.850,00 |
| 61 | ATADURA CREPE 15CM COM 13 FIOS | PCT | 1500 | R$ 11,86 | R$ 17.790,00 |
| 62 | ATADURA CREPE 20CM COM 13 FIOS | PCT | 1500 | R$ 15,80 | R$ 23.700,00 |
| 63 | ATADURA CREPE 8 CM COM 13 FIOS | PCT | 1500 | R$ 6,32 | R$ 9.480,00 |
| 64 | ATADURA CREPE 12 CM COM 13 FIOS | PCT | 1500 | R$ 9,49 | R$ 14.235,00 |
| 65 | ATADURA CREPE 25CM COM 13 FIOS | PCT | 1500 | R$ 29,12 | R$ 43.680,00 |
| 66 | ATADURA CREPE 30CM COM 13 FIOS | PCT | 1500 | R$ 29,12 | R$ 43.680,00 |
| 67 | CLOREXEDINA 2% DEGERMANTE | UND | 200 | R$ 14,00 | R$ 2.800,00 |
| 68 | COLETOR DE PERFUROCORTANTE 13 LITROS | UND | 100 | R$ 8,80 | R$ 880,00 |
| 69 | COTONETE COM 75 UNIDADES | UND | 50 | R$ 2,40 | R$ 120,00 |
| 70 | DESINCRUSTANTE EM PÓ 1KG | PCT | 150 | R$ 63,84 | R$ 9.576,00 |
| 71 | GARROTE FINO 200 | MTRS | 100 | R$ 24,05 | R$ 2.405,00 |
| 72 | GAZE COMPRESSA COM 500 7,5X7,5 9 FIOS | PCT | 1500 | R$ 30,80 | R$ 46.200,00 |
| 73 | GAZE TIPO QUEIJO 13 FIOS | ROLO | 1000 | R$ 115,22 | R$ 115.220,00 |
| 74 | GEL PARA ULTRASSON 5KG | UND | 6 | R$ 25,00 | R$ 150,00 |
| 75 | GLICERINA LIQUIDA 1LITROS | UND | 20 | R$ 17,98 | R$ 359,60 |
| 76 | ESPARADRAPO 10X4,5 CM | UND | 200 | R$ 9,00 | R$ 1.800,00 |
| 77 | ESPATULA DE AYRES COM 100 | PCT | 30 | R$ 11,42 | R$ 342,60 |
| 78 | FIO CAT GUT CROMADO N. 2 COM AGULHA 3 COM 24 | CXA | 80 | R$ 111,34 | R$ 8.907,20 |
| 79 | FIO CAT GUT CROMADO N. 3 COM AGULHA 2 COM 24 | CXA | 80 | R$ 111,34 | R$ 8.907,20 |
| 80 | FIO CAT GUT CROMADO N. 4 COM AGULHA 3 COM 24 | CXA | 80 | R$ 111,34 | R$ 8.907,20 |
| 81 | FIO CAT GUT CROMADO N. 5 COM AGULHA 2 COM 24 | CXA | 80 | R$ 111,34 | R$ 8.907,20 |
| 82 | FIO CAT GUT SIMPLES N. 1 COM AGULHA 3 COM 24 | CXA | 80 | R$ 111,34 | R$ 8.907,20 |
| 83 | FIO CAT GUT SIMPLES N. 2 COM AGULHA 3 COM 24 | CXA | 80 | R$ 111,34 | R$ 8.907,20 |
| 84 | FIO CAT GUT SIMPLES N. 3 COM AGULHA 3 COM 24 | CXA | 80 | R$ 111,34 | R$ 8.907,20 |
| 85 | FIO NYLON 2,0 COM AGULAHA COM 24 | CXA | 80 | R$ 48,46 | R$ 3.876,80 |
| 86 | FIO NYLON 3,0 COM AGULHA 2 COM 24 | CXA | 80 | R$ 48,46 | R$ 3.876,80 |
| 87 | FIO NYLON 3 COM AGULHA 1,5 COM 24 | CXA | 80 | R$ 48,46 | R$ 3.876,80 |
| 88 | FIO NYLON 4,0 COM AGULHA COM 24 | CXA | 80 | R$ 48,46 | R$ 3.876,80 |
| 89 | FIO NYLON 5,0 COM AGULHA COM 24 | CXA | 80 | R$ 48,46 | R$ 3.876,80 |
| 90 | FIO NYLON 4 COM AGULHA COM 24 | CXA | 80 | R$ 48,46 | R$ 3.876,80 |
| 91 | FIO NYLON 5 COM AGULHA COM 24 | CXA | 80 | R$ 48,46 | R$ 3.876,80 |
| 92 | FITA ADESIVA 16X50 | UND | 100 | R$ 3,14 | R$ 314,00 |
| 93 | SACO DE LIXO 20 LITROS | PCT | 300 | R$ 14,88 | R$ 4.464,00 |
| 94 | SACO DE LIXO 30 LITROS | PCT | 300 | R$ 25,28 | R$ 7.584,00 |
| 95 | SACO DE LIXO 50 LITROS | PCT | 50 | R$ 35,18 | R$ 1.759,00 |
| 96 | SACO DE LIXO 100 LITROS | PCT | 200 | R$ 61,39 | R$ 12.278,00 |
| 97 | FITA PARA AUTOCLAVE | UND | 100 | R$ 3,90 | R$ 390,00 |
| 98 | FIXADOR CITOLOGICO 100ML | UND | 30 | R$ 8,78 | R$ 263,40 |
| 99 | PVPI DERGEMANTE 1 LITROS | UND | 20 | R$ 19,00 | R$ 380,00 |
| 100 | PVPI TOPICO 1 LITRO | UND | 30 | R$ 19,00 | R$ 570,00 |
| 101 | LENÇOL 70X50 | ROLO | 150 | R$ 17,80 | R$ 2.670,00 |
| 102 | AGUA OXIGENADA 10 VOL 1000ML | UND | 30 | R$ 4,40 | R$ 132,00 |
| 103 | AGULHA 13X4,5 COM 100 | UND | 200 | R$ 10,59 | R$ 2.118,00 |
| 104 | AGULHA 20X5,5 COM 100 | UND | 30 | R$ 10,33 | R$ 309,00 |
| 105 | AGULHA 25X7 COM 100 | UND | 30 | R$ 10,59 | R$ 317,70 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 106 | AGULHA DESCARTAVEL 25X8 | UND | 30 | R$ 10,59 | R$ 317,70 |
| 107 | AGULHA 40X12 COM 100 | UND | 30 | R$ 12,40 | R$ 372,00 |
| 108 | ALCOOL 70% 1LITRO | UND | 100 | R$ 7,00 | R$ 700,00 |
| 109 | ALGODAO HIDROFILO 500G | PCT | 100 | R$ 15,80 | R$ 1.580,00 |
| 110 | AMOLOTOLIA DE PLASTICO 250 ML | UND | 30 | R$ 3,20 | R$ 96,00 |
| 111 | EQUIPO MACRO GOTAS SIMPLES | UND | 3000 | R$ 1,90 | R$ 5.700,00 |
| 112 | ESPECULO VAGINAL M | UND | 400 | R$ 1,39 | R$ 556,00 |
| 113 | ESPECULO VAGINAL G | UND | 100 | R$ 1,78 | R$ 178,00 |
| 114 | ESPECULO VARGINAL P NÃO ESTERIL | UND | 200 | R$ 1,52 | R$ 304,00 |
| 115 | LAMINA PARA BISTURI Nº 12 COM 100 | CXA | 30 | R$ 54,16 | R$ 1.624,80 |
| 116 | LAMINA PARA MICROSPIO FOSCA COM 50 NÃO LAP | CXA | 300 | R$ 5,80 | R$ 1.740,00 |
| 117 | LUVA PROCEDIMENTO G COM 100 | CXA | 100 | R$ 26,00 | R$ 2.600,00 |
| 118 | LUVA DE NITRILICA P COM 100 | CXA | 100 | R$ 38,26 | R$ 3.826,00 |
| 119 | LUVA DE NITRILICA M COM 100 | CXA | 100 | R$ 38,26 | R$ 3.826,00 |
| 120 | LUVA DE NITRILICA G COM 100 | CXA | 100 | R$ 38,26 | R$ 3.826,00 |
| 121 | LUVA ESTERIL N 7,0 COM 200 | CXA | 100 | R$ 368,00 | R$ 36.800,00 |
| 122 | LUVA ESTERIL N 7,5 COM 200 | CXA | 100 | R$ 368,00 | R$ 36.800,00 |
| 123 | LUVAS DE PROCEDIMENTO M COM 100 | CXA | 150 | R$ 26,00 | R$ 3.900,00 |
| 124 | LUVAS DE PROCEDIMENTO P COM 100 | CXA | 100 | R$ 26,00 | R$ 2.600,00 |
| 125 | MASCARA DESCARTAVEL COM 100 | CXA | 50 | R$ 8,40 | R$ 420,00 |
| 126 | FITA MICROPORE 1.2X10MTRS | UND | 60 | R$ 2,20 | R$ 132,00 |
| 127 | FITA MICROPORE 10X4,5 | UND | 100 | R$ 10,54 | R$ 1.054,00 |
| 128 | SCALP N 19 COM 100 | UND | 20 | R$ 35,38 | R$ 707,60 |
| 129 | SCALP N 21 COM 100 | UND | 20 | R$ 35,38 | R$ 707,60 |
| 130 | SCALP N 23 COM 100 | UND | 20 | R$ 35,38 | R$ 707,60 |
| 131 | SCALP N 25 COM 100 | UND | 20 | R$ 35,38 | R$ 707,60 |
| 132 | SCALP N 27 COM 100 | UND | 20 | R$ 35,76 | R$ 715,20 |
| 133 | SERINGA 10ML COM AGULHA COM 100 | CXA | 30 | R$ 0,42 | R$ 12,60 |
| 134 | SERINGA 1ML COM AGULHA COM 100 | CXA | 600 | R$ 0,24 | R$ 144,00 |
| 135 | SERINGA 20ML COM AGULHA COM 100 | CXA | 34 | R$ 0,64 | R$ 21,76 |
| 136 | SERINGA 3ML COM AGULHA COM 100 | CXA | 34 | R$ 0,24 | R$ 8,16 |
| 137 | SERINGA 5ML COM AGULHA COM 100 | CXA | 34 | R$ 0,28 | R$ 9,52 |
| 138 | SONDA FOLEY 2 VIAS 16 PCT COM 10 | CXA | 10 | R$ 45,60 | R$ 456,00 |
| 139 | SONDA FOLEY 2 VIAS 18 PCT COM 10 | CXA | 10 | R$ 45,60 | R$ 456,00 |
| 140 | SONDA FOLEY 2 VIAS 20 PCT COM 10 | CXA | 10 | R$ 45,60 | R$ 456,00 |
| 141 | SONDA FOLEY 2 VIAS 22 PCT COM 10 | CXA | 10 | R$ 45,60 | R$ 456,00 |
| 142 | SONDA FOLEY 2 VIAS 12 PCT COM 10 | CXA | 5 | R$ 45,60 | R$ 228,00 |
| 143 | SONDA FOLEY 2 VIAS 14 PCT COM 10 | CXA | 10 | R$ 45,60 | R$ 456,00 |
| 144 | SONDA NASO GASTRICA 10 CURTA COM 10 | CXA | 5 | R$ 7,88 | R$ 39,40 |
| 145 | SONDA NASO GASTRICA 12 CURTA COM 10 | CXA | 5 | R$ 8,04 | R$ 40,20 |
| 146 | SONDA NASO GASTRICA 14 CURTA COM 10 | CXA | 5 | R$ 8,16 | R$ 40,80 |
| 147 | SONDA NASO GASTRICA 16 CURTA COM 10 | CXA | 5 | R$ 9,48 | R$ 47,40 |
| 148 | TIRA GLICEMIA ONCALL PLUS COM 50 | CXA | 600 | R$ 48,00 | R$ 28.800,00 |
| 149 | GORRO BRANCO COM 100 - ELASTICO | PCT | 15 | R$ 7,60 | R$ 114,00 |
| 150 | SONDA URETRAL 8 - PCT COM 10 | PCT | 15 | R$ 7,58 | R$ 113,70 |
| 151 | SONDA URETRAL 10 - PCT COM 10 | PCT | 5 | R$ 7,88 | R$ 39,40 |
| 152 | SONDA URETRAL 12 PCT COM 10 | PCT | 50 | R$ 8,04 | R$ 402,00 |
| 153 | SONDA URETRAL 14 PCT COM 10 | PCT | 10 | R$ 8,22 | R$ 82,20 |
| 154 | SONDA URETRAL 16 PCT COM 10 | PCT | 10 | R$ 20,94 | R$ 209,40 |
| 155 | SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 12 COM 10 | PCT | 10 | R$ 8,50 | R$ 85,00 |
| 156 | SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 14 COM 10 | PCT | 10 | R$ 8,66 | R$ 86,60 |
| 157 | SONDA DE ASPURAÇÃO TRAQUEAL 16 COM 10 | PCT | 10 | R$ 9,48 | R$ 94,80 |
| 158 | APARELHO DE PRESSÃO ADULTO | UND | 30 | R$ 103,68 | R$ 3.110,40 |
| 159 | APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL | UND | 5 | R$ 103,68 | R$ 518,40 |
| 160 | APARELHO DE PRESSÃO PARA OBESO | UND | 10 | R$ 168,48 | R$ 1.684,80 |
| 161 | APARELHO PARA GLICEMIA ONCALL PLUS | UND | 30 | R$ 82,00 | R$ 2.460,00 |
| 162 | LANTERNA CLINICA | UND | 15 | R$ 16,00 | R$ 240,00 |
| 163 | KIT DE OXIGENIO TERAPIA | UND | 20 | R$ 1.940,00 | R$ 38.800,00 |
| 164 | MICRONEBULIZADOR ADULTO OXIGENIO | UND | 40 | R$ 8,54 | R$ 341,60 |
| 165 | MICRONEBULIZADOR INFANTIL OXIGENIO | UND | 40 | R$ 8,54 | R$ 341,60 |
| 166 | OTOSCOPIO | UND | 30 | R$ 457,60 | R$ 13.728,00 |
| 167 | TERMOMETRO DIGITAL PARA CAIXA VACINA | UND | 6 | R$ 80,00 | R$ 480,00 |
| 168 | TUBITO DE VIDRO | UND | 20 | R$ 0,14 | R$ 2,80 |
| 169 | UMIDIFICADOR COM MASCARA PARA OXIGENIO | UND | 15 | R$ 50,98 | R$ 764,70 |
| 170 | TERMOMETRO DIGITAL DE PAREDE | UND | 2 | R$ 62,00 | R$ 124,00 |
| 171 | OCULOS DE PROTEÇÃO | UND | 100 | R$ 6,20 | R$ 620,00 |
| 172 | PINÇA ANATOMICA DISSECÇÃO 14CM | UND | 10 | R$ 12,21 | R$ 122,10 |
| 173 | PINÇA CRILE 16 CM | UND | 10 | R$ 33,46 | R$ 334,60 |
| 174 | PINÇA CRILE 16 CM CURVA | UND | 10 | R$ 33,46 | R$ 334,60 |
| 175 | PINÇA CHERON 25 CM | UND | 10 | R$ 58,93 | R$ 589,30 |
| 176 | PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14 CM | UND | 10 | R$ 26,16 | R$ 261,60 |
| 177 | PARTA AGULHA MAYO HEGAR 14 CM COM WIDEA | UND | 10 | R$ 240,58 | R$ 2.405,80 |
| 178 | VAVULA REGULADORA COM FLUXOMETRO | UND | 12 | R$ 275,69 | R$ 3.308,28 |
| 179 | VAVULA REGULADORA PARA AR COMPRIMIDO COM FLUXOMETRO | UND | 15 | R$ 275,68 | R$ 4.135,20 |
| 180 | SUPORTE PARA TUBITOS | UND | 2 | R$ 78,47 | R$ 156,94 |
| 181 | KIT MEDIDOR DE GRAMA | UND | 2 | R$ 54,00 | R$ 108,00 |
| 182 | MULTIMER 120 MIM - MARCADOR BIOQUIMICO DE TEMPO | UND | 2 | R$ 1.595,04 | R$ 3.190,08 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 183 | TERMOMETRO CLINICO DIGITAL | UND | 15 | R$ 19,69 | R$ 295,35 |
| 184 | EXTENSÃO 2 METRO DE OXIGENIO | UND | 30 | R$ 41,22 | R$ 1.236,60 |
| 185 | ELETROCARDIOGRAMA 30 CANAIS - 12 DERIVAÇÃO | UND | 2 | R$ 9.040,00 | R$ 18.080,00 |
| 186 | ELETROCARDIOGRAMA PORTATIL | UND | 1 | R$ 9.040,00 | R$ 9.040,00 |
| 187 | CARRINHO PARA ELETROCARDIOGRAMA | UND | 1 | R$ 3.600,00 | R$ 3.600,00 |
| 188 | CARRINHO PARA BISTURI ELETRONICA | UND | 1 | R$ 3.580,00 | R$ 3.580,00 |
| 189 | OLEO DE GIRASSOL | UND | 20 | R$ 5,60 | R$ 112,00 |
| 190 | ESCOVA SERVICAL | UND | 100 | R$ 0,38 | R$ 38,00 |
| 191 | SUPORTE PARA CAIXA DE PERFURO CORTANTE 13 LITROS | UND | 10 | R$ 31.40 | R$ 314,00 |
| 192 | PAPEL CREPADO 25X25 | UND | 80 | R$ 88.20 | R$ 7.056,00 |
| 193 | SONDA NASA GASTRICA LONGA Nº12 | CXA | 3 | R$ 12.40 | R$ 37,20 |
| 194 | SONDA NASA GASTRICA LONGA Nº14 | CXA | 3 | R$ 12,56 | R$ 37,68 |
| 195 | SONDA NASA GASTRICA LONGA Nº16 | CXA | 3 | R$ 14,18 | R$ 42,54 |
| 196 | PIPETAS DESCARTAVES 3 ML | UND | 3 | R$ 0,37 | R$ 1,11 |
| 197 | TORNEIRAS 3 VIAS | CXA | 2 | R$ 63,74 | R$ 127,48 |
| | UM MILHÃO E VINTE MIL REAIS | | | | **R$ 1.020.000,00** |
| | **LOTE 03 - MATERIAL ODONTOLOGICO DE CONSUMO** | **UND** | **QTD** | **V UNIT** | **V TOTAL** |
| 1 | PINÇA MOSQUITO 12,5 CM | UNID | 15 | R$ 20,43 | R$ 306,45 |
| 2 | PINÇA ADSON 12 CM DENTES | UNID | 15 | R$ 11,80 | R$ 177,00 |
| 3 | PINÇA KELLY CURVA 14CM | UNID | 15 | R$ 23,30 | R$ 349,50 |
| 4 | TESOURA CURURGICA RETA COM PONTA FINA 15CM | UNID | 20 | R$ 19,89 | R$ 397,80 |
| 5 | PORTA AGULHA MAYA - HEGOR 14 CM | UND | 20 | R$ 21,67 | R$ 433,40 |
| 6 | TESOURA METZEMBAUM CURVA 15CM | UNID | 20 | R$ 30,79 | R$ 615,80 |
| | | | | | **R$ 2.279,95** |

**Valor total dos lotes: R$ 1.022.279,95 (um milhão e vinte e dois mil e duzentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos).**

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 6/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

**CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES**

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal Eletrônica for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009.2055 - Manut. e enc. c/ o Fundo Municipal de Saúde

33.90.30 – (0353) Material de Consumo

33.90.32 – (0354) Material de Distribuição Gratuita

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009.2058 – Manutenção do PACIS

33.90.30 –(373) Material de Consumo

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009.2059 - Manut. e enc. c/ o Pab Fixo

33.90.30 – (0375) Material de Consumo

44.90.52 – (0377) Equipamentos e Material Permanente

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009-2061 – Manutenção do Programa Saúde Bucal

33.90.30 (0387) – Material de Consumo.

44.90.52 (0390) – Equipamento e Material permanente

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009-2062 – Manutenção do SAI/SUS

33.90.30 (0391) – Material de Consumo

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.303.0009-2063 - Manutenção do Programa Farmácia Básica

33.90.32 (0394) – Material de Distribuição Gratuita

**CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. **O prazo de entrega será imediato** a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificados pelas secretarias solicitantes.

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)**

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 06/2016 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

6.5. Aceitar nas mesmas condições previstas na presente ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente estimado, servindo como base de cálculo para as alterações, os preços unitários constantes na proposta vencedora;

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

**CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES**

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

**CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

**CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

**CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita

por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 06/2016 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 19 de abril de 2016.

**TARCISIO FERRARI**

Prefeito Municipal

_____

**EMPRESA**

L. P. COM. REP. ASSESSORIA E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA

CNPJ: 10.832.896/0001-29

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

---

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PREGÃO PRESENCIAL TIPO REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016**

**VALIDADE: Da data de sua Assinatura é de 12 meses a contar a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.**

**12 (Doze) meses consecutivos.**

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149 SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pelo Pregoeiro Manoel Evangelista dos Santos, portador do RG nº 562170-4 SSP/MT e do CPF 441.734.071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 04/2016 de 04 de janeiro de 2016, que conduziram o Pregão Presencial nº 06/2016, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT,** dos itens conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial com Registro de Preços nº 06/2016, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada no certame acima numerado. Foi identificada a empresa- M S DIAGNOSTICA LTDA CADASTRADA NO CNPJ Nº 00.970.175/0001-21, neste ato representado Rodrigo Trembulak do Nascimento, cadastrado no RG nº 80825749 SESP/PR, **localizada na rua alegria, nº 129, vila Maciel campo grande - MS, CEP: 79070-305,** nas quantidades estimadas **na Seção 4.1 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

11 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE, MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT**

**CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade 12 (Doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| | LOTE 04 - MATERIAL ODONTOLOGICO PERMANENTE | UND | QTD | V UNIT | V TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | MACROCENTRIFUGA EXCELSA II 206 TUBOS DE 5 A 50 ML 110V FANEM OU SIMILAR | UND | 1 | R$ 7. 000,00 | R$ 7. 000,00 |
| 2 | MICROCENTRIFUGA PARA HEMATOCRITO 110V FANEM OU SIMILAR | UND | 1 | R$ 8. 010,00 | R$ 8. 010,00 |
| 3 | MICROSCOPIO OPTICO 5 OBJETIVAS - 4;10;25;10 E 100X | UND | 1 | R$ 6. 800,00 | R$ 6. 800,00 |
| 4 | ANALIZADOR HEMATOLIGICO BC - 3200 | UND | 1 | R$ 40. 000,00 | R$ 40. 000,00 |
| 5 | AGITADOR MICRO PLACA AGIMAX | UND | 1 | R$ 2. 740,00 | R$ 2. 740,00 |
| 6 | AGITADOR DE KLENE BIOMISER TS - 200 | UND | 1 | R$ 3. 090,00 | R$ 3. 090,00 |
| 7 | ANALIZADOR BIOQUIMICO BIOPLUS 2000 OU SIMILAR | UND | 1 | R$ 18. 000,00 | R$ 18. 000,00 |
| 8 | HOMOGEINIZADOR DE SANGUE MOV CIRCULAR 24 TUBOS 12 A 32 RPM 110V | UND | 1 | R$ 2. 160,00 | R$ 2. 160,00 |
| 9 | BANHO MARIA ATÉ 60, CAPACIDADE NINIMA 60 TUBOS TIPO KAHN CONTROLE DIGITAL DE TEMPERATURA FANEM OU SIMILAR | UND | 1 | R$ 2. 200,00 | R$ 2. 200,00 |
| | TOTAL DO LOTE: | | | **R$ 90. 000,00** | |

**Valor total dos lotes: R$ 90.000,00 (noventa mil reais).**

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 6/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

**CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES**

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal Eletrônica for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009.2055 - Manut. e enc. c/ o Fundo Municipal de Saúde

33.90.30 – (0353) Material de Consumo

33.90.32 – (0354) Material de Distribuição Gratuita

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009.2058 – Manutenção do PACIS

33.90.30 –(373) Material de Consumo

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009.2059 - Manut. e enc. c/ o Pab Fixo

33.90.30 – (0375) Material de Consumo

44.90.52 – (0377) Equipamentos e Material Permanente

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009-2061 – Manutenção do Programa Saúde Bucal

33.90.30 (0387) – Material de Consumo.

44.90.52 (0390) – Equipamento e Material permanente

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.301.0009-2062 – Manutenção do SAI/SUS

33.90.30 (0391) – Material de Consumo

**07.000– SEC. MUNIC. DE SAUDE**

**07.002– Fundo Municipal de Saúde**

10.303.0009-2063 - Manutenção do Programa Farmácia Básica

33.90.32 (0394) – Material de Distribuição Gratuita

**CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. **O prazo de entrega será imediato** a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificados pelas secretarias solicitantes.

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)**

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 06/2016 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

6.5. Aceitar nas mesmas condições previstas na presente ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente estimado, servindo como base de cálculo para as alterações, os preços unitários constantes na proposta vencedora;

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

**CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES**

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

**CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

**CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

**CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita

por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 06/2016 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 19 de abril de 2016.

**TARCISIO FERRARI**

Prefeito Municipal

_____

**EMPRESA** M S DIAGNOSTICA LTDA CNPJ Nº 00.970.175/0001-21

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

---

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2016/PMRC**

**PREGÃO:** Nº 08/2016/PMRC – **REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO:** Nº 08-PMRC

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES** contados a partir da data de sua assinatura.

Aos vinte e sete dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezesseis, o Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, com sede na Prefeitura Municipal localizada na avenida Mato Grosso, nº. 221, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.347.788/0001-31, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, representado neste ato por seu Prefeito Municipal o Senhor TARCISIO FERRARI, portador da Cédula de Identidade nº. 348.149 SSP/MT e do CPF nº. 567.672.001-82, e de outro lado a Empresa a Empresa **L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME,** cito à avenida XV de Novembro, 478 – Porto na Cidade de Cuiabá - MT, inscrita no CNPJ sob o numero **13.498.051/0001-37** representada neste ato pelo Senhor **JOSÉ EMILIO CAVALCANTE DIAS, RG: 369.468 SSP/MT e CPF:237.164.289-49,** doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, vencedora do Processo licitatório tipo Pregão Presencial nº 08/2016 nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 05/2010 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1 – **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS PARA FORNECIMENTOS DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS E CORTE COSTURA EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CURSOS CONFORME ANEXO I DO EDITAL**

2 – A entrega será efetuada nas instalações da CONTRATADA, através de requisição da CONTRATANTE, expedindo-se nota fiscal no final de cada mês.

**2. DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **(12) MESES,** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a PMRC, através do Setor de Compras. no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações Municipal/PMRC, nas questões legais.

**4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO**

**4.1**. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | MARCA | QDE | V. UNIT | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | ABRIDOR DE CASA PEQ N 15 1X1 | | 12 | R$ 1,75 | R$ 21,00 |
| 2 | ACETONA 100 ML 1X1 | | 30 | R$ 4,07 | R$ 122,10 |
| 3 | ACRIL BASE ACRILICA 37 ML 1X1 | | 3 | R$ 2,48 | R$ 7,44 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 4 | ACRIL BENZOATO DE SODIO 100 GRAMAS | | 3 | R$ 7,13 | R$ 21,39 |
| 5 | ACRIL CLORS 250 ML G I | | 2 | R$ 18,96 | R$ 37,92 |
| 6 | ACRIL GESSO ACRILICO 250 GRAMAS | | 2 | R$ 12,72 | R$ 25,44 |
| 7 | ACRIL KIT CRAQUELEX 02 X 1 100 ML | | 5 | R$ 41,47 | R$ 207,35 |
| 8 | ACRIL LIMPA PINCEL 37 ML | | 10 | R$ 4,79 | R$ 47,90 |
| 9 | ACRIL MEDIUM ACRILICO 100 ML 6X1 | | 1 | R$ 21,94 | R$ 21,94 |
| 10 | ACRIL METAL COLORS 60 ML | | 8 | R$ 9,79 | R$ 78,32 |
| 11 | ACRIL MULT COLAGE TEXTIL 120 GRAMAS | | 1 | R$ 27,49 | R$ 27,49 |
| 12 | ADESIVO DIMENSIONAL ALFABETO ESTILIZADO 103 | | 6 | R$ 9,26 | R$ 55,56 |
| 13 | AGARRAS 100 ML | | 3 | R$ 9,02 | R$ 27,06 |
| 14 | AGULHA DE BARBANTE 2,0 MM | | 20 | R$ 3,42 | R$ 68,40 |
| 15 | AGULHA DE BORDAR TAPESTRY Nº 22 10X1 | | 20 | R$ 4,63 | R$ 92,60 |
| 16 | AGULHA DE CROCHE TULIPA Nº 04 | | 20 | R$ 3,42 | R$ 68,40 |
| 17 | AGULHA DE MÃO AÇO NIQUILADO Nº 07 20X1 | | 20 | R$ 4,55 | R$ 91,00 |
| 18 | AGULHA DE PONTO RUSSO ROSA | | 20 | R$ 13,43 | R$ 268,60 |
| 19 | AGULHA DE MAQUINA DE COSTURA 2020 Nº 09 10X1 | | 10 | R$ 7,26 | R$ 72,60 |
| 20 | AGULHA DE MAQUINA DE COSTURA 2020 Nº 11 10X1 | | 10 | R$ 7,26 | R$ 72,60 |
| 21 | AGULHA DE MAQUINA DE COSTURA 2020 Nº 14 10X1 | | 10 | R$ 7,26 | R$ 72,60 |
| 22 | AGULHA DE MAQUINA DE COSTURA 2020 Nº 16 10X1 | | 10 | R$ 7,26 | R$ 72,60 |
| 23 | AGULHA DE MAQUINA DE COSTURA 2020 Nº 18 10X1 | | 10 | R$ 7,26 | R$ 72,60 |
| 24 | AGULHA DE MAQUINA DE COSTURA 2045 Nº 21 10X1 | | 10 | R$ 7,26 | R$ 72,60 |
| 25 | AGULHA DE MAQUINA DE COSTURA 2045 Nº 09 10X1 | | 10 | R$ 8,91 | R$ 89,10 |
| 26 | AGULHA DE MAQUINA DE XOSTURA 2045 Nº 18 10X1 | | 10 | R$ 8,91 | R$ 89,10 |
| 27 | AGULHA DE MAQUINA DUPLA Nº 11 2X1 | | 10 | R$ 28,15 | R$ 281,50 |
| 28 | AGULHA DE MAQUINA DUPLA Nº 14 2X1 | | 10 | R$ 28,15 | R$ 281,50 |
| 29 | AGULHA DE MQUINA INSDUSTRIAL 1515 CABO FINO Nº 09 10X1 | | 10 | R$ 12,69 | R$ 126,90 |
| 30 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 1515 CABO FINO Nº 10X1 | | 10 | R$ 12,69 | R$ 126,90 |
| 31 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 1515 CABO FINO Nº 11 10X1 | | 10 | R$ 12,69 | R$ 126,90 |
| 32 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 1515 CABO FINO Nº 12 10X1 | | 10 | R$ 12,69 | R$ 126,90 |
| 33 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 1515 CABO FINO Nº 14 10X1 | | 10 | R$ 12,69 | R$ 126,90 |
| 34 | AGULHA DE MAQUINA INDSUTRIAL 1515 CABO FINO Nº 16 10X1 | | 10 | R$ 12,69 | R$ 126,90 |
| 35 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 1955 CABO GROSSO Nº 09 10X1 | | 10 | R$ 12,69 | R$ 126,90 |
| 36 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 1955 CABO GROSSO Nº 10 10X1 | | 10 | R$ 12,69 | R$ 126,90 |
| 37 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 1955 CABO GROSSO Nº 11 10X1 | | 10 | R$ 12,69 | R$ 129,70 |
| 38 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 3651 GALONEIRA Nº 09 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 39 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 3651 GALONEIRA Nº 10 10X1 | | 10 | R$ 18,30 | R$ 179,10 |
| 40 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 3651 GALONEIRA Nº 11 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 41 | AGULHA DE MAQUINA INDSUTRIAL3651 GALONEIRA Nº 12 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 42 | AGULHA DE MAQUINA INDSUTRIAL3651 GALONEIRA Nº 14 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 43 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL3651 GALONEIRA Nº 16 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 44 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL3651 GALONEIRA Nº 18 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 45 | AGULHA DE MAQUINA INDSUTRIAL 6120 OVERLOCK Nº 09 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 46 | AGULHA DE MAUQINA INDUSTRIAL 6120 OVERLOCK Nº 10 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 47 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 6120 OVERLOCK Nº 11 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 48 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 6120 OVERLOCK Nº 12 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 49 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 6120 OVERLOCK Nº 14 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 50 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 6120 OVERLOCK Nº 16 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 51 | AGULHA DE MAQUINA INDUSTRIAL 6120 OVERLOCK Nº 18 10X1 | | 10 | R$ 17,91 | R$ 179,10 |
| 52 | AGULHEIRO DE CESTINHA 12X1 | | 5 | R$ 18,94 | R$ 94,70 |
| 53 | ALFINETE CABEÇA COLORIDA 80X1 REF 285404 | | 10 | R$ 5,96 | R$ 59,60 |
| 54 | ALGODÃO BOLA BRANCA 40GRAMAS | | 30 | R$ 4,05 | R$ 121,50 |
| 55 | ALICATE BICO CHATO PARA ARTESANATO | | 5 | R$ 7,76 | R$ 38,80 |
| 56 | ALICATE CIRTE LATERAL | | 5 | R$ 11,49 | R$ 57,45 |
| 57 | ALICATE DE CUTICULA EM AÇO INOX MUNDIAL, IGUAL OU SUPERIOR | | 12 | R$ 11,57 | R$ 138,84 |
| 58 | ARAME ALUMINIO PARA FLOR 02 PÇAS C/05 METROS | | 100 | R$ 22,22 | R$ 2.222,00 |
| 59 | ARAME ALUMINIO PARA FLOR Nº 20 COM 10 METROS | | 100 | R$ 7,75 | R$ 775,00 |
| 60 | ARCO DE ACRILICO PARA SUTIAN Nº 42 10X1 | | 10 | R$ 9,97 | R$ 99,70 |
| 61 | ARGILA | | 30 | R$ 2,76 | R$ 82,80 |
| 62 | ARGOLA PARA CHAVEIRO COM CORRENTE GROSSA 100X1 | | 5 | R$ 20,40 | R$ 102,00 |
| 63 | ARGOLA DE METAL 35MM OURO VELO 10X1 | | 4 | R$ 3,96 | R$ 15,84 |
| 64 | ARGOLA PLASTICA 30MM 144X1 | | 4 | R$ 24,51 | R$ 98,04 |
| 65 | ASPITAL PARA BISCUIT METAL 10X1 | | 50 | R$ 3,95 | R$ 197,50 |
| 66 | BALÃO IMO Nº 7 COR SORTIDA 50X1 IGUAL OU SUPERIOR AO S. ROQUE | | 20 | R$ 10,53 | R$ 210,60 |
| 67 | BANHEIRA NORTHON BAY 18 LITROS | | 20 | R$ 28,66 | R$ 573,20 |
| 68 | BARBANTE BARROCO MAXCOLOR 400 GRAMAS | | 50 | R$ 29,44 | R$ 1.472,00 |
| 69 | BARBANTE COLORIDO Nº 04 915 METROS | | 50 | R$ 14,26 | R$ 713,00 |
| 70 | MARBANTE CRU Nº 06 1000 GRAMAS | | 50 | R$ 21,23 | R$ 1.061,50 |
| 71 | MASTIDOR DE MADEIRA LARGO REGULAVEL 16 CM | | 24 | R$ 22,93 | R$ 550,32 |
| 72 | BETUME 500 ML | | 4 | R$ 24,31 | R$ 97,24 |
| 73 | BOBINA DE MAQUINA PLASTICA BAIXA 20X1 | | 5 | R$ 5,53 | R$ 27,65 |
| 74 | BOBINA DE PAPEL KRAFT 60 CM 140 METROS | | 2 | R$ 71,86 | R$ 143,72 |
| 75 | BOJO LISO 42 P | | 12 | R$ 4,56 | R$ 54,72 |
| 76 | BORDADO INGLES 5CM DE LARGURA COM 13,70 METROS | | 24 | R$ 19,08 | R$ 457,92 |
| 77 | BOTÃO ACRILICO D 85 TAQM 15 12X1 | | 12 | R$ 4,75 | R$ 57,00 |
| 78 | BOTÃO DE CAMISA FERRO Nº 18 50X1 | | 12 | R$ 7,11 | R$ 85,32 |
| 79 | BOTAÃO INFANTIL 24X1 | | 36 | R$ 3,96 | R$ 142,56 |
| 80 | BOTÃO PEROLA Nº 10 24X1 | | 12 | R$ 4,39 | R$ 52,68 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 81 | CABEÇA DE BONECA PAULINHO 10X1 | | 20 | R$ 22,57 | R$ 451,40 |
| 82 | CABEÇA DE BONECA RODRIGO 5X1 | | 20 | R$ 11,06 | R$ 221,20 |
| 83 | CABELO DE BONECA 80 GRAMAS | | 1 | R$ 43,21 | R$ 42,21 |
| 84 | CACHEPO FEST LARANJA 6X5CM 9,5X9,5CM 8X1 | | 50 | R$ 9,16 | R$ 458,00 |
| 85 | CAIXA ACRILICA 7X7 CM REF. 504 10X1 | | 10 | R$ 23,56 | R$ 235,60 |
| 86 | CANUTILHO DE VIDRO 6MM 500 GRAMAS | | 2 | R$ 23,71 | R$ 47,42 |
| 87 | CARBONO DE COSTURA 10X1 | | 4 | R$ 15,37 | R$ 61,48 |
| 88 | CARRETINHA 4X1 | | 5 | R$ 20,86 | R$ 104,30 |
| 89 | CHAPEUZINHO DE TELA Nº 01 10X1 | | 10 | R$ 14,23 | R$ 142,30 |
| 90 | CHINELO DE TIRAS IGUAL OU SUPERIOR AO HAVAIANAS Nº 33 A 44 | | 60 | R$ 17,70 | R$ 1.062,00 |
| 91 | COLA BRASCOPLAST 75 GRAMAS | | 5 | R$ 13,74 | R$ 68,70 |
| 92 | COLA PARA CHINELO 250 GRAMAS | | 8 | R$ 26,01 | R$ 208,08 |
| 93 | COLA EXTRA FAIXA AZUL COM 01 KG | | 25 | R$ 38,90 | R$ 972,50 |
| 94 | COLA FIXA CROCHE 250 GRAMAS | | 6 | R$ 29,23 | R$ 175,38 |
| 95 | COLA GLITER 35 GRAMAS | | 8 | R$ 34,75 | R$ 278,00 |
| 96 | COLA INSTATANEA REF 793 20 GRAMAS | | 36 | R$ 10,64 | R$ 383,04 |
| 97 | COLA PARA MEDEIRA REF 2291 100 GRAMAS | | 20 | R$ 5,75 | R$ 115,00 |
| 98 | COLA PARA PANO 500 GRAMAS | | 8 | R$ 49,01 | R$ 392,08 |
| 99 | COLA PARA EVA E ISOPOR 35 GRAMAS | | 12 | R$ 2,96 | R$ 35,52 |
| 100 | COLA PARA PEDRARIA 20 GRAMAS | | 42 | R$ 16,74 | R$ 703,08 |
| 101 | COLA PERMANENTE 250 GRAMAS | | 12 | R$ 24,02 | R$ 288,24 |
| 102 | COLA QUENTE FINA TRANSPARENTE 1000 GRAMAS | | 5 | R$ 45,85 | R$ 229,25 |
| 103 | COLA QUENTE GROSSA TRANSPARENTE 1000 GRAMAS | | 5 | R$ 45,85 | R$ 229,25 |
| 104 | COLA DE SILICONE 100 GRAMAS | | 10 | R$ 9,93 | R$ 99,30 |
| 105 | COLA UNIVERSAL 17 GRAMAS | | 30 | R$ 9,58 | R$ 287,40 |
| 106 | COLCHETE DE GANCHO Nº 03 24X1 | | 6 | R$ 4,75 | R$ 28,50 |
| 107 | CONTAS ACRILICAS R AS 85031 6X1 | | 20 | R$ 3,42 | R$ 68,40 |
| 108 | CONTAS DE VIDRO 480 GRAMAS | | 18 | R$ 23,70 | R$ 426,60 |
| 109 | CONTAS DE PEROLAS LINEAR ALJOFRA 10 MM 10 METROS | | 4 | R$ 45,85 | R$ 183,40 |
| 110 | CONTAS PLASTICAS 04 MM HEXAGONAL 30 METROS | | 14 | R$ 40,95 | R$ 573,30 |
| 111 | CORDÃO 9000 R 1 MM COR 0022 PRTA 50 METROS | | 6 | R$ 22,79 | R$ 136,70 |
| 112 | CORDÃO DE SÃO FRANCISCO 90M16 20 METROS | | 6 | R$ 31,47 | R$ 188,82 |
| 113 | CORDÃO ENCERADO REF GID 00233 100 METROS | | 12 | R$ 28,29 | R$ 339,48 |
| 114 | CORDÃO ROLETE ACETINADO 50 METROS | | 10 | R$ 15,65 | R$ 156,50 |
| 115 | CORTADOR CORAÇÃO 8X1 | | 1 | R$ 26,17 | R$ 26,17 |
| 116 | CORTADOR DE METAL INOX GRANDE 6X1 | | 1 | R$ 22,93 | R$ 22,93 |
| 117 | CORTADOR DE NUMEROS 10X1 | | 1 | R$ 46,27 | R$ 46,27 |
| 118 | CREME PARA PORCELANA FRIA BELLA 250 GRAMAS | | 10 | R$ 11,85 | R$ 118,50 |
| 119 | DEDAL DE PLASTICO 10X1 | | 5 | R$ 9,48 | R$ 47,40 |
| 120 | EJETOR DE BISCUIT 24X1 | | 2 | R$ 62,55 | R$ 125,10 |
| 121 | EJETOR PARA MASSA REF 3326 32X1 | | 1 | R$ 59,80 | R$ 59,80 |
| 122 | ELASTICO DE ALÇA IPE 25 METROS | | 4 | R$ 17,37 | R$ 69,48 |
| 123 | ELASTICO JARAGUA CINTURA Nº 40 25 M COMP. 72¢ POLIESTER 28¢ ELASTODIENO | | 6 | R$ 18,49 | R$ 110,94 |
| 124 | ELASTICO Nº 14 100M COMP. 72¢ ALGODÃO 28¢ ELASTODIENO | | 8 | R$ 58,64 | R$ 469,12 |
| 125 | ELASTICO TULIPA 12 50 METROS | | 4 | R$ 22,75 | R$ 91,00 |
| 126 | EMBORRACHADO 1,50 LARGURA | | 20 | R$ 41,03 | R$ 820,60 |
| 127 | ENCHIMENTO FIBRA ACRILICA SOFT 1 KG | | 15 | R$ 36,19 | R$ 542,85 |
| 128 | ENTREMEIO DE METAL REF 23820 20X1 | | 1 | R$ 8,23 | R$ 8,23 |
| 129 | ENTRETELA TERMOCOLANTE PATCHWORK LARGURA 0,90 M | | 60 | R$ 9,47 | R$ 568,20 |
| 130 | ESMALTE UNHA SENSAÇÃO | | 30 | R$ 5,16 | R$ 154,80 |
| 131 | ESPATULA PARA PINTURA REF 5133 | | 12 | R$ 9,33 | R$ 111,96 |
| 132 | EXTRUSSORA PRATA REF 3371 24X1 | | 4 | R$ 38,92 | R$ 155,68 |
| 133 | FECHO DE COLAR LAGOSTA 50X1 | | 3 | R$ 14,47 | R$ 42,51 |
| 134 | FIO DE SILICONE 0,6MM 100M | | 5 | R$ 20,25 | R$ 101,25 |
| 135 | FIO DE SISAL 78M REF 300/1 | | 19 | R$ 18,96 | R$ 360,24 |
| 136 | FITA DE CETIM Nº 00 4 MM 100M | | 20 | R$ 22,92 | R$ 458,40 |
| 137 | FITA DE CETIM Nº01 7 MM 10M | | 80 | R$ 3,11 | R$ 248,80 |
| 138 | FITA DE CETIM Nº 02 10 MM 10M | | 50 | R$ 4,25 | R$ 212,50 |
| 139 | FITA DE CETIM Nº 03 15 MM 10 M | | 50 | R$ 5,52 | R$ 276,00 |
| 140 | FITA DE CETIM Nº 05 22MM 10M | | 40 | R$ 6,95 | R$ 278,00 |
| 141 | FITA DE CETIM Nº 09 38 MM 10 M | | 20 | R$ 12,34 | R$ 246,80 |
| 142 | FITA DE CETIM Nº 12 50 MM 10 M | | 20 | R$ 15,47 | R$ 309,40 |
| 143 | FITA DE CETIM Nº 22 70 MM 10M | | 10 | R$ 23,48 | R$ 234,80 |
| 144 | FITA DE GORGURÃO Nº 3 15 MM 10M | | 12 | R$ 6,74 | R$ 80,88 |
| 145 | FITA ESTAMPADA 40 MM ORD 3812 | | 14 | R$ 20,21 | R$ 282,94 |
| 146 | FITA FLORAL PARA FLOR 2X1 | | 36 | R$ 7,76 | R$ 279,36 |
| 147 | FITA FLORAL PARA FLOR 29M | | 50 | R$ 3,94 | R$ 197,00 |
| 148 | FITA METALOIDE 35 MM 50M | | 15 | R$ 12,63 | R$ 189,45 |
| 149 | FITA METRICA 150 CM | | 24 | R$ 2,38 | R$ 57,12 |
| 150 | FITA VOAL LISTRADA Nº 08 08 MM | | 19 | R$ 20,09 | R$ 381,71 |
| 151 | FITA XADREZ REF FXE 16 MM 9,14 M | | 15 | R$ 24,12 | R$ 361,80 |
| 152 | FITILHO LISO 5MM 50M | | 20 | R$ 1,73 | R$ 34,60 |
| 153 | FLOR ACRILICA STRASS E PEROLA RAMO | | 5 | R$ 9,48 | R$ 47,40 |
| 154 | FLOR DE BISCUIT 50X1 | | 16 | R$ 5,06 | R$ 80,96 |
| 155 | FLOR DE TECIDO 144X1 | | 5 | R$ 34,18 | R$ 170,90 |
| 156 | FLOR PARA CHINELO 2X1 | | 20 | R$ 2,37 | R$ 47,40 |
| 157 | FOLHA ACRILICA 490G | | 16 | R$ 39,59 | R$ 633,44 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 158 | FOLHA PARA SCRAP 30,5X30,5CM | | 4 | R$ 4,05 | R$ 16,20 |
| 159 | FUCINHO DE URSDO Nº 04 100X1 | | 2 | R$ 9,48 | R$ 18,96 |
| 160 | GALÃO DOURADO 20 MT REF 1341 | | 6 | R$ 75,90 | R$ 455,40 |
| 161 | GIZ DE COSTURA BRANCO 24X1 | | 2 | R$ 25,34 | R$ 50,68 |
| 162 | GOMA LACA INDIANA 100 ML | | 8 | R$ 14,95 | R$ 119,60 |
| 163 | GRIPIR REF CHL 160 LARG. 6CM COMP 13,70 M | | 20 | R$ 83,39 | R$ 1.667,80 |
| 164 | GUARDANAPO DECOUPAGEM 33X33 CM 5X1 | | 50 | R$ 9,32 | R$ 466,00 |
| 165 | IMÃ DE GELADEIRA 12X1 | | 25 | R$ 7,10 | R$ 177,50 |
| 166 | JATEADO 100ML INCOLOR | | 12 | R$ 10,41 | R$ 124,92 |
| 167 | JOGO DE ESTECAS 12X1 | | 1 | R$ 28,32 | R$ 28,32 |
| 168 | JOGO DE REGUA PARA COSTURA DE MADEIRA 3X1 | | 12 | R$ 15,66 | R$ 187,92 |
| 169 | JOGO ESTACAS MARCADORES MARCADORES DE OLHOS 4X1 | | 1 | R$ 13,82 | R$ 13,82 |
| 170 | KIT CARIMBO B STAR 12X 1 R 3340 VERDE | | 1 | R$ 19,57 | R$ 19,57 |
| 171 | KIT CORTADOR BABADOS M C/04 PEÇAS | | 1 | R$ 26,17 | R$ 26,17 |
| 172 | KIT CORTADOR COROA 3X1 | | 1 | R$ 26,17 | R$ 26,17 |
| 173 | LACINHO COM BISCUIT 50X1 | | 30 | R$ 5,04 | R$ 151,20 |
| 174 | LAÇO DE CALCINHA LARGO 50X1 | | 100 | R$ 6,76 | R$ 676,00 |
| 175 | LAN CLUB 40 GRAMAS | | 150 | R$ 3,68 | R$ 552,00 |
| 176 | LAN KEAMOR 40 GRAMAS | | 40 | R$ 7,54 | R$ 301,60 |
| 177 | LAN PARA TAPETE PINGUIN 100 GRAMAS | | 40 | R$ 17,82 | R$ 712,80 |
| 178 | LANTEJOLA FLORZINHA METALICA 500 GRAMAS | | 5 | R$ 39,20 | R$ 196,00 |
| 179 | LASTEX 10 M 10X1 | | 1 | R$ 8,55 | R$ 8,55 |
| 180 | LINHA DE BORDAR ANCHOR 8 M | | 250 | R$ 2,72 | R$ 680,00 |
| 181 | LINHA DE BORDAR PONTO RUSSO EM KILO | | 10 | R$ 93,30 | R$ 933,00 |
| 182 | LINHA DE COSTURA 1.829M (2.000 JDS) | | 80 | R$ 5,33 | R$ 426,40 |
| 183 | LINHA DE CROCHE 500 METROS IGUAL OU SUPERIOR A ANNE | | 50 | R$ 13,24 | R$ 662,00 |
| 184 | LINHA DE CROCHE BARROCO BRILHO 200 GRAMAS | | 48 | R$ 21,26 | R$ 1.020,48 |
| 185 | LINHA DE CROCHE 1000 M IGUAL OU SUPERIOR A CAMILA | | 66 | R$ 13,02 | R$ 859,32 |
| 186 | LINHA DE CROCHE 1000 M IGUAL OU SUPERIOR A CLRA | | 40 | R$ 13,24 | R$ 529,60 |
| 187 | LINHA OVERLOCK 70 GRAMAS | | 40 | R$ 4,71 | R$ 188,40 |
| 188 | LINHA DE PESCA 0,35 MM 100X1 | | 10 | R$ 3,88 | R$ 38,80 |
| 189 | LINHA DE SEDA 500 M, IGUAL OU SUPERIOR A LINHA PRINCESA MODA | | 55 | R$ 8,57 | R$ 471,35 |
| 190 | LINHA TRICO E CROCHE BRISA 100 GRAMAS | | 20 | R$ 12,12 | R$ 242,40 |
| 191 | LIXA DE UNHA MOSTARDA POP 100X1 | | 2 | R$ 12,52 | R$ 25,04 |
| 192 | LIXA MADEIRA GTÃO 220 25 FLS | | 10 | R$ 54,11 | R$ 541,10 |
| 193 | MALHA DE ALGODÃO FIO 24 COR ECURA EM KILO | | 30 | R$ 61,63 | R$ 1.848,90 |
| 194 | MALHA DE ALGODÃO RIBANA CORES EM KILO | | 20 | R$ 82,32 | R$ 1.646,40 |
| 195 | MALHA FIO 24 COR CLARA EM KILO | | 30 | R$ 65,99 | R$ 1.979,70 |
| 196 | MALHA FIO 30 COR CLARA EM KILO | | 20 | R$ 79,72 | R$ 1.594,40 |
| 197 | MALHA FIO 30 ESTAMPADA EM KILO | | 20 | R$ 82,32 | R$ 1.646,40 |
| 198 | MARABU 1,50M | | 20 | R$ 4,11 | R$ 82,20 |
| 199 | NARCADOR DE BISCUIT 2X1 | | 5 | R$ 3,42 | R$ 17,10 |
| 200 | MARCADOR PARA TECIDO ACRILPEN | | 24 | R$ 5,70 | R$ 136,80 |
| 201 | MASSA DE BISCUIT NATURAL EM KILO | | 25 | R$ 16,66 | R$ 416,50 |
| 202 | MDF BAÚ MINI | | 12 | R$ 12,49 | R$ 149,88 |
| 203 | MDF CACHEPO 10X10X15 | | 50 | R$ 7,14 | R$ 357,00 |
| 204 | MDF CAIXA 15X15X6 CM | | 50 | R$ 10,27 | R$ 513,50 |
| 205 | MDF CAIXA 6X15X15 | | 50 | R$ 9,47 | R$ 473,50 |
| 206 | MDF CAIXA DE CHÁ 4 DIVISORIAS TAMPA DE VIDRO | | 12 | R$ 33,21 | R$ 398,52 |
| 207 | MDF CAIXA FARMACINHA LASER COM FECHO | | 20 | R$ 43,17 | R$ 863,40 |
| 208 | MDF CAIXA PORTA FRALDA SIMPLES | | 20 | R$ 30,06 | R$ 601,20 |
| 209 | MDF CAIXOTEG | | 10 | R$ 8,55 | R$ 85,50 |
| 210 | MDF PORTA RETRATO COM BASE REF 402 10X15 CM | | 100 | R$ 9,15 | R$ 915,00 |
| 211 | MEIA PARA FLOR LISA COLORIDA | | 200 | R$ 2,20 | R$ 440,00 |
| 212 | MEIA PEROLA 08 MM 100X1 | | 5 | R$ 6,33 | R$ 31,65 |
| 213 | MIÇANGA DE VIDRO 500 GRAMAS | | 50 | R$ 22,14 | R$ 1.107,00 |
| 214 | MOLDE DE SILICONE ALFABETO OVAL REF 1588 | | 15 | R$ 20,24 | R$ 303,60 |
| 215 | MOLDE DE SILICONE LEGUMES REF 194 | | 15 | R$ 21,34 | R$ 320,10 |
| 216 | MOLDE DE SILICONE FLORES COM 03M REF 1388 | | 15 | R$ 12,65 | R$ 189,75 |
| 217 | MOLDE DE SILICONE TEMAS NATALINOS DIVERSOS | | 10 | R$ 7,47 | R$ 74,70 |
| 218 | MUSGO 20 GRAMAS | | 30 | R$ 3,56 | R$ 106,80 |
| 219 | OLEO DE LINHAÇA 500 ML | | 6 | R$ 29,33 | R$ 175,98 |
| 220 | OLEO DE MAQUINA MINERAL NEUTRO 1 LITRO | | 5 | R$ 20,39 | R$ 101,95 |
| 221 | OLHO MOVEL SIMPLES 10 MM 100X1 | | 5 | R$ 7,12 | R$ 35,60 |
| 222 | OLHO MOVEL SIMPLES 14 MM 100X1 | | 5 | R$ 12,50 | R$ 62,50 |
| 223 | OLHO PLASTICO CASCA Nº 03 100X1 | | 5 | R$ 4,71 | R$ 23,55 |
| 224 | PALETA GODE REF 5110-07 | | 12 | R$ 30,06 | R$ 360,72 |
| 225 | PALITO PARA UNHA 100X1 | | 2 | R$ 6,85 | R$ 13,70 |
| 226 | PANO DE COPA PINTADO 40X63CM | | 100 | R$ 4,05 | R$ 405,00 |
| 227 | PAPEL MANTEIGA IMPERMEAVEL 50X60CM 40X1 | | 5 | R$ 28,29 | R$ 141,45 |
| 228 | PAPEL PARA DECOUPAGEM DIVERSON | | 30 | R$ 1,85 | R$ 55,50 |
| 229 | PASSA FITA REF CTL 100LARG 2,5 CM COMP 10.70M 90% POLIESTER | | 20 | R$ 19,08 | R$ 381,60 |
| 230 | PASSAMARIA 10M REF 7070P | | 12 | R$ 13,95 | R$ 167,40 |
| 231 | PASSAMARIA 15 JDS REF AS 11081 | | 12 | R$ 52,19 | R$ 626,28 |
| 232 | PEDRA BALÃOZINHO 240GRAMAS | | 30 | R$ 18,96 | R$ 568,80 |
| 233 | PEDRARIA 500 GRAMAS | | 5 | R$ 30,36 | R$ 151,80 |
| 134 | PEDRARIA CONTAS PLASTICA 490 GRAMAS | | 5 | R$ 50,58 | R$ 252,90 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 235 | PEROLA EM FIO 8 MM 20 JARDAS | | 2 | R$ 63,23 | R$ 126,46 |
| 236 | PINCEL CHATO REF 181 N. 0 | | 12 | R$ 4,06 | R$ 48,72 |
| 237 | PINCEL CHATO REF 181 N. 02 | | 12 | R$ 4,48 | R$ 53,76 |
| 238 | PINCEL CHATO REF 181 N. 04 | | 12 | R$ 4,25 | R$ 51,00 |
| 239 | PINCEL CHATO REF 181 N. 06 | | 12 | R$ 5,77 | R$ 69,24 |
| 240 | PINCEL CHATO REF 181 N. 08 | | 12 | R$ 7,26 | R$ 87,12 |
| 241 | PINCEL CHATO REF 181 N. 10 | | 12 | R$ 9,15 | R$ 109,80 |
| 242 | PINCEL CHATO REF 181 N. 12 | | 12 | R$ 10,00 | R$ 120,00 |
| 243 | PINCEL CHATO REF 181 N. 14 | | 12 | R$ 12,23 | R$ 146,76 |
| 244 | PINCEL CHATO REF 181 N. 16 | | 12 | R$ 14,46 | R$ 173,52 |
| 245 | PINCEL CHATO REF 181 N. 18 | | 12 | R$ 16,56 | R$ 198,72 |
| 246 | PINCEL CHATO REF 181 N. 20 | | 12 | R$ 22,13 | R$ 265,56 |
| 247 | PINCEL CHATO REF 181 N. 22 | | 12 | R$ 32,73 | R$ 392,76 |
| 248 | PINCEL CHATO REF 181 N. 24 | | 12 | R$ 34,45 | R$ 413,40 |
| 249 | PINCEL CHATO REF 456 N. 0 | | 12 | R$ 3,47 | R$ 41,64 |
| 250 | PINCEL CHATO REF 456 N. 02 | | 12 | R$ 2,65 | R$ 31,80 |
| 251 | PINCEL CHATO REF 456 N. 04 | | 12 | R$ 2,91 | R$ 34,92 |
| 252 | PINCEL CHATO REF 456 N. 06 | | 12 | R$ 3,14 | R$ 37,68 |
| 253 | PINCEL CHATO REF 456 N. 08 | | 12 | R$ 3,68 | R$ 44,16 |
| 254 | PINCEL CHATO REF 456 N. 10 | | 12 | R$ 4,09 | R$ 49,08 |
| 255 | PINCEL CHATO REF 456 N. 12 | | 12 | R$ 4,11 | R$ 49,32 |
| 256 | PINCEL CHATO REF 456 N. 14 | | 12 | R$ 4,38 | R$ 52,56 |
| 257 | PINCEL CHATO REF 456 N. 16 | | 12 | R$ 5,21 | R$ 62,52 |
| 258 | PINCEL CHATO REF 456 N. 18 | | 12 | R$ 5,44 | R$ 65,28 |
| 259 | PINCEL CHATO REF 456 N. 20 | | 12 | R$ 7,59 | R$ 91,08 |
| 260 | PINCEL CHATO REF 456 N. 22 | | 12 | R$ 9,01 | R$ 108,12 |
| 261 | PINCEL CHATO REF 456 N. 24 | | 12 | R$ 10,27 | R$ 123,24 |
| 262 | PISTILHO GRANDE 10X1 | | 1 | R$ 32,82 | R$ 32,82 |
| 263 | PISTOLA COLA QUENTE GRANDE 40W | | 2 | R$ 28,29 | R$ 56,58 |
| 264 | PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA 10W | | 2 | R$ 18,05 | R$ 36,10 |
| 265 | PLASTICO DE MESA TERMICO LARGURA 1,40 M | | 10 | R$ 26,76 | R$ 267,60 |
| 266 | REGUA PATCHWORK 15X30CM | | 5 | R$ 86,05 | R$ 430,25 |
| 267 | REGULADOR DE SUTIAN METAL 50X1 | | 10 | R$ 7,91 | R$ 79,10 |
| 268 | RENDA DE ALGODÃO LARG 2,0 CM COMP 10,0 M 100% ALGODÃO | | 12 | R$ 33,21 | R$ 398,52 |
| 269 | RENDA DE NYLON REF 900 70 MM 50 M | | 10 | R$ 63,01 | R$ 630,10 |
| 270 | REVISTA APLIQUE | | 2 | R$ 9,46 | R$ 18,92 |
| 271 | REVISTA BARBANTE | | 2 | R$ 12,21 | R$ 24,42 |
| 272 | REVISTA BARRADIN HOS DE CROCHE | | 2 | R$ 9,58 | R$ 19,16 |
| 273 | REVISTA BARROCO | | 2 | R$ 9,46 | R$ 18,92 |
| 274 | ROLINHO LISO PARA MASSA | | 5 | R$ 14,02 | R$ 70,10 |
| 275 | ROLO DE ESPUMA REF 1345 | | 20 | R$ 5,70 | R$ 114,00 |
| 276 | SIANINHA REF 222 01 10 M | | 20 | R$ 8,32 | R$ 166,40 |
| 277 | SOLVENTE 500ML | | 4 | R$ 30,37 | R$ 121,48 |
| 278 | SOUTACHE REF 50 50M | | 12 | R$ 10,11 | R$ 121,32 |
| 279 | STENCIL VAZADO REF 1387 20X25 CM | | 36 | R$ 13,86 | R$ 498,96 |
| 280 | TACHO RETANGULAR 11 LITROS REF 9050 | | 20 | R$ 8,36 | R$ 167,20 |
| 281 | TECIDO ATOALHADO LARG 1,40 CM | | 50 | R$ 26,39 | R$ 1.319,50 |
| 282 | TECIDO PARA BORDAR VAGONITE LARG 1,40 M | | 20 | R$ 30,47 | R$ 609,40 |
| 283 | TECIDO BRIM LARG 1,63 M | | 100 | R$ 23,48 | R$ 2.348,00 |
| 284 | TECIDO CAMBRAIA DOBBY ESTAMPADO LARG 1,60M | | 30 | R$ 14,96 | R$ 448,80 |
| 285 | TECIDO CAHAMO LARG 1,40 M | | 25 | R$ 23,56 | R$ 589,00 |
| 286 | TECIDO CETIM CHARMOUSE COM ELASTANO | | 60 | R$ 17,38 | R$ 1.042,80 |
| 287 | TECIDO CETIM CHARMOUSE SEM ELASTANO ESTAMPADO | | 80 | R$ 11,49 | R$ 919,20 |
| 288 | TECIDO CETIM CHARMOUSE SEM ELASTANO LISO | | 70 | R$ 10,29 | R$ 720,30 |
| 289 | TECIDO CHIFON, LARG 1,40 M | | 40 | R$ 15,86 | R$ 634,40 |
| 290 | TECIDO CHITÃO ESTAMPADO LARG 1,47 M | | 100 | R$ 9,12 | R$ 912,00 |
| 291 | TECIDO DE ALGODÃO CRU LARG 1,70 M | | 130 | R$ 10,91 | R$ 1.418,30 |
| 292 | TECIDO DE FRALDA BRANCO LARG 0,70 M | | 100 | R$ 10,50 | R$ 1.050,00 |
| 293 | TECIDO DE TNT CORES LARG. 1.40M COMPRIMENTO 50 METROS | | 50 | R$ 101,37 | R$ 5.068,50 |
| 294 | TECIDO ENTRETELA COLA 460 LARG 0,90 M | | 50 | R$ 16,42 | R$ 821,00 |
| 295 | TECIDO ETAMINE LARGURA 1,40M | | 20 | R$ 29,88 | R$ 597,60 |
| 296 | TECIDO FRELTRO COR SORTIDA LARGURA 1,40M | | 50 | R$ 19,56 | R$ 978,00 |
| 297 | TECIDO FILÓ DE ARMAÇAO LARGURA 3,00M | | 10 | R$ 11,42 | R$ 114,20 |
| 298 | TECIDO FLANELA LUIZA BRANCO LARGURA 0,80 CM | | 50 | R$ 11,37 | R$ 568,50 |
| 299 | TECIDO GORGURINHO LARGURA 1,40M | | 30 | R$ 12,22 | R$ 366,60 |
| 300 | TECIDO JUNTA CRUA FECHADA LARGURA 1,00M | | 50 | R$ 11,66 | R$ 583,00 |
| 301 | TECIDO PARA LENÇOL PERCAL 150 FIOS LARGURA 2,50M | | 200 | R$ 26,72 | R$ 5.344,00 |
| 302 | TECIDO LESE LARGURA 1,40M | | 30 | R$ 43,72 | R$ 1.311,60 |
| 303 | TECIDO LONITA COR LARGURA 1,40M | | 30 | R$ 28,27 | R$ 848,10 |
| 304 | TECIDO MALHA HELANCA LARGURA 1.70M EM KILO | | 30 | R$ 50,98 | R$ 1.529,40 |
| 305 | TECIDO MANTA ACRILICA 60 GRAMAS LARGURA 1,50M | | 20 | R$ 6,17 | R$ 123,40 |
| 306 | TECIDO MOURIM LARGURA 0,80 M | | 30 | R$ 5,12 | R$ 153,60 |
| 307 | TECIDO OXFORD LARGURA 1,50M | | 100 | R$ 10,84 | R$ 1.084,00 |
| 308 | TECIDO PANO DE COPA ALVEJADO LAR. 0,70 CM | | 300 | R$ 8,71 | R$ 2.613,00 |
| 309 | TECIDO PATCHWORK TRICOLINE LARGURA 1,50 M | | 100 | R$ 22,13 | R$ 2.613,00 |
| 310 | TECIDO PELUCIA 12MM LARGURA 1,40M | | 30 | R$ 33,18 | R$ 995,40 |
| 311 | TECIDO TRICOLINE LISO LARGURA 1,40M | | 100 | R$ 15,86 | R$ 1.586,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 312 | TECIDO TULE SIMPLES LARGURA 1,20 | | 50 | R$ 2,70 | R$ 135,00 |
| 313 | TECIDO TWO WAY STRESH LARGURA 1,40M | | 50 | R$ 23,23 | R$ 1.161,50 |
| 314 | TECIDO XADREX LARGURA 1,50M | | 10 | R$ 20,54 | R$ 205,40 |
| 315 | TELA RAIOLO PARA BORDAR GROSSA LARGURA 1,40M | | 20 | R$ 38,58 | R$ 771,60 |
| 316 | TEREBINTINA 500ML | | 4 | R$ 33,42 | R$ 133,68 |
| 317 | TESOURA DE PICOTAR 24 CM REF MP 513 | | 2 | R$ 61,66 | R$ 123,32 |
| 318 | TESOURA MULTI USO REF 1860 | | 10 | R$ 87,89 | R$ 878,90 |
| 319 | TINTA CRAQUELEX KIT 37 ML 2X1 | | 12 | R$ 15,11 | R$ 181,32 |
| 320 | TINTA DEOR PAINT SPRAY 150 ML | | 6 | R$ 26,71 | R$ 160,26. |
| 321 | TINTA OLEO 20 ML | | 48 | R$ 5,53 | R$ 265,44 |
| 322 | TINTA PVA 250 ML | | 56 | R$ 14,95 | R$ 837,20 |
| 323 | TINTA PARA TECIDO 37 ML | | 144 | R$ 3,22 | R$ 463,68 |
| 324 | TINTA PARA TECIDO COM GLITTER 37 ML | | 30 | R$ 5,62 | R$ 168,60 |
| 325 | TINTA PRA TECIDO METALICA 37 ML | | 20 | R$ 6,41 | R$ 128,20 |
| 326 | TIRA BORDADA LARGURA 2,5 CM COMP 13,70 M 90% POLIESTER 10% ALGODÃO | | 20 | R$ 27,89 | R$ 557,80 |
| 327 | TOALHA DE BANHO 70X140 CM | | 50 | R$ 27,30 | R$ 1.365,00 |
| 328 | TOALHA DE LAVABO 30X45 CM | | 200 | R$ 3,95 | R$ 790,00 |
| 329 | TOALHA DE ROSTO 45X70 CM | | 50 | R$ 8,18 | R$ 409,00 |
| 330 | VELCRO PRETO 16 MM 25M | | 1 | R$ 28,28 | R$ 28,28 |
| 331 | VERNIZ ACRILFIX BRILHANTE 250.79 G 300 ML | | 5 | R$ 37,85 | R$ 189,25 |
| 332 | VERNIZ ACRILFIX BRILHANTE 206.70G 300ML | | 5 | R$ 37,67 | R$ 184,35 |
| 333 | VERNIZ ACRILFIX SEMIBRILHO 207G 300ML | | 5 | R$ 39,97 | R$ 195,60 |
| 334 | VERNIZ ACRILICO BRILHANTE 250 ML | | 1 | R$ 21,40 | R$ 20,94 |
| 335 | VERNIZ BASE 250 ML | | 6 | R$ 27,28 | R$ 160,20 |
| 336 | VIES DE ALGODÃO LARGO LISO LARG. 35MM COMP 20M | | 22 | R$ 13,73 | R$ 295,68 |
| 337 | ZIPER INVISIVEL SIMPLES 50 CM 10X1 | | 3 | R$ 10,01 | R$ 29,37 |
| 338 | ZIPER NYLON COMUM 18 CM 10X1 | | 3 | R$ 5,05 | R$ 14,79 |
| | | | | TOTAL | R$ 122.000,00 |

Valor total do Lote: R$ **122.000,00** (centro e vinte e dois mil reais)

**4.2.** Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

**a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;**

**b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.**

**4.3.** A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

**4.4.** Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

**5. EMPENHO**

**5.1.** O contrato, no caso de presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

**5.2.** Como condição para a emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS).

**5.3.** O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais , nas quantidades e condições contratada com o Órgão ou Entidade adesão ao registro de preços, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis,** depois de avisado oficialmente através de comunicado expresso, podendo ser por meio eletrônico, ou seja, e-mail e/ou via fax, sob pena de multa diária conforme item 21.3do edital.

**6.2.** Entregar os materiais em local indicado pelo Órgão/Entidade solicitante.

**6.3.** Entregar os materiais imediatamente ao solicitado pelas secretarias municipais**,** contados a partir da notificação para a retirada da Nota de Empenho;

**6.4.** Garantir os materiais pelo prazo estipulado no anexo I, após a entrega definitiva dos mesmos;

**6.5.** Possuir, no prazo estabelecido para a entrega dos materiais, Assistência Técnica autorizada em Reserva do Cabaçal ou região.

**6.6.** Responsabilizar-se pelo transporte dos equipamentos até a autorizada mais próxima, comprometendo-se à prestação de assistência técnica especializada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, caso este apresente qualquer defeito.

**6.9.** Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecido na ata, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

**6.10.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PMRC, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

**6.11.** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até **25% (vinte e cinco por cento)** da quantidade inicial do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**6.11.1. Os acréscimos ou supressões até 30% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.**

**6.12.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;

**6.13.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Órgão/Entidade;

**6.14.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.15.** Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a PMRC toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso constatado divergências nas especificações;

**6.16.** Comunicar imediatamente à PMRC qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

**6.17. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002.**

**7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1** Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

**7.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

**7.3.** Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;

**7.4.** Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas nesta ata e no edital;

**7.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, sempre que venham a ser solicitados pela Contratada;

**7.6.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis a boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão/Entidade, desde que observadas as normas de segurança;

**7.7.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

**7.8.** Rejeitar os materiais em desacordo com esta ata e o edital e que serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:

**a)** Apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

**b)** Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com a Ata;

**c)** Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

**7.8.1.** O recebimento provisório dar-se-á por responsável indicado pelo Órgão, após a verificação da prestação do serviço em conformidade com o necessário podendo ser requisitado que se refaça o serviço em caso de irregularidade ou inadequação.

**7.8.2.** O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação da conformidade dos serviços, logo após a entrega provisória.

**7.9.** Notificar a CONTRATADA e ao setor de compras qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos Equipamentos;

**7.10.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Edital e ATA de Registro de Preços.

**7.10.1.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**8.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**8.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**8.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

**8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

**8.6.** Caso não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o

FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

**9.1.1. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:**

**a)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

**b)** A partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

**9.1.2 Quanto ao atraso para assinatura do contrato:**

**a)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2 % (dois por cento);

**b)** A partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.

**9.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

**9.3.** Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

**9.3.1.** Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

**9.3.2.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 02 (dois) anos, e,

**9.3.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**9.4.** A licitante, adjudicatária ou contratada quedeixar de entregarou apresentar documentação falsa exigida para o certame,ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa,ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até dois anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

**9.5. A multa**, eventualmente imposta à contratada, **será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês**. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o ÓRGÃO proceder à cobrança judicial da multa.

**9.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

**10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestado pelo Fiscal ou Gestor da contratante.

**10.2.** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

**10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.**

**10.2.2.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**10.3.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

**10.4.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I** todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

**II** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 08/2016 -PMRC** e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III** é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PMRC

**12. DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Araputanga-MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Reserva do Cabaçal - MT, 27 de abril 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL**

**TARCISIO FERRARI**

Prefeito Municipal

**DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**.

MANOEL GOUVEIA DE MORAIS

**Representante Legal**

**DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA WANDERSON HENRIQUE DE SOUZA**

Assessor Jurídico fiscal de contrato

**OAB/MT N° 15351**

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF: CPF:

RG: RG:

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 22 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

Dispõe sobre suspensão de concessão de adicionais, férias e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal - Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais decreta:

Art. 1º - ficam suspensas as concessões de adicional salarial, (elevação de nível, de classe e outros),e concessão de férias.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 1º, compreende o período de 02 de maio de 2016 a 31 Agosto de 2016.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas e quaisquer disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, 02 de MAIO de 2016.

**Tarcísio Ferrari**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 07/2016 PREGÃO: N° 07/2016 – REGISTRO DE PREÇOS**

**Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Mato Grosso nº 221, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367788/0001-31, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **TARCISIO FERRARI,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Av. José Júlio de Lima, nesta cidade de Reserva do Cabaçal – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 348.139 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 567.672.001-82, doravante denominado de **GERENCIADORA**, e a empresa GEOTEC SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA **, cadastrada no CNPJ nº 05.612.121/0001-08**, instalada na Av. São Paulo nº 782, Bairro Centro, na cidade de São José dos Quatro Marcos./MT, representada neste ato pelo(ª) seu(ª) sócio(ª) proprietário(ª) Rogério Franco, portador do CPF nº 109.529.398-27 e do RG nº 18.555.518-4 SSP/SP, residente e domiciliado(ª) no Município de São José dos Quatro Marcos - MT, doravante denominada **FORNECEDOR**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 07/2016, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS VALORES**

A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE SERVIÇOS DE REDE DE INFORMATICA, MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES EM GERAL PARA ATENDER TODOS OS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.**

**LOTE 01**

| ITEM | SERVIÇOS | QDE | V. UNITARIO | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Assistência em telefonia (PABX INTELBRAS) | 30 | R$ 300,00 | R$ 9.000,00 |
| 02 | Auditoria em geral | 10 | R$ 300,00 | R$ 3.000,00 |
| 03 | Backup de dados | 90 | R$ 65,00 | R$ 5.850,00 |
| 04 | Configuração de partilha de recursos de rede (compartilhamento) | 160 | R$ 30,00 | R$ 4.800,00 |
| 05 | Diagnostico de falhas de segurança informática | 70 | R$ 25,00 | R$ 1.750,00 |
| 06 | Diagnostico de problema de hardware | 70 | R$ 20,00 | R$ 1.400,00 |
| 07 | Instalação de hardware | 70 | R$ 25,00 | R$ 1.750,00 |
| 08 | Instalação de sistema Operacional Microsoft (Multiusuários) | 50 | R$ 90,00 | R$ 4.500,00 |
| 09 | Instalação de sistema Operacional Microsoft (servidores) | 30 | R$ 320,00 | R$ 9.600,00 |
| 10 | Instalação de modem ADSL | 60 | R$ 40,00 | R$ 2.400,00 |
| 11 | Instalação de Aplicativos | 60 | R$ 38,00 | R$ 2.280,00 |
| 12 | Instalação de impressoras | 60 | R$ 38,00 | R$ 2.280,00 |
| 13 | Instalação e configuração de router Wireless | 60 | R$ 35,00 | R$ 2.100,00 |
| 14 | Instalação e configuração de router Wireless 5 GHZ | 45 | R$ 85,00 | R$ 3.825,00 |
| 15 | Instalação e configuração de Software | 30 | R$ 130,00 | R$ 3.900,00 |
| 16 | Instalação e manutenção do sistema Lunix | 25 | R$ 85,00 | R$ 2.125,00 |
| 17 | Instalação e manutenção de servidores Lunix | 60 | R$ 160,00 | R$ 9.600,00 |
| 18 | Implantação em infraestrutura de redes (por ponto de acesso) | 60 | R$ 60,00 | R$ 3.600,00 |
| 19 | Implementação de segurança | 60 | R$ 60,00 | R$ 3.600,00 |
| 20 | Limpeza Interna e Externa de computadores | 60 | R$ 30,00 | R$ 1.800,00 |
| 21 | Manutenção em Impressoras | 60 | R$ 55,00 | R$ 3.300,00 |
| 22 | Remoção de Vírus | 60 | R$ 40,00 | R$ 2.400,00 |
| 23 | Resolução de Problemas de rede | 60 | R$ 25,00 | R$ 1.500,00 |
| 24 | Restrição de conteúdos e aplicações | 30 | R$ 150,00 | R$ 4.500,00 |
| 25 | Segurança em redes wireless | 60 | R$ 28,00 | R$ 1.680,00 |
| 26 | Segurança com instalação de câmeras | 30 | R$ 78,00 | R$ 2.340,00 |
| 27 | Troca de hadware (Servidores Desktop e Portáteis) | 70 | R$ 35,00 | R$ 2.450,00 |
| | | | TOTAL | R$ 97.330,00 |

Valor total dos lotes: R$ 97.330,00 (noventa e sete mil trezentos e trinta reais)

**1.2.** Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**2.0.** A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

**2.1.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**3.0.** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO**.

**4.0.** O fornecimento dos serviços deverão ser entregues em até 03 (dias) dias úteis, mediante ordem de serviços, emitida pela secretaria solicitante.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

**5.0.** As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações para aquisição dos produtos e serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

**5.1.** Os Serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através da assinatura do contrato ou emissão da autorização de fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**6.0.** Como condição para emissão da autorização de fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e **obrigatoriamente apresentar**:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

**6.1.** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

**6.2.** O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

**6.3.** São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir o fornecimento do objeto, não sendo aceito, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob qualquer pretexto.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante o fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de entrega dos produtos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

**7.0.** São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

**I** - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

**II -** toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

**III -** toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

**7.1.** A **FORNECEDORA** autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA**

**8.0.** A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, obriga-se a:

**I –** emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.

**II** - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;

**IV - Efetuar** os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

**8.1.** Caberá à Prefeiturapromover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

**9.0. O Órgão/Entidade** efetuará o pagamento à **FORNECEDORA**, através de crédito em conta corrente mantida pela **FORNECEDORA**, preferencialmente em, até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente autorização de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

**9.1.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**9.2.** Por ocasião do pagamento, o fornecedor, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

**9.3.** Nenhum pagamento isentará **a FORNECEDORA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

**10.0** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

**10.1.** Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**10.2.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**10.3.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Reserva de Cabaçal.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**11.0.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**11.1.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**11.2.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**11.3.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**11.4.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da **FORNECEDORA**, relativas ao fornecimento do ITEM.

**11.5.** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a **FORNECEDORA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC**

**12.0.** Correrão por conta exclusivas da **FORNECEDORA**:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto desta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

**13.0.** Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a **FORNECEDORA** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

**I)** advertência;

**II)** multa;

**III)** suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Reserva do Cabaçal, por período de até 5 (cinco) anos;

**IV)** declaração de inidoneidade.

**13.1.** A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

**13.2.** A **FORNECEDORA** sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

**13.3.** No caso de atraso no fornecimento dos produtos por mais de 15 (quinze) dias após a emissão da requisição, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

**13.4.** A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

**13.5.** A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **FORNECEDORA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a **FORNECEDORA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a **FORNECEDORA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

**13.6.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

**13.7.** A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **FORNECEDORA**, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS**

**14.0.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**15.0.** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das dotações orçamentárias:

| | |
|---|---|
| Sec. Municipal de Administração e Planejamento. | (078) 03.001.2. 013-3390-39 |
| Secretaria de Finanças | (098) 04.001.2. 016-3390-39 |
| Secretaria de Obras e Serviços Públicos | (116) 05.001.2. 022-3390-39 |
| DAE | (176) 05.002.2. 067-3390-39 |
| Sec. Municipal de Educação/Ensino fundamental. | (205) 06.002.2. 029-3390-39 |
| Sec. Municipal de Educação/Ensino Infantil. | (264) 06.002.2. 042-3390-39 |
| Sec. Municipal de Saúde/Fundo Municipal Saúde. | (357) 07.002.2. 055-3390-39 |
| Sec. Municipal de Saúde/PAB FIXO | (376) 07.002.2. 059-3390-39 |
| Sec. Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária. | (400) 07.002.2.064. 3390-39 |
| Sec. Municipal de Assistência Social/Fortalecimento de vinculo. | (442) 08.002.2.070. 3390-39 |
| Sec. Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal. | (458) 08.002.2.074. 3390-39 |
| Sec. Municipal de Assistência Social/IGD/SUAS. | (463) 08.002.2.094. 3390-39 |
| Sec. Municipal de Assistência Social/FUPIS. | (476) 08.002.2.104. 3390-39 |
| Sec. Municipal de Assistência Social/PAIF. | (468) 08.002.2.100. 3390-39 |
| Sec. Municipal de Assistência Social/Conselho Tutelar. | (494) 08.003.2.079. 3390-39 |
| Sec. Municipal de Cultura/Dep. De Turismo. | (507) 10.001.2.080. 3390-39 |
| Sec. Municipal de Cultura/Divisão de cultura. | (517) 10.002.2.084. 3390-39 |
| Sec. Municipal Ambiental/Fundo do Meio Ambiente. | (579) 11.002.2.116. 3390-39 |

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.0** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**II -** integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 07/2016 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**17.0** As partes contratantes elegem o foro de Araputanga/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **GERENCIADORA**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/ 06/93.

Reserva do Cabaçal - MT, 19 de abril 2016.

| | |
|---|---|
| **TARCISIO FERRARI**<br>**Prefeito Municipal**<br>**GERENCIADORA** | **GEOTEC SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA**<br>**FORNECEDORA**<br>**CONTRATADO)** |

**Fiscal de Contratos**

**Uanderson Henrique de Souza**

**Visto Assessor Jurídico**

**Delair Teixeira de Alcântara**

**OAB-MT Nº 15351**

| | |
|---|---|
| **TESTEMUNHAS:**<br>**Nome:**<br>**RG nº:**<br>**CPF nº:**<br>**Assinatura:** ..... ..... | **Nome:**<br>**RG nº:**<br>**CPF nº:**<br>**Assinatura:** ..... ..... |

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**DIPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2016**

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **04/05/2016 às 09:00 horas, DISPENSA DE LICITAÇÃO** para **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FABIO JUNIO NEGRIS – MEI, CADASTRADA NO CNPJ: Nº 21.336.504/0001-57, COM SEDE NA AV. MATO GROSSO SN, JARDIM ATLANTA NA CIDADE DE RESERVA DO CABAÇAL – MT, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PINTURA E LIMPESA DE 5.000 METROS DE MEIO FIO NA CIDADE DE RESERVA DO CABAÇAL - MT**

Reserva do Cabaçal/MT, 03 de maio de 2016

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente CPL

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA DE N.º 080/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.**

**"EXONERA A PEDIDO ASERVIDORA VASTI DE SOUZA RAPOSA DO CARGO DE ENFERMEIRA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."**

**TARCÍSIO FERRARI,** Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º - EXONERAR, a pedido a Servidora **VASTI DE SOUZA RAPOSA** do Cargo de "**ENFERMEIRA"**, desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT a partir de 01 Outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 02 de Maio de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

**TARCÍSIO FERRARI**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA DE N.º079/2016 DE 02 DE MAIO 2016.**

**"CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO POR UM PERÍODO DE 02 (DOIS) ANOS CONSECUTIVOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS PAR-**

**TICULAR A SERVIDORA IVONE APARECIDA DE MENDONÇA SILVA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DO RESERVA DO CABAÇAL-MT".**

**TARCISIO FERRARI,** Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença sem remuneração por um período de 02 (dois) anos consecutivos a servidora **IVONE APARECIDA DE MENDONÇA SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde ,desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, a partir do dia 01 de Maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal- MT, Estado de Mato Grosso, 01 de Maio de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

**TARCISIO FERRARI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2016/PMRC**

**PREGÃO:** Nº 05/2016/PMRC – **REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO:** Nº 05-PMRC

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES** contados a partir da data de sua assinatura.

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal, através da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO situado na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CNPJ: 01.367.788/0001-31 neste ato representado pelo Prefeito Excelentíssimo Senhor **TARCISIO FERRARI**, Resolve registrar os preços da empresa: **DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, inscrita pelo CNPJ Nº 37.227.550/0001-58, representada pelo seu representante legal Sr. MANOEL GOUVEIA DE MORAIS portador do RG 1497969-1 SSP/MT e pelo CPF 728.708.421-04, **localizada na rua 05 nº 129, Qd. R -7 setores oeste, Goiânia - GO,** nas quantidades estimadas **na Seção 4.1 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

**1.1**. **Registro de preços para Aquisições futuras e fracionadas de materiais de construção, materiais para pintura, materiais elétricos, hidráulicos, ferramentas e ferragens em geral, para serem utilizados em todas as Secretarias Municipais durante o ano de 2016.**

**2. DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **(12) MESES,** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá a PMRC, através do Setor de Compras. no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações Municipal/PMRC, nas questões legais.

**4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO**

**4.1**. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| | **LOTE 01** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **LOTE 01** | **MATERIAIS ELETRICO E DE PROTEÇÃO** | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **QUANT** | **V UNIT.** | **V. TOTAL** |
| 1 | FIO PARA TELEFONE | MTS | 500 | R$ 1,15 | R$ 575,00 |
| 2 | LAMPADA FLUORESCENTE ELETRONICA 59w | UNID | 200 | R$ 28,20 | R$ 5.640,00 |
| 3 | INTERRUPITOR | UNID | 100 | R$ 3,07 | R$ 307,00 |
| 4 | BOCAL DE LOUÇA | UNID | 100 | R$ 1,39 | R$ 139,00 |
| 5 | EXTENÇÃO COM DOIS METROS DE COMPRIMENTO COM 05 PINOS | UNID | 10 | R$ 15,03 | R$ 150,30 |
| 6 | T TRIPOLAR 3 SAIDAS | UNID | 50 | R$ 5,45 | R$ 372,50 |
| 7 | TUBO FORESCENTE F 40 WTS | UNID | 100 | R$ 4,59 | R$ 459,00 |
| 8 | TUBO FLUORESCENTE F 20 WTS | UNID | 100 | R$ 4,59 | R$ 459,00 |
| 9 | REATOR (LAMPADA) 2/40 | UNID | 400 | R$ 21,00 | R$ 8.400,00 |
| 10 | TOMADA DE TELEFONE | UNID | 20 | R$ 5,25 | R$ 105,00 |
| 11 | FILTRO DE LINHA COM TRES SAIDAS | UNID | 30 | R$ 14,34 | R$ 430,20,00 |
| 12 | LAMPADA VAPOR DE SODIO 70W - 220V | UNID | 500 | R$ 24,15 | R$ 12.075,00 |
| 13 | LAMPADA FLORESCENTE ELETRONICA 25W 127V | UNID | 200 | R$ 11,02 | R$ 2.204,00 |
| 14 | LAMPADA FLORESCENTE ELETRONICA 25W 220V | UNID | 200 | R$ 11,02 | R$ 2.204,00 |
| 15 | LAMPADA FLORESCENTE ELETRONICA 45W 127V | UNID | 200 | R$ 23,76 | R$ 4.752,00 |
| 16 | LAMPADA FLORESCENTE ELETRONICA 45W 220V | UNID | 200 | R$ 23,76 | R$ 4.752,00 |
| 17 | LAMPADA VAPOR MERCURIO 400W - 220V | UNID | 500 | R$ 27,93 | R$ 13.965,00 |
| 18 | LAMPADA VAPOR METALICO 400W - 220V | UNID | 500 | R$ 36,09 | R$ 18.045,00 |
| 19 | REATOR VAPOR DE SODIO 70W - 220V | UNID | 500 | R$ 29,26 | R$ 14.630,00 |
| 20 | REATOR VAPOR MERCURIO 400W - 220V | UNID | 500 | R$ 40,52 | R$ 20.260,00 |
| 21 | REATOR VAPOR METALICO 400W - 220V | UNID | 500 | R$ 64,48 | R$ 32.240,00 |
| 22 | CABO FLEXIVEL 2.5 MM | MTS | 2.000 | R$ 0,88 | R$ 1.760,00 |
| 23 | CABO FLEXIVEL 4.0 MM | MTS | 3.000 | R$ 1,43 | R$ 4.290,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 24 | CABO FLEXIVEL 6.0 MM | MTS | 3.000 | R$ 2,11 | R$ 6.330,00 |
| 25 | CABO FLEXIVEL 10 MM | MTS | 3.000 | R$ 3,16 | R$ 9.480,00 |
| 26 | CABO FLEXIVEL SINTEMAX 16MM | MTS | 1.000 | R$ 5,87 | R$ 5.870,00 |
| 27 | FIO PARALELO 2.5MM | MTS | 1.500 | R$ 1,93 | R$ 2.895,00 |
| 28 | CABO QUADRIPLEX DE ALUMINIO 16MM | MTS | 500 | R$ 6,47 | R$ 3.235,00 |
| 29 | CABO PP 2 X 2.5 | MTS | 1.000 | R$ 2,57 | R$ 2.570,00 |
| 30 | HASTE DE ATERRAMENTO CABREADA | UNID | 500 | R$ 17,73 | R$ 8.865,00 |
| 31 | FITA ISOLANTE 19x20M 3M | UNID | 500 | R$ 5,39 | R$ 2.695,00 |
| 32 | TERMINAL DE COBRE | UNID | 500 | R$ 2,60 | R$ 1.300,00 |
| 33 | TERMINAL COM OLHAL DE ALUMINIO | UNID | 500 | R$ 1,32 | R$ 660,00 |
| 34 | CONECTOR DE PERFURAÇÃO | UNID | 500 | R$ 3,92 | R$ 1.960,00 |
| 35 | CONECTOR RJ 11 | UNID | 500 | R$ 0,70 | R$ 350,00 |
| 36 | DIJUNTOR MONOPOLAR | UNID | 100 | R$ 15,37 | R$ 1.537,00 |
| 37 | DIJUNTOR BIPOLAR | UNID | 100 | R$ 24,36 | R$ 2.436,00 |
| 38 | DIJUNTOR TRIPOLAR | UNID | 100 | R$ 65,63 | R$ 6.563,00 |
| 39 | RELÉ FOTOCELO 127V | UNID | 500 | R$ 11,76 | R$ 5.880,00 |
| 40 | RELÉ FOTOCELO 220V | UNID | 500 | R$ 14,64 | R$ 7.320,00 |
| 41 | BASE PARA RELÉ FOTOCELO | UNID | 500 | R$ 4,41 | R$ 2.205,00 |
| 42 | ROLDANA DE LOUÇA | UNID | 500 | R$ 2,94 | R$ 1.470,00 |
| 43 | TOMADA 30 AM DE LOUÇA | UNID | 200 | R$ 15,12 | R$ 3.024,00 |
| 44 | TOMADA EXTARNA 2P + T COM INTERRUPTOR | UNID | 100 | R$ 6,27 | R$ 627,00 |
| 45 | TOMADA INTERNA 2P + T COM INTERRUPTOR | UNID | 100 | R$ 6,27 | R$ 627,00 |
| 46 | PLUG MACHO 10 AMPERES | UNID | 100 | R$ 2,66 | R$ 266,00 |
| 47 | CAPACITOR 220V | UNID | 200 | R$ 10,08 | R$ 2.016,00 |
| 48 | LUVA DE VAQUETA TOTAL PUNHO RASPA 15CM | PAR | 100 | R$ 15,82 | R$ 1.582,00 |
| 49 | LUVA PARA ELETRICISTA BAIXA TENSÃO CLASSE 00 | PAR | 5 | R$ 168,70 | R$ 843,50 |
| 50 | CINTO DE SEGURANÇA MODELO PARA QUEDAS | UNID | 5 | R$ 54,46 | R$ 272,30 |
| 51 | TALABARTES PARA CINTO DE SEGURANÇA | UNID | 5 | R$ 129,36 | R$ 646,80 |
| 52 | CAPACETE PARA ELETRECISTA | UNID | 5 | R$ 48,10 | R$ 240 ,50 |
| 53 | OCULOS DE PROTEÇÃO | UNID | 10 | R$ 4,48 | R$ 44,80 |
| 54 | ESPORA PARA POSTE DE CIMENTO | UNID | 5 | R$ 91,00 | R$ 455,00 |
| | | | | | **R$ 232.379,90** |

Valor total do Lote: R$ **232.379,90** (duzentos e trinta e dois mil trezentos e setenta e nove reais e noventa centavos centavos)

**4.2.** Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

**a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

**b)** Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

**4.3.** A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

**4.4.** Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

**5. EMPENHO**

**5.1.** O contrato, no caso de presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

**5.2.** Como condição para a emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS).

**5.3.** O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais , nas quantidades e condições contratada com o Órgão ou Entidade adesão ao registro de preços, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis,** depois de avisado oficialmente através de comunicado expresso, podendo ser por meio eletrônico, ou seja, e-mail e/ou via fax, sob pena de multa diária conforme item 21.3do edital.

**6.2.** Entregar os materiais em local indicado pelo Órgão/Entidade solicitante.

**6.3.** Entregar os materiais imediatamente ao solicitado pelas secretarias municipais**,** contados a partir da notificação para a retirada da Nota de Empenho;

**6.4.** Garantir os materiais pelo prazo estipulado no anexo I, após a entrega definitiva dos mesmos;

**6.5.** Possuir, no prazo estabelecido para a entrega dos materiais, Assistência Técnica autorizada em Reserva do Cabaçal ou região.

**6.6.** Responsabilizar-se pelo transporte dos equipamentos até a autorizada mais próxima, comprometendo-se à prestação de assistência técnica especializada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, caso este apresente qualquer defeito.

**6.9.** Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecido na ata, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

**6.10.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PMRC, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

**6.11.** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até **25% (vinte e cinco por cento)** da quantidade inicial do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.11.1. Os acréscimos ou supressões até 30% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**6.12.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;

**6.13.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Órgão/Entidade;

**6.14.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.15.** Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a PMRC toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso constatado divergências nas especificações;

**6.16.** Comunicar imediatamente à PMRC qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.17. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002.

**7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1** Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

**7.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

**7.3.** Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;

**7.4.** Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas nesta ata e no edital;

**7.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, sempre que venham a ser solicitados pela Contratada;

**7.6.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis a boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão/Entidade, desde que observadas as normas de segurança;

**7.7.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

**7.8.** Rejeitar os materiais em desacordo com esta ata e o edital e que serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:

**a)** Apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

**b)** Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com a Ata;

**c)** Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

**7.8.1.** O recebimento provisório dar-se-á por responsável indicado pelo Órgão, após a verificação da prestação do serviço em conformidade com o necessário podendo ser requisitado que se refaça o serviço em caso de irregularidade ou inadequação.

**7.8.2.** O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação da conformidade dos serviços, logo após a entrega provisória.

**7.9.** Notificar a CONTRATADA e ao setor de compras qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos Equipamentos;

**7.10.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Edital e ATA de Registro de Preços.

**7.10.1.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**8.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**8.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**8.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

**8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

**8.6.** Caso não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o

FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

**9.1.1. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:**

**a)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

**b)** A partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

**9.1.2 Quanto ao atraso para assinatura do contrato:**

**a)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2 % (dois por cento);

**b)** A partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.

**9.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

**9.3.** Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

**9.3.1.** Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

**9.3.2.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 02 (dois) anos, e,

**9.3.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**9.4.** A licitante, adjudicatária ou contratada quedeixar de entregarou apresentar documentação falsa exigida para o certame,ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa,ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até dois anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

**9.5. A multa**, eventualmente imposta à contratada, **será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês**. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o ÓRGÃO proceder à cobrança judicial da multa.

**9.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

**10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestado pelo Fiscal ou Gestor da contratante.

**10.2.** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**10.2.2.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**10.3.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

**10.4.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I** todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

**II** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 05/2016 -PMRC** e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III** é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PMRC

**12. DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Araputanga-MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Reserva do Cabaçal - MT, 13 de abril 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL**

**TARCISIO FERRARI**

Prefeito Municipal

**DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**.

MANOEL GOUVEIA DE MORAIS

**Representante Legal**

**DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA WANDERSON HENRIQUE DE SOUZA**

Assessor Jurídico fiscal de contrato

**OAB/MT N° 15351**

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF: CPF:

RG: RG:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.1732-2016 EXONERA A PEDIDO - MARIA MARTA DOS SANTOS SOUZA**

**PORTARIA Nº. 01.1732/GP/PMR/16**

**DE 29 DE abril DE 2016**

*Exonera- **MARIA MARTA DOS SANTOS DE SOUZA,** do cargo em comissão deCHEFE DE SEÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.*

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA,** Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Exonerar a pedido **– MARIA MARTA DOS SANTOS DE SOUZA do Cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ,CDS – 02, de junto da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE .**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,retroagindo seus efeitos ao dia 13/04/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA**

*PREFEITA MUNICIPAL*

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL EM 29/04/2016.

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

DISPENSA DE LICITAÇÃO

**Processo Administrativo nº 069/2016**

**Dispensa de Licitação nº 039-2016**

**Solicitante: SEMAGRI**

**"OBJETO: "***AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LIQUIDO PARA MANUTENÇÃO DE SEMÊM BOVINO UTILIZADOS EM INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA"*

**Interessado: administração publica.**

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

**SERV SEMEM CACOAL** CNPJ: **06.980.919/0001-75** Endereço: Rua. Antonio de Paula Nunes , nº 1203 Bairro: Princesa Isabel – Cacoal. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

**Empenhe a despesa**

**Dê-se ciência a Secretaria de origem.**

**Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.**

Rondolândia – MT, 27 de Abril 2016

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**Processo Administrativo nº 068/2016**

**Inexigibilidade de Licitação nº 03-2016**

**Solicitante: SEMUSA**

**"OBJETO: "***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ÓCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES COM PROBLEMAS OFTALMOLÓGICOS*

*DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/ MT"*

**Interessado: administração publica.**

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

**INSTITUTO LIONS DA VISÃO** CNPJ: **03.984.624/0001-89** Endereço: Av. Pedro de Oliveira Guimarães nº 100– Cuiabá MT, **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

**Empenhe a despesa**

**Dê-se ciência a Secretaria de origem.**

**Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.**

Rondolândia – MT, 26 de Abril 2016

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIM - 2016**

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b ) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c) |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2018 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2019 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2021 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2022 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2023 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2024 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2025 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2026 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2027 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2028 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2029 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2030 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2031 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2032 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2033 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2034 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2035 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2036 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2037 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2038 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2039 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2040 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2041 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2042 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2043 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2044 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2045 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2046 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2047 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2048 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2049 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2050 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2051 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2052 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2053 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2054 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2055 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2056 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2057 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2058 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2059 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2060 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2061 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2062 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2063 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2064 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2065 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2066 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2067 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2068 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2069 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2070 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2071 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2072 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2073 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2074 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2075 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2076 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b ) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c) |
|---|---|---|---|---|
| 2077 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2078 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2079 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2080 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2081 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2082 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2083 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2084 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2085 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2086 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2087 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2088 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2089 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Projeção atuarial elaborada em 29/02/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/MÊS FEVEREIRO

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA**

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b) | SALDO A REALIZAR (c) = (a-b) |
|---|---|---|---|
| **RECEITA DE CAPITAL** | | | |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (e) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f) | SALDO A PAGAR (g)=(d-e) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | Em 2015 (h) | Em 2016 (i) = (b) - (e+f) | SALDO ATUAL (j) = (h+i) |
|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

| RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a)*100 |
| RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (c) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c)*100 |
| TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e)*100 | Até o Bimestre (g) | % (g/e)*100 |
| DESPESAS CORRENTES | 3.392.431,65 | 3.473.957,06 | 481.878,05 | 13,87 | 306.115,10 | 8,81 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.701.499,58 | 1.701.499,58 | 186.973,50 | 10,99 | 186.789,50 | 10,98 |
| Outras Despesas Correntes | 1.690.932,07 | 1.772.457,48 | 294.904,55 | 16,64 | 119.325,60 | 6,73 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 466.375,00 | 466.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 466.375,00 | 466.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e)*100 | Até o Bimestre (g) | % (g/e)*100 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 466.375,00 | 466.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 466.375,00 | 466.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)** | 3.858.806,65 | 3.940.332,06 | 481.878,05 | 12,23 | 306.115,10 | 7,77 |

| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (h) | % (h/IVf)*100 | Até o Bimestre (i) | % (i/IVg)*100 |
| DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS | 1.159.850,09 | 1.159.850,09 | 102.711,19 | 21,31 | 74.971,19 | 24,49 |
| Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS | 1.000.975,09 | 1.000.975,09 | 102.711,19 | 21,31 | 74.971,19 | 24,49 |
| Recursos de Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos | 158.875,00 | 158.875,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1] | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - |
| DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2] | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)** | 1.159.850,09 | 1.159.850,09 | 102.711,19 | 21,31 | 74.971,19 | 24,49 |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)** | 2.698.956,56 | 2.780.481,97 | 379.166,86 | 78,69 | 231.143,91 | 75,51 |

| | |
|---|---|
| **PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4 e 5]** | 0,00 |
| **VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100][6]** | 231.143,91 |

Continua 2/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

| EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA | INSCRITOS | CANCELADOS/ PRESCRITOS | PAGOS | A PAGAR | PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE |
|---|---|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

| CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º | RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO INICIAL | DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j) | SALDO FINAL(NÃO APLICADO) |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL (VIII)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO INICIAL | DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k) | SALDO FINAL(NÃO APLICADO) |
| | - | - | - |

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até Bimestre (l) | % (l/Total l)*100 | Até Bimestre (m) | % (m/Total m)*100 |
| Atenção Básica | 1.695.777,62 | 1.695.777,62 | 138.021,90 | 28,64 | 111.025,19 | 36,27 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 427.582,16 | 427.582,16 | 16.249,15 | 3,37 | 5.449,15 | 1,78 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 127.072,29 | 127.072,29 | 8.068,95 | 1,67 | 6.355,64 | 2,08 |
| Vigilância Sanitária | 136.000,00 | 136.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Subfunções | 1.472.374,58 | 1.553.899,99 | 319.538,05 | 66,31 | 183.285,12 | 59,87 |
| **TOTAL** | **3.858.806,65** | **3.940.332,06** | **481.878,05** | **100,00** | **306.115,10** | **100,00** |

FONTE:

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

[6] No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a) | REGISTROS EFETUADOS EM 2016 | | SALDO TOTAL (c) = (a + b) |
|---|---|---|---|---|
| | | No Bimestre | Até o Bimestre(b) | |

NADA A DECLARAR

| DESPESAS DE PPP | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

NADA A DECLARAR

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14 — R$ 1,00

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | No Bimestre | Até o Bimestre |
|---|---|---|
| RECEITAS | | |
| Previsão Inicial | — | 17.964.605,91 |
| Previsão Atualizada | — | 17.964.605,91 |
| Receitas Realizadas | 2.877.499,00 | 2.877.499,00 |
| Déficit Orçamentário | — | 0,00 |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | — | 0,00 |
| DESPESAS | | |
| Dotação Inicial | — | 17.179.605,91 |
| Créditos Adicionais | — | 0,00 |
| Dotação Atualizada | — | 17.179.605,91 |
| Despesas Empenhadas | 3.139.108,59 | 3.139.108,59 |
| Despesas Liquidadas | 2.009.874,48 | 2.009.874,48 |
| Superavit Orçamentário | — | 867.624,52 |

| DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | No Bimestre | Até o Bimestre |
|---|---|---|
| Despesas Empenhadas | 3.139.108,59 | 3.139.108,59 |
| Despesas Liquidadas | 2.009.874,48 | 2.009.874,48 |

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | Até o Bimestre |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 16.616.988,06 |

| RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | No Bimestre | Até o Bimestre |
|---|---|---|
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas(IV) | 0,00 | 0,00 |
| Despesa Previdenciárias Executadas(V) | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | 0,00 | 0,00 |

| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
|---|---|---|---|
| Resultado Nominal | 0,00 | -444.006,29 | 0,00 |
| Resultado Primário | 0,00 | 855.721,68 | 0,00 |

| RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO | Inscrição | Cancelamento até o Bimestre | Pagamento até o Bimestre | Saldo a Pagar |
|---|---|---|---|---|
| RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | 959.780,03 | 0,00 | 196.331,56 | 763.448,47 |
| EXECUTIVO | 959.780,03 | 0,00 | 196.331,56 | 763.448,47 |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 620.472,95 | 0,00 | 611.772,95 | 8.700,00 |
| EXECUTIVO | 620.472,95 | 0,00 | 611.772,95 | 8.700,00 |
| **TOTAL:** | **1.580.252,98** | **0,00** | **808.104,51** | **772.148,47** |

| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | Valor apurado até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
|---|---|---|---|
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE | 425.228,54 | 25% | 64,38 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | 172.705,77 | 60% | 101,93 |
| Liquidadas | 0,00 | | |
| Inscritas em Restos a Pagar Não Processados | 0,00 | | |

| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | Valor apurado até o Bimestre | Saldo não Realizado |
|---|---|---|
| Receitas de Operações de Crédito | 0,00 | |
| Despesa de Capital Líquida | 24.490,15 | 1.662.329,06 |

Continua 1/2

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R$ 1,00

| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 2016 | 2024 | 2034 | 2049 |
|---|---|---|---|---|
| Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores | | | | |
| Receitas Previdenciárias (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário VI = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | Valor apurado até o Bimestre | Saldo a Realizar |
|---|---|---|
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | 0,00 | 0,00 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Valor apurado até o Bimestre | Limite Constitucional Anual | |
|---|---|---|---|
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde | 231.143,91 | 15,00 | 0,00 |
| Liquidadas | 0,00 | | |
| Inscritas em Restos a Pagar Não Processados | 0,00 | | |

| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | Valor apurado no exercício corrente |
|---|---|
| Total das despesas/RCL (%) | 0,00 |

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)** | **17.964.605,91** | **17.964.605,91** | **2.877.499,00** | **16,02** | **2.877.499,00** | **16,02** | **15.087.106,91** |
| **RECEITAS CORRENTES** | **16.979.905,78** | **16.979.905,78** | **2.877.499,00** | **16,95** | **2.877.499,00** | **16,95** | **14.102.406,78** |
| RECEITA TRIBUTARIA | 610.135,87 | 610.135,87 | 71.589,17 | 11,73 | 71.589,17 | 11,73 | 538.546,70 |
| IMPOSTOS | 545.896,68 | 545.896,68 | 52.909,45 | 9,69 | 52.909,45 | 9,69 | 492.987,23 |
| TAXAS | 64.239,19 | 64.239,19 | 18.679,72 | 29,08 | 18.679,72 | 29,08 | 45.559,47 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 90.511,82 | 90.511,82 | 10.226,99 | 11,30 | 10.226,99 | 11,30 | 80.284,83 |
| CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS | 90.511,82 | 90.511,82 | 10.226,99 | 11,30 | 10.226,99 | 11,30 | 80.284,83 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 140.601,66 | 140.601,66 | 29.735,99 | 21,15 | 29.735,99 | 21,15 | 110.865,67 |
| RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 140.601,66 | 140.601,66 | 29.735,99 | 21,15 | 29.735,99 | 21,15 | 110.865,67 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 12.637,51 | 12.637,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.637,51 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 16.077.294,20 | 16.077.294,20 | 2.758.325,91 | 17,16 | 2.758.325,91 | 17,16 | 13.318.968,29 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 15.785.562,19 | 15.785.562,19 | 2.758.325,91 | 17,47 | 2.758.325,91 | 17,47 | 13.027.236,28 |
| TRANSF. DE CONV. | 291.732,01 | 291.732,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 291.732,01 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 48.724,72 | 48.724,72 | 7.620,94 | 15,64 | 7.620,94 | 15,64 | 41.103,78 |
| MULTAS E JUROS DE MORA | 13.963,71 | 13.963,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.963,71 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 6.325,13 | 6.325,13 | 4.874,22 | 77,06 | 4.874,22 | 77,06 | 1.450,91 |
| RECEITA DA DIVIDA ATIVA | 18.093,56 | 18.093,56 | 2.611,72 | 14,43 | 2.611,72 | 14,43 | 15.481,84 |
| RECEITAS DIVERSAS | 10.342,32 | 10.342,32 | 135,00 | 1,31 | 135,00 | 1,31 | 10.207,32 |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **984.700,13** | **984.700,13** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **984.700,13** |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 984.700,13 | 984.700,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 984.700,13 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 725.825,13 | 725.825,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 725.825,13 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 258.875,00 | 258.875,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 258.875,00 |
| **RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)** | — | — | — | — | — | — | — |
| **SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)** | **17.964.605,91** | **17.964.605,91** | **2.877.499,00** | **16,02** | **2.877.499,00** | **16,02** | **15.087.106,91** |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)** | **17.964.605,91** | **17.964.605,91** | **2.877.499,00** | **16,02** | **2.877.499,00** | **16,02** | **15.087.106,91** |
| DÉFICIT (VI) | — | — | — | — | — | — | — |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | 17.964.605,91 | 17.964.605,91 | 2.877.499,00 | 16,02 | 2.877.499,00 | 16,02 | 15.087.106,91 |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | — | 0,00 | — | — | 0,00 | — | — |
| Superávit Financeiro | — | 0,00 | — | — | 0,00 | — | — |
| Reabertura de Créditos Adicionais | — | 0,00 | — | — | 0,00 | — | — |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre | | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| | (d) | (e) | | (f) | (g) = (e-f) | | (h) | (i) = (e-h) | (j) |
| **DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)** | **17.049.605,91** | **17.049.605,91** | **3.032.281,83** | **3.032.281,83** | **14.017.324,08** | **1.992.041,33** | **1.992.041,33** | **15.057.564,58** | **1.651.794,11** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **15.053.756,61** | **15.332.786,70** | **3.017.317,35** | **3.017.317,35** | **12.315.469,35** | **1.985.384,33** | **1.985.384,33** | **13.347.402,37** | **1.645.137,11** |
| PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS | 7.052.990,10 | 7.052.990,10 | 1.092.667,35 | 1.092.667,35 | 5.960.322,75 | 1.090.342,84 | 1.090.342,84 | 5.962.647,26 | 980.590,27 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 8.000.766,51 | 8.279.796,60 | 1.924.650,00 | 1.924.650,00 | 6.355.146,60 | 895.041,49 | 895.041,49 | 7.384.755,11 | 664.546,84 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **1.835.849,30** | **1.556.819,21** | **14.964,48** | **14.964,48** | **1.541.854,73** | **6.657,00** | **6.657,00** | **1.550.162,21** | **6.657,00** |
| INVESTIMENTOS | 1.835.849,30 | 1.556.819,21 | 14.964,48 | 14.964,48 | 1.541.854,73 | 6.657,00 | 6.657,00 | 1.550.162,21 | 6.657,00 |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | **160.000,00** | **160.000,00** | **0,00** | **0,00** | **160.000,00** | **0,00** | **0,00** | **160.000,00** | **0,00** |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 160.000,00 | 160.000,00 | 0,00 | 0,00 | 160.000,00 | 0,00 | 0,00 | 160.000,00 | 0,00 |
| **RESERVA DO RPPS** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)** | **130.000,00** | **130.000,00** | **106.826,76** | **106.826,76** | **23.173,24** | **17.833,15** | **17.833,15** | **112.166,85** | **17.833,15** |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)** | **17.179.605,91** | **17.179.605,91** | **3.139.108,59** | **3.139.108,59** | **14.040.497,32** | **2.009.874,48** | **2.009.874,48** | **15.169.731,43** | **1.669.627,26** |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 2/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre | | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| | (d) | (e) | | (f) | (g) = (e-f) | | (h) | (i) = (e-h) | (j) |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)** | **17.179.605,91** | **17.179.605,91** | **3.139.108,59** | **3.139.108,59** | **14.040.497,32** | **2.009.874,48** | **2.009.874,48** | **15.169.731,43** | **1.669.627,26** |
| SUPERÁVIT (XIII) | — | — | — | — | — | — | 867.624,52 | — | — |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 17.179.605,91 | 17.179.605,91 | 3.139.108,59 | 3.139.108,59 | — | 2.009.874,48 | 2.877.499,00 | — | 1.669.627,26 |

| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre | | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| | (d) | (e) | | (f) | (g) = (e-f) | | (h) | (i) = (e-h) | (j) |
| **Despesas Intra-Orçamentárias** | **130.000,00** | **130.000,00** | **106.826,76** | **106.826,76** | **23.173,24** | **17.833,15** | **17.833,15** | **112.166,85** | **17.833,15** |
| AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA | 130.000,00 | 130.000,00 | 106.826,76 | 106.826,76 | 23.173,24 | 17.833,15 | 17.833,15 | 112.166,85 | 17.833,15 |

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R$ 1,00

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/Total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | |
| **DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)** | 17.049.605,91 | 17.049.605,91 | 3.032.281,83 | 3.032.281,83 | 96,60 | 14.017.324,08 | 1.992.041,33 | 1.992.041,33 | 99,11 | 15.057.564,58 |
| Judiciária | 2.100,00 | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.100,00 |
| Ação Judiciária | 2.100,00 | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.100,00 |
| Administração | 5.109.033,20 | 5.059.414,74 | 1.062.489,77 | 1.062.489,77 | 33,85 | 3.996.924,97 | 621.035,40 | 621.035,40 | 30,90 | 4.438.379,34 |
| Administração Geral | 4.731.352,31 | 4.909.233,31 | 1.046.433,18 | 1.046.433,18 | 33,34 | 3.862.800,13 | 612.556,71 | 612.556,71 | 30,48 | 4.296.676,60 |
| Administração Financeira | 289.055,89 | 141.556,43 | 16.056,59 | 16.056,59 | 0,51 | 125.499,84 | 8.478,69 | 8.478,69 | 0,42 | 133.077,74 |
| Ordenamento Territorial | 81.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 6.750,00 | 6.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.750,00 |
| Habitação Urbana | 875,00 | 875,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 875,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 875,00 |
| Assistência Social | 800.108,68 | 820.536,68 | 138.896,90 | 138.896,90 | 4,42 | 681.639,78 | 93.969,87 | 93.969,87 | 4,68 | 726.566,81 |
| Administração Geral | 588.070,64 | 603.998,64 | 100.616,61 | 100.616,61 | 3,21 | 503.382,03 | 65.978,39 | 65.978,39 | 3,28 | 538.020,25 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 87.700,00 | 87.700,00 | 17.203,33 | 17.203,33 | 0,55 | 70.496,67 | 17.203,33 | 17.203,33 | 0,86 | 70.496,67 |
| Assistência Comunitária | 124.338,04 | 128.838,04 | 21.076,96 | 21.076,96 | 0,67 | 107.761,08 | 10.788,15 | 10.788,15 | 0,54 | 118.049,89 |
| Saúde | 3.699.931,65 | 3.781.457,06 | 481.878,05 | 481.878,05 | 15,35 | 3.299.579,01 | 306.115,10 | 306.115,10 | 15,23 | 3.475.341,96 |
| Administração Geral | 1.225.499,58 | 1.307.024,99 | 319.538,05 | 319.538,05 | 10,18 | 987.486,94 | 183.285,12 | 183.285,12 | 9,12 | 1.123.739,87 |
| Atenção Básica | 1.695.777,62 | 1.695.777,62 | 138.021,90 | 138.021,90 | 4,40 | 1.557.755,72 | 111.025,19 | 111.025,19 | 5,52 | 1.584.752,43 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 427.582,16 | 427.582,16 | 16.249,15 | 16.249,15 | 0,52 | 411.333,01 | 5.449,15 | 5.449,15 | 0,27 | 422.133,01 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 127.072,29 | 127.072,29 | 8.068,95 | 8.068,95 | 0,26 | 119.003,34 | 6.355,64 | 6.355,64 | 0,32 | 120.716,65 |
| Vigilância Sanitária | 136.000,00 | 136.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 136.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 136.000,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 88.000,00 | 88.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 88.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 88.000,00 |
| Trabalho | 190.000,00 | 190.000,00 | 150.001,00 | 150.001,00 | 4,78 | 39.999,00 | 17.688,27 | 17.688,27 | 0,88 | 172.311,73 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 190.000,00 | 190.000,00 | 150.001,00 | 150.001,00 | 4,78 | 39.999,00 | 17.688,27 | 17.688,27 | 0,88 | 172.311,73 |
| Educação | 3.786.220,56 | 3.660.946,32 | 770.016,55 | 770.016,55 | 24,53 | 2.890.929,77 | 576.114,24 | 576.114,24 | 28,66 | 3.084.832,08 |
| Administração Geral | 620.410,46 | 743.610,46 | 272.738,35 | 272.738,35 | 8,69 | 470.872,11 | 219.071,98 | 219.071,98 | 10,90 | 524.538,48 |
| Formação de Recursos Humanos | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| Alimentação e Nutrição | 175.000,00 | 175.000,00 | 14.041,23 | 14.041,23 | 0,45 | 160.958,77 | 1.221,61 | 1.221,61 | 0,06 | 173.778,39 |
| Ensino Fundamental | 2.337.228,09 | 2.104.310,80 | 357.390,67 | 357.390,67 | 11,39 | 1.746.920,13 | 229.974,35 | 229.974,35 | 11,44 | 1.874.336,45 |
| Ensino Superior | 65.500,00 | 49.936,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 49.936,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 49.936,85 |
| Educação Infantil | 487.082,01 | 487.088,21 | 94.624,05 | 94.624,05 | 3,01 | 392.464,16 | 94.624,05 | 94.624,05 | 4,71 | 392.464,16 |
| Educação de Jovens e Adultos | 60.000,00 | 60.000,00 | 26.002,34 | 26.002,34 | 0,83 | 33.997,66 | 26.002,34 | 26.002,34 | 1,29 | 33.997,66 |
| Educação Especial | 40.000,00 | 40.000,00 | 5.219,91 | 5.219,91 | 0,17 | 34.780,09 | 5.219,91 | 5.219,91 | 0,26 | 34.780,09 |
| Cultura | 62.850,00 | 62.850,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,41 | 49.850,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,65 | 49.850,00 |
| Ensino Fundamental | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |

Continua 1/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/Total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | |
| **DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)** | 17.049.605,91 | 17.049.605,91 | 3.032.281,83 | 3.032.281,83 | 96,60 | 14.017.324,08 | 1.992.041,33 | 1.992.041,33 | 99,11 | 15.057.564,58 |
| Cultura | 62.850,00 | 62.850,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,41 | 49.850,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,65 | 49.850,00 |
| Difusão Cultural | 42.850,00 | 42.850,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,41 | 29.850,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,65 | 29.850,00 |
| Urbanismo | 75.000,00 | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| Serviços Urbanos | 55.000,00 | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| Saneamento | 270.375,00 | 270.375,00 | 13.761,11 | 13.761,11 | 0,44 | 256.613,89 | 9.730,00 | 9.730,00 | 0,48 | 260.645,00 |
| Administração Geral | 111.500,00 | 111.500,00 | 13.761,11 | 13.761,11 | 0,44 | 97.738,89 | 9.730,00 | 9.730,00 | 0,48 | 101.770,00 |
| Saneamento Básico Rural | 11.000,00 | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 147.875,00 | 147.875,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 147.875,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 147.875,00 |
| Gestão Ambiental | 172.250,00 | 172.250,00 | 30.895,16 | 30.895,16 | 0,98 | 141.354,84 | 30.895,16 | 30.895,16 | 1,54 | 141.354,84 |
| Administração Geral | 152.000,00 | 152.000,00 | 30.895,16 | 30.895,16 | 0,98 | 121.104,84 | 30.895,16 | 30.895,16 | 1,54 | 121.104,84 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 7.500,00 | 7.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.500,00 |
| Controle Ambiental | 1.250,00 | 1.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.250,00 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 11.500,00 | 11.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.500,00 |
| Agricultura | 184.375,00 | 184.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 184.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 184.375,00 |
| Habitação Rural | 4.375,00 | 4.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.375,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 180.000,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 |
| Indústria | 12.750,00 | 12.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.750,00 |
| Promoção Industrial | 12.750,00 | 12.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.750,00 |
| Comunicações | 30.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| Comunicação Social | 30.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| Energia | 90.511,82 | 90.511,82 | 2.029,84 | 2.029,84 | 0,06 | 88.481,98 | 2.029,84 | 2.029,84 | 0,10 | 88.481,98 |
| Energia Elétrica | 90.511,82 | 90.511,82 | 2.029,84 | 2.029,84 | 0,06 | 88.481,98 | 2.029,84 | 2.029,84 | 0,10 | 88.481,98 |
| Transporte | 1.923.750,00 | 1.996.689,29 | 369.313,45 | 369.313,45 | 11,76 | 1.627.375,84 | 321.463,45 | 321.463,45 | 15,99 | 1.675.225,84 |
| Transporte Rodoviário | 1.923.750,00 | 1.996.689,29 | 369.313,45 | 369.313,45 | 11,76 | 1.627.375,84 | 321.463,45 | 321.463,45 | 15,99 | 1.675.225,84 |
| Desporto e Lazer | 480.350,00 | 480.350,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 480.350,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 480.350,00 |
| Administração Geral | 26.375,00 | 26.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.375,00 |
| Desporto Comunitário | 451.725,00 | 451.725,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 451.725,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 451.725,00 |
| Lazer | 2.250,00 | 2.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.250,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 160.000,00 | 160.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 160.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 160.000,00 |

Continua 2/3

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/Total b) | (c) = (a-b) | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | (e) = (a-d) |
| **DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)** | 130.000,00 | 130.000,00 | 106.826,76 | 106.826,76 | 3,40 | 23.173,24 | 17.833,15 | 17.833,15 | 0,89 | 112.166,85 |
| Encargos Especiais | 130.000,00 | 130.000,00 | 106.826,76 | 106.826,76 | 3,40 | 23.173,24 | 17.833,15 | 17.833,15 | 0,89 | 112.166,85 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | 130.000,00 | 130.000,00 | 106.826,76 | 106.826,76 | 3,40 | 23.173,24 | 17.833,15 | 17.833,15 | 0,89 | 112.166,85 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 17.179.605,91 | 17.179.605,91 | 3.139.108,59 | 3.139.108,59 | 100,00 | 14.040.497,32 | 2.009.874,48 | 2.009.874,48 | 100,00 | 15.169.731,43 |

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | | PREVISÃO ATUALIZADA 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mar/2015 | Abr/2015 | Mai/2015 | Jun/2015 | Jul/2015 | Ago/2015 | Set/2015 | Out/2015 | Nov/2015 | Dez/2015 | Jan/2016 | Fev/2016 | TOTAL (ÚLT. 12 MES.) | |
| **RECEITAS CORRENTES (I)** | **1.312.569,91** | **1.473.521,52** | **1.693.727,32** | **1.620.575,67** | **1.443.839,45** | **1.420.212,54** | **1.409.797,48** | **1.717.050,89** | **1.612.324,28** | **2.070.019,42** | **1.802.985,37** | **1.338.230,13** | **18.914.853,98** | **18.053.622,76** |
| RECEITA TRIBUTARIA | 28.661,54 | 34.798,15 | 24.338,51 | 113.066,76 | 19.971,80 | 24.017,95 | 26.478,61 | 30.209,41 | 17.340,58 | 42.464,74 | 36.012,22 | 35.576,95 | 432.937,22 | 611.404,77 |
| I.P.T.U. | 8.168,92 | 12.723,20 | 5.453,91 | 1.401,06 | 615,21 | 617,77 | 961,91 | 1.530,40 | 91,80 | 578,76 | 0,00 | 0,00 | 32.142,94 | 12.000,00 |
| I.R.R.F | 9.742,13 | 11.602,17 | 11.179,95 | 12.511,93 | 12.993,60 | 11.428,93 | 11.609,75 | 12.625,02 | 11.768,89 | 14.968,44 | 11.681,18 | 9.876,20 | 141.988,19 | 172.165,58 |
| I.S.S. | 5.697,51 | 6.956,87 | 6.420,54 | 6.581,77 | 4.141,08 | 6.827,73 | 9.073,89 | 13.648,00 | 4.866,50 | 15.013,71 | 10.705,76 | 12.671,09 | 102.604,45 | 175.000,00 |
| I.T.B.I. | 0,00 | 0,00 | 49,00 | 88.316,04 | 0,00 | 2.215,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.363,26 | 7.975,22 | 0,00 | 109.919,25 | 100.000,00 |
| Outras Receitas Tributárias | 5.052,98 | 3.515,91 | 1.235,11 | 4.255,96 | 2.221,91 | 2.927,79 | 4.833,06 | 2.405,99 | 613,39 | 540,57 | 5.650,06 | 13.029,66 | 46.282,39 | 152.239,19 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 3.806,12 | 4.130,21 | 3.020,44 | 3.813,60 | 9.440,30 | 5.172,03 | 0,00 | 9.573,75 | 12.670,47 | 0,00 | 9.766,87 | 460,12 | 61.853,91 | 90.511,82 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 11.310,78 | 11.170,15 | 14.508,48 | 13.085,54 | 15.032,49 | 14.173,43 | 13.860,77 | 14.925,20 | 15.057,99 | 16.304,76 | 0,00 | 0,00 | 139.429,59 | 47.970,90 |
| RECEITA INDÚSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 450,00 | 0,00 | 0,00 | 450,00 | 12.637,51 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 1.252.121,67 | 1.412.049,92 | 1.649.953,93 | 1.489.843,09 | 1.395.136,14 | 1.376.067,76 | 1.368.875,10 | 1.654.166,57 | 1.563.994,47 | 2.032.323,05 | 1.756.167,49 | 1.295.610,91 | 18.246.310,10 | 17.242.373,04 |
| Cota-Parte do F.P.M. | 424.841,34 | 458.516,39 | 563.847,26 | 490.604,28 | 429.753,13 | 424.877,96 | 353.223,40 | 403.164,93 | 455.204,85 | 770.721,39 | 495.913,76 | 620.547,89 | 5.891.216,58 | 6.100.000,00 |
| Cota-Parte do I.C.M.S. | 549.327,77 | 480.004,16 | 503.924,55 | 519.622,33 | 525.721,84 | 494.612,71 | 601.010,71 | 547.943,76 | 485.835,59 | 678.934,68 | 940.499,63 | 469.878,45 | 6.797.316,18 | 6.685.294,89 |
| Cota-Parte do I.P.V.A. | 2.268,89 | 1.851,42 | 4.337,40 | 2.807,02 | 6.368,84 | 4.025,87 | 3.552,89 | 300,01 | 160,10 | -2.595,24 | 1.212,59 | 3.073,92 | 27.363,71 | 26.400,00 |
| Cota-Parte do ITR. | 259,24 | 206,41 | 4.654,59 | 1.574,13 | 398,49 | 1.837,43 | 4.018,60 | 90.887,44 | 40.912,63 | 30.490,35 | 11.187,05 | 1.269,41 | 187.695,77 | 12.637,51 |
| Outras Transferências Correntes | 138.404,57 | 332.465,62 | 412.787,10 | 331.757,42 | 303.310,49 | 312.735,33 | 271.647,71 | 458.777,03 | 444.218,26 | 355.352,68 | 123.691,89 | 87.423,84 | 3.572.571,94 | 2.724.864,16 |
| Transferências da LC 61/1989 | 0,00 | 0,00 | 2.784,48 | 1.006,91 | 0,00 | 4.346,00 | 1.051,26 | 861,82 | 7.801,99 | 31.786,21 | 5.529,15 | 3.618,69 | 58.786,51 | 12.165,58 |
| Transferências da LC 87/1996 | 0,00 | 10.606,27 | 2.651,57 | 2.651,57 | 2.651,57 | 2.651,57 | 2.651,57 | 2.651,57 | 2.651,57 | 2.651,57 | 2.775,28 | 2.775,28 | 37.369,39 | 101.010,90 |
| Transferências do FUNDEB | 137.019,86 | 128.399,65 | 154.966,98 | 139.819,43 | 126.931,78 | 130.980,89 | 131.718,96 | 149.580,01 | 127.209,48 | 164.981,41 | 175.358,14 | 107.023,43 | 1.673.990,02 | 1.580.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 16.669,80 | 11.373,09 | 1.905,96 | 766,68 | 4.258,72 | 781,37 | 583,00 | 8.175,96 | 3.260,77 | -21.523,13 | 1.038,79 | 6.582,15 | 33.873,16 | 48.724,72 |
| **DEDUÇÕES (II)** | **193.828,48** | **190.225,94** | **215.882,98** | **201.127,10** | **178.847,45** | **185.601,03** | **192.592,86** | **208.989,46** | **196.952,89** | **248.140,78** | **190.892,35** | **94.784,60** | **2.297.865,92** | **1.359.798,84** |
| Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB | 193.828,48 | 190.225,94 | 215.882,98 | 201.127,10 | 178.847,45 | 185.601,03 | 192.592,86 | 208.989,46 | 196.952,89 | 248.140,78 | 190.892,35 | 94.784,60 | 2.297.865,92 | 1.359.798,84 |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)** | **1.118.741,43** | **1.283.295,58** | **1.477.844,34** | **1.419.448,57** | **1.264.992,00** | **1.234.611,51** | **1.217.204,62** | **1.508.061,43** | **1.415.371,39** | **1.821.878,64** | **1.612.093,02** | **1.243.445,53** | **16.616.988,06** | **16.693.823,92** |

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)** | **0,00** | **0,00** | **-** | **-** | **0,00** | **0,00** |

| APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR | APORTES REALIZADOS |
|---|---|
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | 0,00 |
| Plano Financeiro | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |
| Plano Previdenciário | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |

| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| Valor | 0,00 |

| BENS E DIREITOS DO RPPS | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|---|---|---|
| | 2016 | 2015 |
| Caixa | 0,00 | 0,00 |

Continua 2/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

| BENS E DIREITOS DO RPPS | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|---|---|---|
| | 2016 | 2015 |
| Bancos Conta Movimento | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 |
| Outros Bens e Direitos | 0,00 | 0,00 |

| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS CORRENTES (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

Continua 3/4

Município de Rondolândia - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | - | - | - | - | - | - |
| ADMINISTRAÇÃO (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SV
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA | SALDO | | |
|---|---|---|---|
| | Em 31 Dez 2015 (A) | Em 31 Dez 2015 (B) | Em 29 Fev 2016 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 731.056,98 | 731.056,98 | 713.223,83 |
| DEDUÇÕES (II) | 1.033.872,68 | 1.033.872,68 | 1.460.045,82 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 1.654.345,63 | 1.654.345,63 | 1.903.422,91 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 620.472,95 | 620.472,95 | 443.377,09 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) | -302.815,70 | -302.815,70 | -746.821,99 |
| RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)** | **-302.815,70** | **-302.815,70** | **-746.821,99** |

| RESULTADO NOMINAL | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|---|---|---|
| | No Bimestre (C - B) | Jan a Fev 2016 (C - A) |
| **VALOR** | **-444.006,29** | **-444.006,29** |

| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | VALOR CORRENTE |
|---|---|
| **META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA** | **0,00** |

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA | SALDO | | |
|---|---|---|---|
| | Em 31 Dez 2015 (A) | Em 31 Dez 2015 (B) | Em 29 Fev 2016 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|
| | | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 |
| **RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)** | **16.839.304,12** | **2.847.763,01** | **2.306.459,29** |
| Receita Tributária | 610.135,87 | 71.589,17 | 42.886,93 |
| I.P.T.U. | 10.731,10 | 0,00 | 1.529,87 |
| I.S.S. | 175.000,00 | 23.376,85 | 19.878,22 |
| I.T.B.I. | 100.000,00 | 7.975,22 | 0,00 |
| I.R.R.F. | 172.165,58 | 21.557,38 | 18.012,92 |
| Outras Receitas Tributárias | 152.239,19 | 18.679,72 | 3.465,92 |
| Receita de Contribuição | 90.511,82 | 10.226,99 | 8.647,72 |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Contribuições | 90.511,82 | 10.226,99 | 8.647,72 |
| Receita Patrimonial Líquida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 140.601,66 | 29.735,99 | 19.564,39 |
| (-) Aplicações Financeiras | 140.601,66 | 29.735,99 | 19.564,39 |
| Transferências Correntes | 16.077.294,20 | 2.758.325,91 | 2.252.687,02 |
| F.P.M. | 4.880.000,00 | 893.169,38 | 923.753,60 |
| I.P.V.A | 21.120,00 | 3.429,23 | 3.942,94 |
| I.C.M.S. | 5.348.235,92 | 1.128.302,51 | 741.481,16 |
| Convênios | 291.732,01 | 0,00 | 52.399,62 |
| Outras Transferências Correntes | 5.536.206,27 | 733.424,79 | 531.109,70 |
| Demais Receitas Correntes | 61.362,23 | 7.620,94 | 2.237,62 |
| Dívida Ativa | 18.093,56 | 2.611,72 | 214,35 |
| Diversas Receitas Correntes | 43.268,67 | 5.009,22 | 2.023,27 |
| **RECEITAS DE CAPITAL (II)** | **984.700,13** | **0,00** | **0,00** |
| Operações de Crédito (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Ativos (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 984.700,13 | 0,00 | 0,00 |
| Convênios | 258.875,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências de Capital | 725.825,13 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)** | **984.700,13** | **0,00** | **0,00** |
| **RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)** | **17.824.004,25** | **2.847.763,01** | **2.306.459,29** |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 |
| **DESPESAS CORRENTES (VIII)** | **15.332.786,70** | **3.017.317,35** | **2.615.268,36** | **1.985.384,33** | **1.890.008,15** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 7.052.990,10 | 1.092.667,35 | 971.130,39 | 1.090.342,84 | 971.130,39 |
| Juros e Encargos da Dívida (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 8.279.796,60 | 1.924.650,00 | 1.644.137,97 | 895.041,49 | 918.877,76 |
| **DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)** | **15.332.786,70** | **3.017.317,35** | **2.615.268,36** | **1.985.384,33** | **1.890.008,15** |
| **DESPESAS DE CAPITAL (XI)** | **1.686.819,21** | **121.791,24** | **105.905,00** | **24.490,15** | **48.673,10** |
| Investimentos | 1.556.819,21 | 14.964,48 | 45.905,00 | 6.657,00 | 31.808,69 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XIV) | 130.000,00 | 106.826,76 | 60.000,00 | 17.833,15 | 16.864,41 |
| **DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)** | **1.556.819,21** | **14.964,48** | **45.905,00** | **6.657,00** | **31.808,69** |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)** | **160.000,00** | **-** | **-** | **-** | **-** |

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 |
| | 0,00 | | | | |
| **DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)** | **17.049.605,91** | **3.032.281,83** | **2.661.173,36** | **1.992.041,33** | **1.921.816,84** |
| **RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)** | **774.398,34** | **-184.518,82** | **-354.714,07** | **855.721,68** | **384.642,45** |
| **SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **-** | **-** | **-** | **0,00** | **0,00** |
| Superávit Financeiro | - | - | - | 0,00 | 0,00 |
| Reabertura de Créditos Adicionais | - | - | - | 0,00 | 0,00 |

| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | VALOR CORRENTE |
|---|---|
| **META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA** | **0,00** |

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

| PODER/ÓRGÃO | RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RP NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo (b) | Saldo Total (a+b) |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2015 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2015 | | | | | |
| **RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)** | - | 620.472,95 | 611.772,95 | - | 8.700,00 | 44.664,17 | 915.115,86 | 290.761,43 | 196.331,56 | - | 763.448,47 | 772.148,47 |
| **EXECUTIVO** | 0,00 | 620.472,95 | 611.772,95 | 0,00 | 8.700,00 | 44.664,17 | 915.115,86 | 290.761,43 | 196.331,56 | 0,00 | 763.448,47 | 772.148,47 |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 0,00 | 620.472,95 | 611.772,95 | 0,00 | 8.700,00 | 44.664,17 | 915.115,86 | 290.761,43 | 196.331,56 | 0,00 | 763.448,47 | 772.148,47 |
| GABINETE DO PREFEITO | 0,00 | 89.895,57 | 85.923,25 | 0,00 | 3.972,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.972,32 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 7.161,77 | 7.161,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.983,03 | 13.849,97 | 12.539,63 | 0,00 | 2.443,40 | 2.443,40 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | 0,00 | 54.228,13 | 52.988,13 | 0,00 | 1.240,00 | 0,00 | 2.635,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.635,18 | 3.875,18 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 30.662,65 | 30.259,65 | 0,00 | 403,00 | 0,00 | 16.555,40 | 6.865,40 | 3.915,40 | 0,00 | 12.640,00 | 13.043,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUR | 0,00 | 251.544,64 | 251.544,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 453.677,72 | 8.000,00 | 8.000,00 | 0,00 | 445.677,72 | 445.677,72 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDAE DESENVO | 0,00 | 51.821,07 | 51.821,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO | 0,00 | 2.927,68 | 2.927,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | 0,00 | 11.603,46 | 11.603,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.287,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.287,30 | 7.287,30 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS | 0,00 | 37.129,49 | 37.129,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 83.498,49 | 80.413,81 | 0,00 | 3.084,68 | 44.664,17 | 417.977,23 | 260.046,06 | 171.876,53 | 0,00 | 290.764,87 | 293.849,55 |
| **RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL (III) = (I + II):** | **0,00** | **620.472,95** | **611.772,95** | **0,00** | **8.700,00** | **44.664,17** | **915.115,86** | **290.761,43** | **196.331,56** | **0,00** | **763.448,47** | **772.148,47** |

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 1- RECEITAS DE IMPOSTOS | 148.057,75 | 148.057,75 | 13.453,72 | 9,09 |
| 1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 12.700,09 | 12.700,09 | 591,92 | 4,66 |
| 1.1.1- IPTU | 7.500,00 | 7.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU | 318,81 | 318,81 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.3- Dívida Ativa do IPTU | 3.300,00 | 3.300,00 | 591,92 | 17,94 |
| 1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU | 1.581,28 | 1.581,28 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 25.306,51 | 25.306,51 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.1- ITBI | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.3- Dívida Ativa do ITBI | 306,51 | 306,51 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 45.009,75 | 45.009,75 | 5.905,30 | 13,12 |
| 1.3.1- ISS | 43.750,00 | 43.750,00 | 5.844,28 | 13,36 |
| 1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS | 318,81 | 318,81 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.3- Dívida Ativa do ISS | 306,51 | 306,51 | 61,02 | 19,91 |
| 1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS | 634,43 | 634,43 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 43.041,40 | 43.041,40 | 6.956,50 | 16,16 |
| 1.4.1- IRRF | 43.041,40 | 43.041,40 | 6.956,50 | 16,16 |
| 1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.3- Dívida Ativa do IRRF | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III) | 22.000,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.1- ITR | 22.000,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.3- Dívida Ativa do ITR | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 3.303.209,74 | 3.303.209,74 | 647.044,17 | 19,59 |
| 2.1- Cota-Parte FPM | 1.586.250,00 | 1.586.250,00 | 279.115,41 | 17,60 |
| 2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 1.525.000,00 | 1.525.000,00 | 279.115,41 | 18,30 |
| 2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d | 42.500,00 | 42.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e | 18.750,00 | 18.750,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2- Cota-Parte ICMS | 1.671.323,72 | 1.671.323,72 | 352.594,53 | 21,10 |
| 2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996 | 25.252,73 | 25.252,73 | 1.387,64 | 5,50 |
| 2.4- Cota-Parte IPI-Exportação | 3.041,40 | 3.041,40 | 2.286,97 | 75,19 |
| 2.5- Cota-Parte ITR | 10.741,89 | 10.741,89 | 10.587,99 | 98,57 |
| 2.6- Cota-Parte IPVA | 6.600,00 | 6.600,00 | 1.071,63 | 16,24 |
| 2.7- Cota-Parte IOF-Ouro | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) | 3.451.267,49 | 3.451.267,49 | 660.497,89 | 19,14 |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | 125.635,67 | 125.635,67 | 21.132,48 | 16,82 |
| 5.1- Transferências do Salário-Educação | 113.635,67 | 113.635,67 | 20.062,48 | 17,66 |
| 5.2- Transferências Diretas - PDDE | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.3- Transferências Diretas - PNAE | 12.000,00 | 12.000,00 | 1.070,00 | 8,92 |
| 5.4- Transferências Diretas - PNATE | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.5- Outras Transferências do FNDE | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 291.732,01 | 291.732,01 | 0,00 | 0,00 |
| 6.1- Transferências de Convênios | 291.732,01 | 291.732,01 | 0,00 | 0,00 |
| 6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | -953.859,71 | -953.859,71 | 0,00 | 0,00 |
| 9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8) | – | -536.492,03 | 21.132,48 | -3,94 |

**FUNDEB**

| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 1.359.798,84 | 1.359.798,84 | 285.676,95 | 21,01 |
| 10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1) | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2) | 1.337.058,97 | 1.337.058,97 | 282.075,57 | 21,10 |
| 10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3) | 20.212,37 | 20.212,37 | 1.110,10 | 5,49 |
| 10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4) | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5)) | 2.527,50 | 2.527,50 | 2.491,28 | 98,57 |
| 10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6) | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | – | 1.112.325,13 | 169.428,94 | 15,23 |
| 11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB | 1.106.000,00 | 1.106.000,00 | 169.428,94 | 15,32 |
| 11.2- Complementação da União ao FUNDEB | – | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | 6.325,13 | 6.325,13 | 0,00 | 0,00 |
| 12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10) | -253.798,84 | -253.798,84 | -116.248,01 | 45,80 |
| DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | | | | |

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

| DESPESAS DO FUNDEB | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 |
| 13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 1.112.325,13 | 1.112.325,13 | 173.176,68 | 15,57 | 172.705,77 | 15,53 |
| 13.1- Com Educação Infantil | 320.000,00 | 320.000,00 | 90.109,83 | 28,16 | 90.109,83 | 28,16 |
| 13.2- Com Ensino Fundamental | 792.325,13 | 792.325,13 | 83.066,85 | 10,48 | 82.595,94 | 10,42 |
| 14- OUTRAS DESPESAS | 486.000,00 | 486.000,00 | 135.053,15 | 27,79 | 135.053,15 | 27,79 |
| 14.1- Com Educação Infantil | 120.000,00 | 120.000,00 | 3.814,22 | 3,18 | 3.814,22 | 3,18 |
| 14.2- Com Ensino Fundamental | 366.000,00 | 366.000,00 | 131.238,93 | 35,86 | 131.238,93 | 35,86 |
| 15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) | 1.598.325,13 | 1.598.325,13 | 308.229,83 | 19,28 | 307.758,92 | 19,26 |

| DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB | VALOR |
|---|---|
| 16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB | – |
| 16.1 - FUNDEB 60% | – |
| 16.2 - FUNDEB 40% | – |
| 17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | 0,00 |
| 17.1 - FUNDEB 60% | 0,00 |
| 17.2 - FUNDEB 40% | 0,00 |
| 18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | 0,00 |
| **INDICADORES DO FUNDEB** | |
| 19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | 307.758,92 |
| 19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) % | 101,93 |
| 19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) % | 79,71 |
| 19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) % | -81,64 |

| CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE | VALOR |
|---|---|
| 20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS | 0,00 |
| 21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 [2] | 0,00 |

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

| RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c)=(b/a)x100 |
| 22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3] | 862.816,87 | 862.816,87 | 165.124,47 | 19,14 |

| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 |
| 23- EDUCAÇÃO INFANTIL | 482.000,00 | 482.000,00 | 95.825,06 | 19,88 | 93.997,38 | 19,50 |
| 23.1- Creche | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2- Pré-escola | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24- ENSINO FUNDAMENTAL | 1.929.700,13 | 1.796.425,13 | 243.586,20 | 13,56 | 214.983,15 | 11,97 |
| 24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 1.158.325,13 | 1.158.325,13 | 214.305,78 | 18,50 | 213.834,87 | 18,46 |
| 24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 771.375,00 | 638.100,00 | 29.280,42 | 4,59 | 1.148,28 | 0,18 |
| 25- ENSINO MÉDIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26- ENSINO SUPERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28- OUTRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28) | 2.411.700,13 | 2.278.425,13 | 339.411,26 | 14,90 | 308.980,53 | 13,56 |

| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | VALOR |
|---|---|
| 30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | -116.248,01 |
| 31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | 0,00 |
| 32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h) | – |
| 33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | – |
| 34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS | 0,00 |
| 35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | – |
| 36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j) | – |
| 37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) | -116.248,01 |
| 38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37)) | 425.228,54 |
| 39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % | 64,38 |

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

| OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 |
| 40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 1.437.014,11 | 1.460.578,02 | 407.749,77 | 27,92 | 251.962,99 | 17,25 |
| 44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43) | 1.437.014,11 | 1.460.578,02 | 407.749,77 | 27,92 | 251.962,99 | 17,25 |
| 45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44) | 3.848.714,24 | 3.739.003,15 | 747.161,03 | 19,98 | 560.943,52 | 15,00 |

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | SALDO ATÉ O BIMESTRE | CANCELADO EM 2016 (j) |
|---|---|---|
| 46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 0,00 | 0,00 |
| 46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 0,00 | 0,00 |
| 46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 |

| FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS | VALOR | |
|---|---|---|
| | FUNDEB (h) | FUNDEF |
| 47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 76.134,75 | 0,00 |
| 48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 169.428,94 | 0,00 |
| 49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE | 344.081,38 | 0,00 |
| 49.1 Orçamento do Exercício | 187.752,37 | 0,00 |
| 49.2 Restos a Pagar | 156.329,01 | 0,00 |
| 50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 0,00 | 0,00 |
| 51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL | -98.517,69 | 0,00 |

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Rondolândia - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/MÊS FEVEREIRO
**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA**

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b) | SALDO A REALIZAR (c) = (a-b) |
|---|---|---|---|
| **RECEITA DE CAPITAL** | | | |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (e) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f) | SALDO A PAGAR (g)=(d-e) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | Em 2015 (h) | Em 2016 (i) = (b) - (e+f) | SALDO ATUAL (j) = (h+i) |
|---|---|---|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

Rondolândia, 28/03/2016

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

JULIANO MARTINS DA COSTA SWANER
CRC MT 6612/O-4

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.1734-2016 EXONERA A PEDIDO-TOME HOE IWAI SURUI**

**PORTARIA Nº. 01.1734/GP/PMR/16**

**DE 29 DE ABRIL DE 2016**

*Exonera a pedido – **TOME HOE IWAI SURUI,** do cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo.*

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA,** Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Exonera a pedido**– TOME HOE IWAI SURUI**, **do cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo de junto da SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 12/04/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA**

*PREFEITA MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.1733-16 EXONERA A PEDIDO - VALQUIRIA DE LIMA CANDEIAS**

**PORTARIA Nº. 01.1733/GP/PMR/16**

**DE29 DE abril DE 2016**

*Exonera a pedido – VALQUIRIA DE LIMA CANDEIAS do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO, CDS-9.*

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA,** Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Exonerar – **VALQUIRIA DE LIMA CANDEIAS do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CADASTRO DE FORNECEDORES, CDS-9,de junto do GABINETE DA PREFEITA.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25/04/2016.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA**

*PREFEITA MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.1731-16 EXONERA- EDVALDO DOS SANTOS APARECIDO**

**PORTARIA Nº. 01.1731/GP/PMR/16**

**DE 29 DE abril DE 2016**

*Exonera- **EDVALDO DOS SANTOS APARECIDO,** do cargo em comissão ASSESSOR NÍVEL I,CDs-3.*

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA,** Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Exonerar **– EDVALDO DOS SANTOS APARECIDO**, **do Cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL I-CDS-3, de junto do GABINETE DA PREFEITA.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA**

*PREFEITA MUNICIPAL*

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL EM 29/04/2016.

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

DISPENSA DE LICITAÇÃO

**Processo Administrativo nº 070/2016**

**Dispensa de Licitação nº 040-2016**

**Solicitante: SEMUSA**

**"OBJETO: "***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TIPO PRATO FEITO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MOTORISTAS E TÉCNICOS QUE DESLOCAM PARA CIDADES VIZINHAS ACOMPANHANDO PACIENTES"*

**Interessado: administração publica.**

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

**JOSE RAIMUNDO SILVA GOMES - ME** CNPJ: **09.562.142/0001-17** Endereço: Rua. São Luiz, nº 1203 Bairro: Centro – Cacoal. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinqüenta reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

**Empenhe a despesa**

**Dê-se ciência a Secretaria de origem.**

**Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.**

Rondolândia – MT, 27 de Abril 2016

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.154/GAB/PMR DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

**PODER EXECUTIVO**

*"Acrescenta o Parágrafo Único ao Art. 8º do Decreto Municipal 1.122 de 16 de setembro de 2014 e dá outras providências."*

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA,** Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inc. II do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Decreto Municipal nº 1.122 de 16 de setembro de 2014, que regulamentou a Concessão de Licença Prêmio para os Servidores Públicos Municipais;

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Acrescenta o Parágrafo Único ao Art. 8º do Decreto Municipal 1.122 de 16 de setembro de 2014:

"**Parágrafo Único**: No âmbito dos Servidores Públicos Municipais de Rondolândia, não será concedida licença-prêmio ao servidor que esteja respondendo a Processo Administrativo Disciplinar - PAD ou junto a Comissão de Ética ou ter denúncia a ser apurada.

**Art. 2º -** Este Decreto entra em vigor na data de Edição, revogadas as disposições em contrário.

Rondolândia – MT, 04 de Janeiro de 2016.

***BETT SABAH MARINHO DA SILVA***

Prefeita Municipal

## DECRETO MUNICIPAL Nº 1.146 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

### DECRETO Nº 001146/16 de 4 de Janeiro de 2016

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Rondolândia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Rondolândia e autorização contida na Lei Municipal nº 000350/15 de 3 de Novembro de 2015.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 587.129,90 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.01 - GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO
02.01.04.122.0101.2.103-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente 1.099,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
04.01 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO
04.01.12.122.0110.2.128-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material De Consumo 110.000,00
04.01.12.361.0110.2.129-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material De Consumo 50.000,00
04.01.12.122.0110.2.128-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 13.200,00
04.01.12.361.0110.2.129-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente 1.150,00
04.01.12.365.0110.2.130-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente 6,20
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.01 - GESTÃO DE SAÚDE
05.01.10.122.0116.2.141-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Civil 60.000,00
05.01.10.122.0116.2.141-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 51.525,41
05.01.10.122.0116.2.141-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações E Restituições 30.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.01 - GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.01.26.782.0121.2.169-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material De Consumo 72.939,29
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.02 - FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.02.08.244.0118.2.153-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 3.300,00
07.01 - GESTÃO DA SECRETARIA MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA
07.01.08.122.0118.2.150-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 15.928,00
07.02 - FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.02.08.244.0118.2.152-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 1.200,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
08.01.04.122.0106.2.112-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material De Consumo 60.000,00
08.01.04.122.0106.2.114-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 22.000,00
08.01.04.122.0106.2.112-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 92.000,00
08.01.04.122.0106.2.112-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos E Material Permanente 2.782,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDAE DESENVOLVIMENTO
03.01 - GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS
03.01.04.123.0101.2.106-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços De Consultoria 57.499,46
03.01.04.123.0101.2.106-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 90.000,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
04.01 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO
04.01.12.364.0112.2.135-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material De Consumo 15.563,15
04.01.12.361.0110.1.114-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras E Instalações 284.067,29

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.01 - GESTÃO DE SAÚDE
05.01.10.122.0116.2.141-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 60.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
08.01.04.127.0107.1.106-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 80.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Janeiro de 2016**

**BETT SABAH MARINHO DA SILVA**
**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em publicações de matérias no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e em jornais de grande circulação", conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa JOÃO DIAS RAMOS – EPP CNPJ: 03.805.679/0001-84, vencedora de todos os itens deste certame, que destina o menor preço por item, por um período de 12 meses, perfazendo um valor total de R$ 73.496,00 (setenta e três mil e quatrocentos e noventa e seis reais). Todos os itens com os preços unitários registrados na proposta e na Ata de Registro de Preços.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 03 de Maio de 2016.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

### DEPARTAMENTO JURÍDICO
### DECRETO Nº 029, DE 03 DE MAIO DE 2016.

*Cria o Conselho Municipal do FETHAB.*

**Wemerson Adão Prata,** Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

**CONSIDERANDO** o disposto na lei estadual nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação-FETHAB;

**CONSIDERANDO** que, a teor do art. 3º da referida Lei, os repasses aos municípios começaram a ocorrer a partir de janeiro de 2015;

**CONSIDERANDO** o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

**CONSIDERANDO** que o Conselho Municipal previsto no § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000 só pode ser criado por decreto do Prefeito Municipal e não poderá ter ingerência na Administração Municipal ante a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, constituído de:

a) Representando o Secretariado do Município: **Senhor Flávio da Silva Aragão**, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Social;

b) Representando a ASPRONOVA (Associação Rural): **Walmir Alexandre dos Santos;**

c) Representando a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento: **Maria Inês Pereira da Silva;**

d) Representando a Secretaria de Obras: **Joadson de Souza Câmara.**

**Parágrafo único**. Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação da respectiva entidade.

**Art. 2º** O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

**Art. 3º** Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

**Art. 4º** O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na Internet.

**Art. 5º** O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

**Art. 6º** O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do FETHAB não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante, dando, àquele que a exercer por mais de um ano, o direito ao reconhecimento público com a emissão de certificado que assim o declare.

**Art. 7º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e revoga todas as disposições em contrário.

Salto do Céu/MT, 03 de Maio de 2016.

**Wemerson Adão Prata**

*Prefeito do Município*

**PORTARIA N.º 106/2016 DE 25 DE ABRIL DE 2016**

**EXONERA A PEDIDO O Sr. GEOVANI VISCOVINI DA SILVA, DO CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO:** Orequerimento do Servidor que trata esta Portaria.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a pedido o Sr. **GEOVANE VISCOVINI DA SILVA,** do cargo de **PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO,** lotado no Gabinete do Prefeito. A partir de 29 de Abril de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria acima citada, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 25 de Abril de 2016.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

**WEMERSON ADÃO PRATA**

**REFEITO MUNICIPAL**

**PORTARIA N.º 124/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016**

**NOMEIA O Sr. CESAR LUIZ BRANICIO DA SILVA, PARA O CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. **CESAR LUIZ BRANICIO DA SILVA,** para o cargo de **PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO,** lotado no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único. A posse e exercício do funcionário nomeado subordinar-se-á ao cumprimento das exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, cabendo aos órgãos competentes formalizá-la devidamente, em tempo hábil.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente do Gabinete do Prefeito, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 02 de Maio de 2016.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

**WEMERSON ADÃO PRATA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

**FINANCEIRO**
**PORTARIA N° 010/2016**

PORTARIA N° **010/2016**

SANTA CRUZ DO XINGU, EM 28 DE MARÇO DE 2016.

***Dispõe sobre a Exoneração por Falecimento do Servidor Antonio Rodrigues da Silva, e da outras providencias.***

O Senhor, **Antonio de Souza Andrade Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

**Art. 1°** - Fica por meio desta, exonerado o Servidor Antonio Rodrigues da Silva, por motivo de Falecimento, datado de 26 de Março de 2016, Portador do RG: 20971885 SSP/MT e CPF: 935.183.901-04, Comissionado no Cargo de Chefe de Vigilância do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 2°** - Esta portaria entrará em, vigor na data de sua Publicação no Mural da Unidade Gestora de 28 de Março de 2016, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

**Antonio de Souza Andrade Filho**

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Em 28 de Março de 2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

**CAMARA MUNICIPAL**
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**
**RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL NO CONTRATO Nº: 02/2016**

**PUBLICAÇÃO Nº 2.450 DO DIÁRIO AMM-MT DO DIA 06/04/2016 DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 02/2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, PÁGINA 379 ONDE SE LÊ:**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016**

**Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso.**

**CONTRATO Nº002/2016.**

**DATA EMISSÃO:** 04/03/2016

**CONTRATANTE:** CAMARA DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT – CNPJ nº 04.253.983/0001-29

**CONTRATADA: POSTO 10 LIMITADA**

CNPJ Nº 03.244.374/0003-02

**OBJETIVO: Contratação de Combustíveis**

**PRAZO:** 31/12/2016

**VALOR GLOBAL CONTRATO: R$ 6.290,00 (Seis Mil, duzentos e noventa reais)**

PASSA-SE LÊ:

**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO:**

**Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso.**

**CONTRATO Nº002/2016.**

**DATA EMISSÃO:** 04/03/2016

**CONTRATANTE:** CAMARA DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT – CNPJ nº 04.253.983/0001-29

**CONTRATADA: POSTO 10 LIMITADA**

CNPJ Nº 03.244.374/0003-02

**OBJETIVO: Contratação de Combustíveis**

**PRAZO:** 31/12/2016

**VALOR GLOBAL CONTRATO: R$ 6.439,00 (Seis Mil, quatrocentos e trinta e noventa reais)**

**COMPRAS E LICITAÇÕES**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 -**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 -

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA.** Data de abertura: 16/05/2016 as 8:00 min – Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato-MT. O Edital Completo encontra-se a disposição no mural da Prefeitura Municipal.Podendo ser solicitado pelos interressados pelo fone:(65)3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 04 de maio de 2016.

**Artemio Syperreck**

**Pregoeiro**

**CAMARA MUNICIPAL**
**EDITAL DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

O Presidente da **Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica da Câmara Municipal e de acordo com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, Legislação Municipal e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Concurso Público de Provas Objetivas e de Títulos, para provimento nos cargos efetivos do Quadro Permanente da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, discriminadas no **Anexo I** deste Edital e normas estabelecidas no presente Edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Concurso Público, regido pelos termos deste Edital, será executado pela empresa **STS - CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA-ME**, na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, em estrita consonância com o disposto no ordenamento jurídico positivo, e será fiscalizado pela Comissão Especial de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, doravante denominada Comissão de Fiscalização, designada através da Portaria nº 016/2016.

1.2. Os cargos e suas especificações (número de vagas; vencimentos iniciais; escolaridade mínima exigida; carga horária de trabalho, etc) são os constantes do **Anexo I**, deste Edital.

1.3. As atribuições específicas de cada cargo são as constantes do **Anexo II**, deste Edital.

1.4. Os programas das disciplinas que compõem a prova objetiva de cada cargo são os constantes do **Anexo III**, deste Edital.

1.5. O Cronograma estimado para a realização do concurso é o constante do **Anexo V**, que poderá ser alterado no interesse da eficácia das realizações, a critério da Comissão de Fiscalização.

1.6. Do Regime Jurídico e Previdenciário: A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Estatutário e o regime Previdenciário será (Regime Próprio de Previdência Municipal).

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. São condições básicas para a inscrição:

2.1.1. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88).

2.1.2. Estar ciente de que deverá possuir, na data da posse, a qualificação mínima exigida para o cargo e a documentação Prevista no subitem 9.1 a 9. 5 deste Edital.

2.1.3. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

2.2. As inscrições deverão ser efetuadas pela internet, no site http://www.sydcon.com.br, no período de **09/05/2016 a 24/05/2016**.

2.3. Objetivando evitar ônus desnecessário, especialmente quanto ao recolhimento de taxa de inscrição, recomenda-se que o candidato somente efetue a sua inscrição após tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o concurso, bem como certificar-se de que preenche as condições exigidas para o provimento do cargo público.

2.4. Após o preenchimento do formulário eletrônico (Requerimento de Inscrição), que se encontrará disponível na internet, no site http://www.sydcon.com.br o candidato deve imprimir o seu Requerimento de Inscrição e o boleto eletrônico para Pagamento da Taxa de Inscrição, pagamento esse que deverá ser efetuado em qualquer agência, posto ou terminal de atendimento bancário até o dia **25/05/2016**. Sob nenhuma hipótese, será aceito pagamento com data posterior ao dia **25/05/2016**.

2.5. O pagamento da taxa de inscrição em conta específica somente poderá ser efetuado mediante o boleto bancário emitido pela internet, no site indicado no item 2.2 e 2.4, por ocasião do registro de inscrição do candidato, sendo essa a única forma válida de pagamento para fins de inscrição neste concurso.

2.6.1. Se, por qualquer razão, o candidato houver extraviado ou inutilizado o boleto bancário da taxa de inscrição, poderá emitir a segunda via do mesmo através da internet, no site mencionado no item 2.2, até a data de vencimento do mesmo.

2.6.2. O valor da taxa de inscrição está estabelecido para os cargos público nos seguintes valores:

| Escolaridade exigida | Valor da Taxa de inscrição - R$. |
|---|---|
| Ensino Médio | 60,00 |
| Ensino Superior | 120,00 |

2.6.3. Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-símile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado no subitem 2.2 ou 2.3 deste edital.

2.6.4. O candidato é responsável pela fidedignidade das informações prestadas no Requerimento de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros ou do não preenchimento de qualquer campo desse formulário.

2.6.5. O candidato, ao preencher o Requerimento de Inscrição, declara, sob as penas da lei, estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este concurso e estar de acordo com as mesmas, bem como possuir os requisitos para o provimento do cargo público e estar em condições de apresentar os documentos comprobatórios, caso venha a ser empossado.

2.6.6. O candidato terá sua inscrição homologada somente após a confirmação bancária do pagamento de sua taxa de inscrição.

2.6.7. As inscrições pagas com cheques, sem a devida provisão de fundos, serão automaticamente canceladas.

2.6.8. A homologação das inscrições será divulgada por meio de edital, afixada no Quadro de Avisos da **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT** e no e no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br.

2.6.8.1. Da não homologação das inscrições, caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de sua divulgação, ao Senhor Presidente da Comissão de Concurso Público da **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**.

Interposto o recurso e não havendo a manifestação a tempo da Comissão, o candidato poderá participar condicionalmente das provas.

2.6.9. O candidato poderá inscrever-se para quantos cargos queira, porém somente poderá fazer as provas para um deles, exceto se aplicadas em horários ou dias diferentes, em cujo caso poderá fazer prova para mais de um cargo. As provas para todos os cargos poderão ser aplicadas no mesmo dia e horário, em cujo caso o candidato somente poderá fazer prova para um deles. Nesse caso, o dinheiro da inscrição não será devolvido. O candidato que se inscrever para mais de um cargo o fará por sua conta e risco.

2.6.10. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste EDITAL, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.7. O Edital estará disponível na página do endereço eletrônico: www.sydcon.com.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse material e também será disponibilizado para cópia na sede da **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**.

2.8. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem no presente concurso desde que as deficiências de que são portadoras sejam compatíveis com as atribuições do cargo e declaradas no ato da inscrição.

2.9. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas, determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.

2.10. O preenchimento dos dados constantes na ficha de inscrição é de total responsabilidade do candidato.

2.11. Outras informações:

a) O pagamento da importância relativa à taxa de inscrição somente poderá ser efetuado através de BOLETO BANCÁRIO em dinheiro ou cheque do próprio candidato em qualquer agência da rede bancária, sendo considerada nula a inscrição se o cheque for devolvido por qualquer motivo. Não será aceito como pagamento depósito ou transferência bancária;

b) A taxa de inscrição, uma vez paga, somente será devolvida ao candidato na hipótese de cancelamento e suspensão do Concurso Público ou em um dos casos abaixo:

a) não realização do Concurso;

b) exclusão de algum cargo oferecido;

c) em caso de cancelamento ou suspensão do Certame;

d) demais casos que a Comissão Especial de Concurso Público julgar pertinente.

2.12. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória ou condicional;

2.13. Não serão recebidas inscrições ou recursos por via postal, fax, condicional e/ou extemporânea;

2.14. Não serão aceitas inscrições com documentação incompleta.

**3. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

3.1. Serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas de cada cargo Previstas no **Anexo I**, deste concurso são destinadas aos candidatos PNE, conforme determina o §2 do art. 6º da Lei nº 505/2009, art. 37, §1º e 2º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e Decreto Federal nº 5296/2004, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1889, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo, a ser aferida em perícia médica oficial, quando dos exames pré-admissionais.

3.2.Ocandidato a vaga PNE deverá enviar através do endereço eletrônico: www.sydcon.com.br, selecionando o Menu Concurso Público opção Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, os seguintes documentos:

a) Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do Candidato e indicação da Câmara Municipal/concurso para o qual se inscreveu.

b) Laudo Médico (cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova.

c) Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT de qualquer providência).

d) Os documentos acima deverão ser enviados dentro do limite estabelecido para tal, ou seja, até o dia **25/05/2016**.

e) Serão aceitas as cópias digitalizadas em formato PDF, porém, em caso de aprovação, no ato da posse o Candidato deverá apresentar o Laudo Médico em seu original.

3.3.O candidato PNE que, no ato da inscrição, não declarar essa condição e/ou não anexar o Laudo Médico, não poderá interpor recurso em favor de sua situação. O laudo médico, emitido a no máximo 3 (três) meses da data de encerramento das inscrições, deverá dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença - CID, bem como o enquadramento Previsto no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004.

3.4. Às pessoas PNE é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso, desde que haja compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadoras e participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos nos diversos itens e condições deste Edital.

3.5. O candidato portador de deficiência visual total deverá realizar, obrigatoriamente, prova com o auxílio de um fiscal “ledor”, levando para o local de provas o material necessário à sua realização.

3.6. A declaração de deficiência, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação médica admissional para fins de aferição da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido.

3.7. As pessoas PNE participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

3.8. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem PNE, se aprovados no Concurso Público, terão seus nomes publicados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

3.9. Caso não haja nomeação e posse conjunta de todos os aprovados, a cada 19/20 de candidatos sem deficiência, o último vigésimo será nomeado oriundo da lista de candidatos com deficiência aprovados, independentemente de sua classificação geral, respeitando-se a ordem de classificação da lista dos candidatos aprovados com deficiência. Caso o candidato não realize a inscrição de acordo com o disposto, não será considerado como portador de deficiência apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no Formulário de Inscrição.

3.10. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais aprovados, observadas a ordem de classificação.

3.11. Após o ingresso do Candidato com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do cargo e de aposentadoria por invalidez.

**4. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO:**

4.1. Haverá isenção do valor da taxa de inscrição, para os candidatos que se declarar impossibilitado de arcar com o pagamento dessa taxa ou comprovar renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo ou ainda que, comprovar a condição de desempregado e os doadores regulares de sangue, nos dias **09/05/2016** à **13/05/2016**.

4.2.Os candidatos que pretenderem a isenção da taxa de inscrição deverão requerê-la nos termos definidos a seguir:

4.2.1 Deverá ser enviado através do endereço eletrônico: www.sydcon.com.br, selecionando o Menu Concurso Público opção Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT e após a opção Envio de Documentos, devendo estes ser autenticados em cartório e após digitalizados em Formato PDF para envio.

4.2.2. Somente serão aceitos, como comprovantes de renda própria os seguintes documentos:

4.2.2.1. No caso de empregados registrados: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída anotada do último contrato de trabalho/comprovante de rendimentos correspondente ao ano de 2015.

4.2.2.2. No caso de autônomos, declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou contrato de prestação de serviços e Recibo de Pagamento Autônomo.

4.2.2.3. No caso de desempregados, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída anotada do último contrato de trabalho; comprovação de estar ou não recebendo o seguro desemprego.

4.2.2.4. Além dos documentos necessários, à comprovação da renda própria, o candidato deverá enviar cópias autenticadas dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade do requerente.

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente e de quem ele dependa.

c) Comprovante de residência (conta atualizada de luz, de água ou de telefone fixo e etc., contendo o mesmo endereço indicado pelo candidato no Pedido de Inscrição).

4.2.2.5. A comprovação de doadores de sangue deverá ser feita por meio de documento comprobatório padronizado (Declaração de Regularidade) de sua condição de doador regular, expedido por Banco de Sangue, público ou privado (autorizado pelo Poder Público), em que faz a doação, constando no mínimo três doações, anteriores à publicação deste Edital.

4.2.2.6. Os candidatos com direito à isenção, conforme previsto nos subitens anteriores deverão observar a data limite para efetuarem a inscrição.

4.2.3. As informações prestadas no requerimento de inscrição com isenção do pagamento da taxa de inscrição, bem como a documentação comprobatória apresentada, serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se comprovada a má fé, através de processo

administrativo que garanta os princípios do contraditório e da ampla defesa, ser eliminado do Concurso Público e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

4.2.4 Serão desconsiderados os pedidos de isenção de pagamento de taxa de inscrição a candidato que:

a) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) Deixar de preencher o pedido de inscrição, bem como o requerimento de isenção, **Anexo IX**, neste Edital;

c) Fraudar e/ou falsificar documentação;

d) Pleitear a isenção sem apresentar cópia e original dos documentos indicados neste Edital, **Anexo IX**, neste Edital.

e) Deixar de entregar o requerimento e declaração indicada no **Anexo IX**, neste Edital, devidamente preenchido, assinado, juntamente com a documentação comprobatória especificada e prazos definidos no subitem 4.2.1.

4.2.5. Expirado o prazo do subitem 4.1 não será permitida a complementação da documentação entregue.

4.2.6. Cada pedido de isenção e a respectiva documentação comprobatória de hipossuficiência econômica serão analisados e julgados pela Comissão de Concurso Público.

4.2.7. O candidato que apresentar pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição e, simultaneamente, pagar a taxa de inscrição, não terá o seu pedido de isenção analisado.

4.2.8. Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não comprovem renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo, seja qual for o motivo alegado.

4.2.9. A documentação apresentada para fins de isenção do pagamento da taxa de inscrição valerá somente para este Concurso Público, não podendo ser devolvida ou dela ser fornecida cópia.

4.2.10. A relação dos candidatos com pedidos de isenção Deferidos e Indeferidos será disponibilizada na internet, no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br e no mural da Câmara Municipal situado na Avenida Flavio Luiz, 2060 - Centro, na cidade de Santa Rita do Trivelato - MT.

4.2.11. Indeferida a isenção da taxa de inscrição e permanecendo o interesse, o candidato poderá inscrever-se mediante pagamento da respectiva taxa de inscrição.

4.2.12. Em hipótese alguma haverá a substituição do cargo consignado na Ficha de Inscrição.

**5. DO CONCURSO**

5.1. O concurso para provimento dos cargos deste Edital será realizado mediante Provas Objetivas e Provas de Títulos, conforme especificado neste Edital.

**5.1.1. Da Prova Objetiva**: Serão aplicadas Provas Objetivas, de caráter eliminatório, a todos os candidatos regularmente inscritos neste concurso público, de conformidade com o disposto no **Anexo I** do presente Edital, bem como às seguintes determinações:

a) Valorização: de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, incluídas todas as disciplinas.

b) Duração: 4 (quatro) horas.

c) Composição das Questões de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas para cada enunciado, sendo uma única delas a correta.

d) A prova escrita será composta de 40 (quarenta) questões, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento, previstas no **Anexo III** a este Edital, sendo os pesos correspondentes às disciplinas de cada prova, variáveis, da seguinte forma:

| Conteúdos | Quantidade de Questões | Peso Individual | Peso Total |
|---|---|---|---|
| Língua Portuguesa | 10 | 2,0 | 20,00 |
| Conhecimentos Gerais | 10 | 2,0 | 20,00 |
| Conhecimentos Específicos do cargo | 20 | 3,0 | 60,00 |
| Total de Pontos | 100,00 | | |

5.1.2. Será eliminado o candidato que obtiver pontuação 0 (zero) em quaisquer das disciplinas da Prova Objetiva.

5.1.3. Os programas das disciplinas que integram a Prova Objetiva são os constantes do **Anexo III** deste Edital.

5.1.4. A bibliografia constante do **Anexo III**, deste Edital é apenas sugerida, como forma de orientação dos estudos pelos candidatos, não sendo obrigatória a sua exclusividade na elaboração das questões.

5.1.5. Se por qualquer eventualidade uma questão tiver resposta dupla e/ou divergência na redação, verificada mediante recurso dos candidatos e/ou diretamente pela Comissão de Fiscalização, essa será anulada com a pontuação respectiva adicionada a todos candidatos que tenham a mesma na sua prova.

**5.3. Da prova de Títulos**: A Prova de Títulos tem por objetivo valorizar o conhecimento e experiência profissional dos candidatos de nível Superior, em função do grau de instrução adicional que o mesmo possui, além do exigido como escolaridade, tendo caráter classificatório, mediante pontuação adicional com base nos fatores discriminados no quadro abaixo:

**QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS:**

| Título | Documentos Comprobatórios | Valor de cada título |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| a) Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós Graduação, com carga horária mínima de 360 horas, na correlacionada do cargo pretendido. | - Certificado, expedido por órgão, entidade e ou instituição de ensino;<br>Será considerado apenas um único certificado, dentre os que forem apresentados. | 2,00 |
| b) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de mestrado, ou certificado de conclusão de mestrado, acompanhado do histórico escolar, na área de educação. | - Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente reconhecido;<br>Será considerado apenas um único certificado, dentre os que forem apresentados. | 3,00 |
| c) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de doutorado, ou certificado de conclusão de doutorado, acompanhado do histórico escolar, na área de educação. | - Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação; Será considerado apenas um único certificado, dentre os que forem apresentados. | 5,00 |

5.3.1. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos que obtiveram na prova escrita, nota igual ou maior que 50,00 (cinquenta) pontos.

5.3.2. Os títulos deverão ser entregues no mesmo local e data de realização das provas objetivas. Não será permitido ao candidato ausentar-se do local de aplicação das provas para retornar posteriormente para entregar seus títulos.

5.3.3. Quanto aos títulos a que se referem aos subitens “a”, “b” e “c”, será considerado apenas o de maior titulação, impossibilitada a pontuação cumulativa da mesma titulação ou de titulações diferentes.

5.3.4. O candidato que não encaminhar os títulos no prazo estipulado em edital receberá nota zero na prova de títulos.

5.3.5. Os certificados ou diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida. Será aceita certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

5.3.6. Dos documentos comprobatórios de títulos deverão ser fornecidas cópias que ficarão anexas aos demais documentos do candidato e não poderão apresentar rasuras, borrões, emendas ou entrelinhas.

5.3.7.Os títulos deverão ser entregues em fotocópias autenticadas por cartório de notas ou pelo responsável pelo protocolo, acompanhada do original, contendo a identificação do candidato e seu número de inscrição. O candidato, no ato da entrega, preencherá e assinará formulário próprio, previsto no **Anexo IV**, deste Edital, declarando os títulos entregues, seu nome e o cargo pretendido. Não serão aceitos documentos originais ou documentos via fax ou correio.

5.3.8. Somente serão considerados como títulos, os cursos que têm relação direta com o cargo na abrangência relacionada com a área pública e sejam expedidos por instituição de ensino credenciado pelo MEC.

5.3.9. A apresentação de títulos não é obrigatória, ficando, porém, o candidato ciente de que se não apresentá-los na data e hora marcada, receberá nota 0 (zero) de pontuação na Avaliação de Títulos.

5.3.10. A avaliação de títulos não elimina nenhum candidato, pois é uma etapa apenas de pontuação classificatória.

5.3.11. Fica facultada à Câmara Municipal ou à empresa organizadora do Concurso Público a solicitação dos documentos originais relativos aos títulos, para esclarecimento de divergências eventuais.

5.3.12. Será de responsabilidade única e exclusiva do candidato a apresentação tempestiva dos títulos de que dispuser não se admitindo, em qualquer hipótese, a apresentação dos mesmos fora dos prazos ou dos locais estabelecidos neste Edital.

5.3.13. Não serão considerados os títulos entregues fora do prazo previsto.

5.3.14. Somente serão aceitos os títulos referentes a área de atuação do profissional.

5.3.15. Não serão aceitos, para os efeitos desta etapa, os diplomas dos cursos descritos no **Anexo I** deste Edital.

5.3.16. Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem às exigências deste edital.

5.3.17. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e, comprovada a culpa do mesmo, este será excluído do Concurso.

**6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA**

6.1. A Prova Objetiva será realizada às **08h00min**, horário de Santa Rita do Trivelato/MT **do dia 05/06/2016.**

6.1.1.Olocal onde será realizado as Provas Objetivas será confirmado até o dia **01/06/2016**, mediante publicação no quadro de avisos da Câmara Municipal, e no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br e jornal Oficial da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, disponível no endereço eletrônico: www.amm.org.br.

6.2. Não haverá segunda chamada para a realização da Prova Objetiva.

6.3. Em hipótese alguma será realizada prova fora do local ou do horário determinado.

6.4. Durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso ou porte de calculadora, bip, telefone celular, walkman, ou outro meio de transmissão de som, imagem ou comunicação, bem como relógio que contenha calculadora eletrônica.

6.5. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que faltar à prova ou que, durante a sua realização, for surpreendido em flagrante comunicação com outro candidato ou com terceiros, por quaisquer dos meios de que trata o subitem anterior, o mesmo se aplicando ao candidato que venha a tumultuar, de alguma outra forma, a realização da prova.

6.6. O candidato deverá comparecer ao local da realização da prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de Inscrição e a documentação de que trata o subitem 6.7.

6.7. O ingresso do candidato na sala onde se realizará a prova somente será permitido mediante a apresentação do documento original de identidade ou outro de igual valor legal, desde que contenha, no mínimo, fotografia, assinatura e filiação, preferencialmente o mesmo apresentado no ato da inscrição.

6.8. Não será permitida a entrada de candidatos no local da prova após o início da mesma.

6.9. No início das provas o candidato receberá o caderno de provas, folha de rascunho e folha oficial de respostas.

6.10. Ao término da prova, o candidato entregará ao Fiscal de Sala a folha oficial de respostas, retendo para si o Caderno de Provas.

6.11. O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de 03h00min poderá levar consigo o caderno de provas;

6.12. O candidato que sair antes do horário acima, terá oportunidade de retirar o caderno de provas no prazo de 02 (dois) dias, a partir do dia seguinte de aplicação da prova, junto a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, das **07h00min** às **13h00min**, após este prazo os cadernos que não forem retirados serão automaticamente incinerados.

6.13. Será considerado ausente o candidato que deixar de assinar a Lista de Presença ou não devolver a Folha Oficial de Respostas devidamente assinada.

6.14. A leitura das orientações constantes da capa do "Caderno de Provas" e a verificação do cargo a que se refere o mesmo são da responsabilidade do candidato, sendo sumariamente eliminado aquele que, por qualquer razão, realizar a prova de um cargo distinto daquele para o qual se inscreveu, seja do mesmo nível de escolaridade ou não.

6.15. Somente serão computadas as opções transferidas à caneta para a Folha Oficial de Respostas, não se considerando válida a questão que contenha mais de uma opção assinalada, emenda, rasura ou que não tenha sido transferida para a referida Folha.

6.16. O desempenho do candidato na Prova Objetiva será apurado mediante o exame da Folha Oficial de Respostas.

6.17. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este concurso público.

6.18. Os gabaritos oficiais das Provas Objetivas serão publicados no quadro de avisos da Câmara Municipal, no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br no dia seguinte ao da aplicação das provas escritas, até às 17h00min.

6.19. Tratamento Especial para realização da Prova de Múltipla Escolha.

6.19.1. O candidato que necessitar de tratamento especial no dia das Provas de Múltipla Escolha deverá entregar Pedido de Tratamento Especial, especificando os meios necessários para a realização dessas provas. Com o Pedido de Tratamento Especial, deverá conter Atestado Médico que descreva a situação do candidato.

6.19.1.1. Nos termos da Lei Estadual nº 10.269/15, a Candidata lactante terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização da prova em igual período. A Candidata deverá solicitar atendimento diferenciado para tal fim ao Fiscal da sala. Deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança, em local reservado. A falta de acompanhante impossibilitará a Candidata de realizar a prova.

6.19.2. O Pedido de Tratamento Especial, deverá ser solicitado no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br, selecionando o Menu Concurso Público, opção da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, devidamente digitalizada e em Formato PDF, até o dia **25/05/2016**.

6.19.2.1. Na impossibilidade de atendimento, a STS Consultoria/Comissão Especial de Concurso comunicará ao candidato o indeferimento do pedido.

6.19.3. Serão indeferidos os pedidos de Tratamento Especial que não apresentarem Atestado Médico que descreva a situação do candidato.

6.19.4. O resultado do Pedido de Tratamento Especial será divulgado até o dia **01/06/2016**, no sítio eletrônico www.sydcon.com.br e na sede da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

**7. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO, DESEMPATE E RESULTADO**

7.1. A classificação provisória do concurso público será divulgada por cargo, em ordem alfabética incluindo todos os candidatos inscritos, separada por candidatos de concorrência plena e PNE - Portadores de Necessidades Especiais, sob a denominação de "Resultado Provisório", contendo: número da inscrição, nome do candidato, pontuação obtida na Prova Objetiva e pontuação por título (se for o caso) e classificação provisória.

7.2. A classificação final do concurso será divulgada por cargo, em ordem decrescente de classificação, incluindo todos os candidatos inscritos, separada por candidatos de concorrência plena e PNE, sob a denominação de "Resultado Final", contendo: número da inscrição, nome do candidato, com a soma da nota final da Prova Objetiva e da pontuação por título (se for o caso) que é igual a classificação final.

7.2.1. A classificação final será divulgada após o julgamento de possíveis recursos da Prova Objetiva e de Títulos.

7.3. Dos Critérios de Desempate

7.3.1. Verificando-se a ocorrência de empate no total dos pontos apurados, terá preferência na ordem de classificação, sucessivamente, o candidato que:

a) Tiver obtido maior nota na prova de conhecimentos específicos, se houver;

b) Tiver obtido maior nota na prova de português;

c) Tiver obtido maior nota na prova de conhecimentos gerais;

d) For o mais idoso;

e) Sorteio.

7.4. Será aprovado no concurso público o candidato que obtiver no mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos pontos distribuídos no conjunto das disciplinas da Prova Objetiva.

**8. DOS RECURSOS**

8.1. Caberá a interposição de recurso, sem efeito suspensivo, em face da publicação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, do gabarito oficial da Prova Objetiva, dos erros ou omissões na atribuição de pontos, no resultado das provas ou da classificação provisória dos candidatos.

8.2. Para a interposição de recurso o Candidato deverá acessar o endereço eletrônico: www.sydcon.com.br ir ao Menu Concurso Público e em seguida clicar Em Andamento e buscar Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT e observar na opção Publicações qual é o Recurso a ser feita a interposição.

8.2.1 Todos os Recursos deverão ser interpostos até 2 (dois) dias úteis a contar da Divulgação Oficial.

8.2.2. Caberá à STS Consultoria e Informática em conjunto com a Banca Examinadora, decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

8.2.3. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os Candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os Candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

8.3. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de constatação de questões da prova, o Candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

8.4 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

8.5. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

8.6. As decisões dos recursos interpostos serão divulgadas nos quadros de avisos da Câmara Municipal e no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br.

**9. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE**

9.1.Os candidatos classificados serão convocados para nomeação, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas durante a validade do concurso;

9.2. Os candidatos nomeados serão lotados de acordo com a necessidade e critérios estabelecidos pela Câmara Municipal, a quem compete a designação do local de trabalho.

9.3. Os candidatos classificados, excedentes as vagas atualmente existentes, serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do concurso público e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações na Imprensa Oficial da Câmara Municipal, ocorridas durante o prazo de validade do concurso público;

9.3.1. Os candidatos classificados serão convocados por edital publicado na Imprensa Oficial da Câmara Municipal, e facultativamente na imprensa local, a comparecerem em data, horário e local pré-estabelecidos para tomarem posse e receberem a designação do respectivo local de trabalho;

9.4. Para tomar posse o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

9.4.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

9.4.2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

9.4.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

9.4.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

9.4.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF);

9.4.7. Cartão do PIS/PASEP (se for o caso);

9.4.8. Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à posse (se for o caso);

9.4.9. Título de Eleitor;

9.4.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

9.4.11. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial da Câmara Municipal;

9.4.12. 02 (duas) fotos 3x4, colorida e recente;

9.4.13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

9.4.14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

9.4.15. Comprovante de Escolaridade. Os diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida. Será aceita certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

9.4.16. Declaração contendo endereço residencial;

9.4.17. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

9.4.18. Declaração de Bens;

9.4.19. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função;

9.4.20. Os candidatos convocados farão exame medico admissional, que será realizado por uma junta médica designada pelo município;

9.4.21. Lista de Exames Laboratoriais Pré - Admissionais que deverão ser providenciados e apresentados para análise da junta médica, sob pena de não poder tomara posse, estes exames são de responsabilidade do candidato.

**Obs.:** Para todos os Cargos: Hemograma Completo; Glicose; Uréia; Creatinina; Acido úrico; Colesterol total e frações; Triglicerídios; Transminases (TGO, TGP); Sorologia para Chagas; Raio X do Torax em PA e perfil.

9.4.22. Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

9.5. O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar para a posse no prazo de que trata o subitem anterior perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem de classificação.

**10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O concurso público regido por este Edital terá prazo de validade de 2 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, conforme o disposto no art. 37, inciso III, da Constituição Federal.

10.2. O número de vagas por cargo é inicialmente o constante do **Anexo I** deste Edital, podendo ser alterado em função do surgimento ou criação de novas vagas no decorrer do prazo de validade do concurso público.

10.3. Durante a vigência do Concurso Público, na hipótese de abertura de novas vagas, a relação de classificados será utilizada como Cadastro Reserva, desde que obedecida rigorosamente à ordem de classificação.

10.4. Somente se abrirá novo concurso, antes de expirado o prazo de validade do presente, caso não existam candidatos aprovados e classificados para o preenchimento das vagas oferecidas.

10.5. Ao candidato aprovado recomenda-se manter endereço atualizado junto à Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato durante o prazo de validade deste concurso público, visando auxiliar na sua localização, quando de sua convocação para posse.

10.6. A inscrição do candidato importará no conhecimento prévio deste Edital e na aceitação das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas.

10.7. Todas as vagas oferecidas serão providas durante o período de validade do concurso, havendo número de candidatos aprovados para tanto.

10.8. Será excluído do concurso, em qualquer de suas fases, assegurados os direitos de ampla defesa e do contraditório, o candidato que:

a) apresentar, em qualquer fase documento ou declaração falsa ou inexata.

b) agir com descortesia, violência verbal ou física, ameaçar, constranger ou ofender quaisquer dos membros da Comissão de Fiscalização, ou da equipe de aplicação de provas.

c) for surpreendido no momento da realização das provas em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma vedada neste edital, bem como utilizando livros, cadernos, apostilas, anotações, impressos ou equipamentos eletrônicos.

d) valendo-se da condição de servidor público, tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros.

e) apresentar-se embriagado para a realização das provas.

10.9. As publicações e divulgações oficiais referentes a este concurso público serão afixadas no Quadro de Avisos da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br e no Jornal Oficial da Câmara Municipal, disponível no endereço eletrônico: www.amm.org.br.

10.10. O Edital será publicado no Jornal Oficial da Câmara Municipal, disponível no endereço eletrônico: www.amm.org.br.

10.11. Fica expressamente proibida a participação dos membros da Comissão de Concurso, como candidatos às vagas disponibilizadas no presente concurso.

10.12. Reclamações de candidatos sobre a existência de erro em questões das provas, mesmo que por suposição, somente serão conhecidas quando comunicadas, registradas e assinadas pelo candidato e pelo aplicador de provas, em formulário próprio de ocorrências, disponível para este fim na ocasião da realização da prova.

10.13. Os prazos estabelecidos neste edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos.

10.14. Eventuais modificações introduzidas neste Edital serão levadas ao conhecimento público mediante afixação no Quadro de Avisos e divulgação nos demais veículos referidos no subitem 10.9, podendo a Comissão de Fiscalização utilizar-se de todos os meios de comunicação existentes na região, tais como rádios, faixas, carros de som, televisão, etc., para promover a divulgação de quaisquer atos aditivos necessários ou prestar informações aos candidatos e ao público em geral.

10.15. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo ou legal, é facultada a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo-se, entretanto, durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

10.16. Maiores informações na Câmara Municipal, à Avenida Flavio Luiz, 2060 - Centro, na cidade de Santa Rita do Trivelato ou pelo telefone (66) 3529-6252 das **07h00min às 13h00min**.

10.17. Fazem parte integrante deste edital os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX.

10.18. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Concurso.

10.19. Não serão fornecidas, por via telefônica ou postal, informações quanto à posição dos candidatos na classificação do concurso.

10.20. Todos os horários fixados no presente edital serão os de Mato Grosso.

10.21. Caberá ao Presidente da Câmara a homologação do resultado final do concurso.

Santa Rita do Trivelato, 04 de Maio de 2016.

Presidente da Câmara Municipal: **Vandir Matschinske**

Membro Presidente: **Kelen Fernanda da Silva**

Membro Vice-Presidente: **Junior Cesar da Silva Barbosa**

Membro Secretário: **Claudeci Maria da Silva**

**ANEXO I - DOS CARGOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES**

| Cargo | Vagas | PNE | Total | CH/S | Requisitos do Cargo | Remuneração – R$. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Advogado | 001 | - | 001 | 20 horas Semanais. | Superior específico de Direito, com registro na OAB/MT = Ordem dos Advogados do Brasil. | 5.200,00 |
| Auxiliar Administrativo - I | 001 | - | 001 | 40 horas Semanais. | Ensino Médio Completo. | 1.423,83 |
| Diretor Administrativo | 001 | - | 001 | 40 horas Semanais. | Ensino Médio Completo. | 2.491,69 |
| **Total** | **003** | **-** | **003** | | | |

**ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

**èADVOGADO**: Descrição Sumária: a)Representar a Câmara Municipal nas causas e recursos processados em qualquer instância, bem como prestar Assessoria Jurídica aos diversos setores do Legislativo; b)Descrição e sigilo no uso das suas funções; c)Responsável por todas as atividades jurídicas da Câmara Municipal; d)Assessorar o Presidente e demais Vereadores nos assuntos de natureza jurídica, submetidos a sua apreciação, e)Opinar sobre projetos de lei e demais proposições a serem apreciadas pelo Legislativo Municipal; f)Elaborar minutas de contratos, atender consultas de ordem jurídica relativas ao Poder Legislativo encaminhado pelo Presidente ou demais, Vereadores, emitindo parecer a respeito; h)Representar o Legislativo em Juízo, quando este for autor, réu ou parte interessada, i)Desempenhar outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Chefe do Legislativo, j) Trabalhar trajado de acordo com o decoro da função.

**èAUXILIAR ADMINISTRATIVO – I:** Atender ao público em geral, identificando e averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações e/ou encaminhá-los às pessoas solicitadas. Auxiliar nas tarefas da administração da Câmara Municipal; auxiliar as Comissões e Vereadores no desenvolvimento dos trabalhos legislativos. Executar serviços internos, entregando documentos, mensagens e pequenos volumes, em unidades da própria organização. Assistente de serviços de expedição, comunicação interna e externa; Redigir os atos administrativos, expedientes, atas, resoluções, projetos de lei, etc. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

**èDIRETOR ADMINSTRATIVO:** Supervisionar todo serviço da Casa. Coordenar as funções administrativas, financeira e legislativa; Assessorar o Presidente em todas suas decisões. Assessorar a Mesa e demais vereadores nas questões administrativas, financeira e legislativa. Planejar os investimentos, fazer proposta para LDO, LOA e PPA. Manter vínculos administrativos com o Poder Executivo Municipal. Buscar informações e conhecimento para o funcionamento da Casa. Manter contato com o Tribunal de Contas, visando constante adequação as normas exigidas e o trâmite dos processos da Prestação de contas anuais, esporádicas ou especiais. Buscar sempre soluções ao bom funcionamento do Legislativo Municipal, com integração entre os Vereadores e servidores.

**ANEXO III - DOS PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DA PROVA OBJETIVA**

**CARGO DE NÍVEL MÉDIO**

**èAUXILIAR ADMINISTRATIVO – I.**

**èDIRETOR ADMINISTRATIVO.**

**_LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:** Leitura e interpretação de texto. Noções gerais de gramática. Fonologia - ortografia - acentuação gráfica - estrutura e formação de palavras - verbos: tempo, modo, emprego - substantivos: classificação e emprego - flexão de gênero, número e grau, formação e análise - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau - Pronomes: conceito, classificação - estudo dos numerais - preposição - conjunções - interjeições - Sintaxe: frase, oração, período - pontuação - tipos de frases - complementos verbais e nominais - vozes verbais - orações subordinadas - orações coordenadas - concordância verbal e nominal - regência verbal e nominal - Problemas gerais da língua culta: grafia de palavras e expressões - crase - Derivação prefixal e sufixal - Recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos.

**_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO**: Assuntos ligados à atualidade nas áreas: História, Geografia, Estudos Sociais e Ciências. Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente, Esportiva, Artística, Literária e Social do Brasil. Conhecimentos Gerais de Santa Rita do Trivelato (História, geografia e atualidades). Conhecimentos básicos de informática. **Bibliografia sugerida:** Livros de História, Geografia, Estudos Sociais e Ciências. Jornais, Revistas, Telejornais, site oficial da Câmara Municipal e outros materiais que abrangem o programa proposto.

**_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO – I:** Conceitos básicos de operação de microcomputadores. Sistema Operacional Microsoft Windows: Configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle) Organização de pastas e arquivos. Operações de manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear) Mapeamento de unidades de rede. Editor de Textos Microsoft Word: Criação, edição, formatação e impressão. Criação e manipulação de tabelas. Inserção e formatação de gráficos e figuras. Geração de mala direta. Planilha Eletrônica Microsoft Excel: Criação, edição, formatação e impressão. Utilização de fórmulas. Geração de gráficos. Classificação e organização de dados. Internet: Produção, manipulação e organização de mensagens eletrônicas (email).

**_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO:** Noções sobre Administração Pública: Regime Jurídico Administrativo; a) Legalidade, b) Impessoalidade, c) Publicidade Atos Administrativos; a) Fato Administrativo, b) Atos da Administração. Licitação - Princípios: a) Principio da legalidade, b) Principio da impessoalidade, c) Principio da moralidade e da probidade, d) Principio da publicidade, e) Principio da vinculação ao instrumento convocatório, Modalidade: a) Concorrência, b) Tomada de preço, c) Convite, d) Concurso, e) Leilão, f) Pregão. Servidores Públicos: a) Agentes políticos, b) Servidores públicos, c) Cargo, emprego e função, d) Regime jurídico do servidor. Redação empresarial e oficial. Atos e contratos administrativos. Envio e recebimento de correspondência. Documentação e arquivo. Serviços públicos. Lei de Licitações e Contratos (Lei Complementar nº 101/2000). Conceitos básicos de operação de microcomputadores. Sistema Operacional Microsoft Windows: Configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle) Organização de pastas e arquivos. Operações de manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear) Mapeamento de unidades de rede. Editor de Textos Microsoft Word: Criação, edição, formatação e impressão. Criação e manipulação de tabelas. Inserção e formatação

de gráficos e figuras. Geração de mala direta. Planilha Eletrônica Microsoft Excel: Criação, edição, formatação e impressão. Utilização de fórmulas. Geração de gráficos. Classificação e organização de dados. Internet: Produção, manipulação e organização de mensagens eletrônicas (email).

**CARGO DE NÍVEL SUPERIOR**

**èAdvogado.**

**_LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:** 1 - Interpretação de texto. 2 - Conhecimentos Linguísticos: Fonética: fonemas, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, sílabas, tonicidade. Morfologia: a estrutura da palavra, formação de palavras, as classes de palavras. Ortografia: emprego das letras, acentuação gráfica. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação. Sintaxe: os termos da oração, as orações no período composto, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, ocorrência da crase, colocação de palavras. Semântica: sinonímia e antonímia, homografia, homofonia, paronímia, polissemia. Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

**_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**: Assuntos ligados à atualidade nas áreas: História, Geografia, Estudos Sociais e Ciências. Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Econômica, Científica, Tecnológica, Política, Cultural, Saúde, Meio Ambiente, Esportiva, Artística, Literária e Social do Brasil. Conhecimentos Gerais de Santa Rita do Trivelato (História, geografia e atualidades). Conhecimentos básicos de informática. **Bibliografia sugerida:** Livros de História, Geografia, Estudos Sociais e Ciências. Jornais, Revistas, Telejornais, site oficial da Câmara Municipal e outros materiais que abrangem o programa proposto.

**_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE ADVOGADO:** Direito Constitucional - Constitucionalismo. Constituição: conceito, classificações, interpretação. Poder constituinte. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade dos atos normativos. Organização do Estado. Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário. Das funções essenciais à justiça. Dos direitos políticos. Dos direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias fundamentais e coletivos. Finanças públicas e orçamento. Da ordem econômica e financeira. Da Administração Pública (Art. 37 a 41 CF/88). Do Meio Ambiente (Art. 225 CF/88). Lei federal n.º 9.985, de 18/07/2000. Decreto federal nº. 4340, de 22/08/2002. Direito do Trabalho - princípios. CLT: noções gerais e aspectos pontuais das relações de trabalho. Alteração, interrupção e suspensão do Contrato de Trabalho. Direito do Trabalhador na Constituição Federal. Jornada de Trabalho. Direito Público nas Relações de Trabalho. Convenção e acordo coletivo de trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Terceirização de trabalho na administração pública. Processo do Trabalho - Princípios. Atos, prazos e nulidades no processo de trabalho. Contratos por prazo determinado. Direito Civil - Conceito. Lei de Introdução ao Código Civil. Das pessoas naturais e jurídicas. Dos bens. Dos Fatos Jurídicos. Do negócio jurídico: espécies, manifestação da vontade, vícios da vontade, defeitos do negócio jurídico, invalidade do negócio jurídico. Teoria da imprevisão. Ato jurídico: fato e ato jurídico; modalidades e formas do ato jurídico. Efeitos do ato jurídico: nulidade, atos ilícitos, abuso de direito e fraude à lei. Prescrição: conceito, prazo, suspensão, interrupção e decadência. Direito Processual Civil - Teoria Geral do Direito Processual. Princípios gerais, fontes e interpretação do direito processual civil. Jurisdição, ação, processo e atos processuais. Processo de conhecimento. Procedimento ordinário e sumário. Das provas. Sentença e coisa julgada. Sujeitos da relação processual: partes, litisconsórcio, capacidade de ser parte e de estar em juízo. Mandado de segurança (Lei nº 12.016/2009), recursos em geral: conceitos pressupostos e efeitos. Pedido: petição inicial - requisitos e vícios; pedidos determinados, genérico e alternativo; cumulação de pedidos; interpretação e alteração do pedido. Resposta do réu: contestação, exceção e objeção; carência de ação; litispendência, conexão e continência de causa; exceções processuais: incompetência, reconvenção; revelia execução. Teoria geral da execução, liquidação de sentença, espécies de execução, defesa do executado, suspensão e extinção da execução. Processos nos Tribunais. Ação rescisória, declaração de inconstitucionalidade, uniformização de jurisprudência, recursos. Ação cautelar. Ação popular, Jurisdição e competência. Intervenção de Terceiros. Prazos processuais. Integração da Lei processual. Métodos Interpretativos. Extinção do processo. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência. Medidas liminares. Antecipação dos efeitos da tutela. Arresto, sequestro, caução, busca e apreensão. Consignação em pagamento. Lei nº 1.060/1950. Direito Penal - Dos crimes contra a Administração Pública. Dos crimes contra as finanças públicas. Legislação específica - Lei Orgânica do Município. Constituição do estado de Mato Grosso. Lei Federal nº 12.153, de 22/12/2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

**ANEXO IV - MODELO DE FORMULÁRIO DE TÍTULOS**

| | |
|---|---|
| **Candidato** | |
| **Nº de Inscrição** | |
| **Cargo:** | |

À Comissão de Concurso Público

Concurso Público - Edital nº 001/2016 - Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

Nesta

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos referente a cursos, para o **CONCURSO PÚBLICO**, venho apresentar documentos que atestam minhas qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme disposto no **Edital nº 001/2016**.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, **TODOS AUTENTICADOS**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Concurso Público.

c. Ainda, **DECLARO**, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

d. Documento(s) entregue(s) *(numerar o documento de acordo com o número de ordem especificado abaixo)*:

| ORDEM | TÍTULO *(Especificar)* |
|---|---|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |

| | |
|---|---|
| 6 | |

Em anexo, cópia dos documentos autenticados.

_____, _____de _____ de ____.

_____

Assinatura do candidato

**ANEXO V - CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

| DATA | ATIVIDADE |
|---|---|
| 04/05/2016 | Publicação da íntegra do Edital |
| 09/05/2016 a 13/05/2016 | Período para requisição de isenção da taxa de inscrição |
| 18/05/2016 | Divulgação dos requerimentos deferidos de isenção da taxa de inscrição. |
| 09/05/2016 a 24/05/2016 | Período de Inscrições no endereço eletrônico: www.sydcon.com.br |
| 25/05/2016 | Último dia para Pagamento da Taxa de Inscrição. |
| 27/05/2016 | Divulgação da relação das inscrições |
| 01/06/2016 | Divulgação Local de Realização das Provas Objetivas |
| 05/06/2016 | Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e protocolo dos títulos |
| 06/06/2016 | Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha |
| 10/06/2016 | Divulgação do resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Prova de Título |
| 15/06/2016 | Divulgação do resultado final. |
| 21/06/2016 | Divulgação do Resultado Final Definitivo para homologação pelo Presidente da Câmara |

**ANEXO VI - MODELO DE FORMULÁRIO DE RECURSO**

À Comissão Especial de Concurso
Concurso Público – Edital nº 001/2016 - Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato / MT.

| | |
|---|---|
| **Candidato** | |
| **Nº de Inscrição** | |
| **Cargo** | |

Marque abaixo o tipo de recurso:

| | |
|---|---|
| Edital | Indeferimento do pedido de isenção da Taxa |
| Inscrições (erro na grafia do nome) | Inscrições (omissão do nome) |
| Inscrições (Erro no nº de inscrição) | Inscrições (erro no nº da identidade) |
| Inscrições (erro na nomenclatura do cargo) | Inscrições (indeferimento de inscrição) |
| Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário) | |
| Realização das Provas (Objetiva de Múltipla Escolha ou de Títulos) | |
| Questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (desde que demonstrado erro material) | |
| Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada) | |
| Resultado (erro na pontuação e/ou classificação) | |
| Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____ | |

Digitar ou datilografar ou escrever em letra de forma a justificativa do recurso, de forma objetiva:

Local e data: _____, _____/_____/_____.
Assinatura: _____

**ANEXO VII - MODELO DE PROCURAÇÃO**

**PROCURAÇÃO**

Nome _____, Identidade nº _____, órgão expedidor: _____, CPF nº. _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, _____/_____, CEP: _____, Telefone: _____, Email: _____, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador, o Senhor _____, brasileiro, _____, RG _____, portador do CPF nº _____, Residente a Rua _____nº _____ - Bairro _____, _____/MT, conferindo-lhe poderes especiais para lhe representar junto a Comissão de Concurso Público nº 001/2016 da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura (Igual documento de Identidade)

**ANEXO VIII - REQUERIMENTO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Nome do candidato:_____

Nº da inscrição: _____Cargo: _____

Vem **REQUERER** vaga especial como **PORTADOR DE DEFICIÊNCIA**, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____ Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____.

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

**Dados especiais para aplicação das PROVAS:** (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário).

(...) **NÃO NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

(...) **NECESSITA** DE PROVA ESPECIAL (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Santa Rita do Trivelato/MT, ____/____/____

_____

Assinatura

**ANEXO IX - MODELO DE REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE**

**INSCRIÇÃO REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Nos termos do Edital de Concurso Público nº 001/2016, requeiro a isenção do pagamento da taxa de inscrição:

**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:**

Nome: _____

Cargo Pretendido: _____

Endereço: _____ Nº: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Tel.: (_____)_____Cidade: _____ UF: _____

CPF: _____CTPS: _____ Série: _____ Data Exp.: _____

Carteira de Identidade: _____ E-mail:_____

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:** *Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não comprovem renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo, seja qual for o motivo alegado. *Somente o preenchimento da solicitação de Isenção não implica na efetivação da inscrição, o candidato requerente tem que executar todos os procedimentos exigidos.

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA**

Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição ao Concurso Público, que apresento condição de Hipossuficiência Financeira e que atendo ao estabelecido no Edital nº 001/2016 da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão Examinadora do Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do certame, **podendo adotar inclusive responsabilização criminal contra a minha pessoa**.

Santa Rita do Trivelato/MT, _____ de _____ de 2016.

**Assinatura do Candidato: _____**

| | |
|---|---|
| **Protocolo** | Para uso exclusivo da Comissão Examinadora do Concurso Público:<br>[ ]Deferido<br>[ ]Indeferido |

**DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO**
**PORTARIA Nº 0096/2016 DE 03 DE MAIO DE 2016.**

**PORTARIA Nº 0096/2016**

**DE 03 DE MAIO DE 2016.**

**SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA ROSENEY NUNES ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - **CONCEDER** "licença prêmio" a servidora **ROSENEY NUNES ALMEIDA** com sua vigência de 03/05/2016 A 02/07 /2016.

**Art. 2º** - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Retroagem-se em especial as demais disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE MAIO DE 2016**.

_____

**HUGO GARCIA SOBRINHO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se e Publique-se

Na data supra

Chefe de Gabinete

**COMPRAS E LICITAÇÕES**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 -

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAS PERMANENTES PARA ATENDER A UNIDADE BASICA DE SAÚDE.** Data de abertura: 16/05/2016 as 9:00 min – Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato-MT. O Edital Completo encontra-se a disposição no mural da Prefeitura Municipal.Podendo ser solicitado pelos interressados pelo fone:(65)3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 04 de maio de 2016.

**Artemio Syperreck**

**Pregoeiro**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

**EDITAL COMPLEMENTAR 003/2016**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2016

**A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT,** através da Secretaria Municipalde Educaçãoe Cultura, no uso de suas atribuições legais e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado/Edital nº 01/2016, **convoca** os profissionais constante na listagem abaixo, classificados para os cargos especificados a seguir, para comparecerem, no dia 02/05/2016, das 08h00min às 16h00min, na Secretaria Municipal de Educação, situada à rua 25 s/nº, munido de todos os documentos, conforme Edital de abertura.

| Nome | Formação | Cargo | Total de Pontos |
|---|---|---|---|
| Edilaine Ferreira Leal | Propedêutico | Professora | 14,00 |
| Gleice de Castro Silva Costa | Propedêutico | Professora | 13,00 |
| Welber Pereira Luz | Propedêutico | Professor | 12,50 |
| Eva Ribeiro Apinajé | Propedêutico | Professora | 12,40 |
| Paula Cassia Alves Strutz | Propedêutico | Professora | 12,05 |

| Nome | Cargo | Total de Pontos |
|---|---|---|
| Andresa Elaine Gomes | Apoio Adm. Educacional/Limpeza | 2,10 |
| Nelci da Cunha | Apoio Adm. Educacional/Nutrição | 2,25 |

Santa Terezinha, 29 de abril de 2016.

**LEIA TRINDADE COSTA**

**Presidente da Comissão do Processo Seletivo**

**PORTARIAS FERIAS MAIO 2016**

**PORTARIA N. 027/2016 – ADM**

**DE 20 DE ABRIL DE 2.016**

***VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;*

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Conceder férias ao servidor público sr. **MARCOS DE MELO CIRQUEIRA**, portadotr do CPF n. 923.345.201-87 e RG n. 2137069 SSP/MT, Agente de Vigilancia Sanitária, matricula n. 159, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, referentes aos períodos de 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013, para serem gozadas no período de 1º de maio a 28 de agosto de 2016.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Cumpra-se.**

Santa Terezinha MT, 20 de abril de 2.016.

***Vivaldo Lopes de Oliveira***

***Sec. Administração***

**PORTARIA N. 028/2016 – ADM**

**DE 20 DE ABRIL DE 2.016**

***VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;*

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Conceder férias ao servidor público sr. **LAZARO EDUARDO SOUSA GOMES,** portador do CPF n. 581.968.971-20 e RG n. 903021 SSP/MT, Auxiliar de Serviços, matricula n. 498, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referentes aos períodos de 2013/2014, 201/2015 e 2015/2016, para serem gozadas no período de 1º de maio a 29 de julho de 2016.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Cumpra-se**

Santa Terezinha MT, 20 de abril de 2.016.

**Vivaldo Lopes de Oliveira**

**Sec. Administração**

**PORTARIA N. 029/2016 – ADM**

**DE 25 DE ABRIL DE 2.016**

***VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;*

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Conceder férias ao servidor público sr. **ROBERTO ALVES TEIXEIRA,** portador do CPF n. 191.642.148-26 e RG n. 334403 SSP/MT, Coordenador Geral de Agricultura, matricula n. 868, lotado na Secretaria Agricultura, referente ao período de 2013/20

**Parágrafo Único** – As férias que se refere o artigo 1º terão conversão de 10 (dez) dias em dinheiro com base no artigo 128 Paragrafo 5º da Lei 093/90 de 26/11/1990.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Cumpra-se**

Santa Terezinha MT, 20 de abril de 2.016.

***Vivaldo Lopes de Oliveira***

***Sec. Administração***

**PORTARIA N. 030/2016 – ADM**

**DE 02 DE MAIO DE 2.016**

***VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;*

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Conceder férias ao servidor público sr. **FRANCISCO DE ASSIS GONÇALVES TRINDADE,** portador do CPF n. 232.544.751-00 e RG n. 1164648 SSP/MT, Coordenador Geral de Agricultura, matricula n. 397, lotado na Secretaria Agricultura, referente ao período de 2013/2014, para serem gozadas no período de 02 a 31 de maio de 2016.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Cumpra-se**

Santa Terezinha MT, 02 de maio de 2.016.

***Vivaldo Lopes de Oliveira***

***Sec. Administração***

**PORTARIA N. 031/2016 – ADM**

**DE 02 DE MAIO DE 2.016**

***VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;*

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Conceder férias ao servidor público sr. **ARISTIDES PEREIRA DA SILVA,** portador do CPF n. 232.544.751-00 e RG n. 591.837 SSP/MT, Vigia, matricula n. 188, lotado na Secretaria de Assistencia Social e Cidadania, referente ao período de 2012/2013, para serem gozadas no período de 04 de maio a 03 de junho de 2016.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Cumpra-se**

Santa Terezinha MT, 02 de maio de 2.016.

***Vivaldo Lopes de Oliveira***

***Sec. Administração***

**PORTARIA N. 032/2016 – ADM**

**DE 02 DE MAIO DE 2.016**

***VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;*

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Conceder férias ao servidor público sr. **NEUZINHO MOREIRA DA SILVA,** portador do CPF n. 513.925.261-91 e RG n. 358.075 SSP/MT, Auxiliar de Serviços, matricula n. 013, lotado na Secretaria de Administração, referente ao período de 2006/2007, para serem gozadas no período de 01 a 30 de maio 2016.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/05/2016, revogadas as disposições em contrário.

**Cumpra-se**

Santa Terezinha MT, 02 de maio de 2.016.

***Vivaldo Lopes de Oliveira***

***Sec. Administração***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE ADITIVOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2016**

**1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2016**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: FRED DA SILVA ROCHA ME

CNPJ: 19.534.711/0001-74

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS PARA A "ESCOLA ESTADUAL GERALDO SANTANA DOS SANTOS - COMUNIDADE GLEBA UNIÃO" NA LINHA FAZENDA VILAR/ LOURIVAL**,** (IDA E VOLTA), PERFAZENDO UM TOTAL DIÁRIO DE 205,8 KM/DIA, NOS HORÁRIOS MATUTINOS, VESPERTINO E NOTURNO SEMANALMENTE DURANTE OS 167 (CENTO E SESSENTA E SETE) DIAS RESTANTES DO ANO LETIVO DE 2016, SOB A ORIENTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ASSUNTO: ACRESCIMO/REAJUSTE DE KM RODADO

VALOR DO ADITIVO:20.581,08

VIGÊNCIA: ASS. 01/04/2016 VCTO. 31/12/2016

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2016**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT, torna público aos interessados a Retificação do Edital de Pregão Presencial nº 018/2016 Com Registro de Preço, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, SENDO: 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO, TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4x4, 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO, TIPO PICK-UP CABINE SIMPLES E 01 (UM) VEÍCULO TIPO PASSEIO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT**. Retifica-se no Edital o Termo de Referência Anexo I – Descrição dos Itens. Ficando sua abertura prorrogada para dia 17 de maio de 2016 às 9h00. A alteração feita no Termo de Referência Anexo I, na íntegra poderá ser obtida na Prefeitura Municipal, na Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, centro, Santo Afonso/MT em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou pelo site do município, www.santoafonso.mt.gov.br. Santo Afonso/MT, 03 de maio de 2016. Wenderson Tavares de Menezes - Pregoeiro

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2016**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

**CONTRATADO: MARCELO BORGES DA SILVA**

**CPF:** 960.672.761 - 00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE UM VEÍCULO TIPO CAMINHÃO PARA COLETA E TRANSPORTE DE LIXO DOMESTICOS E ENTULHOS NA GLEBA UNIÃO, NO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO – MT.

**VALOR: R$ 10.800,00**

**VIGÊNCIA:** ASS. 01/04/2016 VCTO. 31/12/2016

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 022/2016**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

**CONTRATADO: RODRIGO DA SILVA MOCHEUTI 22608804870**

CNPJ:23.091.922/0001-57

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFERTA DE EXAMES DE RAIOS - X PARA PACIENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VILA ALTA E POSTO DE SAÚDE PADRE ISIDÓRIO SHINAIDER NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT

**VALOR: R$ 35.200,00**

**VIGÊNCIA:** ASS. 14/04/2016 VCTO. 15/12/2016

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

---

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**TOMADA DE PREÇOS 014/2016 – EDITAL RESUMIDO**

O Município de SANTO AFONSO– MT, com sede administrativa na Rua Pedro Álvares Cabral nº155 – Bairro centro – Santo Afonso- MT, CEP 78425-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação torna público para quem possa interessar, que realizará às **09:00** horas, do dia **19/05/2016**, licitação na modalidade supra citada, do tipo menor preço global, que tem por objetivo **CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIO PUBLICO EM RUAS DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 803414/2014/ MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.** Informação mais detalhada e edital completo poderá ser solicitada no endereço supra mencionado, de segunda a sexta–feira, das 07:00 as 13:00 horas, com a comissão permanente de licitação mediante o pagamento de taxa não reembolsável de R$ 70,00 (setenta reais). SANTO AFONSO- MT, em 03 de maio de 2016. **WENDERSON TAVARES DE MENEZES- Presidente da CPL**

---

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018/2016**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

**CONTRATADO: WALMIR REZENDE DE BRITO 03774429170**

CNPJ: 20.022.550/0001-19

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS PARA OS 180 DIAS DO ANO LETIVO DE 2016 DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MEDIO, DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO - LINHA- AMARELINHO (Escola Estadual “Geraldo Santana dos Santos”- COMUNIDADE GLEBA UNIÃO).

**VALOR: R$ 54.288,00**

**VIGÊNCIA:** ASS. 01/04/2016 VCTO. 31/12/2016

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

---

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 021/2016**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

**CONTRATADO: BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP**

CNPJ:15.264.721/0001-86

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO SOB-REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO POR LOTE PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MICRO REVESTIMENTO A FRIO COM SINALIZAÇÃO NO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO – MT, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº 0243089-81/2007/CAIXA.

**VALOR: R$ 405.939,35**

**VIGÊNCIA:** ASS. 11/04/2016 VCTO. 11/10/2016

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

---

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2016**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

**CONTRATADO: CLAUDEMIR BECKER 81765690110**

CNPJ: 22.250.091/0001-56

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA OS 180 DIAS DO ANO LETIVO DE 2016 DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DO MUNICIPIO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO: LINHA QUIBIQUIRA (ESCOLA ESTADUAL GERALDO SANTANA DOS SANTOS).**

**VALOR: R$ 35.100,00**

**VIGÊNCIA:** ASS. 01/04/2016 VCTO. 31/12/2016

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

---

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2016**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

**CONTRATADO: ROSA MARIA DE SOUZA 482067848487**

CNPJ:23.031.535/0001-25

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS PARA OS 180 DIAS DO ANO LETIVO DE 2016 DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO, LINHA SÃO JOÃO VESPERTINO (ESCOLA ESTADUAL ACADEMICO LAURO AUGUSTO DE BARROS).

**VALOR: R$ 63.741,60**

**VIGÊNCIA:** ASS. 01/04/2016 VCTO. 31/12/2016

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

---

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2016**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

**CONTRATADO: JONILSON REIS DOS SANTOS**

**CPF:** 809.850.171 - 04

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFICO, DESENHO E AUTOCADISTA, NA ELABORAÇÃO DE PLANTAS BAIXAS, CURVA DE NÍVEL E DESNIVEL URBANA E RURAL PARA O MUNICIPIO DE SANTO AFONSO – MT.

**VALOR: R$ 7.920,00**

**VIGÊNCIA:** ASS. 01/04/2016 VCTO. 31/12/2016

SANTO AFONSO/MT, 03 DE MAIO DE 2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
### PORTARIA Nº 67/GP/2016

**PORTARIA Nº 67/GP/2016**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Designar a servidora **JOIRCY APARECIDA TAQUES**, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para responder pelo cargo em Comissão de Assessora Pedagógica, com efeito retroativo a 18 de Abril de 2016.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger-MT, 25 de Abril de 2016.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

**Prefeito Municipal**

### AVISO DE LICITAÇÃO - PRORROGAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 025/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, pelo seu PREGOEIRO, designado pela Portaria n.º 100/2015, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MAIOR LANCE OU OFERTA, objetivando a SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, A GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER – MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Municipal 1. 170/2015, que regulamenta o Pregão Presencial no Município de Santo Antônio de Leverger – MT.

**Os envelopes contendo, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até as 09h00min do dia 18 de maio de 2016, horário local, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger.**

Havendo a necessidade da sessão pública se prorrogar, a mesma se fará nos dias subseqüentes à data de abertura, sempre obedecendo aos horários de funcionamento de expediente do Paço Municipal.

O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço *www.leverger.mt.gov.br*, ou solicitar enviando e-mail para *licitacao@leverger.mt.gov.br.*

Santo Antônio do Leverger – MT, 03 de Maio de 2016.

Claudio do Nascimento

Pregoeiro Port. 100/GP/2015

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
### ATO Nº 144/GP/2016

**ATO Nº 144/GP/2016**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e conforme Processo nº 1563/2016.

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido, o Sr. **CLODOALDO BOM DESPACHO AMORIM DA ABADIA**, do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, nomeado pelo Ato nº 23/GP/2015, matricula nº 4797, a partir de 27 de Abril de 2016.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 27 de Abril de 2016.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
### ATO Nº 146/GP/2016

**ATO Nº 146/GP/2016**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo nº 1635/2016.

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido, a Srª. **DEA DELLA PASQUA REOLON**, do cargo de Odontóloga, lotada no PSF - Unidade de Saúde de Agrovila das Palmeiras, Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pelo Ato nº 129/GP/2014, matricula nº 4603, a partir de 02 de Maio de 2016.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 02 de Maio de 2016.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

### ATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2016

Ato de homologação

pregão PRESENCIAL Nº **013/2016**

**OBJETO: Pregão Presencial para Aquisição e implantação de Uma Academia ao Ar Livre, Conforme Termo de Convênio (Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso), Processo nº. 545426/2016, Plano de Trabalho e Termo de Referência Anexo I do Edital**. Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

**Empresa: MILLA EQUIPAMENTOS METALURGICO EIRELI ME - CNPJ: 10.555.495/0001-79,** com ovalor total de 24.331,00 (vinte e quatro mil trezentos e trinta e um reais).

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Maio de 2016.

**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**

**- Prefeito Municipal-**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Nº 001/2016**

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, realizado em 10/04/2016, tendo o resultado sido homologado em 29/04/2016, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munido dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 03 dias do mês de maio de 2016.

**MIGUEL BRUNETTA*Prefeito Municipal***

**ANEXO I**

| Nº | PROFESSOR CLASSE B |
|---|---|
| 01 | ELITA DE JESUS NASCIMENTO |

| Nº | AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL |
|---|---|
| 01 | VALDENICE OLIVEIRA NASCIMENTO |

| Nº | AGENTE DE SAÚDE |
|---|---|
| 01 | HELENA RODRIGUES DA SILVA |

| Nº | FISCAL SANITÁRIO |
|---|---|
| 01 | RENATA SILVÉRIO CALHÃO |

| Nº | OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS |
|---|---|
| 01 | FLORINDO GOMES MACHADO |
| 02 | EVANDRO FACCO |

**ANEXO II**

**DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016.**

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

**a)** Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

**b)** Comprovante de Residência;

**c)** Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

**d)** Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

**e)** Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

**f)** Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

**g)** Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

**h)** Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

**i)** Fotocópia legível da CNH se for o caso;

**j)** Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

**k)** Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

**l)** Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

**m)** Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

**n)** Declaração de Bens;

**o)** Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

**p)** Outros documentos que a Administração julgar necessário;

**q)** CPF dos pais.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2016 - ACS**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Nº 002/2016 - ACS**

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2016, realizado em 10/04/2016, tendo o resultado sido homologado em 29/04/2016, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos. O candidato estará atendendo a área de abrangência **ZONA RURAL**, conforme conta no Anexo I Integrante do Edital ACS nº 001/201.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo público, o (s) candidato (s) convocado (s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munido dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o (s) o(s) próximo (s) candidato (s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 03 dias do mês de maio de 2016.

**MIGUEL BRUNETTA*Prefeito Municipal***

**ANEXO I**

| Nº | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE |
|---|---|
| 01 | FERNANDA DE SOUZA CONCEIÇÃO |

**ANEXO II**

**DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016.**

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

**a)** Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

**b)** Comprovante de Residência;

**c)** Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

**d)** Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

**e)** Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

**f)** Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

**g)** Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

**h)** Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

**i)** Fotocópia legível da CNH se for o caso;

**j)** Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

**k)** Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

**l)** Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

**m)** Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

**n)** Declaração de Bens;

**o)** Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

**p)** Outros documentos que a Administração julgar necessário;

**q)** CPF dos pais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016 - ACS**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Nº 001/2016 - ACS**

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2016, realizado em 10/04/2016, tendo o resultado sido homologado em 29/04/2016, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos. O candidato estará atendendo a área de abrangência **CENTRO**, conforme conta no Anexo I Integrante do Edital ACS nº 001/201.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo público, o (s) candidato (s) convocado (s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munido dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o (s) o(s) próximo (s) candidato (s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 03 dias do mês de maio de 2016.

**MIGUEL BRUNETTA*Prefeito Municipal***

**ANEXO I**

| Nº | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE |
|---|---|
| 01 | KELMA THAMARA CORRÊA DA SILVA |

**ANEXO II**

**DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016.**

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

**a)** Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

**b)** Comprovante de Residência;

**c)** Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

**d)** Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

**e)** Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

**f)** Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

**g)** Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

**h)** Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

**i)** Fotocópia legível da CNH se for o caso;

**j)** Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

**k)** Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

**l)** Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

**m)** Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

**n)** Declaração de Bens;

**o)** Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

**p)** Outros documentos que a Administração julgar necessário;

**q)** CPF dos pais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**DECRETO N° 024/2016.DE: 02 DE MAIO DE 2016.**

**"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO FERIADO DE CORPUS CHRISTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT**, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com os Art.71, incisos II, IV e VIII c/c artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Considerando as comemorações do feriado de Corpus Christi no dia 26 de maio de 2015;

**DECRETA:**

**Artigo 1º** – **Ponto Facultativo** nos órgãos públicos municipais no dia 27 de maio de 2016.

**Artigo 2º** –O Ponto Facultativo disposto no artigo primeiro será em virtude do feriado nacional de Corpus Christi do dia 26 de maio de 2016.

**Artigo 3º** –Face ao Ponto Facultativo citado no artigo anterior, os órgãos públicos municipais não estarão realizando atendimento ao público na mencionada data.

**Parágrafo Único** – **Os efeitos desse decreto, não abrangerão os serviços da área da saúde e de obras, visto serem serviços essenciais e ininterruptos.**

**Artigo 4º** – **Os servidores públicos municipais cedidos a outros órgãos através de convênios, deverão observar os critérios estabelecidos pelos respectivos órgãos.**

**Artigo 5º** – A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento tomará as providências necessários para o cumprimento deste Decreto

**Artigo 6º** –Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

**EM: 02 DE MAIO DE 2.016**

***MIGUEL JOSÉ BRUNETTA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

***Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.***

***RONALDO MARTINS DE AMORIM***

***GERENTE DE CIDADE***

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2016 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 015/2016**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 011/2015**

**PREGÃO Nº 015/2016**

**VALIDADE 12 (DOZE) MESES**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços públicos,** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) Municipal Sr (a) Edemar Menegassi, RESOLVE registrar os preços da empresa: **BAGETTI & ZANETTE LTDA – CNPJ – 14.769.741/0001-46**, situada na rua primavera nº. 115, Centro, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando aquisição de materiais de construção para fabricação de tubos de concreto armado, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades estimadas e valores constantes na Cláusula Quarta abaixo, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Presencial nº 015/2016 e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber ao Decreto Estadual nº 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1**. Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção para fabricação de tubos de concreto armado conforme solicitação da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

**1.2.** As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 015/2016, parte integrante desta ARP.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO**

**2.1.** Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 852/2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

**3.2.** O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 015/2016 e seus anexos.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS**

**4.1.** Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

| Item | Descrição | Marca | Uni | Qtde | R$ Unit |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | **Saco de Cimento de 50 Kg** | Cauè | Saca | 4.000 | 27,50 |
| 05 | **Pedra Britada Nº. 18** | Geral | MT³ | 580 | 135,00 |
| 07 | **Arame Recosido NR18** | Geral | Kg | 60 | 11,67 |
| 08 | **Luva Raspa Punho** | Wurth | Unid. | 30 | 20,00 |
| 09 | **Rolo de Tela de Aço 3,8 mm Malha 10x20** | Açofer | Unid. | 75 | 972,00 |

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO**

**5.1.** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

**5.2.** Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

**5.3.** Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

**5.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da contratada ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

**5.5.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

**5.6.** Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

**5.7.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

**5.8.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer produto que não esteja em perfeita condição de uso;

5.10. Substituir o produto, as suas expensas, e sob pena de aplicação de sanções cabíveis, desde que solicitado pelo responsável pelo recebimento, eventualmente entregues em desacordo com as especificações do Termo de Referência, ou que apresente vício de qualidade;

5.11. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

5.12. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução do contrato;

5.13. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

5.14. Comprometer-se em entregar produtos de **Boa qualidade**, a expressão de "primeira qualidade" indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior

5.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.17. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.18. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

**CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR**

**6.1.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

**6.2.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

**6.3.** Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

**6.4.** Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

**6.5.** Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

**6.6.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

**6.7.** Paralisar a execução caso os empregados da contratada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**7.2.** A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

**7.3.** O prazo para assinatura da ata de registro será de 02 (dois) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

**7.4.** A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

**7.5.** A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

**7.6.** Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 015/2016;

**7.7.** A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8. 666/93.

**CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A gerência da Ata de Registro ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

**CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**9.1.** Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

**9.1.1.** Ofício solicitando o pagamento;

**9.1.2.** Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

**9.1.3.** Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

**9.1.4.** Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

**9.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

**9.3.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

**9.3.1.** Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

**9.3.2.** Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

**9.4.** A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

**9.4.1.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

**9.4.2.** Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

**9.5.** O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

**9.6.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**10.1.** É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

**10.1.1.** Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

**10.1.2.** Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

**10.2.** Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

**10.3.** Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

**10.4.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**11.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;

**11.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**11.1.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

**11.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

**11.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**11.3.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**11.3.1.** Por razão de interesse público; ou;

**11.3.2.** A pedido do fornecedor.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES**

**12.1.** A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

**12.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

**12.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

**12.2.1.** Advertência por escrito;

**12.2.2.** Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

**12.2.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

**12.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/ c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

**12.3.** Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

**12.3.1.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.4.** Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal De Viação Obras e Serviços Públicos

Ficha: 340

02.09.01.15.452.5011.2062.33.90.30 – Material de Consumo

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

**II.** A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

**III.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 015/2016, seus anexos e a proposta da contratada;

**IV.** É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO**

**15.1.** As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 22 de Abril de 2016.

**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONTRATANTE**

**WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA**

**pregoeiro**

**BAGETTI & ZANETTE LTDA**

**CNPJ – 14.769.741/0001-46**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

### SECRETARIA DE FAZENDA
### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**QUINTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE** nº **018/2013,** que fazPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso e as Empresas **SANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA – ME CNPJ 11.590.186/0001-00** estabelecida na Rodovia MT 175, Nº 175 – Distrito Industrial, CEP 78.285-000, São José dos Quatro Marcos/MT, e a Empresa **P.S. FABRE & CIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 08.054. 991/000160 estabelecida na Av. Presidente Tancredo Naves, s/nº Centro de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto: Prorrogação de Prazo.

### PREFEITURA MUNICIPAL
### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 01/2016

CONVENENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS,** CONVENIADO: **CENTRAL DAS ASSOCIAÇOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS,** OBJETO: Constitui objeto o presente Termo de Convênio apoio financeiro e fomento ao associativismo visando a manutenção das despesas com pessoal, materiais de consumo e prestação de serviço com a Central das Associações de Pequenos Produtores Rurais. Valor: Os recursos repassados mensais serão no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) em 10 (dez) parcelas totalizando R$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais). Inicio **03/03/2016**, Término: **31/12/2016**.

### SECRETARIA DE FAZENDA
### TERMO ADITIVO

**QUINTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE** nº **016/2013,** que fazPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso e as Empresas **CASTRO NETO & CASTRO LTDA - ME CNPJ 05.366.069/0001-57** estabelecida na Rua Rio Grande do Sul, Nº 2409, CEP 78.285-000, São José dos Quatro Marcos/MT e **SANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA – ME CNPJ 11.590.186/0001-00** estabelecida na Rodovia MT 175, Nº 175 – Distrito Industrial, CEP 78.285-000, São José dos Quatro Marcos/MT. Tendo por objeto: Prorrogação de Prazo.

### PREFEITURA MUNICIPAL
### QUARTO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO 04/2014

CONVENENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS,** CONVENIADO: **CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS,** OBJETO: O Município Concedente repassará mensalmente para a Entidade Convenente o valor de R$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais) que será destinado ao pagamento dos agentes prisionais que farão a segurança do local de trabalho em seus turnos de folga, sendo que será feito o rateio de tal valor entre aqueles que efetivamente laboraram naquele mês e de acordo o numero de diárias realizadas por cada um. Inicio **23/02/2016**.

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 002/2015**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016**

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado 002/2015, vem através deste convocar o candidato aprovado no referido Seletivo a comparecer até o dia 10 de Maio de 2016, às 8h, na Secretaria Municipal de Saúde, para apresentar documentação exigida para contratação, conforme descritivo abaixo:

**MOTORISTA:**

2º - Cristiano Pires dos Santos Belotti

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Secretaria Municipal de Saúde convocar imediatamente o posterior, obedecendo à ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos, 04 de Maio de 2016.

**CARLOS ROBERTO BIANCHI**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
### EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2015.

**EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2015.**

**Partes:** O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E

CD CANTEIRO TRANSPORTES - ME.

**Objetivo:** Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 048/2015, passando a ter a seguinte redação:

***CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO***

*O Contratante pagará o valor de R$ 10.652,77 (dez mil seiscentos e cinqüenta e dois reais e setenta e sete centavos) por cada prestação de serviço a ser realizado com caminhão pipa, perfazendo o total de 17 (dezessete) prestações, no montante de R$ 181.097,09.*

Fica acrescido ao valor inicial estabelecido na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n° 048/2015, um percentual aproximado de 23,5% (vinte e três vírgula cinco por cento), que corresponde à importância de R$ 42. 611,08 (Quarenta e dois mil seiscentos e onze reais e oito centavos), correspondente a mais 04 (quatro) prestações de serviços com caminhão pipa, descritos na Planilha da cláusula quarta do Contrato.

**Justificativa**: O referido aditivo justifica-se em função da quantidade de prestação de serviços contratados não ter sido suficiente para atender toda a demanda necessária até o final do contrato. Os caminhões pipas são utilizados na manutenção das bocas de lobos, limpeza, sistema de drenagem de águas fluviais, para molhar as ruas de terras na cidade, diminuindo a poeira. Além disso, a Secretaria utiliza os serviços de caminhão pipa em manutenção de estadas vicinais nas áreas rurais do Município.

**Valor: R$ 42.611,08.**

**Vigência do contrato**: 02/05/2016 AO DIA 26/07/2016.

**Modalidade**: Pregão nº 046/2014

**Secretaria:** Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
### PORTARIA Nº 455/2016

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 072/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 072/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº. 435/2016**

**DATA:** 28 de abril de 2016.

**SÚMULA:** Concede a servidora efetiva CIBELE ROSA GOMES, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, Referência CE-16, Matrícula 8101, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 03 (três) anos.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais e atendendo o disposto na Lei nº 1704/2012, de 03 de julho de 2012, que alterou a Lei nº 254/93;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Conceder a servidora efetiva CIBELE ROSA GOMES, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, Referência CE-16, Matrícula 8101, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 03 (três) anos, nos termos do art. 2º da Lei nº 1704/2012, de 03 de julho de 2012.

Art. 2º. A licença de que trata a presente será computada a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 105/2016**

**DATA:** 29 de Abril de 2016

**SÚMULA:** Indefere a elevação de classe dos servidores que menciona ao Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, e dá outras providências.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica indeferido o enquadramento para elevação de classe no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS dos servidores públicos municipais, listados no Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. O indeferimento supra decorre do não atendimento às disposições contidas na Lei Complementar nº 062/2011, com redação alterada pela Lei Complementar nº 107/2014, de 12 de dezembro de 2014.

Art. 3º. Os servidores poderão recorrer à Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados à partir da publicação do presente Decreto, para a revisão do indeferimento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

**ANEXO I**

| Matricula | Nome | Cargo | Titulo |
|---|---|---|---|
| 7342 | ALEXANDRA MEIRE DA SILVA | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HRS | INDEFERIDO |
| 8609 | ELINES SIMPLICIO PEREIRA | TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40HRS | INDEFERIDO |
| 4983 | JANETE DA SILVA | AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA | INDEFERIDO |
| 1394 | MARLENE DE OLIVEIRA | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40 HORAS | INDEFERIDO |
| 6501 | ROSELAINE MARIA SAUER DIDONE | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40 HORAS | INDEFERIDO |

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 104/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Eleva da *Classe E* para a *Classe F* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, os servidores ocupantes do cargo de Técnico Administrativo Educacional que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e;

**Considerando** o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe F* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS dos servidores públicos municipais ocupantes do cargo de Técnico Administrativo Educacional, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

**ANEXO I**

| Mat. | Nome | Cargo | Da Classe | Para Classe |
|---|---|---|---|---|
| 9280 | IANE JUCHEM | TÉCNICO ADM EDUCACIONAL ESCOLAR40 HS | D | F |
| 472 | MARIA EVA GONÇALVES SIMÕES | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40HS | D | F |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 444/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 061/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 061/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 468/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Torna pública a Entrada em Exercício, no quadro Efetivo, do servidor que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro Efetivo, do servidor que menciona:

| Matricula | Nome | Cargo | CE | Admissão |
|---|---|---|---|---|
| 12192 | ADRIANA ISABEL PINHEIRO | 944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC | 30-02 | 07/04/2016 |
| 12196 | ANA MARIA CHAVES CARVALHO SOUZA MACEDO | 14 - ASSISTENTE SOCIAL | 25 | 08/04/2016 |
| 12189 | ARIENE GOMES FERREIRA AMARAL | 969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS | 29 | 04/04/2016 |
| 12194 | BRUNA DE OLIVEIRA ONEDA | 944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC | 30-02 | 04/04/2016 |
| 12191 | CRISTIANE DE FRANCA TAVARES | 969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS | 29 | 11/04/2016 |
| 12188 | FATIMA MARIZA TEIXEIRA | 969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS | 29 | 04/04/2016 |
| 12195 | FERNANDA DE OLIVERIA COSTA FERAREZE | 944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC | 30-02 | 04/04/2016 |
| 12190 | GERMINA GONCALVES DE OLIVERIA MORETTI | 969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS | 29 | 11/04/2016 |
| 12187 | MARIA HELENA RODRIGUES DE GODOY | 969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS | 29 | 04/04/2016 |
| 12193 | RAFAEL BARBOSA GONCALVES | 944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC | 30-02 | 14/04/2016 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 102/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Eleva da *Classe C* para a *Classe D* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, os servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Coordenação Pedagógica 30hs e 40hs que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e;

**Considerando** o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe D* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS dos servidores públicos municipais ocupantes do cargo de Auxiliar de Coordenação Pedagógica 30HS e 40HS, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

**ANEXO I**

| Mat. | Nome | Cargo | Da Classe | Para Classe |
|---|---|---|---|---|
| 7100 | ELAINE GONZAGA DOS SANTOS | AUX DE COORD PEDAGOGICA 30 HS | C | D |
| 6491 | APARECIDA FATIMA DE OLIVEIRA FERREIRA | AUX DE COORD PEDAGOGICA 40 HS | C | D |
| 8487 | EDSON CARLOS MACHADO | AUX DE COORD PEDAGOGICA 40 HS | C | D |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 101/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Elevada da *Classe C* para a *Classe D* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, os servidores de Apoio Administrativo Educacional que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e;

**Considerando** o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe D* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS dos servidores públicos municipais de Apoio Administrativo Educacional, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

**ANEXO I**

| Mat. | Nome | Cargo | Da Classe | Para Classe |
|---|---|---|---|---|
| 5593 | HILDA ANA ANDERLE | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 2504 | SALETE MARIA MASCHKE | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 1187 | ANA FRANCISCA DE LIMA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 2499 | ODETE PETEAN PEREZ | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 9794 | SUELY GARCIA DA SILVA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 2064 | NAIR HOLDEFER FERNANDES | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 6486 | SUELI RIBEIRO DE MELLO | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 9292 | NEUCELI FUCHS DE OLIVEIRA | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 9254 | ROSANGELA FERREIRA COSTA | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 2622 | ILDA XAVIER DE MORAES | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 2463 | JACINTA KEMPF DIEL | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 9234 | IZABEL SANTOS SILVA | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 7103 | GLADYS APARECIDA DE PAULA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 4095 | ROSILDA DE CARVALHO ALMEIDA | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 2453 | EUNICE DE OLIVEIRA BARBOZA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 2480 | LUZINETE REINALDO DE PONTES | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 9223 | MARCIA DA SILVA MARTINS | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 4056 | ELISANGELA BATISTA DANTAS | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 9326 | MARIA APARECIDA COUTINHO | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 9222 | ZENIY NUNES ALVES | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 2688 | IRIA MARIA GOETTERMS | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 6064 | MARINES DE SOUZA PEREIRA | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 6099 | MARLI SALETE ARBOITO | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 8470 | ANDREIA DOS SANTOS LIMA | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 8894 | MARLUCE NETO DE OLIVEIRA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 6504 | ELENA DE FATIMA FREIRE DA SILVA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 4753 | ALEXANDRA VENANCIO | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 6784 | MARIA PRESTES DIAS | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 4118 | WILSON BEZERRA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 6543 | ELENI SOUZA LIMA GARCIA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 6097 | MARIA DA GRACA COSTA PIRES | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 6144 | EDMAR PEREIRA ROCHA | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 9227 | SONIA DE FATIMA DE OLIVEIRA DE CARVALHO | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 6293 | HIOLANDA FERREIRA DA SILVA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 8501 | TAIS VIRGINIA SOUZA MILHOMEM | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 5331 | CARMEM WELTER LISBOA | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 7887 | MARINEIDE PATRICIA PEDROSO LARA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 8915 | FRANCISCA VERIDIANA VIEIRA DA SILVA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 8467 | CLAUDIA MANTOVANI DA SILVA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 5312 | CLEONICE NIELAND DANZER | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 6854 | ELLEN RUBIA FONSECA FERREIRA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 8131 | NELMA SOUZA COSTA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 8469 | ANGELA MARIA POSSOS FIAMENGHI | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 5620 | CLAUDINEIA DE FATIMA BERRION DE OLIVEIRA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 2490 | MARIA HELENA RODRIGUES DE GODOY | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 8464 | ELENA GIELOV SONNTAG | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 8486 | NEOZILDA DA LUZ | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 4064 | NEUZA QUITERIA DE ANDRADE | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |
| 8476 | MARIA JOSE REINALDO | AUXILIAR DE NUTRICAO | C | D |
| 4121 | DORALICE GONCALVES LIMA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURA | C | D |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 100/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Eleva da *Classe A* para a *Classe C* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, o servidor Auxiliar de Coordenação Pedagógica que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e;

**Considerando** o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe C* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS do servidor público municipal de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

**ANEXO I**

| Mat. | Nome | Cargo | Da Classe | Para Classe |
|---|---|---|---|---|
| 7557 | ADEMIS DA SILVA FERNANDES | AUX. DE COORD. PEDAGOGICO 40 HS | A | C |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 099/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Eleva da *Classe A* para a *Classe C* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, os servidores de Apoio Administrativo Educacional, que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e;

**Considerando** o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe C* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS dos servidores públicos municipais de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

**ANEXO I**

| Mat. | Nome | Cargo | Da Classe | Para Classe |
|---|---|---|---|---|
| 2293 | AGENI MARIANO RODRIGUES | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR | A | C |
| 3519 | IVANILDA DE OLIVEIRA PORTO DOS SANTOS | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR | A | C |
| 3232 | ROSANIA DA SILVA LUCAS JUNCHER | ZELADOR | A | C |
| 10348 | EDIVANIA MARIA DA SILVA | AUXILIAR DE NUTRICAO | A | C |
| 3216 | FATIMA APARECIDA CAPINAN FERREIRA | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTRUTURA | A | C |
| 1356 | NOEMY WILHELM | AUXILIAR DE NUTRICAO | A | C |
| 10285 | LEONETE FERREIRA DE SOUZA | AUXILIAR DE NUTRICAO | A | C |
| 10273 | ELEANE FRACARO | ZELADOR | A | C |
| 7162 | MARIZETE DIAS | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR | A | C |
| 840 | NILDA GONZAGA DOS SANTOS | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR | A | C |
| 9302 | ELSA MARIA GRITTI | MERENDEIRA | A | C |
| 2456 | EVANI DE SOUZA BRITO | AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR | A | C |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 098/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Eleva da *Classe* C para a *Classe D* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, os Professores licenciados em Letras 20hs e 40hs e Professores licenciados em Pedagogia 40hs que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e;

**Considerando** o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe D* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS dos servidores públicos municipais Professores licenciados em Letras 20hs e 40hs e Professores licenciados em Pedagogia 40hs, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta Municipal de Educação

**ANEXO I**

| Mat. | Nome | Cargo | Da Classe | Para Classe |
|---|---|---|---|---|
| 2954 | VERA LUCIA DE OLIVEIRA PEREIRA BUOSE | PROF. LIC. EM LETRAS 20 HS | C | D |
| 3002 | MIGUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA | PROF. LIC. EM LETRAS 40 HS | C | D |
| 2631 | SILVINHA POLONIATO | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40 HS | C | D |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 097/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Eleva da *Classe B* para a *Classe C* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, os professores que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e;

**Considerando** o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe C* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS dos servidores públicos municipais de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta Municipal de Educação

**ANEXO I**

| Mat. | Nome | Cargo | Da Classe | Para Classe |
|---|---|---|---|---|
| 6533 | GUSTAVO DA SILVA MANTOVANELLI | PROF.LIC. ED. FÍSICA-40HS | B | C |
| 8358 | ADRIANA GENOVAY | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40 HS | B | C |
| 8632 | LENIR TEREZINHA DE MOURA | PROF. LIC. EM LETRAS 20 HS | B | C |
| 7573 | SEVERINA MARTA DA SILVA WALKER | PROF. LIC. EM LETRAS 40 HS | B | C |
| 8382 | MARIZA KREINER | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40 HS | B | C |
| 7328 | LETICIA VIEIRA DA SILVA | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20 HS | B | C |
| 8439 | LETICIA VIEIRA DA SILVA | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20 HS | B | C |
| 7914 | MARIA NORMA DORO MELLUZZI | PROF.LIC. LETRAS40HS | B | C |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 096/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Eleva da *Classe A* para a *Classe B* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, o Professor que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e;

**Considerando** o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

**D E C R E T A:**

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe B* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS do servidor público municipal de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

**ANEXO I**

| Mat. | Nome | Cargo | Da Classe | Para Classe |
|---|---|---|---|---|
| 2297 | CLEIDE MARIA COELHO DE OLIVEIRA | PROFESSORA COM MAGISTÉRIO 40 HS | A | B |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 095/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Indefere o aumento de jornada de trabalho de 20 (vinte) horas para 22 (vinte e duas) horas semanais aos Profissionais da Educação Pública Básica que menciona, e dá providências.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Lei Complementar nº 062/2011, de 31 de maio de 2011, com redação alterada pela Lei Complementar nº 121/2016, de 15 de março de 2016, e regulamentada pelo Decreto nº 056/2016, de 18 de março de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica indeferido o requerimento de aumento de jornada de trabalho dos profissionais da Educação Pública Básica do Município de Sinop, relacionados no Anexo I deste Decreto, de 20 (vinte) horas semanais para 22 (vinte e duas) horas semanais.

Art. 2º. O indeferimento de que trata o presente Decreto decorre do não atendimento aos preceitos contidos no Decreto nº. 056/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

**ANEXO I**

**INDEFERIMENTO de Aumento de Jornada de Trabalho de 20 (vinte) para 22 (vinte e duas) horas semanais**

| Matricula | Servidor | Cargo |
|---|---|---|
| 6390 | RIFATE NASCIMENTO DE SOUZA CARVALHO | PROF. LIC. PEDAGOGIA |
| 8273 | MILVA APARECIDA COLETTO | PROF. LIC. PEDAGOGIA |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**DECRETO N°. 094/2016**

**DATA:** 29de abril de 2016

**SÚMULA:** Defere o aumento de jornada de trabalho de 20 (vinte) horas para 22 (vinte e duas) horas semanais aos Profissionais da Educação Pública Básica que menciona, e dá providências.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Lei Complementar nº 062/2011, de 31 de maio de 2011, com redação alterada pela Lei Complementar nº 121/2016, de 15 de março de 2016, e regulamentada pelo Decreto nº 056/2016, de 18 de março de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica deferido o enquadramento dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Sinop, relacionados no Anexo I deste Decreto, cuja jornada de trabalho passa das atuais 20 (vinte) horas semanais para 22 (vinte e duas) horas semanais.

Art. 2º. O aumento de jornada de trabalho de que trata o presente Decreto refere-se aos profissionais que atendem às disposições contidas no §2º do art. 2º do Decreto nº 056/2016, 18 de março de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

**ANEXO I**

**Aumento de Jornada de Trabalho de 20 (vinte) para 22 (vinte e duas) horas semanais**

| Matrícula | Servidor | Cargo |
|---|---|---|
| 7374 | ADRIANI REGINA COLETO CORREIA | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA |
| 5088 | ALEXANDRE RAMPAZO | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA |
| 7175 | CLAUDIZIA PEREIRA DA SILVA LUBKE | PROF. LIC. EM HISTÓRIA |
| 8897 | IVELISE DA CUNHA | PROF. LIC. EM HISTÓRIA |
| 6588 | ISALDETE RIBEIRO DA SILVA | PROF. LIC. EM LETRAS |
| 8615 | LIZETE INÊS DRUS KAMCHEM | PROF. LIC. EM LETRAS |
| 7602 | MARIA APARECIDA DE MELO BACO RIBEIRO | PROF. LIC. EM GEOGRAFIA |
| 2980 | MARIA DE FATIMA ALMEIDA MARASINI | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA |
| 2497 | NAIR RECH ABATI | PROF. LIC. EM LETRAS |
| 5311 | PAULO SERGIO DA SILVA | PROF. LIC. EM HISTÓRIA |
| 9312 | ROSÂNGELA APARECIDA ALVES MARTINEZ DE OLIVEIRA | PROF. LIC. EM LETRAS |
| 4099 | ROSY CALLEGARI LASKOSKI | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA |
| 7823 | SUELI COSTA DE CAMPOS SOUZA | PROF. LIC. EM CIÊNCIAS |
| 8272 | SUZANA PAULA MARQUES | PROF. LIC. EM LETRAS |
| 7937 | TEREZA MARIANA DA CRUZ | PROF. LIC. EM LETRAS |
| 5603 | VIVIANE VIETMEIER NICOLI DE ALMEIDA | PROF. LIC. EM LETRAS |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 445/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 062/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 062/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 446/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 063/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 063/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 447/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 064/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 064/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 448/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 065/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 065/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 449/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 066/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 066/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 450/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 067/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 067/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 451/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 068/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 068/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 452/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 069/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 069/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 453/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 070/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 070/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 454/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 071/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 071/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 436/2016**

**DATA:** 28 de abril de 2016

**SÚMULA:** Destitui a servidora que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Destituir a servidora que menciona, conforme Lei Complementar nº. 062/2011, a partir de 04 de abril de 2016, conforme segue:

| MATRIC. | NOME | CARGO | INSTITUIÇÃO |
|---|---|---|---|
| 8128 | FRANCILI SARDINHA GALHARDO | SECRETÁRIO ESCOLAR ELETIVO | CMEI TODA GENTE |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 456/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 073/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 073/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 457/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 074/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 074/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 458/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 075/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 075/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 459/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 076/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 076/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 460/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 077/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 077/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**LEI COMPLEMENTAR Nº 127/2016**

**DATA:** 03 de maio de 2016

**SÚMULA:** Revoga a Lei Complementar nº 125/2016, de 19 de abril de 2016, e dá outras providências.

**JUAREZ ALVES COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º. Revogar a Lei Complementar nº 125/2016, de 19 de abril de 2016, que dispõe sobre a transação e o parcelamento de créditos fiscais no Mutirão de Negociação do Ano de 2016.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 03 de maio de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**LEI COMPLEMENTAR Nº. 126/2016**

**DATA: 03 de maio de 2016 SÚMULA: Modifica a Lei Complementar nº. 096/2013, de 18 de dezembro de 2013, e dá outras providências.**

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º. Esta Lei Complementar modifica a Lei Complementar nº 096/2013, de 18 de dezembro de 2013, que instituiu o Código Sanitário.

Art. 2º. Fica alterado o item "Óticas e Laboratórios de Óticas" do Anexo II – Descrição das Atividades de Inspeções Sanitárias – Inspeção Sanitária em Serviços de Saúde – Alvará Sanitário - da Lei Complementar nº 096/2013 que passa a vigorar conforme disposto no Anexo Único da presente Lei Complementar.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 03 de maio de 2016.

JUAREZ COSTA

**Prefeito Municipal**

**ANEXO ÚNICO**

**ANEXO III**

| DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE INSPEÇÕES SANITÁRIAS | TAXAS UR's |
|---|---|
| **Inspeção Sanitária em Serviços de Saúde** | **Alvará Sanitário** |
| ÓTICAS | 200 |
| LABORATÓRIOS DE ÓTICAS | 400 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 461/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 078/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 078/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 462/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 079/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 079/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016 SRP 031/2016**

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 024/2016, SRP 031/2016, referente: **Contratação de empresa especializada em confecção de uniformes esportivos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude.** Empresa Vencedora: **IMPACTO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÔES LTDA - ME. CNPJ/MF:** 08.952.092/0001-11. Item:01, 02, 03, 05, 06. **STAMP DISTRIBUIDORA DE MALHAS LTDA. CNPJ/MF:** 36.932.978/0001-39. Item:07. **TUBARÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME. CNPJ/MF:** 03.044.174/0001-44**.** Item:04. H**omologado em 03 de Maio de 2016.**

**Marcello Pavan**

Pregoeiro – Portaria 168/2016

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 485/2016**

**DATA:** 02 de maio de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora que menciona, a partir do dia 01 de maio de 2016:

| MATRIC. | NOME | CARGO | CE | DESIGNAÇÃO | CC |
|---|---|---|---|---|---|
| 7359 | MARCIA CRISTINA LOPES HERNANDORENA | EDUCADOR SOCIAL | 67 | COORDENADOR DE COMPRAS | 08 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de maio de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 484/2016**

**DATA:** 02 de maio de 2016

**SÚMULA:** Instaura Processo Administrativo Sancionador – PAS, para análise do pedido de dispensa de fornecimento de item pela empresa, detentora da Ata de Registro de Preços nº 335/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 110/2015.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando** as disposições contidas na Instrução Normativa nº 063/2016, aprovada pelo Decreto nº 063/2016, de 29 de março de 2016, que trata do Processo Administrativo Sancionador – PAS;

**Considerando** expediente da empresa L. L. DIEL PAPELARIA LTDA;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sancionador – PAS, para análise do pedido da empresa L. L. DIEL PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.815.632/0001-64 detentora da Ata de Registro de Preços nº 335/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 110/2015, para dispensa do fornecimento, e consequente cancelamento, de produtos que especifica.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis à pedido, caso seja necessário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de maio de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 483/2016**

**DATA:** 02 de maio de 2016

**SÚMULA:** Constitui Comissão de Sindicância destinada a apurar fatos ocorridos na Creche Municipal do Camping Club da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

Considerando expediente da Secretaria Municipal de Administração;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Constituir uma Comissão de Sindicância, composta pelos servidores Nilton Matsui, Miriã Elizabet Serraglio de Souza e Elisangela Souza Santos para, sob a presidência do primeiro, apurarem os fatos ocorridos na Creche Municipal do Camping Club da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, referente ao sumiço de um notebook da marca HP de cor preta, no início do ano de 2016.

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias, para apresentação do relatório de todos os fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 216 da Lei nº. 254/93.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial a Portaria nº. 377/2016, de 08 de abril de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de maio de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº. 482/2016**

**DATA: 02 de maio de 2016.**

**SÚMULA**: Autoriza a utilização do entorno do Estádio Municipal Massami Uriu para a realização de feira multifuncional denominada *"Hora do Café"*.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no §4º do art. 117 da Lei Orgânica Municipal – LOM;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º. Autorizar a utilização da parte externa do Estádio Municipal Massami Uriu para realização de feira multifuncional denominada *"Hora do Café"*.**

Art. 2º. A realização do evento de que trata o artigo 1º, acontecerá no dia 07 de maio, sábado, no período compreendido das 08:00 hs as 17:00 horas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de maio de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 481/2016**

**DATA:** 02 de maio de 2016

**SÚMULA:** Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 087/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 087/2016, oriunda do Pregão Presencial nº 021/2016 – SRP 026/2016, referente à *"Contratação de Empresa para fornecimento, execução e instalação de Materiais de Visualização, atendendo a necessidade das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Juciane de Souza Ribeiro, matrícula nº 7229 – Secretaria Municipal de Administração;

II – Joel Meyer, matrícula nº 9129 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

III – Silvia Cristina Villar Borges de Oliveira, matrícula nº 10871 – Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano;

IV – Mário Henrique de Souza, matrícula nº 10372 – Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de maio de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 480/2016**

**DATA:** 02 de maio de 2016

**SÚMULA:** Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 086/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 086/2016, oriunda do Pregão Presencial nº 021/2016 – SRP 026/2016, referente à *"Contratação de Empresa para fornecimento, execução e instalação de Materiais de Visualização, atendendo a necessidade das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Juciane de Souza Ribeiro, matrícula nº 7229 – Secretaria Municipal de Administração;

II – Joel Meyer, matrícula nº 9129 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

III – Silvia Cristina Villar Borges de Oliveira, matrícula nº 10871 – Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano;

IV – Mário Henrique de Souza, matrícula nº 10372 – Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de maio de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 479/2016**

**DATA:** 02 de maio de 2016

**SÚMULA:** Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 085/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 085/2016, oriunda do Pregão Presencial nº 021/2016 – SRP 026/2016, referente à *"Contratação de Empresa para fornecimento, execução e instalação de Materiais de Visualização, atendendo a necessidade das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Juciane de Souza Ribeiro, matrícula nº 7229 – Secretaria Municipal de Administração;

II – Joel Meyer, matrícula nº 9129 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

III – Silvia Cristina Villar Borges de Oliveira, matrícula nº 10871 – Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano;

IV – Mário Henrique de Souza, matrícula nº 10372 – Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de maio de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 478/2016**

**DATA:** 02 de maio de 2016

**SÚMULA:** Designa os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 084/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 084/2016, oriunda do Pregão Presencial nº 021/2016 – SRP 026/2016, referente à *"Contratação de Empresa para fornecimento, execução e instalação de Materiais de Visualização, atendendo a necessidade das Secretarias Municipais"*, conforme segue:

I – Juciane de Souza Ribeiro, matrícula nº 7229 – Secretaria Municipal de Administração;

II – Joel Meyer, matrícula nº 9129 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

III – Silvia Cristina Villar Borges de Oliveira, matrícula nº 10871 – Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano;

IV – Mário Henrique de Souza, matrícula nº 10372 – Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 02 de maio de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 477/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Transfere para a inatividade, a servidora MARLI TEREZINHA DA SILVA BOGO.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora MARLI TEREZINHA DA SILVA BOGO, ocupante do cargo Técnico de Higiene Dental, matrícula 3036, Referência CE-16, a partir de 04.04.2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 476/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Transfere para a inatividade, a servidora MARINES SCATAMBULI.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora MARINES SCATAMBULI, ocupante do cargo Zelador, matrícula 1774, Referência CE-05, a partir de 04.04.2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 475/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Transfere para a inatividade, a servidora SEBASTIANA VICENTE TOGNON.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora SEBASTIANA VICENTE TOGNON, ocupante do cargo Prof. Lic. Em Pedagogia 40 h, matrícula 6451, Referência CE-29, a partir de 20.04.2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 474/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Exonera, do quadro temporário, a servidora que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Exonerar, do quadro temporário, a servidora que menciona:

| MAT | NOME | CARGO | CE | EXONERAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 11632 | JOCASTA MARIA SCANDIUSSI | PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS – INT | 29 | 19.04.2016 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 473/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Exonera, a pedido do quadro comissionado, a servidora que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro comissionado, a servidora que menciona:

| MAT | NOME | CARGO | CC | EXONERAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 10784 | ANDREIA APARECIDA DE OLIVEIRA | ASS. DIV. DE PORT. DEFICIENC. E IDOSO | 05 | 29.04.2016 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 472/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Exonera, a pedido do quadro comissionado, a servidora que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro comissionado, a servidora que menciona:

| MAT | NOME | CARGO | CC | EXONERAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 10869 | SUZE LAURA DA SILVA | COORD. DE DIV. DE HABILITAÇÃO | 06 | 25.04.2016 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 471/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Exonera, a pedido do quadro efetivo, os servidores que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro efetivo os servidores que menciona:

| MAT | NOME | CARGO | CE | EXONERAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 11854 | MIRIAM GONCALVES DA COSTA VIEIRA | 6 - AGENTE DE SERVICOS DE SAUDE | 08 | 26/04/2016 |
| 9288 | PEDRO HENRIQUE GUIMARAES DA SILVA SIQUEI | 135 - ENFERMEIRO 40 HS | 25 | 18/04/2016 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 470/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Exonera, a pedido, do quadro temporário, os servidores que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro Temporário, os servidores que menciona:

| MAT | NOME | CARGO | CE | EXONERAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 12145 | IARAN GIMENES DE OLIVEIRA | 1034 - PROF. LIC. EM ED. FISICA 30 HS - TEMP | 29 | 26/04/2016 |
| 12012 | WERNER FELIPE BECKER DEMARTINI | 972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP | 31 | 01/04/2016 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 469/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Torna pública a Entrada em Exercício, no quadro TEMPORARIO, dos servidores que mencionam.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro Temporário, dos servidores que mencionam:

| Matricu | Nome | Cargo | CE | Admissão |
|---|---|---|---|---|
| 12221 | ADRIANA OLIVEIRA LANGUE | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 12/04/2016 |
| 12219 | APARECIDA MARIA ALVES FERREIRA | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 12/04/2016 |
| 12214 | CARLOS ROBERTO ZARTH | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 15/04/2016 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 12202 | CELIANE RIBEIRO DA SILVA | 972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR | 31 | 01/04/2016 |
| 12201 | DANIELLY DOS SANTOS ROCHA | 972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR | 31 | 01/04/2016 |
| 12226 | DIEYSE MARLY SERODIO SANTANA | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 12/04/2016 |
| 12220 | ERICA SABRINA DOS SANTOS BARBOZA | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 12/04/2016 |
| 12209 | GELSA OLIVEIRA SEHNEM | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 01/04/2016 |
| 12197 | JOICE RAMOS DA SILVA | 971 - AUXILIAR DE NUTRICAO - TEMP | 29 | 01/04/2016 |
| 12204 | JUVENAL SOUSA SILVA | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 01/04/2016 |
| 12206 | LIDIA GAIESKI | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 01/04/2016 |
| 12218 | LUIZA FONSECA DOS SANTOS GAUDENCIA | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 13/04/2016 |
| 12208 | MARCIA VERONICA GONCALVES | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 01/04/2016 |
| 12217 | MARCILENE DO NASCIMENTO SILVA DE PAULA | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 13/04/2016 |
| 12215 | MARIA ADELAIDE SILVEIRA DA SILVA | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 14/04/2016 |
| 12205 | MARIA CONCEICAO THEODORO | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 01/04/2016 |
| 12207 | MARIA LUCIA TEIXEIRA BORGES BRITO | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 01/04/2016 |
| 12212 | MAYLA LUZIA ALGAYER PELUSO | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 01/04/2016 |
| 12199 | NATALICIO ELIAS DE ANDRADE | 972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR | 31 | 04/04/2016 |
| 12211 | NILZA NEIRE DA SILVA SANTOS | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 01/04/2016 |
| 12203 | PRICILA GONCALVES DA SILVA | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 01/04/2016 |
| 12216 | RAISSA LAMPERT OSMARI | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 29 | 13/04/2016 |
| 12198 | ROSANA APARECIDA CELERI DA SILVA | 971 - AUXILIAR DE NUTRICAO - TEMP | 31 | 13/04/2016 |
| 12210 | SIMONE EMI KAVASOKO | 970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT | 31 | 01/04/2016 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 467/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Destitui os servidores que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Destituir os servidores que menciona, a partir de 30 de abril de 2016, conforme segue:

| MATRIC. | NOME | CARGO | CC |
|---|---|---|---|
| 5032 | VANUSA APARECIDA SERPA MARTINELLI | SUPERV. DEPTO. DE PROCESSOS LICITATÓRIOS | 08-A |
| 4998 | ADRIANO DOS SANTOS | COORDENADOR DE COMPRAS | 08 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 466/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 083/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 083/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 465/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 082/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 082/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 464/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 081/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 081/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 463/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 080/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 080/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 443/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 060/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 060/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 442/2016**

**DATA:** 29 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 059/2016.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora ADELAIDE CRISTINA BERTI, matrícula nº 7356, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 059/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 007/2016 – SRP 019/2016, referente à *"Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos."*.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 441/2016**

**DATA:** 28 de abril de 2016

**SÚMULA:** Concede cessão do servidor abaixo relacionado, com ônus para órgão de origem, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Unidade de Sinop-MT.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º. Conceder cessão do servidor abaixo relacionado, com ônus para órgão de origem origem, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Unidade de Sinop-MT, conforme segue:

| MATR. | NOME | CARGO | CE |
|---|---|---|---|
| 5008 | JOACYR DE JESUS OLIVEIRA | MÉDICO VETERINÁRIO | 25 |

Art. 2º. A cessão de que trata a presente portaria será pelo período compreendido de 01 de abril de 2016 a 04 de abril 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 440/2016**

**DATA:** 28 de abril de 2016

**SÚMULA:** Nomeia, no quadro comissionado, o servidor que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, o servidor que menciona, conforme segue:

| NOME | CARGO | CC | NOMEAÇÃO |
|---|---|---|---|
| JOÃO HENRIQUE BORGES MAYER | CH. DIVISÃO DE FINANÇAS | 05 | 25.04.2016 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 439/2016**

**DATA:** 28 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa as servidoras que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar as servidoras que menciona, a partir do dia 04 de abril de 2016, conforme Lei Complementar nº. 062/2011:

| MATRIC. | NOME | CARGO | INSTITUIÇÃO |
|---|---|---|---|
| 12194 | BRUNA DE OLIVEIRA ONEDA | SECRETÁRIO ESCOLAR ELETIVO | CRECHE UNIÃO |
| 12195 | FERNANDA DE OLIVEIRA COSTA FERAREZE | SECRETÁRIO ESCOLAR ELETIVO | CRECHE DE TODA GENTE |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 438/2016**

**DATA:** 28 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora que menciona, a partir do dia 07 de abril de 2016, conforme Lei Complementar nº. 062/2011:

| MATRIC. | NOME | CARGO | INSTITUIÇÃO |
|---|---|---|---|
| 12192 | ADRIANA ISABEL PINHEIRO | SECRETÁRIO ESCOLAR ELETIVO | CRECHE ALTO DA GLÓRIA |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 437/2016**

**DATA:** 28 de abril de 2016

**SÚMULA:** Designa a servidora que menciona.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designar a servidora que menciona, a partir do dia 01 de abril de 2016, conforme Lei Complementar nº. 062/2011:

| MATRIC. | NOME | CARGO | INSTITUIÇÃO |
|---|---|---|---|
| 4128 | CLARICE TERESINHA CIELO DOS SANTOS | COORDENADOR PEDAGÓGICO | EMEB ANA CRISTINA DE SENA |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de abril de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL COMPLEMENTAR 062/2016 - P S 006/2015 - CONVOCAÇÃO SEMAS**

**EDITAL COMPLEMENTAR 062/2016**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015**

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**1.** Para que compareçam na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de atividades e local de trabalho:

**I - Dia 04/05/2016 às 13:00min para atribuição de local de trabalho:**

| **879 -ENTREVISTADOR SOCIAL** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Nº** | **Nome** | **Data Nasc.** | **Prova de Títulos** | **Prova Objetiva** | **Total** | **Resultado** |
| 6 | 197388 | IGOR ROBERTO VIEIRA DE PAULA | 05/08/1994 | 0,00 | 44 | 44,00 | CLASSIFICADO |
| **770 -ORIENTADOR SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL** | | | | | | | |
| | **Nº** | **Nome** | **Data Nasc.** | **Prova de Títulos** | **Prova Objetiva** | **Total** | **Resultado** |
| 4 | 198224 | QUEILA RAMOS BATISTA | 14/10/1980 | 0,00 | 60 | 60,00 | CLASSIFICADO |

**II.** Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 05/05/2016 e 06/05/2016 das 08:00 ás 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com **cópia e original:**

**a)** Comprovante de Escolaridade;

**b)** Carteira Nacional de Habilitação – CNH “D” para o cargo de motorista;

**c)** Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

**d)** Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**e)** Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

**f)** Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

**g)** Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

**h)** Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

**i)** Comprovante de residência;

**j)** Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

**k)** Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

**l)** Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

**m)** Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

**n)** Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

**o)** CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

**p)** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

**q)** Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

**r)** Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

**s)** Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

**t)** Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

**u)** Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

**2.** O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

**3.** Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de maio de 2016.

**Prof. Fábio Martins Junqueira**

**Prefeito Municipal**

**Maria das Graças Souto**

**Secretária Municipal de Administração**

**Aguinaldo Garrido**

**Secretário Municipal de Assistência Social**

**SAMAE**
**AVISO DE RESULTADO - PREGÃO 013/2016/SAMAE**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 013/2016/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO (HIDRÁULICO E ESTRUTURAL – FUNDAÇÃO E TANQUE METÁLICO) COMPOSTO POR PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, MEMÓRIA DE CÁLCULO QUANTITATIVO, ART E ORÇAMENTO DETALHADO, BEM COMO A INVESTIGAÇÃO DA RESISTÊNCIA DO SOLO, ATRAVÉS DE SONDAGEM PELO MÉTODO STANDART PENETRATION TEST (SPT) COM FORNECIMENTO DE ART, PARA FINS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA METÁLICO DE 3. 000 M³ NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA MT,** a empresa **PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 03.155.687/0001-22.**

Tangará da Serra/MT, 03 de Maio de 2016.

**Pablo Rodrigo Perez Selle**

**Pregoeiro do SAMAE**

**SAMAE**
**RETIFICAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO 020/2015/ SAMAE**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que conforme Rescisão Contratual com a empresa **A.V.S. - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 02.786.562/0001-38,** que havia vencido os itens 03, 04, 05 e 07,foram convocadas as segundas colocadas dos respectivos itens e que se sagraram como vencedoras no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 020/2015/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA A REALIZAÇÃO DE NOVAS LIGAÇÕES E SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS DANIFICADOS,** a empresa **FAE - FERRAGENS E INDÚSTRIA DE HIDRÔMETROS S/A, CNPJ: 07.281.413/0001-30,** para o item 03, a empresa **SAGA MEDIÇÃO LTDA CNPJ: 08. 026.075/0001-53,** para os itens 04 e 05, e a empresa **LAO INDÚSTRIA LTDA, CNPJ: 00.946.219/0001-88,** para o item 07.

Tangará da Serra/MT, 02 de Maio de 2016.

**EDINÉIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA**

**Coordenadora do Setor de Licitação - SAMAE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL COMPLEMENTAR 002/2016 - P S 001/2015 - CONVOCAÇÃO**

**EDITAL COMPLEMENTAR 002/2016**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015**

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 001/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Administração.

**1.** Para que compareçam na Secretaria Municipal Administração no Departamento De Pessoal, situada na Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados a atribuições de atividades e local de trabalho:

**I - Dia 04/05/2016 às 13h00min para atribuição e atividades e local de trabalho:**

| **1053-INSTRUTOR DE OFICINA TECLADO, VIOLÃO E CORAL - ASSIST. SOCIAL** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **INSCRIÇÃO Nº** | **NOME** | **PROVA OBJETIVA** | **SITUAÇÃO** |
| **5** | 32 | RICHARD GUILHERME DE SOUZA GONÇALVES | 50 | CLASSIFICADO |
| **1055-INSTRUTOR DE ARTES PLASTICAS, DESENHO E PINTURA - ASSIST. SOCIAL** | | | | |
| **Nº** | **INSCRIÇÃO Nº** | **NOME** | **PROVA OBJETIVA** | **SITUAÇÃO** |
| **4** | 24 | JAQUELINE SOARES BATISTA | 50 | CLASSIFICADO |

**II.** Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 05/05/2016 e 06/05/2016 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com **cópia e original**:

**a)** Comprovante de Escolaridade;

**b)** Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

**c)** Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**d)** Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

**e)** Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

**f)** Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

**g)** Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

**h)** Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

**i)** Comprovante de residência;

**j)** Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

**k)** Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

**l)** Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

**m)** Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

**n)** Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

**o)** CPF dos filhos maiores de 14 anos;

**p)** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

**q)** Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

**r)** Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

**s)** Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

**t)** Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

**u)** Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

**v)** Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “D”, para os cargos de Motorista;

**2.** O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

**3.** Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de maio de 2016.

**Prof. Fábio Martins Junqueira**

**Prefeito Municipal**

**Maria das Graças Souto**

**Secretária Municipal de Administração**

**Aguinaldo Garrido**

**Secretário Municipal de Assistência Social**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL COMPLEMENTAR 063/2016 - P S 006/2015 - CONVOCAÇÃO SEMEC**

**EDITAL COMPLEMENTAR 063/2016**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015**

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**1.** Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

**I - Dia 04/05/2016 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:**

| **657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Nº** | **Nome** | **Data Nasc.** | **Prova de Títulos** | **Prova Objetiva** | **Total** | **Resultado** |
| 128 | 198297 | MARIA LUCIA DUARTE FREITAS | 27/01/1971 | 12,50 | 24 | 36,50 | CLASSIFICADO |
| 129 | 198521 | OLIRIA FIRMINO DOS SANTOS | 15/06/1971 | 0,00 | 36 | 36,00 | CLASSIFICADO |
| 130 | 873 | DEBORA GONCALVES RAMOS | 11/05/1975 | 12,00 | 24 | 36,00 | CLASSIFICADO |
| 131 | 197420 | ELVIRA ADELIA GOMES GONÇALVES SILVEIRA | 24/10/1981 | 3,00 | 32 | 35,00 | CLASSIFICADO |

**II.** Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **05/05/2016 e 06/05/2016** das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

**a)** Comprovante de Escolaridade;

**b)** Carteira Nacional de Habilitação – CNH “D” para o cargo de motorista;

**c)** Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

**d)** Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**e)** Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

**f)** Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

**g)** Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

**h)** Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

**i)** Comprovante de residência;

**j)** Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

**k)** Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

**l)** Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

**m)** Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

**n)** Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

**o)** CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

**p)** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

**q)** Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

**r)** Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

**s)** Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

**t)** Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

**u)** Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

**2.** O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

**3.** Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de Maio de 2016.

**Prof. Fábio Martins Junqueira**

**Prefeito Municipal**

**Maria das Graças Souto**

**Secretária Municipal de Administração**

**Adriano Alves Fernandes**

**Secretário Municipal de Educação e Cultura**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

**EXTRATO DA 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015**, originado do Processo Licitatório sob nº 042/2015 - Pregão Presencial nº 031/2015 – Registro de Preços – Objeto:AQUISIÇÕES EVENTUAIS E FUTURAS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. Vigência: **02/12/2015 a 01/12/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 31 de março de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

### PORTARIA N° 081/2016

Designa servidor para integrar a Comissão de Assuntos Fundiários de Âmbito Municipal como Membro Titular, em substituição de membro afastado.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade da manutenção da composição dos membros titulares e suplentes, representantes do Município de União do Sul na Comissão de Assuntos Fundiários de Âmbito Municipal, vinculada à Diretoria do Foro da Comarca de Cláudia – MT;

Considerando ainda o afastamento do Sr. Enio Alves da Silva, que exonerou-se desta Prefeitura Municipal, ficando assim desvinculado da Comissão acima mencionada;

Diante do acima exposto;

RESOLVE:

Art. 1° - Designar o servidor Sr. DIRCEU OSVALDO RODRIGUES para Membro Titular da COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DE ÂMBI-

TO MUNICIPAL junto à Diretoria do Foro da Comarca de Cláudia, Estado de Mato Grosso, representante do Poder Executivo Municipal de União do Sul, em substituição do membro afastado Sr. Enio Alves da Silva. Parágrafo Único. Com a designação de substituto na forma do caput, os representantes do Poder Executivo Municipal de União do Sul na supramencionada comissão são os seguintes servidores: 1) – Sr. DIRCEU OSVALDO RODRIGUES – Membro Titular; 2) – Sr. ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO – Membro Suplente; 3) – Sr. MARCELO CORREA – Membro Suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, em 03 de maio de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 082/2016**

Aprova o Regimento Interno da 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais;

Considerando a importância das etapas municipais da 6ª Conferência das Cidades em nível Nacional – 1ª Conferência Municipal das Cidades em União do Sul;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno da Etapa Municipal de União do Sul (1ª Conferência da Cidade de União do Sul) referente a 6ª Conferência Nacional das Cidades, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 02 de maio de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Portaria nº 082/2016)

REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA DA CIDADE (1ª) DE UNIÃO DO SUL

CAPITULO I DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º - São objetivos da 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT**:**

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade uniãosulense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade de União do Sul-MT;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, e;

IV - propiciar e estimular a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município.

Art. 2º - A 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT, convocada através do Decreto Municipal nº 1.007/2016 terá as seguintes finalidades:

I - indicar prioridades de atuação para a União, Estado e Município;

II – Se à época tiver o Conselho da Cidade constituído, eleger as entidades municipais que comporão o Conselho da Cidade, para o período de Março de 2017 a Fevereiro de 2020 (correspondente ao triênio 2017/2019), conforme Regimento Nacional.

CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 3º - A 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT**:** terá como temática: “A Função Social da Cidade e da Propriedade”, e; como lema: “Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas”.

Art. 4º - Os eixos do debate, assim como a metodologia a ser aplicada na 6ª Conferência da Cidade (1ª) deUnião do Sul-MT, seguira o apresentado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO

Art. 5º - A 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT **:**será composta de painéis, grupos de discussão e plenárias.

Art. 6º - A 6a Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT**:** produzirá um relatório final, a ser encaminhado à Comissão da 6ª ConferênciaNacional das Cidades e à Secretaria de Estado de Cidades.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Administração promoverá sua publicação e divulgação junto à sociedade e às esferas de governo.

Art. 7º - O processo da 6ª Conferência da Cidade de União do Sul-MT terá etapas, em consonância com este Regimento.

Art. 8° - As etapas da 6ª Conferência das Cidades serão realizadas nos seguintes períodos (Anexo III):

I - Etapa Municipal, de 1º de janeiro de 2016 a 5 de julho de 2016;

II - Etapa Estadual, de 1º de novembro de 2016 a 31 de março de 2017, e;

III - Etapa Nacional, de 05 a 09 de junho de 2017, em Brasília-DF.

§1º - A Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional das Cidades será realizada em Brasília;

§2º - A etapa estadual será realizada em Cuiabá-MT;

§3º - A não realização da etapa Municipal prevista, impedirá o município de participar da etapa Estadual;

§4º - O respeito aos prazos previstos para a realização da Conferência Municipal é condição à participação das respectivas delegadas e delegados para a Etapa Estadual;

Art. 9° - A 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT, que será integrada por representantes eleitos na forma prevista neste Regimento e, consequentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar das políticas de desenvolvimento urbano.

§ 1º - A 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT, tratará de temas de âmbito Municipal;

§ 2º - Todas as delegadas e delegados com direito a voz e voto, presentes à 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito municipal I e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo;

§ 3º - Os debates, proposições, e os documentos de todas as etapas da 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT, devem se relacionar diretamente com o temário, objetivos e lema definido por este Regimento.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

Art. 10 - A 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT será presidida pela Titular da Controladoria Interna municipal e, na sua ausência ou impedimento eventual, por um integrante da Coordenação Executiva da 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT.

Art. 11 - A organização e realização da 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT será conduzida pela Controladora Interna senhora Roseli Engster Zanqui.

Parágrafo Único - Os membros que compõem a Comissão Organizadora da 6ª Conferência da Cidade de (1ª) União do Sul-MT estão relacionados no Anexo II deste Regimento.

Art. 12 - Compete à Comissão Preparatória da 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT:

I - dar cumprimento às deliberações do Conselho Estadual das Cidades;

II - coordenar, supervisionar, e promover a realização da 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT, atendendo os aspectos técnicos, políticos e administrativos;

III – utilizar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões no processo da 6ª Conferência da Cidade (1ª) deUnião do Sul-MT;

IV - elaborar o relatório final da 6ª Conferência Nacional das Cidades da Cidade (1ª) de União do Sul-MT;

V **-** utilizar a metodologia de sistematização Nacional para as contribuições e as propostas aprovadas na Conferência Municipal.

VI - adotar o Regimento Nacional e Estadual, no que se refere ao âmbito Municipal, definindo data, local e pauta;

VII - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Estadual;

VIII – a Comissão Preparatória Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda organização e realização da etapa municipal;

IX – planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal;

X - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência das Cidades;

XI - prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura, excetuando as capitais dos estados, que terão carga horária mínima de 12 horas, excluindo a cerimônia de abertura;

XII - ao final da Conferência Municipal das Cidades, elaborar o relatório, de acordo com o modelo disponível no sitio da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 30(trinta) dias após a realização da conferência;

XIIII - preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 30 dias após a realização da Conferência, e;

XIV - encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

Parágrafo Único - O número de delegadas e delegados reservados está estabelecido pelo Regimento da respectiva Conferência Estadual, conforme Anexo I.

Art. 13 - Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comisão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

CAPÍTULO V

DAS DELEGADAS E DOS DELEGADOS

Art. 14 - A composição de delegadas e delegados na 6ª Conferência da Cidade (1ª) de União do Sul-MT, deve respeitar os seguintes segmentos e respectivos percentuais:

I - gestores, administradores públicos e legislativos – estaduais e municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e;

VI – Organizações Não Governamentais com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

§ 1º - Todas as entidades dos segmentos deverão ter atuação fim na área de desenvolvimento urbano conforme segue:

a) Poder Público Estadual - gestores, administradores públicos e legislativo estadual - são os representantes de órgãos da administração direta, empresas públicas, fundações públicas e autarquias em seus respectivos níveis, e membros do Legislativo: deputados;

b) Poder Público Municipal - gestores, administradores, servidoras (es) e funcionárias (os) públicas (os) municipais - são os representantes de órgãos da administração pública direta e indireta, representantes das entidades municipalistas de caráter nacional e membros do Legislativo: Vereadores;

c) Movimentos Populares – são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

d) Trabalhadores – representantes de suas entidades sindicais (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais);

e) Empresários – empresas vinculadas às entidades de caráter estadual representativas do empresariado, inclusive cooperativas, voltadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

f) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa – entidades de âmbito nacional e estadual representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, assim como associações nacionais de ensino e pesquisa. Enquadram-se, também, neste segmento os conselhos profissionais (regionais ou federais). Em todos os casos a representação do segmento deve estar vinculada a questão do desenvolvimento urbano, e;

g) Organizações Não Governamentais - para fins do ciclo de conferências das cidades o segmento de Organizações Não Governamentais é formado por associações civis ou fundações (art. 44, I e III, do Código Civil 2002), para fins não econômicos, formalmente constituídas há no mínimo 2 anos, que têm por finalidade estatutária a atuação no campo do desenvolvimento urbano, comprovado mediante apresentação de estatuto no ato da inscrição para a conferência municipal.

§ 2º - Conselhos temáticos, municipais, estaduais e nacionais bem como Orçamentos Participativos não constituem segmentos, visto que são instâncias institucionais representativas de vários segmentos sociais;

§ 3º - Não se enquadram nos segmentos acima descritos partidos políticos, igrejas e seus movimentos de base, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos, Lions, lojas maçônicas e Rotary, corpo discente de universidades, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras, xenófobas, entre outras.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 15 - As despesas com a organização da 6ª Conferencia da Cidade (1ª) de União do Sul ocorrerão por conta da Secretaria Municipal de Administração e outros advindos de patrocínio, se houver.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 – Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

Nº de Delegados(as) a serem eleitos na Conferência da Cidade de União do Sul-MT **:**

| NOME DO MUNICÍPIO | POP | Poder Público Municipal | Movimentos Sociais | Empresários | Trabalhadores | Profis. Acadêmicos e Cons. Classe | Ong´s | Nº Del |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| União do Sul | 3.551 | 01 | 01 | 0 | 0 | 0 | 0 | 02 |

ANEXO II

Membros da Comissão preparatória da 6ª Conferência da Cidade de União do Sul-MT

| Comissão Preparatória da 6ª conferencia das Cidades | |
|---|---|
| MEMBRO | SEGMENTO |
| Vanderlei Telles | Poder Publico Municipal - Adm |
| Talita Stella | Poder Publico Municipal – Servidora Saúde |
| Geniffer Edite Marcon | Poder Publico Municipal – Psicóloga |
| Luciana Dias dos Santos | Poder Publico Municipal - ACS |
| Luciani Regina Bulla | Poder Publico Municipal – Sec. Saúde |
| Luciana Werner Bilhalva | Poder Publico Municipal - Advogada |
| Edinaldo Cardoso de Sousa | Poder Publico Municipal - ACE |

| | |
|---|---|
| Genivaldo Gomes | Poder Publico Municipal - Engenheiro |
| Lucineire Abreu da Conceição | Poder Publico Municipal - ACS |
| Keila Alves de Abreu | Poder Publico Municipal - Adm |
| Adriano Alves | Empresários - Radialista |
| Elisangela Ranakoski | Empresários - Lojista |
| Maria Cléia Ribeiro | Trabalhadores – Escritório Contábil |
| Djani Pissaia | Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa - acadêmico |
| Janice Dallalíbera | Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa |

Órgãos Convidados:

INDEA – MT

- Valtuir Camilo.

CLUBE DA TERCEIRA IDADE - RENASCER

- Madalena Cacemiro de Carvalho Oliveira.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE UNIÃO DO SUL

- Zilma Porfiro.

POLICIA CIVIL

- Bruno Caetano Moro – Investigador.

POLÍCIA MILITAR

- Cabo Edilson Mauro Ferreira.

ANEXO III

PROGRAMAÇÃO

- Dia 18/05/2016

- LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL

AV. CURITIBA – CENTRO

UNIÃO DO SUL – MT

| Conferência | |
|---|---|
| 07h00min | Credenciamento |
| 08h00min | Cerimônia de Abertura |
| 08h30min | Painel Expositivo (TCE) |
| 09h30min | Intervalo |
| 09h45min | Leitura e Votação do Regulamento |
| 10h00min | Palestra com o tema: Gestão Pública e Controle Social (TCE) |
| 11h00min | Palestra com o Tema: Habitação |
| 11h30min | Palestra com o Tema: Regularização Fundiária |
| 12h00min | Almoço |
| 13h00min | Palestra com o Tema: Acessibilidade/Mobilidade |
| 13h30min | Palestra com o tema: Saneamento |
| 14h00min | Apresentação e Sistematização das Propostas nos Grupos de Estudos |
| 15h00min | Plenária Final – Priorização das Propostas para Conferencia Estadual das Cidades |
| 15h45min | Intervalo |
| 16h00min | Leitura das Propostas que irão para Conferencia Estadual |
| 16h30min | Eleição dos Delegados |
| 17h30min | Encerramento |

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015**, originado do Processo Licitatório sob nº 009/2015 - Pregão Presencial nº 007/2015 – Registro de Preços – Objeto:PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EM GERAL, POR HORA TRABALHADA, COMPREENDENDO SERVIÇOS DE COVEIRO, MANUTENÇÃO NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E LIMPEZA DE TERRENOS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO DE PONTES. Vigência: **18/03/2015 a 17/03/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 31 de março de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015**, originado do Processo Licitatório sob nº 013/2015 - Pregão Presencial nº 009/2015 – Registro de Preços – Objeto:AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE IMPRESSOS, CARIMBOS E OUTROS MATERIAIS DE GRÁFICA. Vigência: **26/03/2015 a 25/03/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal

nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 31 de março de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015**, originado do Processo Licitatório sob nº 014/2015 - Pregão Presencial nº 010/2015 – Registro de Preços – Objeto:AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE TONNERS, CARTUCHOS DE TINTA, PÓ PARA TONNER, CHIP PARA TONNER E SERVIÇOS DE RECARGA DE TONNERS E CARTUCHOS DE TINTA. Vigência: **26/03/2015 a 25/03/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 31 de março de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2015**, originado do Processo Licitatório sob nº 024/2015 - Pregão Presencial nº 016/2015 – Registro de Preços – Objeto: EVENTUAIS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM. Vigência: **12/06/2015 a 11/06/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 31 de março de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015**, originado do Processo Licitatório sob nº 026/2015 - Pregão Presencial nº 017/2015 – Registro de Preços – Objeto: FORNECIMENTO FUTURO E EVENTUAL DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS. Vigência: **30/06/2015 a 29/06/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 31 de março de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL**

**EXTRATO DA 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015**, originado do Processo Licitatório sob nº 037/2015 - Pregão Presencial nº 027/2015 – Registro de Preços – Objeto:FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE HORAS DE SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO E HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS. Vigência: **02/09/2015 a 01/09/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 31 de março de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

**RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Processo n.370613/2016. O Secretário Adjunto de Viação e Obras solicita** Aquisição de aparelho manual para desobstrução de rede de esgoto e águas pluviais com 50 mts de comprimento composto de 25 varetas em aço cromo sílico ø 8mm x 2mts com engate rápido (macho e fêmea), 01 ponta sem fim, 01 ponta recuperadora, 01 ponta helicoidal, 01 manivela e 01 chave para desacoplar.Como se vê o ato se Justifica para realização dos serviços de limpeza e manutenção das redes de águas pluviais, fazendo necessária a presente dispensa de licitação com respaldo no art. 24 da Lei n. 8.666/93 inciso II , inciso II da lei municipal 4.092/2015. **D. Procuradoria opina pela viabilidade da aquisição conforme fls. 50/53.Diante disso, ratifico a comunicação de dispensa do Sr. Luiz Carlos Sampaio, Secretário Adjunto de Viação e Obras, no valor de R$$ 1.700,00 (um mil, setecentos reais), da empresa** PRODUTOS SAP LTDA – EPP**, portadora do CNPJ n.** 01.377.293/0001-93**, para** Aquisição de aparelho manual para desobstrução de rede de esgoto e águas pluviais com 50 mts, de comprimento composto de 25 varetas em aço cromo sílico ø 8mm x 2mts com engate rápido (macho e fêmea), 01 ponta sem fim, 01 ponta recuperadora, 01 ponta helicoidal, 01 manivela e 01 chave para desacoplar**.Dê-se publicidade e cumpra-se. Várzea Grande-MT, 03 de maio de 2016.** Luiz Celso Morais de Oliveira,Secretário Municipal de Viação e Obras.

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

| MATRICULA | SERVIDOR CONTRATADO | INICIO | RESCISÃO | CARGOS | SALÁRIO BASE | FINALIDADE CONTRATO | AMPARO LEGAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2041/01 | JÉSSICA ROBERTA DE OLIVEIRA CAMPOS | 02/05/2016 | 30/06/2016 | AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS | 880,00 | PRESTAÇÃO SERVIÇO | DECRETO 64/2014 |
| 2042/01 | ELIZABETH ZIELASKO | 02/05/2016 | 30/06/2016 | AUXILIAR SANEAMENTO | 880,00 | PRESTAÇÃO SERVIÇO | DECRETO 64/2014 |

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, 03 de Maio de 2016.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente DAE/VG.

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE**
**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016**

**RECONHEÇO, a contratação por meio de dispensa de licitação, considerando a orientação disposta no Parecer Jurídico nº 050/2016, que está fundamentado no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93. OBJETO: Formalização de Contrato de Locação de imóvel urbano, para instalação do escritório comercial do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, localizado no ''PARQUE DO LAGO'', nº 04, quadra 46, no Município de Várzea Grande-MT, conforme Termo de Referência nº 006/2016.**

**PROCESSO** Nº: 011/2016

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 2069, Fonte: 999, Elemento de Despesa: 3.3.90.39, Grupo de Despesa: 3.**

**VALOR**: R$2.000,00 (Dois mil reais) mensais.

Várzea Grande, 03 de maio de 2016.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

**Diretor Presidente – DAEVG**

**PORTARIA Nº 289/2016**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 373491/2016,

**RESOLVE**:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (01/08/2015 a 01/08/2017) concedido à servidora **JANETE RODRIGUES DE SOUZA FRANCISCO,** Matrícula 21306, exercendo o cargo de Professor I a IV, **retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito retroativo a partir de 27/04/2016.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de maio de 2016.

***Marcos Rodrigues da Silva***

***Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD***

**PORTARIA Nº 59, DE 22 DE ABRIL DE 2.016.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAUDE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, a saber, artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Que as unidades de saúde denominadas Policlínicas (unidades regionalizadas) servirão de base para veículos/ambulâncias para **transporte exclusivo** de pacientes para unidades de Urgência /Emergência.

**§ 1º** A responsabilidade para uso dessas ambulâncias é da Gerencia da unidade de saúde durante o expediente normal.

**§ 2º** Durante o expediente, a Gerência poderá atender**, inclusive**, solicitações das Unidades Básicas de Saúde da área de abrangência de cada Policlínica.

**§ 3º** As UBS (Unidades Básicas de Saúde) são portas de entrada para casos de urgência /emergência, conforme normatização do Ministério da Saúde.

**§ 4º** Fica determinado que fora do horário de expediente, feriados e finais de semana, as ambulâncias serão baseadas no pátio da Prefeitura Municipal sob responsabilidade da Gerencia de Transportes da SMS/VG. **Art.**

**2º** A Unidade de Pronto Atendimento também contará com 01(uma) ambulância, quando entrar em funcionamento.

**Parágrafo Único** A ambulância que trata o caput, será disponibilizada durante 24 horas por dia, para atendimento dos usuários da unidade aqui tratada, ficando sob responsabilidade da Direção da mesma, e dispensando-se o recolhimento ao pátio da Prefeitura Municipal.

**Art. 3º** Fica vedado qualquer tipo de utilização dos referidos veículos, para qualquer outra finalidade, sob pena, de serem responsabilizados, os dirigentes locais, até o limite de sua conduta, seja ela culposa ou dolosa, nos termos da legislação vigente.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

Várzea Grande – 26 de abril de 2.016

_____

Luiz Soares

Secretário de Saúde/VG

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

| MATRICULA | SERVIDOR CONTRATADO | INICIO | RESCISÃO | CARGOS | SALÁRIO BASE | FINALIDADE CONTRATO | AMPARO LEGAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1942/01 | LISSANDRO RAFAEL BASTOS ASSIS | 26/08/2015 | 02/05/2016 | OPERADOR SIT. ÁGUA ESGOTO | 880,00 | PRESTAÇÃO SERVIÇO | DECRETO 64/2014 |
| 1829/01 | THAIANE CRISTINA ESCOBAR | 01/10/2014 | 02/05/2016 | AUXILIAR SANEAMENTO | 880,00 | PRESTAÇÃO SERVIÇO | 001/2014 |
| 1798/01 | KATYLAINE CRYSTIANE COSTA E SILVA | 01/10/2014 | 02/05/2016 | ATENDENTE COMERCIAL | 880,00 | PRESTAÇÃO SERVIÇO | 001/2014 |
| 1982/01 | ANDRE PHILIPE DE SOUZA FERREIRA | 23/11/2015 | 02/05/2016 | FISCAL CORTE | 880,00 | PRESTAÇÃO SERVIÇO | DECRETO 64/2014 |

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

várzea Grande, 03 de maio de 2016.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente DAE/VG.

**PORTARIA Nº 294/2016**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 353439/2016,

**RESOLVE:**

Averbar em favor da servidora **ELIANE RIBEIRO DA SILVA**, Matrícula 13322, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Agente Administrativo, o tempo de serviço prestado conforme certidão de Tempo de Contribuição do INSS n° 10001100.1.00109/12-0, prestados à APEMAT Associação de Poupança e Empr. MT no período de **13.03.1979 a 31.07.1979,** Unicard Banco Múltiplo S.A. no período de **01.11.1979 a 31.12.1979** e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no período de **29.05.1980 a 20.01.1982,** no total de **804 (oitocentos e quatro) dias**, correspondendo a **02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 10 (dez) dias líquidos, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de maio de 2016.

**Marcos Rodrigues da Silva**

**Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD**

**PORTARIA Nº 288/2016**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 368770/2016,

**RESOLVE**:

Conceder ao servidor **LUIZ CARLOS SILVA PINHEIRO,** Matrícula 29590, exercendo o cargo de Operador de Xerox, lotado na Secretaria Municipal de Administração, **01 (um) ano de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, com efeitos retroativo a vigorar a partir de **01/04/2016 a 01/04/2017.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de maio de 2016.

***Marcos Rodrigues da Silva***

***Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD***

**EXTRATO CONTRATO N. 039/2016**

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa AÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA ME - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 16.793.330/0001-11. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos da Lei nº. 8.666/1993, art. 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013, e Decreto nº. 61/204, acréscimo ao parágrafo 3º do art. 53 do Decreto nº. 09/2010, vinculados a Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 049/2016 oriundo do Pregão Presencial nº 142/2015, da Prefeitura Municipal de Sorriso – Mato Grosso, conforme descrito no Edital e seus Anexos, na proposta da Contratada, no Termo de Referência nº. 02/2016 da Secretária Municipal de Assistência Social. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições privado e as estabelecidas neste termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 367486/2016. OBJETO: Tem por objeto fornecimento de equipamentos, eletrodomésticos e utensílios de cozinha, destinados a Secretária Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT e suas unidades. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global de R$ 61.357,02 (sessenta e um mil trezentos e cinquenta e sete reais e dois centavos). UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.214. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0999. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.214. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMETO E MATERIAL PERMANENTE. FONTE: 0999. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.234. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0302. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.234. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMETO E MATERIAL PERMANENTE. FONTE: 0302. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. P/A: 2.213. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0302. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. P/A: 2.213. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0999.** UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. P/A: 2.213. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE. FONTE: 0999. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. P/A: 2.213. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE. FONTE: 0302. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 1.278. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0999.

UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 1.278. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE. FONTE: 0999. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 2.094. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0302. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 2.094. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERNAMENTE. FONTE: 0302. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. P/A: 1.399. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERNAMENTE. FONTE: 0999. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 2.112. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0302. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.244.0042. P/A: 1.087. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERNAMENTE. FONTE: 0302. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 2.146. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0302.** UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 2.113. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0302. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 1.402. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0302.** UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 1.483. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0302. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 1.303. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL CONSUMO. FONTE: 0307.** VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prazo em que a CONTRATADA deverá entregar os itens do objeto integralmente, de acordo com as necessidades da Secretaria, podendo ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que designa neste ato, a Senhora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, portadora da cédula de identidade RG n°. 503087 SSP/MT, inscrito no CPF n°. 362.092.101-63, Matrícula nº. 011346.

DATA DE ASSINATURA: 29.04.2016.

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretária Municipal de Assistência Social – PMVG/MT

AÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA – ME - EPP

Contratada

**PORTARIA Nº 292/2016**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 373414/2016,

**RESOLVE**:

**Art. 1º -** Conceder a servidora **CREUZA PEREIRA DE ARAUJO**, Matrícula 9125, exercendo o cargo de Agente de Desenvolvimento Econômico e Social, lotado na Secretaria Municipal de Administração, **08 (oito) dias de Licença para ausentar-se do serviço Público em virtude de casamento**, conforme Artigo 108, III, a), da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar no período de **28/04/2016 a 05/05/2016.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de maio de 2016.

***Marcos Rodrigues da Silva***

***Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD***

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**EXTRATO DE FÉRIAS**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE**

**EXTRATO DE FÉRIAS**

Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao mês de MAIO de 2016, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar n° 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

| Matricula | Servidor | Vínculo | Período Aquisitivo | Período de Gozo |
|---|---|---|---|---|
| 1678/01 | Ademilson Barros dos Santos | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 553/01 | Ailton Marcos Santana Almeida | Efetivo | 2013/2014 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1721/01 | Ary Benedito de Magalhães | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1710/01 | Cleiton Domingos de Paula | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 577/01 | Doraci Oneide da Silva | Efetivo | 201/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1863/01 | Elvis Paes de Arruda | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 517/01 | Francisney de ampos Galvão | Efetivo | 2013/2014 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1693/01 | Hamplys Mazily de Arruda | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1794/01 | Mariana Aparecida Ricardo Silva | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1755/01 | Ney Vieira da Silva | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1694/01 | Olimpio Ribeiro da Silva Filho | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 511/01 | Paulo Biasim | Efetivo | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1702/01 | Reginaldo Batista de Oliveira | Contrato | 2014/2014 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1815/01 | Rosiane Abreu da Silva | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1761/01 | Sergio Oliveira Santos | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |
| 1691/01 | Willian de Souza Espinosa | Contrato | 2014/2015 | 01/05/2016 a 30/05/2016 |

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 03 de Maio de 2016

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente DAE/VG.

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 034/2014**

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Senhora ELIANE SOLANGE DE SOUZA PIRES, devidamente inscrita no CPF sob o n°. 536.367.321.53. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada no art. 57, II da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883/94 e art. 51 da Lei nº. 8.245/1991, oriundo do PROCESSO GESPRO Nº. 365161/2016. OBJETO: Tem por objeto aditar no Contrato de Locação de Imóvel nº. 034/2014 a "Cláusula Terceira - Dos Prazos e Suas Prorrogações", o item 4.1 e 4.2 da "Cláusula Quarta – Do Valor e Da Dotação Orçamentária" e a "Cláusula Oitava – Do Acompanhamento e da Fiscalização", referente à locação de 01 (um) imóvel urbano do tipo residencial, localizado na Rua Salim Nadaf, nº. 186, Bairro Centro – Várzea Grande/MT, CEP: 78110-500, destinado exclusivamente ao funcionamento do CREAS POP para atender as necessidades deste Município. VALOR GLOBAL: O valor global de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a serem pagos mensalmente o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais). UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.214. ND: 3.3.90.36.00.00.00 – OST PF. FONTE: 0999. VIGÊNCIA: Terá vigência prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo

de vigência do Contrato Principal, produzindo seus efeitos a partir de seu vencimento (10/04/2016). FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para este ato, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 503 087 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº. 362.092. 101-63, Matrícula 011346.

DATA DE ASSINATURA: 08.04.2016.

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretaria Municipal de Assistência Social PMVG/MT

ELIANE SOLANGE DE SOUZA PIRES

Locadora

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE ADENDO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 006/2016 PROCESSO 008/2016**

**O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG**, por meio da Pregoeira oficial designada pela Portaria nº 013/2016, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados a **inclusão do Anexo I (Memorial Descritivo de Poço Tubular), ao Termo de Referência 006/2016,** obedecendo aos princípios inerentes à Administração, a isonomia, a imparcialidade e a competitividade.

O Anexo I – Memorial Descritivo, encontra-se disponível no site www.daevg.com.br.

Várzea Grande, 03 de maio de 2.016

ELISANGELA MARIA DE AMORIM

**Pregoeira DAE/VG**

**AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N.12/2016**

**REGISTRO DE PREÇO**

GESPRO 344452/2015: O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.12/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS E PROTETORES DE RODAS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS E MOTOCICLETAS QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, CONFORME EDITAL E ANEXOS. A**, foi** ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 27/04/2016, sagrando-se vencedora as empresas abaixo relacionada.

**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 19/2016**

**Validade: 12 (doze) meses.**

**ALIANÇA IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PNEUS LTDA-EPP**
**CNPJ N. 17.036.928/0001-29**

| Item | Unid | Descrição do produto | Quant | Marca | V. Unit | V. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Unid | Câmara de ar nova, para pneu de motocicleta, aro 18 traseiro, embalagem: com dados de identificação do produto e marca do fabricante. | 35 | MAGNUM | 21,00 | 735,00 |
| 7 | Unid | Pneu radial referencia 225/70, aro 15, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 66 | BRIGDGESTONE/ FIRESTONE/DURAVISR630 | 338,00 | 22. 308,00 |
| 8 | Unid | Pneu radial referencia 245/75, aro 16, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 60 | BRIGDGESTONE/ FIRESTONE/DESTINATION | 578,00 | 34. 680,00 |
| 12 | Unid | Pneu radial referencia 900, aro 20, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 10 | BRIGDGESTONE/ FIRESTONE/T545 | 1. 059,00 | 10. 590,00 |
| 13 | Unid | Pneu radial referencia 1000, aro 20, 16 lonas, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 15 | BRIGDGESTONE/ FIRESTONE/ FS557 | 1. 220,00 | 18. 300,00 |
| 15 | Unid | Protetor para pneu aro 20. | 10 | CARRETEIRO | 26,00 | 260,00 |
| **R$ 86.873,00 (OITENTA SEIS MIL OITOCENTOS SETENTA TRÊS REAIS)** | | | | | | |

**D. P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E ORRACHAS-EPP**
**CNPJ N. 21.711.134/0001-90**

| Item | Unid | Descrição do produto | Quant | Marca | V. Unit | V. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | Unid | Pneu radial referencia 12.5/80, aro 18, 12 lonas, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 4 | TITAN/SURE GRIP LUG L-3 | 960,00 | 3. 840,00 |
| 6 | Unid | Pneu radial referencia 215/75, aro 17,5, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 127 | SAILUN/ S637 | 619,00 | 78. 613,00 |
| 9 | Unid | Pneu radial referencia 275/80, aro 22,5, 16 lonas, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 120 | FATE/SR 200 | 1. 240,00 | 148. 800,00 |
| 10 | Unid | Pneu radial referencia 295/80, aro 22,5, 16 lonas, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 200 | FATE/SR 200 | 1. 270,00 | 254. 000,00 |
| 11 | Unid | Pneu radial referencia 750, aro 16, 12 lonas, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 20 | GOODYEAR/ G32 | 550,00 | 11. 000,00 |
| **R$ 496.253,00 (Quatrocentos e noventa seis mil duzentos e cinquenta três reais)** | | | | | | |

Várzea Grande – MT 27 de Abril de 2016

**VIVIAN DANIELLE DE ARRUDA E SILVA PIRES**

**Secretária de Administração**

**CONTRATADAS:**

**ALIANÇA IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PNEUS LTDA-EPP**

CNPJ n. 17.036.928/0001-29

**D. P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS –EPP**

CNPJ n. 21.711.134/0001-90

**AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N.12/2016**

**REGISTRO DE PREÇO**

GESPRO 344452/2015: O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.12/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS E PROTETORES DE RODAS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS E MOTOCICLETAS QUE COMPÕEM A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, CONFORME EDITAL E ANEXOS. A**, foi** ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 27/04/2016, sagrando-se vencedora a empresa abaixo relacionada.

**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 20/2016**

**Validade: 12 (doze) meses.**

**JB COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS EIRELLI-EPP**
CNPJ n. 20.831.339/0001-47

| Item | Unid | Descrição do produto | Quant | Marca | V. Unit | V. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | Unid | Câmara de ar nova, aro 18, para aplicação em pneu 12.5/80, embalagem: com dados de identificação do produto e marca do fabricante. | 4 | Jabuti/TR15 | 80,90 | 323,60 |
| 3 | Unid | Câmara de ar nova, aro 20, para aplicação em pneu 1000, embalagem: com dados de identificação do produto e marca do fabricante. | 10 | Jabuti/TR78A | 88,00 | 880,00 |
| 5 | Unid | Pneu radial referencia 19.5, aro 24, 12 lonas, não remoldado e não recauchutado, com garantia mínima de 12 meses a partir da entrega. O item devera atender as normas ABNT vigentes. | 4 | SUPERGUIDER-R4 | 2.149,90 | 8.599,60 |
| 14 | Unid | Protetor para pneu aro 25. | 24 | JABUTI | 135,00 | 3.240,00 |

**R$ 13.043,20 (Treze mil e quarenta três reais e vinte centavos)**

Várzea Grande – MT 27 de Abril de 2016.

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE.**
**VIVIAN DANIELLE DE ARRUDA E SILVA PIRES**
**Secretária de Administração**
**CONTRATADAS:**

**JB COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS EIRELLI-EPP**

CNPJ n. 20.831.339/0001-47

**PORTARIA Nº 293/2016**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 285380/2015,

**RESOLVE:**

Reconhecer em favor da servidora **IVONE APARECIDA DOMINGOS GASPARETTO,** Matrícula 82053 (2° vínculo), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor de Nível Superior, o Tempo de Contribuição conforme Certidão expedida pelo INSS n° 10001100.1.00148/14-1, no cargo de PROFESSORA no período compreendido entre **13.10.2005 a 31.12.2005, 23.01.2006 a 22.12.2006, 02.01.2007 a 30.06.2007, 01.07.2007 a 21.12.2007, 07.02.2008 a 30.06.2008 e 01.07.2009 a 18.12.2009,** no total de **1.083** (mil e oitenta e três) dias líquidos, correspondendo **02** (dois) anos, **11** (onze) meses e **20** (vinte) dias, para **todos os Efeitos legais**, e

O Tempo de Contribuição conforme Certidão expedida pelo INSS n° 10001100.1.00148/14-1, no cargo de TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR no período compreendido entre **29.07.2004 a 30.12.2004, 15.02.2005 a 09.10.2005, 01.07.2008 a 23.12.2008, 02.02.2009 a 30.06.2009, 01.02.2010 a 01.02.2011, 01.02.2011 a 30.12.2011, 01.01.2012 a 30.03.2012 e 01.04.2012 a 23.04.2012,** no total de **1.533** (mil quinhentos e trinta e três) dias líquidos, correspondendo **04** (quatro) anos, **02** (dois) meses e **11** (onze) dias, para **todos os Efeitos legais**.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de maio de 2016.

**Marcos Rodrigues da Silva**

**Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA**
**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N º 001/2016 EDITAL RESUMIDO N º 001/2016**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N º 001/2016**

**EDITAL RESUMIDO N º 001/2016**

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público N º 001/2016 faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público de Provas para o ingresso no quadro da Prefeitura Municipal de VERA, Estado de Mato Grosso, para os cargos constantes do presente Edital, nos termos do que preceitua o art. 37, IX da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e alei complementar municipal 029/2015, de acordo com as disposições a seguir:

As inscrições serão recebidas no período de **12/13/16 e 17 de maio de 2016,** no seguinte horário e local:

**HORÁRIO:**Das 7 :00 as 11:00 horas

**LOCAL:** Av: Otawa, 1651 –( Paço Municipal) Vera - MT

As vagas são as nominadas abaixo:

| Código Cargo | Cargos | Da habilitação para admissão | Número de vagas | Salário Mensal |
|---|---|---|---|---|
| 001 | Agente de Combate a Endemias | Ensino Fundamental Completo | 06 | 1.014,00 |
| 002 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 1) de Saúde | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 003 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 2) | Ensino Fundamental Completo | 02 Cadastro de Reserva | 1.014,00 |
| 004 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 3) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 005 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 4) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 006 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 5) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 007 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 6) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 008 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 7) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 009 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 8) | Ensino Fundamental Completo | 02 Cadastro de Reserva | 1.014,00 |
| 010 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 9) | Ensino Fundamental Completo | 02 Cadastro de Reserva | 1.014,00 |
| 011 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 10) | Ensino Fundamental Completo | 02 Cadastro de Reserva | 1.014,00 |
| 012 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 11) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 013 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 12) | Ensino Fundamental Completo | 02 Cadastro de Reserva | 1.014,00 |
| 014 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 13) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 015 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 14) | Ensino Fundamental Completo | 02 Cadastro de Reserva | 1.014,00 |
| 016 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 15) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 017 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 16) | Ensino Fundamental Completo | 02 Cadastro de Reserva | 1.014,00 |
| 018 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 17) | Ensino Fundamental Completo | 02 Cadastro de Reserva | 1.014,00 |
| 019 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 18) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 020 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 19) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 021 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 20) | Ensino Fundamental Completo | 02 Cadastro de Reserva | 1.014,00 |
| 022 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 21) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |
| 023 | Agente Comunitário de Saúde - 40 h (setor 22) | Ensino Fundamental Completo | 01 | 1.014,00 |

OBS.: Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde o candidato deverá residir no setor a que se inscrever.

-Serão considerados aprovados para cadastro de reserva até três vezes o número de vagas

O Edital completo encontra-se fixado no mural da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Vereadores de VERA/MT ou através do site WWW. vera.mt.gov.br

1. As provas objetivas serão realizadas no dia 29 de maio de 2016 com início às 8:00 horas e término as 11:00 hs na Escola Municipal Aloizio Jacob Webler - Vera - MT. sendo que sua duração será de 3:00 Horas.

**Vera (MT), 02 de maio de 2016.**

**Nilso Jose Vigolo Cecília Gabriela Moraes**

*Prefeito Municipal Presidente Comissão de Processo Seletivo*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA**
**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TP 003/2016**

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO BOM JESUS."**

O Prefeito Municipal, na conformidade do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, **ADJUDICA** a presente licitação, Tomada de Preços nº 003/2016, à empresa licitante vencedora **LEANDRO FAGNER MARCHIORO – ME,** inscrita no **CNPJ nº. 18.514.940/0001-64**, com proposta de preços no valor global de **R$ 240.733,26** (duzentos e quarenta mil setecentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos).

Vera - MT, 03 de Maio de 2016.

**NILSO JOSE VIGOLO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO BOM JESUS."**

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERA, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve **HOMOLOGAR** como HOMOLOGADO TEM, o resultado da licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 003/2016, que teve como vencedora a empresa **LEANDRO FAGNER MARCHIORO – ME,** inscrita no **CNPJ nº. 18.514.940/0001-64**, com proposta de preços no valor global de **R$ 240.733,26** (duzentos e quarenta mil setecentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos).

Vera - MT, 03 de Maio de 2016.

**NILSO JOSE VIGOLO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

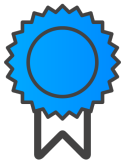
## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

**AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO REFEITÓRIO E COZINHA DA ESCOLA MUNICIPAL PONTA DO ATERRO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, CONFORME O TERMO DE CONVÊNIO Nº 0231/2016 - SEDUC.**

Abertura dia **19 de maio de 2016, às 09:00 horas**, na sede da Prefeitura à Av. Dr. Mário Corrêa, nº 205. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail-pmvilabela@yahoo.com.br. Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000.Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 03 de maio de 2016 – **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA**- Presidente CPL.

Esse documento foi assinado por

| | | |
|---|---|---|
|  | **Signatário** | CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Data/Hora** | Tue May 03 22:32:02 UTC 2016 |
| | **Emissor do Certificado** | CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Número Serial.** | 1170115676103352402 |
| | **Método** | urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature) |